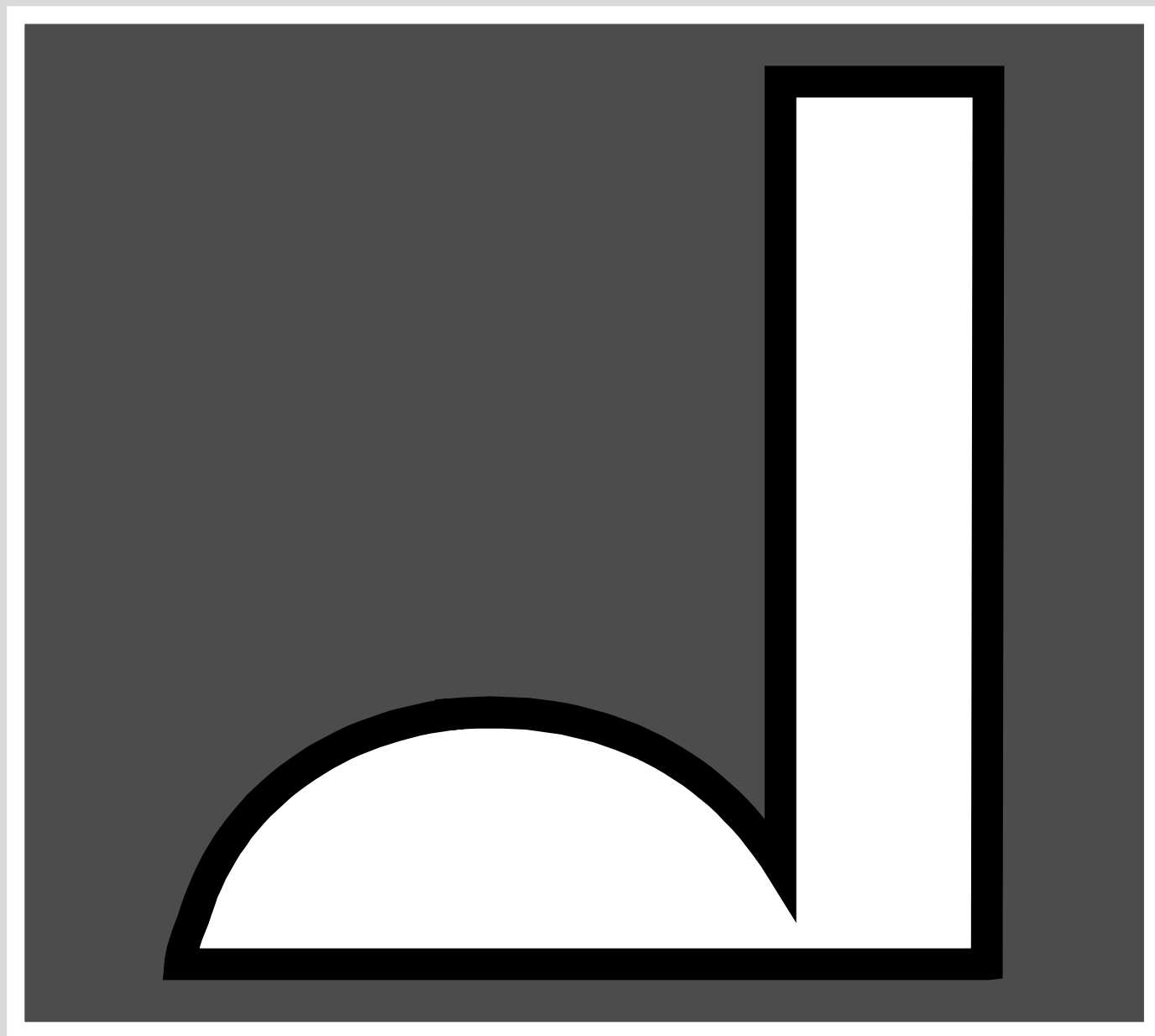




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 016 - TERÇA-FEIRA, 06 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA-DF

Mesa não disponível!

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 7ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE MARÇO DE 2001

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 93, de 2001 (nº 168/2001, na origem), de 22 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2001, que dá nova redação aos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.203, de 22 de fevereiro de 2001..... 1934

Nº 94, de 2001 (nº 169/2001, na origem), de 23 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2001, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, que autoriza a doação de bens e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001. 1934

1.2.2 – Avisos do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 36, de 2001 (nº 162 e 171/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão de Plenário nº 59/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Seção de Inativos e Pensionistas do Comando da 1ª Região Militar (órgão vinculado ao Ministério da Defesa – Comando do Exército) (TC – 012.078/99-9). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 1934

Nº 37, de 2001 (nº 202 e 225/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia do Acórdão de Plenário nº 13/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, nas áreas de licitações, contratos e pessoal, no período de 1º-1-1995 a

31-7-1997 (TC – 650.213/97-1). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 1934

Nº 38, de 2001 (nº 226 e 235/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia do Acórdão de Plenário nº 12/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na obra da BR 60/GO, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR 153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás (TC – 008.536/2000-7). À Comissão de Fiscalização e Controle. 1934

Nº 39, de 2001 (nº 260 e 269/2001, na origem), de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão da 2ª Câmara nº 27/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF (TC – 004.296/2000-0). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 1934

Nº 40, de 2001 (nº 151/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1). À Comissão de Fiscalização e Controle..... 1934

1.2.3 – Expediente do Juiz Diógenes Vidal Pessoa Neto

Solicitação de documentos referentes à denúncia protocolada perante a CPI do Judiciário, por meio do requerimento datado de 16.2.2001. A matéria vai à publicação e será anexada ao processado do Requerimento nº 118, de 1999..... 1935

1.2.4 – Comunicação

Do Senador Waldeck Ornelas, de 5 do corrente, comunicando sua reassunção das funções

de Senador da República, em lugar do Senador Djalma Bessa. À publicação.

1935

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº S/4, de 2001 (nºs 10 e 11/2001, na origem), de 23 de fevereiro último, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia dos Pareceres da Procuradoria-Geral da República, cópia das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos, das certidões de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos das Ações Originárias nºs 526 e 512, que declararam a inconstitucionalidade do vocábulo “mensal”, constante do artigo 1º, e, na totalidade, do artigo 2º, ambos da Lei nº 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (gratificação e férias para magistrados). À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

1935

Recebimento da Mensagem nº 92, de 2001 (nº 167/2001, na origem), de 22 de fevereiro último, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público, em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira e de gestão de recursos públicos e gerenciamento da dívida, visando a fortalecer o balanço de pagamento, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazos. À Comissão de Assuntos Econômicos.

1936

Lembrando ao Plenário o comparecimento, no próximo dia 7, às 14 horas e 30 minutos, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, atendendo à convocação feita por meio do Requerimento Nº 6, de 2001, do Senador Paulo Hartung. As inscrições para interpelações ao Ministro estão abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

1936

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR TASSO ROSADO – Homenagem pelo transcurso do centenário de falecimento da poetisa potiguar Auta de Souza.

1936

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Elogios à decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina anulando os títulos emitidos para pagamento de precatórios.

1937

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Satisfação com a possibilidade de confirmação de existência de petróleo no subsolo Paranaense.

1937

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – Encaminhamento ao Conselho de Ética do Senado Federal, de solicitação do Bloco de Oposição para apuração das denúncias feitas envolvendo os nomes dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho e a suposta violação do painel de votação eletrônica do Senado (Requerimento nº 53, de 2001. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

1941

SENADOR BERNARDO CABRAL – Satisfação com a expressiva presença da imprensa na tribunal de honra do Senado, nesta tarde de segunda-feira. Saudações pelo retorno do Senador Waldeck Ornelas.

1949

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 54, de 2001, havendo como 1º signatário o Senador Lúcio Alcântara, solicitando a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-embaixador e banqueiro mineiro Walther Moreira Salles, em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Antonio Carlos Magalhães e Francelino Pereira.

1950

1.2.8 – Ofício

Nº 131/01, de 28 de fevereiro do corrente ano, do Presidente da Câmara dos Deputados, informando, em resposta ao OF. SF nº 104/2001, concordar com a realização de sessão solene conjunta, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, a realizar-se no próximo dia 7 de março do corrente, e indicando a Deputada Jandira Feghali, para falar como oradora na referida sessão.

1951

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Convocação de Sessão Conjunta Solene, a realizar-se no próximo dia 7 de março do corrente, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal. ..

1951

Lembrando ao Plenário a antecipação da Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 7 do corrente, para amanhã, em virtude do comparecimento do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

1951

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

1952

1.2.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Registro das iniciativas do Governo de Tocantins,

destacando a implementação do Programa Estadual de Eletrificação Rural – Pertins.	1952	Nº 259, de 2001, referente à servidora Lucia Marli de Oliveira Sousa Correa.	2367
1.3 – ENCERRAMENTO		Nº 260, de 2001, referente à servidora Maria da Fátima Melo Pereira.	2368
2 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		Nº 261 a 265, de 2001, ...	2369
Resenha das matérias apreciadas durante a 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura, no período de 16 a 28 de fevereiro de 2001. .	1954	Nº 266, de 2001, referente à servidora Elizabeth Christina de Alencar Lino.	2372
3 – EMENDA		Nº 267, de 2001, referente ao servidor Lucio José da Silva.	2373
Nº 24, adicionada à Medida Provisória nº 2.085-33, de 2001.	1954	Nº 268, de 2001, referente ao servidor José Vander Araújo de Maria.	2374
4 – ATAS DE COMISSÃO		Nº 269, de 2001, referente ao servidor Francisco Oliveira da Cruz.	2375
13ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 497, de 2000, destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol, realizada em 15 de fevereiro de 2001.	1959	Nº 270, de 2001, referente ao servidor Francisco Oliveira da Cruz.	2376
15ª a 21ª Reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de carga., realizadas em 23, 24 e 29 de novembro, e 7, 8, 13 e 14 de dezembro de 2000, respectivamente.	1960	Nº 271, de 2001, referente à servidora Raimunda Oliveira.	2377
5 – ATOS DO PRESIDENTE		Nº 272, de 2001, referente ao servidor Pedro Bandeira de Melo Filho.	2378
Nºs 33 a 37, de 2001.	2354	Nº 273, de 2001, referente ao servidor Luiz da Silva.	2379
6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL		Nº 274, de 2001, referente à servidora Ceci Abrahim Santoro Carmona.	2380
Nºs 251 e 252, de 2001.	2359	Nº 275, de 2001, referente ao servidor Wilson Alves Pereira.	2381
Nº 253, de 2001, referente à aposentadoria do servidor Walmir Cordeiro Martins da Silva.	2361	7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)	
Nº 254, de 2001, referente à aposentadoria da servidora Vera Lúcia Martins da Silva.	2362	8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Nº 255, de 2001.	2363	9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
Nº 256, de 2001, referente à aposentadoria do servidor Rui Mariano.	2364	10 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA	
Nºs 257 e 258, de 2001.	2365	11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 7ª Sessão não Deliberativa em 5 de março de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência do Sr. Edison Lobão

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituído autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 93, de 2001 (nº 168/2001, na origem), de 22 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2001, que dá nova redação aos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.203, de 22 de fevereiro de 2001.

Nº 94, de 2001 (nº 169/2001, na origem), de 23 de fevereiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2001, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001.

AVISOS

DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 36, de 2001 (nº 162 e 171/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão de Plenário nº 59/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, referente a inspeção realizada na Seção de Inativos e Pensionis-

tas do Comando da 1ª Região Militar (órgão vinculado ao Ministério da Defesa – Comando do Exército) (TC – 012.078/99-9). À Comissão de Fiscalização e Controle.

Nº 37, de 2001 (nº 202 e 225/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia do Acórdão de Plenário nº 13/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, nas áreas de licitações, contratos e pessoal, no período de 01/01/1995 a 31/07/1997 (TC – 650.213/97-1). À Comissão de Fiscalização e Controle.

Nº 38, de 2001 (nº 226 e 235/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia do Acórdão de Plenário nº 12/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na obra da BR 60/GO, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR 153 e a divisa do Distrito Federal com o Estado de Goiás (TC – 008.536/2000-7). À Comissão de Fiscalização e Controle.

Nº 39, de 2001 (nº 260 e 269/2001, na origem), de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão da 2ª Câmara nº 27/2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional e na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco do Parnaíba – Codevasf (TC – 004.296/2000-0). À Comissão de Fiscalização e Controle.

Nº 40, de 2001 (nº 151/2001, na origem), de 14 de fevereiro último, encaminhando cópia da Decisão de Plenário nº 45, de 2001, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada nas obras de restauração de trechos das Rodovias Estaduais MT-170, 175, 246, 270 e 343, situadas no Estado de Mato Grosso (TC-011.185/2000-1).

(Os expedientes vão à Comissão de Fiscalização e Controle.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, expediente do Juiz Diógenes Vidal Pessoa Neto, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO
SENADO FEDERAL

Ref.:

Ofício nº 281-1/2000-PRES

(Gabinete da Presidência do Senado da República)
Brasília-DF

Diógenes Vidal Pessoa Neto, brasileiro, solteiro, magistrado, domiciliado e residente em Manaus-AM, podendo ser encontrado no Fórum de Manaus-AM (3ª Vara Cível), à Rua Alexandre Amorim nº 285 – Aparecida – CEP 69.010-300, vem perante Vossa Excelência, com base no art. 5º, XXXIV, a, da Constituição Federal, **Requerer** cópias integrais dos procedimentos relacionados no documento abaixo identificado, ao fim de se precaver em defesa ampla:

CPI DO JUDICIÁRIO 14-9-2000

Número do documento 015509-99

Situação **Arquivado Ciente**

Tipo **CARTA**

Data Correspondência 25-5-1999

Recebimento 25-5-1999

Cadastramento 25-5-1999

Cidade Manaus

Cep

UF AM

Assunto

Ementa

Classificação ACMJ – Pasta Justiça
Estadual – Amazonas Tipo:

Denúncia

Mencionados: – Juiz Digenes Pessoa; – Na Carta em Anexos:

...DIOGENES VIDAL PESSOA...

ANEXOS-CARTA COM DENÚNCIA DO
SINDICATO DOS TRABALHADORES DE MANAUS

INDEXAÇÃO: JUSTIÇA ESTADUAL

AMAZONAS:

– CORRUPÇÃO NA JUSTIÇA, MANAUS;

– SUBORNO, MANAUS.

– VIDE DENÚNCIA 0155072/99 ACMJ.

Destinatário

Resumo da correspondência: O requerente denuncia que o juiz Diógenes Vidal Pessoa de Manaus estaria ostentando uma riqueza incompatível com seu salário e o denunciante afirma que esta riqueza teria sido adquirida através de suborno.

Despachos: Ao Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Amazonas.

Comunicado

Apreciador

Com Cópia

.....
Eporespecialfineza, Pe de-se que os documentos solicitados aqui, sejam encaminhados para o seguinte endereço, em nome de Diógenes Vidal Pessoa Neto:

Fórum de Manaus – AM (3ª Vara Cível)

Rua Alexandre Amorim nº 285 – Aparecida – CEP 69.010-300

Espera deferimento.

Manaus, 16 de fevereiro de 2001. – **Diógenes Vidal Pessoa Neto**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O expediente lido vai à publicação e será anexado ao processo do Requerimento n.º 118, de 1999.

A documentação solicitada já foi encaminhada à autoridade requerente.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lida a seguinte:

Brasília (DF), 24 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que nesta data estou reassumindo o mandato de Senador, pelo PFL-BA, do qual estava licenciado para ocupar o cargo de Ministro da Previdência e Assistência Social, conforme publicação no **DOU** de hoje (cópia anexa).

Saudações, – **Waldeck Ornelas**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A comunicação lida vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu do Supremo Tribunal Federal o Ofício n.º S/4, de 2001, de 23 de fevereiro último, encaminhando para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia dos Pareceres da Procuradoria-Geral da República, cópia das versões dos registros taquigráficos dos julgamentos, das certidões

de trânsito em julgado e dos acórdãos proferidos por aquela Corte, nos autos das Ações Originárias n.ºs 526 e 512, que declararam a inconstitucionalidade do vocábulo "mensal", constante do art. 1.º, e, na totalidade, do art. 2.º, ambos da Lei n.º 8.870, de 18 de julho de 1989, do Estado do Rio Grande do Sul (gratificação de férias para magistrados).

O expediente vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência recebeu a Mensagem n.º 92, de 2001, de 22 de fevereiro último pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52 e incisos V da Constituição Federal solicitasejaautorizada a contrataçãode operação de crédito externo no valor equivalente a até setecentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e oitenta mil dólares dos Estados Unidos da América de principal entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, na modalidade de empréstimo programático de ajuste do setor público em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas fiscal, administrativa, financeira e de gestão de recursos públicos e gerenciamento da dívida visando fortalecer o balanço de pagamento e ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal no médio e longo prazos.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência lembra ao Plenário que comparecerá ao Senado, no próximo dia 7, às 14 horas e 30 minutos, S. Ex.^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Lafer, atendendo à convocação feita através do Requerimento nº 06, de 2001, do Sr. Senador Paulo Hartung.

As inscrições para interpelações ao Sr. Ministro estão abertas na Secretaria-Geral da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Moreira Mendes. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Tasso Rosado.

O SR. TASSO ROSADO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Rio Grande do Norte está comemorando o transcurso do centenário de morte da poetisa Auta de Souza, fato que ocorreu no dia 7 de fevereiro de 1901.

Apesar dos poucos anos que viveu, a ilustre poetisa figura entre os maiores da literatura potiguar, ao lado de Zila Mamede e Câmara Cascudo.

Nascida na cidade de Macaíba, na Grande Natal, aos 12 de setembro de 1876, Auta de Souza viveu apenas 24 anos, acometida que fora, aos 13 anos de idade, do então terrível mal da tuberculose, que tantas vidas ceifou, principalmente em nossa juventude.

Aos sete anos de idade, como autodidata, Auta de Souza já lia e escrevia, pertencente que era à tradicional família intelectual do Rio Grande do Norte.

Por sinal, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa homenageada de hoje, Auta de Souza, era irmã de um ex-membro desta Casa, o saudoso Senador Elói de Souza, que tanto soube honrar o mandato outorgado pelos potiguares. Também era irmã do não menos ilustre escritor Henrique Castriciano, já desaparecido, responsável pela idéia da fundação da Escola Doméstica de Natal, cujo nome extrapola as fronteiras do próprio Rio Grande do Norte.

Com uma vida tão curta, o que é de lamentar, Auta de Souza só teve oportunidade de escrever um livro – **Horto** –, fazendo o seu lançamento, em 1900, aos 23 anos de idade, com prefácio de Olavo Bilac na primeira edição.

Segundo o jornalista e escritor Vicente Serejo, citado pelo jornalista Ailton Medeiros, no **Jornal de Hoje**, de Natal, "nenhum outro nome entre os poetas e prosadores papa-gerimuns dos últimos cem anos, reuniu em torno de sua produção uma fortuna crítica mais importante do que a poetisa: Jackson Figueiredo, Nestor Victor, Olavo Bilac, Alceu Amoroso Lima, Alfredo Bosi e Manuel Bandeira."

Todos esses e outros tantos se manifestaram favoravelmente sobre a produção poética de Auta de Souza. Além do seu único livro – **Horto** –, a genial poetisa potiguar chegou a colaborar com os jornais da época, fazendo publicar seus poemas, com o pseudônimo de Hilário das Neves.

Nas comemorações do seu centenário de morte, o pesquisador e escritor Cláudio Galvão, em boa hora, lançou **O Cancioneiro de Auta de Souza**, reunindo partituras musicais contendo poemas de Auta de Souza, que se transformaram em letras de canções que o povo consagrou ao longo do tempo.

Auta de Souza é patrona da cadeira nº 20 da Academia Norte-rio-grandense de Letras.

Na oportunidade em que se celebra o centenário de morte da grande poetisa Auta de Souza e na condição atual de um dos representantes do Rio Grande do Norte no Senado Federal, por meio deste

pronunciamento, quero registrar em ata um voto de reconhecimento aos méritos da ilustre poetisa potiguar, pelo brilho de sua inteligência e pela valiosa contribuição que deu, em tão pouco tempo, às letras do Rio Grande Norte e do Brasil.

Requeiro, outrossim, que a Presidência dê reconhecimento desta homenagem à Academia Norte-rio-grandense de Letras da qual Auta de Souza é patrona da Cadeira nº 20.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Exª será atendido, na forma regimental.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje pela manhã recebi um telefonema do Governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, que comigo participou da CPI dos Precatórios. Inexplicavelmente aqui no plenário do Senado, pela interferência direta do Executivo, tais precatórios, após serem comprovadamente falsos, foram legalizados. Os Governos estaduais e as Prefeituras foram convidados pelo Banco Central e pelos prepostos do Presidente Fernando Henrique Cardoso a transferi-los para a União, trocá-los por títulos federais, e refinanciá-los ao longo do tempo.

Muito bem, o Governador Esperidião Amin me comunica que um juiz de uma Vara Federal do Rio de Janeiro tentou fazê-los valer; no entanto, Santa Catarina correu ao Superior Tribunal de Justiça. Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente da CPI dos Precatórios, que conosco trabalhou nesse processo todo, o STJ declarou a competência para julgar a existência ou não desses precatórios exclusiva do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que, em decisão já transitada em julgado, considerou os títulos nulos de pleno direito, anulando inclusive a sessão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina que os aprovou. Portanto, instados pelo Presidente da República e por uma desastrosa decisão do Senado Federal, à qual eu me opus com veemência, Estados, como Alagoas e Pernambuco, e Municípios, como Osasco e Campinas, trocaram esses títulos por uma dívida refinanciada da União, trocaram por títulos federais, e estão devendo essas quantias que não deveriam nunca ter reconhecido como válidas.

Fico, como fiquei até agora, praticamente isolado nesse processo, na companhia exclusiva do Senador Esperidião Amin, isolamento que se transforma, neste momento, numa vitória; uma vitória minha, que

não me dobrei aos argumentos do Senador Jorge Bornhausen, autor do projeto de legalização dos títulos e do Governo Federal, e vitória, acima de tudo, do Governador Esperidião Amin, que não se dobrou às pressões e às conveniências políticas. S. Exª esteve na última sexta-feira aqui em Brasília para requerer ao Banco Central que retire do passivo de Santa Catarina, para cálculo de endividamento e outras consequências legais, o valor dos precatórios nulos de pleno direito, com nulidade decretada pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que teve a competência reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça.

Andou bem o Governador Esperidião Amin. Mal andou o Senado da República, Prefeitos e Governadores que acabaram por legalizar a patifaria e a negociata assim declaradas por unanimidade pelo Plenário do Senado. Voltou atrás o Plenário do Senado por pressões de grupos financeiros e conveniências políticas. O Senado voltou atrás indevidamente. Têm agora os Senadores muito tempo para refletir e se arrepender do açodamento com que favoreceram os gangsteres do sistema financeiro nacional. Fica o exemplo de Santa Catarina e a reprovação pública que faço ao Governo de Pernambuco e aos outros Governos estaduais e municipais, que se dobraram a conveniências das instituições financeiras, instituições que se transformaram numa verdadeira quadrilha a roubar Estados e Municípios.

Sr. Presidente, era essa a comunicação que eu queria fazer nesta segunda-feira ao Plenário do Senado Federal e à opinião pública brasileira por meio da **TV Senado**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra, por vinte minutos, ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (Sem Partido – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma pesquisa reacende o grande sonho de encontrar petróleo no subsolo do Pará, meu Estado. Mesmo sem haver para isso uma única razão objetiva, sempre houve no Pará, de forma difusa, mas persistente, a crença na existência de petróleo no Arquipélago do Marajó. Alguns rebates falsos, inclusive, já aconteceram, e com repercussão nacional. No final da década de 70, o Ministro de Minas e Energia do Governo Geisel, Shigeaky Ueki, desembarcou certa tarde em Val-de-Cans e, no próprio aeroporto, deu uma entrevista bombástica à imprensa.

Colocados sobre a mesa do Ministro, alguns frascos continham um líquido escuro e viscoso. Pro-

cedente do Marajó, onde estivera em visita de trabalho para acompanhar a fase final das pesquisas realizadas pela Petrobras, o Ministro confirmou a descoberta de petróleo em território marajoara. Concedendo a si próprio o benefício da dúvida, Shigeaky Ueki fez apenas a ressalva de que faltava ainda uma avaliação sobre as dimensões da ocorrência para atestar ou não a viabilidade econômica de sua exploração. Presume-se que o estudo tenha dado em nada, visto que depois disso nem o próprio Ministro voltou mais a tocar no assunto.

Nem por isso, todavia, morreu a mística do petróleo marajorara. Cerca de uma década depois, coube ao então Presidente José Sarney – atualmente nosso colega – brindar a Nação com a notícia espetacular: a Petrobras descobrira no Marajó, segundo ele, um lençol de petróleo semelhante aos existentes na Arábia Saudita. O alvoroço provocado pelo anúncio presidencial, porém, durou pouco. A própria Petrobras se encarregaria, alguns dias depois, de minimizar a importância da suposta descoberta, sob a justificativa de que o petróleo encontrado pelas suas sondas não tinha valor comercial.

Hoje, todavia, graças ao Presidente José Sarney, ilustre membro desta Casa, representante do Estado do Amapá, temos de volta aos Estados do Pará e Amapá a British Petroleum e a Esso, detentoras de concessão adquirida em concorrência pública promovida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP. Essa iniciativa faz com que o Norte do Brasil, em especial esses dois Estados, tenha novamente não só a esperança, mas a certeza de que realmente há petróleo e gás nas costas do Amapá e do Pará.

Estive, recentemente, acompanhando o Governador Almir Gabriel em visita ao navio mais moderno de pesquisa e perfuração de poços de petróleo do mundo. Trata-se de um navio americano, de bandeira panamenha, contratado pela British Petroleum, que inicia suas operações esta semana no meu Estado.

Em 90 dias, teremos a confirmação da quantidade de petróleo existente nas águas profundas das costas do Pará e do Amapá. Com isso, certamente, além dos recursos minerais e das condições climáticas que possibilitam a geração de inúmeras riquezas – como a produção de grãos, de minérios, a extração de madeira e a pesca –, aquele região terá condições de produzir ainda mais essa, transformando o seu perfil nos próximos anos.

Quando estivemos na costa paraense, precisamente em Salinópolis, fomos informados de que, após a verificação e a confirmação dessa jazida, ha-

verá o início da exploração do petróleo, com a construção das plataformas e, depois, da refinaria de petróleo. Isso fará com que, além da geração de emprego e renda, sigamos o exemplo do Estado do Rio de Janeiro, que recebe os **royalties** pela produção do petróleo em seu litoral. Ainda mais, relativamente ao aspecto logístico, empresas regionais, trabalhadores da nossa região, em especial do nosso Estado, poderão participar desse novo momento, tendo em vista a necessidade de termos **supplies**, que são os empuxadores e os rebocadores de alto-mar, para dar apoio à plataforma de petróleo, bem como o incremento da capacidade dos nossos estaleiros, que terão de se modernizar, adaptar-se a essa nova demanda.

Tenho certeza de que não só teremos oportunidade de trazer essas riquezas para o Estado, mas principalmente para o Brasil, como fazemos hoje com o nosso minério, cujas exportações atingem mais de US\$2 bilhões de dólares por ano. Teremos oportunidade também de gerar, quem sabe, tecnologias que possam fazer com que o nosso trabalhador participe desse momento tão importante para todos nós.

Nos limites do chamado “Cone Amazônico”, um consórcio internacional vem realizando uma série de estudos desde o final de 1999. A área pesquisada, localizada a Nordeste de Macapá, a uma distância de mais de 250km da costa, mede 39000km² de superfície, dividida em dois blocos limítrofes – um ao Norte, medindo 25000km²; ou, ao Sul, com 14000km². Somados, os dois campos possuem uma área equivalente ao tamanho da Inglaterra. Repito: a área onde serão perfurados os poços, delimitada pelas próprias concessionárias, é equivalente ao território da Inglaterra.

Esse trabalho resulta de dois acordos de exploração de hidrocarbonetos, firmados com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) pela BP Brasil Ltda. (empresa do Grupo BP Amoco) e suas associadas British Borneo, ELF, Esso, Petrobras e Shell, com vistas à exploração de petróleo e gás em águas profundas da Bacia da Foz do Amazonas. Por esses acordos, a BP se comprometeu a obter e processar dados tridimensionais de pesquisa sísmica, colher e estudar amostras do leito marinho e fazer a perfuração de dois poços iniciais de exploração.

A terceira e decisiva etapa das pesquisas começou na terça-feira, dia 27, poucos dias depois de ancorar na Costa de Salinópolis o navio Glomar C.R. Luigs, de propriedade da empresa americana Global Marine. Apontado como o mais moderno e o mais bem equipado do mundo para trabalhos de perfura-

ção, esse navio, visitado no dia 22 pelo Governador Almir Gabriel, fará aqui o seu terceiro poço. Os dois primeiros foram perfurados no Golfo do México. Ele pode fazer perfurações de até 6000m de profundidade, sendo 1500m na lâmina d'água e 4500m no subsolo marinho. Os resultados dessas primeiras perfurações serão conhecidos em 90 dias, e são eles que vão dizer se existe ou não gás e/ou petróleo comercialmente exploráveis na costa atlântica do litoral Norte.

A única maneira de se determinar ao certo se existem ou não hidrocarbonetos comercialmente exploráveis na subsuperfície é por meio da perfuração de poços de exploração. Esse trabalho, que requer o domínio de uma tecnologia sofisticada, é uma das especialidades da Petrobras, empresa que é hoje uma referência internacional nas pesquisas marítimas de alta profundidade.

Os dois poços cuja perfuração está sendo iniciada agora na costa do Pará e do Amapá são, portanto, obras tidas como conclusivas e determinantes. Eles é que vão dizer afinal, num prazo estimado em 90 dias, se temos ou não petróleo ou de pó síltos de gás em volumes passíveis de exploração. Esses poços podem atingir profundidades entre mil e seis mil metros ou às vezes até mais, sendo a perfuração submetida a um gerenciamento ambiental rigoroso, disposto pela legislação brasileira e pelas rígidas normas internacionais.

A abertura, segundo um experiente técnico do setor, é criada por uma grande broca de perfuração na extremidade de um tubo de aço, rotacionado por um motor. Conforme o poço se aprofunda, extensões adicionais de tubos vão sendo acopladas. O progresso é lento e as taxas médias de perfuração variam de cinquenta a cem metros por dia. A certas profundidades, é necessário recobrir as paredes do poço com revestimento de aço, evitando-se assim o risco de colapso de suas laterais e permitindo aos engenheiros o controle permanente da pressão interna.

A perfuração de um poço, segundo o mesmo técnico, gera uma quantidade significativa de fragmentos de rocha, que devem ser gerenciados. Especificamente em relação ao dois poços que estão sendo perfurados na costa paraense, os executivos BP já têm planos consolidados para limpeza e remoção desses fragmentos, inclusive com parte do estudo ambiental de pré-produção. A empresa adotou todos os cuidados necessários para que as operações de perfuração não resultem em emissões não controladas de substâncias nocivas ao meio ambiente – sejam elas sólidas, líquidas ou gasosas –, afirmou um

diretor da BP Brasil, durante recente estada em Salinópolis.

Esperançoso, mas prudente, evitando claramente criar expectativas que possam afinal não se confirmar, o Secretário Executivo de Indústria, Comércio e Mineração, Ramiro Bentes, diz que, como todos os paraenses, ele torce pela descoberta de petróleo no litoral atlântico, na costa do Pará. Ele ressaltou, porém, que a simples descoberta de gás comercialmente explorável já representaria, por si só, um fator excepcional da aceleração do crescimento econômico do Estado, "muito menos pelos seus benefícios diretos e muito mais pelo efeito de sua utilização", ressaltou.

O titular da Seicom lembra, a propósito, que o Governo do Ceará está construindo, na sua costa marítima, o Porto de Pecem, próximo a Fortaleza, já antevendo a necessidade da importação de gás para alimentação do seu parque industrial. Pelo mesmo caminho está se guiando também o Estado de Pernambuco, com as obras de complementação do Porto de Suape. "Se eles fazem esses investimentos apenas para terem a oportunidade de acesso ao produto importado, isso dá bem uma idéia do que poderia representar para nós, aqui, a descoberta de gás no nosso litoral", acrescentou.

Eventuais descobertas nessa área, seja de gás ou petróleo, ou mesmo dos dois, contribuiriam também, segundo ele, para dar magnitude impara outros projetos que vêm sendo tocados pelo Governo do Estado, alguns deles com recursos próprios e outros em parceria com a União e iniciativa privada. Um desses projetos é a complementação da infra-estrutura do Porto de Vila do Conde, em conjunto com a Companhia Docas do Pará e verbas orçamentárias da União, com a participação do Grupo Vale do Rio Doce.

Outro empreendimento mencionado por Ramiro Bentes é o da Alça Viária, em fase de implantação pelo Estado e já definido como de prioridade máxima pelo Governador Almir Gabriel. Além de interligar as duas áreas mais populosas do Estado, conforme frisa, a Alça Viária vai integrar definitivamente à economia do Estado as regiões detentoras de maior potencial produtivo. "Essas duas obras – Alça Viária e o Porto de Vila do Conde – cresceriam enormemente de importância na hipótese da descoberta de gás ou petróleo", assinala.

No caso específico de Vila do Conde, lembra Ramiro Bentes que, sem um complexo portuário moderno e de alta capacidade operacional, o Pará corre-

ria o risco de assistir, no futuro, ao escoamento de boa parte de suas riquezas pelo porto do Ceará ou mesmo de Pernambuco, como já acontece hoje com saída de bens minerais pelo porto do Maranhão.

Acrescentando-se ainda a esses empreendimentos os grandes eixos hidroviários concebidos pelo Estado ou já em execução – como as hidrovias do Araguaia/Tocantins, do Marajó, do Capim e do Tapajós –, destaca o Secretário da Seicom que estará montada no Pará uma infra-estrutura verdadeiramente colossal, capaz de impulsionar o processo de desenvolvimento do Estado a um ritmo talvez sem precedentes na história do País – inclusive no tocante ao pleno aproveitamento de suas próprias riquezas minerais.

Sr. Presidente, eu pediria que o artigo publicado no jornal **O Liberal** de ontem, do jornalista Frank Siqueira, fosse também incluído nos Anais desta Casa, anexo ao meu pronunciamento.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ OTÁVIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

Pesquisareacende sonho do petróleo no subsoloparaense

Mesmo sem haver para isso uma única razão objetiva, sempre houve no País, de forma difusamaspersistente, a crença na existência de petróleo no arquipélago do Marajó. Alguns rebates falsos, inclusive, já aconteceram, com repercussão nacional. No final da década de 70, o ministro de Minas e Energia do governo Geisel, Shigeaky Ueki, desembarcou certa tarde em Val-de-Cans e, no próprio aeroporto, deu uma entrevista bombástica à Imprensa.

Colocados sobre a mesa do ministro, alguns frascos continham um líquido escuro e viscoso. Procedente do Marajó, aonde estivera em visita de trabalho para acompanhar a fase final de pesquisas ali realizadas pela Petrobrás, o ministro confirmou a descoberta de petróleo em território marajoara. Concedendo a si próprio o benefício da dúvida, Shigeaky Ueki fez apenas a ressalva de que faltava ainda uma avaliação sobre as dimensões da ocorrência, para atestar ou não a viabilidade econômica de sua exploração. Presume-se que o estudo tenha dado em nada, visto que depois disso nem o próprio ministro voltou mais a tocar no assunto.

Nem por isso todavia, morreu a mística do petróleo marajoara. Cerca de uma década depois, coube ao então presidente José Sarney brindar a Nação com uma notícia espetacular. A Petrobrás descobrira no Marajó, segundo ele, um lençol de petróleo semelhante aos existentes na Arábia Saudita. O alvoroço provocado pelo anúncio presidencial, porém, durou pouco. A própria Petrobrás se encarregaria, poucos dias depois de minimizar a importância da suposta descoberta sob a justificativa de que o petróleo encontrado pelas suas sondas não tinha valor comercial.

Se a crença do caboclo marajoara e de boa parte da sociedade paraense conseguiu resistir até mesmo às frustrações resultantes de garfes governamentais, é possível que ela acabe sendo afinal premiada neste início de milênio. Se as descobertas tão esperadas não vieram do subsolo elas poderão vir das águas as mesmas águas que, sob a influência do delta amazônico, banham no litoral atlântico uma gigantesca bacia sedimentar, cujas características geológicas sempre foram reconhecidas, pelos próprios técnicos, como propícias ao desenvolvimento de hidrocarbonetos.

E é exatamente nessa área, que estabelece os limites do chamado "cone amazônico", que um consórcio internacional vem realizando uma série de estudos desde o final de 1999. Localizada a nordeste de Macapá, a uma distância de mais de 250 km da costa, a área pesquisada mede 39 mil quilômetros quadrados de superfície, dividida em dois blocos limítrofes – um ao norte, medindo 25 mil quilômetros, e outro ao sul, com 14 mil quilômetros quadrados. Somados, os dois campos possuem uma área equivalente ao tamanho da Inglaterra.

Esse trabalho resulta de dois acordos de exploração de hidrocarbonetos, firmados com a Agência Nacional de Petróleo (ANP) pela BP Brasil Ltda., (empresa do grupo BP Amoco) e suas associadas British Borneo, Elf, Esso, Petrobrás e Shell, com vistas à exploração de petróleo e gás em águas profundas da bacia da foz do Amazonas. Por esses acordos, a BP se comprometeu a obter e processar dados tridimensionais de pesquisa sísmica, colher e estudar amostras do leito marinho e fazer a perfuração de dois poços iniciais de exploração.

A terceira e decisiva etapa das pesquisas começou na terça-feira, dia 27, poucos dias depois de ancorar na costa de Salinópolis o navio Glomar C. R. Luigs, de propriedade da empresa americana Global Marine. Apontado como o mais moderno e o mais bem equipado do mundo para trabalhos de perfuração, esse navio, visitado no dia 22 pelo governador Almir Gabriel, fará aqui o seu terceiro poço. Os dois primeiros foram perfurados no Golfo do México. Ele pode fazer perfurações de até seis mil metros de profundidade, sendo 1.500 na lâmina d'água e 4.500 m no subsolo marinho. Os resultados dessas primeiras perfurações serão conhecidos em 90 dias, e são eles que vão dizer se existe ou não gás e/ou petróleo comercialmente exploráveis na costa atlântica do litoral norte.

Re sul ta do deve sair em 90 dias

A única maneira de se determinar ao certo se existem ou não hidrocarbonetos comercialmente exploráveis na superfície é através da perfuração de poços de exploração. Esse trabalho, que requer o domínio de uma tecnologia sofisticada, é uma das especialidades da Petrobrás, empresa que é hoje uma referência internacional nas pesquisas marítimas de alta profundidade.

Os dois poços cuja perfuração está sendo iniciada agora, na costa do Pará e do Amapá, são, portanto, obras tidas como conclusivas e determinantes. Eles é que vão dizer afinal, num prazo estimado em 90 dias, se temos ou não petróleo ou depósitos de gás em volumes passíveis de exploração. Esses poços podem atingir profundidades entre mil e seis mil metros ou as vezes até mais, sendo a perfuração submetida a um gerenciamento ambiental rigoroso, disposto pela legislação brasileira e pelas rígidas normas internacionais.

A abertura, segundo um experiente técnico do setor, é criada por uma grande broca de perfuração na extremidade de um tubo de aço, rotacionado por um motor. Confor me o poço se apro-

funda, extensões adicionais de tubos vão sendo acopladas. O progresso é lento e as taxas médias de perfuração variam de 50 a 100 metros por dia. A certas profundidades, é necessário recobrir as paredes do poço com revestimento de aço, evitando-se assim o risco de colapso de suas laterais e permitindo aos engenheiros o controle permanente da pressão interna.

Uma vez que o bloco inicial de revestimento tenha sido cimentado ao poço, é usual preenchê-lo com a lama de perfuração, que lubrifica e resfria a broca, carrega fragmentos de rocha para a superfície e previne que as laterais do poço desmoronem, ao mesmo tempo em que controla também a pressão sobre as rochas que estão sendo perfuradas.

A perfuração de um poço, segundo o mesmo técnico, gera uma quantidade significativa de fragmentos de rochas, que devem ser gerenciados. Especificamente em relação aos dois poços que estão sendo perfurados na costa paraense, os executivos da BP já têm planos consolidados para limpeza e remoção desses fragmentos, inclusive como parte do estudo ambiental de pré-produção. A empresa adotou todos os cuidados necessários para que as operações de perfuração não resultem em emissões não controladas de substâncias nocivas ao meio ambiente – sejam elas sólidas, líquidas ou gasosas –, afirmou um diretor da BP Brasil, durante sua recente estada em Salinópolis.

Um poço típico, em subsuperfície, leva entre 30 e 90 dias para ser perfurado, variando esse prazo de acordo com a profundidade e as condições do terreno, que podem oferecer maior ou menor grau de dificuldade à penetração dos equipamentos. Ao término da perfuração, os poços são usualmente abandonados, providenciando a empresa responsável a remoção das instalações e de todos os equipamentos. Tampões de cimento são ajustados à abertura para evitar possíveis vazamentos de líquidos, de tal forma que nenhuma evidência da escavação permanece na superfície após o término das operações. (F.S.)

Descoberta acelera crescimento

Esperançoso, mas prudente, evitando claramente criar expectativas que possam afinal não se confirmar, o secretário executivo de Indústria, Comércio e Mineração, Ramiro Bentes, diz que, como todos os paraenses, ele torce pela descoberta de petróleo no litoral atlântico, na costa do Pará. Ele ressalta, porém, que a simples descoberta de gás comercialmente explorável já representaria, por si só, um fator excepcional de aceleração do crescimento econômico do Estado. “Muitos menos pelos seus benefícios diretos, e muito mais pelo efeito de sua utilização,” ressalta.

O titular da Seicom lembra, a propósito, que o governo do Ceará está construindo, na sua costa marítima, o porto de Pecem, próximo a Fortaleza, já antevendo a necessidade da importação de gás para alimentação do seu parque industrial. Pelo mesmo caminho está seguindo também o Estado de Pernambuco, com as obras de complementação do porto de Suape. “Se eles fazem esses investimentos apenas para terem a oportunidade de acesso ao produto importado, isso dá bem uma idéia do que poderia representar para nós aqui, a descoberta de gás no nosso litoral,” acrescentou.

Eventuais descobertas nesta área – seja de gás ou petróleo, ou mesmo dos dois – contribuiriam também, segundo ele, para dar magnitude ímpar a outros projetos que vêm sendo tocados pelo governo do Estado, alguns deles com recursos próprios e outros em parceria com a União e a iniciativa privada. Um desses projetos é a complementação da infra-estrutura do porto de Vila do Conde, em conjunto com a Companhia Docas do Pará e

verbas orçamentárias da União, com a participação do grupo Vale do Rio Doce.

Outro empreendimento mencionado por Ramiro Bentes é o da alça viária, em fase de implantação pelo Estado e já de fimido como de prioridade máxima pelo governador Almir Gabriel. Além de interligar as duas áreas mais populosas do Estado, conforme frisa, a alça viária vai integrar definitivamente à economia do Estado as regiões detentoras de maior potencial produtivo.

“Essas duas obras – a alça viária e o porto de Vila do Conde – cresceriam enormemente de importância na hipótese da descoberta de gás ou petróleo,” assinala.

No caso específico de Vila do Conde, lembra Ramiro Bentes que, sem um complexo portuário moderno e de alta capacidade operacional, o Pará correria o risco de assistir, no futuro, ao escoamento de boa parte de suas riquezas pelo porto do Ceará ou mesmo de Pernambuco, como já acontece hoje com a saída de bens minerais pelo porto do Maranhão.

Acrescentando-se ainda a esses empreendimentos os grandes eixos hidroviários concebidos pelo Estado ou já em execução – como as hidrovias do Araguaia/Tocantins, do Marajó, do Capim e do Tapajós –, destaca o secretário da Seicom que estará montada no Pará uma infra-estrutura verdadeiramente colossais, capaz de impulsionar o processo de desenvolvimento do Estado a um ritmo talvez sem precedentes na história do País – inclusive no tocante ao pleno aproveitamento de suas próprias riquezas minerais. (F.S.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, por vinte minutos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa, o pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães e, depois, em resposta a esse pronunciamento, o discurso do Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB, ambos apresentando uma série de requerimentos à Mesa. Esses dois Senadores, de partidos da base governista, têm, durante esses seis anos, de forma permanente, votado a favor dos projetos do Governo, defendido o Governo Federal.

Nesses pronunciamentos e nos requerimentos apresentados, há algumas denúncias envolvendo ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso. Naturalmente, o PMDB levanta suspeições e faz ilações a respeito de possíveis irregularidades em ministérios comandados pelo PFL. A mesma coisa observamos em relação ao pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães, que fazia acusações, levantava suspeições e ilações em relação a ministérios comandados pelo PMDB.

Ao término do pronunciamento do Senador Renan Calheiros, eu subi à tribuna e fiz um apelo a Casa, mas me parece que as lideranças dos maiores

partidos fizeram ouvidos de mercador a esse apelo. Eu disse que, sob o risco de o Senado Federal se desmoralizar como instituição, sob o risco de a opinião pública ficar com a imagem de que aqueles dois pronunciamentos de Senadores da base do mesmo Governo, que faziam acusações recíprocas, não passavam de um jogo de cena, o Congresso Nacional teria que se dispor a investigar as denúncias que estavam sendo feitas.

Propusemos, então, a assinatura em um requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, que havia sido formulado pelas oposições e que visava a investigar todos os fatos e as denúncias que antecederam o processo de sucessão das Mesas da Câmara e do Senado. Dissemos ainda que o problema não era o teor do requerimento, porque, quando foi instalada a CPI do PC e, depois, a CPI do Orçamento, havia um entendimento na Casa de que era necessário se fazer investigações sobre aquelas acusações. O requerimento foi negociado entre as diversas lideranças políticas e se fez um texto que contava com a concordância de todos; conseguiram as assinaturas e instalou-se a CPI. Dissemos que estávamos dispostos a fazer esse entendimento com as Lideranças da Maioria, no sentido de viabilizar a instalação da CPI para que o Congresso Nacional não se desmoralizasse.

Como eu disse, infelizmente, parece que as Lideranças do Governo, dos maiores partidos, inclusive os que estavam acusando, fizeram ouvidos de mercador. De lá para cá, o noticiário político de nosso País passou a ter muita semelhança com o noticiário policial. Surgiram mais denúncias, com outros fatos, fitas que apareceram, que teriam sido destruídas; depois descobriram que não tinham sido destruídas. Enfim, episódios que colocam mais uma vez na berlinda o Congresso Nacional, que colocam sob a responsabilidade desta Casa, sob o risco de mais uma vez ela fazer o papel não de Poder Legislativo independente, mas sim de ministério especial para assuntos parlamentares do Presidente da República. Por isso torna-se necessário que o Congresso se disponha a fazer essa investigação.

Nesse período, surgiu a famosa matéria da **IstoÉ**. Já que não houve sessões de lá para cá, eu gostaria de explicitar de forma cristalina a posição do nosso Partido e a das Oposições, no Senado, em relação ao episódio envolvendo o Senador Antonio Carlos Magalhães, particularmente a suspeita de que teria havido violação do voto secreto na votação da cassação do Senador Luiz Estevão.

Inicialmente, falamos em fazer uma representação quando veio a primeira notícia. Depois fizemos uma análise e resolvemos fazer uma denúncia. Quando anunciamos o instrumento jurídico que utilizaríamos, a imprensa disse: vocês recuaram? Nós demonstramos que não. Primeiro aspecto: porque não a representação? Alguns tentaram estabelecer um paralelo entre a posição do PT no caso do Senador Luiz Estevão e a posição do PT agora em relação ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Como se o PT tivesse tomado posições diferentes. Absolutamente.

Como surgiu a representação contra o Senador Luiz Estevão? Qual era a principal peça anexada à representação para ser apresentada como prova? O Relatório da CPI do Judiciário. Portanto, já havia uma investigação feita pelo Senado Federal e que constava de forma cabal que havia relação entre o Senador Luiz Estevão e a construção do TRT. Qual era a função do Conselho de Ética? Ele tinha a tarefa de analisar se essa vinculação entre o Senador Luiz Estevão e a obra do TRT, que foi comprovada na CPI do Judiciário, implicava ou não em quebra de decoro parlamentar com a conseqüente pena caso o Conselho e o Plenário do Senado entendessem que houve quebra de decoro parlamentar.

Portanto, o Senado já havia feito uma investigação que comprovava essa relação entre Luiz Estevão e a obra do Tribunal Regional do Trabalho, o que é diferente deste caso, em que há uma notícia grave com elementos de prova que podem vir a comprovar que seja verdadeira a história da quebra do sigilo da votação. Mas, por enquanto, é uma notícia.

Querer que adotássemos a mesma posição que tomamos em relação ao Senador Luiz Estevão era pretender que tivéssemos pedido a sua cassação quando surgiu a primeira reportagem no jornal e o primeiro cheque que mostrava haver vinculação. Então, são aspectos absolutamente diferentes, não tendo havido nenhum recuo na última quinta-feira, como agora a imprensa está alegando que recuamos, porque resolvemos fazer um aditamento com os fatos novos que surgiram.

Ora, se fizemos uma denúncia na quinta-feira com base numa reportagem e, desde então, surgiram outras notícias na **IstoÉ** dizendo que existe a fita e no jornal **Folha de S. Paulo** afirmando que funcionários do Senado teriam entregado uma relação com a votação para o Senador Antonio Carlos Magalhães, a única tarefa que restava a nós, na qualidade de autores daquela denúncia, era fazer um aditamento à denúncia, que é o que estamos fazendo hoje, anexando a

segunda matéria da **IstoÉ**, que trata das fitas, além da matéria do jornal **Folha de S. Paulo**. Estamos solicitando que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar tome providências urgentes no sentido de conseguir uma cópia dessa fita, seja perante o Ministério Público, seja perante a revista **IstoÉ**, e estamos solicitando também que a primeira providência a ser tomada pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar seja ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Já vou conceder o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quando V. Ex.^a quiser.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Estamos solicitando ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que providencie, urgentemente, o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães naquele Conselho, para que se estabeleça esse processo de investigação. Entendemos até que talvez isso não possa ser feito no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, já que o ideal seria uma CPI para investigar esse caso também, porque a CPI teria instrumentos mais eficazes para tal. Mas, como dependemos ainda da boa vontade da maioria para assinar um requerimento de abertura de uma CPI, estamos procurando estabelecer essa investigação num foro que não dependa de assinaturas, mas que dependa apenas da iniciativa de um Parlamentar, tal como fizemos com a primeira denúncia.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Entendo, nobre Senador, importante a presença de V. Ex.^a na tribuna. Na minha opinião é muito clara a sua posição, não há dúvida nenhuma. Mas a mim me parece que estamos efetivamente vivendo uma hora muito difícil, e é ruim que estejamos vivendo uma hora igual a essa, quando estamos iniciando o período final do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando este Governo se propõe a apresentar uma proposta das obras que fará agora no final, quando nós e mais pessoas da tribuna do Senado Federal defendíamos a tese de que este é o melhor ano que existe para fazermos as reformas políticas e institucionais. Se quiséssemos fazer no primeiro ano, o Presidente Fernando Henrique Cardoso iria querer fazer as reformas em favor dele e não dar dinheiro para os municípios. Pelo menos iríamos ter essa dúvida com relação a ele, e os que são de Oposição sempre ficariam com aquela interrogação: "Vamos melhorar a vida

desse homem?" Agora, não. Nesse ano, fazendo reforma para só adotar no ano 2003, o Presidente da República pode agir como magistrado: convida a Oposição, o Governo, a OAB, a CUT, a CNBB e todo mundo para um grande entendimento para fazer as reformas. Por outro lado, todos os partidos acham que vão ganhar as eleições e, cá entre nós, todos têm chance de ganhar como o Lula, o Itamar Franco, o Ciro Gomes. Meu Deus, está cheio de candidatos com chances de ganhar a eleição. Eles vão atuar nessa reforma em condições de querer e fazer alguma coisa boa na eventualidade de ganharem. Lamentavelmente, acontece o que está acontecendo e não me lembro de termos iniciado um ano tão ruim, complicado e difícil como este que estamos iniciando. Com toda sinceridade, entendo que são dois os aspectos que temos que verificar: um, é a apuração eletrônica. Apareceu uma afirmativa dizendo que a apuração eletrônica é viciada e que pode ser manipulada, que pode ser alterada, ser modificada e, então, o resultado ser conhecido. Esse é um fato realmente grave! Até hoje, sobre votação secreta pelo placar eletrônico, conhecíamos somente as confusões havidas na Câmara dos Deputados com os "pianistas" em que um Deputado sabia a senha do outro e a televisão filmou quando um Deputado – e, à época, cada Deputado tinha o seu local – estava votando no lugar do outro. Era o chamado "pianista". Agora a Câmara tomou providências. Cá entre nós, sempre achei meio sem graça o Deputado ter que colocar o dedão lá, deixar sua impressão digital com um dedo e votar com o outro, mas foi a forma que se encontrou. Não sei se existe um outro parlamento no mundo em que a votação seja feita de forma digital e onde o parlamentar coloque seu dedão para provar que é ele. Mas, de qualquer maneira, isso resolveu o problema. Agora, nós aqui vamos ter que equacionar essa questão. O que aconteceu? Ouvi o Presidente da empresa do Rio Grande do Sul, que fez o painel, dizendo que estava tudo muito bem, que ele tinha a manutenção... Eu tenho culpa – e não sou Líder, como V. Ex.^a; V. Ex.^a tem mais culpa que eu, não fui Vice-Presidente, como V. Ex.^a – e acho que todos nós temos culpa por nunca termos nos preocupado com isso, de não termos tomado conhecimento disso. Agora que apareceu é que estamos preocupados, mas, na verdade, eu nunca tinha tomado conhecimento de como funciona isso. Como diz o proprietário da empresa, de Vera Cruz, no Rio Grande do Sul, ele tinha a fórmula nas suas mãos. Ele armou o painel eletrônico e não podia haver manipulação porque só ele tinha a fórmula. A senha secreta estava em seu poder, e ele garantia que não havia

nada. Venceu o prazo dele, o Senado não renovou o contrato, chamou-o e tirou dele o contrato. Fizemos um levantamento, um chamamento de empresas, para ver com quem ficaria e até hoje não tem a decisão. Então, quem ficou com o segredo foi o Senado, foi o Prodasen. Lá no Prodasen ficaram com isso. Estou sabendo disso agora. Lá no Prodasen ficaram com isso. E aí diz a empresa do Rio Grande do Sul que pode ter havido alteração, que pode-se fazer o que quiser com esse detalhe. Chamou-se a universidade, e esta veio e fez a análise. É muito estranho, Sr. Presidente. E é um fato muito grave. Sempre tive a maior confiança, o maior respeito pelo técnico que estava fazendo esse estudo. De repente, a imprensa publicou que o técnico teria sido expulso da universidade, ou demitido não sei por quê... porque, com o dinheiro da universidade, ele comia caviar. Caviar com uma bebida. Champanhê, talvez. Não sei dizer. Apareceu, de uma hora para a outra, um negócio que nada tinha a ver. De uma hora para outra, apareceu no jornal que esse técnico foi expulso da universidade, porque apuraram e ele foi pego, com dinheiro da universidade, comendo caviar com champanhê ou coisa parecida. Esse fato é estranho. Mas, que tem que ser apurado, tem! V. Ex^a tem razão... Não é hora de pedir pena nem para "a", nem para "b", nem para "c". É um absurdo! O que tem que fazer é só apurar o que aconteceu. O que há com o computador do Senado? O que aconteceu? Como ele funciona? Como vai funcionar daqui para frente? Isso é algo que se é obrigado a fazer. V. Ex^a está certo quando diz que vai ser feito esse levantamento, que vai ser acompanhado e vamos tomar conhecimento dele. O que houve? Pode acontecer? Não pode acontecer? Em que situação estamos hoje? Como vamos ficar no futuro? Essa é a primeira questão e que nada tem a ver com as demais. Por que não tem nada a ver com as demais? Porque envolve a nossa vida, o nosso dia a dia, envolve o Senado, o nosso presente e o nosso passado. É uma questão absolutamente nossa. Se não soubermos cuidar da nossa Casa, vamos cuidar de quem? O resto é a série de questões levantadas. Assinei a CPI. Se for o caso, em alto nível, devemos sentar à mesa e escolher os tópicos – um, dois, três, quatro, cinco, seis – fazer a apuração. Assim podemos fazer a CPI. Não vejo nada de mais em fazê-la. Nunca fui contra a CPI. Quis fazer isso há seis anos, quando tínhamos tudo pronto, mas lamentavelmente, à época, o Governo não deixou. Não envolvia este Governo. Envolvia coisas do passado. Envolvia tudo da CPI do **Impeachment** e da CPI dos Anões do Orçamento. Se tivesse

acontecido então, talvez as coisas fossem diferentes. Não vejo como tragédia, como desgraça, a criação de uma CPI. Muito pior é dosiê aqui, dosiê ali, pressão, coação, anulação de coisas que existem. Se for o caso, instalaremos uma CPI do mais alto nível. Ou seja, uma CPI composta de Líderes, das pessoas mais responsáveis. Cada Partido indicaria membros que não estão em busca de manchetes, mas em busca do equacionamento, da solução dos assuntos. Mas isso tem que terminar. Isso não pode continuar. É um setor que devemos verificar de maneira urgente, o mais brevemente possível. Peço-lhe desculpas pelo longo aparte e agradeço a gentileza de V. Ex^a e da Mesa. Duas providências são necessárias: quanto ao conjunto de interrogações que existe com relação ao atual Presidente do Senado, ao ex-Presidente, ao Presidente da República e aos fatos enormes que a cada dia aparecem diferentes é uma; quanto ao placar eletrônico, é outra. Esta última nós temos que verificar, porque estamos sob suspeita. Não poderemos fazer nenhuma votação secreta neste Senado antes de tomarmos conhecimento do que aconteceu com o placar. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon. Concorde plenamente com V. Ex^a; esta, aliás, tem sido a nossa estratégia. Nós fizemos uma denúncia anexando as matérias da imprensa ao Conselho de Ética e estamos tentando instalar uma comissão parlamentar de inquérito para apurar, não se houve quebra do sigilo do voto, mas para apurar a série de denúncias de corrupção envolvendo cabeças coroadas da República.

Talvez esse episódio do voto secreto até sirva para fazer andar a PEC do Senador Tião Viana, que acaba com a votação secreta no âmbito do Parlamento. O voto secreto é um direito do cidadão comum, para não ter o risco de ser coagido. Mas Parlamentar não é cidadão comum; Parlamentar representa milhares de pessoas que têm o direito de saber tudo aquilo que o Parlamentar fez, inclusive seus votos. Pois há essa proposta de emenda constitucional do Senador Tião Viana e esperamos que o Senado a aprove.

Voltando à questão da CPI, o que é risível, com todo o respeito ao Senador que teve essa iniciativa, é que, depois desse bombardeio todo, a Comissão de Fiscalização e Controle convidou os procuradores para o plenário daquela Comissão. Para dizer o que não sei; dizer se tem fita ou não? Mesmo porque essa questão não vai de deixar de ser investigada pela Comissão. Para dizer se o Senador Antonio Carlos Maga-

lhães apalpou ou não o bolso do Procurador Guilherme Schelb?

Quando o assunto estava na Comissão de Fiscalização e Controle, foi enterrado pela maioria da Comissão e está engavetado desde agosto ou setembro, se não me engano. Então, agora, dizer que não precisa de CPI porque a Comissão de Fiscalização e Controle vai investigar, é brincadeira – com todo o respeito.

Vejo, Sr. Presidente, que meu tempo já acabou.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Ouço com prazer V. Exª.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Não ouvi o discurso de V. Exª. Acabo de chegar de São Paulo, onde fui visitar o Governador Mário Covas, mas tenho uma posição que foi traçada por V. Exª daquela tribuna. É que todos esses casos devem ser investigados. Temos que investigar. O funcionamento do painel deve ser investigado. Se ele foi violado, deve ser investigado. Agora, não é o Presidente do Senado que tinha informação dos técnicos do Prodasen de que o painel era inviolável, que pode ser acusado de ter recebido uma lista ou algo equivalente do Prodasen, da Mesa ou de quem quer que seja. Ponham as pessoas que são responsáveis pelo painel para dizer se houve quebra de sigilo, falo do Dr. Carreiro, que continua tendo a confiança da Mesa atual por ser um servidor exemplar, e da Drª Regina, outra servidora exemplar que foi substituída, confesso não saber por quê. Agora, não fiquem inventando a quebra do sigilo como propósito exclusivo de acusar-me por que estou acusando. A posição de V. Exª é no sentido de que tudo deve ser apurado. As denúncias contra mim devem ser apuradas. Essa do painel, não. Deve ser algo à parte. Trata-se de outro problema. Agora, as denúncias que fiz sobre o Senador Jader Barbalho, hoje confirmadas pelo próprio Banco Central, exigem que o Presidente desta Casa, em respeito a V. Exª e a todos nós, diga ao Presidente do Banco Central que, conforme a nota publicada na **Folha de S. Paulo**, S. Exª tem o direito de quebrar seu sigilo com relação ao caso do Banpará. Não tenho dúvida de que esse é o pensamento do Senador Pedro Simon. Falo do Senador Pedro Simon que conheço e aplaudo nesta Casa por seus padrões de honestidade. O Presidente não tem mais direito de presidir se não agir dessa forma. E há meios para isso: ou judicialmente, ou por meio de CPI – mas não a que rem –, ou por meio do Congresso – aí não entendi se seria necessária maioria da Casa

–, ou pelo próprio Presidente Jader Barbalho. Essa, de todas, é a mais fácil, por que é só S. Exª dizer ao Sr. Presidente do Banco Central que autoriza que o relatório tal, número tal, descrito pelo jornal **Valor** e pela revista **Veja**, que está na prateleira tal, seja tornado público. E outras tantas mais, a Sudam, DNER e as outras em que foram acusados. O Ministro Waldeck pode agora desfazer uma; a outra, também o Ministro Tourinho já desfez por nota oficial, e as demais que surgirem ou surgirão terão que ir para aquele fórum que V. Exª mencionou, que é esta Casa. Não se deve fugir desse problema. Agora, por meio desse problema o Governo faz com que se fale dos sigilos telefônico e bancário. Sabe V. Exª que foi um erro do seu Partido extinguir aquela subcomissão presidida pelo Senador Renan Calheiros. Eu disse, na ocasião, que faria o pedido de quebra de sigilo baseado em decisões, se não me engano uma do Ministro Rezek e outra do Ministro Pertence, em que se admite o Presidente fazer esse pedido. A comissão se dissolveu e aí vai a verdade: o Dr. Eduardo Jorge me prometeu entregar no dia 10 de setembro – o prazo final era 11 – seu sigilo bancário. Eu pediria a quebra dos sigilos bancário e telefônico, mas V. Exªs erraram politicamente. V. Exª pode fazer mea-culpa. Não foi V. Exª, mas tinha de ser solidário com sua Bancada. O erro foi transformar em requerimentos – não sei se do Senador Eduardo Suplicy ou da Senadora Heloísa Helena – aos ministros, solicitando a quebra de sigilo, o que me tirou o direito que eu julgava ter como Presidente desta Casa. Os requerimentos foram enviados, não voltaram como deveriam e o resultado é a dúvida de por que não se quebrou o sigilo bancário e telefônico. Penso que o sigilo telefônico deve ser quebrado. Se o Sr. Eduardo Jorge vai quebrar o sigilo bancário, deveria fazê-lo com relação ao telefônico. Isso é importante para que V. Exªs, como todos nós, venham a tratar do assunto. A CPI proposta por V. Exª, da forma como V. Exª tratou naquele dia, tem a minha assinatura assim que me for entregue. Todos os casos têm que ser investigados e não só o do Sr. Eduardo Jorge porque não considero correto do ponto de vista ético. Deveríamos investigar tudo o que aqui foi questionado, como V. Exª, com tanta propriedade – aliás, essa é uma forma de agir de V. Exª, sempre com muita propriedade – daquela tribuna pediu. Há muita coisa a ser investigada. O prazo para recebermos as respostas da Sudam terminou no dia 4. Até hoje elas não vieram. Com relação ao DNER, ontem, o Ministro Eliseu Padilha deu uma entrevista em que assumiu a Presidência da República. Em certo momento, ele disse:

"ainda não cogitávamos demitir os Ministros Waldeck Ornellase Rodolpho Tourinho". Repito: "ainda não cogitávamos". Mais adiante, ele mostrou uma timidez – que sei que ele não tem, mas aparenta ter – com o Presidente da República. Há, em relação à minha pessoa, uma infinidade de mentiras, de montagens, em tudo isso que a **IstoÉ** faz – e não é de agora; já atacou a minha família e tudo o mais –, que precisam ser averiguadas, mas com a fita toda. Isso não é possível quando os Procuradores divergem, quebram fitas, queimam fitas. Temos que, primeiramente, saber qual a posição desses três Procuradores e se eles vão entregar uma fita inteira, não uma fita deturpada. Sequer ponho dúvidas na honestidade do Sr. Molina, que acaba de ser demitido da Unicamp, por motivos graves. Não ponho dúvida nisso, mas quero ouvir a fita inteira. Foi uma conversa de uma hora e dez minutos; não pode haver pedacinhos. A transcrição foi extremamente injusta. Eu, de Key Biscayne, não pude falar com o Senador Siqueira Campos, mas tornei pública a injustiça em relação a S. Ex^a, porque só tenho dele provas de afeto e de amizade, inclusive colocando o nome em uma usina hidrelétrica de Luís Eduardo. Depois fui para a filiação deles. Creio que sejam pessoas importantes no meu Partido e que não poderiam estar misturadas com outras tantas. Os procuradores falaram coisas sobre as quais não me cabe comentar sem que eu ouça a fita, quando ficará claro quem disse o quê. Quanto ao problema da Senadora Heloísa Helena, que tem usado de linguagem destemperada, o que é próprio da sua personalidade – deveria ter comedimento maior –, V. Ex^a sabe que da Presidência eu, em determinado dia, do qual o próprio Secretário-Geral da Mesa deve ter a gravação, tirei a culpa de S. Ex^a quando um jornal declarou que teria votado dessa ou daquela maneira. Dali mesmo disse que não poderia saber e que se tratava de algo para desgastá-la em relação ao Plenário e a seu Partido. Isso está gravado, mas para V. Ex^{as} não vale nada. O que vale é aprovar uma lista que todos fizeram, como agora mesmo foi feita, nesta última eleição: quem votou em fulano; "a" votou em "b" e "c" votou em "d". Até o Presidente do meu Partido tinha dúvidas sobre o voto de alguns dos seus membros. Aqui, faz-se isso sobre votação; na Câmara, o hábito é fazer isso sobre quem será reeleito. Ficam o dia inteiro fazendo esse tipo de lista. Aqui, foi sobre votação. Na Câmara, é sobre quem vai ou não voltar. Então, essas coisas podem e devem ficar esclarecidas. Agora, o Senador Roberto Freire infringiu o Regimento. Todos viram e provam. Até o Secretário-Geral

da Mesa viu e pode dar o seu testemunho. O Senador votou sem ir à cabine na eleição para Presidente do Senado. Ele não foi à cabine, e isso é crime, porque violou o voto secreto, mostrando a várias pessoas o seu voto.

É esse arauto que vem querer...

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Mas ele teria esse direito?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL BA) – Ele teria obrigação de votar na cabine, porque o voto é secreto. Como V. Ex^a votou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB RS) – Por que V. Ex^a não exigiu?

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL BA) – Eu não exigi porque ele queria criar um problema comigo naquela hora. E V. Ex^a iria dizer que eu queria impedir a votação do Senador Jader Barbalho. Já que V. Ex^a estava tão comprometido com essa candidatura "honesta" do Senador Jader Barbalho, já que, pelo seu passado, V. Ex^a achava que devia abraçá-la e carregá-la, eu não quis criar um incidente – o que queria o Senador Roberto Freire: "Vá votar!" "Não vou, porque não quero". E teria ocorrido um tumulto na sessão. Eu então fiz que não vi, embora todos tivessem visto, inclusive V. Ex^a. De modo que está explicada essa parte a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Sendo assim, Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a contará comigo para a CPI ampla. Vamos apurar tudo. E há tempo para se apurar. Dizer que não se apura é bobagem. Estou pronto para assinar e trabalhar, se for o caso, para que ela exista. V. Ex^a sabe que sou seu admirador. Na véspera da eleição, disseram que eu afirmava que contava com o voto de V. Ex^a contra determinados candidatos. Eu, da própria Mesa, fiz a defesa de V. Ex^a, dizendo que nunca tratamos desse assunto e que seu caráter é fora de dúvida. Diante disso, é um erro querer colocar no pelourinho alguém que para lá não pode ir, porque está, no momento, querendo a moralidade pública do País. Não dará certo! Não vão conseguir, porque estou com a razão e estou com a causa que a opinião pública brasileira deseja – o que é visto nas cartas aos jornais e na opinião pública apurada pelo Ibope. Agradeço a V. Ex^a, pedindo-lhe desculpas por ter sido tão longo, o que não é do meu hábito, posto que o aparte deveria ser de apenas dois minutos. Desculpe-me, mas era necessário esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador José Eduardo Dutra, peço a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, ainda não comecei o pronunciamento que pretendia fazer, e gostaria de ter esta oportunidade.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) – Senador José Eduardo Dutra, meu aparte será muito breve, apenas para esclarecer uma posição levantada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em relação à opinião do Presidente do meu Partido, Senador Roberto Freire. Não tenho uma longa vida parlamentar. Fui Deputado Estadual, Deputado Federal e, hoje, tenho a satisfação de representar meu Estado, o Espírito Santo, no Senado. Nessa trajetória, algo já ficou muito claro para mim: não deveria haver votações secretas na Casa Legislativa brasileira, seja ela da representação nacional, estadual ou municipal, até porque somos representantes do povo, recebemos uma delegação, na verdade recebemos uma procuração em branco para decidir uma série de questões em nome dos brasileiros, tais como criação de impostos, modificação de alíquotas e assim por diante. O Senador Roberto Freire votou atrás da Mesa, e não foi por provocação. É injusta a afirmação do Senador Antonio Carlos. Eu também votei atrás da Mesa. O meu voto foi aberto e foi um ato mais de consciência pessoal. O Senador Roberto Freire também poderá dizer o mesmo amanhã, quando estará aqui. Em todas as oportunidades em que tive de tomar uma decisão polêmica na minha vida parlamentar, fiz questão de fazê-lo abertamente, o que também pratiquei na eleição da Presidência da Casa, votando abertamente no candidato lançado por nós, um homem digno e que tem o respeito de toda a Casa, que é o Senador Jefferson Péres. Gostaria de esclarecer essa posição porque, de certa forma, se fosse uma provocação do Senador Roberto Freire, seria uma provocação minha também. E nós não tínhamos interesse nenhum em provocá-lo, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas o voto era secreto?

O Sr. Paulo Hartung (PPS – ES) – O voto era secreto. Nós votamos abertamente. Assumimos como um voto aberto. E as posições que o Senador Roberto Freire está defendendo em relação ao problema do painel poderão ser discutidas nesta Casa, no momento certo. Não vou atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a, que até já reclamou do tempo. Contudo, gostaria

de fazer apenas esse esclarecimento, de que não foi provocação. Temos uma posição clara. A propósito, nós dois conversamos muito dias antes da votação sobre mudanças de posições, e eu, pessoalmente, considerei positivo promover um voto aberto, que esclareceria as questões apontadas naquele momento, pois estávamos ali, mesmo que com um tijolinho, fazendo um pouco de História do Brasil. Tenho certeza de que votei no melhor candidato para conduzir a Casa, e o fiz com muita alegria. Fiz campanha, solicitei voto e até tentei vencer o Senador Antonio Carlos Magalhães a nos ajudar na campanha. Muito obrigado.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Mas feriu o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Senador José Eduardo Dutra, a Mesa tem desejado ser tolerante e o tem sido. Reconhece que houve dois apartes bastante longos. Entretanto, V. Ex^a já excedeu o seu tempo em mais de 20 minutos. Pedimos, portanto, que conclua seu pronunciamento, pois há outros oradores inscritos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, sei que vou poder contar com a benevolência de V. Ex^a, pois tenho ainda um comunicado importante a fazer; mas gostaria também de fazer um registro em relação ao aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães, pois S. Ex^a disse que não ouviu o início do meu discurso. Eu nem tocara nesse assunto, mas apenas procurei estabelecer a verdade dos fatos em relação à posição do nosso Partido: não recuamos, nem recuamos do recuo em momento nenhum, visando a fazer alianças seja com V. Ex^a, tendo em vista obtermos a sua assinatura para a CPI, seja com o PMDB, em prol de assinatura a favor da outra CPI. Como já disse – e hoje a imprensa já insistiu na pergunta: "Vão pedir a cassação do Senador Antonio Carlos Magalhães?" –, fizemos uma denúncia junto ao Conselho de Ética e estamos fazendo um aditamento hoje a essa denúncia. Essa questão do painel será apurada nesse Órgão. Discordo de V. Ex^a quando tenta estabelecer um paralelo entre a quebra do sigilo do voto do painel e a quebra do sigilo do voto de cada Senador, por decisão individual. Eu quebrei o meu: combinei com um fotógrafo que estava aqui em cima para fotografar o meu voto, exatamente para evitar que eu viesse a ser objeto de suspeição, caso – como acabou se confirmando – o Senador Jefferson Péres não tivesse 14 votos. Então, quebrei o sigilo por decisão individual.

Qualquer Senador tem o direito de mostrar o seu voto, de quebrar o seu sigilo. Não é anti-regimental, porque nós não interferimos no encaminhamento da votação. Ninguém pediu para encaminhar o voto. É diferente de se quebrar o sigilo do voto de outros. Mas este assunto, como já disse, será tratado no Conselho de Ética, e V. Ex^a terá oportunidade de explicar a sua posição.

Com relação à CPI, repito o que disse na outra vez: teremos uma reunião amanhã de todos os Líderes da Oposição – na Câmara e no Senado. E vamos discutir um requerimento que viabilize a instalação da CPI. Queremos discutir com V. Ex^a, queremos discutir com o PMDB, queremos discutir com todas as Lideranças desta Casa, com o Governo se for o caso, porque o que está em discussão é a imagem do Congresso. O Congresso não pode fingir que não está acontecendo nada no País. Essas duas tribunas foram palco de denúncias graves por parte de membros do próprio Governo contra Ministros de Partidos que são aliados, mas que são outros Partidos! E o Congresso não pode fingir que não está acontecendo nada. O Congresso tem que instalar uma CPI. Quanto ao objeto da investigação, nós vamos discutir.

Sr. Presidente, eu fiz um pouco de marola, porque eu havia anunciado ao Senador Jader Barbalho que pretendia usar da palavra, que iria tocar no seu nome, e solicitei que S. Ex^a estivesse presente; contudo, não pôde vir.

Sr. Presidente, solicito que, a partir de agora, o meu pronunciamento sirva como justificativa do requerimento que apresentarei.

A **Veja** e a **Folha de S. Paulo** fizeram matérias sobre um suposto relatório do Banco Central que incriminaria o então Governador Jader Barbalho. A **Veja** chega a fazer uma série de ilações acerca do sumiço do relatório. Declara: "Foi desengavetado a primeira vez quando se falou em criar a CPI do Banco". Justiça seja feita, sobre a primeira CPI, proposta pelo Senador Antonio Carlos Valadares, o que diz a **Veja** sobre o Senador Jader ter concordado com a sua extinção não é verdade. O PMDB votou contra a proposta de extinção daquela CPI no plenário. A CPI foi extinta pelo PFL e pelo PSDB. Essa primeira ilação não tem fundamento. Trata-se daquela primeira CPI dos Bancos, do Senador Antonio Carlos Valadares, que foi criada, chegou a ser instalada, com o Senador Esperidião Amin como Presidente, e depois foi sepultada no plenário do Senado.

Segundo a **Veja**, o tal relatório apareceu numa época em que se ameaçava convocar o Malan para a CPI

dos Bancos. O Malan não veio, e o relatório foi arquivado novamente. Depois, diz a revista que o relatório apareceu na época da Tereza Grossi e voltou a ser arquivado. Esse é um assunto sobre o qual o Senado também não pode ficar ao sabor das ilações da imprensa.

Apresentei um requerimento de quebra do sigilo bancário do Sr. Eduardo Jorge. Na ocasião, disse que estava fazendo um favor ao Governo, porque este dizia que estava sendo chantageado com a história do Eduardo Jorge. A única forma de acabar com a chantagem era retirar aquele esqueleto do armário e enterrá-lo ou não de uma vez por todas. Portanto, apresentei o requerimento de quebra do sigilo bancário com base na nova Lei de Sigilo Bancário.

O Presidente Armínio Fraga divulgou as situações em que o Banco Central pode entregar documentos cobertos pelo sigilo: decisão judicial, CPI, decisão de Plenário e, naturalmente, autorização daquele cujo sigilo está sob questão.

Não tenho como influir em três desses quatro itens, mas em apenas um deles. Estou apresentando à Mesa o seguinte requerimento:

Requeiro, nos termos do §2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os termos do §2º do art. 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que o Ministro de Estado da Fazenda determine ao Presidente do Banco Central o envio ao Senado Federal de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período de 1984/1987.

De acordo com a Lei nº 105 e de acordo com o Ato da Mesa nº 1, esse requerimento deve ir para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ser apreciado em duas reuniões e, depois, ser submetido ao Plenário do Senado.

O Senado entenderá se é importante ou não analisar esses documentos divulgados pela imprensa, com as ilações que queira fazer, como fez, porque a **Veja** diz que esse relatório do Banco Central foi utilizado como chantagem. E o Congresso Nacional concordará que esse assunto continue eternamente também sendo utilizado ou não como chantagem?

Portanto, Sr. Presidente, é de fundamental importância que o Plenário do Senado Federal tenha, de uma vez por todas, informações a respeito desse famigerado relatório do Banco Central, independentemente de CPI. Essa é uma medida que o Plenário

pode tomar por si só, de acordo com a Lei do Sigilo Bancário.

Nós, da Oposição, teremos uma reunião amanhã para tentar definir esse requerimento de CPI. Estamos abertos a sugestões de quaisquer Parlamentares e Partidos que se disponham a assinar o referido requerimento.

O Partido dos Trabalhadores garante sete assinaturas no Senado e 56 na Câmara dos Deputados com relação a qualquer requerimento de CPI que venha a ser proposto. O que está em discussão, muito mais do que um mero debate entre Governo e Oposição, é a imagem do Congresso Nacional, profundamente atingida em razão desse período que antecedeu as eleições na Mesa do Senado, com acusações recíprocas entre membros desta Casa.

A única forma que o Congresso Nacional tem para resgatar parte dessa credibilidade é se dispondo a instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito. Queremos sugestões e principalmente assinaturas para que a CPI venha a ser viabilizada.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Ouço o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Sabe V. Ex^a o respeito que lhe tenho. Agora, não seria mais rápido do que o requerimento que V. Ex^a apropriadamente apresenta se todos os Líderes dos Partidos pedissem ao Senador Jader Barbalho que S. Ex^a abrisse mão desse sigilo, conforme diz o Sr. Armínio Fraga, como um dos itens que permite a entrega de documentos pelo Banco Central? Seria mais rápido. Eu acho que chegaria amanhã. V. Ex^a está certo regimentalmente, mas seria mais prático que S. Ex^a o Senador Jader Barbalho pudesse abrir, e não teríamos essa tramitação mais demorada, ainda colocando para o Plenário decidir politicamente algo que não é político, mas moral.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, das quatro situações em que pode haver a transferência desse sigilo, só posso interferir numa delas, e é nessa direção que estou apresentando o requerimento. Tenho certeza de que o Senador Jader Barbalho deve ter escutado ou ficará sabendo da proposta de V. Ex^a e tomará a posição que melhor entender.

Apelo ao Congresso Nacional para que, independentemente das divergências partidárias, da questão de Governo ou de Oposição, essa série de

acusações e de denúncias – algumas com sustentação, outras nem tanto – seja apurada, porque, senão, ficará mais uma vez perante a opinião pública a idéia de que não se apura por que se tem medo da verdade e da própria apuração.

Ora, o Governo Fernando Henrique Cardoso é passageiro. Ele será substituído, mas o Congresso Nacional é uma instituição permanente, que não pode ficar sob o risco de desmoralização perante a opinião pública.

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex^a o requerimento e peço que a última parte do meu pronunciamento sirva como justificativa.

É o seguinte o requerimento encaminhado:

REQUERIMENTO Nº 53' DE 2001

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os termos do parágrafo 2º do artigo 4º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e em conformidade com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que o Ministro de Estado da Fazenda determine ao Presidente do Banco Central o envio ao Senado Federal de todos os relatórios de auditoria, inspeção e/ou fiscalização do Banco Central relativos às irregularidades havidas no Banpará durante o período 1984/1987.

Sala das Sessões, 5 de março de 2001 – **José Eduardo Dutra.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento de V. Ex^a será atendido no sentido da anexação da justificativa; e, por se tratar de quebra de sigilo bancário, será submetido inicialmente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, por vinte minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de tudo o que ouvi, não mais utilizarei os vinte minutos.

Esta é a primeira vez que vejo tanta gente no plenário, na tribuna de honra – fotógrafos, jornalistas – numa segunda-feira. É o caso de se aplaudir; é sinal de que o Senado volta a ter frequência ainda que por assuntos que não devesse tê-lo.

Sr. Presidente, volta ao Senado o nosso querido Senador Waldeck Ornelas, companheiro de Partido que, ao longo de toda a sua atuação no Ministério, se houve com dignidade pessoal e não perde em voltar

para o Senado, esta Casa é quem ganha com o seu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Siqueira Campos.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 54, de 2001

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 218, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-embaixador e banqueiro mineiro Walther Moreira Salles, fundador do Unibanco, ocorrido na terça-feira, 27 de fevereiro de 2001, em Petrópolis, região serrana do Estado do Rio de Janeiro, bem como, apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 5 de março de 2001. – **Lúcio Ancântara – Antonio Carlos Magalhães – José Alencar.**

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Esse requerimento depende de votação em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Era meu propósito, Sr. Presidente, apresentar este requerimento. Espero assiná-lo, se possível, em segundo lugar.

Eu mantinha um excelente relacionamento com o Dr. Walther Moreira Salles, uma das figuras mais elegantes e, sobretudo, competentes, discretas, que este País possuiu.

Foi Ministro da Fazenda em época difícil da vida brasileira e Embaixador duas vezes nos Estados Unidos, no Governo de Vargas e de Juscelino Kubitschek. Era um homem banqueiro; banqueiro vitorioso e respeitado no mundo inteiro. E Walther Moreira Salles teve vários filhos, e todos eles brilharam na atividade que foram realizar durante a vida. Walther Moreira Salles teve mais de um filho cineasta, teve um filho banqueiro, todos fiéis aos princípios morais que nortearam a vida desse grande brasileiro.

O Senado da República se engrandece no momento em que vota esta moção de pesar.

Filho de João Salles, tinha pelo pai uma adoração. Se guiou os passos do pai e pôde se tornar um dos homens mais importantes da vida brasileira. Daí por que este requerimento representa não só a vontade do Senado, do Congresso, mas de todo o País, que teve em Walther Moreira Salles um dos seus maiores filhos.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Também para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, confesso a V. Ex^a que me aproximava deste plenário com a intenção, o desejo, a vontade, de apresentar um requerimento de manifestação de pesar e de solidariedade à família pela morte de Walther Moreira Salles.

Conheci-o bem, não tanto na intimidade, mas no respeito e na admiração. Foi um homem exemplar em momentos históricos da Nação. No momento em que, no Governo JK, rompia-se a relação do Brasil com o Fundo Monetário Internacional, nesse instante, ele era chamado para retomar os contatos e se alinhavar o retorno às negociações com aquela instituição.

Walther Moreira Salles sempre foi reconhecido como homem de finanças. Mas, sobretudo, soube apresentar-se como homem público respeitado, lha-no, competente.

Ainda no ano passado, seu filho João Moreira Salles, convocado por nós para prestar depoimento na Comissão Especial do Cinema, ele, que é o documentarista número um na cinematografia brasileira, transmitiu-me o abraço de seu pai. Depois, quando se aproximava a data do comparecimento de Walther Salles, o cineasta, também recebi a mesma manifestação: um recado de amor e de estima de Walther Moreira Salles.

Esse ilustre mineiro de Pouso Alegre não se notabilizou no mundo econômico, por ter consolidado a antiga casa bancária fundada por seu pai, João Moreira Salles, em Poços de Caldas, transformada depois no Unibanco, hoje no quarto banco brasileiro. Mais do que isso, ele devotou parte de seu tempo à cultura brasileira. Orgulhava-se, por exemplo, por ter criado o Instituto Moreira Salles.

Esse apreço do grande brasileiro que agora desaparece, sempre esteve presente no dia a dia de sua vida. Tanto que habitualmente proclamava, em con-

versas infor mais como amigos, que ele "era apenas o pai do Waltinho", referindo-se a seu filho cineasta, diretor do premiado filme "Central do Brasil.

Era meu pensamento visitá-lo em Araras, onde se encontrava de certa forma doente. Não pude fazê-lo; mas no momento em que nos deixa, quero transmitir a toda a família Moreira Salles, a todo o sistema financeiro do País e ao próprio espírito de desenvolvimento da Nação, o meu abraço fraternal, especialmente por intermédio de Walther Salles e João Moreira Salles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento n.º 54, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

SGM/P 131/01

Brasília 28 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício/SF Nº 104/01, informo a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados concorda com a realização da sessão solene conjunta destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, a realizar-se no próximo dia 7 de março e indico a Deputada Jandira Feghali, autora de requerimento de mesmo teor, para falar como oradora na referida sessão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência minha expressão de apreço e consideração. – Aécio Neves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tendo em vista o expediente que acaba de ser lido, a Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se no próximo dia 7 de março do corrente ano, às 10 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que as matérias anteriormente agendadas para a Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 7 do corrente, foram antecipadas para a sessão de amanhã, dia 6, em virtude de comparecimento de Ministro de Estado no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a tantas incertezas que os fatos do cotidiano parecem espalhar na opinião pública nacional, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, nobres Senador e Senadores, para afirmar que, no meu Estado do Tocantins, a cada dia que passa, as notícias de novas iniciativas, governamentais ou não, nos dão a certeza de que o Brasil não pára, de que enquanto a insegurança ameaça as grandes cidades e a vida dos cidadãos, a pressão da globalização nos fecha mercados, os juros exorbitantes inibem nossa capacidade de investimentos, enquanto isso ocorre no país, no silêncio, no esforço e no trabalho de sua gente, um outro país vem nascendo no coração do Brasil.

Há dias comentava os passos largos em que vem ocorrendo a construção do complexo hidroelétrico do Rio Tocantins, com as obras da Usina do Lajeado cumprindo religiosamente seus prazos e com a apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental da Usina do Peixe sendo debatidos em audiências públicas com a população.

Há dias também me referia à estrutura enxuta da administração estadual que, comprometendo apenas 37% da sua receita com a folha de pagamento de pessoal e 10% com gastos de manutenção da máquina do Estado, viabilizava recursos da ordem de 50% do orçamento estadual para investimentos e para lastrear o crédito do Estado junto a agências de financiamento nacionais e estrangeiras.

Pois bem, Sr. Presidente! Graças à racionalização da estrutura e da gestão administrativa expressas nesses números, o Governo do Estado vem podendo cumprir metas e ultrapassando-as, como o Programa Estadual de Eletrificação Rural – o PERTINS, que brevemente deverá beneficiar com energia elétrica mais 18 mil propriedades rurais. O Programa já estendeu 2.890 Km de linhas secundárias, sendo que outros 4.526 Km de linhas estão em andamento, as quais beneficiarão mais 5 mil famílias.

A Celtins, executora do projeto, aguarda para o mês de março o lançamento de novo edital para a compra de material, com o que prosseguirá a realização da meta do programa de atingir mais 18 mil propriedades.

O Secretário de Infra-estrutura, Dr. José Edmar Brito Miranda, gestor dos recursos, anunciou para o dia 16 de março o lançamento do Edital para aquisição do material necessário à execução da obra.

Graças à absoluta regularidade dos cronogramas físico-financeiros, 27 milhões de dólares já foram investidos em material elétrico e em equipamento e 10 milhões com mão-de-obra.

O programa total deverá custar 100 milhões de dólares, dos quais 69 milhões serão financiados pelo Eximbank, assumido pelo Governo do Estado, enquanto os restantes 31 milhões serão de responsabilidade da CELTINS e dos próprios beneficiários.

É a revolução do Brasil silencioso, Sr. Presidente, que vem ocorrendo longe dos focos da crise do Brasil urbano, do Brasil inserido nos circuitos globalizados e dependente dos caprichos da globalização.

Quem há alguns anos sobrevoa se aimensidão do território tocantinense à noite veria milhares de estrelas no céu pontuando a noite tocantinense. De quando em quando, vagase trepidantes luzes assinalavam algumas cidades, onde a energia elétrica era gerada de forma precária. No mais, a escuridão encobria os campos e os lares de um território esquecido e adormecido.

Quem sobrevoa hoje à noite esse mesmo território, vê naquela escuridão, a cada dia se multiplicarem os pontos de luz, como se novas estrelas pontuassem a terra, iluminassem os lares tocantinenses e as cidades, pequenas ou grandes, demarcassem com o brilho de suas luzes esfuziantes o meio da noite. É a irreversibilidade do progresso que, afinal, chega a cada dia, despertando nos homens a certeza de melhores dias e de melhor qualidade de vida no coração do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando as Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 6, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 31, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1999, de autoria do Senador Jorge

Bornhausen, que modifica a Lei nº 9.096, de 1995, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.175, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, com os votos contrários dos Senadores Artur da Távola, Roberto Requião e, em separado, do Senador Antônio Carlos Valadares.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, DE 2000 – COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2000-Complementar, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.045, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Álvaro Dias.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 1999 (nº 295/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 310, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 1999 (nº 127/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapeva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 353, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

versas infor mais como amigos, que ele "era apenas o pai do Waltinho", referindo-se a seu filho cineasta, diretor do premiado filme "Central do Brasil.

Era meu pensamento visitá-lo em Araras, onde se encontrava de certa forma doente. Não pude fazê-lo; mas no momento em que nos deixa, quero transmitir a toda a família Moreira Salles, a todo o sistema financeiro do País e ao próprio espírito de desenvolvimento da Nação, o meu abraço fraternal, especialmente por intermédio de Walther Salles e João Moreira Salles.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento n.º 54, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

SGM/P 131/01

Brasília 28 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício/SF Nº 104/01, informo a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados concorda com a realização da sessão solene conjunta destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher, a realizar-se no próximo dia 7 de março e indico a Deputada Jandira Feghali, autora de requerimento de mesmo teor, para falar como oradora na referida sessão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência minha expressão de apreço e consideração. – Aécio Neves, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tendo em vista o expediente que acaba de ser lido, a Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se no próximo dia 7 de março do corrente ano, às 10 horas, no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência comunica às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que as matérias anteriormente agendadas para a Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 7 do corrente, foram antecipadas para a sessão de amanhã, dia 6, em virtude de comparecimento de Ministro de Estado no plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Não há mais oradores inscritos.

O Sr. Senador Eduardo Siqueira Campos enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meio a tantas incertezas que os fatos do cotidiano parecem espalhar na opinião pública nacional, venho a esta tribuna, Sr. Presidente, nobres Senador e Senadores, para afirmar que, no meu Estado do Tocantins, a cada dia que passa, as notícias de novas iniciativas, governamentais ou não, nos dão a certeza de que o Brasil não pára, de que enquanto a insegurança ameaça as grandes cidades e a vida dos cidadãos, a pressão da globalização nos fecha mercados, os juros exorbitantes inibem nossa capacidade de investimentos, enquanto isso ocorre no país, no silêncio, no esforço e no trabalho de sua gente, um outro país vem nascendo no coração do Brasil.

Há dias comentava os passos largos em que vem ocorrendo a construção do complexo hidroelétrico do Rio Tocantins, com as obras da Usina do Lajeado cumprindo religiosamente seus prazos e com a apresentação dos Estudos de Impacto Ambiental da Usina do Peixe sendo debatidos em audiências públicas com a população.

Há dias também me referia à estrutura enxuta da administração estadual que, comprometendo apenas 37% da sua receita com a folha de pagamento de pessoal e 10% com gastos de manutenção da máquina do Estado, viabilizava recursos da ordem de 50% do orçamento estadual para investimentos e para lastrear o crédito do Estado junto a agências de financiamento nacionais e estrangeiras.

Pois bem, Sr. Presidente! Graças à racionalização da estrutura e da gestão administrativa expressas nesses números, o Governo do Estado vem podendo cumprir metas e ultrapassando-as, como o Programa Estadual de Eletrificação Rural – o PERTINS, que brevemente deverá beneficiar com energia elétrica mais 18 mil propriedades rurais. O Programa já estendeu 2.890 Km de linhas secundárias, sendo que outros 4.526 Km de linhas estão em andamento, as quais beneficiarão mais 5 mil famílias.

A Celtins, executora do projeto, aguarda para o mês de março o lançamento de novo edital para a compra de material, com o que prosseguirá a realização da meta do programa de atingir mais 18 mil propriedades.

O Secretário de Infra-estrutura, Dr. José Edmar Brito Miranda, gestor dos recursos, anunciou para o dia 16 de março o lançamento do Edital para aquisição do material necessário à execução da obra.

Graças à absoluta regularidade dos cronogramas físico-financeiros, 27 milhões de dólares já foram investidos em material elétrico e em equipamento e 10 milhões com mão-de-obra.

O programa total deverá custar 100 milhões de dólares, dos quais 69 milhões serão financiados pelo Eximbank, assumido pelo Governo do Estado, enquanto os restantes 31 milhões serão de responsabilidade da CELTINS e dos próprios beneficiários.

É a revolução do Brasil silencioso, Sr. Presidente, que vem ocorrendo longe dos focos da crise do Brasil urbano, do Brasil inserido nos circuitos globalizados e dependente dos caprichos da globalização.

Quem há alguns anos sobrevoa se aimensidão do território tocantinense à noite veria milhares de estrelas no céu pontuando a noite tocantinense. De quando em quando, vagase trepidantes luzes assinalavam algumas cidades, onde a energia elétrica era gerada de forma precária. No mais, a escuridão encobria os campos e os lares de um território esquecido e adormecido.

Quem sobrevoa hoje à noite esse mesmo território, vê naquela escuridão, a cada dia se multiplicarem os pontos de luz, como se novas estrelas pontuassem a terra, iluminassem os lares tocantinenses e as cidades, pequenas ou grandes, demarcassem com o brilho de suas luzes esfuziantes o meio da noite. É a irreversibilidade do progresso que, afinal, chega a cada dia, despertando nos homens a certeza de melhores dias e de melhor qualidade de vida no coração do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos lembrando as Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária a realizar-se amanhã, dia 6, terça-feira, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 1999
(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 31, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 187, de 1999, de autoria do Senador Jorge

Bornhausen, que modifica a Lei nº 9.096, de 1995, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.175, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Sérgio Machado, com os votos contrários dos Senadores Artur da Távola, Roberto Requião e, em separado, do Senador Antônio Carlos Valadares.

– 2 –

PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 113, DE 2000 – COMPLEMENTAR
(Votação nominal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 113, de 2000-Complementar, de autoria do Senador Moreira Mendes, que *altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.045, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Álvaro Dias.

– 3 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 213, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 1999 (nº 295/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, sob nº 310, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Maguito Vilela, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 242, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 1999 (nº 127/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Itapeva Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itapeva, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 353, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Luzia Toledo, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 293, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 1999 (nº 230/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Correio do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba, tendo

Parecer favorável, sob nº 313, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ney Suassuna, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2000 (nº 89/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paiquerê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Londrina, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 357, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias, com abstenção da Senadora Heloísa Helena.

– 7 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 3, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 2000 (nº 90/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Apucarana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 486, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Osmar Dias, com abstenções dos Senadores Geraldo Cândido e Jefferson Peres.

– 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 22, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 2000 (nº 264/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga con-

cessão à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Abaetetuba, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, sob nº 471, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Luiz Otávio, com abstenção do Senador Jefferson Peres.

– 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 86, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 86, de 2000 (nº 222/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Empresa Chapadense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 859, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Lúdio Coelho.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 122, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2000 (nº 308/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Debie Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ivaiporã, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, sob nº 871, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Álvaro Dias.

– 11 –

REQUERIMENTO Nº 14-A, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 14-A, de 2001, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2000-Complementar, de sua autoria.

– 12 –

REQUERIMENTO Nº 15, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 15, de 2001, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2000, com os de nºs 151 e 353, de 1999, que já se encontram apensados, por versarem sobre o mesmo assunto.

– 13 –

REQUERIMENTO Nº 16, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 16, de 2001, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 595, de 1999, com os de nºs 545, 582, 665 e 681, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

– 14 –

REQUERIMENTO Nº 17, DE 2001

Votação, em turno único, do Requerimento nº 17, de 2001, do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta da Proposta de Emenda à Constituição nº 39, de 2000, com as de nºs 29 e 39, de 1999, que já se encontram apensadas, por versarem sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 5 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

**Resenha das matérias apreciadas durante a
3ª Sessão Legislativa Ordinária
51ª Legislatura**

(16 a 28 de fevereiro de 2001)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO
LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

**PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De iniciativa do Senado Federal	12
Decisão Terminativa	12
De iniciativa da Câmara dos Deputados	1
Decisão de Plenário	1
Total	13

Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1999, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que altera os arts. 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071, de 1º de ja-

neiro de 1916 (Código Civil), referentes a investigação de paternidade.

(Decisão Terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 101, de 1999, de autoria da Senadora Emília Fernandes, que dispõe sobre a obrigatoriedade de manutenção de prontuários médicos e seu acesso por pacientes.

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 319, de 1999, de autoria do Senador Edison Lobão, que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências.

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 379, de 1999, de autoria do Senador Arlindo Porto, que altera os arts. 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 454, de 1999, de autoria do Senador Osmar Dias, que revoga a alínea d do inciso XII do art. 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte — SIMPLES, contra as pessoas jurídicas dedicadas ao ramo da publicidade e propaganda.

(Decisão Terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 460, de 1999, de autoria do Senador

Arlindo Porto, que altera o art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios.

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 601, de 1999, de autoria do Senador Luiz Pontes, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda.

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 617, de 1999, de autoria do Senador Paulo Hartung, que altera o caput do art. 2º do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, atualizando o conceito de terrenos de marinha.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2000, de autoria do Senador Romero Jucá, que denomina "Rodovia Francisco Gouveia Leite", trecho da BR-210.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 2000, de autoria do Senador Ramez Tebet, que altera dispositivo da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, para tornar gratuita a emissão de carteira de identidade no caso que menciona.

(decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, que altera o art. 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a nova composição das Comissões Internas de Prevenção de Acidente – CIPA e dá outras providências.

(decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2000, de autoria do Senador Agnelo Alves, que denomina "Viaduto Trampolim da Vitória" o viaduto localizado no entroncamento das rodovias BR-101 e BR-304 (B), no Município de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte.

(decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 20-2-2001

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2000 (nº 1.910/99, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Sessão: 21-2-2001

PROJETOS APROVADOS E ENVIADOS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	10
Total	10

Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2000 (nº 337/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Movimento Comunitário pela Cidadania a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2000 (nº 336/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Senhora Santana a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cansanção, Estado da Bahia.

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2000 (nº 356/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Trabalhadores de Boa Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Saúde, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 20-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2000 (nº 339/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação das Donas de Casa de Matozinhos a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 21-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2000 (nº 357/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Santa Rita a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Rita de Cássia, Estado da Bahia.

Sessão: 21-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2000 (nº 382/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade e Desenvolvimento de Arcos a execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 21-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2000 (nº 360/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e de Comunicação Comunitária de Carambeí a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carambeí, Estado do Paraná.

Sessão: 22-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 179, de 2000 (nº 378/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Carmo do Paranaíba a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carmo do Paranaíba, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 22-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 207, de 2000 (nº 436/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos e Moradores de Brasnorte – AAMB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasnorte, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 22-2-2001

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2000 (nº 379/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, informativo e Social de Comodoro-MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 22-2-2001

MENSAGEM RELATIVA A ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

De iniciativa do Presidente da República	2
Total	2

Mensagem nº 243, de 2000 (nº 1.809, de 2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Oto Agripino Maia, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé, exercer a de Embaixador do Brasil junto à Ordem Soberana Militar e Hospitalar de São João de Jerusalém, de Rodas e de Malta.

Sessão: 21-2-2001

Mensagem nº 244, de 2000 (nº 1.810, de 2000, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor

Luiz Antonio Jardim Gagliardi, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Noruega, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Islândia.

Sessão: 21-2-2001

MATERIA RETIRADA PELO AUTOR

De iniciativa do Senado Federal	1
Total	1

Projeto de Lei do Senado nº 95 de 2000, de autoria do Senador Romeu Tuma, que dispõe sobre a identificação de munições para armas de fogo portáteis, a fim de permitir o controle do seu destino, e define o crime de desaparecimento, extravio ou consumo não autorizado de armas e munições sob responsabilidade da administração pública. (Retirado nos termos do Requerimento nº 605, de 2000)

Sessão: 20-2-2001

MATÉRIA REJEITADA E ENCAMINHADA AO ARQUIVO

De iniciativa do Senado Federal.	1
Total	1

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 2000, de autoria da Senadora Luzia Toledo, que altera o inciso I do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20-2-2001

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI

De iniciativa do Senado Federal.	1
Total	1

Requerimento nº 22, de 2001, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que solicita a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 11 membros titulares e de 7 suplentes, obedecido o princípio da proporcionalidade partidária, para apurar, no prazo de 180 dias, as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais ONGs.

Sessão: 19-2-2001

OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal	4
Total	4

Requerimento nº 23, de 2001, do Senador Francelino Pereira e outros, solicitando que a Hora do Expediente da sessão do dia 2 de agosto de 2001, quinta-feira, às 10 horas, seja destinada à comemoração do centenário de nascimento de Pedro Aleixo.

Sessão: 20-2-2001

Requerimento nº 45, de 2001, da Senadora Emilia Fernandes e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial Conjunta do Congresso Nacional, no dia 7 de março próximo, às 10 horas, para comemoração do Dia Internacional da Mulher.

Sessão: 20-2-2001

Requerimento nº 46, de 2001, do Senador Geraldo Cândido, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Domingos Cardoso, ocorrido em 21-2-2001, na cidade do Rio de Janeiro.

Sessão: 21-2-2001

Requerimento nº 48, de 2001, do Senador Lúcio Alcântara, solicitando votos de congratulações a Suas Eminências Reverendíssimas Dom Geraldo Majella Agnelo, Arcebispo de Salvador, e Dom Cláudio Hummes, Arcebispo de São Paulo, tendo em vista suas nomeações para Cardeais pelo Papa João Paulo II.

Sessão: 21-2-2001

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO
SENADO FEDERAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(de 16 a 28 de fevereiro de 2001)**

Deliberativas ordinárias	3
Não deliberativas	2
Total	5

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO
SENADO FEDERAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 51ª LEGISLATURA
(16 a 28 de fevereiro de 2001)**

Matérias Aprovadas	25
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	13
• Por decisão terminativa	12
• Por decisão de Plenário.	1
Projetos aprovados e enviados à promulgação	10
• Concessões de telecomunicações	10
Escolha de Chefe de Missão Diplomática	2

Matérias Enviadas Ao Arquivo	2
Matérias rejeitadas e encaminhadas ao arquivo	1
Por decisão terminativa	1
Matéria retirada pelo autor	1
Total De Matérias Apreciadas	27

Requerimentos de Criação de CPI Deferidos	1

**SUMÁRIO CONSOLIDADO NO
PERÍODO DE 29 DE JANEIRO A
28 DE FEVEREIRO DE 2001**

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO
SENADO FEDERAL**

Deliberativas ordinárias	5
Não deliberativas	8
Total	13

Matérias Aprovadas **29**

Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	15
• Por decisão terminativa	12
• Por decisão de Plenário	03
Projetos aprovados e enviados à promulgação	10
• Concessões de telecomunicações	10
Escolha de Chefe de Missão Diplomática	2
Convocação de Ministros de Estado	2

Matérias Enviadas Ao Arquivo **3**

Matérias rejeitadas e encaminhadas ao arquivo	1
• Por decisão terminativa	1
Matérias retiradas pelos autores	2

Total De Matérias Apreciadas	32

Requerimentos de Criação de Cpi Deferidos	1

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 2.085-33, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 23 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - RECOOP, AUTORIZA A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO - SESCOOP, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDA NÚMERO
DEPUTADO RICARDO BARROS	024

EMENDAS APRESENTADAS: 23
EMENDAS ADICIONADAS: 01
TOTAL DE EMENDAS: 24

RELATOR:



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 2085-33

000024

2 DATA / /2001		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória n.º 2.085-33, de 22 de fevereiro de 2001	
4 AUTOR Dep. Ricardo Barros – PPB/PR		5 N.º PRONTUÁRIO	
6 1- ☐ SUPRESIVA	2- ☒ SUBSTITUTIVA	3- ☐ MODIFICATIVA	4- ☐ ADITIVA
		9- ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PAGINA 05	ARTIGO 9º	PARAGRAFO	INCISO VII
ALÍNEA			

TEXTO

EMENDA SUBSTITUTIVA

Substitua-se o n.º de representantes dos trabalhadores de um para cinco no que se refere ao inciso VII, do art. 9º, conforme a seguinte redação:

Art. 9º O SESCOOP será dirigido por um Conselho Nacional, com a seguinte composição:

- I - um representante do Ministério do Trabalho e Emprego;
- II - um representante do Ministério da Previdência e Assistência Social;
- III - um representante do Ministério da Fazenda;
- IV - um representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - um representante do Ministério da Agricultura e do Abastecimento;
- VI - cinco representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, inclusive seu Presidente;
- VII - cinco representantes dos trabalhadores em sociedades cooperativas.**

JUSTIFICATIVA:

A alteração se faz necessária, visando dar um tratamento paritário aos representantes que compõem o Conselho Nacional do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo), por entender que atribuições tais como organizar, administrar e executar o ensino de formação profissional, em todo território nacional, devem sofrer participação direta, em seus processos, dos vários representantes dos ministérios em questão, dos trabalhadores e dos empregados de maneira igualitária e democrática. Os representantes dos empregados serão indicados por suas representações sindicais.

ASSINATURA

Dep. Ricardo Barros – PPB/PR

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO N.º 497, DE 2000-SF “DESTINADA A INVESTIGAR FATOS ENVOLVENDO ASSOCIAÇÕES BRASILEIRAS DE FUTEBOL”.

Ata da 13ª Reunião realizada em 15/02/2001

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e um, às dezesseis horas, na sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores, Jonas Pinheiro, Alvaro Dias, Antero de Barros, Sebastião Rocha, Romeu Tuma, José Jorge e Geraldo Cândido, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a investigar fatos envolvendo Associações Brasileiras de Futebol”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Álvaro Dias declara aberto os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A seguir, a Presidência informa que a presente reunião administrativa foi solicitada pelo ilustre Relator, Senador Geraldo Althoff, que teve de se ausentar, temporariamente de Brasília, justificando a necessidade premente da Comissão apreciar e votar os seguintes requerimentos de sua autoria: 1. Requerimento nº 123, que solicita à Secretaria da Receita Federal e ao Banco Central do Brasil a transferência dos sigilos bancário e fiscal, no período de 1996 até 2000, da empresa Vasco da Gama Licenciamentos S/A – Vascolic – CNPJ 02.424.122/0001-30; e 2. Requerimento nº 124, solicitando que seja convocado para prestar depoimento nesta Comissão o Sr. Hércules Santana, ex-conselheiro fiscal do Club de Regatas Vasco da Gama. Não havendo objeção do Plenário, a Presidência designa o nobre Senador Jonas Pinheiro para funcionar como Relator-Adjunto e a quem concede a palavra para emitir a justificativa dos referidos requerimentos. Após a leitura e discussão das matérias, a Comissão aprova por unanimidade os dois requerimentos da Relatoria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença dos senhores Senadores, declara encerrada a reunião e, para constar, eu, Will de Moura Wanderley, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá a publicação.

4 – ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 23, DE 2000-CN, COM A FINALIDADE DE APURAR, EM TODO O PAÍS, O ELEVADO CRESCIMENTO DE ROUBO DE CARGAS TRANSPORTADAS PELAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO, BEM COMO PROCEDER INVESTIGAÇÕES NO QUE CONCERNE A LAVAGEM DE DINHEIRO E DESMANCHE DE CAMINHÕES POR PESSOAS ENVOLVIDAS COM AS QUADRILHAS DO ROUBO DE CARGAS.

Ata da 15ª Reunião realizada em 23/11/2000.

Aos vinte e três dias do mês de novembro do ano dois mil, às dez horas e quinze minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senador Moreira Mendes e dos Senhores Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Telma de Souza e Mário Negromonte, membros da Comissão, e ainda a presença do Deputado Estadual Afanásio Jazadji, reúne-se a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir o Doutor Godofredo Bittencourt Filho, Diretor do Departamento de Investigação de Crimes Patrimoniais – DEPATRI, da Cidade de São Paulo, a quem foi dada a palavra para o seu explanamento, na oportunidade o Depoente fez ampla exposição de como funciona o seu Departamento, sendo questionado pelos seguintes Parlamentares, Senadores Romeu Tuma e Moreira Mendes, Deputados Pompeo de Matos, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Telma de Souza e Afanásio Jazadji. O depoente prestou os esclarecimentos pedidos e foi agradecido pelos Membros da Comissão. O Deputado Afanásio fez entrega ao Relator da Comissão o Deputado Oscar Andrade de um Relatório do que foi apurado em uma CPI sobre roubos

realizada na Assembléia de São Paulo. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom-dia, senhores. Dou como instalada a reunião pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 23, de 2000, com finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Essa audiência pública tinha a finalidade de ouvir vários intimados já elencados durante depoimentos anteriores aqui em Brasília e em outros Estados para onde a Comissão se deslocou.

A Polícia Federal procurou, de todas as formas, entregar essas intimações. Na sua grande maioria, em razão do envolvimento de alguns elementos com o crime de roubo de cargas e receptação, vários deles não foram localizados, inclusive endereços fornecidos nos depoimentos e até em autos de prisão em flagrante não correspondem à realidade. O que nos obriga a solicitar à Polícia Federal investigação para localização, inclusive em razão de alguns deles já terem sido presos e hoje se encontrarem em liberdade em locais desconhecidos.

Fizemos solicitação ao Dr. Bittencourt, Diretor do Depatri em São Paulo, que aqui viesse nos apresentar um quadro sobre a situação do combate a esse tipo de atividade delituosa em razão, pois, segundo as estatísticas, mais de 50% desse tipo de ação delituosa ocorre no Estado de São Paulo. É claro que o deslocamento dessa carga tem seguido pelas estradas em todos os Estados e alguns já identificados como Recife; São Luís, Imperatriz e outras cidades do Maranhão; em João Pessoa e vários outros.

Assim como, Dr. Bittencourt, há Municípios pequenos no interior do País que servem apenas para o registro do roubo de cargas quando o transportador é o próprio responsável pelo desvio da carga. Temos ouvido reclamos de delegados responsáveis pelas investigações em vários lugares de que a falta de uma unidade dessa investigação tem dificultado em muito o prosseguimento delas quando ultrapassa o limite estadual, visto que a competência da autoridade estadual se restringe aos limites geográficos do Estado.

De forma que pediria a V. Sª que, preliminarmente, pudesse nos explicar qual a ação do Depatri

em São Paulo e qual a sua estrutura de combate e os meios de que dispõe para combater esse tipo de atividade. Peço a V. S^a que se identifique, com nome completo, para que ficasse registrado no relatório da CPI.

Agradeço a boa vontade de V. S^a, que recebeu a solicitação e aqui compareceu rapidamente, com a autorização do Secretário de Segurança, que colocou a nossa disposição um representante para colaborar em tudo que a CPI necessite durante a sua estada em São Paulo.

Os membros da CPI de pois serão apresentados ao senhor individualmente para que possa a população tomar conhecimento.

Dr. Bittencourt, coloço à sua disposição o microfone.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Muito obrigado. Primeiramente, gostaria de agradecer a V. Ex^a a oportunidade de nos ter convidado a comparecer e expor uma matéria que, em São Paulo, está sob a responsabilidade do Departamento que dirijo.

Meu nome é Godofredo Bittencourt Filho, sou Diretor do Depatri – Departamento de Investigação de Crimes Patrimoniais, desde março de 1999. É com muita honra que administro esse Departamento, que, como o senhor bem sabe, é um dos mais complexos da Polícia Civil em São Paulo, porque o crime contra o patrimônio, hoje, realmente vem em uma avalanche muito grande. A criminalidade é crescente, e a Polícia tem dificuldade de acompanhar a evolução de tudo o que acontece para poder combater. O senhor bem sabe, porque é produto de uma Polícia de São Paulo bem feita. A Polícia de São Paulo respeita as demais. Costumamos dizer, no nosso cotidiano, que ela é a melhor do Brasil – quicá do mundo.

Estamos aqui à inteira disposição para esclarecer as dúvidas.

O meu departamento é formado por três divisões importantes: uma delas é de crime contra o patrimônio, onde temos roubo à residência, assalto a banco, roubos de jóias, caixas eletrônicos e alguns outros crimes dessa natureza que estão sendo inovados, como o resgate relâmpago. A outra divisão é conhecida como Divecar, onde temos roubo e furto de veículos; desmanches; roubos de cargas, especificamente, e mais uma delegacia, que é para apurar fraude contra seguros.

Quero dizer aos senhores que em relação a essa fraude contra seguros, depois que assumi, começamos a verificar que tem crescido, assustadora-

mente, mais de 1000%. Foi o crime no meu departamento que mais cresceu.

A outra divisão, a Diprocon, tem a responsabilidade da Polinter, que atende a todas as cartas precatórias do Brasil. Existem as extorsões e as extorsões mediante seqüestro. O seqüestro, hoje, em São Paulo, está dando um certo trabalho, tendo em vista a pulverização de alguns agentes que tentam praticar esse tipo de crime.

Com referência ao roubo de cargas, esse é um crime realmente complicado. Por quê? Porque é onde você encontra puramente o crime organizado. Vou dar um exemplo para os senhores observarem a diferença entre os crimes. O crime contra o patrimônio não é inicialmente organizado, embora muita gente pense que é. O roubo a banco, que conseguimos diminuir, em São Paulo, 42%, não é especificamente um crime organizado. Eles se reúnem para fazer um assalto e gastar o dinheiro no Nordeste. O sujeito rouba, gasta o dinheiro e vai embora.

Para o roubo de cargas, já há necessidade de uma organização. A carga é roubada, há necessidade de ser esfriada em algum lugar e há necessidade de um receptador para recebê-la. Portanto, em seqüência, existe uma outra parte da quadrilha.

Hoje, o crime de carga é compartimentado. O que seria isso? Quem faz o assalto, quem comanda o assalto, vamos dizer, ou em um caminhão, ou no próprio estabelecimento em que está armazenado é uma parte da quadrilha. Ela vai lá e faz o assalto. Em um determinado local, em São Paulo, eles são pagos pelo trabalho realizado. Outras pessoas entram no caminhão e saem para fazer um outro assalto. Essa carga será esfriada em algum lugar e passará para um receptador, que a colocará no comércio como se fosse legal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia explicar a expressão esfriada?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Desculpem-me o linguajar, porque são 36 anos de Polícia e essa é a forma como costumamos falar.

Vejam bem, existe a parte do roubo de carga que é realmente o assalto em si. Ele acontece, e a pessoa é identificada. Depois disso, ela sai e vai para algum estabelecimento, onde fica parada, aguardando. A Polícia está procurando o assalto, tentando esclarecê-lo, enquanto aquela pessoa é esquecida. Ela fica, de certa forma, esperando que seja providenciada ou uma nota fiscal, ou um receptador, que colocará a mercadoria no mercado. Portanto, dizemos que “fica esfriando” o que ocorreu anteriormente. Esquece-se.

Vamos supor que se rouba um caminhão de televisão da Sony. Está todo mundo procurando. Daqui a pouco, houve um outro roubo, de outras mercadorias, e aquele, da Sony, ficou esquecido. Está guardado. E a pessoa interessada, o receptador final está providenciando ou uma nota fiscal, ou está dando um tempo para que aquilo saia de algum lugar e seja encaixado.

Fica difícil a fiscalização, porque, quando se prende quem assaltou, quem fez o trabalho e, depois, quando se quer saber a sequência disso, por mais que se queira investigar, por mais que se queira pegar esse bandido, principalmente quando é mais conhecido, ele não conhece o esquema dali para frente. Ele conhece uma pessoa ou mais que trata com ele por telefone; que simplesmente lhe paga, e ele cai fora. O que se segue não é do conhecimento deles, e fica difícil para nós, de certa forma, fazer a investigação.

Mas isso não é novidade, porque, na realidade, o grande responsável pelo roubo de cargas chama-se receptador.

Quero dizer aos senhores que, depois que assumi o Depatri, por determinação do Sr. Delegado-Geral, Sr. Desgualdo, que é um brilhante delegado, todo mundo conhece, e foi investigador da polícia, homem que veio das fileiras da polícia. Nós discutimos a maneira como seria a administração dele e juntamente com o Depatri passamos a atacar o receptador a ponto, de janeiro a outubro deste ano de 2000, de o Depatri prender 817 receptadores e prendeu menos roubadores—prendemos 750 roubadores, vamos dizer, os ladrões, os assaltantes. Prendemos mais receptadores do que ladrões e com isso conseguimos um decréscimo do roubo de cargas, porque se você não tem a quem entregar, não tem o que pegar.

Se entregarem para qualquer um de nós um caminhão de velas de automóveis, ninguém saberá o que fazer com isso, mas, na hora em que se pega o caminhão de vela, ele já está com a vela acesa para onde tem que ir, já está encomendado. Nenhum dos senhores sabe o que fazer com um caminhão de televisão.

Então, o receptador é, realmente, o grande mentor de uma situação e os receptadores ficam em uma faixa difícil, até para se apurar. Caso os senhores me perguntem quantos receptadores estão na cadeia, não vou saber, mas acredito que bem menos...

O SR. — Ou quase nada.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO — Isso é o senhor quem diz. Mas, na realidade, muito poucos estão presos porque na legislação tem o ter-

ceiro de boa fé e uma série de situações. Quando ele recebe, parece até que é uma situação meio legal. Quando chego em algum estabelecimento e encontro alguma coisa, faço operações junto ao fiscal. Fizemos um acordo com o Sr. Secretário e a fiscalização estadual nos acompanha.

Mas o que faz a figura do fiscal? O fiscal verifica tributo, rendimento para o Estado. Então, ele dá um prazo para que aquela pessoa que foi encontrada, em trinta dias, exiba a sua nota fiscal. Esse é o prazo para a pessoa chamar o contador e acertar. O fiscal não verifica a originalidade da nota. Se ela é especificamente falsa, porque ele conhece pela sua falsidade, vai fazer a autuação dele, mas se ela tem todas as características de uma nota fiscal boa, ele não quer saber se a origem para vir para boa é lícita. Deu para o senhor entender?

Vou dar um exemplo fora de carga: roubo de automóvel em São Paulo tem 60% da responsabilidade no desmanche. Fizemos uma operação grande, até acompanhados pelo Governador Mário Covas, e temos 1.270 desmanches na Capital. Então, o que acontece? Há um leilão público presidido por um leiloeiro federal, que é fiscalizado por legislação federal e não tem nada a ver com a do Estado, que legaliza a situação em um leilão público. Quem encaminha para um leilão público, normalmente, são seguradoras dos seus salvados recuperados e, muitas vezes, são leiloados carros que não têm condições de andar. A pessoa arremata, na realidade, um certificado.

O pessoal do desmanche, quando recebe aquilo, recebe um documento assim: Volkswagem branco no estado em que se encontra e leva um prazo para que o leiloeiro consiga toda a documentação legal para encaminhar para ele. Vamos dizer que sejam 30 dias: ele tem esse prazo para negociar um carro desmontado, roubado, naquelas características. Se o fiscal chega lá e dá um prazo para ele, aparece uma nota fiscal de algum particular de que vendeu um Volkswagem branco.

Então, o fiscal verificou a parte legal, mas a parte que a polícia deveria verificar, que é onde está a falta de lisura da coisa, fica difícil, é complicado e a polícia não tem todo esse poder de fazer a parte fiscal juntando com a outra. Há uma necessidade de modificar alguma legislação e nos propusemos e, inclusive, em termos de cargas, o Secretário tem o Pró-carga, que é uma legislação específica. Mensalmente, nos reunimos no gabinete do Secretário, presididos pelo Secretário Adjunto, com todos os representantes em São Paulo referente a cargas. Abrimos para que todos

falem ou reclamem, ou da ação da polícia ou tragam para nós alguma coisa que possa ser somada.

Como conseguimos, em São Paulo, estabilizar e praticamente baixar um pouco o roubo de carga em nossa área? Trouxemos para nós o sindicato de cada carga.

A carga tem um universo muito grande. Tenho 40 policiais em uma delegacia e eles não sabem que não existe, hoje, vamos dizer, roubos de peças de automóveis, um tipo de bobina. Onde serve a bobina? E aquela bobina de que carro é? Se encontramos em uma loja uma certa quantidade de bobina, não sabemos como poderia aquilo ter vindo, quem fabrica aquela bobina, como ela entra ilegalmente.

Tipos de rodas: vejam bem os senhores, em Cruzeiro, a fábrica de vagões fabrica rodas para exportação. Não sabemos que aquelas rodas de exportação só podem ser vendidas fora do País e se encontrarmos roda em um estabelecimento não teremos conhecimento de que ela não poderia estar no mercado interno. Então, o que fizemos? Passamos a trazer o sindicato de cada modelo de carga para que junto conosco nos ensinem a trabalhar com especificação do produto dele.

Vou mais longe. Tivemos contato com o Sr. Paulo Scaff, da Fiesp, da parte de tecidos, e pedimos que o sindicato trabalhasse conosco. Fomos para a periferia de São Paulo e fizemos faixa com o sindicato e abaixo o receptor, quer dizer, quem estava receptando estava vendo o próprio elemento da mercadoria junto com a polícia, porque, tenham certeza os senhores de que 90% de quem está receptando está envolvida no comércio do material, uma vez que só cabe a ele colocar aquele tipo de material.

Com isso, conseguimos em São Paulo, de certa forma, estabilizar e diminuir um pouco. O que acontece no Estado? Atenemos a grande São Paulo e o interior do Estado de São Paulo quando solicitados. Hoje já existe o interesse nosso – e o secretário já está providenciando – em termos de um setor de cargas para cada setor do interior. O interior do Estado antigamente era atendido por um departamento só, e hoje são sete departamentos. Então, estamos pedindo que esses departamentos tenham uma delegacia anti-sequestro que tem comigo a central, uma sentinela em cada lugar. Já existe, de parte do narcotráfico, uma Diise, que é uma delegacia no interior de cada cidade do Estado e queremos que seja criada...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É por regional?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Era por regional e agora são por seccionais. As Diises são por seccionais e queremos que pelo menos se crie uma delegacia por departamento no interior e vou dizer aos senhores por quê. Se há um roubo de cargas em Ribeirão Preto, ele não sai muito fora dos 70 a 80 km de Ribeirão Preto; dependendo do tipo de carga, fica na redondeza, é colocado de certa forma. Aqui em São Paulo, recebo a comunicação, e quando vou começar a pensar em Ribeirão Preto já não acho mais nada. Acontece todo o dia e toda hora; acontece mais roubo por dia do que o número de policiais que temos.

Então, há necessidade, hoje, de se ter uma delegacia em todo o interior para que se troquem informações da mercadoria que foi colocada, que acaba, de certa forma, deixando uma marca em algum lugar, ajudando as investigações, porque a polícia não tem bola de cristal, ela vive de troca de informações, de troca de dados com outros tipos de setores.

Estive, a convite do General Cardoso, em Brasília e fiquei duas horas com ele, no ano passado, tratando de uma matéria que tinha até sido escrita nos jornais. Escrevi da seguinte maneira: vamos nos organizar contra o que está organizado, o crime. Ele me convidou para conversar e ver qual era a idéia disso. Talvez eu não esteja nem autorizado por ele de dizer, mas acho que, pela respeitabilidade e responsabilidade de uma comissão como esta, temos que trazer tudo que, de certa forma, possa vir a ajudar, porque fica sempre a polícia como a grande responsável para esclarecer tudo isso.

Os caras fazem, e a pessoa questiona o que a polícia fez. Por mais que a polícia faça, é difícil. Digo até para os senhores que a polícia não tem a sociedade muito com ela e quando chegam na frente de um delegado de polícia duas pessoas brigando o delegado tem que achar qual a única que é certa, porque não existem duas certas. Aquela que achou que não ficou certa já ficou contra ele, já são 50%; aquela que ele diz que é a certa já não fica contente porque queria que matasse o outro, e aí já temos 75% contra. Então, é difícil ser polícia. É um cargo complicado, mas que, com todo o respeito, se fosse bem pago, seria o melhor do mundo.

Então, com o General, ele me perguntou o que poderia ser feito e tive uma idéia, Dr. Tuma. O senhor sabe que sou oriundo das Forças Armadas e fiquei 13 anos na Força Aérea, então temos uma certa formação de escola de informações. Há uma necessidade, hoje, em termos de roubo de cargas, de se pensar re-

almente com o pé no chão. Acho que existem muitos órgãos de segurança num país deste, muitos setores de segurança e, depois da Constituição de 1988, temos segurança de tudo quanto é tipo: polícia, ferroviária, rodoviária, florestal, que poderiam ser úteis ao interesse social, respeitando-se até sua constitucionalidade. Vou exemplificar para os senhores: se usarmos Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Civil, tudo para combater o crime organizado, e vamos dar o exemplo de um laboratório de narcotráfico que estivesse em qualquer cidade do interior do Estado. É difícil saber porque ele monta e desmonta um laboratório com uma rapidez enorme para não deixar rastro. Mas temos a Força Aérea que poderá nos dar informações via satélite, através do ITA e do CTA em São José, onde tem mais calor. Temos uma informação, vamos exemplificar aleatoriamente, de Jundiá, que teria alguma coisa nas proximidades e o satélite nos diria o que estaria acontecendo. Nós usaríamos a florestal para dizer como entraríamos, usaríamos a rodoviária para dizer quais as saídas, usaríamos as Forças Armadas para dizer onde, como e para que vou e usaríamos lá diretamente, quem vai operar, a polícia preparada para isso. Teríamos isso em cada Estado.

Todo setor de segurança organizado, porque hoje quando se precisa alguma coisa de algum outro órgão tem que se conhecer alguém; não existe um elo de responsabilidade ou de tratamento entre eu e a polícia do Rio, entre eu e a Polícia Federal. Há sempre uma proximidade pelo conhecimento, pela amizade ou interesse próprio dos dois órgãos, e se houvesse alguma coisa nesse sentido mais organizada, a ponto de se organizar e se estudar, a polícia seria mais ágil e poderíamos ir um pouco mais longe. Porque hoje — o senhor sabe — a carga que sai daqui e vai para o Nordeste, vou até a minha divisa e ali eu paro; nesse ponto de pen do de uma investigação de fora, às vezes até difícil. Já tivemos casos de policiais nossos que foram para outro Estado — vou omitir o nome aqui — que acaba sendo até preso porque não se conhece... o que está fazendo aqui ... até se identifique: sou eu, fulano, estou com ofício, fui em tal lugar; porque as notícias chegam até a ponta com uma certa dificuldade. A polícia é cerceada neste sentido de poder agir.

Então se montássemos, Senador, um órgão neste sentido e se usassem as inteligências, se preparasse para combater isso — e vou mais longe — que a sua CPI fosse permanente, porque os senhores fazem parte do único órgão itinerante no País. Se a CPI nesse sentido fosse permanente, tivesse de certa for-

ma funcionando, eu poderia recorrer aos senhores para me dar informações que preciso fora do Estado. Precisaria de outras coisas que hoje tenho que tentar achar alguém, um dos meus pares, para que eu possa dar seqüência na minha investigação.

Essa é uma idéia que levei a Brasília para o General Cardoso, que deve estar sendo estudada, porque não se muda de uma hora para outra, mas é uma necessidade. Aqui em São Paulo fazemos um bom entrelaçamento com a Polícia Federal; tem o Dr. Jaber, que é o Delegado da Polícia Federal, que é muito amigo nosso. Ontem mesmo fizemos conjunto em cinco estradas de São Paulo e todas as informações que precisamos ele nos ajuda, porque quando tiver que sair para fora do Estado peço apoio a ele ou a um delegado federal que tem todo o acesso, de certa forma, que apóia nossas equipes fora e acaba acertando. Essa seria uma idéia.

Mas, com referência ao roubo de cargas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — A idéia não é federalizar o crime, mas usar a Constituição onde tem que haver uniformidade nas apurações e quando o crime é interestadual, conforme consta no art. 144 da Constituição.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO — Não vamos federalizar o crime, pelo contrário, tem que continuar como está mas tem que existir uma integridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Federalizar a investigação.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO — Exato, porque é muita gente que pode ser usada em uma integração e que hoje não está sendo unida. Se tivéssemos hoje um comando em São Paulo, em Brasília, em Recife, trocando informações em termos desse tipo de crime...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Numa cooperação permanente.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO — Exatamente. Cria-se uma unidade de inteligência, de informações, e que uma CPI como essa poderia cobrar diretamente o que está acontecendo. Hoje se o senhor perguntar por que não passo para o lado de lá, responderei que não tenho autorização para passar para o lado de lá, vou entrar na casa dos outros e é complicado esse tipo de caminho, e o bandido não tem limite. Quer dizer, ele está à vontade e eu estou amarrado. Então, há necessidade de se pensar de maneira mais firme nesse sentido.

Em São Paulo já existe esse Pró-carga, que é um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me, mas me esqueci, entusiasmado com o seu depoimento, de anunciar a presença do Deputado Afanásio Jazadji, que presidiu uma comissão de investigação do crime organizado e que, em colaboração, nos fará entrega do seu relatório e provavelmente usará da palavra na oportunidade para nos dar alguns esclarecimentos.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – O Deputado Afanásio é amigo nosso de luta e estamos sempre aí correndo atrás do prejuízo; é um incentivador e apoia sempre a polícia e agradeço sempre a sua participação.

Por falar em prejuízo, vou dizer aos senhores o seguinte: este ano recuperamos, de janeiro a outubro, dezoito milhões em termos de valores de carga. Se verificarmos o que já foi roubado, de certa forma, é pequeno, porque temos de considerar que, quando some alguma coisa, quem é vítima acaba, de certa forma, aumentando um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá 3% a 4% do total.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Chega quase a 5%.

Em termos de veículos, recuperamos R\$37 milhões.

Vejam bem que é realmente preocupante para nós o roubo de cargas devido à facilidade que se tem da colocação, porque temos dois tipos: o que rouba e o que recebe, e ficamos com dificuldade de poder chegar ao denominador final de quem está recebendo.

Muitas vezes, fazemos mandados de busca em supermercados e lojas grandes. Vamos supor que tenha sumido um caminhão de leite Ninho. O leite Ninho não tem o seu identificador...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de saber como identificar cada unidade da carga para depois separar.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Vou dizer a V. Ex^a em seguida.

Chego ao supermercado, e a informação que temos é de que o leite Ninho que estaria naquele estabelecimento teria sido produto. Você vai encontrar, e ele acha a nota fiscal do que já tinha, vendeu sem nota, houve um campo completamente fora do poder de polícia, que nada tenho condições de fazer.

A cada sindicato que, como disse a V. Ex^a, fizemos contato, pedimos que fizessem um chassi, uma identificação na carga. Conseguimos com o pessoal de tecidos, na conversa, que, de cada três a quatro

metros, o tecido tivesse uma marca, pois a pessoa que roubasse aquilo não conseguiria desfazer todo o rolo de roupa e iríamos identificá-la.

O que mais se rouba hoje é cigarro. Fomos à Souza Cruz, que hoje é uma empresa que tem uma central de inteligência muito acima da realidade. É exemplo. Se os senhores puderem um dia visitar, verificarão que eles são muito bem organizados e informados. Nós trocamos informações e conseguimos, de certa forma, diminuir um pouco.

Mas pedi a eles uma coisa só e não consegui: que o cigarro fosse demarcado regionalmente. O que fosse vendido em Santos teria um identificador da região de Santos; se o sujeito roubasse em Santos, ele só poderia encaixar em Santos. Se a fiscalização administrativa dele se encontrasse fora, já apreenderia, porque não poderia estar fora daquela região. Mas aí vem a explicação de que encarece, dificulta.

Então, temos uma outra dificuldade, que é tentar identificar a mercadoria. Pegando-se um caminhão de televisão, esta não tem a sua identificação. Com a mesma nota – já provamos isso –, o sujeito faz dez viagens de caminhão de televisão. Já existe aí o interesse da própria vítima em burlar.

Note-se o seguinte na carga: existe a vítima que me passa para trás, o bandido que ganha a guerra e o receptor que recebe. Não temos ninguém do nosso lado, o que é complicado. Tudo que, de certa forma, é montado parece ser contra o esclarecimento pela polícia.

Pedimos às seguradoras em reuniões – porque a seguradora reclama que está tendo prejuízo – que, ao assegurar, identifiquem a carga. Cobra-se mais caro e faz-se o identificador. Também não conseguimos. Mais um que não conseguimos determinar.

Então, fica um universo muito grande de facilidades de roubo de cargas. Sabem qual é o horário de pico do roubo de carga em São Paulo? Das oito às dez da manhã. Porque nesse horário? Porque é horário de entrega. Pegando-se uma área de São Paulo, nela estão entregando e roubando ao mesmo tempo. O senhor está passando e não sabe se estão descarregando uma carga roubada ou se é uma entrega normal, porque o fluxo é muito grande. Isso é feito em um horário que não se espera que esteja acontecendo. É a facilidade, porque o receptor vai abrir uma coisa mais rápida e está abrindo e recebendo tanto a quente quanto a fria, a carga que ele comprou ou a carga roubada, num horário comercial e de fácil manuseio. Essa também é a tranquilidade do receptor em manusear. Ele tem a certeza de que não vai acontecer

nada, porque, se a fiscalização chega, ele tem uma nota fiscal, e a polícia não pode estar permanentemente olhando um universo daquele tamanho, porque há outros tipos de crime. Então, são providências que deveriam ser tomadas dentro da identificação das cargas.

Tenho para passar para as mãos dos senhores a produção desse ano de bandidos e cargas e, ao mesmo tempo, o índice de carga – como diminui comparativamente – e as seis cargas mais roubadas no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a tem o montante do registro do total de cargas?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Tenho aqui para V. Ex^a ter uma idéia. Quando assumi, em março de 99, tínhamos 548 delitos por mês – são comunicados de todo o Estado de São Paulo para nós. Esse número foi caindo. Hoje, a última relação mostra 312 por mês. Houve um decréscimo de 20%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o valor?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – O valor eu não tenho aqui. Na realidade, o que nos é comunicado é o delito e não o valor, que fica mais junto com a seguradora. Quando se quer mais informações no boletim de ocorrência, registra-se o prejuízo. Mas houve um decréscimo de 27,28% do ano passado para este ano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eram 500?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Eram 548 em março ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ocorrências?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Isso, ocorrências: 548 para 312 hoje em São Paulo. Parece até que diminuiu pouco, mas essa queda é significativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento de boletins de ocorrência frios, quer dizer, o próprio transportador faz a queixa e está desviando a carga?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Vou até mais longe: temos “n” inquéritos na delegacia relativos a fraudes contra seguradoras. Nesses casos, o próprio proprietário ou o próprio motorista são os responsáveis.

O que acontece? Veja bem: o senhor tem dez caminhões no interior do Estado. O senhor vem aqui, a um distrito de São Paulo, e registra uma carga de “x” televisores que nem saiu de seu estabelecimento. O veículo já foi contestado em algum lugar, é comunica-

do em outro distrito e normalmente é encontrado em outro distrito. E eu pergunto: como e em que universo o senhor vai saber se isso é verdade? Registramos a ocorrência e corremos atrás de uma sombra que não existe.

Nos casos em que isso é possível, todo motorista é obrigado ao Depatri, tentamos pelo menos trazer o motorista. Há casos em que o motorista vem com dois advogados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vítima?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – É, a vítima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vítima entre aspas...

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Perguntamos para o advogado: “O senhor deve estar acompanhando o outro?” Ele responde: “Não, é ele”. Dizemos, então: “Mas deve estar acontecendo alguma coisa. Ele é a vítima”. A resposta: “Não, mas estou acompanhando a vítima.”

Por quê? Porque o motorista não pode falar muito. O que fazemos então? Intimamos de novo; temos todo o tempo do mundo, não é? Às vezes, o motorista é uma pessoa de índole boa e acaba, amanhã ou depois, ficando com a boca quadrada e contando a verdade. Acabamos descobrindo.

Então, há “n” casos desse tipo na delegacia e eles aumentaram muito. Por quê? O roubo de carga acontece... Quem comete o crime age como o bandido quando faz assalto a pedágio. No primeiro assalto a pedágio foram roubados quinhentos mil reais. O que aconteceu? A família dos bandidos falou “Ôpa, é um lugar bom para buscar dinheiro”. E começaram em cima dos pedágios. Começamos a prender e acabamos com o furto de pedágio.

No caso das cargas, o cara fala “Tô duro, tô sem dinheiro. Vou fazer uma ou duas dessas e acerto a minha casa”, como se costuma dizer. É como o furto de veículo: o sujeito tem um veículo para o qual estão registradas multas em valor maior que o valor do veículo. Então, o que ele faz? Ele vai ao desmanche, vende o carro e, dois dias depois, ele faz um BO. Ele ganhou um troquinho no desmanche, recebeu do pequeno seguro uma notinha para um outro carro e nunca mais vai pagar multa do carro dele, porque ele sumiu. A fraude tem aumentado em grande quantidade, tanto em relação a furto de veículo como em relação a furto de carga.

Passo aos senhores esse decreto e queria dizer o seguinte: montamos uma central de inteligência no Depatri só para atender a um tipo de crime organiza-

do. Perto de muita divisão de inteligência que existe por aí, somos pequenos, mas somos grandes nas ações, porque estamos conseguindo, de uma certa forma, com o pequeno número que somos, diminuir o que vem acontecendo. Analisamos, estudamos, frequentamos o sindicato e o trazemos para junto de nós. Conseguimos, com esse Pró-Carga, no gabinete do Sr. Secretário, reunir os interesses, porque as pessoas sérias, que têm interesse em buscar os prejuízos, vão lá. Repassamos para eles a nossa dificuldade e estamos fazendo uma parceria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Bittencourt, eu gostaria que o senhor avisasse a CPI sobre uma das reuniões do Pró-Carga. Dessa forma, os seus membros poderão comparecer a uma das reuniões.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Tudo bem. Vou já dizer a V. Ex^a: é a segunda quarta-feira do mês. A próxima, de dezembro, vai ser no dia 13, por causa do feriado. Será no dia 13, às duas horas da tarde, no gabinete do Sr. Secretário. Comparece todo o pessoal de cargas. Lá está sendo discutido, com a presença do Secretário adjunto, todo o conteúdo de cargas. Após discutir em casa, conversando com cada um, vão lá o motorista autônomo, o patronal, a transportadora, a seguradora. Fazemos uma mesa redonda lá, apoiados pelo Secretário, para discutirmos o problema. A Polícia, se não fizer parcerias, não vai conseguir resolver esse tipo de problema. A coisa é muito grande. É difícil para a Polícia sozinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As companhias de seguros vão também?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Vão. As companhias de seguros compõem, vêm idéias ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Corretora?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Corretoras. É aberto, de uma certa forma, para todo o pessoal que é envolvido em roubo de cargas. Já foi notificado, publicado em Diário Oficial, já foi dado a público. Ia um número menor; hoje, vai um número maior. Vão a Polícia Rodoviária, a Polícia Federal, todos os segmentos que, de uma certa forma, têm interesse em roubo de carga. E ali passa-se a sair um interesse. Direcionamos algum tipo de operação por ali. Como hoje está acontecendo com os senhores aqui, o interesse de um caso que está acontecendo, aparece também um caso lá ao qual damos sequência.

E distribuímos – para V. Ex^a ter uma idéia – para o Sindispa aqui de São Paulo, que é o sindicato maior, uma cópia dos boletins de ocorrência e dos dados

que recebe do Estado inteiro como intuito de que eles fiquem sabendo os novos modus operandi que estão acontecendo no dia-a-dia para que orientem os seus motoristas e as transportadoras no sentido de tomarem providências para dificultar. É uma medida preventiva que fazemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o envolvimento de policiais? O senhor sabe de envolvimento de policiais?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só gostaria de terminar. Depois faríamos novos questionamentos...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Então, o senhor veja bem: é um serviço que fazemos bem transparente, e de uma certa forma fazemos porque, nessa reunião, se a polícia não agiu, ou seja, é levado o problema e não se teve uma resposta, ele vai ter oportunidade de voltar e cobrar o que está acontecendo.

E vejam bem: a polícia precisa de informações, de dados para poder fazer. O universo de acontecimentos é muito grande. É por isso que digo para os senhores que se houver uma CPI permanente, com todos os dados, mandando os documentos, ou seja, vamos dizer que o senhor passe em algum Estado e tenha algum documento que interessa para São Paulo, do qual não tenho conhecimento, o senhor manda para cá, vamos providenciar e dar a resposta para a CPI. O que precisamos é de dados para poder desenvolver as investigações.

Mas em São Paulo – terminando de dizer para os senhores –, graças a Deus, está estabilizado, diminuindo. Não está no ponto que gostaríamos que estivesse, mas há interesse da administração em investir mais no interior, em delegacias especializadas. Tenho certeza de que a hora em que forem instaladas, esse problema vai diminuir, a troca será mais constante e será mais fácil fazer o trabalho.

Era o que tinha a dizer e estou inteiramente à disposição de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço e passo a palavra ao Sr. Relator para os questionamentos que entender importantes e, em seguida, aos Srs. Deputados e aos Srs. Senadores inscritos.

Primeiramente, o Deputado Afanásio fará um depoimento e a entrega do requerimento, pois assim facilitará o esclarecimento das nossas dúvidas.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Excelentíssimo Senador Romeu Tuma, Presidente da CPI Mista do Congresso Nacional; ilustres Senadores e Deputados

Federais aqui presentes, dou-lhes as boas-vindas como membro do Parlamento paulista e desejo que o trabalho de V. Ex^{as}, aqui em São Paulo, seja coberto de êxito.

Na condição de ex-Presidente da CPI que investigou o crime organizado aqui no Estado de São Paulo, trago aqui o relatório final.

A nossa CPI foi instalada no dia 10 de abril de 1995 e encerrou-se no dia 13 de março de 1999. Ela foi muito abrangente: investigou desde roubo de cargas, desmanches de veículos e depois enveredamo-nos também pela investigação de assassinatos de alguns políticos na região da Grande São Paulo e do interior. Mas sobre roubo de cargas, gostaria de assinalar aqui algum trabalho que a nossa CPI fez. Deixarei aqui esse relatório. É um relatório sucinto, um relatório final – embora final, é bem sucinto – elaborado pelo então Deputado Elói Pietá, hoje eleito Prefeito de Guarulhos.

Um primeiro grande caso que começamos a investigar no tocante a roubo de cargas foi em Bragança Paulista, onde, infelizmente, um delegado de polícia, Marcus Vinícius Linhares, era um chefe de quadrilhas de roubos de cargas, principalmente de caminhoneiros que faziam uso da Rodovia Fernão Dias. Inclusive, ocorreram até assassinato de motoristas e dos próprios integrantes de quadrilhas que atacavam esses motoristas. O Dr. Marcos Vinícius Linhares foi preso, fugiu do Presídio Especial da Polícia Civil, foi depois recapturado e cumpre pena no Presídio Especial da Polícia Civil.

Estendemos nossas atividades também para a Cidade de Aparecida, às margens da Via Dutra, onde, num trabalho conjunto com a Polícia Civil e com a Polícia Militar, tivemos de deter, prender um capitão da PM, o Capitão Oscar André Câmara, que também era um chefe de quadrilha de assaltantes de cargas. Ele foi condenado, em 1ª instância, a 21 anos de prisão e encontra-se recolhido no Presídio Militar Romão Gomes.

Aqui na capital, tivemos um depoimento muito polêmico de um ex-informante da Polícia Civil, José Gonzaga Moreira, vulgo Zezinho do Ouro. Ele prestou depoimento inicialmente em uma CPI que havia aqui na Casa, sobre jogo do bicho, e depois foi convidado a prestar informações também na nossa CPI do Crime Organizado. Ele fez várias denúncias. Das suas denúncias, resultaram 49 inquéritos policiais na Corregedoria da Polícia Civil, com 66 policiais civis investigados; com mais destaque para sete investigadores, quatro delegados e três agentes policiais. No caso

aqui de São Paulo, os agentes policiais são os motoristas das viaturas.

Em Guarulhos. Estivemos em Guarulhos também investigando roubo de cargas. Estou só citando roubo de cargas. A nossa CPI esteve ali e detectou que dois policiais civis de São Paulo, praticamente, imperavam como chefes de gangues na região de Guarulhos. Eramos policiais civis Cláudio Saturnino e Sérgio Romite. Eles foram surpreendidos por policiais militares em agosto de 1994, em Guarulhos, escoltando uma carreta roubada carregada de calçados.

Tenho mais um caso aqui da capital também de roubo de cargas, em que fizemos várias diligências em diferentes bairros. É bom que se destaque que, na CPI do Crime Organizado, tínhamos menos de dez policiais civis e militares à disposição. E conseguimos, com esse pequeno aparato, coisa que, tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar, não conseguiram. Nossos agentes – os policiais civis e militares, só para ilustrar – foram alvo do Comando Vermelho, foram metralhados em São José dos Campos quando em uma diligência para detectar a presença, a entrada do Comando Vermelho, que dominava duas favelas em São José dos Campos, Favelas Santa Cruz. Fomos solicitados pelo Comandante da PM da área, na época, o Coronel – se não me engano – Martins, porque as viaturas da PM eram recebidas à bala nessa favela. E todos os PMs do seu batalhão, segundo ele, já eram conhecidos. Ele, então, fez um apelo para que deslocássemos a CPI para lá, porque talvez ele imaginava que contássemos com um aparato policial enorme. E desloquei para lá três agentes, em trajes civis, obviamente. E quando eles faziam o levantamento, um serviço de fotografia, de filmagem de cima de um viaduto, próximo dessa Favela Santa Cruz I, eles foram metralhados. Felizmente, não foram atingidos. Solicitaram reforço e houve ali detenção de 14 pessoas no mesmo dia e, inclusive, apreensão de armamento pesado.

Enfim, quando estivemos em São José dos Campos, dando também sequência a essa investigação, fazíamos a chamada “clínica geral”, porque, estando na cidade, surgiam denúncias de narcotráfico, roubo de cargas, assalto a banco. Enfim, soubemos que o Aeroporto de São José dos Campos era um aeroporto de livre entrada, de contrabando, de armamento que, inclusive, seria servido ao Comando Vermelho no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas lá, além de aeroporto civil, não tem a base militar?

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Aí é que está. Não existe, não existia controle algum. Então, não havia posto da Polícia Federal, não havia como a Polícia Militar montar ali um plantão, não havia como, por que ali é uma área federal, e a Polícia Civil efetuava algum flagrante, algum trabalho, quando recebia alguma informação e montava uma ação especial. Tanto que, isso me causou espécie, inclusive encaminhei ofícios para o Ministério da Aeronáutica, para o Ministério da Justiça, alertando sobre aquilo ali, por que as pessoas podiam tanto descer de aviões como embarcar sem que houvesse até revista pessoal.

Depois de um mês que tínhamos passado por lá, houve aquela tragédia da explosão do avião da TAM no ar, tanto que um repórter da cidade me contou querendo saber, repercutir a notícia. Falei: olha, estou sa ben do pelo rádio, foi no dia 9 de julho. Mas se houve embarque de alguém no aeroporto, seria fácil uma pessoa carregar até uma bomba, porque, realmente, ninguém revista ninguém. Então, é uma farra total aquele aeroporto.

E as investigações acabaram concluindo que, efetivamente, o que levou a bomba embarcou realmente no Aeroporto de São José dos Campos.

Meses depois eu soube que teriam instalado ali um aparelho para detectar metais, mas esse aparelho funcionou apenas por quinze dias. Sofreu uma avaria e, pelo que sei, ficou encostado e a coisa continuou como estava. Então, é algo muito estranho.

Sr. Presidente, Srs. Membros da CPI, durante os nossos trabalhos, depois de ouvir marginais em cadeias, de participar de várias e várias diligências, eu ousei até a dizer o seguinte: que eu não estranharia nada, nada, se descobrisse que existissem, em plena Avenida Paulista, uma verdadeira bolsa de roubo de cargas, uma bolsa funcionando, tipo uma mesa de operações, onde o sujeito liga e fala: “eu quero uma carga de pneus”. E dali já despacham: quem vai assaltar? Quem vai ser o salteador? Quero uma carga de arroz, de feijão.

Agora, uma revelação, que passamos também para as autoridades, o que detectamos é que alguns grupos são acobertados, infelizmente, por ex-policiais que, hoje, são advogados, inscritos na OAB, chegamos, inclusive, a fornecer o endereço de um escritório operacional, onde os próprios marginais se reúnem. Mas os policiais dizem: é difícil dar um flagrante, porque se entrarmos em um escritório de advogado, primeiro, os advogados, que seriam os mandantes, os chefes das gangues, eles têm o quê? Tem a carteira

de advogado. Você vai entrar no escritório e encontrar dois, três marginais ali. Não! Mas são meus clientes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A imunidade profissional.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Exatamente! A imunidade profissional e a impunidade oficializada.

Uma outra coisa, o Dr. Bittencourt falou do Pró-Carga. O Pró-Carga é um projeto de minha autoria.

Agora, pelo que me consta, esse projeto até hoje o Executivo não regulamentou. Então, por questões políticas, um projeto que elaborei, justamente depois de ter contato com Fetcesp, essas entidades todas, porque até então havia o quê? Uma resolução do Secretário da Segurança, uma resolução que autorizava certos desempenhos, certas atividades policiais.

Pensei, bom, uma resolução pode ser revogada a qualquer instante, pelo secretário de plantão, melhor seria que houvesse uma lei, para dar amparo total ao próprio exercício da Polícia. Elaborei o projeto de lei, que foi aprovado por unanimidade, foi vetado pelo governador, voltou para cá, derrubamos o veto, mas, infelizmente, até hoje não foi regulamentado, por isso sugeri aos Srs. Congressistas de Brasília. Veja, é uma situação esdrúxula: se o Executivo vetou uma matéria, com que vontade irá depois regulamentar, recebendo aquilo como se fosse goela abaixo?

Então, seria uma proposta. A partir do instante em que a Casa Legislativa promulga, poderia e deveria ela própria já regulamentar.

No caso do Pró-Carga, é um instrumental em que nós colocávamos, numa operação conjunta, a Polícia Civil, Militar, as Polícias Rodoviárias, com a ajuda da própria Secretaria da Fazenda. Houve, depois, vários vetos, quer dizer, vários arranjos. Enfim, existe o Pró-Carga, mas a Polícia ainda está amarrada, porque não está regulamentada.

E mais, Sr. Presidente: nesta CPI do Crime Organizado, infelizmente, tive que dar voz de prisão em flagrante numa sessão desta Casa a um capitão da Polícia Militar, envolvido em roubo de veículos, em tramóias. E, para V. Ex^{as} terem uma noção, ele se utilizava dos pátios do Segundo Batalhão de Choque para esconder caminhões roubados e automóveis importados, que também eram roubados. Além de participar dessa gangue, ele também aplicava fraudes no seguro.

Esse capitão, por falso testemunho, foi preso em flagrante em nossa sessão. Em homenagem a nossa milícia bandeirante, pedi que não saísse algemado

desta Casa, e ele, como punição – vejam só –, ficou preso cerca de 22 dias na Corregedoria; depois soltaram. Ele foi transferido para o Comando do Policiamento de Guarulhos, justamente a área em que funcionavam os seus depósitos, os seus desmanches.

Na ocasião, reclamamos junto ao Secretário da Segurança e ao Comandante-Geral, e ele foi transferido, de castigo, para o Comando Central do Corpo de Bombeiros. Veja que castigo!

Interpela-mos novamente ao Comando da PM, e a alegação foi a de que, estando na Capital, no Corpo de Bombeiros seria mais fácil policiá-lo, fiscalizá-lo. No entanto, recebemos a informação de que, ali mesmo, no Corpo de Bombeiros, ele continuava operando, recebendo carros roubados dentro do quartel dos Bombeiros, negociando plaquetas, documentação. E o pior é que esse capitão, Cleodir Fioravanti Nardo, quando foi preso em flagrante nesta Casa, estava – exatamente, V. Ex^a lembrou bem – para ser promovido a major; a papelada já estava com o Governador para ser assinada, no Palácio dos Bandeirantes.

O que ocorre? Esse capitão, “punido” e lotado no Corpo de Bombeiros, teve ainda a ousadia de contratar uma pessoa, para eliminar três Deputados desta Casa. O primeiro a ser eliminado, Deputado Conte Lopes; o segundo, este que vos fala, e o terceiro, o Relator da CPI, Deputado Elói Pietá.

Então, levamos ao conhecimento das autoridades. Se V. S^{as} me permitirem alongar, é uma história um tanto quanto interessante. Como descobrimos isso? O Deputado Conte tinha um programa de rádio, durante o qual, certa feita, foi procurado por um indivíduo que vivia na marginalidade, morava numa favela e, por querer sair do tráfico de entorpecentes, estava jurado de morte. Então, o Deputado Conte orientou, solicitou uma viatura de rota, enfim, que se fizesse um trabalho para lhe dar segurança. Parece que houve um tiroteio, e três ou quatro pessoas foram eliminadas pela Polícia no confronto.

Depois, esse cidadão passou a receber ameaças de bandos de ladrões. Ele voltou a procurar o Deputado Conte, que também é Capitão da Polícia Militar. Aí ele encaminhou ao Depatri – não me lembro se à primeira delegacia ou à segunda – solicitando o Dr. Marcelo. Não me lembro do nome dele todo. Dr. Marcelo.... o senhor me acode, por favor.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – O nome completo, eu não sei.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Bom, o Dr. Marcelo, lá do Depatri, o delegado, fez um trabalho e prendeu esses marginais, esses ladrões que estariam co-

locando em risco a vida desse marginal que estaria tentando se recuperar.

Pois bem, ele, lógico, ficou imensamente grato ao Deputado Conte, pela intervenção da Polícia Militar e depois da Polícia Civil.

E não é que esse cidadão, esse rapaz cuja vida estava ameaçada, foi contatado por elementos que o levaram posteriormente à casa do Capitão Cleodir. Ele seria o contratado para nos executar.

Quando ele soube que cada cabeça valeria R\$50 mil, quando ele recebeu a informação de quem eram as pessoas – e ele conhecia o Deputado Conte – ele saiu de lá e falou: “Poxa! Eu não posso fazer isso!” Procurou o Dr. Marcelo e contou-lhe que havia sido contatado e tinha estado na casa do Capitão, que queria contratá-lo para matar Deputados. E o primeiro da lista era o Conte. Já tinha até dado referências: onde o Conte residia, onde fazia seu cooper diário. Até forneceria a arma para ele executar e depois daria um jeito de sumir com o instrumento do crime.

Pois bem, o Dr. Marcelo trouxe tudo isso ao conhecimento do Deputado Conte. O Conte me procurou. A nossa CPI estava em andamento. Eu, o Conte, o Deputado Elói fomos ao Secretário da Segurança, logo no dia seguinte, explicar a situação. O Secretário determinou que o Dr. Godofredo elaborasse um plano. Nessa madrugada, o Dr. Marcelo tomou o depoimento detalhado desse rapaz. Ele até descreveu a casa do Capitão, para dar a certeza de que tinha estado na casa do Capitão, onde seria “conversado”, contratado para fazer esse serviço sujo.

Pois bem, ficamos na expectativa de que algo efetivamente fosse feito, para incriminar mais ainda esse Capitão. A Polícia nos indicava que estava sendo feito um monitoramento telefônico, tanto na residência como no próprio serviço do Capitão, para saber detalhes de todo o envolvimento. Mas, infelizmente, tudo isso resultou em nada. Depois de meses e meses de trabalho, soubemos que a Telesp não havia feito a escuta telefônica por falta de condições técnicas. E a Polícia Civil nos dizia que estava havendo o monitoramento – o Dr. Marcelo e algumas vezes lá do gabinete do Dr. Godofredo.

O que aconteceu? Contatado pelo Deputado Conte, o Delegado Marcelo disse-nos o seguinte: “Olha – era um rapazinho negro – o criolinho sumiu”. Mas como o criolinho sumiu? Sumiu e ninguém sabe onde ele está. Isso foi dito pelo Delegado Marcelo: “Acho até que ele já está comendo grama pela raiz”. Mas como?

Aí, por meios próprios, comecei a fazer uma investigação, para tentar localizar o tal denunciante. Acabei descobrindo que o endereço que ele tinha dado para a Polícia, quando fez o depoimento, era errado, frio, falso. Quer dizer, nem isso a Polícia averiguou. Nem isso!

E a cobrança sobre o resultado dessa investigação, dessa apuração, espero até hoje do Secretário de Segurança. Ele foi inclusive questionado por nós numa audiência que teve nesta Casa e até hoje nós aguardamos o resultado disso. Acho muito difícil combater o crime, a criminalidade quando perdemos a confiança nas próprias autoridades, nos próprios agentes que têm por obrigação dar esse tipo de segurança.

Pergunto: se nós, Deputados, se outras autoridades que deveriam merecer um pouco mais de atenção, não que sejamos diferentes, recebemos esse tipo de tratamento, o que se dirá daquele comerciante, daquela pessoa simples?

Quero apenas deixar este registro, porque isso causou muita dúvida. Nós começamos a pensar o seguinte: essa paz sumiu realmente? Será que a informação foi vendida para esse capitão e esse capitão deu um jeito e sumiu com ele? Será que o Delegado Marcelo sumiu com ele também?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marcelo é aquele que trabalhava com o Depatri?

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – E que agora está na Divecar. Foi transferido para a Divecar, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É aquele que está sendo acusado pelo...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Exato. Esteve na outra CPI.

Isso é algo muito esquisito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há acusação contra ele de um presidiário.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Eu soube pelos jornais. Eu estou apenas historiando isso.

Voltando especificamente ao caso do roubo de cargas. Por exemplo, na semana passada fui procurado aqui por vítimas constantes do roubo de cargas, na região de Itaquaquecetuba. Trata-se de transportadores, esses que têm esses caminhões com braço munque, empilhadeiras. Eles vieram reclamar e pedir auxílio porque uma carga deles tinha sido localizada e eles não conseguiam retirar os caminhões. Perguntei por que e eles disseram que a polícia estava usando as empilhadeiras deles e iria usá-las pelo menos por mais uma semana para remover algumas coisas. Eu

disse-lhes que fizessem uma nota fiscal e cobrassem isso da polícia. Às vezes as pessoas vão até a própria Devecar, ao próprio Depatri para tentar recuperar seus materiais e os policiais impõem um preço. Um dos comerciantes disse que quase ficou preço ali porque gritei que tinha sido roubado na rua e agora estava sendo assaltado dentro da delegacia. Ele disse que o policial fez menção até de puxar a arma dentro do Depatri para ele. Eu perguntei se ele não tinha medo de fazer essa revelação. Ele disse quealaria onde fosse preciso, porque estava sendo roubado, estava tendo prejuízo, o seguro já não cobria mais sua mercadoria. A polícia encontra a carga e ainda pratica a extorsão; ou seja, ou paga ou, então, não retira a mercadoria.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, sinceramente, pela nossa experiência, pela vivência, pelos contatos, pelos levantamentos que fizemos, pelo modus operandi dessas gangues, elas têm certeza absoluta da conivência, não só da incompetência, de muitos policiais. Isso é lamentável. Eu me coloco às vezes na posição do Dr. Bittencourt; ou seja, é difícil escalar um policial para trabalhar, por exemplo, em determinado lugar e depois ficar num pingue-pongue. Mas infelizmente é isso que ocorre. Hoje percebemos que o crime organizado não está simplesmente corrompendo, comprando a polícia. O crime organizado está infiltrando seus agentes nos próprios concursos para agente policial, investigador, delegado. O crime organizado já está plantando seus agentes dentro do organismo policial, porque é muito mais fácil fazer isso do que ficar comprando e corrompendo a polícia.

Esse é apenas um depoimento, um esclarecimento que eu gostaria de prestar a V. Ex^{as}, a fim de que possa auxiliar o levantamento que têm feito pelo Brasil todo, principalmente em nossa região, que é a mais visada, em razão do trânsito, do poderio econômico que tem, no tocante ao roubo de cargas. Mas o roubo de cargas é apenas um braço, uma perninha desse polvo. Se começarmos a puxar o fio encontraremos o narcotráfico, o contrabando. Quer dizer, trata-se de um emaranhado. Infelizmente, existem os maus, os péssimos policiais nos mais diferentes escalões, tanto na Polícia Civil quanto na Polícia Militar, policiais que participam diretamente ou pelo menos dão cobertura a certas ações.

Sr. Presidente, passo às mãos de V. Ex^a o relatório final da CPI. Assinalei alguns itens referentes a roubos de cargas. Espero que isso seja útil à atividade de V. Ex^{as} aqui em São Paulo.

Neste relatório, Sr. Presidente, V. Ex^a vai verificar que fazemos menção, já em 1997, à existência, no sistema prisional de São Paulo, do Primeiro Comando da Capital, uma facção criminosa atuando dentro dos presídios, semelhante ao Comando Vermelho. Já na ocasião, avisamos, comunicamos o fato à Secretaria de Administração Penitenciária, à Secretaria de Segurança Pública, enada, rigorosamente nada foi feito. De lá para cá, a coisa só aumentou. Há quinze dias, o Primeiro Comando da Capital elabora uma lista, que caiu nas mãos da polícia, em que algumas personalidades eram juradas de morte, entre elas, Roberto Marinho, três ex-governadores do Estado de São Paulo. Entre os jurados de morte, este que fala e também o Deputado Ponte Lopes. Por incrível que pareça, soube isso pelo jornal. A Polícia Militar teve acesso a esse documento e o Ministério Público também, e nenhuma dessas instituições sequer comunicou o fato a este Parlamento, a esta Casa. Temos aqui uma assessoria policial militar, uma assessoria policial civil e eles não tiveram a dignidade, o respeito de nos comunicar que estávamos numa lista, numa relação de jurados de morte. Então, solicitei ao Presidente da Casa que requeresse tanto ao comando geral da PM quanto ao Ministério Público esse documento na íntegra.

Vejam V. Ex^{as} a que ponto chegamos! Quer dizer, fala-se em matar, em corromper, mas eu me pergunto: até a que ponto a Comissão terá poderes para mexer com todas essas estruturas.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de passar a palavra ao Sr. Relator, comunico aos Srs. membros da Comissão que Alexandro Peres Pereira, um dos intimados da Petrosul, comunicou que não recebeu a intimação por não estar na hora no local. Ele está com a esposa hospitalizada. Por isso, pede para que seja marcada uma nova data. Vou passar a comunicação à Secretaria para que sejam tomadas providências.

Anuncio, novamente, que se alguém quiser colaborar a CPI de Roubos de Cargas tem um Disque Denúncia, o número é 0800612211. Esse número receberá qualquer tipo de denúncia sem que o colaborador necessite se identificar.

Concedo a palavra ao Dr. Bittencourt.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Complementando o que o Deputado falou, eu queria fazer-lhe uma pergunta: o fato chegou ao seu conhecimento e ao conhecimento do Capitão Lopes porque

o Delegado Marcelo tomou conhecimento e o procurou, certo?

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Perfeitamente.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Então, não havia interesse do Delegado Marcelo em fazer algo que não andasse do lado certo. Concorde comigo? Isso porque foi ele o noticiador do suposto crime de morte que algum deputado... Eu queria esclarecer isso porque acompanhei o assunto até certa parte; depois, isso ficará a critério da autoridade da delegacia. O inquérito policial é feito, a investigação é feita, só que se atribui à polícia a capacidade do “Mr. M”, mas nós não conseguimos passar acima do limite da competência que a lei nos permite. Muitas vezes, poderíamos fazer até um grampo telefônico, no linguajar vulgar, desonesto para fazer alguma coisa, mas iríamos para a cadeia, estaríamos cometendo uma irregularidade. Eu acompanhei até certo ponto a investigação que foi feita. O bandido, quando entra numa faixa que se encosta próxima da polícia, ele se acha um pouquinho mais polícia do que bandido. Esse moço passou essa informação para esse delegado porque ele estava correndo risco de vida. Esse capitão, a que V. Ex^a se referiu, foi até expulso da Polícia Militar. Ele realmente tinha uma quadrilha complicada. O bandido policial é mais bandido do que os outros realmente. Nós dizemos sempre que são duas as situações difíceis: quando o bandido é ex-policial ou é amigo de um advogado, é fogo tentar derrubá-lo. Isso porque aí estão sendo usadas a audácia e a inteligência. O ex-policial tem a experiência e tem o grau de bandido. Por isso, é difícil combatê-lo, mas nós o combatemos. Temos vários casos, como o desse delegado a que V. Ex^a se referiu, que foi para a cadeia.

No caso específico do senhor, até onde eu sei, foi esgotada a possibilidade de se comprovar essa situação, ou seja, o Dr. Marcelo era o mais interessado dos interessados, senão ele passaria por mentiroso. Ele contou uma história e não chegou ao final.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um minuto, por favor. Creio que aqui há uma dúvida. O Deputado Afanásio Jazadzi disse que a polícia informou que o telefone estava sob vigilância.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Estava sendo feita uma escuta. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E não era verdade.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Ficaram nos engabelando durante quatro meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em segundo lugar, isso deixou uma dúvida, o Dr. Marcelo to-

mou conhecimento dela e fez contato com esse rapaz. O rapaz desapareceu mesmo?

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Desapareceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, em tese, o Marcelo tinha um adosede responsabilidade de proteção com relação a esse rapaz. O Marcelo teria que adiantar que ele estaria “comendo a grama pela raiz”. Parece-me que paira essa dúvida sobre as palavras. Não há uma acusação contra o Dr. Marcelo. Penso que a sua defesa e o seu procedimento estão corretos, mas é que nós...

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Eu entendo até onde V. Ex^a quer ...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – A preocupação maior, Dr. Bittencourt, é no sentido de que nós éramos vítimas em potencial. Houve uma apuração determinada pelo próprio Secretário de Segurança ao senhor, como Diretor de departamento. O senhor repassou isso ao Delegado Marcelo...

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Exato.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI -....e as informações que nós obtínhamos pelo telefone – é lógico, nós tínhamos curiosidade em saber como estava sendo tratado tudo isso – eram no sentido de que as escutas ainda não tinham surtido efeito, mas que estavam sendo processadas. Depois de alguns meses, quase oito meses, quando pedimos oficialmente a papelada toda, soube mos que a Telesp nem havia instalado escuta, por falta de condições técnicas. Então, as informações que nos passaram durante esse tempo todo eram mentirosas!

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Tudo bem.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Não houve investigação alguma!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estamos aqui fazendo debate nem acareação.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Muito pelo contrário, eu sou muito grato ao Deputado.

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – O que causou estranheza foi essa informação do Delegado Marcelo ao Deputado Ítalo Conti, e a partir daí eu tentei localizar essa pessoa, quando descobri até que o endereço que ele tinha dado à polícia não existia! A polícia fez tudo isso e não foi verificar se era realmente “quente” a informação que ele deu sobre onde morava. Não temos como localizá-lo. É estranho que o próprio Marcelo tenha dito isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É próprio dos marginais darem endereços diversos para dificultar

o a ação da polícia. Nós tivemos prova disso nessas intimações, quando a Polícia Federal foi a vários endereços, e todos eram frios.

Para adiantarmos a reunião, pois o Dr. Bittencourt tem um compromisso, eu passaria a palavra ao Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer ao Deputado Afanásio pela sua presença e pelo relatório, que será muito útil à nossa Comissão. As palavras, os esclarecimentos do Dr. Godofredo Bittencourt demonstram claramente de que forma a polícia vem acompanhando o crescimento do roubo de cargas e tentando coibir a incidência de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Gostaria de fazer algumas perguntas a V. Ex^a. Na década de 90, houve um aumento considerável, de mais de 2000%, em valores do roubo de cargas no Brasil. Quando eu falo no Brasil, isso significa 60% em São Paulo. Estou bem informado sobre isso. Os números refletem percentualmente isso: R\$22 milhões, mais ou menos, no ano de 1991, para mais de R\$400 milhões no ano de 1998. O ano de 1999 ainda não foi fechado. Apesar daqueles números que V. Ex^a tinha, de 538 casos, baixando para pouco mais de 300, o número ainda é crescente no geral. Pela inteligência da polícia e pelos estudos que já se fizeram, de onde migrou, quais tipos de crimes que foram migrados para o roubo de cargas? Roubo a banco, quais os outros?

O SR. GODOFREDO BITTENCOURT FILHO – Na realidade, o roubo de carga exige que o bandido seja mais audaz do que em outros crimes. Ele realmente se expõe, ele faz uma coisa mais organizada. O que aconteceu? Na realidade, com o aumento do narcotráfico, de uma certa forma a droga entrando, houve necessidade de dinheiro circulante. Então, como se faz dinheiro mais rápido? Com mercadoria na mão. O que aconteceu? Em São Paulo, baixamos para 42% o assalto a banco, diminuiu 42% o assalto a banco. O bandido de assalto a banco é abusado, é um sujeito que chega num lugar com muita gente e tem a coragem de enfrentar e fazer aquele tipo de assalto e correr o risco de uma ação de um segurança. Ele é um cara mais abusado, audaz. Ele começa a conhecer uma pessoa do tráfico de drogas, que também, de uma certa forma, que mata por 50 reais. Um pessoal bastante abusado. Então, houve para o roubo de carga uma junção entre os que abandonaram o roubo a banco, o pessoal ligado ao narcotráfico. Tenho inquérito de roubo a banco em que pegamos um cara que era envolvido em tráfico. Tem inquérito em roubo de

carga em que o sujeito era traficante ou era alguém que já assaltou banco. E ISSO vem vindo de onde? Vem vindo do assalto da esquina, vem vindo do seqüestro relâmpago, ele faz uma meia escola em assaltos menores, onde ele vai, de uma certa forma, encorajando-se e se formando. Graças a Deus, hoje, eles não são organizados, são desorganizados, são bando, ainda não tem a organização que nos preocupa tanto. Há uma certa organização, mas não como conhecemos na Itália, em outros lugares, em que existe uma organização em potencial, mas já estão se organizando em termos de saber o que fazer, onde não fazer, como fazer, usam soldados. Vão à favela e pegam jovens menores de idade, outros mais abusados, para tentar fazer o primeiro lance, aquele lance de que eu falei para o Senhor, em que ele vai num caminhão ou numa propriedade fazer o assalto e os outros, já mais cabeça, ficam numa segunda fase, mas vieram tanto do roubo de banco como do narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – O receptor final, o senhor disse em torno de 850, parece-me, o número de receptadores que prendemos. Esse é o receptor final, o que vende a mercadoria já no varejo?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Se eu disser para o senhor que é o receptor final é complicado, porque não sabemos qual é o final. O final é só quando ele vendeu para o contribuinte, mas são as pessoas que receberam a mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estamos falando em 400 milhões de reais/ano. Isso não é vendido por camelô. Não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguns produtos, ontem recebi informações, que tem rede de distribuição por camelô também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas deve ser um valor pequeno.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Para o senhor ter uma idéia, se o senhor for à zona de comércio em São Paulo encontrará alguns camelôs na frente. Quem abastecer esses camelôs é a loja. Ela não consegue tirar ele da frente por um problema político. Então, ela passa a ter o camelô próprio. Ela vende a mesma mercadoria e acaba desovando na frente. Atrás, de uma certa forma, vem a receptação e vem, lá no finalzinho, o camelô do receptor. Tem também, mas os receptadores que pegamos são aqueles que encontramos com a mercadoria, que não participou do primeiro crime.

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos um percentual do ano de 98, até não bateu muito com a sua in-

formação inicial, porque o senhor disse que o primeiro roubo hoje aqui é cigarro, não é isso?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O maior roubo em São Paulo é de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os números que temos, até de São Paulo mesmo, são de 22% de alimento, 15%...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O senhor tem essa informação porque a Sindisesp não se dá com a Souza Cruz. Existe uma política aí e a Souza Cruz não fala com a segurança da Sindisep. Existe um parâmetro. Mas o que tenho é o oficial. O Coronel Souza não fala com o Coronel da Souza Cruz. Deu para o Senhor entender? Tenho aqui e lhe passo os seis maiores números de cargas em São Paulo. Tenho aqui e vou nominar para o Senhor. Em primeiro o cigarro, hoje, combustível, medicamentos, tecidos, carnes, cerveja...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De combustível é grande?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Passou a ser grande nesses últimos tempos, em segundo. E eletrodomésticos, elétricos, de um modo geral, em 6º. Tem a quantidade. Já vem vindo isso, para o senhor ter uma idéia, de algum tempo. O cigarro ele faz à parte. Ele não entra na Sindisesp. Por isso ele não tem aquela informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O presidiário Sálvio Barbosa tem indicado vários policiais cujos nomes daqui a pouco vou relatar para o senhor, o senhor já deve ter conhecimento, mas é preciso que seja público, ele também informou por exemplo o nome do supermercado Carrefour, aqui, em São Paulo, que ele chegou a entregar carga lá. Esses grandes supermercados, essas grandes empresas... O que o senhor tem a nos dizer a respeito disso?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O que tenho a dizer ao senhor é que não existe especificamente um envolvimento a claro de que o Carrefour ou outro qualquer outro tipo esteja envolvido em recebimento de carga. O senhor pode ter um caso esporádico, de alguma carga ou alguma coisa que tenha em algum inquérito, que aí não esteja relacionado, são tantos, que possa ter alguma coisa em algum pequeno supermercado ou em algum deles, mas não é do nosso conhecimento especificamente que os grandes supermercados estejam envolvidos em receptação. Se tivéssemos, acho que teria feito prisões e virado notícia na mídia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu queria finalizar, Sr. Presidente, pedindo que pudesse ser indicado um

técnico da nossa Comissão. Vou procurar também estar presente na reunião do Pró-Carga, que é uma reunião mensal, um técnico para acompanhar de perto os trabalhos da reunião e sempre que eu puder vou estar presente e fazer um comentário. Dezoito milhões, que o senhor disse que recuperou em valores de carga. Isso representa em torno de 10% do...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Não, 5% ou 6%. Considerando só São Paulo, até mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – 7% ou 8%. Em valores é muito pouco, mas acho que o número de casos desvendados deve ser maior, bem maior, mesmo que não recuperado em valores.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Exatamente, porque quando se pega uma quadrilha recupera-se 30%, 40%, 50% somente. Só para o senhor saber, temos o número de indiciados no meu departamento, que é de 2.306. De condenados temos 320; de roubadores são 757 para 817 receptadores. Não é só uma delegacia, é o meu departamento de crimes. Lá, eu determino que todo mundo faça todos os interesses. Uma delegacia, vamos dizer, é de roubo de residência, mas ela toma conhecimento de um roubo de cargas e vai para cima, porque não temos o tempo de ficar especificamente em uma delegacia. Hoje, direciono praticamente o meu departamento em cima de todos os crimes de um modo geral, porque o crime acontece numa velocidade muito grande e temos que, de uma certa forma, dar um atendimento melhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero finalizar, Sr. Presidente, informando os nomes para o Dr. Godofredo Bitencourt dos policiais e delegados que foram indicados pelo preso Sálvio Barbosa como co-partícipes em roubo de carga pelo Brasil afora. São o Dr. Marcelo, que é o mesmo que estava sendo informado aqui, todos do Depatri, Juran dir, Celso, Daniel, Marcão, Farofa, Lucindo, Jura, Mamameu, todos do Depatri, da 63ª Delegacia, Marquinho, Murcini, Luciano e Marcelo e, da PM, Jorjão. Nomes que foram passados pelo presidiário Sálvio Barbosa, que está pronto inclusive a fazer a acareação numa próxima vinda nossa a São Paulo. Gostaria, Sr. Presidente, que fosse providenciado isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está perguntando para saber qual é a atividade deles agora, não é isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou informando os nomes e quero um comentário dele a respeito.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Eu queria dizer ao senhor que esse fato relacionado a esta CPI já foi anteriormente feito pela CPI do Narcotráfico e, em seguida que tomamos conhecimento, fizemos um documento à Corregedoria, que já tomou as providências. Existe hoje uma sindicância administrativa e um inquérito policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles estão afastados?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Não estão afastados porque só se afasta um policial quando se tem um dado positivo ou supostamente positivo. Eles se encontram no meu departamento, fazendo o serviço normalmente, mas, por determinação da administração superior, só depois que se tiver algo positivo... Eu, se o senhor me perguntar se a Corregedoria faz as investigações sigilosas, o diretor de um departamento não toma conhecimento do que a Corregedoria faz. Ela apura, ela faz tudo sub judice. Qualquer coisa que eu dissesse ao senhor estaria prejudicando as investigações, mas existe o inquérito e existe um procedimento a respeito, com uma certa rigidez, determinada pelo Sr. Secretário. Está sendo apurado. Se for apurado, o senhor tenha a certeza, como aconteceu com o delegado que ele mencionou, que já foi expulso, está preso, está na cadeia. O capitão foi. Se tiver apurado, seremos nós os primeiros a cumprirmos o mandado de prisão e colocarmos na rua porque não permitimos que isso aconteça. Então, está sendo apurado. Tão logo seja apurado, as medidas serão tomadas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Bitencourt, em primeiro lugar, gostaria de saber, existe uma falta de encontro de informações sobre cargas recuperadas. As transportadoras dizem que é um percentual, os transportadores dizem outro e a polícia diz outro. Qual o percentual de cargas recuperadas na Depatri?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Em percentual, não vou lhe dizer porque não fazemos por percentual. Falo em números, são 18 milhões. E o que recupero eu entrego e comunico o valor e quem diz o valor é a própria vítima, quando ouvida. Agora, entre essa discrepância que haja entre a recuperadora e aquele que faz a coisa, é uma política particular deles, porque se o senhor for verificar, a recuperação é muito maior do que a que estou lhe dizendo, porque existe um salvado muito grande. Às vezes, existe algum salvado que nem tomamos conhecimento. E se considera no roubo de cargas... Se roubou 50 televisores, vamos dizer que seja 50 milhões, se recupe-

ra-se metade, seria somente 25 e continuam na estatística os mesmos 50 milhões.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já identificou alguma seguradora envolvida?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Seguradora envolvida não, mas já identificamos vítimas, pessoas envolvidas no crime de fraudes contra seguros.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual é a dificuldade que a Depatri tem para concluir inquérito? Não são conclusivos, não chegam até a justiça.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Eles chegam à justiça. Eles começam na polícia e terminam na justiça. Não existe nenhum inquérito policial em que um promotor não fale e um juiz não tome conhecimento. A cada 30 dias a autoridade policial encaminha e o final dele só cabe ao Poder Judiciário. Então, o que pode acontecer? Em muitos inquéritos, chega-se ao Judiciário talvez não tantas informações ou indícios necessários, porque não temos leis hoje que permitam a infiltração de um policial meu no crime organizado. Se hoje eu precisar infiltrar um policial em algum lugar não tenho lei que me dá a cobertura. Necessito de leis que me dêem mais possibilidade.

Quando o Deputado Afanásio falou do Pró-Carga e disse que ainda não havia sido regulamentada, estamos propondo para que, na regulamentação, discutindo com os pares mês a mês, possamos fiscalizar depósito de carga. Há vários depósitos em São Paulo que recebem. Não posso chegar lá. Para entrar lá tenho que ter uma suspeita. Não tenho a suspeita. Não sou órgão fiscalizador, não posso fiscalizar. Cabe à Fazenda. Então, sou responsável para dizer porque não recupera e sou totalmente incompetente por leis que não me dão autoridade para chegar. Quando o Senhor fala da participação da Fazenda, isso e aquilo, eles vão com a gente, cansaram de ir, mas eles vão dentro do limite que permite a eles fazer. O poder discricionário de polícia vai até um certo ponto que eu não posso fazer. Não basta ser, tenho parecer que é honesto. Deu para o senhor entender? Quando começo a investigar, alguém começa: por que quer saber? Não tenho lei que ampara, o que dificulta o trabalho da polícia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já identificou praticamente todos os assaltos de cargas e a desovada das cargas acontecendo não nas estradas e sim nos centros.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Exatamente. São 60% na área da capital.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a polícia tem conhecimento mais ou menos dos locais. O Deputado acabou de informar que existe uma central, principalmente em São Paulo, Rio e Minas.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Acho que a central é criação da imaginação do Deputado. Se eu souber onde é a central, vamos estourar imediatamente. Sairemos daqui e vamos estourar, se existe alguma central. Mas não pode mostrar, se o senhor me permite, do fictício para o central. A polícia é verdade. Se começar a criar imaginações, como o Deputado criou, de que existe uma lugar assim, é ruim para mim, que sou policial, que a sua imaginação vire ver da de para todos aqui e eu não tome providências. Temos que falar com o pé no chão, a verdade, o que existe e o que a polícia pode fazer. Sou muito limitado dentro da lei. Não existe ninguém mais fiscalizado do que o delegado de polícia, porque tudo acontece e termina numa delegacia de polícia. Se o senhor encontrar um cara a pé na Dutra onde o senhor vai levá-lo? A uma delegacia de polícia, não leva para quartel, não leva para Senado, não leva para lugar nenhum, leva para uma delegacia de polícia. E esse delegado, se não trabalhar dentro da lei, vai responder por uma arbitrariedade. E hoje fiscalizada por políticos, fiscalizada por promotores, por direitos humanos. É difícil de exercer a figura da polícia. Acredito, não da maneira como o senhor colocou, obviamente o senhor brincou, que deve existir, em algum lugar, alguém...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não tem maior índice. Não existe maior índice?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Que o maior índice aqui.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Doutor, eu não brinquei não.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O senhor acha que é verdade?

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Acho não, inclusive passamos endereço, tudo.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Então, gostaríamos que ...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Passamos endereço, tudo.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Eu gostaria que o senhor passasse para mim...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – É, num bairro nobríssimo, pertinho aqui da Assembléia. O senhor vai falar: pôxa, mas são ex-polícias, são advogados, não dá para fazer nada.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Eu queria saber o seguinte...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Agora, quando o senhor diz que o delegado é fiscalizado e tal não é bem assim, Dr. Bittencourt, está o caso do Dr. Marcelo, perdeu essa pessoa e até agora ninguém informou o que aconteceu... Cadê a fiscalização.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Permita-me concluir. O senhor talvez esteja esquecendo....

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Se ele fez inquérito deve ter mandado para alguém, como morreu isso?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O senhor vai perguntar para o juiz, o juiz é quem recebe o inquérito.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Não, mas nem houve inquérito, nos informaram que nada prosperou.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, eu pediria...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Dito pelo próprio Secretário de Segurança aqui na Casa, Dr. Bittencourt.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de ...

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Ou então, desculpe o senhor é diretor de departamento, se houve inquérito o senhor tem conhecimento desse inquérito.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Não é que eu tenha conhecimento do inquérito, Deputado, o senhor não tem conhecimento de mil casos que acontecem na Assembléia. O inquérito eu sei que existiu, que fez, agora onde está

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Bittencourt, dá licença? Deputado Afanásio, eu pediria que posteriormente o senhor informasse o andamento, por favor, para assim evitarmos....

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Eu não só vou informá-lo, mas se me permitir eu vou oficiá-lo e mandar cópia do que existe. Agora, eu quero dizer ao senhor o seguinte: eu gostaria de saber onde existe alguma coisa que eu possa investigar em termos de crime organizado. Veja bem, eu sou limitado, se eu chegar a um lugar e não achar indício de crime eu não posso criar o crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Quero deixar o nosso vice-presidente continuar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Para concluir, gostaria de saber se esses policiais que foram denun-

ciados, se foi solicitada a quebra de sigilo fiscal, telefônico e bancário deles.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Eu fui informado pelo Dr. Marcelo que foi solicitado pela própria CPI e foi autorizado pelo Judiciário, independentemente de ele já ter colocado todo o seu

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Todos os que foram citados.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Foi solicitado. Eu vou dizer ao senhor, o andamento do inquérito é feito pela corregedoria sigilosamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de que convidássemos o Chefe da Corregedoria da Polícia para dar informações, então queria saber se os membros aprovam esta convocação.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Mesmo por que, o senhor sabe que cabem só à Corregedoria as medidas administrativas a serem tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daí obteremos as informações do andamento do processo administrativo e mais as providências que estão sendo tomadas.

Com a palavra o Senador Moreira Mendes, posteriormente o Deputado Pompeo de Mattos e em seguida a Deputada Telma.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srª Deputada, Srs. Deputados, eu quero, inicialmente, cumprimentar o Deputado Afanásio e parabenizá-lo pelo seu trabalho que, mesmo à distância, acompanha sempre pela televisão. Com permissão da Presidência eu quero também agradecer à colaboração da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Militar, que desde ontem à noite estão nos acompanhando e nos dando segurança e prestando um excelente trabalho.

Dr. Godofredo, ouvi com atenção o seu relato, assim como o do Deputado Afanásio, e praticamente as perguntas que pretendia fazer já foram feitas pelos Deputados que me antecederam. Mas quero fazer aqui mais um questionamento.

O objetivo de uma CPI não se restringe apenas em apurar fatos, ao final, sugerir punições. Eu acho que vai muito mais além e oferece sugestões aos órgãos legislativo, Executivo e ao próprio Judiciário, fornece informação ao Ministério Público. Eu percebo que o senhor tem uma angústia muito grande como policial nas restrições que tem para poder desenvolver seu trabalho, como policial. E eu percebo isso claramente aqui na CPI, hoje tivemos um exemplo claro disso, estivemos na semana passada em João Pes-

soa e foi a mesma coisa, quando o Presidente Tuma leu aqui para os repórteres aqui presentes que a maioria das pessoas, que foram convocadas de alguma forma, arrumaram algum pretexto e acabaram não comparecendo hoje aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aliás, Senador, tem mesmo agora que o principal interesse desta CPI era ouvir o Sr. Ari Natalino da Silva, e seu advogado pede uma série de providências antes de apresentar seu cliente. Quer dizer, a desfiguração da informação da intimação não corresponde ao que ele exige aqui.

O SR. MOREIRA MENDES – Exatamente aí que eu queria chegar, que temos no Brasil direitos demais e segurança de menos, quando digo segurança de menos não é no sentido de criticar a polícia absolutamente, eu digo que temos uma Legislação de primeiro mundo e os meios para que a polícia possa atuar de terceiro mundo. É uma dificuldade terrível, é falta de recursos, é falta de equipamentos, é falta de pessoal treinado, de uma polícia treinada, ao contrário de os países de primeiro mundo, onde o cidadão tem direitos, mas a polícia atua com presteza, com tecnologia e avanço.

Então, na esteira desse raciocínio, e como o senhor falou demais disso aqui, das dificuldades, que sugestão o senhor daria, sobretudo do ponto de vista da legislação, que nós, do Parlamento, pudéssemos primeiro adotar no nosso relatório final e, segundo, depois encaminhar ao Poder Legislativo sugestões de modificações. Se o senhor não puder responder agora, porque acho que é muito complicado, mas aceitaríamos de bom grado que as sugestões depois viessem por escrito, que é de fundamental importância, que se possa melhorar a atuação não só das CPIs, mas de quem está disposto a investigar crime organizado deste País.

Quero dizer, eu comentava aqui com o vice-Presidente, um pouco antes de começarmos esta reunião, esta audiência pública, de que não é possível conviver com isso. Pega-se a informação, às vezes estamos escutando a pessoa que está prestando depoimento, sabe que é comprometido, porque o mínimo de inteligência nos leva a este raciocínio, de sensibilidade, sabe que ele está mentindo, sabe que ele está comprometido com o crime, sabemos até às vezes onde está o produto do crime e a CPI, por exemplo, não pode fazer nada, não pode avançar nada, por exemplo, não pode determinar a indisponibilidade dos bens. Se ria até uma sugestão, acho até que a CPI deveria ter esses poderes, se tem dúvida torna indispo-

nível os bens, ter força para trazer coercitivamente as pessoas que, de uma ou outra forma, têm envolvimento.

Então, para encerrar, queria que o senhor, se não pudesse fazer agora, que fizesse depois, mas quais as sugestões do ponto de vista de modificação de legislação, para aprimorar o trabalho das CPIs e, sobretudo, das nossas polícias.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Pois não. A coisa mais difícil que tem é você se propor a fazer alguma coisa na sua vida e o senhor não conseguir chegar lá. Eu tenho 36 anos de serviço público, vou ser avô mais uma vez hoje à noite.

O SR. MOREIRA MENDES – Parabéns!

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Polícia chora também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alegria traz as lágrimas também.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Mas vai ficar marcado, Senador. Essa menina nasce hoje, num dia importante na minha vida. Eu não sei quando eu vou participar de outra CPI, eu já deveria ter ido embora, porque tenho 36 anos de serviço, mas me honrou muito vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você está convidado, permanentemente, colaborar com esta CPI.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Mas veja bem o senhor o seguinte, é difícil você chegar em casa e, às vezes, não resolver aquilo que você se propôs a fazer na sua vida. Ser policial é um dom, é muito bom, é difícil, é gostoso, eu fui da Força Aérea 13 anos, saí, deixei de andar de avião para ser delegado de polícia. Eu trabalhava onde moram os deuses, andar de avião, e vim para cá, onde mora o demônio, onde estão os bandidos tirando a tranqüilidade da sociedade, mas eu me propus a fazer isso e me propus a fazer bem feito.

O senhor me perguntou e vou dizer algumas para o senhor, ou nós encaramos a coisa com realidade ou, o senhor me perdoe, mas pare com a CPI, pára com tudo isso que o senhor não vai chegar a lugar nenhum. Deu para entender? Existe um Poder Judiciário, cabe ao juiz determinar aquilo que, de uma certa forma, o senhor gostaria que fosse feito. Eu disse no início que uma CPI deveria ser permanente, o senhor deveria ter aqui como o senhor o Ministério Público Federal e um juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já requisitamos o Ministério Público e o juiz.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Ótimo, porque na hora em que o senhor tiver dados que o senhor possa fazer o senhor faça de imediato, porque depois que saiu daqui o senhor não acha mais. Deu para entender? É assim que a polícia passa quando ela começa a investigar, quando ela quer fazer elementos estranhos de tudo quanto é lugar difícil e é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá em João Pessoa tem um exemplo, nós precisávamos uma diligência de busca e apreensão, e a própria autoridade policial mostrou a dificuldade sem uma autorização judicial, era noite e nós não conseguimos naquele espaço. Para não perder e cair numa decisão judicial contra a CPI, tivemos que procurar outros meios para poder...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Exato. E essa decisão judicial contra a CPI, Senador, o senhor sabe que é contra a polícia no dia a dia, se o delegado der um passo em falso.

Mas eu diria ao senhor o seguinte: existe, como disse o senhor, tem que ter legislação específica para que possa ter uma polícia mais ativa. Certo? Tem que existir, usar os órgãos de segurança nacional todos, eu não posso me conformar que está entrando em São Paulo fuzil matando o meu policial. Eu perco um policial por semana, tomando tiro na favela, na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A maioria dessas armas, desculpe aproveitar, Senador Moreira Mendes, são estrangeiras, não são nacionais.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – São todas estrangeiras, todas estrangeiras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque há o argumento de aumentar em 150% o imposto da arma fabricada no Brasil para se vender a alguns países, eu digo: mas e como vai ser se é o contrabando das armas americanas e hoje da Europa e outras armas pesadas, que estão nas mãos dos marginais? Quem é que segura? É o imposto que aumentou para a indústria nacional?

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Não, não, tá bom. Eu quero saber o seguinte: ela entrou no País antes de chegar à mão do bandido. Ela está vindo de um caminho, existe órgão responsável para segurar isso. Só nós, da polícia estamos sofrendo isso, Senador, porque somos nós que enfrentamos os caras armados. Não existe outra entidade enfrentando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as quadrilhas do roubo de carga são bem armadas.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Totalmente, então os senhores vejam, recentemente o policial nosso está trazendo um ladrão de carga e chegou na Cidade de Araras uma ambulância, na frente, diminuiu a velocidade, e um outro carro bateu na porta da viatura, a porta abriu e metralharam os três policiais. Então, o senhor vê até aonde vai a ousadia do bandido. Até aonde vai o armamento que o bandido está usando, e a arma que ele está usando nunca a polícia vai usar, Senador, porque é arma de guerra, a polícia não está numa guerra. A arma que está usando pode, num erro, matar uma criança, matar alguém num outro lugar.

Um tiro dentro de um supermercado de um fuzil é altamente perigoso, nós nunca vamos municiar a polícia para isso, mas eles estão altamente municiados.

Então, eu digo para o senhor, se unirmos todos os órgãos de segurança se unirem, veja bem, eu estive com o General Cardoso, falei para ele em Brasília, estive no gabinete dele duas horas, se unirmos todos os responsáveis e passarmos a fazer um serviço de inteligência para combater o crime organizado, nós não vamos terminar, mas tenho certeza de que o senhor terá menos trabalho.

Esse Laércio que esteve aqui depondo, vai ter Laércio da carga, vai ter Laércio do carro, hoje até dos políticos, porque ele falou mal no depoimento dos senhores na outra CPI, disse que os Deputados os abandonaram. Amanhã ele vai estar em outro lugar falando mal de políticos, por falta de lei mais forte para se colocar na cadeia. Para que pessoas corruptas não se envolvam de uma certa forma. Nós precisamos de coisa mais séria e o senhor vai encontrar na Polícia de São Paulo, o senhor tem exemplo, o Senador que preside isso. Uma polícia séria em São Paulo, uma polícia firme, porque na hora que tem que tomar conhecimento a nossa Corregedoria vai em cima.

O senhor me pergunta: não sei o que estão investigando os meus policiais, o corregedor não me permite, se ele tiver culpa eles vão para a cadeia e eles serei o primeiro a cumprir o mandato de prisão, porque eles estão mais perto de mim. O senhor está entendendo, mas se não tiver culpa eles vão se defender e chegar aonde tem.

Então, eu digo aos senhores, temos que reunir todos os órgãos de segurança, fazer legislação própria, eu me comprometo com o senhor até de apresentar algumas idéias que possam, de uma certa forma... Eu acho muito bom o que está acontecendo, porque são os senhores os responsáveis por legislar

as leis. E hoje o senhor está perto de uma realidade. O senhor concorda comigo? Não sei qual a sua profissão particular, mas hoje o senhor vê a dificuldade de ser policial, hoje o senhor está passando por um pequeno ato de polícia.

O SR. MOREIRA MENDES – Eu até que conheço um pouco mais disso tudo, porque sou advogado militante.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Desculpe-me, mas eu não sabia a sua profissão, mas o senhor vê a dificuldade, hoje, que o senhor tem o poder na mão, de tentar fazer alguma coisa e ver que o senhor está amarrado porque a legislação é complicada. Amanhã ou depois, um juiz ou promotor vai achar que a atitude que foi tomada ou da CPI ou do Delegado de Polícia foi intencionalmente mal feita. É difícil. Mas eu me comprometo a escrever para o senhor e dar idéia do que se possa fazer. Digo mais ao senhor: o meu departamento está aqui, como já teve contato com o Dr. Tuma pedindo um caso que vamos operar, à disposição do senhor para qualquer ato de polícia judiciária que lhe interesse, o departamento assume, faz todo o procedimento que tiver que ser feito, aonde for, a hora que for, da responsabilidade, e apresentar ao senhor o que puder ser feito para ajudar a CPI em São Paulo.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, nenhuma pergunta mais a fazer. Apenas agradecer a gentileza do Dr. Godofredo e desejar que o seu neto, ou neta, tenha muita sorte quando vier à luz hoje à noite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O avô se orgulha mais que o pai. Eu tenho sete.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – O senhor sabe o que avô, Se na dor? Avô é um burro que o filho amansou para o filho trepar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo com a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero cumprimentar o nosso Presidente, Senador Romeu Tuma, nossos colegas Deputados, nossa Senadora, nossa Deputada, Dr. Bitecourt, e lembrar que já estivemos aqui neste plenário numa outra oportunidade, quando a CPI do Narcotráfico veio a São Paulo, eu, como sub-relator da CPI, participei, um apoio importante naquela ocasião da Polícia Federal. Muitos fatos vieram à tona em São Paulo foram revelados, enfim a realidade é que foram levantados como uma espécie de fundo de poço, onde se mexe, levanta a sujeira, mas depois deixa passar ela vai acalmando, baixando, e a sujeira vai para o fundo e fica lá no fundo sujo. Não

que estejamos querendo só remover a sujeira, mas ver o que foi feito com a sujeira que veio à tona. E esta é a razão de ser um pouco da nossa CPI até por que revelou muito claramente, a CPI do Narcotráfico que o tráfico de drogas andava junto com o roubo de cargas, e o roubo de cargas alimentava o tráfico de drogas, ou seja, um alimentava o outro, não se sabe qual o mais importante dentro desse contexto, a verdade é que o tráfico de drogas é anterior e o crime de roubo de cargas é mais moderno, vem avançando mais, é mais contemporâneo, mais vem avançando muito rapidamente. No aprendizado que tivemos no exercício daquela função na CPI nos remete algumas coisas para essa. Por exemplo, o crime está se organizando, o senhor mesmo disse e falou o General Cardoso, e cada vez mais e melhor, estão se aperfeiçoando, e nós constatamos ao longo desse período que não existe crime organizado, ou não tem como organizar o crime sem que a polícia esteja junto, sem que alguns maus policiais estejam junto, alguns dizem que mau policial não é policial, mas que são, ostentam a carteira de polícia, são polícia, mas agem duplamente. Isso constatamos na CPI, até cunhei uma expressão dizendo que a polícia estava para o crime organizado como cavalo está para o jogo do xadrez, quer dizer, no jogo do xadrez, quem conhece, sabe que o cavalo não é a peça mais importante do jogo mas ele tem uma característica muito peculiar, só ele pula por cima do pião, do bispo, da torre, da rainha e do rei. A polícia também. Não é a parte mais importante da hierarquia do poder mas tem uma peculiaridade, só ela, a polícia, pode pular por cima do juiz em determinadas situações, pular por cima do promotor, pular por cima da CPI, pular por cima do governador, enfim pode ser polícia e pode ser bandido ao mesmo tempo. E esta condição é que faz com que a polícia seja uma peça chave nesse elo de ligação do crime organizado, porque ele sabe o modus operandi do crime, ele sabe quem são os criminosos e qual o crime que compensa, e ele sabe com quem se compor. Lembro-me, por exemplo, no Paraná nós chegamos lá estava envolvido o inspetor, o investigador, o administrador, o delegado local, regional, chefe de polícia, uma coisa fantástica, sempre cedente na história daquilo que vimos revelando nas investigações da CPI do Narcotráfico, ao ponto de chegar a dizer que tem a banda podre da polícia, aliás, se falou muito no Rio e acabou sendo transferido para São Paulo, e de resto se popularizou no Brasil inteiro, o que, aliás, é muito perigoso dizer isso, porque, daqui a pouco, acaba-se generalizando e quando se generaliza por função, por profissão não é bom, por que gente boa, gente ruim tem em todas as

funções, em todas as profissões. A verdade é que algumas funções e profissões são mais suscetíveis. Mas a verdade é que andamos pelo Brasil e vimos de tudo, vimos juízes envolvidos e polícia, vimos promotores e polícia, vimos desembargadores e polícia, vimos advogados e polícia, empresários e polícia, políticos e polícia, e polícia e polícia. Ou seja, em todos os lugares aonde estivemos tinha sempre polícia no meio. Na CPI de Cargas, na semana passada, no Piauí, chega lá, bate e bate e bate na polícia. Então dizemos isso porque parece que a primeira coisa que temos que fazer é o que eu propunha na CPI do Narcotráfico, e é o que trago para cá como experiência, a primeira coisa é fazer o dever de casa. Qual é o dever de casa? Se nós temos que combater o crime do roubo e tem alguém casa que rouba, primeiro vamos arrumar a casa para que estes de casa arrumada possam ir vizinhança, no quarteirão, no bairro, na cidade, no Estado e no país arrumar. A casa que combate que o crime organizado, que combate o roubo de cargas, que combate o narcotráfico, que combate a criminalidade é a casa da polícia. Se a casa da polícia não está arrumada não tem moral para ir lá arrumar a casa dos outros. Que não passe isso como se fosse uma obsessão, não é obsessão. Parece-me, em tese, que é muito mais fácil arrumar a própria casa do que a casa dos outros. Então é muito mais fácil corrigir internamente, tem muito mais meios, muito mais mecanismos, sabe quem é o policial, sabe o patrimônio dele, sabe a hora que levanta, deita, onde almoça, de onde veio, para onde é vai, sabe tudo do policial, o superior hierárquico sabe tudo do policial e sabe pouco do bandido, o bandido tem que correr atrás, o policial tem que apresentar-se, de onde veio e para onde vai. Diante desse quadro queremos insistir exatamente nesta ação. Nós temos aqui, o senhor lembra do Laércio que estava sentado aqui, aliás, o Laércio revelou-se, não é Laércio, é Sálvio, o Laércio era um codnome dele. E ele citou aqui, lembro-me, quando falava no Juvandir, no Celso, no Daniel, no Marcão, no Farofa, no Mamameu, no Lucindo, no Zé e no Jura, e o Jura até saiu, segundo sei, foi demitido da polícia, ele vinha contava dados, fatos que só podia saber quem estava lá. Mas as pessoas diziam que era bandido. Ele dizia: sim, sou bandido, mas eu estava com vocês em tal tarefa, em tal situação, em tal missão. Quer dizer, se a polícia anda junto com o bandido e desempenha a atividade com o bandido, quer dizer, não vou suspeitar que o bandido é polícia, vou suspeitar que a polícia é bandido, a suspeita é inversa. Eu estou suspeitando que você é polícia; não, ao contrário, estou suspeitando que a polícia é bandido. Isso levou-nos a

levantarmos toda a série de questões propostas aqui e chamar a corregedoria, conversamos com o Governador Mário Covas aqui em São Paulo, inclusive sugestões foram colocadas no sentido de mudar o sistema interno de ação e de atuação da corregedoria, não sei a que ponto, inclusive o Presidente já aprovou requerimento para o Corregedor de Polícia de São Paulo vir à CPI, quero ter oportunidade de saber o que a corregedoria melhorou em termos de ação, porque foram feitas algumas propostas de melhoria, e quero encaminhar aos senhores os questionamentos. O primeiro deles, em função de todas as denúncias feitas com os policiais, e muitos policiais estariam envolvidos no narcotráfico e que o narcotráfico está ligado tal qual o irmão siamês ao roubo de cargas, e o roubo de carga ligado tal qual o irmão siamês ao narcotráfico de que seriam feitos exames, não sei o nome do exame, mas de verificação de resíduo nos policiais do Estado de São Paulo, o que, aliás, foi anunciado como uma coisa importante, inédita e acredito que é importante mesmo, enérgica, alvissareira, e, diria assim, de linha de frente. Foi anunciado isso. Quero saber o que foi feito, o que o senhor sabe, se realmente foram feitos esses exames, o que apontou esses exames, qual é o percentual de policiais já examinados dentro desse contexto.

Depois do episódio da vinda da CPI do Narcotráfico, uma segunda pergunta, quais os policiais que foram afastados do Depatri, se foram afastados, quais os policiais que foram afastados. Talvez o senhor não tenha todos os dados para nos passar mas o senhor nos passar, pode até ser depois. Depois da CPI, os nomes citados na CPI, alguns coincidem com esses e existem outros além desses, quais estão respondendo e em que fase está o inquérito. O nome e em que fase está o inquérito. Respondendo inquérito administrativo, enfim, na Corregedoria, e em que fase está o inquérito, para termos exatamente esse acompanhamento. Vou me restringir a isso, até porque o senhor vai ter uma tarefa importante, são muitas questões e não quero aqui lhe deixar transtornado, o senhor vai ter um momento importante hoje à noite...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Mas fique à vontade...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quero aqui só ser enfático, Dr. Bittencourt, nesta questão policial. Não que eu esteja aqui querendo caçar bruxa de policial, pelo contrário, é o inverso. Acredito que há muitos bons policiais e a grande maioria são bons policiais e que acabam sendo enlameados, respingados e atingidos por alguns maus. A expressão de que uma

laranja podre apodrece um cento e apodrece um cento. Não é por que se tem uma laranja podre que se vai jogar o cesto de laranja fora, mas se tirar as laranjas podres salva as boas, mas se não tirar as boas apodrece todo o cesto, e depois não aproveita nem o cesto e muito menos as laranjas do cesto. Então esta é a primeira preocupação que quero passar para só depois, aí, sim, acredito que temos condições de combater o bandido. Não vamos combater roubo de cargas, narcotráfico e crime organizado se nós nos arruarmos a nossa casa. Enquanto tiver suspeita de policiais dentro do Depatri. Veja que temos policiais civis, policiais militares e policiais federais. Mas pesam poucas denúncias, quase nada, sobre policiais federais, pesam poucas denúncias sobre policiais militares e pesam muitas denúncias sobre policiais civis. É impressionante o quanto pesa denúncia sobre policiais civis, então temos que voltar os olhos para esta questão, especialmente o senhor que está saindo, para sair assim de cabeça erguida, consciência tranqüila, de missão cumprida por uma tarefa que realmente estava ao seu encargo e o senhor deu encaminhamento. Não vamos terminar com o problema, não, nunca, vai ter deputado com problema, senador com problema, em todas as funções vai ter gente com problemas, mas tem níveis, não vou dizer que são aceitáveis, eu diria níveis que podemos combater com a própria correção interna, quer dizer, o próprio organismo pode expelir, o organismo tem a rejeição interna, as defesas internas, quer dizer, pode fazer. Agora quando o organismo não consegue mais com as defesas internas agir e reagir, há que administrar uma dose, e não pode ser homeopática e nem analgésica também, daqui a pouco uma operação para extirpar esta parte ruim, esta parte podre que está tomando conta. Então, se as corregedorias não estão dando resposta suficiente, tem que ter uma ação externa porque as questões internas não estão sendo resolvidas dentro dos padrões toleráveis e exigíveis.

Então este é o questionamento que faço; desculpe a pressão até que possa parecer em cima da polícia, mas absolutamente não tenho interesse nenhum, inclusive quero preservar os bons policiais. Admiro a polícia, acho que é uma tarefa assim hercúlea, ser policial é uma coisa fantástica, porque ele se submete a tantas coisas que até, daqui a pouco, ele verga em função de ver o crime prosperar e a impunidade ir avante, como diria o Rui Barbosa, ele até se submete a isso. É o meu questionamento.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Primeiramente, quero dizer ao senhor que, com refe-

rência aos exames, já foram feitos na secretaria pelo Sr. Secretário, foi o primeiro, o Sr. Delegado-Geral e o Comandante da PM. Fizeram o corte de cabelo e estão sendo feitos os exames. Então, é uma verdade na polícia de São Paulo, está se começando a fazer os exames, obviamente não sei qual será a dinâmica, como é que vai ser feito pelo departamento, mas os policiais de São Paulo irão participar desse exame. E nós aceitamos isso até como positivo, está certo? Só que o poder público tem que ter uma responsabilidade atrás de tudo isso, porque, além de não divulgar, obrigação de ajudar quem é doente. Por que vamos dizer que um departamento “x” determine que 200, 1000 ou 50 policiais são dependentes de uma certa forma, ele é identificado, o senhor tem uma responsabilidade agora de ajudá-lo, está certo? Por que ele não é um traficante, ele não é isso, ele é uma pessoa doente, com problema social qualquer e acabou fazendo uso de uma certa forma. Então, acho que está sendo estudado, porque além de você identificá-lo você tem que ajudá-lo, em que pese, muitas vezes, a pessoa que faça uso seja um excelente policial, mas é um doente que tem que ser afastado de uma certa forma. Preocupa-me até na Sabesp. O senhor já pensou se um cara da Sabesp é viciado e envenena a água de São Paulo. Acho que tem que fazer exame lá também, não é verdade? É mais perigoso, um funcionário da Sabesp pode resolver... Então, não é só polícia, acho que todos, de uma certa forma, que têm uma responsabilidade direta poderiam passar por isso que ia ser muito positivo.

Com referência aos policiais que foram envolvidos, fomos os primeiros, porque assim que saiu a notícia, porque o depoimento se deu primeiro no Rio de Janeiro, o senhor se lembra disso, imediatamente, com as notícias do jornal eu encaminhei, o Sr. Delegado-Geral foi encaminhado para a Corregedoria. Dizer para o senhor em que fase que está eu não sei porque não é permitido ao diretor do departamento, é apurado sigilosamente pela Corregedoria. De uma hora para outra, a Corregedoria chega no meu departamento e fala: Fulano tal, saiu o mandado de prisão dele, que está prendendo, que está levando. Então, é feito sigilosamente por pessoas da Corregedoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode pelo menos informar à CPI o nome e a função de cada um daqueles que estão sendo...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – São todos, todos aqueles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas gostaria que agora...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Mas veja bem, eu não tenho o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, que o senhor oficiasse à CPI oferecendo o nome e a função do policial e quando que ele foi ...

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Se o senhor me permitir, não transferindo, vai ser chamado o corregedor. Porque vou ter que pedir para ele uma coisa que ele não me dá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas do corregedor eu vou pedir outras coisas, inclusive o corregedor é sobre todas, eu quero só do seu departamento, só do Depatri.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Está ótimo. Encaminho um ofício dizendo a sindicância, o inquérito policial, a quem está respondendo. É isso o que o senhor quer. Mas já lhe digo que existe um procedimento administrativo, já existe um inquérito policial em andamento, e estamos aguardando a decisão. Está certo?

Concordo com o senhor em gênero, número e grau que a polícia é o marco principal de um crime organizado. Por que é que ela é? Ela é porque ela é a responsável para combater o crime, então não tem jeito de ela ficar fora. Se disser que a religião melhor é aquela sem dizer que o padre não está envolvido, fica difícil. O senhor concorda comigo? Então nós, de uma certa forma, somos envolvidos de uma certa maneira. Maus policiais? Tem, tem em tudo quanto é lugar. Tenho certeza hoje que lá em Roma têm uns dez querendo virar Papa. O senhor não acha? E está correndo alguma coisa lá para ver quem vai ser o próximo Papa. E é coisa do ser humano. Mas quero dizer ao senhor o seguinte, que nós aqui agimos com punho forte. Está certo? Agimos. Em outras situações estaduais que houve, inquéritos policiais de prefeitura, tomamos a iniciativa, vistoriamos armários de policiais, tomamos todas as iniciativas, na frente. Quando veio a do narcotráfico, o deputado daqui de São Paulo, me esqueci o nome dele, o Nelson, o procuramos e nos colocamos à inteira disposição. O senhor deve estar lembrado de um policial que estaria vendendo em Alphaville, o senhor se lembra disso? Fui eu o responsável para achar a pessoa para ele. Por que eu queria, antes de tudo, que a CPI fosse respeitada e se fizesse alguma coisa. Ajudamos, só estou contando para o senhor agora. Fizemos tudo, achamos a pessoa, a Corregedoria foi, fez, o senhor está vendo? Porque às vezes a Corregedoria não tem o conhecimento que um departamento tem na rua. Então, temos um bom relacionamento e corremos atrás, fazemos e prende-

mos porque queremos limpar. O afastamento foi uma medida, o senhor bem sabe, administrativa superior, que a administração superior achou por bem, que aquele momento em que se provasse alguma coisa de qualquer policial ele seria afastado. Então, se eu disser para o senhor porque não afastei. Não sou eu que afasto, é a Corregedoria que afasta, ela vai dizer para o senhor por que não afastou, ou se vai afastar por alguns dias. Eu também vou ser colhido de surpresa por que eles não comunicam. O senhor está entendendo? Mas digo ao senhor o seguinte: a polícia que está aí, se tiver algum mandado de prisão do meu departamento para ser cumprido, se tiver alguma coisa, eu sou o primeiro a cumprir, tenho certeza disso, os meus policiais, iremos cumprir porque não permitimos nenhuma laranja podre. Podemos até ter laranja murcha, deputado, está certo? Mas é murcha porque já nasceu meio murcha, cansada de uma certa forma, não é murcha de podridão. E não existe banda podre da polícia em São Paulo. Se falou no Rio de Janeiro, não existe. Uma diferença também de São Paulo para o Rio, o senhor não tem grandes nomes de bandidos famosos em São Paulo, já reparou? Não tem o Uê, não tem isso, não deixamos crescer, a polícia de São Paulo vai em cima, na mesma hora. Não existe nenhum caso em São Paulo de alta projeção que a polícia não tenha colocado o dedo, que o Depatri não tenha prendido. Os assaltos da TAM, os assaltos de banco, de uma certa forma. Fazemos o possível. É difícil, o senhor bem sabe como é difícil. Temos o mesmo pensamento do senhor, que se não limpamos a casa, não podemos ir na casa dos outros. Está certo? Aquilo que eu disse anteriormente, não basta ser, deputado, tem que parecer que é, é mais do que ser. O senhor concorda comigo? Então, temos essa política de tentar fazer isso. O senhor tem a certeza absoluta. Voulhe comunicar os inquéritos, de nomes de pessoas que tenho, entendeu? O que o senhor falou é o nosso pensamento. Sinto orgulho. Às vezes aparecem cartas anônimas de pessoas de maldosamente fala, entende? Mas é difícil, como digo para o senhor, um homem como eu que sou avô e vou ser avô de novo, às vezes tem que dizer que os 37 anos de serviço foram sérios, para pessoas que o senhor não conhece. Isso dói, isso dói. Para quem leva a sério, como a gente gosta de levar a sério, machuca muito, machuca muito. Então, não vamos permitir que jamais policiais que de uma certa forma estejam envolvidos, estando hoje no meu departamento, hoje estou no Depatri, amanhã vou estar em outro. S. Ex^a, o delegado-geral, jamais permitiria que alguém que estivesse envolvido não fosse apurado. O Dr. Desgualdo é um

policial novo, era investigador de polícia, conhece tudo, e rígido. O Sr. Corregedor, que é o Dr. Rui, é um delegado de polícia, numa expressão de palavrão, encardido, ele vai, exige e apura. Tenho certeza que, quando o senhor vir, vai sentir de uma certa forma isso.

Então, é o que tinha a dizer ao senhor. O que o senhor me pediu é isso, vamos fazer os exames. Espero que não tenham policiais em meu departamento com vícios. Se tiver, espero que a administração os ajude, não é verdade? E estamos à disposição do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra a Deputada Telma de Souza.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Muito obrigada. Queria saudar, na figura do Senador Romeu Tuma, todos os componentes desta CPI mista, extensivo evidentemente ao Deputado Afanásio e também ao Dr. Godofredo Bitencourt filho.

Tenho duas afirmações e duas perguntas a fazer, mas antes, evidentemente, quero saudar, com todo o carinho possível, essa jovem Júlia que vem por aí, inclusive por eu ser a única representante feminina do staff aqui da CPI, e saudar mais uma colega de corporação, para que evidentemente possamos construir um mundo melhor.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – É a minha única filha é delegada de polícia.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Não diga. Então, os meus parabéns e toda a sorte do mundo, simbolizada na sua neta Júlia, e, claro, extensivo a todas as crianças que estejam nascendo neste momento. Queria dizer algo um pouco diferente de meus companheiros: eu não acredito que a polícia em si seja a responsável por todas as questões que foram colocadas no decorrer dos interrogatórios e dos depoimentos que temos tido nos últimos meses. Esta CPI foi criada em março deste ano, e acredito que existe sempre uma moeda na sociedade, e não sou eu quem diz, é o bom e velho Aristóteles, que quem é rainha é sempre a política. E quando vemos as inúmeras informações, denúncias particularmente o depoimento do Deputado Afanásio Jazadji, quero dizer que a falência é de ordem política, de vontade política, de permissividade, de omissão. Não tenho dúvida sobre isso. E quando falo isso, não estou falando em termos partidários, Deputado. O senhor trabalhou com o Deputado Elói Pietá, hoje prefeito de Guarulhos, do meu partido, e o senhor sabe que, quando o senhor nos passou a pessoa pública, quebramos barreiras que são as partidárias, do time que torcemos, da religião que professamos ou

não e assim por diante. Então, isso colocado, queria dizer que o procedimento desta comissão, e tenho certeza que o Senador Romeu Tuma, por pertencer a um partido extremamente forte, o PFL, terá muita liberdade de ação e nos dará todo o resguardo, ele, que vem desse setor também, para que possamos continuar agindo. Faremos tudo? Com certeza não. Então, uma das perguntas que tinha o Deputado Pompeo me colocou, que é justamente, e o senhor também, Senador Moreira, é qual o tipo de legislação que podemos fazer para que sejam desbloqueados setores, para que as verdades possam vir à tona e principalmente para que possamos garantir, talvez contradizendo um pouquinho o senador, desculpe por a minha patente ser menor, que os direitos não são muitos, a capacidade de realizá-los numa sociedade que não se articula de uma maneira justa e democrática é que talvez seja o nosso grande percalço. E é isso que estamos fazendo, enquanto pessoas públicas, que tiveram dentro de seus quadros, seja na Câmara ou seja no Senado, cassações de seus membros, por entendermos que não eram compatíveis com aquilo que pretendemos fazer na defesa da sociedade que nos eleger. E mesmo aí quero deixar extensiva a questão da polícia, por que nenhum poder é homogêneo, nenhum poder é absolutamente uniforme. E é claro que percalços, erros existirão nas medidas tomadas e até em pessoas que encarnam esse poder.

Então, a primeira questão que queria colocar já me vejo contemplada pelo encaminhamento do Senador Moreira.

A segunda questão que queria colocar, é uma afirmação minha, e responsabilidade minha, é que em função da permissividade, da omissão e principalmente, eu diria, da complacência muitas vezes extrema que os diversos poderes têm tido não estejamos conseguindo garantir algumas respostas que a sociedade precisa ter no aqui e agora. Então, dividiria a intervenção em duas vertentes: Uma, o que podemos fazer para que essa altamente sofisticada malha do crime organizado, que não tenhamos ilusões, a afirmação é minha, ela não é uma figura de retórica e nem uma ação virtual, ela acontece sim. Se não é numa banquinha da Avenida Paulista, ela tem uma organização extremamente forte. Eu cito um episódio muito rápido em que fui protagonista. O senhor sabe bem que participei da última eleição para a prefeitura de Santos, e fui derrotada pelo narcotráfico. E o narcotráfico não se contenta em ter representantes dentro dos poderes, elege os seus, nas câmaras municipais

país, nas assembleias, na Câmara Federal e no Senado. Quem são? Possivelmente não sabemos, mas não é nada que fique impune para o resto da vida, nada é ad infinitum nem ad eternum. Então, queria dizer, em primeiro lugar, como essa comissão poderá, ela tem mais um ano de ação, porque ela foi prorrogada na sua possibilidade do seu trabalho, e este ano o que poderemos fazer? Ficaremos no aguardo de sugestões sobre a questão legal e também dos nomes que o Deputado Pompeo solicitou. A segunda questão é mais imediata, e eu queria, se fosse possível, saber nomes, responsabilidades, questões de autoridades mais específicas dos diversos departamentos que o Sr. citou, quais aqueles que poderia e deveria ser ouvidos por esta Comissão, para que tivéssemos uma intervenção aqui e agora, para diminuir esse impacto sobre a sociedade. Então, digo que temos uma ação a médio e longo prazos, que é o próprio processo do ser humano, em quanto for social e coletivo, e em particular quais as autoridades que devemos chamar, para que possamos já ter uma ação aqui e agora para diminuir esse impacto, e não tenhamos dúvida, de que é a Seguradora que se coloca junto com o dono da Transportadora que permite o roubo, que traz o caminhoneiro, quer dizer, é uma malha tão sofisticada, que todos sabemos que ela existe. Então, gostaria da sua ajuda nesses dois sentidos.

A terceira e final questão, quando os concursos já estão minados, as pessoas já estão (entrando) o crime organizado entrando nos meios do Poder Institucional constituído em nosso País, se me permitem, queria trazer um pouco, esta ação da Comissão, para a minha cidade. É lógico, que o maior porto da América Latina, tem que ter uma interface com essa questão. Semana passada, cem containers sumiram do pátio de containers, lá, do Guarujá, 100; não foram 2 ou 3; foram 100. Os Srs. sabem como eles consumiram? Foi via aérea? Foi via submarino? Alguma ação de James Bond?

Então, é preciso que a gente tenha uma ação no Porto e Santos. Qual o tipo, como faremos? Temos que determinar; sabemos, tudo, há interface com os Poderes Constituídos Alfandegários, sou eu que confirmo isso, ou não? Então temos que descobrir isso. Faço a minha última questão e termino a minha intervenção.

Eu gostaria de saber se de fato tem alguma ação específica no Porto de Santos. Se tem, qual é? Qual é o índice de acontecimentos? Se não tem, qual é a autoridade que temos que chamar para fazer vir à tona a questão? Porque me dá um profundo descon-

forto representar uma região onde os fatos acontecem a cada dia e ninguém é responsabilizado.

Então, termino como comecei: a ação e o erro não são da polícia ou dos deputados ou dos Poderes; são da política em si. E como representantes da política, temos que ter alternativas para o Governador, que espero que esteja se recuperando bem de sua saúde, para os governadores do Brasil, de muitos estados e, particularmente, ao próprio Presidente da República, porque não podemos continuar com essa complicidade silenciosa da omissão, uma vez que todos sabemos de tudo o que está acontecendo em nosso País, e precisamos agir, com toda certeza. Muito obrigada. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. GODOFREDO BITENCOURT FILHO – Digo a senhora que vamos encaminhar as idéias de como ajudar em termos de combater, vamos encaminhar os procedimentos administrativos e judiciais referentes aos policiais que já estão em andamento. Digo a senhora que, na realidade, o debate não tem nenhuma ação especificamente em Santos; de uma certa forma, isso é área federal. Quero dizer à senhora que quem deveria vir aqui lhe ajudar... De uma certa forma, digo o seguinte: o meu Departamento está a sua disposição para qualquer ato que haja necessidade da Comissão, para tomar alguma providência de Polícia Judiciária. Estamos à disposição.

E dizer também à senhora que se não levarmos realmente a sério, ou seja, mudar algum tipo de lei, se não tivermos vontade política para resolver a coisa, como bem diz a senhora, realmente não vamos chegar a nada. Está havendo o narcotráfico, o roubo de carga é um pedaço dele, a polícia está fazendo o que ela pode fazer no palco da vida. Cada um está fazendo o seu papel, mas estão faltando alguns detalhes que podem se somar a essa idéia que dei aos senhores de juntarmos todas as forças. Tenha certeza de que vai ser uma ação muito forte contra o crime organizado.

Se reunirmos todas as forças de segurança que temos, cada um constitucionalmente no seu pedaço, vamos realmente chegar a um ponto em que se vai combater. É difícil? É difícil. Mas não é impossível de se combater. Certo?

A SR^a TELMA DE SOUZA – Desculpe, por favor, Sr. Presidente. Apenas que autoridades locais poderíamos chamar, em que sentido, como encaminharemos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quería agradecer, sinceramente, ao Deputado Afanásio Jazadji, que veio aqui espontaneamente, nos trazendo

informações e fornecendo seu relatório. Gostaríamos que continuasse acompanhando a CPI e qualquer detalhe ou fato que possa nos ajudar, estaremos na expectativa das suas informações.

Dr. Bitencourt, sinceramente, quero agradecer-lhe pela presteza com que atendeu o nosso convite via telefônica, e ao Sr. Secretário também os nossos agradecimentos não só pelo apoio que já foi citado pelo Senador Moreira Mendes, mas pela autorização para que o senhor viesse aqui e também o Comandante do Batalhão de Polícia Rodoviária, que virá amanhã. Sem dúvida nenhuma, tenho dito, com muito orgulho, porque fomos colegas – somos colegas ainda, porque estou na ativa, não estou aposentado, estou licenciado - de tê-lo como companheiro em várias ações importantes na Polícia de São Paulo.

Gostaria de manter esse canal aberto para que pudesse dar continuidade não só ao aspecto das investigações, mas com a sua proposta de sugerir as idéias que possam, através da Legislação, facilitar o trabalho da polícia. Espero que sua netana saia sorrindo para o avô, que aqui está na expectativa, ansioso e com o coração apertado. Tudo vai correr bem, se Deus quiser, para a sua felicidade e da sua família.

Antes de encerrar a reunião, queria comunicar que o Gaeco, que é um grupo especial do Ministério Público Estadual que combate o crime organizado, dois Promotores estarão aqui às 16 horas, e eles são responsáveis pela área do crime de roubo de cargas. Acho que os seus depoimentos serão importantes, os seus esclarecimentos junto à CPI, o que vai facilitar o nosso trabalho de investigação.

Encerro esta fase e marco o seu reinício para as 16 horas de hoje. Estamos convidando para almoçar aqui no prédio e aqueles que quiserem vamos lá. Muito obrigado, até mais tarde.

Está encerrada a reunião.

Ata da 16ª Reunião realizada em 24/11/2000.

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano dois mil, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senador Moreira Mendes e dos Senhores Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Telma de Souza e Mário Negromonte, membros da Comissão, reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas

transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as pessoas do Coronel Romeu Takami Misutami, Comandante do Primeiro Batalhão de Polícia Rodoviária do Estado de São Paulo/SP, Doutor Luiz Antônio Rebelo da Silva, da Corregedoria da Polícia Civil do Estado de São Paulo/SP, do Doutor José Pereira Bolsinha Neto – Delegado de Polícia da segunda Delegacia de Crimes Funcionais, do Presidiário Narciso Valverde, do Presidiário Wangner Jadir da Silva, do Presidiário Maurício Meneguetti, do senhor Lauro Barini Júnior, da Transportadora Cinco Estrelas e Norberto de Pinho Moreira Hipólito, da Seguradora Hannover. Inicialmente foi ouvido Doutor Romeu Takami, que fez explanação sobre atuação da Polícia Rodoviária comandada por si, sendo questionado pelos Senhores Romeu Tuma, Mário Negromonte e Oscar Andrade. A seguir foi ouvido o Delegado Luiz Rebelo, que foi questionado pelos Parlamentares Romeu Tuma, Pompeo de Mattos, Oscar Andrade e Mário Negromonte. Em prosseguimento foi ouvido o Delegado José Pereira Neto, que também foi questionado pelos mesmos Parlamentares acima mencionados. Continuando a reunião foram ouvidos os presos Narciso, Wagner e Maurício, que foram interrogados pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Mário Negromonte, Telma de Souza e pelo Senador Romeu Tuma. A Presidência esclarece que a requerimento do Deputado Givaldo Carimbão irá ouvir os empresários Lauro Barini Junior e Norberto de Pinho Moreira Hipólito, para que possam esclarecer sobre um roubo de carga pertencente a uma emissora de televisão que é objeto de uma comunidade em seu Estado. Os depoentes prestaram os devidos esclarecimentos sendo aparteados pelo Senador Romeu Tuma e pelos Deputados Oscar Andrade, Mário Negromonte e Telma de Souza. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores.

Havendo número regimental, declaro aberta a continuidade da reunião iniciada no dia de ontem e

convido o Coronel Romeu Takami Misutami para ter assento à mesa, em colaboração com esta CPI e poder nos dar um quadro da situação nas estradas paulistas, visto S. S^a ser comandante do 1º Batalhão de Polícia Rodoviária, com sede em São Bernardo. É isso mesmo?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor então, se o senhor puder se identificar e iniciar o seu depoimento.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Senador Romeu Tuma, demais membros da CPI, primeiramente meu bom dia. Agradeço o convite e se eu puder colaborar de uma certa forma no sentido de minimizar esse tipo de problema, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia, por favor, dar um quadro da situação e as dificuldades que a polícia tem encontrado em realmente fiscalizar e tentar impedir a circulação de caminhões com mercadorias sob suspeita de serem roubadas.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Perfeito. Quando a grande mídia, por exemplo, faz a reportagem sobre roubo de carga até parece que roubo de carga só acontece nas rodovias estaduais e federais. Não é bem assim. Dentro do Estado de São Paulo, de que tenho mais conhecimento e sobre o que já pesquisei, a gente vem batalhando dia a dia para diminuir essa situação, a gente verifica que cerca de 70% do roubo de carga acontece na área urbana, 10% nas rodovias federais e 20% nas rodovias estaduais. Esse é o quadro estatisticamente.

Mas o que é que acontece?

Então vou falar primeiro dos modus operandi dos marginais. Então recebemos bastante crítica de que nós somos inoperante em relação ao combate do crime organizado, em relação ao roubo de carga. Se o crime é organizado é porque ele tem uma estrutura, tem a participação de todos os segmentos da sociedade. Se não tiver a participação de todos os segmentos da sociedade não seria um crime organizado.

Como é que eles operam um roubo de carga? No primeiro momento aquela situação da grave ameaça e acaba dominando o motorista ou seus ajudantes. Em sequência, tem outra parte de apoio que deixa temporariamente seqüestrados todos os componentes daquele veículo. Aí quem assume? Assume o motorista da quadrilha.

A partir do momento que aconteceu essa situação não tem como o policiamento, ostensivo ou rodoviário, reter esse veículo. Por quê? Ao ser fiscalizado,

como o motorista é da quadrilha, ele está devidamente documentado, com sua habilitação, sua identidade, documentos normais que cada motorista tem que portar, e a nota fiscal e o documento do veículo já estão na mão desse motorista. Então ele vai passar por 50 bloqueios, 500 bloqueios e não tem como retê-lo. (Eu não tenho) Ninguém é mais honesto que ninguém, então eu não posso reter as pessoas legalmente. Mesmo que eu retenha esse veículo, o que vou fazer? Onde consultar, no caso do policiamento rodoviário, se meu policial trabalha muitas vezes até isolado ao longo da rodovia. Muitas vezes não tem nenhum telefone ou quando tem o rádio muitas vezes é até entrecortado.

Bom, essa é a grande dificuldade. Então o que é que eu poderia dizer aqui? Como resolver esse problema para que facilite a minha atuação? O que estamos precisando, um alei, alguma coisa que possibilite a retenção? Como vamos reter, como vamos desconfiar? Um pequeno documento que poderia ser exigido para todas as transportadoras, para todos os veículos de transporte – poderia dar até outro nome – o que na rodoviária a gente chama “romaneio”. Romaneio simplesmente seria um documento obrigatório para que a empresa determine o itinerário e o ponto de apoio do motorista, do transportador. Por que isso? Se uma carga, por exemplo, sai de Santos e vai para Ribeirão Preto, destino final, não custa nada colocar no itinerário... quais são as estradas que chegam até Ribeirão Preto? Simplesmente Anchieta e Imigrantes, Marginal Pinheiros ou Marginal Tietê, Anhangüera e Bandeirantes.

Caso eu fiscalize esse veículo em São José dos Campos, por exemplo, eu teria o direito legalmente de retê-lo e depois de reter, o que é que eu posso fazer? Eu teria que ter um mecanismo bastante rápido de consultar esse veículo e esse motorista.

Outra situação: alguma identificação na nota fiscal. Eu sei que tem cargas e mais cargas. Quer dizer, a exceção não pode fazer a regra. Normalmente, principalmente o transporte longo, é uma carga com destino para um... não existe 50 ou 60 notas fiscais numa carga que está indo num itinerário mais longo. Esse tipo de carga existe mais para distribuição na área urbana. Então desse tipo de carga nós temos que fazer um estudo. Como nós vamos fazer? Como identificar o motorista na nota, ou numa planilha, talvez? É só uma questão de estudar, pegar a experiência de todo mundo e bolar um documento que facilite a atuação do policial.

Se não fizer isso, nós vamos ficar sempre batendo que a polícia é ineficiente porque não tenho forma legal de reter os veículos. E no Brasil, pela pesquisa que eu fiz, não passa, pouco mais ou pouco menos, de 1,5 milhão de veículos de carga. Se é 1,5 milhão de veículos estamos aqui, principalmente em São Paulo, no sul e grande parte do território nacional, com a rodovia inteligente, fibra ótica para tudo quanto é lado.

Por que não cadastrar todos esses caminhões de transporte? Quantos motoristas, quantos funcionários teriam... quantos motoristas seriam necessários nesse serviço? Se são 1,5 milhão de veículos, 2 motoristas por caminhão, então seriam 3 milhões. Que seja 5! Estamos na era da informática. Por que não cadastrar os motoristas?

O policial rodoviário ao consultar a placa do caminhão já vê o nome da transportadora. Ao jogar o RG ou o nome do motorista já veria a quem pertence aquela transportadora. Isso seria possível fazer em questão de 15 ou 20 segundos. Só teria um terminal em todas as rodovias, pois um terminal é suficiente. Se vincular a nota ao motorista com algum tipo de identificação, damos outro tiro também: a sonegação de impostos.

Então, acho que não é nada difícil uma situação dessas do jeito que tem evoluído na informática, fazer um sistema nesse sentido para que nós, policiais, pudéssemos realmente atuar. Do jeito que está a carga roubada na rodovia tem condições de passar em quantos bloqueios houver e eles vão embora. O assaltante só é retido se cometer alguma infração. Assim é que posso retê-lo ou apreender o caminhão. Só nesse sentido, ou senão, ao ser fiscalizado o próprio motorista da quadrilha, por falta de experiência, demonstre alguma coisa. Então o policial, com seu tirocínio, percebe que há alguma coisa suspeita. Aí começa o interrogatório, conversação. Tudo isso vai da atitude do profissional policial que está lá. E isso fica muito vazio, muito pequeno pelo problema que estamos enfrentando nas rodovias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coronel, essa identificação do motorista, inclusive 20 ou 30 anos atrás, usava-se muito. O motorista da empresa tinha um documento que o identificava.

Acho, Sr. Presidente, interessante essa idéia, esse estudo e deverá ser, ao final dos nossos trabalhos, uma das sugestões da CPI. É muito interessante, pois cria esse vínculo e a garantia de que a mercadoria

está sendo transportada por gente da transportadora.

Há uma celeuma em torno disso, visto que já há projetos de lei que estabelecem o vínculo direto com o caminhão, mas há como se fazer de forma mais fácil criando o vínculo documental com a transportadora, mesmo que seja um carreteiro, um contratado com caminhão próprio, um autônomo. Há que se chegar, após alguns estudos, a uma maneira de se fazer esse vínculo. Tenho certeza de que vai melhorar muito o trabalho das polícias rodoviárias e urbanas com essa identificação do motorista. O senhor deu um número de 20% aqui em São Paulo de roubo de cargas que ocorre, ele disse 70 urbano, 10 nas federais...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Em relação ao total de números, verificamos que 70% do roubo de cargas é operacionalizado na área urbana – 10% nas rodovias federais, que seria a Dutra, a Fernão Dias e a BR-116, no interior tem alguma coisa de rodovia federal, mas é muito pequeno, e 20% operacionalizado nas rodovias estaduais.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que tem sido resgatado, o que tem sido chegado a bom termo no resgate dessas cargas roubadas, em relação a esses 20%, ou prisão de bandidos?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Como é parte de investigação depois da recuperação, eu ainda não pesquisei, porque na Polícia Civil normalmente a quadrilha após ser presa, normalmente é mais esclarecido com a investigação, quando a quadrilha é presa numa situação então é parte investigatória. Essa parte acho que o pessoal do roubo de cargas da Polícia Civil de São Paulo teria esses dados. Não tenho essa estatística de quanto recuperou ou não. Também não faz parte do meu dia a dia. Temos conhecimento de todos os pontos mais críticos da rodovia e estamos aumentando o preventivo e fazendo comando nesses locais, mas tenho essa dificuldade. Se o roubo já aconteceu, fica difícil para o policial ostensivo reter esse veículo, porque não tem mecanismo nem legal e também, após desconfiar e reter, não tenho onde consultar.

Por exemplo, tem empresas que ficam no interior e outras que ficam fora do estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem o mapeamento dos pontos críticos onde há maior incidência de ...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Nas rodovias estaduais, no caso da Polícia Rodoviária Estadual, temos grande problema de Jundiá a Limeira. Tanto a Anhanguera e Bandeirantes. Bandeirantes de Jun-

diá até Campinas e a Anhanguerade Jundiá a Limeira. Tem depois outros pontos críticos. O primeiro trecho da Castelo Branco, o primeiro trecho da Imigrantes. Na baixada tem alguma coisa tendo em vista grandes depósitos que temos, containers. Tem pontos mais e menos. Agora está indo para o interior o roubo de combustível. A região de Pinda. No Vale do Paraíba está aumentando. Na Dutra até Cumbica. Só que na Dutra está diminuindo o roubo de cargas, principalmente de remédios. Tendo em vista essa situação muitas empresas saíram daquela região. Então realmente baixou um pouco. Mas o primeiro trecho da BR-116 até Taboão da Serra. A Marginal tanto Pinheiros como Tietê.

Porque acontece esse tipo de roubo? Porque tem postos de gasolina de apoio, por exemplo. Só que naqueles postos de gasolina encostam 10, 15, 20 até 50 caminhões e não existe nenhum tipo de controle. Agora, esse número também que o pessoal acaba anunciando pela empresa, o pessoal de sindicato, também duvido muito dele. Por que? O que acontece nos postos de apoio nas rodovias principalmente que temos percebido aí? O sistema hidráulico, o sistema de freio do caminhão só começa a funcionar depois de 20 a 30 minutos que o motor está ligado, o que o motorista faz? Ele acorda, liga o seu veículo e vai fazer suas necessidades e deixa o veículo ligado para que quando do retorno das suas higiene pessoais, da sua refeição matinal, seguir viagem. Quando ele chega, onde está o caminhão? O que acontece, a questão do seguro? No contrato está que só vai ser ressarcido se for roubo, então ele registra queixa como roubo para poder receber o seu seguro. Nesse ponto de apoio não tem nenhum tipo de controle. Não tem segurança, não tem nada. Verificamos na Castelo Branco, em qualquer rodovia que vai para o interior chegando lá cinco, seis horas da manhã aquele monte de carros com motor ligado e não encontra nenhum motorista, porque ele está fazendo a sua higiene pessoal, está se alimentando. E quando ele retorna, com certeza, um daqueles caminhões não estará mais estacionado naquele local. E depois ele registra como roubo para receber o seu seguro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Coronel, qual o seu efetivo da Polícia Rodoviária Estadual?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Considerando o trevo como rodovia, se for só o eixo, 23 mil quilômetros de rodovia, a Polícia Rodoviária compõe-se de 3.300 homens.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem pessoal treinado para essa área de roubos de cargas?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim. Estamos na medida do possível preparando inclusive temos equipe tática ostensiva rodoviária, que estão sempre treinados para esse tipo de combate mais pesado, tanto para roubo de cargas como para narcotráfico.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E atua nesses pontos críticos?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim, só que ainda não é suficiente, porque temos algum problema de deficiência, porque nossa missão principal é a fluidez e evitar a morte em acidentes. Esse componente de roubo de narcotráfico é um componente que está cada vez mais aumentando e não podemos fugir disso daí. Então estamos cada vez mais aperfeiçoando o nosso pessoal para combater esse tipo de delito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o relacionamento com a Polícia Rodoviária Federal, vocês têm reunião, ação conjunta?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Ultimamente, o que temos feito. Lógico que as informações agora com o inspetor Dirceu, além de termos amizade pessoal, como instituição sempre trocamos informações, na medida do possível. E verificamos que os problemas que tem na rodovia federal também temos aqui na rodovia estadual.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já identificou o tipo de carga mais comum roubada?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – O tipo de carga hoje em dia não tem assim específico. Por exemplo, na região de Sorocaba até Cezareolange, tem uma característica, são caminhões frigoríficos, são cargas da região de Presidente Prudente ou da região de Araçatuba. Então tinha uma quadrilha agindo naquela região. É mais do interior para capital. Agora, aqui na baixada, com relação a Mercosul estão visando por exemplo material eletrônico. Mas verificando, na região de Pinda aumentou-se combustível. Então, cada quadrilha age conforme a sua encomenda. Agora a região de Santo Amaro, tenho conversado com o pessoal aqui da área, essa fábrica de alimentos, aqui na marginal Pinheiros tem incidência em alimentos, no caso seriam chocolates, doces. E cada quadrilha tem suas características. Tem quadrilha mais violenta e menos violenta. As mais violentas são aquelas que não precisam ser muito organizadas, por exemplo, roubo de cigarros. Junta-se um grupinho

e comete-se o crime, porque a distribuição disso é bastante fácil e não é perecível. Agora, carga de carne, uma carreta com quase 50 toneladas desaparece muito facilmente, tem que ter uma estrutura atrás, porque se ficar 24 horas a mais ou a menos tudo aquilo se deteriora. Então eles têm uma estrutura bastante grande atrás disso. Em relação ao Mercosul, aqueles containers de material eletrônico com certeza aquela quadrilha não vai colocar na sua sacola e vai vender aqui na Rua Santa Efigênia. Aqueles produtos, com certeza, vão direto para alguma indústria.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Temos recebido aqui diversas denúncias de policiais militares envolvidos, policial rodoviário federal e a polícia civil. O senhor tem conhecimento de algum fato de policial militar, se houve envolvimento, se houve alguma punição, se foi expulso da polícia militar, se o inquérito foi instaurado?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Com certeza. Tenho algumas notícias, não sei números nem região, mas como é crime organizado, então ele está no caso de policiais envolvidos, a Corregedoria deve ter esse número, mas as últimas notícias que obtive todos eles foram expulsos, no caso do policial militar, e o restante está correndo na justiça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da sua corporação, polícia rodoviária estadual, quantos homens sob o seu comando?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sob o meu comando? O total é 1.164 homens que comando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só no batalhão dele. O total são 3.300 para o estado. São 23 mil quilômetros.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sob o meu comando tenho 3.700 km de rodovia. Tenho 1.164 homens sob o meu comando no total.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sob o seu comando já houve casos de envolvimento de policiais, denúncias?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Até o momento não. Se tem ainda não foi identificado. Mas nos últimos três anos desde setembro de 1997 que comando o 1º Batalhão rodoviário não houve nenhum envolvimento de policial rodoviário ou se está tendo envolvimento ainda não foi ninguém acusado ou identificado nesta situação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem dificuldade de trabalhar com a polícia civil nesta área?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – São duas organizações totalmente diferentes. Um faz a investigação e ficamos no serviço ostensivo preventivo. Não

é que há dificuldade, realmente não tem como, até o momento, a gente se entrosar melhor para fazer um trabalho mais direto, mas estamos aqui

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será que é importante isso acontecer?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Com certeza. Inclusive este ano principalmente, no final do ano passado para cá, temos sempre junto com a Depatri e estamos fazendo praticamente direto comandos. E estamos aqui entrosando vários comandos com a polícia civil. Só que só esse comando com a polícia civil e só a polícia rodoviária também não resolve. Da mesma maneira que falei que vão vazando vai continuar a mesma coisa. Não tenho base legal para reter, e se retenho não tenho como consultar de imediato. Se uma transportadora de Minas Gerais até eu chegar a entrar em contato com a transportadora para saber se aquele motorista é funcionário daquela empresa, fica bastante difícil. Agora sei que as empresas mais organizadas inclusive usam crachá, não esses que só colocam fotografia e carimbo, aqueles crachás realmente como se fossem uma identidade mesmo, de difícil falsificação, inclusive uniformizados. Então, todas essas medidas de crachá, de identificação, uniformes, tudo isso ajuda, mas isso não é obrigatório, faz quem quer.

Agora a grande preocupação minha e do pessoal do policiamento é que este custo de roubo de carga já está chegando a mais de 10% do custo operacional de transporte de carga. E quem está pagando esses 10% a mais? Todos nós consumidores. Já chegamos a mais de 10%. Tenho conversado com alguns empresários que chegam a falar: meu custo operacional é 12% por causa de roubo de carga. Quem paga somos todos nós. Essa é a minha grande preocupação. Então, alguma providência deve ser tomada. Espero que, com a CPI, sejam aceitas algumas sugestões. Preciso de amparo legal a fim de que eu possa melhor fiscalizar. Se não for feito assim, no primeiro erro que cometer, serei provavelmente acusado de abuso de poder ou de qualquer outro delito – até de cárcere privado, se eu convidá-los para sentar na minha base. Portanto, fica bastante difícil.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Um preso denunciou que o PM Jorjão teria um envolvimento. V. Srª já ouviu falar nele?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Não, excelência. Realmente, como estudo roubo de cargas, coleciono material publicado na imprensa. Mas esse nome não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Procuraremos identificá-lo, porque o preso Sálvio, que está à nossa disposição, arrolou vários policiais, principalmente do Depatri, e citou o nome de Jorjão – um PM que também agia com a quadrilha, interligado com os policiais para ação criminosa. Talvez, se descobrirmos o nome completo dele, voltaremos a entrar em contato com V. Sr^a para identificá-lo.

É interessante V. Sr^a falar sobre o seqüestro dos motoristas e de seus ajudantes, passando-se depois a direção para um terceiro, o motorista da quadrilha. Durante os depoimentos, temos ouvido algumas versões relevantes. O motorista seqüestrado é muitas vezes alojado num motel ou num local de propriedade da quadrilha. Desse modo, não há mais interesse em matar o motorista, a não ser quando se trata de quadrilha mais violenta ou no caso de invasões. A investigação da morte leva à quadrilha e o roubo de cargas está reduzido a esse tipo de apuração, praticamente não se sentindo uma dedicação muito forte especialmente em alguns Estados brasileiros. O roubo de cargas é interestadual, ou seja, rouba-se em São Paulo e leva-se para o Norte ou para o Nordeste, onde a encomenda está sendo esperada.

Portanto, tudo isso provoca-nos algumas dificuldades. Tivemos inclusive informações de que, muitas vezes, o motorista continua com a carga sob vigilância de um dos ladrões com a nota fiscal própria e segue até o destino da carga que não é o correto – a de um dos receptadores. V. Sr^a já ouviu alguma história em que possa relatar o modus operandi de alguma quadrilha?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim, excelência. Essa última situação que V. Ex^a narrou é mais rara – embora já tenha ouvido falar dela. Mas, normalmente, o modus operandi ainda é permanecer temporariamente com o motorista seqüestrado – o tempo necessário. Na grande maioria das vezes, ele é levado para algum cativeiro programado ou fica circulando noutro veículo. Entretanto, já ouvi falar que foi bem tratado – tendo sido inclusive calculado o custo da vítima, ou seja, quanto ela precisaria para retornar até a empresa, sendo financiado pelos próprios marginais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Sr^a acredita que essa pode ser uma ação psicológica para evitar que o motorista seja radicalmente contra?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim, excelência. Já socorremos motoristas nas rodovias que elogiam os marginais, alegando que foram bem tratados. Alguns até falam que acreditam nas histórias tristes que são contadas e que, se estivessem na mesma

situação dos infratores, poderiam fazer o mesmo. Chegam até esse ponto, embora seja uma exceção. Senador, gostaria de dizer também que – não sei se já disse anteriormente – praticamente 55% do roubo de cargas ocorre dentro do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o destino é normalmente...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Por que na região de Campinas é operacionalizado mais roubo de cargas? Porque é um ponto estratégico. Há três grandes centros consumidores de fácil acesso: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (capital). O interior de São Paulo também é grande consumidor dessas mercadorias. Então, não é por acaso que aquele trecho de Jundiaí a Limeira foi escolhido para operacionalizar mais esse tipo de crime.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está acrescentando um dado importante geograficamente. Mas tínhamos informações pela estrutura de apoio na área policial que essas quadrilhas têm na região de Campinas, Limeira, Piracicaba.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Com certeza, Senador. Para o crime organizado desenvolver, tem de haver toda a participação o segmento da sociedade, e não só da Polícia. Há policial envolvido, com certeza, pessoal do Ministério Público envolvido, juiz, político, empresário. Quem é que financia isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe de queixas frias do roubo de cargas em que o próprio transportador é parte integrante da quadrilha e que faz o registro do roubo de carga frio, um boletim frio?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Já ouvi falar muito disso. Nós, policiais militares, temos o primeiro contato. Não podemos chegar até à história final. Mas, com certeza, com a experiência que tenho de 30 anos de Polícia, digo que há essa situação, com certeza existe carga que nem sai do depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só vai fazer o boletim?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Só vai fazer o boletim.

É a mesma coisa que está acontecendo em relação ao golpe de seguro. E está cheio. Acontece a mesma coisa no golpe de seguro. O pessoal leva os veículos até a divisa do Paraná e, depois de entregue a mercadoria, avisa o proprietário e registra a queixa aqui em São Paulo. Tanto é que já tivemos alguns problemas. Por exemplo, lá no Paraná, os motoristas, ao serem indagados sobre seu destino, dizem que estão indo ao Paraná. Alguns policiais até anotam a placa e,

depois de uma semana, pesquisam no computador e – não dá outra – consta do registro de São Paulo de furtado ou roubado. É o famoso golpe do seguro. E, com certeza, esse tipo de modalidade está acontecendo também no roubo de cargas. Veja S. Ex.^a que a gente ouviu falar em roubo de cargas. Então, há muitos interesses atrás de tudo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desvio é roubo também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há desvio de carga e o furto que é abandono do caminhão. Se não houver violência contra a pessoa, não se caracteriza o roubo.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Isso é uma questão de designação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É designação legal.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Roubo é quando não há violência, grave ameaça para que seja subtraído aquele bem daquela pessoa. E, nesse caso, só ouvimos falar em roubo, provavelmente devido ao contrato do seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só querem caracterizar o assalto, porque, se houver dispensa do motorista, o seguro se recusa a pagar.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Exato. O seguro não cobre.

Se pedirmos para nos descrever o assaltante. “Eu estava com sono. Um estava usando capuz, outro tinha mais ou menos 30 anos, era moreno”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A história é...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – A história é sempre a mesma. Como eu tenho só o primeiro contato, não tenho como saber, naquele momento, se ele é vítima ou não. Como posso dividir de les? Fica difícil naquele momento, num primeiro atendimento, dividir de que ele não tenha sido vítima. É bastante difícil e constrangedor. É fácil errar. Há possibilidade de errar – e muito. Se, numa situação dessas, eu cometo essa injustiça e isso se torna público, amanhã, com certeza, será manchete de jornal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia fazer por escrito sugestões a esta CPI, sobre como o senhor veria uma facilidade maior de fiscalização permanente. Depois vamos mandar o projeto do Deputado, que é muito voltado para esse tipo de sugestões que o senhor citou aqui. Mas seria interessante que pudesse em breve nos mandar sugestões para que a gente possa estudar, ver se está previsto ou não em algum projeto de lei, ou inserir em algum,

para poder realmente dar competência maior à polícia para o exercício da fiscalização.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu não sei se a Receita colabora muito nessas operações de estrada para fiscalizar mercadoria. Porque acho que ela teria essa possibilidade de identificar carga através das notas e tudo, em operações com a polícia.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Para se combater um crime organizado, também os órgãos de fiscalização, quem tem esse poder, também tem que se organizar, não é? Nesse caso de crime organizado, teria que ter um tipo força tarefa, que tenha todo o mundo envolvido para aquilo lá. Agora, atualmente o que é feito? “Bom, vamos fazer a operação daqui a quinze dias”. Com certeza o vazamento da notícia, vamos só ficar fazendo a operação, porque pegar mesmo não vamos pegar ninguém, porque isso vaza. Por quê? Porque nesse meio também, nesse meio de segmento, tem alguém que também está colaborando com o crime organizado. Por causa disso que o crime é organizado. Se não for assim, eles não iam conseguir organizar nunca. Então, para esse tipo de combate, nós teríamos que ter uma força-tarefa, fora da situação qualquer, exatamente para fazer isso. Porque, se nós não fizermos isso, a gente trabalha isoladamente, o que falei aqui em relação a burocratizar um pouco a documentação, facilita muito o dia-a-dia, mas para combater, combater mesmo, o crime organizado teria que ter uma força tarefa com essa missão específica de. Está lá já o pessoal que possa abrir o lacre, por exemplo, imaginem esse caminhão que sai do porto com um lacre só, viaja o Brasil e o mundo inteiro e eu não tenho a autoridade de abrir. Agora, as empresas particulares também pegam a sua carga, lacram a sua carga com o lacre delas, e, se eu abrir no meio do caminho, o que é que pode acontecer? Fica bastante difícil, não é? Quer dizer, um lacre faz com que ele circule pelo Brasil inteiro e sem a possibilidade, no meu caso, de abrir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas e a fiscalização estadual da Receita? Não abre para ver?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem competência.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Cada um tem sua competência, não é? No meu caso, não tem como Receita estar sempre junto, todo dia, vinte e quatro horas, lá ter um policial para que possamos “operacional” esse tipo de serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o senhor não tem autoridade para abrir em caso de estar desconfiado de alguma coisa?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Só se tiver uma certeza, porque, se eu abrir e não encontrar o que estou procurando, com certeza vão entrar com abuso de poder, alguma outra coisa qualquer.

O Senador Romeu Tuma tenho certeza de que tem mais conhecimento do que eu em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou fazer até uma proposta aqui: nós vamos em dia não marcado convidar o senhor e mais alguém do Depatri, para fazer uma operação de estrada, uma força tarefa, para a gente verificar todos esses pontos de dificuldades in loco, para a gente saber. Vamos fazer não sei em qual ponto estratégico de passagem nessa região – Campinas, ou qualquer um que a gente vai fazer uma reunião reservada com o senhor e com outros elementos e fazemos uma operação de estrada para sentirmos de perto todas essas dificuldades.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Só para V. Ex.^a ter uma idéia, Senador, enquanto aqui na minha área, por exemplo, que nós tomamos conhecimento, só assim, mais para curiosidade: Roubo de carga. Em 1998, por exemplo, o primeiro batalhão rodoviário, tomamos conhecimento e fomos atrás de 36 ocorrências durante o ano. Então, por exemplo, na minha área de atuação operacional, se dividirmos 36 roubos que aconteceram na área do primeiro batalhão durante o ano inteiro, quer dizer, 12 meses, então, realmente, é insignificante na minha área. A área do segundo batalhão, que abrange Sorocaba, Tietê do lado esquerdo em divisa com Minas Gerais e Mato Grosso, em 1998, aconteceram cinquenta e quatro roubos. Pegando-se o lado direito do Tietê, desde Anhanguera Bandeirantes, divisa com Minas, subindo para o lado direito do rio Tietê, área do Terceiro Batalhão Rodoviário, cento e vinte e quatro em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A incidência é maior lá.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim. Em 1999, na região do Terceiro Batalhão, houve 301 ocorrências e, na minha área, diminuiu para 21 ocorrências em 1999. Quer dizer, se considerarmos a minha área, por exemplo, o volume de roubos que aconteceram não é a prioridade do policiamento rodoviário.

Não é que eu não dê atenção, mas não é prioridade. A prioridade, no caso do policiamento rodoviário, é o caso do Terceiro Batalhão que abrange Anhanguera-Bandeirantes, Dom Pedro e as rodovias

que vão para Ade mar de Bar ros, para Mogi-Mirim, saída para Minas Gerais, Poços de Cal das, a região das águas e o eixo Anhanguera que vai para o interior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em Anhanguera há muita carga, não é?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim, de lá que vem tudo. A de Minas que sai... É o centro bastante movimento, é o eixo principal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deveríamos convidar o Comandante do Terceiro Batalhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, depois vamos ou, talvez, fazer uma reunião com os comandantes rodoviários.

Fazemos uma reunião para ver se conseguimos juntar o maior número possível para trocarmos idéias inclusive de outros Estados com um entrosamento para estabelecer a interligação que o senhor entende importante que é a de informatizar as ocorrências e poder consultar qualquer Estado em tempo hábil.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Quando falamos em burocratizar um pouco a nota fiscal e o itinerário da carga e do motorista, temos bastante resistência por parte dos empresários do setor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Coronel, o senhor diz que tem 1.700 homens na sua circunscrição.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Tenho 1.164 homens.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E quantos deles estão treinados para a área de roubo de carga?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Teoricamente, todos. Só que nessas situações é difícil um policial isolado agir.

Em todos os eixos principais, temos viaturas com um mínimo de quatro homens melhor equipados, armados e, é lógico, mais treinados. É lógico que seria a guarnição tipo TOR – Tática Ostensiva Rodoviária que sempre atua nesses eixos.

É lógico que em toda essa porcentagem tenho 150 homens que ficam visando isso, mas teoricamente todos estão preparados, informados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A informação é a mesma?

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Sim, só que ele tem condições de combater diretamente o narcotráfico e o roubo de carga porque está com o equipamento, com a metralhadora, com o calibre 12, em maior número e visam mais esse tipo de situação, enquanto que o policial isolado que está cuidando somente da fluidez e acidente está visando mais aquela parte.

Não posso destacar todos para fazer esse tipo de serviço. Ano passado, por exemplo, morreram nas rodovias estaduais 2.500 vítimas fatais no local do acidente. Quantos por cento morreram em hospitais? Não temos essa estatística. Quando se publica que morreram 25 mil pessoas nas rodovias no Brasil esse número não é real porque não temos conhecimento de quantos morreram no hospital e quantos ficaram inutilizados, que não perderam a vida, mas com sequelas.

Este número poderá dobrar e, por isso, tenho a preocupação de diminuir esse número de vítimas. Assim, no trabalho não tenho como destacar todos os policiais rodoviários em relação a roubo de cargas. No meu caso, o número de roubo de cargas na minha área, comparando outra, é insignificante. Não é que eu não dê prioridade. Faz parte da nossa parte operacional, mas os números mostram que não é uma coisa importante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prioridade é segurança.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Prioridade é a segurança normal do usuário da rodovia para que eles não se envolvam em acidente e não sejam vítimas fatais.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, tivemos, em Brasília, lá na Comissão, o depoimento do Diretor da Polícia Rodoviária Federal. Ele nos informava, naquela ocasião, que tinha cem homens treinados nessa área. E eu gostaria de sugerir que fizéssemos uma ação conjunta, a Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Rodoviária Federal, escolhendo um ponto crítico para fazer, inclusive com pessoal do Depatri, para fazer uma ação conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para poder, dentro da experiência de cada um, chegarmos às conclusões e, inclusive, tentar regulamentar, através de projetos de lei, as dificuldades que vocês têm encontrado.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Inclusive, o Depatri leva até peritos criminais, porque há remarcação de chassis, por exemplo, que são quase perfeitas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que fazer in loco, rapidamente.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Tem que ter todo o equipamento. A olho nu, praticamente, não tem nem como. A remarcação é tão perfeita... Só através de perito e muitas vezes tem até que recolher para fazer nova peritagem. Hoje em dia o crime orga-

nizado está com uma tecnologia maior que a do próprio Poder Público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer um trabalho conjunto para chegar... Estive em Recife e falei com o Comandante da Polícia Rodoviária Federal. Realmente, eles estão com um grupo especial só para o roubo de cargas, tudo tipo SWAT. A Polícia Militar de São Paulo tem alguns grupos especiais e tudo. Mas é ação só na estrada. Mas isso ainda não está muito bem desenvolvido, porque a ação de um grupo especial na prevenção é quase que nula. No combate, sim, sabendo do fato, desloca-se, tem avião, helicóptero e tal. Se houvesse um roubo na estrada e ele tivesse uma estrutura pronta para agir. Por exemplo, roubassem uma carga na Anhangüera, no ponto tal, com o caminhão se deslocando, se houvesse um helicóptero com um grupo especial, tranquilamente, ele conseguiria abordar esse roubo. Agora, se não houver uma estrutura, às vezes é difícil até para o grupo especial agir.

A Rodoviária Federal está com vários helicópteros, compramos equipamentos, viaturas novas. Houve um investimento grande na Rodoviária Federal. E a Rodoviária Estadual está inserida na estrutura da Polícia Militar, ela não tem uma verba específica para isso, eu acho.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – É, temos convênio com a Secretaria de Transporte e o DER.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teria que criar, talvez, até um fundo rodoviário, para poder...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – É só aplicar o Código de Trânsito Brasileiro. As autuações deverão reverter para o policiamento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A parte das multas...

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – A Polícia Rodoviária Federal conseguiu porque todas as autuações, que retornam para equipamento e também para toda a estrutura da Polícia Rodoviária Federal. Dentro do Estado, a Polícia Rodoviária Estadual está vinculada à verba que o DER tem para fazer essa manutenção e esse investimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Agradeço, Coronel, sua presença e peço que mantenhamos esse contato permanente. Se o senhor puder mandar sugestões, estudar com mais calma com seus oficiais, para podermos, talvez, elaborar um projeto dentro do que foi exposto aqui. Quero agradecer a gentileza de comparecer prontamente, um convite feito por telefone, na expectativa de que possa continuar nos ajudando nesta jornada.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Perfeito, Senador.

Eu é que agradeço o convite. Se minha fala puder colaborar em algo, já fico bastante agradecido e satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

Quero que o senhor leve nossos agradecimentos ao Comandante da PM, pela gentileza de permitir sua vinda.

O SR. ROMEU TAKAMI MISUTAMI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Convidaria o Dr. Luiz Rebelo, Diretor da parte de crimes funcionais da Corregedoria da Polícia Civil de São Paulo, para que ocupasse o lugar e, assim, trocamos algumas idéias sobre os inquéritos em andamento contra policiais envolvidos no tráfico de drogas e roubo de cargas denunciados na CPI.

Bom dia, Dr. Luiz Rebelo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradecemos a sua vinda. Pedimos desculpas porque ontem o senhor aqui esteve. Mas nós já tínhamos encerrado a reunião para fazermos uma visita ao Governador Mário Covas. E o senhor se dispôs a vir aqui hoje para esclarecer algumas dúvidas que a CPI tem. E foi perguntado ao Dr. Bitencourt sobre as providências tomadas contra os policiais denunciados na CPI do Narcotráfico, e, agora, na CPI do Roubo de Cargas. De forma que, preliminarmente, ofereço o microfone a V. S^a para que possa expor alguma coisa. E depois os membros farão levantamentos e questionamentos que têm a respeito do assunto. O microfone é seu.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Inicialmente, eu que agradeço o convite de poder participar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia se identificar para ficar registrado?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Meu nome é Luiz Antônio Resende Rebelo da Silva. Sou Delegado de Polícia da Corregedoria da Polícia Civil. E estou como divisionário da Divisão de Crimes Funcionais, o órgão da Polícia Especial da Corregedoria que apura os delitos praticados por policiais civis. Com relação, Excelência, ao caso específico, denunciado na CPI do Narcotráfico, quando ele se instalou na Finerj (Firjan – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), em março próximo passa-

do, eu, nessa condição e na qualidade de delegado da Corregedoria, me desloquei até o local onde estava instalada e conversei com o Deputado Federal (Celso) Russomanno e com o filho de V. Ex^a, onde me foi apresentado o denunciante, o Sr. Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe que Laércio é o nome frio dele?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – É fictício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem já o nome?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Tenho, sim senhor. Perfeitamente, Excelência. Então, naquela mesma noite, tomei por termos as declarações do denunciante. E realmente ele fez sérias denúncias envolvendo policiais do Depatri, delegados, investigadores, agentes e também um policial militar e dois investigadores do Decap (Departamento de Polícia Judiciária da Capital), do 63º Distrito Policial. Foi instaurado um inquérito a respeito das denúncias, porque entre elas havia a denúncia de roubo de carga. E inclusive eles estavam usando uma cédula de identidade falsa, aqui do IRGD de São Paulo. E também dois policiais civis que conseguiram arrumar esse documento falso para que ele pudesse se identificar sempre que preciso porque ele estava condenado a uma pena de 18 anos de reclusão. Então, ele não podia se identificar com o verdadeiro nome. Então, também nós instauramos um inquérito policial. E na oportunidade falei com o Deputado Federal (Celso) Russomanno que, realmente, de todas aquelas imputações, a que havia mais indícios e base para uma investigação mais rápida justamente era a denúncia que dizia respeito ao uso de documento falso, e que ele estava portando na oportunidade. Eu pedi para o Dr. Russomanno que encaminhasse posteriormente à Corregedoria, para a perícia técnica, etc., e realmente aconteceu. Então, o inquérito policial, no que concerne às investigações referentes ao uso desse documento falso, realmente está bem adiantado, as investigações estão bem adiantadas. Falta única e exclusivamente a oitiva novamente do denunciante, porque quando eu o ouvi ele me deu o nome – com licença – do investigador Marcos Pereira, do Depatri, como sendo o policial que forneceu documento falso para ele. Mas, no transcorrer das investigações, constatou-se que é outro Marcos, também denunciado, mas não especificamente no caso do documento falso, seria o Marcos Antônio Fragozo.

Então, vejam bem, esse inquérito está para ser concluído, só falta que o denunciante venha a São Pa-

ulo. Vamos oficializar à Câmara dos Deputados, lá em Brasília, porque o Dr. Russomano disse que quando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, tem um detalhe. Está à disposição da CPI do Roubo de Cargas hoje, porque a CPI do Narcotráfico terminou. Ele está sob segurança em um Batalhão da PM, e aqui nós o colocamos à disposição. Se o senhor quiser ouvi-lo em Brasília, ele poderá ser ouvido.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Posso até ir para Brasília, mas aí terei que levar os dois policiais. Porque, veja bem, ele fala Marcos Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem que fazer um reconhecimento.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Exatamente. Porque ele falando “não, é aquele”, aí fazemos o indiciamento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos voltar com ele a São Paulo e avisamos ao senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos ter que fazer algumas acareações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele virá fazer o reconhecimento dos policiais. Então, o senhor poderá até nos ajudar, participando.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Ótimo, Excelência.

Então, esse inquérito, no que concerne ao uso de documento falso, está praticamente concluído. Ele deu o nome de um policial, mas é outro. Só falta, para confirmar, o reconhecimento pessoal.

Agora, com respeito ao roubo de carga...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um aspecto.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Pois não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado participou da CPI do Narcotráfico.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Participei da CPI e o Laércio esteve aqui, inclusive muitos policiais já estiveram com ele, já foi feita uma acareação.

Esse Marco Antônio Fragoso é policial também.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Também é policial, é investigador de polícia lotado no 63º Distrito Policial. E por que desconfiamos que seja ele ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele já confessou ou não?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Não, não. Ele não confessa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o tal do Marquinho que ele fala?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – É.

Veja bem, ele não confessa obviamente. Mas, por que chegamos na pessoa, Excelência?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era isso que eu queria saber.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Porque tem um boletim de ocorrência que ele, o denunciante, naquela noite, no Rio de Janeiro, apresentou cópia do boletim de ocorrência. Porque eles começaram a ficar com medo, foram até o 24º Distrito Policial, onde fizeram um boletim de ocorrência de perda de documento. E foi por meio, justamente, desse boletim de ocorrência, que fomos ao 24º Distrito, o senhor viu ou não, falou que não foi ele que fez aquela ocorrência e esse Marcos Antônio Fragoso trabalhou no 24º Distrito Policial, onde foi feita a ocorrência. Então, realmente, há fortes indícios...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma suspeita maior sobre ele.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Exatamente. E vamos terminar o inquérito tão logo aconteça esse reconhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teria uma foto desse policial, para que possamos apresentar a ele em Brasília?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Aqui não a tenho, mas mando entregar ao senhor hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só para adiantar um pouquinho a sua investigação.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele viria, comunicá-los, independente da necessidade do reconhecimento, só para adiantar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Independente da formalização. Inclusive, se o senhor permitir, mando dos dois, dos dois Marcos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. V. Sª pode continuar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Agora, com relação ao roubo de cargas envolvendo os demais policiais do Depatri, naquela mesma noite, realmente as denúncias não estavam ainda bem alinhadas, não havia o nome completo, sempre o primeiro nome, e assim por diante. Então, está demandando um tempo maior nas investigações. Mas elas também estão adiantadas, porque já conseguimos individualizar todos, todos já estão individualizados,

identificados. Porém, agora partimos – isso já faz algum tempo –, são 15 policiais citados...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E apareceram os dois da identidade falsa.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Da identidade.

Portanto, veja o senhor: logo no início do inquérito policial, no dia 5 de abril, nós representamos ao Juiz Corregedor do DIPO pela quebra do sigilo bancário de todos os policiais denunciados. É importantíssima essa medida porque só temos a palavra, até agora, do denunciante e precisamos alicerçá-la. Assim, no dia 5 de abril de 2000, representamos ao Juiz Corregedor do DIPO pela quebra do sigilo bancário, inicialmente pedindo ao Poder Judiciário que nos informasse, depois da consulta aos bancos, onde os policiais tinham conta corrente e poupança. Demandou um certo tempo. E, no dia 3 de julho, começamos a receber as respostas do Judiciário, não contendo o valor de cada conta, mas, sim, onde cada policial tinha sua conta corrente e/ou conta poupança.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pediu formalmente a quebra do sigilo ou uma informação?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Se eu pedisse a quebra do sigilo de todos os policiais em todos os bancos que funcionam no território nacional, as respostas iriam demorar muito mais. Por isso, pedi nos bancos onde eles têm conta. Um tem só no Banespa, outro tem no Banespa e na Caixa. E não vieram todas as respostas ainda. Conforme elas estão chegando, estamos oficiando novamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor, então, não pediu a quebra do sigilo bancário, mas a quebra do sigilo de algumas contas deles?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Onde eles têm conta. Se um policial tiver conta em dez bancos, seremos oficiados por todos os bancos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ainda vai pedir a quebra?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Já pedimos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele já pediu. Conforme ele recebe as respostas, já pede imediatamente; mas faltam algumas respostas. Sei dessa dificuldade.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Demora um pouco, mas já estamos conseguindo. No dia 8 de setembro – está tudo documentado em ofício –, oficiamos novamente o DIPO, agora, constando o nome do policial, o CPF, os bancos onde tem conta, o

número das contas. Estamos para receber a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor faz por meio de ordem judicial?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Ordem judicial. Juiz Corregedor, Dr. Maurício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele colabora muito com a polícia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Colabora muito. Ele é um aliado nosso e, de modo especial, da Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E é competente.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Por isso, há essa demora um pouquinho maior. Foi pedido prazo e o Promotor de Justiça, quando se manifestou no pedido, há algumas semanas, disse: “No entanto, até este momento, não há, no feito, relato preciso desses fatos.” As denúncias foram realmente muito genéricas. O Promotor também, na cota, novamente, para o juiz, ratifica o nosso pedido feito anteriormente de quebra sigilo bancário, para agilização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Promotor é do Grupo Especial, ECO?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – São dois promotores: Dr^a Maria Tereza Penteado de Moraes Godói e Dr. William Terra de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles são da ECO?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Não! Eles são da 16^a Vara Criminal da Comarca da Capital.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles não são do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Isso é condição sine qua non para que prossigamos nessa investigação. Nós, na Corregedoria, respeitamos muito a presunção de inocência disposta na Constituição Federal. Somos rígidos, firmes, mas sempre respeitando a Constituição. Até que se prove o contrário, eles são policiais que estão no exercício de suas funções, agora, com a quebra do sigilo bancário obviamente o rumo das investigações vai ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Rebelo, não foi solicitada a quebra de sigilo telefônico também?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Excelência, sobre a quebra do sigilo telefônico precisaria verificar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles não estão afastados de suas funções?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Veja bem, Excelência, não estão afastados das funções por ora, porque ainda estamos aguardando justamente a consolidação..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A quebra do sigilo telefônico é importante para ver os contatos deles, porque o preso, quando denunciou, forneceu inclusive os números dos telefones celulares com quem ele entrava em contato permanente para avisar onde a quadrilha se encontrava.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Consta das declarações, foi gravada, numa das reportagens, parece-me que da TV Record, uma ligação telefônica,

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a CPI do Narcotráfico tem também essas gravações.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – E o policial foi ouvido e não nega que fez essa ligação telefônica. Então, vejam bem, o passo mais importante de tudo, e que independe da Corregedoria da Polícia Civil é justamente a resposta dessa quebra do sigilo bancário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a quebra telefônica V. S^a também pediu?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Veja bem, Excelência, não me recordo no momento, porque estou com 570 inquéritos instaurados só nesse ano. Trabalhar em correção no Brasil é um tanto quanto exaustivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma pergunta, se me permitir. O interesse político da administração, do delegado-geral, é para se apurar o mais rápido possível?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – A Polícia Civil, comandada pelo delegado-geral, tem interesse primordial que venha rapidamente à tona a verdade dos fatos, porque permanece uma mácula na instituição enquanto a verdade não é apurada, e o povo não é obrigado a entender o que acontece, tem conhecimento de uma denúncia grave, por intermédio da Câmara das Deputados, por exemplo da CPI do Narcotráfico, e depois não tem uma resposta a altura. É desagradável para todos, até mesmo para a Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dizer, com todo o respeito, sou policial, estou na ativa, o Desgualdo é meu amigo e tenho grande admiração por ele, vamos ficar cobrando uma resposta, porque somos cobrados, muito mais do que a autoridade poli-

cial, que, às vezes, nem é identificada pela população, mas aqui estamos sendo identificados, e mesmo assim dizem que a CPI sem pre acaba em piz za. E por quê? Porque não se chega a uma conclusão.

O convite a V. S^a é para mostrar que o resultado são as apurações, sei a dificuldade de se buscar a qualificação, a quebra de sigilo; sei que o juiz-corregedor da polícia é um excelente colaborador e ajuda a polícia, principalmente na apuração de crimes funcionais, o Dr. Maurício tem sido um grande colaborador.

Vamos estar sempre atentos a V. S^a, para sabermos o andamento e oferecermos o que, dentro legislação, a CPI pode oferecer, para adiantar o seu trabalho, quebra de sigilo telefônico, tudo isso. Assim estaremos prontos a colaborar, e quando houver dificuldades gostaríamos que ligasse para dizer que não está conseguindo, porque temos que dar uma resposta o mais rápido possível, já está completando oito meses esta CPI.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – A instauração foi no início de abril, dia 5 de abril.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O início foi antes um pouco.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, Dr. Luiz, quando V. S^a esteve no Rio de Janeiro eu estive junto, no Centro Administrativo, o Deputado Russomano também trouxe alguns fatos, fui o sub-relator da CPI na parte que diz respeito à Campinas e lá também curiosamente bateram muito em policiais, e o que nos trouxe à tona a CPI do Narcotráfico foi exatamente esse envolvimento muito próximo do crime organizado atuando no narcotráfico e no roubo de carga. São, como te tenho dito, como irmãos siameses, atuam muito juntos.

Um outro aspecto que ficou marcado, sempre que houver algo mais organizado, estamos chamando de crime organizado. Ainda que seja uma organização incipiente, ela só prospera no momento em que há policiais no meio. A polícia é o elo de ligação. Sem a polícia, sem alguns maus policiais, não há como prosperar o crime organizado, pois a polícia, viaderegra, sabe quem são. A dificuldade é quando há alguém da polícia que fica sabendo que a polícia está sabendo, vale-se das informações da polícia para, informado, ter a contra-informação para a quadrilha poder prosperar nas suas ações.

Chamou-nos a atenção no depoimento do Laércio, nas denúncias feitas em São Paulo, os nomes dos envolvidos, os depoimentos aqui prestados, enfim, todo aquele envolvimento. Tivemos uma audiência

com o Governador do Estado, com o Secretário de Segurança da ocasião e com o Chefe da Corregedoria e eu vi de parte do Governador e do sistema de segurança de São Paulo que havia interesse, inclusive o Governador chegou a adiantar que faria o exame do fio de cabelo aleatoriamente de policiais para ver os policiais envolvidos com o tráfico de drogas. Não para divulgar, para fazer espalhafato, mas para ajudar esses policiais, para fazer com que os policiais desregrados se integrassem com a corporação, para que fossem até ajudados. Determinou o Governador a abertura desse inquérito para que avançasse. Inclui-se algumas reformulações foram propostas na própria estrutura da corregedoria, na forma de compor a corregedoria, do *modus operandi* da corregedoria. Enfim, quero chegar no atual momento. A CPI esteve aqui no mês de abril, esse trabalho foi feito na CPI do Narcotráfico há sete ou oito meses. Cobram de nós que a CPI do Narcotráfico terminou e ficou tudo por isso mesmo. Felizmente a CPI do Narcotráfico terminou, mas começou a CPI do Roubo de Cargas que, em última análise, é quase como uma sequência, o criador e a criatura. Somos agora a criatura e eu, felizmente, pude ser um pouco o criador porque estive lá na CPI do Narcotráfico e, curiosamente, sou remanescente de lá. Então, temos uma porção de informações na cabeça. O queremos agora? Queremos que aquelas questões levantadas lá tenham uma resposta aqui. Viemos cobrar essa resposta. Ontem eu cobrava do Dr. Godofredo Bitencourt uma ação efetiva e uma pronta resposta porque a sociedade está cobrando. Lá policiais foram denunciados nominalmente por um bandido com fatos descritos e telefonemas. O bandido reconheceu muitos policiais aqui e alguns policiais reconheceram o bandido. Quando um bandido anda com policial eu nunca desconfio do bandido, desconfio do policial. Não desconfiarei que o bandido é policial, desconfiarei que o policial é bandido. Acredito que logo nem todos os quinze denunciados possam ser condenados, possam estar efetivamente envolvidos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Essa é nossa maior preocupação, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por isso urge uma pronta resposta, pois estamos na seguinte situação: o bom policial denunciado, mas que efetivamente possa não estar envolvido, está pagando por uma conta que não deve. E o mau policial que está envolvido está-se beneficiando e a sociedade está tendo um policial desses trabalhando na polícia quando na verdade não poderia estar lá, pois é um bandido.

Então, a resposta tem que ser o quanto antes, é isso que queremos da Corregedoria e que viemos cobrar em São Paulo, já que a Corregedoria está tão disposta, tão efetiva e determinada a buscar uma solução para essa questão. A justiça tarda mas não falha, mas se tarda falha. Quanto mais tardarmos, mais falharemos. Então, queremos uma pronta resposta da Corregedoria. A CPI volta a São Paulo, não sei o prazo nem se será neste ano, mas voltará no próximo ano, teremos tempo. Na CPI do Narcotráfico corríamos contra o tempo, e nesta CPI, teremos o tempo a favor. Digo isso porque conheço o Presidente Romeu Tuma e sei que ele vai arrumar o tempo que precisamos. Há uma expressão que diz que o Regimento permite mas que damos tempo ao tempo para que com o tempo se tenha tempo. O que não pode é perder tempo. Não vamos perder tempo mas vamos também ganhar tempo necessário para aprofundarmos investigações. Vamos voltar aqui.

Queremos ter o sigilo bancário desses policiais quebrado. Depois o sigilo telefônico e o sigilo fiscal. Um sem o outro é como se fosse nenhum. O sigilo bancário sem o sigilo telefônico e sem o sigilo fiscal – e vai aqui a experiência de quem é advogado criminalista e quem é bancário. Sou bancário e conheço bem como funciona o sistema bancário. Se não tivermos o imposto de renda, a evolução patrimonial e as comunicações – com quem ele se relacionou nesse período, o que só é possível via telefone – e o que ele acumulou fruto do relacionamento e de sua função, declarado no patrimônio, e o que movimentou na conta financeira. Quer dizer, isso tem que andar junto: o sigilo fiscal, telefônico e bancário.

Sr. Presidente, quero fazer esse pedido a V. Ex^a, que possamos voltar aqui e ter esses três sigilos na mão. Sem isso não vamos evoluir. Quem sabe possamos ter de alguns a resposta, pelo menos dos inocentes. Já estou mais preocupado com os inocentes do que com os culpados. Se tiver alguém inocente, que possamos evoluir rapidamente e possamos ser muito duros com os culpados, porque polícia que é bandido não é polícia; é duas vezes bandido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei que V. S^a tem que agir absolutamente dentro da lei, com todo cuidado porque pode estar sendo injustiçado um policial e, de repente, acabar com a vida de uma pessoa. Mas não é no mínimo estranho esse fato? Dr. Marcelo, que também foi apontado pelo Sálvio como o comandante desse esquema com os outros policiais. Ele está hoje chefiando a DIVECAR. Quer dizer, pelo menos esse cuidado. Está certo, a questão le gal, tem que ver com

todo cuidado. Agora, foi denunciado por um presidiário e está exatamente no ninho onde aconteceram as coisas. Está chefiando uma delegacia que cuida de roubo de cargas. Ele podia, pelo menos, estar chefiando uma outra até que esse processo seja apurado.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Veja bem, Excelência, a Corregedoria da Polícia Civil não interfere em administração do departamento, no caso do DEPATRI...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem como sugestão?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Veja bem, estamos realmente aguardando essa quebra, porque, com base nela, não vamos sugerir, vamos representar pela suspensão. Não que ele vá sair de lá; ele será suspenso até o término das investigações. Agora, cada diretor de departamento tem a sua, conhece melhor o policial...

O SR. OSCAR ANDRADE – Na verdade, penso que essa colocação devia ter sido feita ontem com o Dr. Godofredo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque realmente, no mínimo é estranho ele estar nessa...

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Realmente a Corregedoria não chega a prever para o DEINTER.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o Delegado-Geral poderá fazê-lo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – O Delegado-Geral pode, mas o Delegado-Geral fará, veja bem, Excelência, com base na representação....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque o que acontece é uma denúncia. Não é uma denúncia vazia, ela tem alguma consistência porque ele explicou onde ia, o número de telefone, qual o tipo de contato. Essa quebra do sigilo telefônico é mais rápida do que a do sigilo...

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Ah é, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, com isso já poderíamos verificar se realmente eles tinham esse tipo de relacionamento. Sei que a polícia vai ao presídio e coopta alguns informantes. Mas com o fim de servir à sociedade, não de se auto-servir participando praticamente da quadrilha e organizando uma quadrilha para roubar de ladrão. Então essas coisas dá para poder fazer um tipo de ligação, até porque condenado, foi liberado para se infiltrar e o Juiz deveria ter sido comunicado pelo menos para saber se es-

tava dentro da legalidade ou não. Até em defesa dos próprios policiais eles já deveriam estar fora dessa divisão, porque senão eles podem até manipular uma série de fatos que vão apagar no futuro as próprias investigações que o senhor está fazendo.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Excelência, eu queria deixar claro que a Corregedoria apura até às últimas consequências.

Um fato concreto que eu possa apresentar a V. Ex^a é que, agora, nós, da Corregedoria, conseguimos desbaratar aquela máfia que agia aqui nos fóruns da capital. Temos onze pessoas presas: um é advogado e o resto são todos funcionários do Poder Judiciário. Foi um serviço de fôlego, foi concluído com êxito.

A nossa Corregedoria – o senhor sabe bem – é de uma transparência total. Tem Corregedoria que faz julgamento secreto; na nossa, não existe isso. Entre todas as Corregedorias de que tenho conhecimento, sem desmerecer nenhuma delas, a nossa é a que mais efetivamente trabalha: vai às ruas, troca tiro, inclusive, com policiais no momento do flagrante. Nossa Corregedoria, realmente, vai apurar até às últimas consequências.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o senhor quem preside os inquéritos?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Esse, não sou eu, porque, como eu falei....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque o senhor não teria capacidade de gerir, na presidência, 570 inquéritos. Isso ia ficar para daqui a dez anos. Então, a designação de um ótimo delegado...

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Que, inclusive, está aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando isso para mostrar que o objetivo é trabalhar no inquérito dia a dia.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – O senhor pode ficar sossegado. Eu já me comprometi. Talvez, antes mesmo de a CPI retornar aqui, se Deus quiser, já vamos ter oficiado o Senado, dando...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu teria uma pergunta ao delegado, se posso perguntar.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é?

O SR. JOSÉ PEREIRA BOLSINHA NETO – José Pereira Bolsinha Neto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. José, o senhor tem alguma dificuldade em que a CPI possa

ajudá-lo para avançar no interesse de alguma informação?

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sente-se aqui, para facilitar. E, ao falar, identifique-se.

O SR. JOSÉ PEREIRA BOLSINHA NETO – Meu nome é José Pereira Bolsinha Neto. Sou Delegado de Polícia titular da 2ª Delegacia de Crimes Funcionais, atualmente presidindo este Inquérito nº 159.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Luiz está dando uma boa explicação. Mas, a título de colaboração das CPIs para avançar nas investigações, o senhor está tendo alguma dificuldade de obter qualquer pedido que tenha feito à Justiça ou ao Banco Central ou à telefônica, a respeito da identificação ou quebra de sigilo?

O SR. JOSÉ PEREIRA BOLSINHA NETO – Não, todos os pedidos encaminhados ao Dr. Maurício, ele tem dado atenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Maurício é o Juiz Corregedor?

O SR. JOSÉ PEREIRA BOLSINHA NETO – O Juiz Corregedor. Ele mesmo explica que é demorado por causa da pesquisa do Banco Central, pelo grande número de estabelecimentos que existe, para retornar. Mas, sempre que conversamos com ele e entramos com pedidos, ele tem atendido com celeridade. E tem um grande número de policiais envolvidos também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o senhor preside o inquérito? Naturalmente tem até mais conhecimento que o Dr. Luiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele as sumiu agora.

O SR. JOSÉ PEREIRA BOLSINHA NETO – Na verdade, estava a cargo do Delegado divisionário e foi passado para mim. As providências que eu adotei foram exatamente: quando tomei conhecimento das contas bancárias, reiterei o pedido ao Dr. Maurício para que me informasse a movimentação financeira do período compreendido entre os fatos lá narrados. Estou aguardando isso. Foi para o prazo e demorou sessenta dias para retornar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que queremos pedir ao senhor é a mesma coisa que pedimos ao Dr. Luiz: que se peça, junto com a quebra do sigilo bancário, a quebra dos sigilos fiscal e telefônico pelo mesmo período. Acredito até que a quebra dos sigilos fiscal e telefônico venha muito mais rapidamente que a do sigilo bancário, porque o sigilo bancário tem um trâmite complicado. Tem de se pedir ao Banco Cen-

tral, que tem de pedir à direção de cada banco, que pede para sua regional. A regional pede para a agência, a agência, para o gerente. É um inferno. Com o sigilo telefônico, a Anatel tem agido – pelo menos na CPI do Narcotráfico – mais rapidamente. E a quebra do sigilo fiscal foi mais rápida ainda. As quebras dos sigilos fiscal e telefônico já vão dar um gancho para avançar nas investigações, com toda a certeza.

Quero fazer esse pedido, então, para que o senhor agilize isso para que, quando voltarmos com a CPI, tenhamos uma evolução.

(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A CPI pode ajudar, se tiver dificuldade.

A quebra do sigilo fiscal tem importância porque ela já vem com a análise da evolução patrimonial. O senhor vai sentir se, dentro do salário que ele recebe, ele pode ou não ter essa evolução patrimonial. É um indício forte de enriquecimento ilícito, caso se comprove a evolução patrimonial ou indício forte de enriquecimento ilícito, caso se comprove a evolução indevida do patrimônio. Se não conseguir rapidamente, poderemos influenciar a pedido da CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos fazer um requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma última pergunta ao Sr. Luiz Rebelo. É a seguinte: não dá para ter conhecimento do envolvimento do Delegado Marcelo? O que V. S^{as} têm? O material que V. S^{as} têm não dá para provar?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Com o que temos até agora nos autos é impossível. Precisamos saber sua evolução patrimonial porque, realmente, S. Ex^a é, segundo as informações recebidas, um delegado atuante. Está no Depatri, um órgão especializado em crimes contra o patrimônio. Com base nas informações recebidas não há como tomar qualquer outra atitude, senão essa. Estamos aguardando e, tão logo chegue a resposta, representaremos pelo afastamento, pela suspensão, se for o caso. Creio que é condição sine qua non ao prosseguimento das investigações. O acusado nega. Não existe outra investigação, outra queixa contra a pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tem a relação dos quinze nomes investigados?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O nome completo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, com base nos nomes completos que S. S^a puder dis-

ponibilizar à CPI, gostaria de fazer um requerimento para que a própria CPI pedisse a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico. Pode até ser redundante, no que diz respeito ao que o juiz pediu, mas a CPI tem autoridade para pedir quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Quem sabe não encontramos um atalho. Isso não invalida o pedido que fizemos a V. S^a de também fazê-lo internamente. Vamos fazer o pedido de quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos eles. Depois, inclusive, poderemos trocar informações. A rigor, a CPI não pode disponibilizar informação resultante do quebra de sigilo bancário que nós pedimos. V. S^a, via de regra, não pode disponibilizar informações resultantes da quebra do sigilo bancário que foi pedido. É algo curioso, mas há esse impedimento. As informações são de sua responsabilidade e não podem ser franqueadas. O juiz não pode passar as informações para a CPI. Cada um tem sua autoridade. Vamos exercer a prerrogativa e depois evoluir na investigação: a CPI e a Corregedoria. Claro que, no que diz respeito ao que já foi investigado, podemos trocar informações. Só não podemos franquear os documentos sigilosos. Vemos, então, pedir a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, V. S^a nos providencie a relação nominal de todos os apontados.

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Com o número do CPF e RG.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção para o fato de que a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico tem que ser feita por requerimento individual e justificado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer a lista. Depois, V. Ex^a e o Deputado Oscar farão. Aprovaremos na reunião de trabalho da Comissão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ótimo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. Ex^{as} teriam mais alguma pergunta. Sr. Luiz, V. S^a gostaria de esclarecer mais alguma coisa?

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Gostaria de deixar bem claro que a corregedoria está comprometida com o caso, não somente porque veio da CPI do Narcotráfico, mas porque, em todos os casos em que atua, faz uma apuração rígida até o final, tanto penal quanto administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entendo e conheço o trabalho da Corregedoria. Sei que está levando a investigação até o fim. Sei as dificuldades que há, principalmente nesse aspecto de se exigir quebra de sigilo. Também sentimos essa dificuldade. Mas existe um fato que considero muito importante: esses dias, o preso tem-me telefonado desesperadamente, porque sabe que está condenado à morte. Um de seus companheiros ...Como é que chama, doutor, o outro que foi morto lá no presídio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ananias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Ananias, com quem trabalhava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ananias Elisário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...foi morto dentro do presídio, sob o argumento de que chefiava uma quadrilha de narcotraficante numa briga lá. Queimaram o arquivo, mas queima mesmo. Botaram fogo nos presos lá. Mataram, queimados. Mataram e puseram fogo.

Então, ele está em desespero, quer ser removido. Está com medo, porque o juiz de Campinas está exigindo o cumprimento da pena em Campinas. Estamos pedindo que ele ainda seja mantido à disposição e sob segurança. Se demormos nesse esclarecimento, poderá, sem dúvida alguma, procurar por um resgate, uma ação. Hoje, aqui, o senhor vê, com toda a estrutura policial, temos tido resgate permanentemente nas delegacias, o que traz uma angústia profunda a nós que somos policiais de nos sentirmos sem defesa. Quer dizer, hoje, numa ação criminal, a estrutura do crime é potencialmente forte, chegando a um fato muito triste para mim, e creio que para os senhores também, de o General Cardoso* declarar que o crime está muito mais organizado do que a segurança. Não concordo, mas, em todo caso, ele tem informações muito mais profundas sobre a situação do País, da área de segurança, mas é um processo que não podemos aceitar. Tem-se que reverter.

Para nós, seria triste demais que esse elemento fosse alcançado pelas quadrilhas que estão sendo acusadas por ele, principalmente policiais, e vir a ser morto por qualquer razão.

Penso que temos que correr. Temos que correr, temos que apurar, responsabilizar, inocentar os que são inocentes. O grande perigo é o pré-julgamento, as denúncias que levam à execração pública e, depois, não se prova nada.

Creio que essa seja uma missão importante dos senhores. Tem-se que dar uma dedicação especial a

isso que estão envolvendo uma série de fatores que poderão, sem dúvida alguma, trazer uma descrença maior da população junto às autoridades.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma coisa curiosa, Sr. Presidente, é que o Ananias Elisário, que matou 40 motoristas, inclusive, pelos menos dez motoristas gaúchos, lá do Rio Grande, cujos corpos não apareceram. Sumiram! Nem para enterrar sobrou. Estamos, até hoje, procurando os motoristas mortos lá pelo Norte, pelo centro-norte do País. Ele morreu, ficou cinco anos preso, numa boa! E morreu uma semana depois que deu o depoimento na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fez o depoimento na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele fez o depoimento na quarta-feira, não é Presidente? Deu o depoimento até fraco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desesperado. Desesperado, nervoso, não quis falar, ameaçou. Foi uma coisa traumática.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tínhamos muito mais coisas, diante da ameaça dele, que ele fez um pouco a mim e um pouco a ele mesmo, que se sentia ameaçado. Deixamos para a outra semana, para pegar mais elementos, lá no Rio Grande do Sul, dos processos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para tranquilizar e confiar na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. E aí, no domingo à noite, mataram-no. E, na quarta-feira, mataram quem o matou. Queimaram a queima do arquivo queimado. Vejam que foi um negócio (...) Foi uma coisa, assim, fantástica, lá na Papuda, em Brasília. E aí ficou por conta de como se fosse briga de quadrilha dentro da cadeia. Engraçado, gangue de quadrilha da cadeia que, por cinco anos, não brigaram. Brigaram na semana seguinte, depois que ele abriu um pouco o bico do que sabia e ameaçou dizer mais sobre coisas que ele sabia, e que sabíamos que ele sabia, e que os que estavam com ele também sabiam que ele estava sabendo e que podiam dizer. Vejam a que ponto chegou.

Quero ainda, só para concluir, dizer que, hoje, nem a polícia tem segurança, porque estão assaltando a delegacia, nem o preso tem segurança, nem o assaltante, que está assaltando, já não tem mais segurança, porque vi, ontem, aqui em São Paulo, um assaltante ser assaltado! Enquanto os assaltantes assaltavam um prédio e estavam limpando as residências,

eram seis assaltantes roubando a residência, vieram três outros assaltantes e estavam assaltando os carros dos assaltantes. Aí, desceu um dos assaltantes para salvar o carro que estava sendo roubado, e apareceu a polícia e infelizmente prendeu os quatro assaltantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Felizmente!

O SR. POMPEO DE MATTOS – Felizmente. Que bom que a polícia chegou. Mas veja a que ponto chegou. Não dá tranquilidade nem para o assaltante assaltar tranquilo, porque um outro assaltante assalta o assaltante, enquanto este está sendo assaltado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma pergunta, Sr. Relator?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que bom que aconteceu isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu pediria ao Dr. Rebelo que fizéssemos uma interação maior com a CPI, através do nosso gabinete, já que sou o Relator, e do Presidente, porque podemos, de repente, usar as prerrogativas da CPI e fazer andar...

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Para agilizar, ótimo.

O SR. OSCAR ANDRADE – ...mais depressa as nossas necessidades. Então, quero ficar a sua disposição direto, a nossa Comissão, alguma coisa que tenha que cumprir trâmites legais que a CPI pode pular usando as suas prerrogativas, para que possamos ser usados para terminar isso mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os obstáculos ficam mais...

O SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – E, hoje, já mandaríamos as duas fotografias daqueles suspeitos, para que, em Brasília, o cidadão fizesse o conhecimento e, assim, agente já dá vaporencerrado aquele inquérito de uso de documento falso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Dr. José, se pudesse, já pediria a quebra do sigilo telefônico e fiscal dos envolvidos.

Eu queria agradecer aos Srs. Delegados o pronto atendimento à CPI, vindo aqui a convite telefônico e desejando sucesso nas suas investigações até para nossa tranquilidade e, como os outros membros já se colocaram à disposição, o senhor agradeça ao Corregedor Dr. Rui e ao Dr. Desgualdo por permitir a vinda dos senhores aqui sem necessidade de ofício, de intimação. Vamos manter esse contato, e o senhor fique à vontade para ligar e dizer que não está conseguindo

alguma coisa e estaremos prontos a atendê-los com rapidez.

Muito obrigado.

O Secretário vai dar-lhes os telefones nossos e tudo o que precisarem.

Eu pediria que o senhor não esquecesse o nome e a identificação de cada um dos acusados.

Obrigado, doutor.

SR. LUIZ ANTÔNIO REBELO DA SILVA – Eu que agradeço em meu nome e em nome do Dr. Rui Stanislau, o Delegado Corregedor, e do Delegado-Geral por esta oportunidade de poder colaborar com a CPI.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que o preso Narciso Valverde seja conduzido a esta sala para prestar seu depoimento.

Pode colocar um copo de água para ele, de plástico.

Seu nome é...

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vai prestar um juramento, um termo de compromisso, conforme o art. 203 do Código de Processo Penal.

Então, eu pergunto se o senhor se compromete, às penas da lei, dizer a verdade, no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso CXIII, da Constituição Federal. O senhor jura dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. NARCISO VALVERDE – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, por favor, aponha a sua assinatura.

Identidade confere: 17912310, SP? Idade: 36 anos? Casado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência: rua Tapira, 137, Ferraz de Vasconcelos? É o mesmo ainda?

O SR. NARCISO VALVERDE – É o mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão: mecânico?

O SR. NARCISO VALVERDE – Mecânico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confere, né?

É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que presídio o senhor se encontra?

O SR. NARCISO VALVERDE – Em Barueri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, peço a sua assinatura com caneta.

Sr. Narciso, preliminarmente, gostaria que o senhor fizesse uma exposição da sua participação na ação criminosa a qual foi condenado.

O senhor já está condenado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Estou condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quantos anos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Há quatro anos e seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Crime?

O SR. NARCISO VALVERDE – É o 180 e o 288.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia descrever a sua participação?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não tenho muito para descrever, porque entrei lá como mecânico; estava exercendo a função de mecânico e trabalhei quinze dias. Quando, de repente, estava trabalhando, os policiais abordaram e falaram que era produto ilícito. Até aí não sabia, porque fazia apenas quinze dias que eu estava exercendo a profissão de mecânico lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que foi injustiçado então? Arrolado no crime sem saber.

O SR. NARCISO VALVERDE – Sem saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a atividade lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – A minha atividade, mesmo, era mecânico, era mexer com motor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o que era? Era uma transportadora?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Era um galpão, tipo uma transportadora. Eu trabalhava como mecânico. Eu fazia serviço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde?

O SR. NARCISO VALVERDE – Esqueço o lugar. É em Barueri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou passar a palavra ao Relator, para fazer as perguntas que sentir necessárias, e o senhor responda, por favor, para não ferir a legislação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Narciso, você foi preso no dia 11/05, junto com outros dez homens, num galpão, no bairro da Fazendinha, em Santana do Parnaíba, São Paulo.

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá se encontravam mais de vinte veículos roubados, entre caminhões, carretas, tratores, além de cargas roubadas, motores, peças de carro desmanchados. Você que fazia esses demanches? Ajudava a desmanchar?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Até então não sabia que se tratava de produto ilícito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você fazia o desmanche. Como mecânico, você desmontava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Abria o motor, trocava uma junta, porque exercia o funcionamento de mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tiravamotordeveículo, colocava cavalete?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tirava. Colocava no chão, tiravavazamento, trocavajuntadecabeçote.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mudava de veículo o motor?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na ocasião em que você fazia parte dessa quadrilha, você só era mecânico? Você não fazia mais nada?

O SR. NARCISO VALVERDE – Mais nada. Só trabalhava com a parte mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha quanto tempo nesse grupo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Quinze dias fazia que eu estava trabalhando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto que você ganhava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu entrei lá, para começar, estava ganhando R\$ 250,00, com o reajuste, abono, esses negócios, fazendo hora-extra, que ia ser combinado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe contratou?

O SR. NARCISO VALVERDE – Foi através do Luciano, que me indicou e disse que tinha um serviço para fazer e na época ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano Moura dos Santos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Luciano Nunes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunes da Silva?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano Nunes da Silva.

Como que funcionava o esquema? Você era mecânico, ficava num canto, cuidando, mas as coisas,

como é que aconteciam? Carreta que chegava, que saía?

O SR. NARCISO VALVERDE – Para mim, porque eu colocava a roupa de serviço, o macacão, ia lá para o fundo e já tinha especificação do serviço que ia fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem dava as ordens? Quem que comandava?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Moisés.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés de quê?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele chegava, estipulava o serviço para eu fazer, eu ia fazendo e...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o chefe da oficina o Moisés?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a quem pertence o galpão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Aí não sei dizer, porque fazia quinze dias, mas, se não me engano, era do Moisés também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era do Moisés.

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quem são as pessoas que foram presas junto com você? O Adriano Rodrigo Menegoti? O que ele fazia lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era motorista da firma lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Luciano Nunes da Silva era o seu chefe imediato?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele dava as ordens.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi ele quem te levou para lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Oldemir Carlos Menegoti.

O SR. NARCISO VALVERDE – Trabalhava também na parte de mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés Adriano, quem você já citou, que era o dono.

O SR. NARCISO VALVERDE – O Moisés Adriano chegava lá e dava as ordens para o Luciano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as ordens que ele dava? Cite algumas para nós.

O SR. NARCISO VALVERDE – Por exemplo: “Tem que fazer aquele motor. Tem que tirar o cabeçote, levar para dar passe, virabrequim.”

O SR. OSCAR ANDRADE – É oficina. Normal?

O SR. NARCISO VALVERDE – Normal.

OSR. OSCAR ANDRADE – Ricardo Cavalcante.

O SR. NARCISO VALVERDE – O Ricardo também trabalhava lá dentro, pegando as peças e levando para lá. Era ajudante de mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos eram mecânicos lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – É. Só tinha dois ou três motoristas lá que ficavam...

O SR. OSCAR ANDRADE – Antônio Diógenes Menegoti.

O SR. NARCISO VALVERDE – Motorista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Munzaco Vatanabi.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser japonês, nissei ou alguma coisa. Estava junto e foi preso também. E o menor, Ivo Augusto de Miranda?

O SR. NARCISO VALVERDE – Também era ajudante de mecânico.

O SR. OSCAR ANDRADE – No início, afirmei que mais de vinte veículos, caminhões e tratores foram encontrados lá e todos, claramente, eram roubados. Todos os nomes que eu te perguntei você disse que eram mecânicos ou motoristas. Isso que dizer que todos eram mecânicos ou motoristas e que ladrões não havia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não posso falar pelos outros. Só sei falar de mim, que entrei ali como moicano e que trabalhava apenas com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as cargas que eram movimentadas. O que você via?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu não via movimento de cargas. Geralmente as cargas chegavam e ficavam carregadas no pátio. Eu não tinha participação na carga e descarga, só mexia com a parte mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, foi uma injustiça você ser condenado.

O SR. NARCISO VALVERDE – Infelizmente, posso falar isso. Estava lá há apenas quinze dias e não conhecia praticamente ninguém ali. Fui para lá através do Luciano e, infelizmente, aconteceu isso comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesses quinze dias em que trabalhou, você nunca viu nada, nunca achou que tivesse nada estranho e achava que estava tudo normal?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sinceramente, era tudo normal. Entrava às oito horas da manhã e saía às seis horas da tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra qual era a idade média dos veículos que estavam lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fale quais eram os caminhões que estavam lá.

O SR. NARCISO VALVERDE – Mexíamos com a Scânia, com a Volvo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos eram carretas?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Também tinha caminhões pequenos como o Ford Carga e o Mercedes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra das idades dos caminhões? Se eram velhos ou mais novos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eram caminhões ano 1995, 1994, 1990, 1988.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram caminhões bons?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua especialização na mecânica? Você mexe mais em que áreas, freios, transmissão, motor?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Mais é motor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Motor a diesel?

O SR. NARCISO VALVERDE – Diesel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses caminhões chegavam lá, você fazia a manutenção e iam embora?

O SR. NARCISO VALVERDE – Iam embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os tratores?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Quando cheguei, aqueles tratores já estavam lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram novos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eram novos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram carga, então? Estavam sendo transportados para algum lugar?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei dizer isso para o senhor porque não entrava em detalhes. Geralmente, quando entramos na empresa, procuramos não ficar especulando muita coisa e exercer a função para a qual fomos empregados, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você ganhava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Comecei ganhando R\$250,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois foi para quanto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Depois seria feito acerto, conversar sobre horas-extras e esses negócios, mas aconteceu isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre o rendimento da produção lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ao decorrer do tempo eu ia ganhar mais pelo valor do serviço que prestasse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Narciso, vamos recapitular um pouco.

De onde você era antes de ir para essa oficina? O que V. S^a fazia na vida?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha uma loja de material de construção em Itaquera com meu irmão – inclusive ainda existe lá. Mas, em virtude de problemas com meu irmão, saí fora e fui cuidar da minha vida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes da loja de material de construção, o que V. S^a fazia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Trabalhava como motorista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – Por conta própria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que V. S^a tinha?

O SR. NARCISO VALVERDE – Um caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que caminhão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Um 1113.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto tempo V. S^a ficou com esse 1113?

O SR. NARCISO VALVERDE – Aproximadamente dois anos e meio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos anos tem V. S^a?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tenho 36 anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo está preso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Há sete meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Durante quanto tempo V. S^a trabalhou na loja com seu irmão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Trabalhei por oito anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes dos oito anos, V. S^a tinha caminhão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, excelência. Apenas por meio do meu irmão, por causa da loja de material de construção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos anos V. S^a tinha quando começou a dirigir esse caminhão – 24 ou 25 anos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Aproximadamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E antes disso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Antes, trabalhei em padaria, tinha freguesia de pão, fui leiteiro – sempre tentando progredir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, V. S^a trabalhou como leiteiro, tinha freguesia de pão e padaria. Depois, deixou a padaria e foi trabalhar com loja de material de construção. E em seguida?

O SR. NARCISO VALVERDE – Depois, saí da loja em que trabalhava com meu irmão e ele ajudou-me a comprar um caminhãozinho. Trabalhei com um 1113, estava puxando cimento na ... Fui trabalhando e tocando a vida da melhor maneira possível.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, V. S^a vendeu o caminhão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Vendi o caminhão, porque começou a dar muito problema em manutenção – é caro. Depois disso, tive problemas pessoais com minha esposa, separei-me e deixei a casa que tinha para ela. Fiquei na lona. Foi quando estava desempregado e sem saber para onde ia que consegui esse emprego.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entendi que V. S^a foi tudo, menos mecânico. Agora, virou mecânico de mão cheia.

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 15 dias?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, excelência. Mexendo com caminhão velho, temos que saber alguma coisa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Motorista é motorista, mecânico é outra função.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a disse que vendeu o caminhão por gastar muito com manutenção.

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim, mas as peças são caras, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a é padeiro, doceiro, leiteiro, tem loja de material de construção, foi motorista – menos mecânico.

O SR. NARCISO VALVERDE – Tínhamos funilaria e mecânica.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. Sr^a estava lá não de mecânico. Assim, vamos conseguindo. O peixe morre pela boca e o homem, pela palavra. Então, vamos registrando a sua palavra e espero que V. Sr^a entre que não apenas a si próprio, mas também os outros, começando a esclarecer os fatos. O crime do roubo de cargas, de caminhões e de veículos em geral está imperando. Pessoas como V. Sr^a vão para a cadeia. Aqui há médios, mas os grandes não estão aqui. Para quem eles entregam os caminhões e a carga? V. Sr^a sabe?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. Sr^a sabe que eles entregam para alguém, não é?

O SR. NARCISO VALVERDE – Com certeza, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas esses não estão presos. V. Sr^a está.

O SR. NARCISO VALVERDE – Infelizmente, estou preso por estar apenas trabalhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os outros, não. V. Sr^a estava naquele esquema – não os outros. Hoje, não há dúvida de que isso era um grande esquema. Não era?

O SR. NARCISO VALVERDE – Hoje, realmente, depois que aconteceu tudo, posso perceber isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos verificar a hierarquia. Quem era o chefe?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Moisés dava as ordens.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Moisés era o chefe?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, excelência. Ele dava as ordens.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está preso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde V. Sr^a conheceu o Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Trabalhando lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano Moura?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. O Luciano Nunes.

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano Nunes conheci em Itaquera por meio de amizade em campos de futebol nos quais eu geralmente jogava bola. Conheci ele lá, falei que estava desempregado e

ele perguntou se eu queria fazer um bico. Então, fui para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo o Luciano já trabalhava nessa oficina?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele disse que fazia 30 dias que estava trabalhando lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos um levantamento fotográfico. Mas peço-lhe que me descreva como é esse local. É próximo a uma rodovia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, excelência. É perto de um asfalto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que distância do asfalto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Cerca de mil metros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do asfalto, enxergam-se os caminhões?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim, excelência. Os caminhões ficam expostos lá. Quem parte do asfalto enxerga tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estão expostos. Tudo, tudo.

O SR. NARCISO VALVERDE – Enxerga tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que havia atrás? Mato?

O SR. NARCISO VALVERDE – Mato, é. Tinha avenida. Passava assim, entrava. Tinha mato e um galpão grande. É uma firma, né.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E um galpão atrás do mato?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, dava para ver ele... Da avenida dava para ver normal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esta fotografia aqui mostra que era um caminho e lá, no fundo do mato, dos dois lados, passava um córrego

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas até em tão...

O SR. NARCISO VALVERDE – É. Passava um córrego, mas dava para ver tudo normal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma empresa que se vai instalar, uma oficina que se vai instalar se instala na beira da rodovia ou longe da rodovia? Para instalar um comércio de oficina de máquinas pesadas, de caminhões que passam na rodovia, instala-se na beira da rodovia ou a mil metros para dentro?

O SR. NARCISO VALVERDE – Aí eu não posso dizer para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor...

O SR. NARCISO VALVERDE – Geralmente, é na beira, no, no, no... Não sei explicar para o senhor, porque até então é...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas não chamou a atenção do senhor todo aquele monte de carros lá atrás, longe da rodovia, para ser oficina?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei, senhor, porque geralmente eu ficava de portas abertas, portanto aberto, normal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A oficina era escondida. Era escondida atrás do mato. Quem é que trazia os carros para ali?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ah, quem trazia era o Sr. Antonio. O Sr. Antonio que chegava com os carros. Eu não sabia direito, porque eu ficava lá para dentro, mexendo no motor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas veja bem! Eu sei que tu não és mecânico, mas, como tu dizes que és, vou imaginar então como se tu fosses mecânico. Quer dizer, via de regra, numa oficina mecânica, quem leva o caminhão lá para ser consertado é o dono do caminhão, e não um colega teu que vai buscar o caminhão.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu, eu não sei dizer para o senhor, que ele chegava na portaria, conversava lá normalmente e eu estava lá para dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não via motoristas?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não via.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pessoas...

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não via.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pessoas, caminhoneiros passam lá e levam caminhão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu não vi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não havia caminhoneiro levando caminhão lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – A gente trabalhava lá dentro. Eu trabalhava interno, dentro do galpão. Então, geralmente, quando a gente ia almoçar, que tinha um refeitório lá, o caminhão já chegava lá, o dono chegava, deixava o caminhão e ia embora uns...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sr. Luciano Nunes, aliás, o Sr. Moisés Mariano, que o senhor disse que era o chefe.

O SR. NARCISO VALVERDE – É, era o... Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele morava onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – Em Miguel, em São Miguel Paulista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alguém morava ali? Quem é que morava ali?

O SR. NARCISO VALVERDE – Só o porteiro lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só o porteiro?

O SR. NARCISO VALVERDE – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém morava ali?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era longe?

O SR. NARCISO VALVERDE – Mas tinha alojamento. Dormia-se ali. Não ia todo dia para casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu, por exemplo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu ia um dia sim, um dia não, porque minha mulher tinha, estava com problema de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu não tinhas separado da mulher?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha separado, mas arrumei uma outra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Arrumou outra?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sem mulher não tem jeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, também acho.

E aí, um dia tu pousavas ali; outro dia, não.

O SR. NARCISO VALVERDE – Outro dia, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tu pousavas ali, porque o pessoal dizia que tinhas de cuidar ou...?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, tinha um guarda, tinha um porteiro lá, tinha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bem armado? Que armas carregava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não tinha arma, não. Ficava de portas abertas. Era uma oficina mecânica. Normalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas, se havia um guarda, o guarda ficava sem arma? Ele não tinha arma, um revólver?

O SR. NARCISO VALVERDE – Até então, não posso saber para o senhor, porque eu nunca... verifiquei isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca se deu conta?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca me dei conta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Engraçado que, em 15 dias, o senhor é inteligente e capta logo. Se o

senhor estiver escondendo alguma coisa, vai ficar na cadeia, cumprir seu período.

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu estou preso. Já fui condenado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles saem numa boa.

O SR. NARCISO VALVERDE – Infelizmente, é sempre assim. A corda sempre arrebenta para o lado do mais fraco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas arrebenta, porque o senhor está puxando.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não estou puxando, não. Estou falando o que eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode abrir o jogo e contar. O Moisés o senhor disse que morava onde? Em Itaquacetuba?

O SR. NARCISO VALVERDE – Se não me engano. Não, em São Miguel Paulista, parece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São Miguel? Quantos quilômetros totaliza dali?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ah... Uns... Uns 60 quilômetros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 60 Km?

O SR. NARCISO VALVERDE – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Lucianomora onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Lucianomora na Aricanduva.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quantos quilômetros dali?

O SR. NARCISO VALVERDE – Uns... 50 km, uns 40 por aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Coisa engraçada. Então, mais do que nunca, isso prova que, na verdade, era um depósito. Nada de oficina. Os caras moravam há 60 km, 50 km, 70km...

O SR. NARCISO VALVERDE – Mas o senhor há de convir que tem gente que mora em São Paulo e vai trabalhar no Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É bem diferente, não é? É bem diferente de montar uma oficina ali.

Deixe-me fazer mais uma pergunta: esse motorista que o senhor falou, o Marcelo Monsaku Watanabe, era motorista também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era motorista, era ele que chegava com os caminhões também, que vi chegar, era ele...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era ele que trazia e levava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os caminhões vinham carregados ou vazios?

O SR. NARCISO VALVERDE – Vinham carregados, vinham vazios...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu lhe perguntei sobre o Marcelo, você disse que não sabia quem que era. Agora, você já sabe que era motorista.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu não falei que não sabia quem que era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falou, eu te falei o nome dele.

O SR. NARCISO VALVERDE – O que o senhor falou foi: “Acho que é um japonês, e tal”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser japonês pelo sobrenome.

O SR. NARCISO VALVERDE – Justamente, então? Esse daí eu via bem pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que não conhecia.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, porque eu ficava lá dentro, senhor, eu não tinha acesso ao pátio nem nada, só ficava mesmo mexendo no motor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Posso fazer uma pergunta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Tuma) – Pois não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor foi contratado pelo Moisés.

O SR. NARCISO VALVERDE – Pelo Luciano, através de conhecimento, ele me ligou lá para...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E ele disse que qual era a função que você ia desempenhar lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Como mecânico, tirar vazamento de carros...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E ele dizia lá que ia funcionar o quê? Uma oficina?

O SR. NARCISO VALVERDE – Uma oficina.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Uma oficina mecânica?

O SR. NARCISO VALVERDE – É.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E você via lá alguém pagar pelo serviço? Já viu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, aí tinha o escritório lá, que...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas você chegou a ver alguém pagar pelo serviço?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não, eu mesmo não, porque eu só ficava lá para dentro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tinha caixa lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E você via alguém...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era o caixa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ah, ficava lá o...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era o caixa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Quem era o caixa?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você disse que tinha caixa, quem era o caixa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, ele acertava no escritório lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem era o caixa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Senhor, eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha um escritório na frente?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do galpão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Telefonista?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha. Por isso que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era a telefonista?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que a telefonista não foi presa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe? Não?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o nome da telefonista?

(Pausa.)

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nesses quinze dias, o senhor chegou a receber alguma coisa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não cheguei a receber nada, e estou preso agora.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor já foi alguma vez ao escritório?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem ido ao escritório alguma vez?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca foi ao escritório?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, nunca fui ao escritório.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Entrou, foi direto para a oficina, ficou confinado lá dentro.

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso, já fui direto para a oficina. Mostrar serviço, né? Que era o que...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Só tinha o senhor lá como mecânico?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, tinha um outro rapaz, tinha o ajudante de mecânico.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor via alguém fazendo lá alteração de chassi?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, nunca vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca viu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tenho certeza.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Por que esse número de placas espalhadas pelo chão? Placas de carro? Essas placas eram atribuídas a quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mostra a foto para ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Por que não retiraram essas placas do chão? Colocadas no chão e retiradas dos veículos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem colorida aqui.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor retirava também placas dos veículos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não viu isso lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não pode mentir, está sob juramento. Estavam no pátio ali, estavam dentro do galpão. Você ia de olhos vendados lá para a sua ala? Você nunca via nada?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, via, via os caminhões e os motores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não é otário, não tem cara de otário, você é até esperto demais. Então, não vem para enganar, você pode ser até ajudado, se colaborar. Agora, se você quer mentir... Como é que você não viu isso? Não viu esses chassis desmontados? Foi pego lá, quando você foi preso, estava tudo lá, foram fotografados na hora.

O SR. NARCISO VALVERDE – Então, mas eu falei para o senhor: fazia quinze dias que eu tinha entrado ali...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você passava de olhos vendados? Nunca viu isso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Vi os motores, os tratores, vi tudo, os caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as placas?

O SR. NARCISO VALVERDE – Essas placas aí eu não tenho conhecimento dessas placas não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas elas estavam lá, para ser substituídas.

O SR. NARCISO VALVERDE – Mas no chão assim, acho que elas não estavam, senhor. Se eles faziam alguma coisa de errado, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o armamento que foi apreendido lá, você também não viu o armamento?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não vi armamento também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quantos processos o senhor responde? Já respondeu, antes disso, a algum processo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Respondi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quantos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Um.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sobre?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sobre cheques – 171.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Cheque sem fundos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estelionato?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, foi condenado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Fui condenado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Dois anos e seis meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos cheques ele passou?

O SR. NARCISO VALVERDE – Foram umas folhas que foram emitidas na loja lá, e depois foram saber que eram cheques...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Luciano sabia disso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era chequerou-bado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não, isso foi 171.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Luciano sabia que o senhor havia sido condenado?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quando convidou você para trabalhar na oficina?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você cumpriu a pena?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu paguei convertido uma parte em URF e , a outra, cumpri pena...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Convertida em que?

O SR. NARCISO VALVERDE – Em URF's. Em multa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em URF's. V. S.^a conheceu algum dos envolvidos? Você chegou a cumprir uma parte da pena?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Cumpri em liberdade e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou quanto em URV?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não lembro agora. Isso aconteceu entre 1993 e 1994.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a parte que o senhor cumpriu? Em prestação de serviços?

O SR. NARCISO VALVERDE – Em prestação de serviços.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fez?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu ia lá. Ajudava, ia fim de semana e ajudava a fazer serviços comunitários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Durante esse cumprimento da pena, o senhor chegou a conhecer algum dos envolvidos neste caso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, senhor. Não conheci.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você foi trabalhar lá, eles sabiam que havia cumprido pena?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem o Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Ninguém sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que o Luciano te conheceu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu conheci ele em um campo de futebol por que eu sempre ia lá e co-

nheci ele através disso e ele comprava material na loja.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Loja do quê?

O SR. NARCISO VALVERDE – Material de construção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era sua?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, era do meu irmão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como é que ele chegou à conclusão de que você era mecânico?

O SR. NARCISO VALVERDE – Porque mexo com mecânica. Já tivemos uma funilaria, pintura e mecânica.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles sabia ou você contou para ele?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele não sabia. Eu contei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você regula bem carburador?

O SR. NARCISO VALVERDE – Carburador? Não. Mexo mais com diesel.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você viu uma balança dentro do galpão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha uma balança logo na entrada. Uma balança de...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Para que servia essa balança?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Me explica o que é “eixo virabrequim”.

O SR. NARCISO VALVERDE – O que é que tem “eixo virabrequim”?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é o “eixo virabrequim”?

O SR. NARCISO VALVERDE – O “eixo virabrequim” é o coração do motor, é o que comanda os pistões.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o eixo comando de válvula o que faz?

O SR. NARCISO VALVERDE – O eixo comando de válvula funciona em cima das balancinhas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele pode até ser mecânico, mas fazia a mecânica do mal, alteração de chassis, tirava o motor de um caminhão para outro. Era uma quadrilha e lá todo mundo, menos você, sabia que era uma quadrilha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O único anjo lá era tu.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não digo que sou anjo, mas, sinceramente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O gurizinho do passo certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – quando você pôs em juízo, que explicação você deu por que o juiz te condenou e ele jamais condenaria um inocente.

O SR. NARCISO VALVERDE – Foi o que falei para os senhores aqui, eu falei para elas lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os antecedentes da investigação não chegaram à conclusão de que você fazia parte?

O SR. NARCISO VALVERDE – Perante eles sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que agia o teu advogado nessa hora?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era contratado seu ou era da quadrilha?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era contratado do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da quadrilha?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era contratado do rapaz, do Moisés. Ele foi quem contratou o advogado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, todo mundo falou a mesma coisa.

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu falei o que eu sabia. Do que me perguntaram, eu falei o que eu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca teve curiosidade de perguntar nada de estranho do que viu lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu perguntei uma vez para um rapaz que vi lá “pô, mano, mas porque esse galpão aqui vem serviço de lá para cá?”. Ele respondeu “não, é porque eles mandam serviço de outra empresa para cá”.

“Então, tá bom”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há quanto tempo o Luciano trabalhava lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Se não me engano, fazia... Não sei dizer não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe ou não quer dizer?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não sei dizer mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais ou menos. Ele nunca falou? Cinco anos, dez anos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei. Acho que pode...É o tal negócio, tenho que falar um coisa que eu sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantotempoo senhor conhece o Luciano então?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano conhece há uns...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conheceu ele quanto tempo antes?

O SR. NARCISO VALVERDE – Antes? Um ano e meio mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor jogava futebol com ele?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu não jogava futebol com ele não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse ano e meio antes ele já...Mas o senhor disse que jogava futebol com ele.

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu encontrei ele no campo, não jogava com ele. No campo, vai vários times.

O SR. OSCAR ANDRADE – Campo de várzea?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor conheceu ele, há um ano e meio atrás, ele já trabalhava lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Acredito que não. Não sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe? Não sei, não vi, não estava lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Aparecia policial por lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Eu mesmo, particularmente, nos quinze dias em que eu estava lá...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca viu um carro da Polícia lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, nunca vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Da Polícia Rodoviária Federal?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca viu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a pá carregadeira, que utilidade ela tinha lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Também não sei dizer, senhor. Ela ficava parada num canto...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Era para tirar motor de um caminhão e passar para outro?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, ela ficava parada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela foi roubada.

O SR. NARCISO VALVERDE – O motor era tirado na empilhadeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que o Luciano morava em outra cidade. O Luciano é bem de vida, tem sua propriedade? O que o senhor sabe do Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sei pouca coisa. Só sei que ele tinha o carro dele, é solteiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele o convidava para ir lá, o senhor vai e não sabe quem é...?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, simplesmente eu estava atrás de um emprego.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não o conhece, não sabe da vida dele?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei da vida dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual o carro do Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ele estava com um Gol.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual o carro do Moisés?

O SR. NARCISO VALVERDE – Uma Volvo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que Volvo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma caminhonete Volvo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, um carro Volvo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas era novo, velho? O senhor é mecânico...

O SR. NARCISO VALVERDE – Ano 94, por aí, eu acho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem era o dono do galpão?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei se era dono, se era alugado, era o Moisés.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ouviu dizer que era o Moisés?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Luciano disse a você que era o Moisés?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano era empregado do Moisés. Não sei dizer direito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quando o Luciano o chamou, ele disse: “Vamos trabalhar para o Moisés”?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, ele perguntou: “Você quer trabalhar?” Eu disse: “Quero, estou parado”. Ele disse: “Tem um serviço lá. Não vai ganhar muito no começo, mas, de repente, para uma remuneração do seu serviço, seu desempenho, o Moisés pode...” Eu perguntei: “Quem é o dono?” Ele respondeu que era o Moisés, mas que ele é que contratava o pessoal. Eu disse: “Vou, me interessa. Estou parado. Vou trabalhar”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, vamos requerer a presença do Moisés na nossa próxima vinda aqui.

Onde fica o eixo piloto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Depende. Lá embaixo, no diferencial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na caixa de marcha?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E coroa e peão, onde ficam?

O SR. NARCISO VALVERDE – No diferencial também. Faz parte do câmbio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o senhor aprendeu mecânica?

O SR. NARCISO VALVERDE – Curiosidade: não é aprender mecânica. Vai do esforço da pessoa, certo? Então, se a pessoa se dedica a prestar atenção em fazer uma coisa, ela faz. Não precisa prestar curso, vai mais da inteligência dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi em que período da sua vida? Ele fez um retrospecto de sua vida. Você mexeu com padaria, com construção, com tudo. Aprender mecânica para poder desmontar motor, montar motor, regular válvula, mexer com bomb injetora, tudo que você fazia...

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, regular válvula, regular bomb injetora, não. Aí tem que ser bom-bista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era sua função lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Minha função era tirar junta de cabeçote, tirar vazamento, mexer com câmbio, mexer com lona, com parte de freio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você mexe com câmbio, eu perguntei do eixo piloto e você não falou que era da caixa...

O SR. NARCISO VALVERDE – É da caixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O eixo piloto é da caixa, do câmbio.

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso. Coroa e peão é do diferencial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você tirava a caixa, tirava as peças do diferencial, do motor, isso tudo era colocado num canto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era tudo colocado num canto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E com a cabine fazia o quê?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha umas cabines lá, mas eu não mexia com cabine.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que também eram tiradas, não é? Só mexia com a parte de mecânica...

O SR. NARCISO VALVERDE – Só mecânica.

O SR. OSCAR ANDRADE – A cabine era a funilaria que tirava?

O SR. NARCISO VALVERDE – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – E roda, freio, essas coisas, cuíca?

O SR. NARCISO VALVERDE – A gente tirava, colocava de lado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com isso vocês mexiam também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu mexia e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Suspensão, feixe de molas, tudo...? Então você era moleiro também, não era só mecânico?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, moleiro não. Porque, geralmente, tem que fazer o serviço, aí tem que tirar... Por exemplo, para mexer na lona de freio tem que tirar a roda. Geralmente se faz de tudo um pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tudo ia sendo colocado num canto lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Num canto, depois se montava de novo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, montava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Montava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não montava noutra, não?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – No mesmo?

O SR. NARCISO VALVERDE – No mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Narciso...

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma injustiça você estar preso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi condenado definitivamente ou ainda está em grau de recurso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não senhor, já fui condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Definitivo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Definitivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não recorreu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem mais recurso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não senhor. Vamos recorrer, não é. Vamos ver.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem mais tempo não.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não entendi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já não prescreveu o julgado? Já não passou o tempo do recurso? Já não perdeu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve ter entrado com recurso ou não?

O SR. NARCISO VALVERDE – Vai ser entrado com o recurso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando tu foi condenado? a última audiência que tu foi condenado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Rapaz. Faz um mês, rapaz. A última audiência?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Que tu foi condenado. Que tu recebeu a condenação.

O SR. NARCISO VALVERDE – Ah, recebi a condenação foi essa semana agora, terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em primeira instância?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu não sei. Eu não entendo disso aí, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o seguinte. Nós poderíamos entrar em contato com o Ministério Público. E se você resolver colaborar, explicar claramente tudo que realmente ocorreu, o envolvimento das pessoas, a responsabilidade de cada um, nós poderíamos te ajudar, junto ao Ministério Público, com os benefícios da lei para a redução da pena.

O SR. OSCAR ANDRADE – Através do Programa de Proteção à Testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Através do Programa de Proteção à Testemunha. E se quiser depor reservadamente, também, nós oferecemos, a CPI oferece, caso você queira realmente colaborar. E não ficar nesse “não sei”, “não sei”, “não sei”.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, então, é o que eu falei para o senhor. O que eu sei é isso que eu falei, o senhor entendeu? O que eu fazia era isso que eu falei. Eu não tenho mais, não sei mais de detalhes, eu não sei mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os outros foram condenados também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Foram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde estão cumprindo pena Luciano de Moura dos Santos e Fernando Cordeiro Sobral?

O SR. NARCISO VALVERDE – Fernando Cordeiro parece que está na penitenciária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui em São Paulo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está sob a jurisdição de outro juiz então.

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está em...

O SR. NARCISO VALVERDE – Estou em Barueri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em Barueri. E o Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Luciano, se não me engano, está em Guarulhos. Também não tenho certeza. Quem fica preso não sabe de nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Adriano?

O SR. NARCISO VALVERDE – O Adriano foi embora, não é? Está na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está solto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Está. Respondendo em liberdade. Foi condenado mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra da pena de todos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não sabe mais nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Luciano pegou quanto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Quatro anos também, se não me engano. Eu não sei dizer ao certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Fernando.

O SR. NARCISO VALVERDE – Também não sei dizer, senhor. Estava todo mundo separado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Odemir.

O SR. NARCISO VALVERDE – Também...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabe?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas todos foram condenados?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim. Segundo eu fiquei sabendo,...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que também os outros foram injustiçados?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eu posso responder por mim, não é, senhor? Pelos outros eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o papel do Ivo lá?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que os carros eram roubados? Agora você sabe.

O SR. NARCISO VALVERDE – É. Agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes você não sabia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não tem nem jeito lá. Antes eu não sabia isso. Não sabia mesmo. Sabia se o nome tinha me envolvido para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem que era... Vários aqui eram mecânicos, junto com você, não é?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinham uns cinco, mais ou menos, seis, com ajudante?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso, com os ajudantes lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles sabiam?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Eu não comentava nada com eles. Eu também não sei se eles sabiam ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você esteve lá nesses 15 dias, muitos veículos saíram?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não. Não saíram muitos assim não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entraram muitos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Também... Não, entrava o serviço para fazer. Mas entrava...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eram vazios ou com carga?

O SR. NARCISO VALVERDE – É que nem eu falei para o senhor. Às vezes carregado, ficava no pátio, aí entrava...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe alguma carga que tinha lá? Algum tipo de carga?

O SR. NARCISO VALVERDE – Ah, tinha uma carga de bobina lá, se eu me lembro, eram umas bobinas, daquelas de ferro. Tinha um lá que estava carregado com madeira. Os demais eu não sei porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram variadas as cargas?

O SR. NARCISO VALVERDE – Eram variadas. Porque chegava lá nada. Para mim, eu não tenho interesse em nada. Meu interesse era em trabalhar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o motorista que conduzia o caminhão, ele se identificava como proprietário ou não?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, aí eu já não sei dizer para o senhor porque eu ficava lá dentro do galpão e eles resolviam lá no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era que comandava essa parte de receber os veículos para conserto e tudo? Era o Luciano mesmo, o Moisés, o...

O SR. NARCISO VALVERDE – Era o Luciano. Isso, entre o Luciano e o Moisés.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eles que cuidavam de tudo? Você só recebia ordens e cumpria?

O SR. NARCISO VALVERDE – É. Só recebia ordens e cumpria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você trabalhava em qual período? Qual horário?

O SR. NARCISO VALVERDE – Das oito às seis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Almoço, que horas era?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era uma hora de almoço...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha almoço lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí sentava todo mundo e comiam juntos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Comiam. Tinha um refeitório lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha registro em carteira?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não. Inclusive eu ia reivindicar isso aí também, porque até então...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A firma era regular, tinha nota fiscal? Chegou a ver nota fiscal de conserto, de alguma coisa, de compra de peça?

O SR. NARCISO VALVERDE – De compra de peça eu fazia as relações lá, mas quem cuidava disso aí eram o Luciano e o Moisés.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não quer colaborar, não é?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, senhor. É o que estou falando. Estou falando por mim, é o que sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fizemos a oferta. Não acredito em você, você vai me desculpar. Não estou vendo sinceridade nenhuma nas suas colocações, não posso forçar você a falar a verdade, mas temos certeza de que a Justiça não foi injusta com você.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, vou insistir aqui.

Narciso, podemos fechar esta reunião, ficarem apenas os membros, desligar microfones, não gravar nada. Até isso podemos fazer por você, para você nos passar informações importantes. Aqui está o Presidente, que é Senador. Você sabe o que é uma CPI? Sabe a importância disto aqui?

O SR. NARCISO VALVERDE – É, a gente lê, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos, não é? Pois é, a CPI tem prerrogativas, tem direitos muito importantes que podem lhe ajudar a diminuir sua pena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Temos que lembrá-lo que a pena dele pode ser agravada no recurso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também pode ser agravada por estar mentindo. Mas pode diminuir sua pena, pode lhe proteger...

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, o que sei estou falando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Preste atenção. A CPI pode lhe incluir em um programa de proteção à testemunha, proteger você e a sua família. Você deve ter filho, não tem?

O SR. NARCISO VALVERDE – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode fazer isso tudo para lhe ajudar, se você também resolver colaborar. O Presidente pode pedir todo mundo para sair, desligar os microfones, se você quiser ajudar. Se não, isso pode ser agravado. Você assinou um termo aí de que não iria mentir aqui. Você está sob juramento.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não estou mentindo. O que falei já falei e torno a falar a mesma coisa, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada Telma.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Narciso, o senhor está com medo de represálias dentro da prisão?

O SR. NARCISO VALVERDE – De represálias? Como assim? Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De ameaças.

A SR^a TELMA DE SOUZA – De ameaças. Veja, o senhor tem 36 anos, não é isso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso.

A SR^a TELMA DE SOUZA – O senhor tem filhos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tenho.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Quantos filhos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Quatro filhos.

O SR. TELMA DE SOUZA – Quatro filhos. Suponho que seus filhos têm pouca idade.

O SR. NARCISO VALVERDE – Sim, pouca idade.

A SR^a TELMA DE SOUZA – O senhor sabe que somos Senadores e Deputados do País, temos uma série de condições para dar garantias ao senhor, mas vamos esbarrar numa condição que é pessoal sua: seu medo, e principalmente do grupo ao qual sabemos que o senhor pertence. Queremos saber – e é isso que o Deputado Oscar de Andrade está tentando lhe dizer – se em outras condições, sem as pessoas no Plenário, sem o som, haveria a possibilidade de abrirmos esse leque de informações que sabemos que existem. Porque, se não for por intermédio do senhor, será por intermédio de alguém. Estive observando o senhor desde que cheguei e pude observar que o senhor está com a postura de uma pessoa nervosa – essa é minha observação. Então, minha pergunta é: Sua preocupação central é ter algum tipo de consequência, desse grupo em relação ao senhor, que não possamos protegê-lo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não. Não tenho. Não tenho, porque o que falei é isso aí que a senhora e os outros presenciaram, é o que sei. A senhora entendeu? Infelizmente... Não tenho represália de ninguém.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Mas, Sr. Narciso, veja: estamos aqui, perguntando, e não é possível

que o senhor tenha sofrido uma pena sem nenhuma responsabilidade ou culpa nessas questões. Então, o que queremos saber é exatamente como teremos informações. Mas, passou-me a idéia de que, em grupos que agem dessa maneira, há um código de vida e de morte, ele é muito severo. E minha pergunta é sobre a ameaça que está pairando sobre o senhor, e que isso impediria, neste momento, de dar informações mais precisas, que sabemos que o senhor as tem. Sabemos disso.

Então, a pergunta é a seguinte: O senhor acha que não temos condições de garantir uma série de prerrogativas, de posições e privilégios. Não me passa pela cabeça que o senhor queira passar o resto da sua vida na prisão, tendo filhos para criar.

O SR. NARCISO VALVERDE – Com certeza, não!

A SR^a TELMA DE SOUZA – Eu gostaria que o senhor pensasse a respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que o Luciano e o Fernando vão depor hoje aqui também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não estava sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Será proposto isso para eles também. Se eles confirmarem o seu envolvimento, não se esqueça de que o senhor fez um juramento e o assinou. Isso pode agravar sua situação. Os quatro anos e seis meses de pena que o senhor pegou podem ser aumentados por outro processo. O senhor fez esse juramento por livre e espontânea vontade e o assinou. O Luciano e o Fernando virão aqui. Não sei se eles serão tão fiéis como você à quadrilha, ao grupo. De repente, eles vão querer uma proposta nossa de minoração das condições por que eles estão passando. Por que não pensar um pouco nisso?

O SR. NARCISO VALVERDE – Infelizmente, estou sendo sincero. Falei o que eu sei. Não posso ajudar em mais nada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Se o Luciano afirmar que você fazia parte da quadrilha e que conhecia tudo?

O SR. NARCISO VALVERDE – Aí está o negócio. Isso é da cabeça dele. Posso falar por mim, não posso falar por eles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Narciso, qual é o seu sentimento pessoal hoje com respeito ao Luciano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sentimento pessoal? Como assim, senhor, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você diz que foi enganado por ele, ele te levou para trabalhar numa quadrilha que roubava carros. Qual é o seu sentimento pessoal por ele?

O SR. NARCISO VALVERDE – O meu sentimento é o seguinte, se ele sabia que era isso, e me colocar numa gelada dessas que eu não sabia nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o que você sente a respeito dele? Você encontrando-o vai beijá-lo, abraçá-lo ou vai mostrar a sua repulsa por ter sido enganado como diz?

O SR. NARCISO VALVERDE – É isso aí, acho que é mais fácil essa terceira opção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu dei duas.

O SR. NARCISO VALVERDE – Essa segunda. Por que me levar para uma gelada e não falar nada, se eu estou sabendo que o negócio é ilícito, Senador, jamais vou me infiltrar, porque tenho filhos para criar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou senão você iria consciente?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, ou iria consciente ou não iria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você se deslocava para lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Com o carro, com o automóvel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da companhia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Da companhia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você dirigia?

O SR. NARCISO VALVERDE – Dirigia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você era um mecânico, ganhando R\$250,00 te deram um carro para o seu deslocamento.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não me deram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um carro da companhia para você ...

O SR. NARCISO VALVERDE – Isso, isso, porque eu..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que carro era?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era uma sprinter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que ano?

O SR. NARCISO VALVERDE – Agora V. Ex^a me pegou, acho que era 90 e ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eles te ofereceram os documentos do carro, e você andava com os documentos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, andava no porta-luvas, eu nunca ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o nome do proprietário?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei dizer, porque nunca....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca olhou o documento?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca olhei, nunca tive ...Estava ali o documento, qualquer coisa se a polícia parar está o documento aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca abriu o porta-luvas para saber se havia documentos, alguma coisa, se tivesse uma arma lá.

O SR. NARCISO VALVERDE – Só havia o documento do veículo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você nunca chegou a ler o nome do proprietário?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E esse carro onde se encontra hoje?

O SR. NARCISO VALVERDE – Estava lá na firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi apreendido também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Se não engano foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que carro era?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era uma saveiro e uma sprinter que tinha da firma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho o auto de apreensão. Lá foram apreendidas várias armas e munição. Rádio comunicação também, você chegou a ver o rádio?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não cheguei a ver. Eu vi rádio PX, que era normal dos....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca ouviu uma comunicação lá entre eles e um motorista?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca ouvi, senhor, nunca ouvi mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É normal a quadrilha avisar que roubou a carga, o caminhão, para ter orientação através de PX, e ele tinha instalada lá. Você nunca ouviu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Nunca ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O galpão tinha compartimentos fechados ou era todo aberto?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha o galpão. Era todo aberto o pátio, e tinha o galpão onde ficavam os veículos para não tomarem chuva, esses negócios, as peças, e tinha o escritório, um refeitório, uma firma normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o rádio estava onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você disse que tinha o rádio lá.

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha o rádio, mas....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não viu?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sei dizer para o senhor onde era instalado o rádio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O aparelho?

O SR. NARCISO VALVERDE – O aparelho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você sabia que tinha?

O SR. NARCISO VALVERDE – Por causa de uma antena.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca ouviu som e nunca viu o aparelho?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O galpão tinha quantos metros mais ou menos?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era grande, era comprido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem assim, por exemplo, um lá no fundo outro aqui na frente, falando, assim, porque galpão muito comprido é ruim de ficar andando demais para falar uma coisa com o outro. Eles não usavam nem para isso lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não porque ferramentas que a gente usava ficavam perto, geralmente não precisa..

O SR. OSCAR ANDRADE – O banheiro era lá no fundo também?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não entendi, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O banheiro, quando você precisava usar o banheiro.

O SR. NARCISO VALVERDE – Os banheiros ficavam lá fora, no pátio. Saía, ia no pátio, ia no banheiro e voltava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos ter que denunciar esse povo, porque acredito que era escravidão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Havia telefone lá?

O SR. NARCISO VALVERDE – Tinha.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabe o número?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabia o número?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não sabia o número.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quer dizer que nas horas vagas você conversava com o Luciano e os outros e não sabia a atividade deles?

O SR. NARCISO VALVERDE – Geralmente no almoço a gente descansa, almoça e dá uma descansada.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Narciso, você está desperdiçando a oportunidade que a CPI está lhe dando.

O SR. NARCISO VALVERDE – Senhor, é o que estou lhe dizendo. Estou dizendo o que sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A oportunidade de você tentar ajudar esta CPI a desbaratar uma gangue que existe no Brasil e que desvia mais de R\$500 milhões por ano, ceifando vidas, quer dizer, você está desperdiçando essa oportunidade, só a CPI pode fazer isso, você vir aqui e trazer à luz da verdade os fatos que você conhece.

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, o que conheço é o que estou dizendo e o que disse, e mais nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra a placa do veículo que usava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem a placa você chegou a ver?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Desculpe-me, mas você não consegue nem mentir direito.

O SR. NARCISO VALVERDE – Estou falando com sinceridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma pena nessa hora sermos parlamentares. Suas chances estão sendo oferecidas. Sabemos que você é um ser humano, tem família, precisa criá-los e se aparecer um morto identificado como de autoria desta quadrilha você será responsabilizado como co-autor por

homicídio qualificado. Então, se você não se antecipar àquilo que possa colaborar, sem dúvida nenhuma, no relatório final, o Relator não terá dúvida em pedir o agravamento de pena, porque para ladrão de carga, ladrão de veículos, com um homicídio nas costas, com a irresponsabilidade de desrespeito com um cidadão que trabalha honestamente na boléia de um caminhão, quatro anos é muito pouco.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir à CPI que seja quebrado o sigilo telefônico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acredito que todos os membros concordam com isso. Você tinha telefone em casa?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não, eu tinha um celular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o número do celular? Você também não lembra?

O SR. NARCISO VALVERDE – Não lembro não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles que te ofereceram?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está apreendido na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles te ofereceram esse telefone ou é seu particular?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era meu mesmo, particular.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como você pagava as contas se estava desempregado?

O SR. NARCISO VALVERDE – Era da minha esposa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela trabalhava?

O SR. NARCISO VALVERDE – Trabalhava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. NARCISO VALVERDE – Fazia serviços para a Editora Abril.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ela sabia que você era mecânico?

O SR. NARCISO VALVERDE – Sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguém tem mais alguma pergunta a ser feita?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que ele fique à disposição até ouvirmos o Luciano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os dois outros não foram apresentados, porque a juíza verificou que eles estão presos em outra comarca e precisa-se de autorização de outro juiz. Está em Guarulhos, segundo ele, em apenintenciário do Estado, então temos que reformular o pedido. Voltaremos a São Paulo bem antes do que foi pretendido em razão das difi-

culdades de localização. Teremos que chamá-lo outra vez e tomaremos outras providências para investigar mais profundamente seu envolvimento na quadrilha. Achávamos que por você ser um mecânico, ser um secundário nesta organização pudesse colaborar conosco, mas nos enganamos.

O SR. NARCISO VALVERDE – Estou sendo sincero com o senhor, é só isso que tenho o que falar. Estou sendo sincero de coração, porque eu tenho família e filhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente. Eu pediria ao policial que ele fosse retirado daqui. Obrigado. Voltaremos a conversar.

Como ontem recebemos a informação de que a juíza tinha autorizado e estava providenciando a apresentação do Narciso, que aqui esteve, do Luciano e do Fernando. Hoje fomos comunicados de que ela só pôde fazer a apresentação do Narciso em razão da mudança de jurisdição do local prisional dos outros dois, que ficará para um dia designado pela CPI numa reunião. À tarde teremos depoimentos importantes resultantes de conversa que tivemos reservadamente ontem. A juíza atendeu prontamente. Ontem à noite conversamos com S. Ex^a, que já fez a apresentação de dois elementos importantes para serem ouvidos hoje à tarde: Maurício Meneghetti e Wagner Jandir da Silva, presos em flagrante na região de Piracicaba nesta última semana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além dos outros que já estavam previstos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Lauro Flabrini Júnior, transportador, está confirmado, Norberto de Pinho Moreira e Porta da Seguradora Hanover, Nelson Moribi, empresário da Distribuidora Muri-farma. Qual a razão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Está naquele relatório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Lavagem de dinheiro. Todos os que estão responsabilizados criminalmente estão com endereços frios fornecidos às autoridades judiciais e às autoridades policiais. Então, na informação que a Polícia Federal fez ontem e hoje, houve dificuldade na localização por os endereços não corresponderem àqueles que foram tomados a termo durante os depoimentos que fizeram na polícia e na justiça, o que reforça a idéia de que tudo tem que ser conferido. Bandidamente e presos são soltos e ninguém mais localiza. Dou por encerrada esta parte convocando para as 14 horas o início dos trabalhos. (Pausa)

Pedimos mais uns minutos, pois há dois presos à disposição da Justiça, cuja Juíza gentilmente autorizou a vinda dos dois a esta CPI. Estamos preparando o compromisso e juramento e, em seguida, reabriremos os trabalhos.

Dou por reiniciados os trabalhos da presente reunião da CPIM do Roubo de Cargas e solicito a apresentação do preso Wagner Jadir da Silva. (Pausa)

Boa tarde. O senhor é o Wagner Jadir da Silva?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade é nº 8453839 de São Paulo. Qualquer dado errado, o senhor, por favor, corrija-me.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Idade, 40 anos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF 017812748/51?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é casado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Residência: Rua José F. Figueira...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Figueiredo. José Feliciano de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 36, Cuibá, Mato Grosso. Motorista, sua profissão.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente, em algum grau, de parte envolvida no caso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor sabe que se compromete, nos termos do art. 203, do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei de dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio nos termos do art. 5º, LIIII, da Constituição Federal.

O senhor se compromete e jura dizer somente a verdade?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Somente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De forma que peço, então, que o senhor assinasse o compromisso. (Pausa)

Senhor Wagner Jadir da Silva, o senhor foi preso em flagrante por ter conduzido um caminhão e relatado à polícia que era furtado e não foi. Sei que o seu envolvimento não é em grande envergadura e não tem antecedente policial.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De forma que esta Comissão assume o compromisso, se assim o senhor desejar, de esclarecer todos os elementos que possam identificar e nos dar a realidade dessa quadrilha. Temos já praticamente um compromisso encaminhado com o Ministério Público do favorecimento da lei para facilitar a sua vida de um processo.

Eu pergunto se o senhor quer que seja uma reunião em que as informações sejam reservadas, secretas, quando desligamos os microfones e pedimos que se retirem da sala, ou o senhor prefere que as perguntas sejam normais?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Pode fazer a pergunta normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não quer dar nenhuma informação...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

Do que o senhor citou aí, eu não prestei queixa como se eu tivesse roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi a sua queixa? Explica, então. Conte todos os fatos.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu saí de Cuiabá, no sábado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com carga?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Com carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que era a carga?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Carne in natura, destinada a São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era um caminhão frigorífico, então?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Um caminhão frigorífico, sim, senhor.

Aí, a gente tem horário para cumprir. Então, saí de Cuiabá à tarde, andei a noite toda, domingo, na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando o senhor passou nas estradas, houve algum tipo de fiscalização durante o seu trajeto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Somente nas divisas: carimbo da Sefaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carimbar as notas?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso. Somente isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não perguntaram nada? Examinaram a carga ou só pegaram a nota e carimbaram?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só examinou, porque isso é competência da inspeção federal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim. O SIF, fiscalização da...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Está tudo certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pediram a sua identidade?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Na divisa do Estado de São Paulo, em que eles fazem o termo de lacre devido às doenças, eles conferem ali só e liberam o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não conferem a carga?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor, a carga não confere.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conferiram seus documentos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só o documento, as notas fiscais. A carga só é conferida no local da descarga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu quero dizer as suas carteiras de identidade e de motorista.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, somente quando a Polícia Rodoviária pede a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, prossiga.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Aí, eu cheguei em Assis, no posto de abastecimento. A gente abastece em Assis. Abasteci lá e vim embora normal. Aí, parei num posto, porque a gente tem de ligar o motor do aparelho da câmara fria, para conservar a mercadoria. Eu parei num posto em Santa Cruz do Rio Pardo, que chama Posto Paloma. Esse rapaz que estava comigo, que foi pego com o caminhão, estava de carona. Ele trabalhou comigo na firma e estava desempregado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor já o conhecia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Já conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o nome dele?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – João Cláudio. O sobrenome, se não me engano, é Ferro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi preso também?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Aí, viemos embora. Como o frigorífico e a transportadora pedem para não andar na Castelo Branco à noite, devido ao problema de assalto, ele veio comigo. Como há muitos pedágios no Estado de São Paulo, eu desviei a rota, como faço sempre, para evitar pagar pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a rota que o senhor fez, não vin do pela Castelo Branco?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu sempre venho pela Castelo Branco até o Km 241, trevo de Avaré, e pego a esquerda, passando por São Manoel, Água de São Pedro, Piracicaba...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vai por dentro das cidades?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É, em Piracicaba e em Água de São Pedro, passa dentro da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E pega rodovia estadual ou federal?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, ali, é tudo estadual.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rodovias secundárias?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem pedágio?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, ali, não tem pedágio. Depois que cai na Castelo é que pega de novo a...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí, o senhor volta para a Castelo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A Castelo Branco. Aí, só paga o último pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o trecho? De onde para onde que o senhor desvia? De Assis?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu pago o primeiro pedágio da Castelo e o último só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No resto, o senhor vai por fora?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso. Praticamente todos os motoristas fazem isso.

Quando chegamos em Piracicaba, já era, mais ou menos, umas nove e meia, dez horas da noite. Aí, eu saí com uma pessoa lá e o rapaz ficou no meu caminhão. Ele é motorista também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que pessoa? (Pausa.)

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Uma mulher de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saiu com uma mulher?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso. Aí, como eu estava há dois dias sem dormir, eu falei para ele que a gente ia se encontrar ali mesmo, ou num posto ou no outro ali, não sei o nome dos postos ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixou o caminhão no posto em Piracicaba?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Deixei no posto. Eu não sei se ali pertence a Piracicaba ou pertence a outra cidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chama o posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Senhor, um, eu sei o nome, que é Menegati ou Menegueti ou coisa assim. O outro, eu não posso informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O posto chama Menegueti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Menegueti ou Menegati, coisa assim.

A gente ficou de encontrar ali ou no outro...

O SR. OSCAR ANDRADE – O posto é do Maurício?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Como? Maurício?

O SR. OSCAR ANDRADE – Maurício Meneghetti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei se é Meneghetti ou Meneghatti. Estava cansado porque saí de Cuiabá há dois dias. Dormi e manhã e ele não estava lá. Esperei um pouquinho mais e, por volta de 8h30min, 9h, li que no 190 para saber se havia alguma ocorrência de caminhão roubado. Mandaram que eu ligasse no telefone 147. A atendente, creio que uma mulher, mandou eu esperar um pouquinho e mandou ligar para a Delegacia de Saltinho. Quando liguei me disseram que o caminhão estava lá, que estava apreendido. Perguntaram a mim: você quer que te bus-

quem ou já está vindo? Disse que já estava indo, pois era o caminho. Quando apareci, o caminhão estava preso. Lá estavam João Cláudio e mais dois rapazes, que disseram estar perto do caminhão, próximo à rua. O delegado fez a ocorrência e disse-me que eu estava preso em flagrante por formação de quadrilha e outra coisa. Já tinha dado quase meio dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você fez a queixa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fiz a queixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele deslocou o caminhão do posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A rua, lá em Saltinho, tem um retorno. Dever ter errado a rua. Isso ocorreu segunda-feira à noite. Quanto apareci na delegacia, terça-feira de manhã, fiquei aguardando por ele. Achei que teria saído à noite também e se perdi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deixou o caminhão no posto e...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Com ele, que é carreteiro também, mas está desempregado. O João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É essa a sua história?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Relator para que faça as perguntas que desejar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando V. S^a trabalha como motorista de caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Comecei novo, com dezoito ou dezenove anos de idade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos anos V. S^a tem?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Quarenta.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a mora em Cuiabá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Moro em Cuiabá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É casado? Tem filhos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sou casado e tenho filhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Tenho quatro do primeiro casamento. Sou divorciado. E um do segundo casamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles estão sabendo que V. S^a está preso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Minha esposa está sabendo. Meus outros filhos moram no Estado de São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a já tem filhos mais velhos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Tenho uma filha com vinte anos. É a mais velha. Na delegacia não há como me comunicar com eles. Não foi avisado ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo V. S^a trabalhava nessa empresa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Entrei em 1991.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chama?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Transportadora Ilídio Lima LTDA. O nome de fantasia é Translima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem são os proprietários?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É o Sr. Aparecido Ferreira Lima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi combinada essa carga?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Condenada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi combinada como? Quem pegou essa carga? V. S^a diretamente ou a transportadora?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Onde arrumo o frete? A gente carrega somente do frigorífico?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Mato Grosso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Em Mato Grosso. Agente pega há mais de dez anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse sempre foi o seu trabalho?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sempre. Só com cargas perecíveis.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só carne?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – De lá para cá só com carne. No retorno, a firma sempre arruma frete de volta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga já é combinada lá pela transportadora? Não foi V. S^a.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Agente chega a Cuiabá, descarrega e lava a carreta. Já vai para

lá. De Cuiabá para lá são 300 km. Já vamos para lá carregar. Só carrego lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a conhece o Maurício Meneghetti, que foi preso junto com V. S^a?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Excelência. Nunca ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a não falou nele ainda há pouco?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Falei que o posto se chama Meneghetti.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Maurício foi preso juntamente com V. S^a.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Excelência. Quem estava junto comigo era o João Cláudio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi autuado em flagrante junto com V. S^a?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu, João Cláudio e dois rapazes. Um chama-se Waldir e está na sela ao lado, lá em Capivari. Não sei o nome do outro rapaz, do que está aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas no inquérito o Maurício não está preso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É ele que está aí. V. S^a não sabe quem foi preso juntamente com V. S^a?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Como é o nome do outro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem veio com V. S^a? Vocês não conversaram?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei o nome dele. É o que estava preso em Piracicaba. Lá na delegacia estão o Waldir e o João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^{as} não chegaram a conversar?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem na viagem?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só trocamos idéias. Ele me perguntou com é que eu estava? Se o advogado tinha comparecido à delegacia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele perguntou?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É, pois não sabíamos que vínhamos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele orientou V. S^a sobre alguma coisa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Excelência. Não sabíamos que viríamos para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não fez qualquer pedido a V. S^a?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não conhecia o Maurício? A primeira vez que você o vê foi agora?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. A primeira vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você foi preso junto com ele...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Então, não, agora, não. Lá na delegacia que eu vi ele. Na delegacia que eu vi ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na delegacia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso, no dia do...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que ele era ex-policia? Que ele foi policia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sabia, não, senhor. Fiquei sabendo lá. Fiquei sabendo lá, na hora lá, em Saltinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você disse à polícia que deixou o caminhão em Saltinho e, na verdade, foi sem ele para Piracicaba, e, quando voltou, o mesmo tinha desaparecido? Você chegou a dizer isso.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, no posto. A gente ficou de combinar, ou naquele posto em Saltinho, que é saída, que sai na Rodovia do Açúcar, ou em Piracicaba. Num desses dois postos, a gente ficou de se encontrar. Eu e o João Cláudio, que é o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se a pessoa trabalhava num frigorífico com vocês, que veio de carona,...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, ele já trabalhou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso que digo: ele trabalhou. Foi dispensado da firma.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que o senhor entregou uma carga desse valor e um caminhão desse a uma pessoa que não gozava mais da confiança da empresa? A que título o senhor entregou para ele o caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ah, tá. É porque ele estava vindo para São Paulo, ele estava lá no posto, e, como eu estava com o horário apertado para a gente chegar, e não pode andar na Castelo

Branco à noite, por isso que trouxe ele. Ele é um motorista bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas sem autorização da empresa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sem autorização. Inclusive a firma nem admite que a gente dá carona, para evitar esse tipo de assalto. Sempre dá problema. Tem frigorífico que não entra, só entra o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, entregou por sua livre e espontânea vontade, sem saber qual era a atitude dele, que atitude ele ia tomar.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inclusive autorizou-o a deslocar o caminhão do local?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, porque a gente ficou de se encontrar ou num posto ou no outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você o autorizou a circular com o caminhão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava de carona com você. Aí você ficou dormindo e o deixou ir embora com o caminhão? Como é isso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, não fiquei dormindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava num romance. Ele está explicando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi namorar?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso. Aí dormi e só acordei de madrugada já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você o tinha autorizado a sair?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, para ele me esperar ou num posto ou no outro. Ou nesse posto Menegatti...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o caminhão?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele podia sair com o caminhão, então.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Podia sair ali para me esperar naquela rota ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o autorizou a sair?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, autorizei ele para sair ou de um posto ou de outro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que mudar de posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, para gente se encontrar, porque eu estava em Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com carreta e tudo, com trinta toneladas? Não podia sair com um cavaliinho só?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, mas o pé dela tá quebrado. Não dá o desengate.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não dá para desengatar?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não dá. Quer dizer, dá para desengatar, mas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ia sair para quê?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso é que eu não sei. A gente ficou de se encontrar ou num posto ou no outro. Entendeu como é que é? Por que o posto é saída de Piracicaba, passa em Saltinho, que sai na rota dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você admite a possibilidade de ele estar combinado para essa carga ser roubada e entregue a terceiros?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Bom, fica difícil a gente julgar, porque ele tem antecedente bom na firma. É um rapaz bom também. Acho que saiu da firma por livre e espontânea vontade. Não tenho bem certeza. Por que, lá na firma, a gente usa o método assim. Sempre tem um motorista de reserva, e a gente fala lá empurrador. Porque a gente sai com o horário apertado, e ele vai para ajudar a gente a guiar. Então, ele trabalhou lá uns oito meses, mais ou menos, e sem caminhão. Então, quem ganha a comissão é o titular do caminhão. Então, a gente fala empurrador lá o que ganha somente a diária. Ele deve ter ficado insatisfeito e saiu de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando você conhece o Nenê Tourina?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Quem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenê Tourina?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nenê Tourinho?

O SR. OSCAR ANDRADE – Tourina.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dono da casa onde foi encontrado o caminhão.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde foi preso o caminhão. Nunca viu?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava lá junto também. Ele não preso em flagrante, mas estava lá.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço esse cidadão. Conheço somente o João Cláudio, que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembrei de tê-lo visto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Cheguei só de manhã, quando apareci na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foi todo o mundo flagrantado às dez horas da manhã, junto.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Por que apareci lá. Eles já estavam lá desde o dia anterior, segundo o pessoal da polícia me disse lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você o viu lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu vi duas pessoas que estavam lá, mas não sabia o nome delas: um é esse rapaz que está aqui; o outro é o Valdir, que está lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá. Mas esses todos foram flagrantados. Havia mais um.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia. O Nenê Tourina. Estava lá, e não foi flagrantado.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, esse não cheguei a ver, senhor. Nem por nome não conheço ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você entrou na casa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe por que ele não foi flagrantado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei. Não vi ele lá. Quando eu cheguei já estavam os três lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o dono da casa onde foi encontrado o seu caminhão.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Então, mas eu não vi, porque, quando cheguei na delegacia, o caminhão já estava lá na delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas nessa hora ele estava também.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Então, mas eu não vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você foi a essa casa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor! Quando eu cheguei na delegacia, o caminhão já estava lá. Aí, já estava o pessoal do frigorífico de São Paulo, que já foi buscar o caminhão com o motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não foi à casa onde o caminhão foi encontrado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não chegou a ir?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe então por que o caminhão foi ele preso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não teve nenhuma conversa em um canto assim, um bate papo.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, porque lá cada um ficou em uma sala.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem antecedentes criminais, nada?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Nunca tive problema com o frigorífico, clientes, transportadoras.

O SR. OSCAR ANDRADE – A transportadora já teve nenhum problema de roubo? Você lembra ou não? Não é com você, outras cargas roubadas?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Teve um no começo do ano. Em São Paulo, foi assaltado durante o dia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carne também?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Carne também. A nossa transportadora só puxa carga perecível.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o motorista?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Soltaram ele à noite e no outro dia de manhã acharam o caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa carga tinha seguro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Não tinha seguro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que você sabe que não tinha seguro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Porque quando tem seguro a gente vem à vontade pela Castelo; quando não tem eles pedem para evitarmos de andar na Castelo a noite para evitar esse tipo de problema.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas ele não te autorizou a fazer o desvio ou foi frigorífico que mandou fazer o desvio?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, como é que não autoriza a andar na Castelo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele não autoriza para andar na Castelo. O negócio de pedágio é com a transportadora. Então, ela dá para gente R\$ 100,00 para irmos para São Paulo, para irmos e voltarmos. Então, temos que desviar para depois voltar para pagar de volta, porque se tivermos que chegar em São Paulo e tiver que pedir dinheiro para a firma de novo para pagar pedágio, tem que esperar passar a ordem de pagamento. A gente ganha a comissão sobre o valor do frete.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor sabia que não tinha seguro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A gente sabe lá. Eles pe dem para a gen te. Toda vez. Já faz um três meses que não tem seguro. E que as seguradoras não fize ram os contratos com eles. E quando tinha a Pancai, aquela seguradora, eles pediam para não andarmos à noite na Castelo, para evitar esse tipo de problema.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que hora você deu falta do caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu cheguei no posto de ve ria ser uma 7 ho ras da manhã. Eu espe-rei até as oito e meia, nove horas, não apareceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que pos to?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A hora que eu liguei foi no posto Menegatti, em Piracicaba.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você tinha combinado em um outro posto. Por que não foi no ou-tro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Passou uma caçamba e parou no posto, foi tomar café, já eram oito e meia, nove horas, e eu perguntei pelo ca-minhão, um 112 verde, câmara fria, carreta bege. E ele disse: não vi. Aí passou um outro carro pequeno, porque é caminho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quanto quilô-metros dá um posto do outro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mais ou me-nos uns cinco quilômetros a oito, eu acho. Eles disse-ram que não tinham visto e falaram para ligar na polí-cia, porque tem sempre um roubo. Liguei no 190 e aí mandaram ligar no 140.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nem conferiu o outro posto?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é engraça-da, é exatamente isso.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Porque eu já tinha pegado informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que se vai pegar informação de alguém que tu não sabe nem quem é, vai saber do teu caminhão? Se tu não tinha informação do teu caminhão, tinha combi-nado se está neste ou naquele posto, porque podia está lá atrás do posto, e alguém não viu. Você tinha tanta certeza de que foi roubado que já ligou para a polícia.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Eu não tinha certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que tu ligou para a polícia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu liguei porque os caminhões na estrada sabem aonde tem caminhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não ali eles não sabem.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eles pas-sam no posto sempre olhando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você vai ligar para a polícia quando tem cer te za de que foi rou bado.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não tinha sido roubado, o caminhão estava com o motorista da...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, para que você ligou para a polícia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu liguei para saber se tinha sido roubado ou se tinha ocorrên-cia de...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você liga para a po-lícia para perguntar se foi roubado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, eu per-guntei para eles o seguinte, não sei se tem gravação lá, podeM até verificar. Eu dei o detalhe do caminhão epergun teise foi roubado ou aciden te ou algu ma coi-sa. Eles disseram: liga no 140. Foi quando eu liguei e a atendente mandou eu aguardar um pouquinho, fa-lou com uma pessoa e mandaram eu ligar na delega-cia de Saltinho. Foi quando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Wagner, deixa eu falar um negócio para você. Esse aqui é o Senador Romeu Tuma, nós somos deputados, isso aqui é uma Comissão Mista Parlamentar de Inquérito. Você sabe o que é isso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está sob jura-mento. Você sabe que você pode agravar mais a sua vida?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você ajudar a CPI a desvendar esse roubo para podermos diminuir esse desastre que está acontecendo no País, você pode ser beneficiado. O Senador já te ofereceu tirar todos da sala, desligar os microfones se você quiser ajudar. Você não está querendo ajudar. Você está notando que está se enrolando. Você não tem antecedente criminal, vai ver foi a primeira vez. É melhor você contrabuir porque eu acho que você está se enrolando mais.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, o que eu disse é verdade mesmo. O senhor pode até ligar na empresa. Foi roubado um outro caminhão há três, quatro meses atrás, o motorista foi achado amarrado no mato, no canavial, e acharam o caminhão outro dia, em uma cidade próxima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não descobriram...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ligou para a polícia para saber se tinha sido roubado o caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, porque tinha uma pessoa lá que achou, da usina de álcool, e chamou a polícia e foram lá desamarrá-lo. Isso tem, mais ou menos, uns três ou quatro meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não descobriram quem pegou o caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não descobriram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você achou que dava certo fazer um outro.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Quando aconteceu ele, eu estava para a Bahia, viajando, a serviço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dali uns dias, você percebeu que ninguém pegou, que deu certo, é um lance.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mas o dele também, não sei se tinha seguro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi onde?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Onde foi?

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse que o senhor está contando.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Se não me engano foi na rodovia Major Rondon.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o João Cláudio estava com ele também, de carona?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Estava sozinho. Pegaram ele, a mão armada, no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava machucado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Só ficou amarrado. Eles só pedem para não reagirmos, porque se reagirmos, eles matam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já aconteceu com você?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. A primeira vez que fui assaltado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não foi assaltado.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Então, a primeira vez que aconteceu isso com o meu caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você sabe que eles pedem?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Lá, a cada três, quatro dias, no Mato Grosso tem muito frigorífico, sempre acontece isso. Assalto à mão armada. As pessoas matam motoristas, sem que eles reajam.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que está acontecendo. Está ficando corriqueiro.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Até quando roubaram o primeiro caminhão nosso, fui lá buscá-lo, na rodovia Anchieta, quando o motorista estava dando o depoimento para o policial, houve outro assalto na Imigrantes, que o motorista foi reagr, atiraram nele e o mataram.

Se reagir em assalto, eles matam mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem que ficar quietinho.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Tem que ficar quieto.

O SR. OSCAR ANDRADE – De preferência namorando, que é melhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como chamava esse senhor que você deu carona?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Chama-se João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou ler o depoimento dele aqui.

João Cláudio Ferro, brasileiro, natural ..., sabe ler e escrever, foi novamente cientificado sobre seus direitos. Respondeu que nunca foi processado e que, às oito horas, recebeu um telefonema de uma pessoa dizendo que estava precisando de um motorista e cavalo mecânico, com carreta, para conduzir o referido veículo até a cidade de São Paulo e que pagaria aproximadamente R\$ 1.000,00 pelos serviços.

Que o interrogando aceitou o serviço e ficou combinado que encontrasse com a pessoa que lhe

estava telefonando no Posto Alexandria, que fica na Raposo Tavares, município de Alexandria.

Conhece isso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Alexandria, eu conheço, na Raposo Tavares. Abastecemos lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você passou com ele por lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Peguei ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não abasteceu lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Abasteci lá, mas peguei ele bem para cá, no Posto Paloma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegou no referido posto por volta de dezesseis horas e lá se encontrou com um rapaz de cor morena, com aproximadamente trinta e cinco anos, baixo, gordo e que falava fino, o qual estava com um veículo Corsa, de cor cinza.

Lembra de alguma coisa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que não perguntou o nome da referida pessoa, tendo o mesmo levado o interrogando até a cidade de Avaré.

Você passou por Avaré?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Passei pelo trevo, na Castelo Branco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não entrou em Avaré?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Avaré fica a vinte e poucos quilômetros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde tem um posto na rodovia Marechal Rondon. Aquela pessoa mostrou o caminhão e a carreta para o interrogando, visto que estava com as chaves na ignição e alegava que o caminhão lhe pertencia.

Que então aquele rapaz pediu para que o interrogando fosse seguindo o seu Corsa, vindo parar nesta cidade de Saltinho, onde foi orientado por aquela pessoa a deixar o veículo estacionado em uma rua por ele determinada e com as chaves na ignição.

Este seu companheiro de viagem, depoimento dele! Está fora do que você contou.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está vendo o que ele está contando?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que quando acabava de estacionar o veículo, saiu do

mesmo condutor do Corsa, foi-se embora, sem esperar o interrogando.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O João Cláudio.

Que em seguida chegou ao local policiais militares que detiveram o interrogando e os outros dois rapazes que estavam em uma Parati, de cor prata, e tinham saído do referido veículo e estavam próximos à carreta.

Também não sabe disso? Parati?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que nunca tinha visto aqueles dois rapazes antes e, nessa delegacia, soube tratar-se de Maurício Menequetie Valdir Pontes Pereira.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Esse Valdir é o que está preso comigo lá, mas não conhecia também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também não conhecia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que os policiais indagaram do interrogando daqueles outros rapazes sobre o cavalo mecânico e a carreta, que ali estavam estacionados, tendo o interrogando, com aqueles dois rapazes, falado que nada sabiam sobre a mesma.

Ele estava com você na boatória e sabia qual era a carga que estava dentro do caminhão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O João Cláudio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele sabe, porque só puxamos carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pegou ele onde? O João Cláudio? Lá em Mato Grosso que ele veio com você?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, no Posto Paloma, que fica no Estado de São Paulo, Santa Cruz do Rio Pardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como é que ele sabia que você ia passar por lá àquele hora?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu parei lá por acaso. Ele mora no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é seu companheiro, pegou carona e não sabia, não combinou nada com você?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. A gente carrega carne, mas tem vários tipos de carne. Tem carne in natura, carne com osso, fígado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sempre carne?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sempre carne. Sempre derivados do boi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deu carona para ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O maior trecho você andou sozinho e em um trecho curto aqui em São Paulo você andou com ele?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Andei com ele porque ele vinha para São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou perguntando por quê. Em um trecho grande você andou sozinho e, no curtinho, aqui...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Se a gente não chegar em São Paulo à noite, só descarrega de manhã. Como não podia andar na Castelo Branco à noite, ele veio comigo e a gente revezava guiando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí entregaram a carga.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nós não entregamos a carga. A carga foi descarregada em São Paulo. O pessoal do frigorífico veio buscar a carne.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vocês entregaram a carga para os bandidos.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não entreguei. Só se ele é bandido e eu não estou sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – João Cláudio disse que trouxe a carreta sem saber o que tinha dentro, que não conhecia o motorista e que não conhecia o frigorífico.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Na delegacia ele falou para mim e para o advogado que disse isso sob pressão porque o pessoal da polícia estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem fez pressão?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei quem pegou ele. Ele disse que havia dito isso para não prejudicar o rapaz porque não se pode dar carona. Ele já tinha trabalhado na firma e sabia como era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No seu depoimento, o delegado foi obrigado a mudar a quali-

ficação do crime praticado, passando para roubo, art. 155, porque a sua declaração se contrapôs à dele.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não presenciei o que ele disse porque não estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve alguma acareação entre vocês?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não se nhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O João Cláudio recebeu R\$1.000,00. Qual é a distância do posto até Saltinho?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Do posto onde eu o peguei? Dá, mais ou menos, uns 250 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá umas quatro horas de carreta?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Passei no pedágio às 18 horas e 14 minutos e o pedágio ficou com o advogado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você diz do posto de onde ele pegou e sumiu com a carreta?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Estou falando do posto de pedágio da Castelo Branco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou falando do Posto Menegati, de onde ele sumiu com a carreta, até a cidade de Saltinho.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Ali dá algo em torno de 5 a 8 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer dizer que ele ganhou R\$1.000,00 por mais ou menos quinze minutos de trabalho?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu queria um serviço desse para ganhar R\$1.000,00 em quinze minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos ver qual dos dois estava mentindo ou se vocês estavam associados para fazer o furto dessa carga.

O senhor entregou o caminhão para ele no posto porque disse que arrumou um romance. Essa moça é identificada ou o senhor a pegou no meio da rua?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É do Posto Menegati mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela trabalha lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É trabalho noturno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já teve outros encontros com ela?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Com ela não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, era a primeira vez. Ela pode ser identificada?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nem perguntei o nome dela.

O SR. OSCAR ANDRADE – É mesmo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Essas mulheres usam o nome...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa é a desculpa que o senhor está dando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou achando que essa foi a desculpa do senhor para sair do local, para ele ter o contato com os que estavam escoltando a carreta até a casa do ...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mas ele não tinha autorização para sair.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não importa. Ele deve ter combinado com o senhor. Não dá para o senhor sair fora dizendo que não tinha conhecimento da estrutura montada para que a carga fosse roubada porque em toda história contada fica claro que ele já tinha esquematizado, já tinha escolta. Ele deve ter dito ao senhor para sair, enquanto fazia a operação. Foi isso o que aconteceu ou não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sinceramente, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tire fora esse sinceramente.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nem sabia que ele estava no Posto Paloma. Sempre paro lá porque esse posto fica em frente ao Posto da Polícia Rodoviária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não mente porque Deus castiga e você vai acabar pagando o preço para toda a quadrilha.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Faço isso porque fico em frente ao Posto da Polícia Rodoviária e é uma parada de ônibus. Sempre procuramos parar nos lugares que têm maior movimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senhor Deputado, pelo depoimento do próprio companheiro, ele já tinha tudo esquematizado. Dizer que tudo aconteceu por acaso, é uma história que não dá nem para por...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só damos carona na estrada para pessoas conhecidas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode afirmar que foi o Sr. João Cláudio que armou o roubo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não posso afirmar porque não tenho certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como não? Você deixou a carreta com ele. A carreta apareceu em um lugar e foi presa.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele não tinha autorização para sair da rodovia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que ele foi roubado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Se ele foi roubado, teria que dar queixa e não o fez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o que você acha que aconteceu?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei. Não estava presente na hora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu sei. Mas o que você acha que aconteceu?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele deve ter saído da rota...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entregou uma carreta, que vale R\$150 mil, com uma carga de quanto? Mais de R\$200 mil, é isso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custa uma carga de carne?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Aquela que estava no caminhão valia pouco mais R\$80 mil, se não me engano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você entregou duzentos e tantos mil reais para uma pessoa que você deu carona?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mas sempre vem motorista conhecido com a gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sem a autorização do seu patrão. Que coisa! Não acredito que você possa...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mas vem outro caminhão de lá também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um motorista de mais de vinte anos como você.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Também houve outro caminhão que carregou comigo lá. Ele pegou o sobrinho dele em Campo Grande, porque a firma autorizou.

O SR. OSCAR ANDRADE – A firma autorizou. No entanto, não autorizou com você.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Em virtude do horário, porque ele ia para Vitória, Espírito Santo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele ainda saiu com a carreta, enquanto vocês namoravam, para fazer o quê com a carreta?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É isso que estou dizendo. Ele não tinha autorização para sair da ro do via. Ele tinha de ter me esperado em um posto ou em outro. O combinado foi esse. Ficaria só nesse posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele tinha de sair com a carreta? Responda-me o porquê.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso que eu também queria saber.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se você estava dando carona para ele, para ele ajudá-lo, se fosse o caso,...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deixou uma chave do carro com você?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A chave? Não. A chave do carro estava com ele, no caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixou a chave. Deixou a ignição. Combinou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deixou ele sair e combinou encontrá-lo em um dos dois postos. Está certo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Em um desses dois postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se combinou em um dos dois postos, por que ele sairia? Ele sairia para onde?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele não tinha autorização para sair dos dois postos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por que você combinou em um dos dois postos?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Era para esperar em um posto ou em outro. No caso a que ele se refere, ele saiu para a cidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esperar em algum lugar significa sair, concorda?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por que ele saiu?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei por que ele saiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você combinou com ele esperar em outro lugar? Você sabia que ele sairia.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Era para esperar-me em um posto ou em outro. Ele saiu da rodovia e foi para a cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde o senhor foi com a mulher?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Senhor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aonde o senhor foi com a mulher?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fui para Piracicaba.

O SR. OSCAR ANDRADE – A pé?

O SR. POMPEO DE MATTOS – De que jeito?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A pé não, porque eu estava em Piracicaba. Pegamos um táxi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegou um táxi no posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Peguei um táxi no posto Menegatti.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na parati?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. A parati não...

O SR. OSCAR ANDRADE – No corsa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não vi corsa também não. Era um táxi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual era o táxi?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Um tem pra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um táxi tempra. E o seu ponto é naquele posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estava passando por acaso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Estava passando. É uma rodovia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Deputado Andrade, sabe o que acontece....

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou pela corrida do táxi?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – R\$18,00. Fomos para a casa dela, na cidade, à noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso está acontecendo com o roubo de cargas em todo o País. Começaram a roubar carga e esse ato deu certo. Os motoristas eram roubados. Tantos motoristas foram roubados que passaram a roubar também. E vou dizer mais: há inclusive alguns empresários fazendo de conta que também estão sendo roubados...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu sei. E o senhor é um dos que entrou nessa, na coisa fácil. E o que aconteceu? Armou o roubo da própria carga com a certeza da impunidade e agora está contando uma heresia aqui.

Primeiramente, se eu fosse motorista, no seu lugar, e confiasse – ainda que fosse ver da de essa mentira que o senhor está aplicando aqui – a chave a um terceiro, que era meu amigo, e o caminhão sumisse –

roubaram o caminhão –, eu faria de tudo para incriminar a pessoa que colocou-o nessa fria. Ele pegou, roubou e entregou o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está ajudando a livrá-lo ao contar essa mentira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse: “Não sei, quem sabe? Talvez porque o senhor esteja mancomunado com ele. O senhor faz parte da quadrilha, montou um esquema, prometeu-lhe mil reais, escondeu-se e deu-lhe o caminhão. Ele levou o caminhão, e, por acaso, a polícia pegou o caminhão. Se não fosse a sorte, o acaso, a polícia não teria pego o caminhão. O senhor está nessa por acaso. A raposa tanto vai ao ninho que um dia deixa o focinho. Essa foi a vez de o senhor deixar o focinho.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Se eu tivesse prometido para ele mil reais...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O flagrante iniciou-se pelo art. 180: receptação. Segundo as informações obtidas, não havia o interesse de o senhor ser preso. No entanto, depois do seu depoimento, devido às contradições que o senhor está citando agora, não só o enquadram como mudaram o enquadramento, indo para furto qualificado, porque não se tratava apenas de receptação.

Havia uma organização que estava roubando para depois enviar a carne ao destino, para quem a encomendou. Então, precisamos saber se você conhece algum policial que frequentou a casa na hora, se vocês tiveram contato com algum policial e como foi a tratativa para que realmente essa carga fosse desviada e o furto se consumasse.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só conheço o João Cláudio que trabalhou comigo. Conheci o os policiais na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os nossos policiais que abordaram vocês não, porque eles cumpriram a obrigação.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Então, conheci, vi eles na Delegacia. Os dois rapazes também só conheci lá. Não tinha conhecimento nenhum disso aí, desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever a moça que o levou do posto para você sair com ela?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É até morena de, de... Estava com um cabelo mais ou menos arrumado, trajando calça jeans, camiseta e tênis, roupa normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nome, nada você sabe?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. É que a gente... É coisa de, de... sair só e encontrar depois de muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não acha e pode ter sido levado para que o João Cláudio pudesse fazer a manobra e cumprir o compromisso que tinha com a quadrilha, inclusive ser escoltado pela parati?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, mas para... Acho que não, por que no caso ele teria que ter combinado com ela. Ele não a conhecia. Dificilmente ele passa por ali. Ele, ele nunca trabalhou com caminhão da firma nossa sozinho, sempre em dois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você conhece toda a vida dele?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo o que ele faz?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, só a firma lá, a empresa lá. Ele tá sempre lá. A gente faz uma viagem para um, uma viagem para outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que é coincidência ele estar naquele posto, naquela hora...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu acho que sim, porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...em que você ia passar lá, levando uma carga que era de interesse dele comercializar?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Porque, quando precisa de motorista, às vezes a firma já, já se, se incumbia (sic) de arrumar. Aí, quando arruma, ela já pergunta para gente: “Não tem alguém conhecido, motorista?” A gente cita um ou outro. Se for de confiança da firma, vai com a gente, viaja com a gente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estou perguntando sobre a coincidência de ele estar lá esperando você chegar para lhe pedir carona.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, eu não sei se ele estava esperando eu chegar. Eu sei que ele estava lá quando eu parei. Eu paro sempre perto, perto das bombas de combustível, que tem sempre frentista, né.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é seu advogado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Dr. Paulo, Paulo Sérgio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde você arrumou ele?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Lá, lá em Piracicaba, mesmo. Lá na Delegacia mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto que ele cobra? Você pode falar ou não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não sei, senhor. Não acertei com ele ainda. Ontem que ele foi na Delegacia para acertar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem indicou?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ah, teve... Acho que foi... Se não me engano, foi o advogado desse rapaz que está aí. O delegado perguntou: “Você tem advogado? Vai querer advogado?” Eu falei: “Eu não sei. Não conheço ninguém”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem está pagando ele para você?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É muita coincidência.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – É porque, é porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Maurício que está pagando para você...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O advogado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Inclusive ontem ele foi lá para mim assinar para ele a procuração.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês vieram juntos no mesmo carro, na viatura?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Viemos juntos. Da Delegacia. Enquanto eu estava em Capivari, ele estava em Americana. Viemos juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo combinadinho.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Inclusive nem acertei com o advogado ainda o preço que vai ficar, porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Maurício vai acertar. Fica mais fácil, né?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço esse Maurício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A qual ela vai pagar para você falar o que eles querem, não é isso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, não tenho conhecimento, senhor, sobre isso aí. Eu só conheço o João Cláudio, que trabalhou com a gente na firma.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quantos anos você tem de empresa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Tenho nove e pouco, nove anos e..., quase nove anos e meio. Eu trabalhei seis anos, pedi conta, fiquei seis meses fora, aí me chamaram de volta. Eu voltei. Estou com três anos e pouquinho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu tenho a impressão, Sr. Presidente, de que ele veio bem intencionado até o posto. No posto Paloma, ele encontrou com um amigo e negociou a carga.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mas aí tinha que estar tudo prontinho para acertar, se fosse isso aí...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não, você está com boa intenção...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que ficou firme, então, a história. Está tudo prontinho para acertar.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, não, senhor. Se fosse, se fosse para fazer isso, tinha que estar tudo pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Inclusive a moça não existe.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, existe. Bom, só se... Ela existe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chama Joana?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Ela... Não sei o nome dela. Porque essas mulheres, elas usam o nome, o nome-fantasia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome-fantasia dela?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não cheguei a perguntar, não. Porque essas mulheres, elas usam um nome agora, daqui a meia hora, usam outro nome.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O João você conhece há quanto tempo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O João Cláudio?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ele trabalhou na firme já tem um ano e pouco que ele...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Valdir?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O Valdir eu não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não conheço.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fiquei conhecendo da Delegacia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se ele disser que o conhece?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Bom, se ele disser...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se o Maurício disse que o conhece?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço também. Conheço da Delegacia, também lá, em Saltinho. E agora nós viemos juntos de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você disse que nem sabia com quem veio?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, agora, da, da... A viatura foi buscar a gente. Ele veio comigo agora, da, da Delegacia para cá, de Americana. Eu estava em Capivari; ele, em Americana, na cadeia de Americana. Aí, eles foram me buscar lá em Capivari, passou Americana, pegou ele. A gente veio de lá para cá só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Das pessoas que foram presas com você, quais as que você conhece ou que já conhecia?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Somente o João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o João Cláudio?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Só o João Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os outros elementos...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – ...que mora, que ele é separado da mulher. Aí, a mulher dele mora em Cuiabá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você usou o telefone do posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem certeza?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Certeza.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não ligou para ninguém lá, no posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não. Só... Do posto aqui?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Do Paloma?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. A gente pára... para desligar o motor, que é só virar a chave. Igual para partida normal de carro. Tomei um café e saí. Quando eu ia saindo, ele chegou. "Tá indo pra onde?" Eu falei: "Tou indo para São Paulo". "Você me dá uma carona?" "Você vai para onde?", perguntei para ele. Ele disse que estava indo para São Paulo para ver serviço, que ele estava desempregado. Ele estava falando comigo. Eu estou com horá-

rio apertado, né. Ele tem horário para andar e não pode rodar na Castelo Branco à noite

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você acha que ele falou, que não contou que estava de carona com você? O que você acha?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Olha, a única coisa que ele me disse lá, perante o delegado e as outras pessoas que estavam lá presentes, é que ele falou isso para não me incriminar na firma, porque a firma não admite quem dá carona. Então, por causa de roubo de caminhões mesmo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E você acha que ele roubou a carga?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu não acho... Bom, eu não sei se a idéia dele era essa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem foi que roubou? Foi ele?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foi quem?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não foi roubada a carga, a carga eles levaram embora. O pessoal do frigorífico veio buscar a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que a polícia interveio antes. Porque desconfiou da passagem da Parati...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já tinha sido roubada, é que recuperou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já tinha sido deslocada, é que a polícia desconfiou e foi em cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava lá na casa do Nenê, que você conhece. É uma casa boa, não é?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço. Inclusive a gente conhece ali só de passagem, a cidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga tinha sido roubada e foi recuperada.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Roubada não foi não, porque ele tinha carona com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi furtada, né? A diferença é essa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi furtada, é porque não fizeram violência contra ele, porque ele estava...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não teve violência, eles tinham camião com ele, ele não foi assaltado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava sendo escoltado pela Parati quando os policiais

desconfiaram por mais de uma volta. E aí foram e abordaram a Parati e levaram ao caminhão que estava em frente à casa do Nenê Torino.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Quando cheguei à delegacia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você foi chamado à delegacia porque o caminhão foi conduzido para lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Foi conduzido para lá. Eu liguei à delegacia no 190...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você ficou satisfeito: recuperaram o caminhão!

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, o caminhão eu não sabia que tinha sido roubado, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas por que você ligou 190?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Porque: onde vou achar polícia? Eu não conheço ninguém ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente liga para a polícia para denunciar roubo...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, mas eu queria saber o seguinte: se ele tinha sido roubado, foi o que perguntei para a polícia se ele tinha sido roubado, ou algum acidente, alguma coisa com o caminhão. A polícia disse que não. Falou: liga no 147, que é roubo e furtos. Aí eu liguei, e a pessoa que atendeu lá mandou ligar na delegacia, o caminhão estava lá na delegacia, em Saltinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você ligou?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Liguei, e o pessoal falou: olha, o caminhão está aqui, ele deu problema, tem que vir para cá. Quer que te busque aí ou você vem sozinho? Eu falei: estou indo para aí já. Foi quando me dirigi até a delegacia. Já fui até de carona até na rodovia, que, da delegacia na saída ali, dá coisa de três, quatro quarteirões. Quando cheguei à delegacia, o caminhão já estava lá com a polícia, e o pessoal do frigorífico foi buscar o caminhão – o motorista e o encarregado lá do frigorífico daqui de Jandira, em São Paulo. Que a carga ia ser descarregada aqui em Jandira no frigorífico, que é entreposto de onde eu carreguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você deixou o João Cláudio sair no caminhão, ele disse que ia aonde?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, eu disse para ele me esperar no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, espera aí, não pula de novo. Esperar no posto pressupõe que saiu

primeiro. Se vai esperar em algum lugar é porque saiu...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, eu saí primeiro, né? Ele ficou no posto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você saiu?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu saí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí era para ele ficar com o caminhão no posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era para ele sair não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não era para sair.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você não o autorizou a sair?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, era para esperar ou num posto ou no outro, que é a saída. De toda forma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esperar ou num posto ou no outro tem que movimentar.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ele estava autorizado a sair com o caminhão.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Nesses trajeto aí estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Autorizado para sair para onde?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, de um posto para o outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passear de um posto para o outro?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, é porque a gente procura sempre banheiros bem limpos, né? Eu não sei como estava a situação dos banheiros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah!

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ali quem não conhece não pára ali sempre. Então ele poderia ir a um posto ou ao outro, para ver banheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa história, Wagner, não tem jeito não, porque um homem que trabalha há nove anos numa empresa e que tem vinte de profissão não entrega um caminhão assim por causa de procurar um banheiro. Que conversa é essa?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, mas é conhecido. A gente sempre faz isso em todo lugar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É? Com todos esses seus antecedentes de confiança na empresa, como é que você se sente algemado, sentin-

do-se traído - entre aspas - por um companheiro de trabalho a quem você deu carona?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fica ruim, né?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu sentimento interior?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Até para arrumar emprego fica ruim, isso eu reconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas você com ele: qual é teu sentimento para com o João Cláudio?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Na hora em que eu cheguei à delegacia eu falei para ele: por que você não falou a verdade, que a firma não gosta que dá carona? Por que você não falou isso para o delegado? Aí ele ficou quieto, por que eu fui para a outra sala dar depoimento para o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você perguntou para ele por que ele foi entregar o caminhão lá com o produto do roubo, ou não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não perguntei, porque passei pela sala e ele estava sentado, ele e mais dois, mais duas pessoas e os policiais, né? Já fui para a sala do delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisava perguntar também, né? Porque ele estava fazendo, a história que ele conta é que o companheiro o pôs em fria.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem uma outra versão, contrária à que ele está dando e, em conflito dessas versões, e o delegado escreve aqui que a sua versão é fantasiosa, deve ter as razões dele, por isso é que resolveu te enquadrar e mudar o enquadramento do flagrante...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O delegado disse isso mesmo. Você não está dizendo o que ele disse.

Eu não posso relatar o que ele disse porque eu não presenciei. O que o João Cláudio disse. Eu falei para ele “sou o titular do caminhão, a nota fiscal é no meu nome”.

Mais tarde ele disse que ofereceu mil reais para ele. Mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr^a Deputada, a senhora quer perguntar? Sr. Deputado?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É triste porque estamos dando a oportunidade dele reverter a pena, uma vez que o depoimento dele é totalmente irreal.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Foi o que o delegado disse mesmo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O seu depoimento contradiz com o dos outros. Como é que você é amigo dele, você diz uma coisa e ele diz outra? Não combinaram não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Combinaram para entregar o carro.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não combinamos nada para entregar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E não combinaram para fazer o depoimento. Que loucura!

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Era combinado para a gente ir até São Paulo. Lá, eu deixava ele na Catello Branco e tinha que ir entrar em Jandira para descarregar a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o frigorífero destinatário?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Era o frigorífero em Jandira. A gente carrega deles para eles ou faz entregadireto no cliente como grandes supermercados em São Paulo e distribuidores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A filial?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A filial é só em Jandira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a matriz é em Cuiabá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A matriz é em São José dos Quatro Marcos, Mato Grosso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na empresa já tinha acontecido... Parece que você falou que tinha acontecido.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No início do ano.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Roubo.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Na nossa empresa teve dois roubos esse ano, mas em várias empresas que puxam lá já teve nesse ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do outro você participou também?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Nunca participei de assalto nem de assalto, roubo ou intriga com frigorífero nem com clientes.

A SR^a TELMA DE SOUZA – No momento em que ocorreu tudo isso, não lhe ocorreu telefonar para a empresa para pedir uma orientação?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, porque não fica ninguém na empresa a noite, somente os vigilantes.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Quando você retornou ainda era noite?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Era de manhã. Mas até então eu não podia ligar para a empresa porque eu estava errado em deixar o caminhão com ele sem autorização da firma.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Veja se eu entendi. Estou interessada na parte específica, na parte em que o senhor teve um encontro amoroso e o senhor se desloca do posto, deixa o caminhão aos cuidados do Sr. Cláudio e depois retorna e descobre que o caminhão não está lá.

Suponho que o senhor tenha voltado sozinho?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Voltei sozinho.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Era noite ainda?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, era manhã. Perdi a hora.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Então, a empresa estava funcionando.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, porque em Mato Grosso é uma hora a menos.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sim, é verdade. Mas não lhe ocorreu que ele foi para a empresa receber uma diretriz?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhora. Liguei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputada, dentro do raciocínio da senhora...

Era longe o local onde você foi com a jovem? Era hotel?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço bem a cidade de Piracicaba, mas o taxista cobrou R\$18,00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, você foi de taxi?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Sim, de taxi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pegou no próprio posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Em Cuiabá, que é uma cidade grande, R\$18,00 é mais ou menos oito a dez quilômetros e do posto até...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia um taxi no posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Estava passando na rodovia e dei com a mão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E vocês foram de taxi?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fomos de taxi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra como era esse taxi?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Era um Temptra branco. Os detalhes a gente não olha porque sai e...

A SR^a TELMA DE SOUZA – Mas, retomando o meu raciocínio, o senhor volta de manhã porque perdeu a hora?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isto.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Tudo bem.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eram oito horas da manhã.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sete horas em Mato Grosso, por causa do fuso horário.

Não lhe ocorreu por que? O senhor estava respondendo exatamente neste momento.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não liguei para a empresa porque achei que ele estava em um dos dois postos combinados. Então, como ele demorou para chegar, quando passou um caminhão e parou no posto, perguntei. Logo em seguida, passou um carro e disseram que não estava lá.

Se eu ligasse para a empresa, eu estaria errado porque deixei o caminhão nas mãos dele sem autorização da firma, da nossa empresa. E conversando com pessoal, perguntando se alguém havia visto o caminhão, disseram “liga na polícia, deve estar na polícia” e foi quando liguei para a polícia, para o 190.

A SR^a TELMA DE SOUZA – É costume que o senhor particularmente deixe um caminhão, tenha uma atividade particular e depois retorne.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não senhora, em mãos de outros não. Dificilmente dou carona. É até proibido pela empresa.

A SR^a TELMA DE SOUZA – E o fato de o senhor não ter procurado a empresa nem depois?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, da polícia eu liguei para a empresa.

O pessoal perguntou porque eu havia deixado o caminhão na mão de outro, não podia ter feito isso, mas eu liguei do celular de uma pessoa que estava lá, a cobrar, o sinal é muito ruim e caía a ligação. E não conseguia falar mais. Depois não tinha como ligar, a gente estava na delegacia.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Pulando para uma outra questão: por que o senhor acha que no nosso

relatório o delegado de plantão disse que, pela diversidade, pela diferença entre o seu relato dos outros dois, as histórias são tão diferentes, chamando seu depoimento de fantasioso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Pois é, o delegado disse que o que eu disse e o que o João Cláudio disse não estava coincidindo. Eu disse para o dele ga do: “Não sei o que ele dis se para o se nhor por que não presenciei, mas acredito que deve ter sido para não me prejudicar na empresa”. Já te nho nove anos e pouco na empresa e não pode dar carona. Depois, conversando quando nos dirigíamos à delegacia, na viatura, ele falou: “Só não falei isso porque nunca aconteceu isso, para não te prejudicar na empresa”. Eu falei: “Agora já prejudicou mais ainda”.

A SR^a TELMA DE SOUZA – O senhor toma consciência, aliás o Senador Tuma já deu esse encaminhamento e já esclareceu, mas vou insistir, que o senhor é uma pessoa que não tem antecedentes. O senhor sabe que o que está acontecendo aqui pode facilitar, ou não, não só essa questão deste acontecimento, mas também sua vida futura. Certo?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Certo.

A SR^a TELMA DE SOUZA – E o senhor sabe que, com tanta diferença de relatos, a situação não fica fá cil para o se nhor. Vou fa zer uma per gun ta que já fiz hoje de manhã para outra pessoa que esteve aqui: o senhor tem medo de alguma vingança, de alguma intimidação de outras pessoas que estão neste caso?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, porque nunca tive contato com pessoas ligadas a esse tipo de roubo, de cargas, nada. Nunca tive problema nenhum com nenhum deles.

A SR^a TELMA DE SOUZA – O senhor concorda, então, que foi um tre men do azar o se nhor ter che ga do a um posto, ter encontrado uma pessoa conhecida, sair para namorar um pouco, voltar e o caminhão não estar, e que todos os in dí ci os mostram que há, eu não diria uma ação fantasiosa, mas uma mentira forte, que incrimina o senhor?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, o problema foi ele ter saído do posto, sem autorização. Era para es pe rar ou num posto ou no ou tro, e foi aí que ele tirou o caminhão da rota. Mas não era para tirar.

A SR^a TELMA DE SOUZA – O senhor acha que foi só um azar seu, não foi nenhum tipo de relação integrada?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Acho que foi irresponsabilidade minha deixar o caminhão com ele, nas mãos deles, com a carga, e ter saído, apesar de ele não ter nada a perder, porque ele estava desem-

pregado. Ele vinha para São Paulo para tentar arrumar serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu salário?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – A gente ganha 10% sobre o valor do frete.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu salário por mês? O que você ganha por mês?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mais ou menos R\$800,00 ou R\$900,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou à moça? Pode falar?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Quinzereais.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o táxi R\$18,00.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tomou uma cervejinha?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor, eu não bebo. Não fumo também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto pagou no hotel?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Fomos para uma casinha delas lá. Elas moram em três numa casa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Wagner, o senhor ligou para o 190 e 147, não é?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você havia dito que não havia usado o telefone.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu disse que não usei para ligar para outro lugar. Liguei para a polícia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor ficou surpreso quando a polícia lhe informou que a carga havia sido recuperada?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, a polícia disse que o caminhão estava lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não ficou surpreso, não?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, eu achei que tinha sido alguma coisa. Alguma irregularidade tinha que ter, para estar na delegacia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o senhor ficou surpreso? Ou achou normal?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não achei normal, porque em algum lugar o caminhão tinha que estar. Liguei para o 190, disseram que não houve acidente, não houve queixa de...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vamos supor que o senhor esteja falando a verdade, literalmente a verdade. O senhor não tinha que incriminar alguém?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Acontece que, quando cheguei à delegacia, ele estava lá. Alguma coisa tinha acontecido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não deveria ter incriminado seu colega?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Como vou fazer isso? Não sei o que aconteceu, o que tinha acontecido com ele. Como vou incriminar uma pessoa se não tenho prova do que ele fez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor contou essa história que está contando aqui para o delegado?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor. Essa que ele perguntou agora, não? Ele não perguntou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A história que você nos contou, que entregou para ele...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Ah, sim, contei. Ele disse que não estava batendo com o que ele havia dito. Eu disse que não sabia o que ele havia dito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O delegado reduziu a termo? Seu depoimento foi feito na delegacia? Você leu seu depoimento?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que você falou, como foi anotado...?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Eu só assinei, porque eu estava algemado, só assinei. Não li, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conhece o Maurício Meneghetti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, senhor, não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se ele afirmar que lhe conhece e que o contratou para fazer esse tipo de...

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não conheço. E se ele disser isso, garanto para o senhor que ele está mentindo. João Cláudio eu conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Valdir.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Valdir também não conheço, não senhor. Fiquei conhecendo lá na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguma pergunta, Deputado? Só? Pediria, por favor, que ele

saísse para ouvirmos o outro. Mas que ele fosse mantido aí até, se precisar uma acareação, nós poderemos conduzi-lo.

(Pausa)

Boa tarde.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O nome todo do senhor?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Maurício Meneguetti.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua identidade.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu não me recordo agora o número.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não está com ela aí?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então deve ter nos autos aqui. Sua idade.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Trinta e nove anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – CPF também não lembra.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Casado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sou casado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Profissão.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sou autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Autônomo do quê?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu tenho um caminhão, uma cento e onze, um jacaré velho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Autônomo...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Motorista de caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De transportadora, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Exerce sua atividade atualmente em endereço da sua residência?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois você fornece o endereço aqui, por favor.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É parente, em algum grau, de parte envolvida com este delito?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade no que souber e que lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, inciso LXIII, da Constituição Federal? O senhor se compromete a falar a verdade, somente a verdade, e responder o que lhe for perguntado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor, por favor, assine o termo aqui.

O senhor poderia nos dar a explicação de como se envolveu neste caso e outros fatos que acha importante relatar para a CPI?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Olha, esse problema, na verdade, não tem base nenhuma. Nós fomos presos lá de maneira... É uma incoerência o que está acontecendo. É uma incoerência. Por quê? Tem um caminhão parado na rua, certo? Eu estou na frente da casa de um amigo batendo palma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que chama esse amigo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Esse amigo se chama... É um conhecido, nós nos conhecemos na boate. Inclusive nós fomos lá para ver uma moça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele se chama?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nenê.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenê o quê?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ah, isso eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Torina.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Acho que é.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o grau de amizade?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nós nos conhecemos na boate, algumas vezes. Nós saímos com algumas meninas, algumas vezes juntos. Inclusive eu fui lá porque íamos encontrar algumas meninas, certo? Muito bem, chega a PM, interpela o moço que está do outro lado da rua: – Este caminhão é do senhor? E o cara fala que não. Aí falam para gente: – Espera um pouco aí.

Tudo bem, esperamos, verificou meu carro, checkou meu carro, checkou meus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o carro?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Era uma Parati 1.000, de minha propriedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nova?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, de 1998, de mil cilindradas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Pois muito bem. Até aí, está tudo certo. Aí faz o quê? Começa a checkar nossos DVC. Ele pergunta para mim: – O senhor tem antecedente criminal? Eu tenho, sou ex-polícia. Tenho antecedente criminal. Adquirido onde? Na polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor era policial?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu era investigador de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi exonerado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fui exonerado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A bem do serviço público?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A bem do serviço público, há três anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi o ilícito que o senhor praticou?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Peculato. Inclusive fui absolvido agora do crime na Justiça. Está esperando transitar em julgado, para entrar contra a Fazenda Pública, para o reingresso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prossiga, senhor.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Pois muito bem. Aí, puxam os nossos DVC. O colega meu que estava comigo, que é um amigo de infância, está o quê? Está procurado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Puxam o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O DVC, a captura, para ver se tem antecedentes, mandado de prisão.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Aí, o colega que estava comigo, que é um amigo de infância, estava em liberdade condicional...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É o ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Valdir?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É o Valdir. Estou nervoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o Val dir Pontes Pereira?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso, isso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quer uma água?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tragam água para ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Água com açúcar.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Café também?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, café não bebo, tenho um problema no estômago.

Pois muito bem. Puxam o DVC dele, ele estava em liberdade condicional e tinha um outro problema, que estava sendo procurado – nem ele mesmo sabia desse fato. Eles nos conduzem até a delegacia de polícia e, chegando lá, o escrivão fala: – Não, vocês estão metidos numa história aí. Ligan a transportadora e o cara fala: – Não, não é esse motorista que está com esse caminhão.

Ah, então vocês também estão nessa história do caminhão.

O que é isso? Nem conheço essa pessoa aí.

Aí começou essa confusão toda, que nos levou até aqui. A verdade é que não existia a história, não tem essa história.

Agora, começou assim. Na hora que falei para o policial militar na rua “olha, sou ex-investigador de polícia”, o cara já falou o quê? Ah, se é ex-investigador, é ladrão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem algum apelido?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nunca tive apelido na minha vida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lobo mau?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nunca tive esse apelido.

O SR. OSCAR ANDRADE – De lobo mau não?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos inquéritos o senhor respondeu?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Respondi dois inquéritos de 312 e um inquérito de homicídio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é 312?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É o peculato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o homicídio, o senhor matou?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, fui impronunciado. A Promotoria do Ministério Público me pronunciou – eu era polícia ainda –, denunciou-me, o inquérito foi até o ato de pronúncia e ele me impronunciou. Por quê? Porque se provou que não tinha nada a ver uma história com a outra.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o José Ednaldo de Oliveira, vulgo Roque, Cabeção?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – José Arimatéia, José de Oliveira? José Arimatéia de Oliveira?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Yunatan César Alves?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O Yunatan conheci ele quando era polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele também era polícia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, quando eu era polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você era amigo dele?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece como?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ele participou de um seqüestro, quando entrei na polícia. Quando entrei na polícia, ele seqüestrou, em companhia de outras pessoas, uma pessoa lá na minha cidade, Santa Bárbara do Oeste.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você participou da...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Das investigações! Inclusive ele foi preso na época, esteve preso na minha cidade. Esse rapaz já me fez ameaça de morte e o escambau.

O SR. OSCAR ANDRADE – E João Batista Ângelo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Também não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz Manoel, Edinho, Agnaldo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum desses?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você respondeu ao inquérito de envolvimento com todas essas pessoas que citei agora.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Onde?

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Barretos, em 1998.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso é verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por envolvimento com essas pessoas?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Mas eu não conheço essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você fala que não conhece?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até no inquérito você está arrolado.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Esse inquérito foi montado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa quadrilha fazia o quê? Você sabe que isso é uma quadrilha, não sabe?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Desconheço se era uma quadrilha ou não. Sei que não tenho envolvimento com isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma quadrilha. Você lembra qual é o envolvimento dessa quadrilha?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eles falavam que era de roubo de cargas, mas não conheço essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda há pouco, você falou que era seqüestro.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Na época dos fatos, quando conheci esse moço, ele foi seqüestrador. Ele seqüestrou uma pessoa de família tradicional, na cidade de Santa Bárbara d'Oeste.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Eunatan?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O Eunatan. Ele foi preso, esteve preso. Participei dos interrogatórios na época. Ele tem ódio de mim de morte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas os outros não?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum desses outros que citei?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está arrolado num inquérito policial, na Delegacia de Barretos, desde 1998, junto com todos esses outros. O que você me fala a respeito disso?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Só tenho a falar que não conheço essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca recebeu nenhuma intimação sobre esse inquérito? Você já foi lá? Já depôs?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Recebi, mas nunca fui lá depor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você sabe do inquérito?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sei do inquérito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é acusado de participar dessa quadrilha de roubo de carga.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Meu advogado foi até lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que carga era roubada nessa época?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era carne ainda?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem mais de um CPF?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não lembra o número do CPF?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não me lembro, mas deve constar dos autos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só tem uma identidade também?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Só tenho uma também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua prisão, então, foi uma coincidência trágica do destino? Você, na porta, batendo palma, um caminhão perto...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – No caminho vim pensando: há algum problema comigo. O senhor não imagina as tragédias que já aconteceram na minha vida, o que tem acontecido na minha vida, nesses últimos três anos, depois que saí da Polícia. Depois que saí da Polícia, só aconteceu tragédia na minha vida. O senhor não imagina o que é fazer parte de uma instituição e ser afastado dela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Imagino.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O senhor não imagina o que seja a sociedade cobrar de você, excluir você e não lhe dar nenhuma chance. Vim falando: camisa de R\$9,90, sapato de R\$20,00. O senhor vai checar minha conta bancária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse sapato não custa só R\$20,00, não.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu mostro para o senhor onde pago R\$20,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Custa bem mais.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu mostro onde custa R\$20,00 na minha cidade, na banca. O senhor vai ver a situação lastimável da minha conta bancária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou checar, sim, a conta bancária, telefônica e tudo. Como o senhor conheceu o Wagner Jadir da Silva?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quem é Wagner? É esse moço que estava depondo antes?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Conheci ontem com relação àqueles fatos. Nunca tinha visto ele antes.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o João Cláudio?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quem é João Cláudio?

O SR. OSCAR ANDRADE – O que estava dirigindo a carreta e estava perto de você, batendo palma.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conhecia, até ontem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi preso junto com ele.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É uma coincidência. (Risos.) É difícil de acreditar, mas é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você o conheceu na delegacia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não foi autuado em flagrante junto com ele?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ele nega que me conhece todo tempo. Eu não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quatro dias, vocês foram presos em flagrante: você, João Cláudio, Wagner, todos juntos. Você já esqueceu disso?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Se o senhor consultou os autos, vai verificar que conheço a pessoa de Valdir. Essas outras duas pessoas não conheço. Nunca os vi antes. O Valdir eu conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Valdir fazia para você?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nós somos amigos de infância. Saímos da cidade de Santa Bárbara para ir até a cidade de Piracicaba. Estivemos na Rua do Porto, tomando algumas cervejas. Às três horas da tarde estive no Fórum para verificar se já havia transitado em julgado o processo da minha exoneração, às quatro fomos a Piracicaba e ficamos tomando cerveja na rua do Porto, às seis estivemos em uma

churrascaria em Piracicaba, seis, sete horas, às oito e meia, nove horas estávamos na frente da casa da pessoa, do meu amigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – As moças já estavam lá?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não senhor, nós íamos nos encontrar com elas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, elas já estavam lá na casa?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, não estavam, nós íamos sair de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava pegando o Neném para sair com ele?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, para começar, eu fui lá para falar com ele, cheguei lá, bati palmas, a filha dele saiu e disse: meu pai está doente, meu pai está com diarreia, está dormindo. Então disse: está bom, muito obrigado. Estávamos indo embora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí a polícia chegou?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Aí a polícia chegou.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como é que o senhor explica o fato de o senhor está andando atrás desse caminhão com a Parati?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nunca andei atrás desse caminhão, quando cheguei lá o caminhão já estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo o senhor conhece o Neném?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Há seis meses, quatro meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na hora em que vocês foram presos ali, que estavam em frente a casa, com o motorista do caminhão, o Neném também foi, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Foi o quê?

O SR. OSCAR ANDRADE – Preso também?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não senhor. Ele estava na casa dele, eu tinha falado com ele, ele nem saiu da casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já tinha falado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, eu tinha falado com a filha dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não estava com diarreia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, eu tinha falado com a filha, a filha dele, quando eu falei com a filha dele ele nem saiu, portanto, ninguém saiu para a

rua, as pessoas da rua inteira estavam dentro de casa. Certo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Todo mundo em casa?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A vizinhança, ninguém sai, a polícia lá com o giroflex ligado, com arma na mão, fazendo escândalo, as pessoas vão sair? Não saem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao contrário, todo mundo sai para ver o que é.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não!

O SR. OSCAR ANDRADE – O Neném ficou quietinho lá dentro?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Inclusive outras pessoas, outros vizinhos, ninguém saiu na rua, uma rua com iluminação precária.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Neném há quanto tempo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De quatro a seis meses, da boate muito superficialmente ainda.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que foi fazer na casa dele se conhece superficialmente?

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carreta roubada estava em frente a casa do Neném...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, a carreta não é roubada, pelo menos, que eu saiba, não existe queixa de roubo nem de furto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como pode haver queixa de roubo se o proprietário dela mora no Mato Grosso e o motorista te ajudou a roubá-la?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – (Risos) Olha, nunca tive contato, certo? Isso se deduziu, o escrivão de polícia começou a deduzir isso a partir do momento em que ele viu a situação, ele deduziu e acha que isso é a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Neném foi à delegacia...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como é que o senhor está tão seguro de que não foi roubada?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Porque foi dito isso na delegacia, o delegado de polícia disse isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que o Neném foi para a delegacia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês quatro foram juntos no veículo da polícia, deixou sua parati lá, vocês foram no carro da polícia. É isso?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Neném foi como para lá?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei se o Neném foi para a delegacia? Eu não o vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor. Eu não tinha ligação, eu e o colega não tínhamos ligação com essa história, porque o policial militar que estava na rua, que estava atendendo a ocorrência, o sargento, não me algemou até a delegacia de polícia por quê? Porque não havia uma situação que demonstrasse que estávamos na ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual a atividade do Neném?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ele compra frios, não tem nada a ver com carne.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele compra frios?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Frios.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele já teve envolvimento com a polícia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso eu desconheço. A minha amizade não chega a tanto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que o Neném não foi preso?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Porque ele estava dormindo. Eu estou na frente da casa dele, o caminhão está numa distância bastante grande, o rapaz que dizem que estava com o caminhão estava a outra distância mais longe ainda de nós, o policial militar que nos interpelou só nos levou para a delegacia porque o meu amigo que estava no meu carro era procurado. Chegando à delegacia começou essa história: não, você está envolvido nessa história aí, isso aí é roubo de carga. Na verdade, isso não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma coincidência terrível!

O senhor mantém amizade ainda com alguns policiais do seu tempo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Tenho muitos amigos na polícia ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alguns amigos?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Muitos amigos. Tenho irmão na polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Maurício, é meu dever te alertar, apesar de que o Senador já deixou claro e você sabe onde está, isso é uma Comissão de Inquérito presidida por um Senador e por um Deputado. Se você quiser colaborar com a Comissão de alguma forma, pode ser de maneiras sigilosas, o Senador

pede para esvaziar o plenário e desliga-se os microfones. Isso pode facilitar muito sua vida, pode te ajudar muito. Do contrário, ficar dessa forma, você será prejudicado, pois acabou de assinar o juramento. Quebraremos os sigilos bancário, fiscal e telefônico seus, você sabe que encontraremos e provaremos. O inquérito está andando. A CPI dará muita agilidade nisso. Você quer colaborar, quer sentar conosco em particular?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quero colaborar de todas as maneiras, mas estou dizendo a V. Ex^a a verdade. De todas as perguntas que V. Ex^a me fez, estou falando a verdade. É difícil V. Ex^a acreditar, mas é a verdade. Minha vida depois que eu saí da...

O SR. OSCAR ANDRADE – O “Nenê” é rico?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ele tem um padrão de vida bastante alto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto ele pagou para não ser indiciado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso eu desconheço. Se isso existe eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou perguntando, não estou falando nada, quem sou eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ainda tem amizade com policiais da região, tem contato?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com alguns.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem muito contato?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Tenho muito pouco contato com os policiais. Por quê? Porque hoje tenho que trabalhar muito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Cite três nomes deles.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Citar três nomes, o senão não imagina. Conheço todos os policiais da região. Se eu citar um terei que citar todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Temos tempo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O mais íntimo.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não tenho amizade, eu os conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu te perguntei se você tinha amigo na polícia e você disse que tinha vários.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu tenho amigos na polícia de quando eu era polícia. Hoje a maioria cuida da vida deles. Eu fui exonerado da polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O investigador foi exonerado da carreira a bem do serviço público.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu fui exonerado da polícia. Não houve um investigador de polícia, que era da minha mesma carreira, que fosse à porta da minha casa perguntar do que eu estava precisando.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nenhum foi solidário a você?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nenhum.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que injustiça.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ninguém foi perguntar do que eu estava precisando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além da Parati o que você tem mais?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Tenho um caminhão, uma “111”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me só abrir um parêntesis: policial que é criminoso não é mais colega, tem que pagar sozinho pelo crime que praticou, porque quem usa a qualidade de policial para praticar o crime tem o dobro da responsabilidade criminal, então ninguém pode ser solidário com o crime. Não se trata de solidariedade, porque seria uma desonestidade. Você paga sozinho porque entrou numa carreira de prestação de serviço à população, tem que dar sua alma nessa atividade. Se você desliza, pratica um crime, tem que ser execrado pelos colegas, jamais receber a solidariedade pela prática do crime.

O SR. OSCAR ANDRADE – A não ser junto com os outros que tiveram envolvimento.

Você tem uma Scania 111 que ano?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ano 1977, que está na porta da minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma Parati 1998.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Isso está declarado no seu imposto de renda?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não faço imposto de renda há algum tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que mais você tem?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sítio, fazenda, casa?

A SR^a TELMA DE SOUZA – Deixe-me fazer uma comparação: você sabe que meu carro é um Vectra 97? Sou uma Deputada Federal. Isso é só para você ter uma comparação de valores.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O preço é bem diferente, o meu é bem mais barato.

A SRª TELMA DE SOUZA – Eu só queria fazer uma comparação. Estou interessada em outra parte da história, se o senhor pudesse me ajudar. É o seguinte: dos autos consta que houve momento em que na frente da casa do Sr. “Nenê”, que é uma pessoa de bens médios ou médio-altos, como o senhor disse agora há pouco, estava o caminhão.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O caminhão estava mais para trás.

A SRª TELMA DE SOUZA – O senhor parou com sua Parati e houve uma conversa de todas as pessoas. Achava o caminhão continuou a ignição.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso já fiquei sabendo posteriormente.

A SRª TELMA DE SOUZA – Estou lhe informando isso, ainda não estou perguntando. Pelo que sabemos da história, sabemos que o senhor, depois de ter passado por dois lugares, num para comer um peixinho pintado e noutro para comer costelas, o senhor teria ido à casa do Sr. Nenê para encontrar as meninas – expressão sua, certo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Posteriormente.

A SRª TELMA DE SOUZA – Não quero entrar nesse detalhe aqui. O senhor diria que o Sr. Nenê Tourina não foi indiciado por ser uma pessoa de algumas pos ses, e pelo que está in di ca do aqui, ele é dono de boates, de casas noturnas, o senhor foi à casa dele para encontrar as meninas. Ele é o intermediário desse tipo de serviço?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não senhora. Veja só. Acredito que ele não tenha sido indiciado, a minha opinião, porque não há circunstâncias para indiciá-lo. A circunstância, se forçou muito a situação para me autuar em flagrante. Se forçou a situação. É o que acredito. Isso ainda vai transparecer nos autos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que horas o senhor estava lá?

A SRª TELMA DE SOUZA – A mesma hora em que todos se encontraram na porta do Sr. Nenê. Houve uma contradição porque a filha do Sr. Nenê disse que ele estava doente. O senhor deu um detalhe que não consta dos autos, com diá r e í a, e depois o senhor disse que ele veio caminhando, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Posteriormente, o policial militar que foi lá e bateu na porta e o chamou. Ele saiu de lá e falou: “O senhor conhece essa pessoa?” Eu estava num local escuro, onde tem uma árvore grande e ele falou: “Daqui não estou vendo se conheço.” Vim mais para frente e ele falou: “Não, eu conheço essa pessoa. Ele já esteve na nossa in-

dústria.” Ele não tem boate, nós estivemos tomando chop numa boate. Não é bem uma boate em Piracicaba, é o Zero Grau, onde se vende um chop muito bom. Já estive lá algumas vezes. Ele é divorciado e tem um relacionamento com uma moça, e a amiga da namorada dele, começamos a bater um papo, essas coisas...

A SRª TELMA DE SOUZA – Então, de onde vem os bens do Sr. Nenê Tourina? Porque estou fascinada pelo fato de todos terem sido indiciados menos ele.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei. Não o conheço a esse nível.

A SRª TELMA DE SOUZA – Mas vai à casa dele.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não... Fui lá na casa dele uma vez e inclusive tive dificuldade para achar a casa dele. Por quê? Parei antes da casa dele, bati numa outra casa para saber em qual casa que era. Bati na casa errada, certo? A pessoa informou: “Não, não é aqui; ele mora ali.” Então nós estamos indo lá, deixei o carro aqui e estou indo lá, a polícia chega e prende essa pessoa lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Maurício?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma coisa interessante, Deputada, uma coincidência, uma circunstância, que provavelmente leve a polícia a uma investigação mais profunda. O senhor foi com companheiro, Waldir Pontes na cidade de Santa Bárbara do Oeste.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, em Santa Bárbara...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, de Santa Bárbara do Oeste foram à Piracicaba, onde, num trailer, comeram pintado, tomaram cerveja...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Gastamos R\$11,00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou perguntando o preço. O senhor espera, depois...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deram as voltas pela cidade de Piracicaba e em seguida coincidentemente para o Posto Menegaticomer, segundo o seu depoimento, uma porção de costela e água mineral. Por que esta coincidência onde estava o caminhão, segundo o depoimento do motorista Wagner largou na mão do companheiro que transportou a carga. É uma coincidência dessas que Deus põe azar na vida?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E de repente, o senhor é preso onde o caminhão estava estacionado. Ele saiu do Posto Menegati, foi entregue na porta da casa do Nenê e, de repente, vocês também estão lá. O senhor foi conferir se o caminhão estava lá, combinar alguma coisa, ou foi coincidência só para tomar a sua agulha mineral, comer uma costela e ir lá para procurar o Nenê para passear?...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu não li os autos, agora, o que eu ouvi na Delegacia de Polícia é que o caminhoneiro ficou no posto lá em Saltinho. O caminhão teria ficado lá no posto de Saltinho. O motorista teria ido, posteriormente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele abasteceu no Posto Menegati.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou lhe dando a coincidência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O posto se chama Menegati mesmo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu passei lá algumas vezes, eu não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Meneguetei, não tem nada a ver com você, não, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É uma coincidência.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem pagou João Cláudio Ferro com R\$1.000 para desviar a carga?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu desconheço. Se isso aconteceu, eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua janela ajuda nos depoimentos, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não entendi, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua experiência.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor. Se o senhor soubesse o quanto eu sou idiota, o quanto eu já paguei na vida por ser idiota.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não quer nos fazer de idiota, não, não é?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está tendo tantas coincidências. Autuar em flagrante

alguém apenas pelo prazer, eu desconheço que isso tenha alguma...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não é pra zer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As coincidências são fortes. Tem onde a carteira abasteceu; é preso no local da entrega da mercadoria. Foi tudo coincidência? (Pausa.)

Colabora conosco que estamos dispostos, inclusive, a lhe ajudar junto ao Ministério Público.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É o que estou falando. Tudo o que o senhor me perguntar, eu vou responder. O que eu souber, eu vou responder.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sr. Meneguetei, quase no início do seu depoimento, exatamente no momento em que o senhor recebeu o copo de água, o senhor disse que estava muito nervoso.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É fato. Ainda continuo nervoso.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Por quê?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A senhora imagine o seguinte: eu tenho poucas posses e dois filhos para criar. Um filho, o mais velho, é insulino diabético. Eu não sei se estou aparecendo na televisão ou se vou aparecer na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está numa audiência pública. Então, todos têm direito de vir participar. É uma audiência pública da CPI. Por isso, ofereci-lhe se queria fazer um depoimento reservado. Se pudesse colaborar, faríamos em segredo, sem a presença de ninguém. O senhor disse que não, que estava pronto a responder. Em tese, não deve nada e, então, não tem nada a temer.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Muito bem.

Vou continuar respondendo à senhora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nenhum constrangimento o senhor está recebendo aqui.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A senhora imagina o que vai acontecer comigo daqui para frente na minha vida, se a minha vida já não era boa até essa presente data, o que a sociedade vai pensar de mim, o quanto vou ser mais execrado pela sociedade do que já sou.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Mas, quando foi acusado de pe culato e saiu da Polícia a bem do serviço público, o senhor também pensava assim?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu pensava não, eu sentia isso. Por quê? Porque, se vai procurar um trabalho, a pessoa fala assim:

“ – Você trabalhou onde?

Eu fui polícia, sou ex-investigador de polícia. De que maneira o senhor saiu? Fui exonerado a bem do serviço público.”

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi injustiçado no caso de peculato?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Inclusive eu fui absolvido agora e pretendo entrar com ingresso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, no de roubo de cargas com aquela quadrilha, você também foi injustiçado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em todos, você foi injustiçado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na própria imprensa e de um modo geral, sempre ouvimos acusação à Polícia de corporativismo. A Polícia se defende, um sempre defende o outro. É até muito natural, há corporativismo em todas as classes. Não é certo, mas vemos isso acontecendo.

Concorda com isso? A Polícia se protege, protege um ao outro, por causa da amizade, por causa do relacionamento. Ainda assim, você teve processos. Você foi injustiçado nos três?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu vejo da seguinte maneira...

O SR. OSCAR ANDRADE – E, ainda assim, você foi execrado; ainda assim, você perdeu seus amigos da Polícia, como você diz aqui. Tudo é injustiça? Tudo é uma trágica coincidência?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu falei isso antes, eu acho que já falei com uma certa clareza as coisas que já aconteceram na minha vida e que têm acontecido, só quem está lá em cima pode acreditar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós acreditamos também, estamos vendo. E vai parar, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a nunca teve qualquer negócio com Nenê Torina?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De que me lembre não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe se o Nenê tem relacionamentos com políticos, com autoridades, com policiais na cidade?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca viu na casa dele? Nunca encontrou ninguém?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fui a casa dele uma vez, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi até lá com intimidade, para convidá-lo para sair.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fui apenas uma vez. Depois disso nos encontramos, algumas vezes, na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que V. S^a foi exatamente naquele dia?

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a ligou para ele para convidá-lo para sair?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nem tenho o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi buscá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É outra coincidência. O caminhão estava lá na porta.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fui lá para bater papo, para tentar combinar algo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por coincidência na hora em que a carreta lá se encontrava?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a é azarado! Vai ao posto na hora em que o homem vai abastecer, vai à casa onde a mercadoria foi entregue.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Acredito que ele não tenha abastecido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a acredita em Deus?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Acredito muito. Faço minhas orações sempre.

Não acredito que ele tenha abastecido o caminhão porque fala que estava fora da rota, do caminho. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há dois depoimentos: o do motorista do caminhão e o do carona, que fez a combinação do desvio da carga. Por coincidência, V. S^a só estava onde foi feito o desvio da carga, no posto e na entrega da mercadoria.

V. S^a conhece o João Cláudio?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a foi preso juntamente com ele?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, Excelência. Ele estava em um local e eu em outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me ver se V. S^a conhece o motorista.

Peçam para que entre o motorista para sabemos se S. S^a o conhece. Não vamos fazer acareação porque não vai adiantar.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu o conheci na data em que fomos autuados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O motorista se diz vítima também. Diz que o outro tirou-lhe o caminhão e foi dormir com uma moça. Quando voltou, o caminhão tinha sumido. Por coincidência, nesse inter regnum, apareceu V. S^a, em todas as circunstâncias que se seguiram ao desvio da carga. É só para ver se ele conhece. Por favor, Maurício.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu o fiquei conhecendo no dia em que fomos autuados em flagrante. Nunca o tinha visto antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a o conhece?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Conheci na delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a abasteceu o caminhão no Posto Meneghatti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Exce-lência. Abasteci no Posto Alexandrina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E no Posto Meneghatti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Não, Exce-lência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando é que vocês foram ao Posto Meneghatti? Que você mencionou aqui?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Quando dei-xei o caminhão com o rapaz? Com o Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Me-neghatti? Você deixou o caminhão no Meneghatti?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí está. Ele disse que não.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não vi cami-nhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você dei-xou o caminhão no Posto Meneghatti na mão do João.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Do João Cláudio. Ele disse que iria para o outro posto de Sal-tinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foi no Posto Meneghatti? É o que quero saber.

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Lógico que foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois levou para onde quis, para entregar a carga. Ele foi comer uma costela no Posto Meneghatti, à noite. A que horas V. S^a saiu do posto?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – Mais ou me-nos nove e pouco.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – V. Ex^a nem imagina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que ho-ras chegaram lá?

O SR. WAGNER JADIR DA SILVA – No Posto Meneghatti? Umas 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi a hora que você deixou o posto. É muita coincidência. Gostaria de verificar para que ele não pense que es-tamos plantando uma informação para desviar e con-fundir. Você está vendo que o que colocamos está dentro do depoimento.

Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – As meninas com as quais você ia chamar o Nenê para sair. Como se cha-mam?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Estou tão ner-voso que não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer mais água?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, Exce-lência. Muito obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eram quantas?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Duas. Acredi-to que, normalmente, andam de duas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Nenê é casado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É divorciado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Wagner ia so-brar?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Wagner não. Era o Waldir que estava com você.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O Waldir teria que voltar para a casa, inclusive já tinha falado várias vezes: “Tenho que voltar para minha casa”. Por quê? “Porque tenho que estar em casa às 22h em função da minha condicional”. Então falei: não se preocupe, vamos voltar antes disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você, praticamente processado por crime que você diz que não praticou, seu companheiro é alguém que estava em liberdade condicional...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim, senhor!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então é uma boa amizade.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Olha, tenho amizade com ele desde criança. Desde criança. Está certo? Não sou mais polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra o nome das moças?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, Deputada.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Dá licença. Queria insistir numa pergunta que ficou incompleta. Já que o senhor Nenê Tourina é uma pessoa de posses, o senhor suspeita, tem idéia de onde vem o dinheiro da sobrevivência dele?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Que eu saiba, ele tem uma empresa. Ele tem uma empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – De?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De frios. Mortadela, lingüiça, essas coisas. Não sei, não sei exatamente o que ele comercializa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carne também, né?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, acredito que não. Acredito que não. Nem ele também não industrializa.

O SR. OSCAR ANDRADE – A empresa que o senhor fala é de venda, ou é indústria que fabrica?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De venda. Só de venda. Ele só repassa a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é atacadista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, é varejo.

Ele compra da mão de quem?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Será que ele paga produto dele com carne?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Os produtos que ele compra para vender será que ele paga com carne? Você acha que é possível isso.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, porque aqui há um detalhe interessante. Quem vende produtos embutidos normalmente cai também, porque é para mercado, supermercado. Então é o mesmo tipo de clientela.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, estou dando uma explicação. Não lhe estou perguntando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele tem uma casa de frios. Só vende frios. Lá em... É Saltinho ou é em?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É Saltinho. Acho que é Saltinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só acha.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Acho.

O SR. OSCAR ANDRADE – É só isso que ele tem?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Desconheço se tem outra atividade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o conhece há quatro meses?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Nós se vimos assim quatro vezes, cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando ele precisa de favor na polícia, não é o senhor que vai quebrar o galho dele, não?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não me relaciono com policiais desde a época em que fui exonerado, como já disse ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, Deputada, a senhora queria fazer um raciocínio.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quero sim. Você conhece o Zé Luiz Rodrigues da Silva?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – José Luiz Rodrigues da Silva? Não sei quem é esse não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ex-policial?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, não sei quem é.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor estava envolvido numa quadrilha de Barretos?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fui acusado, e o inquérito foi arquivado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Certo. Mas deixe-me ler, aqui, o que o Sr. José de Oliveira disse de você.

“Nesta unidade policial, foi José de Oliveira inquirido acerca de sua participação na quadrilha de roubadores de carga, ocasião em que, espontaneamente, confessou sua participação em vários crimes de roubo, apontou seu primo José Ednaldo de Oliveira como líder do bando, nominou também membros da quadrilha, dentre outros o ora paciente Maurício Meneguetti, conhecido no meio criminoso como Lobo Mau. Embicou, junta com seu parceiro Eli Natan, numa propriedade rural denominada sítio São Benedito, encravada no município de Conchou, São Paulo, pertencente a Gonçalo, Siteli, e seu filho, Edgar Siteli, onde aprendemos parte das cargas roubadas, tal, tal, tal.”

O José de Oliveira o acusa de que, em 1998, já participava. Quer dizer, a sua ficha tem know how em

roubo de carga. Em Barretos, no Estado de São Paulo, é conhecido.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Isso não é verdade.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor nega tudo isso novamente? Quem é seu advogado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É Carlos Donizete Guilhermino.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem está pagando o advogado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ele foi lá para me defender desse inquérito. Ainda eu falei para ele assim: “Carlos, você me conhece há algum tempo, desde quando era policial. Você não vai estabelecer um honorário tão grande assim, porque você me conhece, sabe que não tenho posses para isso.”

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Os seus bens, e o caminhão se encontra onde?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Na minha casa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na sua casa.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É a única coisa que tenho para trabalhar, para sobreviver.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E esse caminhão você adquiriu de quem?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – De uma outra pessoa lá na Cidade de Americana.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está em seu nome?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Em meu nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele está rodando?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem é essa pessoa de quem você adquiriu?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ah! Eu não me lembro o nome da pessoa. Estava anunciado no jornal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como você comprou a vista?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu comprei uma parte a vista e a outra parte a prazo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Financiado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Fizemos alguns cheques entre eu e ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Com que renda você comprava?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quando eu saí da polícia, comecei a confeccionar roupas a R\$ 1,99 e vendi. Tinha algumas economias, vendi um

carro velho que era da minha mulher e com isso eu paguei esse caminhão velho. Eu paguei neste caminhão R\$ 29.000,00. Scania 111, bicudo, que a cabine é pequena, com um calor infernal.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O que o senhor faz com este caminhão?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu faço transporte para o Brasil inteiro. Aonde tiver frete eu faço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor faz frete para a Arisco?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu acho que tem um frete feito para a Arisco no meu caminhão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E a carga foi entregue?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com certeza. Não tem uma entrega no meu caminhão... O meu caminhão foi roubado com o meu motorista, o ano passado, foi encontrado sem tirar uma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem motorista também?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu já tive motorista. Eu estava doente e ele foi viajar quando o caminhão foi roubado. Foi encontrado com toda a carga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem telefone de residência?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual o número?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – 455.43.95

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o celular?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O celular eu não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão foi roubado e encontrado quanto tempo depois?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Um dia ou dois. Eu não me lembro. Quando eu soube já tinha sido encontrado, devolvido para a transportadora, inclusive a transportadora me ligou esses tempos atrás para mim carregar para ele de novo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve queixa desse roubo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem fez a queixa?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O motorista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde foi?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Lá em Goiânia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Arisco é em Goiânia. O senhor estava lá carregando a mercadoria, saindo de...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor. Não foi carregado na Arisco. Foi carregado aqui em São Paulo. É outra coisa que o senhor vai querer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Estou fazendo a pergunta porque Arisco é em Goiânia. É que você é o dono das coincidências, por isso que eu me surpreendo.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Foi carregado aqui em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê? De sal? De alho...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A carga foi de 380 a 180 mil reais de várias coisas de coleta.

O SR. OSCAR ANDRADE – É carga fracionada?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – É. Exatamente. E a carga foi roubada, encontrada e foi entregue ao seu legítimo proprietário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que será isso?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que foi o encontro desta carga?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Estava dentro de um posto. Eu não fui lá em Goiânia. Eu estava em casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como é que foi encontrado. A Polícia investigando?

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha eletroeletrônico, coisas de valor, 280 mil você falou?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Exatamente o tinha eu nunca soube. Por quê? Não fui eu que carreguei aqui e não fui eu que fui roubado lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o encontro, como é que se deu o encontro?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quando o motorista deu a queixa a polícia deve ter achado dentro do posto de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Achou sem ninguém.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Achou em um pátio de um posto de gasolina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve simulação para a queixa de furto? Porque é muita sorte a sua. Quer dizer, os outros são roubados. Roubam caminhão, seqüestram motorista, roubam o seu e ainda deixa o caminhão em posto. Estava lavado o caminhão?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Senador Romeu Tuma, tenho o maior respeito pelo senhor. Agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós estamos vendo o respeito que o senhor está tendo...

Pode continuar. Respira forte.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Quando as coincidências são contra mim eu tenho que ouvir alguns comentários; quando a coincidência vem me beneficiar, aí eu continuo sendo achincalhado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não achincalhado você não está sendo. Absolutamente, não. Eu pergunto aqui. Tem um advogado, peço a ele que intervenha em favor do depoente, se alguma vez esta Comissão chegou a agredir e a xingar. Isso não. Eu não admito que o senhor use uma expressão como esta.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu posso até ter errado na expressão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todo o respeito o senhor está tendo aqui.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Estou me sentindo magoado, ofendido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor está sendo ameaçado de morte? Recebeu alguma ameaça de morte?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sou ex-investigador de polícia. Estou preso numa cadeia onde só tem ladrão. Nem o benefício de ter uma prisão especial eu tenho mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem curso superior?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor. Então, se estou correndo risco de vida dentro da cadeia, eu estou. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado faz uma pergunta, porque todos os outros os participantes que têm feito qualquer depoimento que prejudique a quadrilha ou antes do depoimento são ameaçados de morte. Então S. Ex^a. está fazendo essa pergunta em razão da sua proteção, da sua vida e da sua segurança.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu não tenho quadrilha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Estou dizendo que o seu depoimento pode prejudicar membros da quadrilha que possam ter praticado esse furto. É por isso que S. Ex^a. faz a pergunta para ver se a CPI tem ou não que tomar alguma providência em razão da sua segurança.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Estou correndo risco de vida, porque a cadeia que o Estado me oferece não pode me proteger. Provavelmente, se eu for lançado junto com os outros presos, com certeza, vou morrer.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não conhece nenhum José Dinaldo de Oliveira?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca o viu?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não sei quem é essa pessoa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E se fizermos uma acareação e ele afirmar que o conhece?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Vamos ver de onde que ele me conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Gonzalo? E o Edgar, filho do Gonzalo?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o genro dele? O Emerson Gonçalves?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os três falaram que você escondia carga roubada na propriedade rural...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é uma informação da Polícia Civil num habeas corpus que você impetrou, no caso que o Deputado levantou de Barretos.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No seu habeas corpus, essas são as informações.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Que não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os três falavam que você era uma das pessoas que escondiam cargas roubadas na propriedade rural...

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não era eu, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Denominada José de Oliveira e de José Edinaldo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui é uma informação, não estamos fazendo acusação. Estamos nos baseando na informação oficial, que acompanhou os autos.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A informação, eu nunca fui a esse sítio. Não conheço essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, a autoridade está injuriando-o aqui? Está caluniando-o?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está nos autos. O seu advogado deve ter consultado isso, porque foi em resposta a um pedido de habeas corpus seu. Não sei se era preventivo ou se o senhor estava preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem dois filhos?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim, senhor. Foi pedida a preventiva e entrei com um habeas corpus preventivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos anos têm seus filhos?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Tem um de dez anos e um de dezessete anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estão estudando? Mora aonde?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Eu moro em Santa Bárbara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua esposa também mora lá?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ela está vivendo de quê?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Do meu trabalho, com o meu caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela não tem renda própria, não trabalha em outra coisa?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Ela tinha uma pequenalojinha, que, inclusive, não deu certo. Fechamos a bem pouco tempo atrás.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora tem mais alguma pergunta? Tem mais alguma pergunta?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu perguntaria, Maurício, se onde você está, você sente realmente ameaça de risco de vida?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque vamos comunicar à Juíza essa sua preocupação para que ela tome providências, para que você tenha garantias de vida.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O senhor foi delegado de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sou ainda. Estou licenciado.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O senhor é delegado de polícia. O que acontece com um ex-policia que entra numa ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entendo, mas quero a sua confirmação, para que, na hora em que restituirmos você à custódia da Juíza, seja informada desse fato.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Como é que estou lá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quantos presos têm no seu xadrez?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Só tem eu porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, não tem ameaça de vida.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois, não.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Estou em um num corró usado para dar castigo aos presos. Sabe aqueles cubículos?

O SR. OSCAR ANDRADE – Castigo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A autoridade de deve tê-lo de i x a do iso la do. O se nhor está na delegacia?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – No presídio, mas aqui tem um pátio e, aqui, outro. Havendo qualquer rebelião, vou ser catado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está fora dos dois pátios?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há inimigos seus, o senhor prendeu algum dos que lá se encontram quando estava na atividade policial?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Com certeza. Não conheço a relação de presos, mas, com certeza, deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo o senhor foi exonerado?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Há três anos e mandei muita gente para a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor exerceu sua atividade lá mesmo na região?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Em Americana, Santa Bárbara, Sumaré.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na região de Campinas.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a regional é Campinas.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A regional é Campinas, a seccional, Americana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos comunicar à juíza a sua preocupação e penso que ela falará com o Diretor do Presídio para que evite qualquer tipo de violência.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Esse foi o melhor lugar que encontramos. Na data em que fui autuado, falei que, se me mandassem para o presídio em Piracicaba, iria morrer. Pediu-se à juíza que me isolasse numa antiga cadeia onde ficavam os menores, mas ela não autorizou porque isso não era permitido e me mandaram para lá. Vou fazer o quê? É mais uma coincidência na minha vida? Vou morrer na cadeia?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho a impressão de que o advogado do senhor está tomando providências ou ele foi dispensado por falta de pagamento?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Meu advogado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria que respeitasse o depoente, por favor.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não é a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Prosiga, por favor.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não é a primeira vez e, quando disse que estava sendo açoitado, basicamente, era por isso.

Não sei do que estava falando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor estava falando sobre o advogado estar tomando algumas providências, como habeas corpus.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Meu advogado falou que ia pegar meus documentos que compravam o pagamento mensal na Prefeitura da taxa de autônomo, a certidão de nascimento das crianças e outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para juntada nos autos.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Falei para ele que não dava conta de ficar ali. Ele perguntou “como eu faço”, “aonde vou”? A pessoa lida com crime, mas a administração é outra história e, para me transferir para um local que me dê acesso à antiga administração, a própria administração fala que eu tenho que ser execrado, como o senhor mesmo disse.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma coisa natural. Se eu cometer qualquer deslize, serei, sem dúvida nenhuma, execrado na minha categoria. A não ser que fosse uma injustiça, mas prática de peculato é crime grave, como o senhor sabe.

Às vezes, o processo administrativo é subjetivo e as circunstâncias podem levar ao convencimento de que o Governo obriga a exoneração. A materialidade da prova no processo jurídico é diferente. Provavelmente o senhor foi absolvido por causa das provas e não sei quais foram as razões.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Deixe-me falar de um parecer. São três procuradores que se manifestam antes de o Governador. Tem um parecer que diz que não devem me exonerar, que não devem me afastar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Conselho quem propôs?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – O Conselho da Polícia Civil pede minha exoneração; a Procuradoria do Estado vem para aconselhar. Não é assim o rito?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o parecer que faz para que o Governador decidir.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Exatamente. O que esse parecer diz? Diz que não deve me exonerar, que não tem prova, que não têm indícios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os outros dois?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Os outros dois discordam disso e o Governador me exonerou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, o senhor vai ter a oportunidade de um novo processo com base na absolvição, para reintegração, mas o processo administrativo tem circunstâncias diferentes do processo criminal. Pergunto se alguém tem mais alguma pergunta e gostaria de saber se o senhor tem alguma queixa ou se deseja falar mais alguma coisa.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A queixa é de ser pobre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pobre não é sinônimo de ladrão.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem anda pela periferia da cidade sabe o que sofre um pobre. Deus ainda lhe deu oportunidade de ter um caminho para trabalhar; mas deve procurar a oportunidade de ter retidão na vida e escolher as amizades.

Faço uma pergunta para verificar se posso lhe dispensar ou não e se o senhor tem alguma queixa a fazer. É uma audiência pública e fica registrado.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – A queixa é de que toda essa imagem que irá aparecer, que nem sei se irá aparecer, dessa circunstância que está aqui,

está longe da verdade. O que vai aparecer na imprensa vai prejudicar muito mais a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas acredito que o mais grave é a imprensa publicar a sua prisão em flagrante, não o seu depoimento aqui, porque o senhor teve toda a oportunidade de dizer que não é verdade e o senhor foi autuado em flagrante. Isto sim é que é contundente na vida de um cidadão.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Para o convencimento da autoridade policial se ia me prender em flagrante, levou-se das 20h30min, 21h até as 7h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um flagrante demora mesmo.

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Para iniciar o flagrante, para tomar a decisão. Durante todo esse tempo eu falava que queria ligar para o meu advogado. Ao que ele dizia: “o senhor não vai ligar, o senhor não está preso ainda.” E eu dizia que não estava preso, mas que estava algemado. Quando deu 7h da manhã ele decide: “o senhor está preso.” Só me algemaram dentro da delegacia. O policial militar que me prendeu no meio da rua não entendeu que eu estava na história. Posteriormente, na delegacia, o escrivão de polícia entendeu que eu estava na história e mandou me algemar, porque eu seria o receptador. O delegado chega e diz: “o senhor não está preso, ainda tenho que verificar, tenho que me convencer disso.” Tudo bem. Ele me mantém das 20h até as 7h sem me prender, então diz: “agora o senhor pode ligar para o seu advogado.” Às 7h da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor foi exonerado em 1997?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Não me recordo da data.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Há três anos?

O SR. MAURÍCIO MENEGUETI – Deve ser.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Veja o que ocorreu com sua folha corrida: em 1997, exonerado a bem do serviço público. Então o senhor diz que está havendo injustiça e que a imprensa irá destruir a sua vida. O senhor se autodestruíu. Em 1997, exonerado a bem do serviço público; em 1998, denunciado por formação de quadrilha, roubo de carga. O senhor teve o suficiente para se defender e voltar ao serviço público, mas até hoje não voltou.

Segundo, em 1998 foi denunciado por formação de quadrilha. Agora, novamente está envolvido em roubo de carga. Tem patrimônio e não declara impos-

to de renda. É a sociedade e a imprensa que o está execrando ou é o senhor que vem cometendo delitos ao longo de sua vida?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Pergunto se há algum Procurador de Justiça entre os presentes, por favor.

Obrigado.

Pediria que o depoente fosse retirado, está dispensado e peço à autoridade que o reconduza à juíza e, se possível, transmitir, caso seja preciso, por ofício, a preocupação dele em ter ameaça de morte, pelo local onde se encontra preso. Foi a posição que manifestou aqui. Depois, mandaremos à juíza uma cópia do seu depoimento aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Por favor, gostaria de saber se o senhor Lauro Barini Júnior, da Transportadora 5 Estrelas, parece-me que falei com ele, encontra-se no local.

Por favor, o senhor poderia sentar-se?

Trata-se de um requerimento do Deputado Givaldo Carimbão, Deputado Federal do PSP de Alagoas.

Pediria que o senhor, por favor, sentasse. Pode tirar esta mesa também, por favor.

Boa tarde, senhor Lauro Barini Júnior. O senhor é proprietário da Transportadora 5 Estrelas?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não, sou Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – É Diretor. E o proprietário?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – São quatro proprietários. O senhor quer que cite os nomes?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O relator precisa saber.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Norma Mên-dula, Miguel Sampaio, Roque Barreto e Carlos Sausino.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor poderia dar um quadro da empresa e quais são suas atividades, por favor?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – A 5 Estrelas é uma empresa que tem 40 anos de mercado, desde 1960, que atua no mercado de prestação de serviço de transporte, fazendo principalmente a rota Sul-Norte. Tem filiais em 14 Estados do Brasil, mas especificamente no Nordeste. Tem também filiais no Sul e Sudeste – em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor não tem nada mais a colocar que seja de interesse da CPI? Foi vítima de algum roubo?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Sim. A empresa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Já teve caminhões roubados?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Diversos. A empresa, como todas as empresas do mercado, sofre diariamente roubos e a 5 Estrelas, especificamente, já teve por volta de 20 a 22 veículos roubados este ano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – E onde?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Em diversos locais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Mais em São Paulo...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Mais no Sul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – E qual o tipo de carga que os roubadores procuram?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – A carga que transportamos é diversa. É chamada carga comum. Não é muito específica, mas sempre é especificada em tecidos, eletrônicos, enfim, é um mix de mercadorias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – São as mais procuradas.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – É. São as de comércio fácil, digamos assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – De fácil colocação.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente. Como estava dizendo, a empresa teve por volta de 20 roubos este ano e ainda não terminamos o ano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor sabe o valor do montante desses roubos?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Por volta de um milhão e duzentos. Inclusive, trouxe uma estatística do nosso sindicato...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor depois poderia deixar conosco?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Se o senhor quiser fazer uma referência, esteja à vontade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da MTC? Já recebemos tudo. É do Coronel Souza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – É atualizada?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Pela estatística de 1999, São Paulo detém 80% dos roubos. O se-

gundo lugar seria o Rio de Janeiro e terceiro Minas e demais localidades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Isso são dados da MTC?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Setsesp. Sindicato de Empresas de Transporte do Estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – É do Sindicato. Acontece que há algumas diferenças de dados da Setsesp com a MTC e até com a Federação. Na verdade, não chega a 80% em São Paulo, nos outros dados, mas é sempre o maior mesmo.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Uma nova estatística feita este ano, de janeiro a setembro de 2000, que tem incidência por tipo de mercadoria, fornecida pelo sindicato mesmo, já apresentou 1.694 ocorrências registradas até setembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor tem essa estatística? Até setembro de 2000? Isso apenas em São Paulo?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a orientação dada aos motoristas e funcionários quando acontece o roubo?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – A empresa, como toda grande empresa de transporte, despende muito dinheiro na prevenção de roubos, apesar de ter todo esse absurdo. Hoje, gastamos por volta de 5% do nosso faturamento no combate ou prevenção de roubos. A média das empresas consultadas é de 10%.

Temos uma empresa contratada que faz o chamado gerenciamento de risco, que tira toda a ficha do motorista, porque, além de veículos próprios...

O SR. OSCAR ANDRADE – É corretora?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – De segurança?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – De segurança.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a empresa?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Total Plane.

Essa empresa faz uma consulta dos motoristas, da esposa deles, do veículo e do proprietário do veículo, no caso de não ser nosso. Nesse gerenciamento está previsto paradas em locais predefinidos, justamente nesses locais de maior incidência de roubos e esses motoristas são obrigados a fazer ligações cobrar para a empresa em determinado momento, mais ou menos de três ou de quatro em quatro horas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quantos caminhões tem a empresa?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – A empresa tem poucos caminhões, porque contrata a maioria. Mas transportamos...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem equipamento eletrônico?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Temos por volta de cinquenta equipamentos e é justamente uma das cargas mais visadas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E as cargas roubadas foram recuperadas?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Algumas, pouca coisa. Justamente por meio dessa empresa ou da própria companhia de seguro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E com relação às não roubadas, foi instalado inquérito?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Acredito que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com qual corretora o senhor trabalha?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Com a Visafran.

E a seguradora, atualmente, é a Axa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Teve um sinistro, o senhor pode esclarecer a respeito disso, sobre uma carga da Empresa de Televisão Independente, de São José do Rio Preto, e da Liz Eletrônica Ltda, que contratou o Rodoviário Auto-Estrada Ltda., do Rio de Janeiro, que subcontratou a sua empresa, 5 Estrelas. A carga acabou sendo roubada, em 29/11/99. O senhor está acompanhando?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Detalhes não poderei ter, mas, a grosso modo, tenho, porque não sabia desse assunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Quero explicar, porque o senhor é um empresário e já ouvimos vários empresários. A CPI está ontem e hoje em São Paulo, e hoje também estamos ouvindo preso. A coisa é absolutamente independente da ordem.

Há um requerimento que foi mandado para nós por um Deputado Federal, onde o mesmo, que era dono dessa carga, tentou conversar na seguradora e na sua empresa várias vezes, segundo o requerimento dele, e nem ouvido foi. Não há uma atenção quando a carga é roubada? Afinal, é um cliente que está sendo atendido.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Sem dúvida, é dada toda a assistência e atenção. Nesse caso específico, particularmente conversei com a secretária desse Deputado, porque quando ele tentou falar comigo insistentemente – pela minha função viajo mui-

to, sempre estou fora de São Paulo – estava me procurando, falei com a secretária dele, que queria uma providência rápida e, como em todos os casos, temos um processo a seguir dentro da companhia de seguro, em que não nos compete nenhuma interferência. Nesse caso, foi dentro da regra. O veículo foi roubado e, se não me falha a memória, houve um inquérito no Estado do Espírito Santo, em Aracruz, e, a partir desse momento, a empresa, por ter seguro, afasta-se dessa...

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga saiu do Rio de Janeiro?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Rodoviário Auto-Estrada que subcontratou a 5 Estrelas?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Isso. É comum em transporte, quando alguma empresa não atende uma determinada região, subcontratar uma terceira empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então não foi possível conversar com o Deputado?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Pessoalmente não conversei, mas sei que o pessoal da seguradora ou da corretora teve contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – A responsabilidade passa para a seguradora. A carga estava segura?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Regularmente?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente. Compete à companhia dizer se aquele evento tem ou não cobertura, baseado em “n” fatores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – A 5 Estrelas terceirizou, mas o seguro foi feito pela 5 Estrelas?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não, a Estrada terceirizou para a 5 Estrelas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – E o seguro foi feito pela Estrada?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Pela 5 Estrelas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – A 5 estrelas se ocupou do seguro?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Então a carga estava segura?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor sabe como foi o andamento da investigação desse roubo? Costumam acompanhar a investigação?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – A 5 Estrelas não participa disso, mas sei que foi bastante investigado por essa empresa que nos presta serviço, a Total Plane, e acredito que pela seguradora também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Hannover?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exato.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carga foi roubada e não recuperada. Está assegurada pela Hannover. Ela não tem que pagar o preço declarado na nota, o valor pela qual ela foi assegurada?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Como regra sim, mas, como disse, tem alguns fatores que aprovam ou não esse pagamento. Nesse caso, houve algum problema – que não saberia dizer qual – com a mercadoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O senhor depois poderia nos mandar alguma coisa esclarecendo as circunstâncias...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Perfeitamente. Posso mandar um relatório.

O SR. OSCAR ANDRADE – A seguradora desconfiou de alguma coisa?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não posso dizer isso. Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Porque estamos chamando a seguradora, mas o senhor poderia, como é interessado também, em razão de ter feito o seguro, nos comunicar realmente o fato.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Comprometo-me em enviar um relatório do ocorrido, as averiguações...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Dizem, inclusive, que há um motorista na sua empresa que tem antecedente registrado de prisão por roubo de carga, Joice de Souza, que é o do caso do roubo do caminhão.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Desconheço essa informação. Acredito que não, porque o veículo sempre é checado sobre suas antecedentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O veículo sempre é checado antes, os funcionários também são checados. Essa sua empresa de segurança faz esse atendimento. No caso específico dessa carga,

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Ela estava com outras cargas também, não era apenas essa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas como o senhor explica o fato do motorista Joice de Souza já ter tido antecedente de prisão por roubo de carga, se há toda essa segurança? O senhor tem essa informação?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não tenho essa informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em 28 de agosto de 1992, juntamente com outros envolvidos, ele é apanhado em crime de roubo de carga.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – É importante que a companhia saiba disso. Provavelmente essa seja a razão pela qual a companhia de seguro bloqueou o pagamento. Esse motorista continua trabalhando?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não. Além de desconhecer essa informação, quando existe algum fato dessa estirpe, de roubo ou sinistro, o motorista não presta mais serviço para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão era da empresa ou era contratado?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Contratado. Esse não é motorista da empresa, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Era terceirizado?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Por isso, talvez seja esse o impedimento que a companhia de seguros encontrou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não sabe o impedimento? A companhia está aí?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Não sei se veio. Naurides, o Diretor da Hannover veio? Está aí também.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Também queria esclarecer o seguinte: quando existe esse tipo de impasse entre seguradora, transportadora e cliente, é usual a companhia de seguro declarar que é caso fortuito. O que significa isso? Que não tem cobertura. Não sei se é esse caso, não sabia que era esse processo, por isso vim desarmado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Não tem problema. Queremos é esclarecimento geral, especificamente com esse. Depois, o senhor pode nos enviar, por escrito, algum esclarecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os outros também. Mandar todos os inquéritos para nós.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Então, quando isso ocorre...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – As vinte ocorrências, se o senhor puder nos mandar cópias dos registros, seria importante.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Continuando, nesses casos, quando existe o impasse de pagamento, o lesado, no caso o embarcador, deve entrar com uma ação contra a empresa, para que a mesma chame à lide a corretora, para haver as discussões em juizes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor acredita que possa ser então caso fortuito, nesse caso?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Acredito que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que houve algum problema. O senhor não pode revelar ou o senhor não sabe?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não tenho esses detalhes e prefiro não mencionar, mas, posteriormente, posso enviar detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Aguardamos e solicitamos ao senhor que faça isso.

Inclusive, se o senhor tiver outros fatos que possa nos ajudar, principalmente o modus operandis, fatos de envolvimento de pessoas, mesmo que seja reservado, gostaríamos de saber.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Sobre informações reservadas, não tenho nada a prestar, porque não tenho conhecimento. Mas gostaria de comunicar, os senhores já de vez até saber, que o roubo de cargas vem aumentando consideravelmente. Apesar de toda a prevenção, as empresas vêm gastando uma verba considerável de seus resultados com a prevenção e isso está sendo ineficiente, porque parece que o pessoal está se...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – O seguro faz muitas exigências.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exatamente. Hoje é muito difícil andar na linha pelas exigências do seguro. Muitos pré-requisitos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – Quanto onera, hoje, o preço do transporte, as despesas com segurança? O senhor tem uma base?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Sim. No caso da 5ª etapa, gasta-se por volta de 5% do nosso faturamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além do seguro?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não, incluindo o seguro. Desculpe, o seguro à parte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma.) – É despesa só de exigências do seguro?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exato. O seguro também é outro item que dá mais ou menos uns 4, 5%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chega a quase 10% a despesa.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Exato. Se se considerar a prevenção, o acompanhamento e o seguro em si, dá 10%.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É caro, não é?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – É caro. E não vem surtindo efeito isso, cada dia mais se rouba mais. E o que a gente sabe, ouve falar é que existe muita impunidade, e tem conhecimento, receptadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem acompanhado as investigações, alguém da companhia tem acompanhado as investigações da polícia para saber.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Sim, no nosso caso, essa empresa que eu disse para o senhor, que é a Total Plane, ela acompanha o processo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É contratada?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Contratada. E junto a companhia também, eles que investigam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já há uma petição da televisão independente de São José do Rio Preto. Vocês não receberam isso? A Rodoviária Auto-Estrada e a Rodoviária 5 Estrelas, informando da carga roubada, que tentou de toda sorte receber – está aqui o despacho já com tudo. E, no item 4 diz aqui: na sindicância que se seguiu ficou constatado que o motorista do caminhão Jorge de Souza já tinha sido preso em 28.12 – aquela informação que eu te dei – com outros acusados de roubo. Ficou também constatado que o motorista teria, ao deparar com a presença de policiais que lhe pediam informações sobre as contradições de suas declarações, escapado pelos fundos de sua casa com a desculpa de que iria pegar a chave do portão para fazer entrar os policiais. Até isso já tem nessa petição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ação civil.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na ação civil. Essa empresa não recebeu nada ainda de...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não, eu desconheço. Mas como eu disse, eu me comprometo a enviar toda essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde foi impetrado isso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Belenzinho. O roubo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui, em São Paulo? Belenzinho é Belém.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Senador, permite-me?

Sr. Lauro, eu gostaria de saber se o senhor tem informações de outras transportadoras que também acusam a questão do roubo de cargas, porque, pelos depoimentos que temos recebido lá, em Brasília, talvez nem todos ainda de conhecimento do grande público nacional, até por ser uma investigação que começa, agora, a tomar vulto, porque ela se desloca, temos percebido que as modalidades de roubo são cada vez mais sofisticadas. Muitas vezes, temos depoimentos em que são apontadas até conluios entre os donos de transportadora, absolutamente nada relativo ao senhor, por favor, e a própria companhia de seguro, e também os grupos que fazem os assaltos. Então, eu queria saber, já que o senhor é do setor, que outros depoimentos e que outras denúncias o senhor tem tido de outras firmas, não exclusivamente a sua. O senhor disse: tem aumentado muito. É verdade que tem aumentado, não temos estatísticas, não tem como fazê-las, mas percebemos no senso comum que isso tem aumentado numa velocidade vertiginosa e não temos tido, digamos, a contrapartida do Poder Público em suas várias esferas para poder coibir. Dou um exemplo final: venho da região de Santos. A lancha que o antigo Ministério da Marinha tem em Santos não tem potência suficiente para ir atrás de qualquer lancha que faz o contrabando, quer dizer, não é uma contradição, é quase uma atitude surrealista.

Então, eu gostaria até que o senhor pudesse citar, até se não quiser citar nomes, que citasse casos para que pudéssemos ter um arrazoado de como a sofisticação dos roubos vem se apresentando no conjunto da nação brasileira.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Olha, eu não poderia dizer que, quer dizer, não é que não poderia, não sei dizer, sobre envolvimento de transportadoras, com seguradoras e com receptadores, desconheço isso, agora, o que a gente tem conhecimento é de que o roubo ocasional representa muito pouco, todo roubo ou a maioria dos roubos é encomendado. Quando alguém rouba uma carga já sabe que vai roubar aquele veículo, naquele local e naquele momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O receptador já está...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Já está tudo encomendado. E pode rastrear, pode ter polícia,

pode ter tudo, eles roubam, porque chegam com metralhadoras. Só como exemplo, outro dia, tivemos uma carga roubada na esquina da empresa, na esquina, digo, a uns 500m, na própria rua, de medicamentos no valor de R\$300 mil, o caminhão tinha escolta e foi roubado com o pessoal todo armado, acho que por volta de 6 a 8 pessoas, e não se tem o que fazer, é roubado. Então, não existe roubo esporádico, ao acaso, se existe é muito pequeno, vamos dizer que é o pé-de-chinelo que rouba sem saber o que está levando. Agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – É, não existe isso hoje mais não. Hoje, todo roubo de carga já é bem planejado, os números da Estatística tem tudo, viu, Dr^a. Telma, essas que ele trouxe, de todos os órgãos, de todas as federações do Brasil, a CPI já tem todos esses números já, realmente, o número é crescente.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – As companhias de seguro, se vocês querem ter mais informações, têm tudo isso detalhado: qual o tipo de mercadoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – A gente tem tudo, estou informando para...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – As transportadoras também, todas sabem o que é levado de les, então, eu acho que isso aí não está estatisticamente como essa que eu trouxe aqui, mas é muito estatístico, não tem detalhes que possa, vamos dizer, ajudar alguma coisa no combate disso. O que a gente vê muito, como aquele senhor que depôs aqui, que era motorista, é que existe muita fiscalização, fiscal, nas estradas, para ver se tem ICMS, se pagou, se contribuiu, aí o caminhão fica parado dois dias nas barreiras de cada Estado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas de segurança...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Agora, segurança zero à esquerda, a gente sabe da situação da Polícia Rodoviária, que é deficitária, e não existe nenhum tipo de coibição a isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, agradeço a presença e peço ao senhor nos enviar as informações solicitadas pelos Deputados e, se possível, cópia do registro das 20 ocorrências para podermos fazer um quadro de localização do roubo e as dificuldades que têm sido encontradas na apuração. Nenhum dos casos foi resolvido, dos 20?

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Não, alguns são encontrados e recuperados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso seria interessante que o senhor também nos ajudasse a esclarecer.

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Eu vou deixar o material que eu trouxe aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço-lhe. Você queria falar alguma coisa?

Eu pediria ao Dr. Vicente Sabino, que trouxe o Sr. Roberto Gentil Bianchini, como a necessidade da presença do Jorge Nérís, e ele não é o diretor da empresa, vamos dispensá-lo e aguardar um novo convite, porque aí estaríamos com a presença do Jorge Nérís para esclarecer alguns dados que são importantes nessa situação.

Agradeço a presença e...

O SR. LAURO BARINI JÚNIOR – Estou dispensado, Ex^a? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado, doutor.

Este aqui é o contrato social da empresa.

O Sr. Norberto de Pinho Moreira Hipólito, da Seguradora Hannover, aqui se encontra.

Por favor. Boa tarde, doutor.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Boa tarde. Primeiramente,...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está convidado para esclarecer algumas dúvidas que a CPI solicitou, em razão de requerimento do Deputado, é o mesmo caso do depoente anterior, de forma que o senhor se sinta à vontade para colaborar com a CPI e, depois, se for necessário, alguns questionamentos que possam tirar a dúvida dos Srs. Deputados.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Primeiramente, eu só queria colocar que já não faço mais parte dos quadros da Hannover, há 7 meses que já saí da empresa e, hoje, trabalho numa corretora de seguros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer continuar depondo ou acha que, em razão disso... O senhor tem conhecimento desse caso?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É, na Hannover, eu era gerente da área de transportes, mas na parte técnica e comercial, a área de sinistros é um área totalmente independente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem conhecimento desse fato?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor saiu de lá por vontade própria ou...

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Por vontade própria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual corretora, Sr. Norberto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a corretora?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É uma corretora chamada Nacora, é uma corretora suíça que está se instalando no Brasil agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E trabalha com seguro de cargas?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Mais internacional, importação e exportação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Internamente, não, não é? No caso do porto de Santos, os portos têm carga segurada pela companhia? Carga aérea ou carga marítima?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Na verdade, ela é uma corretora cativa de um grupo chamado KN, que são agenciadores de carga. Então, é um dos maiores grupos de transporte e operador logístico de toda Europa. E o que eles fazem? Eles têm essa corretora e, quando eles têm algum trabalho de importação e exportação, eles indicam os clientes para nós, nós vamos até os clientes e tentamos negociar o seguro de importação ou exportação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a carga é segura até a entrega?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É, a gente chama door to door, porta a porta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já estão operando nessa área?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Nós estamos começando, agora, a operar. Inclusive, dia 30, agora, vai ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já fizeram algum seguro?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Já fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual foi o resultado?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não tivemos problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento de algum tipo de ação criminosa em cargas internacionais aqui, em território brasileiro?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É, sempre existe, né, mas a frequência de roubo do porto de Santos para cá ou do aeroporto até um armazém alfandegado é muito pequena ainda, não é um negócio significativo. O que existe muito são contêineres que vêm da Malásia, da China, e chegam aqui é pedra que tem dentro, mas, aí, já não tem nada a ver com...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fraude, não é o roubo, é uma fraude.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É uma falta na origem, como a gente diz. O contêiner vem lacrado, tudo direitinho, só que dentro é sacos de areia, pedra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor tiver alguma coisa que possa nos ajudar.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – O que tem é esse tipo de coisa.

Eu também tenho um trabalho que foi feito por um perito em Santos, um Comissário de Avarias, em Santos, onde ele coloca, não sei se são 6 ou 7 maneiras, de você abrir um contêiner sem estourar o lacre para tirar a mercadoria de dentro. Também tenho um trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem algumas denúncias e tem muita coisa na área de Paranaguá. Os senhores farão também o seguro de carga vinda de Paranaguá?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – A empresa KN tem filial em Paranaguá, mas nós não tivemos nenhum negócio com eles ainda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sabe de ocorrências, lá, de...

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria, então...

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – A sinistralidade nos seguros de importação é muito baixa, deve estar em torno de 45 a 47%. Ela é baixa a sinistralidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Baixo, 47%?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É baixo. Se você pegar o de transportadora, o de RCTRC, que está mais de 100% em algumas companhias.

O SR. OSCAR ANDRADE – De prêmios?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas isso é pagamento, né?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entre a taxa de seguro...

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Entre o prêmio arrecadado e o sinistro pago.

O SR. OSCAR ANDRADE – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu estava calculando o volume de carga.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, não. É a experiência entre o prêmio recebido e indenizações pagas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O valor arrecadado e as despesas.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Então, internacional não é tão grande assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela não ascende aos números que tem no nacional porque muita gente que tem grande seguro está abandonando o seguro interno, o seguro de carga.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É. Então, o seguro de transporte internacional, hoje, toda companhia de seguro quer, ao passo que o nacional, dificilmente eles operam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe alguma legislação especial de diferença entre as seguradoras nacionais e essas seguradoras de transporte internacional?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A legislação é...

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, a única legislação que existe é que as empresas, no Brasil, se quiserem fazer o seguro de importação, elas têm que fazer aqui, no Brasil, elas não podem contratar o seguro lá fora, no exterior. Ela pode trazer a mercadoria sem seguro, mas, se ela quiser fazer, ela tem que fazer aqui e não lá, no exterior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No exterior, só as companhias que têm esse handicap de fazer seguro internacional.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, a legislação proíbe. Se for fazer o seguro de importação de mercadoria, tem que ser fei-

to no Brasil, em empresa que esteja estabelecida aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É por isso que vocês estão fazendo uma filial aqui de operação?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Isso, para angariar esse tipo de seguro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Pergunto aos Srs. Deputados se têm alguma pergunta.

A SR^a TELMA SOUZA – Tenho, claro.

Eu queria dizer ao Sr. Hipólito que eu estava ali ao telefone mas ouvindo o seu depoimento e, quando o senhor se referiu à entrega de mercadorias door to door, porta a porta, que é uma das responsáveis pelo afunilamento dos transportadores de cargas, à medida que esse mercado intermediário fica destituído de razões. Mas, comentário à parte, até porque represento essa região, e na perícia que o Senador vai pedir ao seu estudo, reitero, com muita ênfase, que isso possa chegar as nossas mãos o mais depressa possível, porque temos alguns impedimentos de ordem política, quando a CPI do Narcotráfico. E fico a me perguntar por que isso teria acontecido. E como vejo uma estreita conexão entre a questão que foi apurada nessa CPI e esta atual Comissão, e sei que existe uma conjuntura não decifrada por nós na região, particularmente, no porto de Santos, eu gostaria que a gente pudesse ter acesso a este documento o mais depressa possível.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Está OK, posso providenciar e encaminhar a V. Ex^a.

A SR^a TELMA SOUZA – Não sei se o Presidente concorda com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente.

A SR^a TELMA SOUZA – E a segunda questão é a seguinte: trabalho como vice-Presidente da Comissão que cria a Agência Nacional de Transportes e que irá à votação na próxima semana. Deputado Mário Negromonte, gostaria até que prestasse bastante atenção. Existe um movimento de um determinado setor do País, no sentido de retirar toda atividade portuária do Poder Público, toda, o que significa para mim, uma vez que a guarda portuária já não é mais um cargo de carreira pública, uma possibilidade atroz de que se estabeleçam rotas de contrabando mais esmeradas. E, quando o senhor vem e me diz que há maneiras de se ferir o lacre, a legislação internacional não permite a abertura do contêiner, acho que é de

conhecimento de todos, e na semana passada, por coincidência, 100 contêineres sumiram do Tecon, terminal de contêineres do lado de Guarujá, eu dizia isso ontem, de uma maneira quase que mágica ou virtual, então, tenho motivos de sobra, até denúncias oficiais, envolvendo órgãos, em contêineres, não sei se isso também fica um pouco pelo folclore do aumento das questões ou armas; quando vi, ontem, o depoimento do Dr. Godofredo Bittencourt Filho, que nos disse de policiais que são mortos inclusive por armas que não são registradas no País, como é que entram, tenho motivos de sobra para achar que a minha Cidade talvez seja uma porta, não só um porto de entrada. Mas não posso afiançar enquanto não tiver as provas. E acho, Sr. Hipólito, que estamos entrando num momento desta Comissão extremamente delicado e muito sério para a vida deste País, não porque somos nós os Deputados. Quando vi o depoimento do Deputado Afanásio Jazadji, no que pese posições contrárias que tenhamos, quando ele prova que há um envolvimento até contaminando setores públicos na relação da impunidade, da omissão do poder do Estado, digo que o seu estudo, o seu depoimento, e talvez uma curiosidade se não estiver me atrevendo a entrar na sua vida particular, são motivos de ordem técnica que fizeram o senhor deixar a gerência da Hannover, a questão do seguro começa a ficar complicada na vida da nação. E termino a minha pergunta, se não estou sendo invasiva.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não, de forma alguma. A minha saída da Hannover se deveu porque a companhia estava mudando a política dela, teve uma nova presidência que determinou os caminhos que devem seguir. Dentro desses novos caminhos, senti que eu não teria um espaço para crescer. E essa corretora de um grupo suíço estava vindo para o Brasil e precisava de um gerente para começar as atividades, achei um desafio muito bom e resolvi aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que ótimo! Boa sorte.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Muito obrigado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quero formular duas questões.

Eugostaria que o senhor, se pudesse, fornecesse o nome do atual diretor da Hannover, para que pudéssemos?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – O gerente de sinistros, na minha época, porque já faz 7 meses que saí de lá, se chamava José

Vicente, e o gerente da área de sinistros de transportes mais específico era Mário Sérgio Santos Ruivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não sabe se eles permanecem.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Eu perdi o contato com o pessoal depois que eu saí de lá.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem conhecimento de que existem algumas cargas para as quais as seguradoras não querem mais fazer o seguro, em função da vulnerabilidade ou cobram mais caro?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Tenho, tenho conhecimento.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quais são as cargas?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Medicamentos, cigarros, pneus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eletroeletrônicos, não?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Eletroeletrônico, é a tal coisa, as seguradoras estão exigindo uma série de coisas, embarques acima de um determinado valor, eles querem escolta armada, consulta de cadastro de motorista, estudo de rotas predefinidas, até embarques, eu já tive na Hannover embarque altíssimo de aparelho de telefonia celular que até apoio de helicóptero foi pedido para acompanhar os caminhões.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já teve algum conhecimento, já ouviu dizer de alguma empresa comercial que tivesse comprado carga roubada?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca ouviu?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Eu tenho lido no jornal alguma coisa de grandes redes varejistas, mas que seja do meu conhecimento, só ouvi pela imprensa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas quando o senhor estava na Hannover, houve inquérito?

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – É que eu era da parte técnica comercial, na parte de sinistro, eu não interferia, a área de sinistro era totalmente independente. A minha parte era mais a técnica comercial, eu negociava, né?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Era só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu agradeço a presença do senhor e vamos ter contato sobre essa forma.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – OK.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E atender o pedido da Deputada.

O SR. NORBERTO DE PINHO MOREIRA HIPÓLITO – Eu encaminho para vocês os materiais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor. Muito obrigado.

Eu queria agradecer aqui o Deputado Afanásio Jazadji, que, dentro sua disposição de permanecer na luta contra o crime organizado, aqui vem e nos traz três proprietários de transportadoras de São Paulo que estão sendo vítimas de vários roubos. Infelizmente, a CPI, hoje, está encerrando seus trabalhos, e eu pediria, encarecidamente, vamos voltar em breve a São Paulo, diante dos depoimentos de ontem e hoje, nos obriga a isso, que voltemos o mais rápido possível a São Paulo, Santos, Campinas e outras regiões que foram elencadas pelos depoimentos que nos ofereceram.

Sr. Ronaldo Arrivadeni, Sr. Márcio Ivan da Silva e Sr. Floriano Gonçalves, os senhores se dispõem a vir depor assim que estivermos aqui? Eu poderia, independentemente do convite, enviar um assessor para conversar com os senhores e fazer um prelevamento das ocorrências e dos fatos que possam ajudar nas investigações da CPI?

O SR. – (?)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos fazer isso. Vou aferir com o Dr. Paulo e, depois, designar alguém, o senhor mesmo, se tiver condições. Está aqui o nome dos três, depois vamos pegar os endereços.

Quero agradecer muito ao Deputado Afanásio a sua força durante estes dois dias que permaneceu conosco colaborando intensamente para nos ajudar para que as audiências fossem bem-sucedidas como foram.

Muito obrigado.

Dou por encerrada a reunião, agradecendo aos Srs. Deputados por terem comparecido e a presença importante das perguntas que foram feitas, à imprensa que nos deu oportunidade da divulgação, porque sempre é importante que a população tome conhecimento da gravidade do problema que se apresenta com o aumento do roubo de cargas até, em contrapartida, as exigências que as companhias de seguro, hoje, estão fazendo para o transporte de carga, inclu-

sive o custo operacional, que ascende a 10% do valor dos transportes e mais as exigências exercidas para a segurança da carga.

Pergunto se algum dos Srs. Deputados quer fazer uso da palavra.

O Deputado Mário Negromonte tem um projeto muito importante. Não sei se Afanásio quer fazer referência a isso, sei que está em cima da hora do voo dele para a Bahia, e o trânsito pela Marginal a esta hora é difícil.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em outra oportunidade, vamos discorrer sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, está bom.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Devemos agradecer ao Presidente da Assembléia, não é Presidente Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, queremos agradecer ao Presidente da Assembléia, ao Deputado Wauderley Matriz, ao Secretário de Segurança pela oportunidade da presença de seu representante e dos delegados que aqui vieram, Delegado-Geral, e mais toda a estrutura que a Casa Militar, por ordem do Sr. Governador Mário Covas, a quem todos os dias temos que fazer orações para que ele retorne o mais rápido possível ao exercício da governança do Estado, e a todos aqueles que colaboraram conosco, principalmente os funcionários desta Casa que nos acompanharam e nos deram toda estrutura para a oportunidade de trabalharmos, inclusive a Polícia Militar que se manteve aqui e a assessoria da Polícia Civil na pessoa do Dr. Jair.

Muito obrigado a todos e dou por encerrada esta audiência.

(Levanta-se a reunião às 17h30min.)

Ata da 17ª Reunião realizada em 29/11/2000.

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil, às dez horas, na sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Moreira Mendes, Ricardo Santos, Geraldo Cândido e Edison Lobão e dos Deputados Oscar Andrade, Chico da Princesa, Nelson Pellegrino, Pompeo de Mattos, Telma de Souza e Gonzaga Patriota, membros da Comissão, reúne-se a “Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodovi-

viário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas". Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião era administrativa, sendo colocados em votação três requerimentos que foram aprovados à saber. O de nº 35, requer sejam solicitadas aos Juizes de Gravatá, Bezerros e Vitória de Santo Antão em Pernambuco, autorização de Busca e Apreensão de veículos, armas, documentos e objetos de pessoas investigadas nestas cidades. O requerimento nº 36, solicita a quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico de Antonio Pereira da Silva, Piaba Veículos, Reinam Bezerra Lima, Madereira Reinam, Romulo Lemes, Magazine José de Lemos, José Florentino do Nascimento, Manoel Lourenço dos Santos, Penha Materiais de Construção, Marcelo Lourenço dos Santos, Sebastião Firmino dos Reis, Sevério Sales Filho, Bruno Móveis e José Luiz de Queiróz. Requerimento nº 37 solicita as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico das seguintes pessoas: Marcelo Teixeira Lima, Juvadir Lino da Silva, Walter Fonseca Inácio, Sérgio Adriano Gímenes, Celso dos Santos, Daniel Rubens de Oliveira, Joacir Esteves, Marcos Pereira, Marcos Antonio Fragoço, Laurindo Marques, Alexandre Francisco Ribeiro da Costa, Mauricini Rodrigues da Silva, Marcelo Silva Liger, Marcelo Fernandes Andrade e Jorge Luis Alves da Silva. Pelo Relator, Deputado Oscar Andrade, foi sugerida a relação das cidades a serem realizadas as próximas audiências públicas, que são: Imperatriz, São Luiz, Campinas, Santos, São Paulo, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Salvador, Campo Grande, Uberlândia, Belo Horizonte e Recife. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Nairides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Declaro aberta a reunião administrativa CPML do Roubo de Cargas, para discutirmos a orientação e o prosseguimento dos nossos trabalhos.

De forma que há três requerimentos:

O requerimento primeiro pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico das pessoas físicas abaixo relacionadas. São praticamente 15 pessoas que sugiro, com o depoimento do Diretor do Depatri, em

São Paulo, e, com isto, fica aqui à disposição dos Srs. Senadores para a consulta.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Segundo requerimento, pede ao Juiz de Gravatá, Bezerros e Vitória de Santo Antão, no Estado de Pernambuco, autorização de busca e apreensão de possíveis irregularidades, armas e documentos e outros objetos que possam constituir provas destinadas a instruir os autos desta CPML das pessoas investigadas nas referidas cidades, cujos endereços constam em anexos, devendo as respectivas diligências serem solicitadas à Polícia Federal no Estado de Pernambuco.

As pessoas aqui elencadas foram decorrentes de depoimentos que colhemos em João Pessoa. Portanto, há necessidade dessas providências.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O último requerimento pede a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de: Antônio Pereira da Silva – Piabá Veículos; Reinam Bezerra de Lima – Madereira Reinam; Rômulo Leme – Magazine José de Lemos; José Florentino Nascimento, Manoel Lourenço dos Santos – Penha Materiais de Construção; Marcelo Lourenço dos Santos, Sebastião Firmino dos Reis, Severino Sales Filho – Bruno Móveis; José Luiz de Queiroz, o Didi, tendo em vista fatos denunciados por Sálvio Ilara, a propósito do envolvimento dessas pessoas com a receptação de veículos roubados.

Em votação o requerimento. (Pausa.)

Os Srs. Parlamentares que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Nós temos que dar uma suspensão nas audiências públicas já estabelecidas, que é do Maranhão e outras, para reorganizarmos o nosso cronograma.

Então, as audiências que estavam marcadas: Imperatriz, São Luís, ambas no Maranhão; Campinas, Santos, em São Paulo, são sugestões que nós vamos estabelecer cronograma e reiniciaremos com bastante presteza para darmos prosseguimento a essas audiências públicas, visto que vários Estados têm pedido, insistido nas audiências públicas.

Ainda ontem, eu e o Relator, Deputado Oscar, estivemos em Belo Horizonte fazendo um debate so-

bre seguro de carga se, lá, foram insistentemente solicitadas duas audiências públicas: uma em Belo Horizonte e outra no Triângulo Mineiro, provavelmente na cidade de Uberlândia. Assim, nós vamos estudá-las, aprová-las e colocá-las em nosso cronograma de audiências públicas. Além de diligências que, em São Paulo, vimos a necessidade de a CPMI participar de algumas diligências in loco, para verificarmos as dificuldades apontadas pela Polícia Rodoviária, pela Polícia Civil e Militar do Estado, principalmente em São Paulo e em outras cidades que visitamos. Na verdade, era a mesma colocação de ordem legal, sempre na insistência da falta de instrumento legais para uma ação mais rigorosa da Polícia.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a colocasse em votação as sugestões dessas cidades para que possamos fazer as audiências, mas, antes, eu gostaria de fazer outra consideração. Acho extremamente necessário – já conversava aqui com a nossa Assessoria, que me informou ser perfeitamente possível – que nós pudéssemos ir a São Paulo, mais uma vez, para ouvirmos pelo menos aqueles quatorze policiais do Depatri e com acareação com o preso Sálvio.

A facilidade disso se dá porque todos são fáceis de ser encontrados, porque estão trabalhando ainda. Os inquéritos lá são morosos, como foi explicado pela Corregedoria. Acho que a gente vai parar agora mais de dois meses e continuar esses policiais trabalhando exatamente onde acontecem os problemas, na divisão de roubo de cargas. É perfeitamente possível na quinta e sexta-feira que vem a gente conseguir fazer uma acareação com esse preso e esses 14 policiais. Gostaria que pudesse ser aprovado isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é nesta semana?

O SR. OSCAR ANDRADE – Na próxima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a data?

O SR. OSCAR ANDRADE – 7 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – 7 e 8.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Paulo concorda, o Naurides acha perfeitamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ficaram aqui já as sugestões, que já foram aprovadas, porque praticamente são todas as cidades e tem que incluir só Belo Horizonte e Uberlândia.

Vou ler a lista de cidades. Imperatriz, São Luís, Campinas, Santos, São Paulo – já está prevista a volta -, Porto Alegre, Foz do Iguaçu, Salvador, Campo

Grande, Uberlândia, Belo Horizonte e Recife. São 12 cidades, de forma que coloço em discussão essas sugestões. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Os Srs. Parlamentares que estão de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Faremos um cronograma de visitas para que possamos, o mais rapidamente possível, cumprir o estabelecido.

Ficam sugeridas as datas de 7 e 8 deste para São Paulo para darmos prosseguimento à audiência já iniciada na última semana, quando surgiram fatos que necessitam de acareação.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que estejam de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Ficam em tão as datas de 7 e 8, em São Paulo. Já estruturando as intimações para que não haja qualquer desculpa do não comparecimento, principalmente dos policiais indicados pelo Sr. Sálvio, que está colaborando com esta CPI, e assim poderemos efetivar a sugestão do Sr. relator.

Acatada a sugestão, peço à secretaria que já dê início às providências.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião de trabalho, antes, porém, informando que vamos insistir com o Banco Central – hoje vou procurar estabelecer um contato com o Presidente Armínio Fraga -, com a Receita e com os outros órgãos que deram contribuição importante na CPI do narcotráfico que se desloquem a esta CPI para darem continuidade a seu trabalho, visto que a análise de documentos feita naquela CPI é de vital importância para esta CPI.

Agradecendo a presença dos senhores, encerro a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h36min.)

Ata da 18ª Reunião realizada em 07/12/2000.

Aos sete dias do mês de dezembro do ano dois mil, às dez horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senhor Senador Moreira Mendes e

dos Senhores Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Telma de Souza, Mário Negromonte e Robson Tuma, membros da Comissão, reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir as pessoas do Delegado Marcelo Teixeira Lima, do DEPATRI/SP, dos Investigadores de Polícia Celso dos Santos, Juvandir Lino da Silva, Daniel Rubens de Oliveira, Marcos Pereira e Alexandre Francisco Ribeiro da Costa, todos do DEPATRI/SP, ficando registrada ainda a presença da reunião dos Deputados Estadual Cecílio de Freitas e Edmundo Mesquita e durante os trabalhos a reunião também foi presidida pelo Deputado Mário Negromonte. Inicialmente foi ouvido o Delegado Marcelo Teixeira, que foi questionado pelos seguintes Parlamentares, Romeu Tuma, Oscar Andrade, Pompeo de Matos e Mário Negromonte, bem como foi acareado com preso Sálvio Barbosa Vilar, havendo nesta acareação várias controvérsias que poderão ser analisadas pela Comissão através do apanhamento taquigráfico. Em prosseguimento foi ouvido o policial Celso dos Santos, que foi questionado pelos Senador Tuma, Deputados Oscar, Pompeo, Negromonte e Robson Tuma, havendo também necessidade de se fazer uma acareação com o preso Sálvio Barbosa, ficando acertada ainda que o mesmo deveria permanecer no recinto para que havendo necessidade se fariam novas acareações com os outros policiais que irão depor. O próximo depoente foi o investigador Juvandir Lino da Silva, também do DEPATRI/SP, que foi questionado pelos mesmos Parlamentares acima mencionados que ouviram o policial Celso, havendo também uma acareação entre o depoente e o preso Sálvio. Como houve várias controvérsias nos depoimentos tanto de Celso como de Juvandir, se fez uma nova acareação entre os dois policiais e o preso, resultando inclusive na prisão de Celso dos Santos por infringir o artigo 4º, Item II, da Lei nº 1.579, de 18/03/1952, sendo que o preso foi conduzido ao Departamento de Polícia Federal pelo Deputado Mário Negromonte. A seguir, foi a vez do policial Daniel Rubens de Oliveira, que foi questionado pelo Senador Tuma, e Deputados

Oscar, Pompeo e Robson, também se fez necessária a acareação entre o depoente, o preso Sálvio e o policial Juvandir. Havendo três versões dadas pelo policial Juvandir na ocasião da acareação com o policial Daniel ficou comprovado que Juvandir estava faltando com a verdade inclusive sendo dada voz de prisão por infringir o mesmo artigo da Lei 1.579/52, sendo que o mesmo foi conduzido ao DPF pelo Deputado Pompeo de Matos. Dando sequência foi ouvido o policial Marcos Pereira, o "MARCÃO", que também foi acareado com Sálvio e interrogado pelo Senador Tuma e Deputados Oscar e Robson, finalmente foi ouvido o policial Alexandre Francisco Ribeiro da Costa, o "FAROFA", também do DEPATRI/SP, que foi questionado pelos Parlamentares acima citados. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento do roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir os depoimentos das pessoas anteriormente convocadas, cuja relação vou ler em primeiro lugar, depois chamarei uma de cada vez, e, por solicitação dos seus advogados, acompanharão os depoimentos.

Agradeço a presença do Deputado Afanásio e convido-o a se sentar à esquerda, se assim o desejar, para, como parte da CPI, ajudar-nos em algumas colocações, tendo em vista a sua participação da CPI do Crime Organizado e a sua colaboração com esta CPI, pela qual agradeço a S. Exª.

Foram convocados para esta audiência o Sr. Marcelo Teixeira Lima, Delegado de Polícia, Juvandir Lino da Silva, Investigador, Celso dos Santos, Investigador, conhecido como Índio, Daniel Rubens de Oliveira, Investigador, Marcos Pereira, Investigador, Marcão, Alexandre Francisco Ribeiro da Costa, Investigador, conhecido como Farofa, e Francisco Eduardo Manoel, Investigador.

Todos eles foram arrolados em razão de depoimentos obtidos pela CPI que, em princípio, visam es-

clarecer a participação ou não nas acusações que foram feitas de facilitação do crime de roubo de cargas e, principalmente, quanto ao destino ou entrega aos interceptadores, cuja identificação é um dos principais objetivos desta CPI.

Posteriormente, ouviremos o Sr. Sálvio, que está à disposição desta CPI por ordem do Juiz competente de Campinas, o qual, conforme a necessidade, estará presente para confirmar ou não os seus depoimentos anteriores.

Para dar andamento, convido o Sr. Marcelo Teixeira Lima, Delegado de Polícia, para comparecer perante esta Comissão.

O senhor é o advogado do Dr. Marcelo? (Pausa)

Bom dia. Pode se sentar, por favor. Peço ao advogado que se sente um pouco mais distante, porque sempre dá vontade de interferir e não gostaríamos de chamar a sua atenção. Diga o seu nome para que conste dos autos a presença de V. Sr^a. Agradeço a compreensão. V. Sr^a não poderá intervir nem orientar nas respostas, mas aceitarei qualquer protesto e tomaremos providências se for ou não razoável.

O depoente terá todas as garantias para que possa realmente esclarecer à CPI todos os fatos que como seu nome são relacionados em razão de depoimentos de marginais que o acusam de participação em alguns acontecimentos delituosos.

Se V. Sr^a quiser fazer uma exposição preliminar, ofereço-lhe a palavra. Depois, concederei a palavra ao Relator a fim de que inicie as perguntas.

V. Sr^a poderia identificar-se, por favor?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Meu nome é Marcelo Teixeira Lima. Trabalho no Depatri, não fui afastado do departamento e continuo à disposição da divisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando, porque a Corregedoria está apurando. Então, se V. Sr^a puder esclarecer o que já está em andamento, nós o agradeceremos.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – As denúncias a mim imputadas coincidem com as que foram feitas pela CPI do Narcotráfico, que, como V. Ex^a sabe muito bem, foi instalada inclusive nesta Casa em 12 de abril. São as mesmas denúncias a respeito das quais fui intensivamente questionado e prestei os esclarecimentos devidos. Com relação a essas denúncias, existe um inquérito policial na 2^a Delegacia de Crimes Funcionais da Corregedoria e da Polícia Civil que também apura as mesmas denúncias.

Quanto às investigações, sou o investigado. Não sei como está. V. Ex^a tem que tentar esclarecer-se

com o Sr. Corregedor. Não sei se V. Ex^a teve contato com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sr. Corregedor esteve conosco e deu-nos uma explicação sobre o andamento do processo e as dificuldades que está encontrando em razão de pedidos ao Poder Judiciário que estão retardando as investigações. Desse modo, a CPI do Narcotráfico concluiu os seus trabalhos. Receberemos em breve os documentos da Relatoria.

A CPI do Roubo de Cargas, em tese, foi decorrente daquela CPI, porque as CPIs têm os assuntos determinados em seus requerimentos de iniciação. Ela não poderia apurar roubo de cargas. Como a pessoa de V. Sr^a apareceu mais relacionada com o roubo de cargas e com a destinação de mercadorias de receptores indicados pelos senhores, que é a acusação que consta dos autos, precisamos esclarecer essa questão para que a CPI do Roubo de Cargas tenha uma explicação independentemente das conclusões da CPI do Narcotráfico.

Então, V. Sr^a está sendo chamado para que o prosseguimento dessa investigação, nessa parte de envolvimento de policiais com as quadrilhas de roubo de cargas, fique plenamente esclarecida.

Concedo a palavra ao Sr. Relator a fim de que dê início aos assuntos que interessam às apurações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Marcelo, quando V. Sr^a ingressou na Polícia, quais as delegacias em que trabalhou e onde trabalha atualmente?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ingressei na Polícia em 1981. Fui agente penitenciário, policial militar, investigador de polícia, escrivão de polícia e sou delegado há seis anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E atualmente onde trabalha?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Atualmente, estou no Departamento de Investigações sobre Crimes Patrimoniais, o Depat.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual divisão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Na Divisão de Investigações sobre Veículo e Roubo de Cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Divercar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando V. Sr^a está na Divercar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Estou há um ano e meio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há apenas um ano e meio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – E no período de 1995 a 1999?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nesse período, fiquei na 1ª Delegacia de Roubos e Extorsões, uma outra divisão do Departamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Depatri?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a sua atribuição principal naquela época?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu era delegado-assistente da Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais eram as suas atribuições como delegado-assistente?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Apurar crimes contra o patrimônio, de autoria desconhecida.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era feito o recrutamento de informantes? Era uma questão individual dos policiais ou era feito por meio da Delegacia, com controle dos Delegados?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Veja bem, Excelência. No Depatri, existem dois tipos de obtenção de informações: por denúncia anônima – sempre existiram telefones à disposição da comunidade (0800), justamente tendo em vista a obtenção de informações e, como foi Delegado de Polícia, o Senador Romeu Tuma sabe que os investigadores têm a sua fonte de informação, que, até por uma cultura da própria polícia, é sigilosa. Cada um tem a sua fonte de informação. A autoridade recebe o caso, mas não tem acesso à fonte de informação dos investigadores. Todos os investigadores têm a sua fonte de informação, sobre a qual não temos controle.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como Delegado responsável pela pasta, S. S.^a não tem controle, contato?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Veja bem. Eu não tenho contato com a fonte de informação do investigador. Cada um tem a sua fonte de informação. Às informações anônimas que chegam à Delegacia, a essas, sim, tenho acesso, porque passam por toda uma cadeia administrativa. A denúncia anônima chega à Delegacia, passa pela Divisão, que, dependendo da natureza da ocorrência, é distribuída para as demais Delegacias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é a denúncia anônima?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero-me ater aqui aos informantes.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – À fonte de informação de investigador eu não tenho acesso, como Delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E S. S.^a não tem contato direto com nenhum?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eventualmente, os informantes acompanham os policiais em levantamentos e diligências externas?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – De forma nenhuma. Não há essa orientação, de forma nenhuma. Sabemos que há fontes de informação. Mas não existe orientação nenhuma para que o informante acompanhe qualquer tipo de diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não há orientação oficial, nem autorização, mas isso acontece?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não posso afirmar isso para V. Ex.^a, porque disso não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria apenas de fazer uma pergunta. Cada agente tem o seu informante. Mas, quando há uma denúncia, o policial tem de informar ao delegado-chefe a diligência que vai fazer e é conferida a fonte de informação para saber se tem fundamento essa informação, a qualidade do informante, se é ou não marginal, se está colaborando, qual o objetivo da denúncia que faz ou é compartimentado. O Delegado-chefe não se preocupa em saber quem é o informante?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Bem, normalmente, quando eles estão investigando um caso, eles prestam um relatório de investigação. Eu não procuro discutir a fonte, porque, como lhe falei, a fonte deles é sigilosa, até para não vazarem informação para outra equipe. Existe esta concorrência entre as equipes: ter uma fonte de informação. Pode ser que uma outra equipe tenha sucesso na diligência, na prisão ou apreensão do que quer que seja. Então, justamente esse acesso, esse controle não tenho. Ele presta informação mediante um relatório de investigação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas S. S.^a testa a consistência da informação?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito. Se as diligências vão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Valer a pena ou não.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – ...valer a pena ou não, se vão resultar em trabalhos satisfatórios, se a informação não é “fria”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque, normalmente, ela pode ser plantada quando o informante tem um outro tipo de atividade e pode usar o policial para plantar uma informação que facilita a ação da quadrilha em outro ponto. Então, o zelo do delegado-chefe é não facilitar que o informante passe a comandar a ação de Polícia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, isso aí não permitimos, de forma nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou citar alguns nomes aqui para que o Dr. Marcelo, por gentileza, diga se os conhece: Juvandir Silva.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Juvandir já foi meu investigador. Conheço-o.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso dos Santos.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Celso também conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel de Oliveira.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Pereira, Marcão.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É investigador do Departamento, mas nunca trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre Costa (Farofa).

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Conheço-o no departamento, mas nunca trabalhei com ele também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Manuel.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É do departamento, mas nunca trabalhei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nucine.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – 63ª DP.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo, também da 63.ª.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão, PM.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu trabalho de repressão ao roubo de cargas você se recorda de ter investigado, de ter apreendido ou mesmo ter usado como informante via policial, ou diretamente, das seguintes pessoas: Pércio.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – São mais compradores de carga roubada: Dedé.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ladrões de carga: Marcelo Borelli.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís, chefe de quadrilha, Jurandir...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Jurandir? Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chico.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi o período em que o senhor trabalhou lá mesmo, que o senhor afirmou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Veja bem, eu estou na Depatri como delegado desde 1995. De 1995 a 1999, é a primeira delegacia de roubos e extorções e no Depatri há um ano e meio, na Divecar, de 1999 até agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Até 1999 era qual divisão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Na divisão de crimes contra o patrimônio, que é a 1.^a Delegacia de Roubos e Extorções.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra-se do Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Conheci-o na CPI do Narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio. Na verdade o nome dele é Sálvio.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Acabei conhecendo-o na CPI do Narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe dizer como ele se tornou um informante no Depatri?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Consta que ele era informante de um investigador que trabalhou comigo, o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Índio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Índio, é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já realizou diligências, investigações em outros Estados?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais Estados?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em caráter oficial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Oficial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com conhecimento da autoridade da cidade?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com, até, todas as diligências que fiz fora, tenho condições de... aqui não tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, só para confirmar.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A documentação está aqui: apreciação e deliberação da Comissão, está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comunicadas as autoridades das cidades que colaboraram ou não com o senhor.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim. Até, Excelência, porque o Depatri, temos um relacionamento com as demais especializadas de outros Estados. Então, temos troca de informações, principalmente com Belo Horizonte, Rio de Janeiro, nosso relacionamento, e o Sul, principalmente, temos um relacionamento estreito para trocar informações. Então, quando as equipes de lá vêm para cá e vice-versa, eles para apoiar e a recíproca é verdadeira nos outros Estados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de que o Laércio (Sálvio) viajava para diversos Estados do Brasil, interesses de policiais do Depatri?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não era informante do Celso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Informante do Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E não viajou com ele para auxiliar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeitamente, a única diligência que o Celso, que tomei conhecimento posteriormente, foi uma diligência que foi feita para a Bahia, onde foram realizadas diligências, foram apreendidos dois veículos no município de Guanambi, na Bahia, que resultou na apreensão de veículos produzidos de roubo, que era aqui de São Paulo, o Celso havia informado não só a mim, como a meu delegado titular, e foram realizados os atos que tinham que ser realizados, persecutórios, pela autoridade local, porque foram apresentados os veículos lá, e houve um desdobramento dessa investigação em São Paulo, a qual presidi uma prisão em flagrante de uma terceira pessoa, que foram apreendidos petrechos e material para falsificação de veículos. Esses inquiridos, esses procedimentos estão aqui também à disposição da Comissão para apreciação. De que eu tenha conhecimento, Excelência, foi a única diligência que esse cidadão teria informado ao Celso. Agora, com relação às diligências que foram executadas, os policiais que executaram estão aí para poder esclarecer. Não estive na Bahia e nem autorizei a viagem. À época, foi o Delegado titular. Está aqui para documentação.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor só tem conhecimento?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Só conhecimento.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Com licença.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na oportunidade, foi preso o interceptador?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Os interceptadores foram conduzidos à Delegacia de Guanambi e ficaram à disposição da autoridade local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi em que época isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não sabe o procedimento com os receptadores?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O procedimento não. Até porque foram apresentados para a autoridade de Guanambi e os policiais comunicaram à chefia da Delegacia que eles ficariam à disposição.

Somente foram feitos os autos de exibição e apreensão dos veículos e eles ficaram à disposição, até porque os policiais não podiam tentar intervir ou violar o juízo de convicção da autoridade. Ela foi quem decidiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois o senhor poderia fornecer cópia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está à disposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Laércio, nunca viajou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência. Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você tinha a informação de que ele era infiltrado nas quadrilhas para facilitar a informação?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ex.^a, falei apenas que tive conhecimento desse caso da Bahia que o próprio Celso nos revelou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a ele ter sido infiltrado em alguma quadrilha para dar informações ao Celso ou para algum outro policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Isto o senhor teria que questionar o Celso. Eu exatamente só tenho conhecimento da diligência da Bahia e que foram realizadas diligências...

O SR. OSCAR ANDRADE – Faço esse questionamento ao senhor em função de ter sido Delegado à época.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vamos perguntar ao Celso também. O senhor nunca viajou, teve contato com o Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – De forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor prendeu alguma vez o Antônio Silvestre, vulgo “Pintado”?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece essa pessoa envolvida no roubo de cargas?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você acha que é o motivo de o Laércio ou do Sálvio ter dito na nossa CPI do narcotráfico, em Brasília, que duas vezes o senhor viajou com ele a Montes Claros, Minas Gerais? O que você entende por essa colocação dele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para tentarmos prender o Antônio Silvestre, esse “Pintado” sobre o qual te perguntei agora?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, o Brasil hoje...

O SR. OSCAR ANDRADE – E uma terceira vez ao Rio de Janeiro, segundo informações dele.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Na viagem do Rio de Janeiro tenho inclusive as diligências que fiz à época. Fiz para tentar pegar um outro marginal e está aqui documentado. Vou deixar à disposição para a apreciação de V. Ex.^a.

Infelizmente, no Brasil hoje vivemos uma onda de denunciismo onde se criou uma cultura de total desrespeito à presunção de inocência. Agora, Excelência, os motivos que levaram esse cidadão a me envolvereu desconheço. Não posso esclarecer isto para V. Ex.^a, mas reafirmo, como o fiz na CPI do narcotráfico, que são acusações injuriosas e falsas.

Eu nunca tive contato com ele e, como esclareci anteriormente, não tenho contato com fonte de informação. V. Ex.^a pode chamar todos os Delegados do Depatri que a versão é a mesma porque não temos contato com a fonte de informação, do elucidamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas têm conhecimento?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Temos conhecimento do serviço que chega por um relatório de investigação das diligências, mas a fonte não tem

como ser apresentada em juízo. Se eventualmente o senhor qualifica a fonte, não há como. Justamente por isso não se tem como fazer essa vinculação.

Por isto, ele me apresenta um relatório de investigação, mas à fonte de informação o Delegado não tem acesso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero aproveitar para perguntar se houve alguma desavença entre o senhor e o Luigi que levasse a alguma cultura de envolver o Dr. Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor teve alguma desavença com o Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência. Nunca tive contato com esse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não tem nenhuma idéia da motivação?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho e gostaria de saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As colocações que ele faz são bastante objetivas e não têm um sentido de fantasia. Ele faz as colocações com muita clareza, fornece local, os telefones.

Ele fez diligências especiais para Delegados Federais e mos troulo ca is. Não há, pelo menos, em tese estórias que muitos alcagüetes dão em suas versões para acusar policiais. Ele dá razões e convencimento pelos detalhes que apresenta. Só para resguardar sua figura, é preciso tomar muito cuidado com as respostas que dá.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, estou à disposição até da Polícia Federal para qualquer diligência... V. Ex^a pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer uma acareação aqui, doutor, porque são processos que não podem ser procrastinados. Temos que começar a eliminar as histórias, para ter um convencimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe, no Depatri, de que forma foi dada a identidade falsa ao Laércio? O nome dele, na verdade, é Sálvio Barbosa Vilar. Ele recebeu, quando atuava no Depatri, essa identidade de Laércio Cunha.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, existe um inquérito policial na Corregedoria que apura quem forneceu. Seriam policiais da 63^a. Além de eu não saber quem poderia ter fornecido, existe um inquérito policial na Corregedoria que apura. Seriam policiais da 63^a. Mas desconheço quem são.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a razão pela qual ele, embora, à época, condenado pela Justiça, não foi preso e freqüentava o Depatri? Ele tornou-se até informante dos policiais usando esse nome de Laércio. Como você explica isso? O que acha?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho conhecimento disso, Excelência, de ele freqüentar as dependências do Depatri, até porque existe uma portaria por onde só entram policiais ou funcionários autorizados. O Depatri é uma área de segurança. Temos uma carceragem com 300 presos. O controle de entrada e saída das pessoas é rígido. Não sei qual o motivo de ele falar que tem livre acesso às dependências do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há uma pergunta que V. Ex^a fez sobre o Alemão, o Chico, que seria um perigoso marginal, colaborador da Polícia, que, inclusive, participaria de diligências dirigindo viaturas policiais. Ele teria envolvimento em assaltos, homicídios, tráfico de drogas e seria pago por policiais para fazer prisões clandestinas, matar desafetos ou vender cargas recuperadas. Você conhece esse Alemão, já ouviu falar dele, que seria um informante do Depatri, de um distrito policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nunca tive conhecimento. Não, Excelência, nunca tive essa informação, que seria informante de alguém. Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhece, nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, que foi membro ativo da CPI do Narcotráfico. Nosso pedido veio para a CPI do Roubo de Cargas, que tem boa fonte da sua participação ativa no roubo de cargas. S. Ex^a fará o questionamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Marcelo, o senhor já esteve na CPI, em São Paulo, eu me recordo, já prestou depoimento. Aliás, foi um depoimento mais light, até porque a CPI buscava esclarecer o narcotráfico. Agora temos uma CPI específica do roubo de cargas.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui acusado de ser chefe do narcotráfico e do crime organizado em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não por mim. Não de chefe do narcotráfico, mas que pesam sobre o senhor sérias acusações de envolvimento no roubo

de cargas e questões de patrimônio, exatamente sua função dentro da sua profissão, como delegado.

Quero aqui começar chamando a atenção para um aspecto. O senhor falou que há uma onda de “denuncismo”. Não vejo isso. O que vejo é uma onda de roubo de cargas, exatamente sobre a sua delegacia, que tem a responsabilidade de investigar. Essa onda de roubo de cargas acontece mais aqui em São Paulo. A onda de roubo de carga é muito maior que a de “denuncismo”. É fantástico. Estão deixando de assaltar banco para roubar carga, deixando de roubar residência para roubar carga, porque é como roubar doce de criança, é impune, ninguém pega e fica por isso mesmo. A verdadeira onda que tem aqui é a de roubo de carga, e é algo fantástico.

Lembro-me de, no seu depoimento, ter prestado os mesmos esclarecimentos: que não conhece ninguém, que não viu, que não sabe, enfim. E chama-me a atenção uma coisa curiosa, porque a resposta “não sei, não vi, não estava lá” é a mais simples por que não tem desdobramento. “Não sei, não vi, não conheço”, quer dizer, é como se fosse a negatividade da autoria, que é a tese mais simples no Tribunal do Júri, “não fui eu”, mas que é a mais fácil de ser condenada. Até porque, mostrou qualquer indício, vai para lá.

E fico curioso, nessa sua tese do “não sei, não vi, não estava lá, não conheço”, por exemplo, o policial que fez a Carteira de Identidade para o Sálvio, transformando-o em Laércio, que o senhor sabe que é da 63, o senhor não sabe quem é o policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei, porque tomei conhecimento através da imprensa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que – e uso uma expressão que me salta aos olhos... Como é que um delegado de polícia do seu posto, com acusações sérias e pesadas contra o senhor, de estar envolvido com um marginal que era informante, e através das informações dele se alimentava exatamente para roubar as cargas, essa é a acusação que pesa sobre o senhor, aí um policial de uma delegacia de São Paulo, da 63, o senhor sabe que é da 63, está sendo acusado de ter... O senhor disse que sabe que é da 63.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu falei que é um policial mas não individualizei ninguém, Excelência. Existe um inquérito que apura a... Não conheço...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou dizendo que o senhor individualizou. Estou dizendo que o senhor sabe que é da 63.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tomei conhecimento através da imprensa e da Corregedoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então deixe-me avançar no raciocínio. Porque com o senhor tenho que raciocinar. E muito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com licença, Deputado. Denuncismo é uma coisa. Apurar fatos é outra.

Então, o que estamos fazendo, Delegado, não é desrespeitando a figura da sua pessoa com denunciismo. Estamos apurando fatos relatados e assinados que precisam ser esclarecidos. Então, denunciismo nós jogamos no lixo. Agora, fatos não. Fatos têm que ser apurados.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu sei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E é a caminhada que o Delegado está fazendo, sem desrespeito à figura e, principalmente, à sua função.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, retomando, veja o raciocínio que quero fazer. Quer dizer, sobre o senhor pesam sérias acusações. Imagino que se pesassem sérias acusações contra mim eu saberia quem estava me acusando, quem era essa pessoa e o que aconteceu com essa pessoa. No caso específico, o Sálvio, que se transformou em Laércio por um policial da 63, e que o senhor sabe que é da 63, ora, o senhor não ia atrás para saber quem é o policial? O senhor, como Delegado de Polícia, não investiga nem as coisas que possam servir de alibi para o senhor para saber quem é? Nem as coisas que interessa ao senhor para fazer a sua defesa? O senhor poderia dizer: “fiquei sabendo que...” São Paulo inteiro sabe. O mundo inteiro sabe quem é o policial. Só o senhor é que não sabe. E é o policial exatamente que deu o nome, um novo nome ao bandido que andava com o senhor. Quer dizer, que dizem, que alega que andava com o senhor. E o senhor não se interessou em saber o nome desse policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, a Corregedoria está apurando. Eu não posso...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Quer dizer que o senhor não se interessou em saber? Não estou dizendo para o senhor apurar. O senhor não se interessou em saber o nome do policial que fez a carteira para o Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, eu, na qualidade de investigado, não posso nem procurar saber, interferir na Corregedoria. Está a cargo deles a investigação, Excelência. Eu não posso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Olha, vou dizer para o senhor. Imagine um delegado assim me defendendo, se não defende nem ele mesmo!

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, não fui acusado de fazer a carteira para ninguém. Isso é que estou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas até para esclarecer o fato de que ele tinha um documento falso, e é um dos seus acusadores, vamos atrás da verdade em tudo que surgir para mostrar no lugar dele.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Excelência, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que o próprio advogado deve ter procurado.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito. Mas o que quero dizer é o seguinte: existe um órgão justamente para fazer isso. A Corregedoria está investigando. E tomei conhecimento de que seria um policial da 63 pela própria Corregedoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor... É curioso, Dr. Marcelo, o senhor não se interessar. Porque a Corregedoria sabe quem é. A Corregedoria sabe. Já está praticamente provado. E o senhor não se interessou em saber quem é o policial, esse que fez o diabo da tal da carteira para esse louco do tal de Laércio, que não sei quem é. O senhor não se interessa em saber? E não sabe ou está lavando as mãos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência. De forma nenhuma. Já justifiquei a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas nunca vou querer que o senhor investigue um crime em que eu esteja envolvido, em que eu seja a vítima. Quero que o senhor investigue um crime em que eu seja o autor. O senhor não vai descobrir nunca.

O senhor também não conhece o Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca ouvi falar no Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nunca ouvi falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem soube se o Alemão era informante?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em hipótese alguma?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Existe esse tal de Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há uma série de acusações que pesam sobre o senhor. O senhor teve bastante tempo para ir ver por que o acusam de estar envolvido com esse tal de Alemão. O senhor não buscou se interessar em quem era esse Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu conheço, excelência. Há inúmeros "Alemães". Qualquer um é "Alemão".

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas com os seus policiais da sua delegacia. O senhor tem na mão um aparato dos melhores e mais qualificados da Polícia. Se eu tivesse um aparato como o senhor tem e tivesse acusações sobre mim, eu pegava o meu aparato e dizia: descubram quem é esse Alemão, porque a CPI sabe quem é o Alemão; ele vai aparecer. O senhor não tentou buscar saber quem é esse Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não conheço o Alemão, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tentou procurar esse tal de Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não é que eu não tentei; eu não conheço; eu não tenho como procurar uma pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que o senhor não conhece. O senhor está na tese: eu não sei; eu não vi; eu não estava lá. Mas eu quero diferente. Eu sei que o senhor não conhece o Alemão, pelo que o senhor está dizendo. O senhor não conhece o Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu também não conheço o Alemão, no entanto, o senhor não conhece e eu também não conheço, e sobre nós, que não conhecemos o Alemão, não pesa absolutamente nenhuma acusação em relação ao Alemão. Mas, como nós estamos investigando por meio da CPI, queremos saber quem é o Alemão, estamos indo atrás do Alemão. O senhor não foi atrás do Alemão para saber.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Porque eu não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, deixe-me orientá-lo.

Dr. Marcelo, o senhor está investigando roubo de carga. Normalmente, o bandido usa nome frio ou alcunha?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Alcinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E se o senhor pegar uma quadrilha que tem como chefe um Alemão, o senhor não vai atrás?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Lógico.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alemão seria um perigoso marginal, colaborador da Polícia, que participava de diligências, inclusive dirigia um carro da Polícia, teria envolvimento em assaltos, homicídios, tráfico de drogas. Ele seria pago por policiais para fazer prisões clandestinas, matar desafetos e até vender cargas recuperadas. Tudo isso são informações que temos sobre o Alemão, que a sua delegacia apurava, em que o senhor trabalhava, onde comandava uma equipe. O senhor nem sabe quem é o Alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Mas, excelência, quem falou foi o denunciante. Eu não tenho conhecimento desse Alemão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que o senhor não tem conhecimento, mas o que surpreende a mim e a nós todos, Dr. Marcelo, é um delegado de polícia, no posto em que está, na importância que tem, com o aparato de que dispõe, pesa sobre ele uma acusação sobre estar envolvido com um determinado bandido que ele diz que não conhece, e esse delegado não ir atrás desse bandido. Nós vamos achar o Alemão, e o senhor não acha, então eu estou pensando que o senhor está escondendo o Alemão. Eu me autorizo a dizer que o senhor deveria dizer: “Eu procurei o Alemão em tal bairro, em tal vila, em tal lugar, nesse e naquele outro; procurei em todos os lugares.” Eu penso que o senhor tinha que procurar, até para saber sobre esse bandido, porque o senhor não deve, não conhece, não tem nada que ver. Deveria descobrir que é esse bandido e dizer: “O Alemão é esse. Não, não é esse Alemão, tem um outro Alemão.” Fazer alguma coisa. O senhor não está fazendo nada, não sabe, não viu, não estava lá, não quer saber. É o tipo da coisa que quer distanciar, assim como o Deputado Oscar Andrade perguntou para o senhor sobre o Marcelo Boreli.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não conheço, excelência, nunca prendi, nunca tive contato, não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, e ele é acusado de ser um dos principais chefes de quadrilha de roubo de carga em São Paulo; e o senhor é o delegado da área e nunca ouviu falar. O senhor já ouviu falar na CPI o nome dele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O nome dele foi aventado na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já foi falado.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Já foi falado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca tentou ir atrás desse tal de Boreli?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, excelência, não temos informações para chegar nele. Se eu tivesse as informações, chegaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor está há dois anos na Divecar, com todas as informações que tem sobre o Marcelo Boreli. Como é que são feitas as suas investigações?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – As investigações são feitas em cima de investigações, levantamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E as informações todas que foram trazidas da CPI do Narcotráfico em que consta o nome do Marcelo, e tantas outras que eu citei aqui? Não foi atrás de nenhum, não tem nenhuma investigação, não se preocupou com isso? Até porque uma das prerrogativas da CPI é exatamente auxiliar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Jurandir?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também na CPI lhe foi perguntado sobre o Jurandir. O senhor lembra, não é?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, foi; eu lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor não se interessou em procurar conhecer?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não tenho como levantar, excelência. Jurandir é um nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um nome.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Se eu não conheço a pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu estou dizendo assim: o senhor não conhece...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu entendi, excelência. O senhor está perguntando para mim se eu não trabalhei em cima para identificar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor está começando a adivinhar. É isso mesmo? E aí?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, o nome é Jurandir. Como, se nunca tive contato, não tive informações, não tenho nada? Como vou chegar na pessoa e identificar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que temos informações? Aliás, passamos as informações

para o senhor. Então, vou dizer: o Jurandir, um ex-policial, que atuava junto com os policiais do Depatri, integrado a um grupo que apreende cargas e revende a receptadores. Isso foi dito já para o senhor. Então, é fácil. É tão fácil que me autorizo, a essa altura, a dizer assim: acho que ele sabe e, porque sabe, não quer contar, porque, contando, vai ter que aparecer o tal do Jurandir.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não fiz comentários porque não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi atrás do Jurandir, não saiu para procurá-lo, chamar seus policiais, sua estrutura, enfim...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, isso foi feito, só que ninguém tem informações a respeito do paradeiro dessa pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ah, agora já começou a fazer, até então não sabia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência! Não falei que não sabia. Não temos o paradeiro dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele existe?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é fácil recorrer à ficha da polícia. Jurandir, um ex-policial. Quem é Jurandir, ex-policial? Não devem ter 20 Jurandir, ex-policial, têm?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Se o denunciante identificar e der mais informações, vamos atrás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Doutor, acho que isso o senhor pega na ficha da polícia. Vou lhe ensinar – imagine eu que não sou delegado, o senhor que é! O senhor pega na ficha da polícia, pega Jurandir, todos os ex-policiais Jurandir. Quantos ex-policiais Jurandir o senhor encontrou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não entendi a pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos ex-policiais o senhor encontrou com o nome de Jurandir?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, mas é policial civil, militar, rodoviário?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tanto faz, para mim. Quantos o senhor encontrou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O universo é muito grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos o senhor encontrou sendo militar, quantos civis e quantos rodoviários?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, não tenho nem como obter dessas instituições, com o nome Jurandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor oficializou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não cheguei a oficializar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso que quero mostrar para o senhor, que o senhor não fez nada. É isso que quero mostrar. É fácil! O senhor vai lá e puxa no computador da Polícia Civil, que o senhor tem acesso. Eu não tenho! Puxa lá o nome Jurandir, ex-policial. Está lá! Não sei se existe um ou dois, mas não acredito que venham dez Jurandir, ex-policial. Estou chutando. Aí, dos dez, ainda que fossem dez, o senhor verificaria e faria a ficha de cada um, chamaria cada um dos Jurandir.

Aliás, quero fazer um requerimento aqui, Sr. Presidente, à Polícia Civil, à Polícia Federal, porque precisamos contatar aqui com o chefe da Polícia Civil, para trazer aqui a ficha de todos os ex-policiais que possam se chamar Jurandir. Quero fazer aqui este requerimento.

Aqui ele não buscou, então vamos buscar aqui os ex-policiais chamados Jurandir. Vamos pedir os policiais civis e militares. Acredito que seja civil, mas vamos pedir dos dois. É fácil, ir na Polícia Civil, passar no computador. Depois temos que fazer um ofício, Dr. Naurides, requisitando da Polícia Civil e da Polícia Militar. É fácil puxar. E que reomos a ficha completa, endereço, nome, enfim, o que sabem e as razões de ser de cada um desses Jurandir que saíram da Polícia Civil.

Vamos fazer o que o senhor não fez. Por que o senhor não fez? Porque não quis, não acredito. Acho que o senhor não fez porque o senhor sabe. Se o senhor não soubesse, a curiosidade ia aguçar tanto. Quem é esse Jurandir maluco que estão dizendo que faz isso e aquilo? O senhor teria ido atrás. O senhor não foi atrás porque sabe. Se não soubesse, o senhor teria ido atrás do Jurandir, ainda mais considerando que é um ex-policial.

Amesmo caso para o Brandão. O senhor nunca ouviu falar no Brandão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca ouviu falar. O senhor conhece algum informante dos policiais do Depatri?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nenhum.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca se interessou em se informar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Esclareci anteriormente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei a praxe, mas a praxe não é lei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos roubos de carga o senhor conseguiu desvendar nesse período de dois anos no cargo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, não estou com as estatísticas da delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, mais ou menos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho assim uma... Veja bem, Excelência: temos estatísticas não só de roubo de carga como também de apreensão de veículos. A estatística é muito grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que só em São Paulo foram mais de dois mil e quinhentos casos, em 1999. Você tem esse número?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desses dois mil e quinhentos casos, cerca de mil e duzentos a mil e quinhentos casos são urbanos, aqui dentro da Cidade de São Paulo; grande parte nos galpões e a maioria em caminhões, mas dentro da Cidade de São Paulo. Grande parte estão nos galpões e a maioria em caminhões, mas dentro da cidade de São Paulo, portanto, dentro da sua jurisdição, da sua área de atuação. Houve um prejuízo, nessa época, de mais de R\$300 milhões. O senhor não pode me dizer quanto se recuperou? Quantas quadrilhas se conseguiu desbaratar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tenho essas estatísticas. Posso apresentar posteriormente para o senhor. Não tenho números aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o senhor apresentará?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Apresento amanhã sem problemas. Falo as estatísticas das prisões, dos indiciados, de tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me algo sobre uma quadrilha, o nome de um chefe de quadrilha que já foi desbaratada com sucesso pelo trabalho da Divecar, o caso mais recente de que se lembre.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Uma quadrilha... Veja bem... Na verdade, ele é... O que aconteceu no roubo de carga é o seguinte: o elo mais nefasto dessa corrente chama-se o receptador – o senhor

sabe disso – até porque ele recebe os beneplácitos da lei. O receptador hoje é tratado como receptador, como um incauto de boa fé. Na verdade, hoje o receptador, em São Paulo, contrata o roubo de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já faz a encomenda.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele faz a encomenda, fornece o armamento e, se ele for surpreendido com a carga, ele responde...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dê-me o nome de três receptadores.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fernando Português.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele é?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Receptador de carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei, mas qual é a atividade profissional dele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele é comerciante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde.

O SR. OSCAR ANDRADE – De alimentos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele é procurado atualmente. O mandado de prisão preventiva saiu pela minha delegacia. Fui eu que representei pela prisão preventiva. Ele é um dos maiores receptadores de carga de Guarulhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está foragido?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está foragido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que estabelecimento ele tinha?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele tinha, na região da Pompéia, um estabelecimento comercial de eletroeletrônicos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O negócio dele está fechado?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o senhor chegou até ele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Informações. Ele já era conhecido nosso da Polícia. Esse é um exemplo. Wagner Capuá é outro grande receptador de carga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está preso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está foragido e está sendo procurado. Recordo-me de que, quanto à quadrilha do Wagner Capuá e do Ciro – ou

tro receptor de cargas –, em 1997 ou 1998, na região do Ipiranga, próxima à Avenida Presidente Wilson, conseguimos obter informações de que a quadrilha estava se ocultando lá. Apreendemos cinco caminhões, sendo que três deles tinham como carga produtos da CCE, televisão de 29" e eletroeletrônicos; um com parte de uma carga de pneus e um com parte de uma carga de bicicletas. Surpreendemos oito pessoas no interior desse galpão. Todos os veículos, produtos de roubo, eram do sul do País, do Rio Grande do Sul. Eram cinco carretas nesse galpão. Oito pessoas foram surpreendidas. Essas pessoas ficaram 15 dias presas e, depois, conseguiram liberdade condicional. Não tive condições de dar prosseguimento às investigações até conseguir levar todos. Essa é nossa grande dificuldade. Não estou criticando nenhum poder. Estou falando da dificuldade que temos contra o receptor. Surpreendi oito pessoas num galpão e não tive condições de convocar todas as vítimas do Sul. Tenho uma grande dificuldade de conseguir convocar motoristas, às vezes, por dificuldades financeiras. Não consegui submeter esses elementos a reconhecimento para ver se eram ladrões ou não. Eles foram embora em 15 dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí pára?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não. Dá-se prosseguimento, mas, depois de não estar na mão, vai tudo para... Essa é a dificuldade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Rio Grande do Sul, nós os gaúchos somos as maiores vítimas do roubo de carga. Passou em São Paulo, dançou! Eles escutam o sotaque de gaúcho e já avançam. É impressionante! Alguns encomendam a carga e outros pegam no jeito. Dezenas e centenas de caminhões do Rio Grande do Sul foram roubados em São Paulo. E não recuperam o caminhão. O senhor entregou o caminhão de volta?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todos os caminhões?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Todos os caminhões.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor não teve tempo de chamar um motorista, um caminhoneiro. Eles chegam a pagar detetive para ficar em São Paulo correndo atrás de bandido. Agora o senhor imagina, o senhor prende num caminhão vê a placa do caminhão, vai ao Renavan e tem o nome do dono, chama na lista telefônica e tem o telefone do dono, porque quem tem um caminhão tem um telefone.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, excelência, pelos boletins conseguimos levantar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor levanta o telefone, o senhor não consegue dormir à noite antes do dono estar aqui, ele vem correndo. Eu sei, porque E o senhor disse que em 15 dias não conseguiu trazer eles?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O senhor não entendeu. Em 15 dias conseguimos trazê-los aqui, alguns foram submetidos a reconhecimento. O que não consegui é dar desdobramento nos demais roubos que poderiam ter ocorrido, porque com certeza essa quadrilha se tivesse ficado presa eu iria conseguir esclarecer outros delitos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é do Wagner Capuá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Essa é do Wagner Capuá e do Ciro Ferreira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Presidente, então vou requerer outra questão. Ele está dizendo isso.... Foram quantos carros?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foram cinco carretas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero pedir a V. Ex^a que oficie ao juiz da causa. Qual é o juiz da causa?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, não recordo o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – A vara.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Na verdade, esse inquérito policial foi distribuído para o Dipo na época. E houve uma distribuição, Excelência, não sei em que vara caiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor deve ter a cópia do inquérito?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeitamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Requeiro que ele nos forneça, Presidente, até amanhã a cópia integral do inquérito e vamos ...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, integral pode ser que não exista toda, porque não estou mais nessa delegacia, mas tenho condições de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas mesmo que o senhor não esteja na delegacia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, tenho toda a ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não precisa ser do seu arquivo pessoal, estamos pedindo da delegacia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, da delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O delegado haverá de fornecer.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O diretor do Devicar, o Dr. Claudinei que está respondendo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Dr. Claudinei Pasqueto que é o diretor interino.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamostirar uma cópia desse inquérito e vamos contatar o juiz da causa e saber a razão de ser, por que isso aconteceu. Porque precisamos sim, precisamos aprofundar, ver o que o senhor fez, como foi feito, se foi bem feito o inquérito, porque daqui a pouco, tem inquérito aqui que eles fazem de conta de fazer, deixam furo no inquérito para daí tomar o caminho que gente sabe, o caminho da porta. Não estou dizendo que é o caso. Não sei. Não vou ficar fazendo ilação. Não estou dizendo que é o caso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está deferido. O depoente se propôs a colaborar e vai mandar cópia. Está deferido o requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Imediatamente vamos oficiar o juiz da causa e pedir uma cópia dos autos para examinarmos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os despatches.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os despatches.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero fazer uma última pergunta e em seguida haverá uma acareação, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor viajou algumas vezes a Montes Claros.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi a Montes Claros?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nunca fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi aonde?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui para o Rio de Janeiro, como já falei, Brasília e Belo Horizonte. As únicas viagens que fiz fora do Estado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Minas Gerais.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Belo Horizonte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A serviço.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A serviço, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para ir a Belo Horizonte, não me recordo aqui da geografia, passa em Montes Claros?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Montes Claros é fora da rota?

O SR. OSCAR ANDRADE – É norte de Minas.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não passa. Como é que o Laércio – essa é a pergunta que faço para o senhor – sabe que o senhor viajou para Brasília, para Minas Gerais, para o Rio de Janeiro? Como é que ele vem à CPI e diz...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O senhor tem que perguntar para ele. Eu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, quero perguntar para o senhor.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu gostaria de saber também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que alguém, um bandido, que não o conhece, que o senhor não conhece, chega aqui e diz: olha, o delegado Marcelo, podia ser, tem quantos delegados aqui em São Paulo e não foram citados, não, o delegado Marcelo foi a Montes Claros, foi a Belo Horizonte, além de Belo Horizonte, diz Minas Gerais, Rio de Janeiro, Minas Gerais e foi a Brasília.

Como é que um bandido, que não o conhece, que o senhor não conhece, diz isso do senhor? O senhor atribui a quê?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei, Excelência, eu gostaria de saber também. Gostaria, sinceramente. Estou à disposição para qualquer tipo de acareação. Pode perguntar para ele, estou à disposição para isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei. Não tenho a mínima idéia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem idéia da razão de ser, do porquê de isso ter acontecido.

Vou concluir, é uma coisa fantástica, quer dizer, quando começamos a ouvir o Laércio, era uma fantasia o Laércio, não, não é verdade, é demais o que o Laércio está dizendo, é demais. Aliás, as pessoas diziam que a CPI estava falando demais, que era muita denúncia, depois acabamos concluindo que demais era o que estava acontecendo, não era o que estavam dizendo, era o que estava acontecendo. Aí tem que dizer o demais que estava acontecendo e fomos ver um dado só, de tudo o que o Laércio disse, só um mostra todo o envolvimento e conhecimento do Laércio. O mais importante não é o nome do denunciado, que no seu caso se trata de uma figura importante, é um delegado, temos que reconhecer os postos por mérito, até por ser por concurso. Mais importante que o denunciado, mais importante que o denunciante, ou até desconhecendo se ele for deputado, ladrão, assaltante, bandido ou presidente da República, a figura do denunciante não nos interessa. Não interessa se o Laércio é um bandido. Não interessa se é o Dr. Marcelo, um advogado, quem está falando, não quero saber quem é o Dr. Marcelo nem quem é o denunciante, quero saber quem ele está denunciando, o fato é mais importante do que as pessoas, as pessoas são as consequências dos fatos. Deve-se averiguar se há fundamento no que o Laércio diz, depois veremos a pessoa. Queremos o fundamento do Laércio e, é claro, para chegarmos lá questionamos V. S^a, que é uma autoridade. Como uma autoridade pode estar envolvida com o bandido a ponto de ele saber tanta coisa da autoridade que lida com isso e a autoridade diz que não sabe de nada? Como ele sabe? Essa é a resposta que buscaremos. Já tenho uma resposta: ele sabe da polícia e a polícia sabe dele. A polícia nega dele e ele afirma da polícia. Temos uma coisa que comprova, que a polícia fez a identidade do Laércio, os policiais do 63 fizeram e quero dizer que, depois da sua negativa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Deputado, é importante sabermos quem pediu que os investigadores fizessem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É exatamente isso que quero dizer. Não acredito em sã consciência – e será bobo quem acreditar – que um policial do 63 agiu sozinho para alterar a identidade de um cidadão, ainda mais sendo um bandido, um meliante, enfim, tudo que as pessoas dizem que ele reconhece e agora está colaborando, quer dizer, está passando para o outro lado. Duvido que este policial tenha agido sozinho. Já está provado que um policial fez isso e um policial não faz algo sozinho sem conhecimento, ainda

mais sendo o Laércio uma figura tão importante, que sabe tanto sobre tantos policiais como ele tem descrito aqui no caso em São Paulo.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, com relação à documentação, como já foram individualizados os policiais, é só convocá-los aqui para esclarecer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos convocar, mas não somos ingênuos, embora esse policial possa até assumir que foi ele, depois de revelado todo o quadro. Até então era negado, mas revelamos, está provado, a CPI levantou, a Corregedoria investigou e está provado que era aquele o policial. Ele disse que era ele mesmo, e daí. Então entraremos na tese do Raul Seixas, que conta que nasceu há 10 mil anos, andou pelo mundo e fez de tudo. Não se acredita que ele fez de tudo porque aquela é a história da vida da humanidade e no fim ele diz que para aquele que provar que ele está mentindo tirava o seu chapéu. Depois de provarmos tudo isso o policial diz que tira o chapéu para nós, mas não entregará os outros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando V. S^a depôs na CPI do Narcotráfico? Faz quanto tempo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Faz oito meses.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesses oito meses, com todas essas acusações que o Laércio fez à sua pessoa, o que você procurou para entender o que o Laércio pretendia? Você ficou tranquilo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência, de forma nenhuma, até porque existiam dois órgãos investigando: a própria CPI e a Corregedoria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há um marginal, um presidiário te acusando e você nem foi atrás para saber porque ele tem raiva de você se você não fez nada. Por que ele te acusou? Você nem teve essa curiosidade?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu tive essa curiosidade, mas não tenho a mínima idéia por quê. Excelência, tenho 19 anos de serviço, não conto com nenhum antecedente criminal e nunca tive uma punição administrativa disciplinar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ninguém te acusou, nenhum bandido.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Então, o fato de um ter te acusado não te deixou triste, abalado?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com certeza me deixou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não foi investigar a vida dele, quem ele é, quem deu a ele a identidade, porque deu, onde trabalhava, o que fazia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A esposa dele, a mãe dele e a família dele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não se preocupou nada?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Até porque não temos como levantar isso, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é uma questão pessoal.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, não tem como.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em caráter oficial, não, doutor?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Entendi. Eu deixei a investigação a cargo de quem estava investigando, a CPI. Como posso intervir na investigação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém está pedindo para o senhor intervir?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por curiosidade... O senhor não tem nem curiosidade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não tem interesse na sua defesa?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sua dignidade, no respeito a sua função?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não está fazendo absolutamente nada para esclarecer a sua função? Está deixando que outros façam isso.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Mas, Excelência, não posso, não tenho como interferir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A dignidade e a honra de uma pessoa a gente defende com toda a força que temos. Ninguém se acomoda. No meu ponto de vista o senhor está colocando uma posição que não é verdadeira no caso da sua defesa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem sentido. Ninguém está pedindo...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tenho certeza, não estou falando em caráter oficial, não está na sua responsabilidade, entendemos isso. Mas não é possível. Uma pessoa que está me acusando de ser ladrão de carga, de cooptar com ladrões, com receptadores, eu que sou delegado. Deixo o inquérito para lá...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A preocupação temos, Excelência, mas não tenho meios para levantar isso, não tive. E uma é que estou com a minha consciência tranquila. A verdade é essa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não tem meios? Ninguém tem mais meios que o senhor, porque tem nas suas mãos um aparato policial para verificar isso. Tenho certeza de que os policiais que trabalham com o senhor devem lhe respeitar, penso que até admirar o seu trabalho, já que na sua concepção, o senhor faz um bom trabalho. Podem se dispor a ajudá-lo nessa situação. Até me admiro que os próprios policiais da sua delegacia não tenham saído à frente para fazer uma checagem. Quer dizer, imagino que não fizeram isso porque sabem tudo. Não tem o que fazer, estão sabendo de tudo. E nós vamos ter que malhar a ferro frio aqui...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Respeito a sua convicção, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a minha convicção. Vamos ter que malhar a ferro frio para descobrir. Vamos à luta.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu gostaria de usar a palavra.

Dr. Marcelo, há quantos anos está no Depatri.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Há 11 anos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem idéia de quantos inquéritos instaurou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foram muitos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foram muitos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E esses inquéritos foram para a justiça?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É o canal competente a...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Às vezes tem outro caminho. Enfim, o senhor se lembra quantos ladrões de carga prendeu?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Muitos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Muitos. Não só ladrões de carga, mas ladrões de uma forma geral, de residência, etc., e entre eles os ladrões de carga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esses inquéritos que foram para a Justiça, o senhor sabe o desfe-

cho deles? Se foi preso ladrão de carga, se foi preso receptador?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, algumas Varas criminais nos informam do resultado do processo, outras não. Não temos conhecimento amplo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor dá acompanhamento nesses processos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Em alguns deles, sim. Para os que tem necessidade de pedir uma medida cautelar, existe um acompanhamento. Quando é uma situação de flagrante, acabamos relatando o inquérito, vai para o Fórum e fica a critério do Ministério Público e do Juiz decidir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O IRGT não recebe as informações de condenação, captura?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A captura, sim, Excelência, mas nós instauramos o inquérito que presidimos às vezes não recebemos a informação se houve condenação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há nenhuma comunicação da captura, ou IRGT quando os antecedentes realmente são realmente registrados depois...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Acaba só saindo nos terminais dele, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês consultam.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, tomamos conhecimento através do nosso próprios terminais. Às vezes o inquérito que o senhor preside, relatou e mandou para a Justiça, o senhor acaba sabendo da condenação, porque pode, num terminal da pessoa, puxar a relação dos inquéritos que preside e fazer a conjugação com o processo, sabendo se foi condenado ou não. Temos essa informação, mas não a recebemos da Justiça automaticamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor poderia citar três nomes de ladrões que o senhor prendeu?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ladrões?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ladrões de carga.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Veja bem, Excelência, eu tenho uma relação, mas não tenho nomes de cabeça.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Receptador e ladrão de carga. Eu gostaria que o senhor o citasse.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ladrão?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ladrão de carga e receptador.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Receptador, eu falei três para os senhores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Citou dois.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu falei Wágner Capuá, Ciro Ferreira...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ciro, o senhor não tinha falado, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu vou estender a pergunta.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Pois não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ladrão de carga – de pois, se o senhor se lembrar, eu gostaria que o senhor nos fornecesse por escrito.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu preferia fornecer por escrito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ladrão de carga.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Número de inquérito que o senhor instaurou.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Receptadores e o nome dos policiais...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Das equipes?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Da sua equipe.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Marcelo, o senhor está há quase dois anos na Divecar. O senhor, que é o delegado que acompanha tudo, não lembra dos nomes de um, dois, três, cinco ladrões?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, eu posso trazer isso a qualquer momento para o senhor. É só puxar nas nossas estatísticas. Eu não tenho de cabeça, no momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na semana passada, prendeu algum?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo, Excelência. Houve... Não me recordo, não me recordo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Locais importantes onde tem um maior índice de roubos de cargas em São Paulo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Aqui, em São Paulo, pelas nossas estatísticas, o principal trecho compreende a Rodovia Presidente Dutra, do seu início até Bom Sucesso, na região de Guarulhos. Isso

narodovia. Temos alguns locais de incidência na área urbana que seria...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A sua equipe fazia diligência surpresa, nesse trecho?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Em cima dessas estatísticas, fazemos um trabalho conjunto com a Polícia Rodoviária Federal, inclusive. Sempre desencadeamos operações nessa região, nesses locais de índice. Não podemos parar uma rodovia federal sem o concurso da Polícia Rodoviária Federal. Então, trabalhamos em parceria com a Polícia Rodoviária Federal nesses casos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Existe Polícia Rodoviária nesse trecho?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Existe um posto, Excelência, que é o Posto Sakamoto. Eu não sei se ele fica no Km 215 ou Km 225, mas ele fica um pouquinho antes do desvio da Ponte de Bom Sucesso. Procuramos encadear operações aí, porque esse é o local onde ocorre o maior índice de desvios de cargas. Em tese, pelo seguinte: ali, os caminhoneiros deixamos os caminhões estacionados, a quadrilha vai lá para pegar o caminhão e ele vai à delegacia para fazer um boletim de ocorrência. Vamos cair num desvio de carga.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Marcelo, o senhor tem conhecimento do depoimento do Sr. Laércio Cunha na CPI?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Na CPI do? Qual delas, Excelência? Na CPI do Narcotráfico?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na CPI de Cargas.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, na CPI do Narcotráfico.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De Cargas. Estou com uma cópia do depoimento dele aqui.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele afirma – eu quero insistir nisso – que viajou com o senhor para Montes Claros até o Rio de Janeiro e foi prender o Pintado, cujo verdadeiro nome é Antônio Silvestre, e que o senhor o prendeu. É isso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência, nunca prendi esse cidadão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Duas vezes, ele foi preso e pagou R\$200 mil e foi embora no mesmo dia. Ele deu esse depoimento ao Presidente, Senador Romeu Tuma, na CPI de Cargas. Temos aqui a cópia. O senhor nega?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nego, nunca viajei nem viajo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem mais alguma coisa a acrescentar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu gostaria de perguntar algo a mais. Estive aqui na semana passada e recebemos um depoimento rico, muito bem detalhado e absolutamente bem consciente do Dr. Bittencourt.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Bittencourt é o Diretor do Depatri. Então, ele é o seu superior?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Meu superior.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quase dois anos o senhor está na Divecar?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito. Mas trabalho com o Dr. Bittencourt há quatro anos. Acompanhei ele quando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou lhe relatar um fato. Coincidentemente a nossa vinda aqui. Nós viemos quinta-feira e sexta-feira, como nessa semana. Na terça-feira, à noite, tinha acontecido um roubo de carga grande, de quase R\$300.000,00, dentro de um galpão da Rápido Rondônia.

Lembra?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, o empresário, por coincidência, meu conhecido, lá em Rondônia, me ligou e pediu. O Dr. Bittencourt deu todo o apoio e foi absolutamente gentil – foi no dia 23 passado. Isso só tem 15 dias.

Como é que está isso. Foi você quem assumiu, porque é da Divecar...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não Excelência. Estou na Divecar, mas, depois da CPI, estou à disposição do divisionário. Não estou mais exercendo atividades de Polícia Judiciária. Só da parte administrativa. Estou à disposição. Não fui afastado do Departamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas desse caso você lembra?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Lembro desse caso porque acompanhei e foi um caso de repercussão.

Um outro Delegado Assistente da Delegacia, o Dr. Oscar, é quem está presidindo as investigações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você tem conhecimento. Como está isso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tenho conhecimento. Está avançado, Excelência, porque parece que já temos um retrato falado e um reconhecimento fotográfico indireto. Há duas equipes no caso e eles estão, parece-me, com alguns equipamentos que foram...Esse aí, não. Foi de tênis, se não me recordo. Eles entraram em um galpão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Esse a que estou me referindo foi de eletroeletrônicos. Eles entraram e ficaram quatro horas dentro do galpão...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelente. Eu me confundi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Renderam todo mundo e foram escolhendo dentro dos caminhões o que eles queriam...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito. Eles já estão com os modelos dos equipamentos, com as informações. Então, tem uma equipe tentando catar os receptores com as informações dos equipamentos, e uma outra encima das informações baseadas nos reconhecimentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já tem nome?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelente. É o Dr. Oscar. Inclusive, é o Dr. Oscar quem está presidindo essa investigação, que eu tenho conhecimento, na 2ª Delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa tem duas semanas? Foi dia 23.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E quando eu lhe pedi para relatar um mais recente, você não se lembrou desse. Você disse agora que foi um caso de repercussão. E foi mesmo. Foi um roubo grande, abusado. Foram quatro horas dentro de um galpão, escolhendo o que roubar. Sem capuz, todo mundo à vontade. Com metralhadora.

Está desse jeito. E você sabe que está.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aqui em São Paulo há de 20 a 25 quadrilhas que atuam dessa forma. As regiões você conhece muito mais do que eu. Há Guarulhos, o maior número de transportadoras...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Por isso que eu vou trazer essa documentação para a prestação de V. Ex^a. Comprometo-me em trazer as estatísticas e a relação dos...Inclusive, Senador, já mandamos uma documentação preliminar para o senhor,

que nos foi solicitada. Não sei se chegou às mãos de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu pediria ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pedi ao Dr. Bitencourt pudesse mandar em mãos, mas eu acho que deve ter mandado por outro meio.

Já chegou na Secretaria para uma análise dos documentos solicitados no último...no depoimento que ele fez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu pediria a entrada do preso Sálvio Barbosa Vilar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto aos Srs. membros se têm alguma pergunta a fazer. (Pausa)

Então, eu pediria a condução do preso Sálvio...Ele se senta aqui, para ficar longe do alcance da mão de um e de outro.

Conforme a preocupação dos Srs. Advogados, que ele não viesse encapuzado. E ele, sem nenhuma dúvida, se dispôs a fazer de cara aberta para poder melhor colaborar com a CPI, e não haver qualquer tipo de protesto dos Advogados que acompanham os seus clientes.

Devolvo a palavra ao Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece essa pessoa que está na sua frente?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Conheci ele na CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Sálvio.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fiquei sabendo depois que é Sálvio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ou Laércio.

Sálvio, você confirma o que disse à CPI sobre a atuação como informante do Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode repetir o que declarou principalmente no tocante ao Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fiquei quatro anos e pouco com eles. Inclusive, fiz uma viagem ao Rio com o Dr. Marcelo, na intenção de prender o Dr. Paulo César Santiago e uma possível pessoa chamada pelo nome de ... Agora não me lembro do nome da pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pintado. Justamente, mas o nome verdadeiro dele não é esse. Ele tem um outro nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o apelido Pintado, não é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Justamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antônio Silvestre?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Antônio Silvestre. Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi ...?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em Montes Claros e, da outra vez, no Rio de Janeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Senhor foi com o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele foi de avião com mais duas ou três pessoas, e eu viajei de carro com o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi de avião?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele foi de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembradas outras pessoas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – As outras pessoas foram eu, Celso, Jura – que era um ex-policial -, e mais dois policiais de que não me recordo o nome no momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Celso era o índio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Celso é o índio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi você, o Índio, o Jura e mais duas pessoas de carro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, de carro foi só eu e o Celso. O resto do pessoal foi de avião, inclusive eles alugaram os carros no aeroporto de Santos Dumont. Os carros que foram fazer a diligência foram alugados no aeroporto de Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você se lembra do dia que isso aconteceu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Não me lembro do dia certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual ano que aconteceu isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi em 1999. Não me lembro do mês. Foi em 99/98.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi de carro. Só você e o Celso. Qual o carro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi um monza que o Celso tem.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Dr. Marcelo com os outros foram de avião. Desceram no ...?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Santos Dumont.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – ...e embarcaram no aeroporto Santos Dumont de volta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles alugaram um veículo lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Alugaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que carro que era? Qual a cor?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro qual cor que era, porque já faz algum tempo. Fiquei mais com o Celso, e, na hora em que descíamos do carro, fomos até Ipanema, no escritório da Rio Car, e até a Barra, onde tem a loja da Rio Car. Lá encontrei o Dr. Marcelo ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que é a Rio Car?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É uma empresa de revenda de automóveis do Dr. Paulo César Santiago, que foi investigada pela CPI do Narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continua contando essa história. Eles desceram lá do Rio ... Como era o contato com o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O contato é o seguinte: foi encomendado 30 quilos de drogas ao Sr. Pinduca e ao Sr. Pintado. Teria que ir até o Rio de Janeiro, pegar a droga, e a equipe ia pegá-los para tomar o dinheiro deles, porque, na realidade, o Pintado nunca vai preso. Quando ele vai preso é só para fazer o acerto de R\$200, 300 mil. É um cara que tem muito dinheiro, ladrão de banco, de carga, de várias coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que foi junto quando vocês foram ao Rio? Foi você e o Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De carro, foi eu e o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que viajou junto do Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Os outros dois eu não conhecia. Foram pessoas que ele pegava lá no Depatri. A outra pessoa foi o Jura. Jurandir era o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ... e mais dois policiais.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E mais dois policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E esse Jura era policial?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Jura é ex-policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na época, ele já era ex-policial.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já era ex-policial. Desde a época em que comecei a ficar junto com eles, ele já era ex-policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – E contribuiu nessa ação. Bem, eles desceram lá, vocês o encontraram em que situação?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A situação é a seguinte: tinha marcado um horário para chegarmos ao Rio de Janeiro ao meio-dia. Só que nós saímos tarde – no caso, o Dr. Marcelo e o resto do pessoal saíram tarde -, e quando chegamos lá a pessoa não estava mais. Nós chegamos na Rio Car da Barra. De lá, voltamos até Ipanema, na praça de Ipanema, onde há o escritório da Rio Car. Quando chegou lá, a pessoa já não se encontrava, e o Jurandir, o Jura, a gente chama assim, subiu no prédio, verificou onde era a Rio Car, e a pessoa não se encontrava mais. Foi decidido ficar para uma próxima oportunidade em que eu marcaria um outro encontro com essa pessoa. Tanto que por duas vezes, foram até Montes Claros atrás dessa pessoa. Inclusive, uma vez, estava em Goiânia, quando eles estavam em Montes Claros.

Tenho provas de que eles estavam em Montes Claros, por que há uma pessoa que está disposta – falei com ela por telefone esta semana – a comprovar que realmente eles estiveram lá atrás ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Marcelo esteve lá?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos esgotar o do Rio. Vamos por etapa para que possamos esgotar a do Rio. Foste tu e o índio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E o índio, de carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Dr. Marcelo, o Jura e mais duas pessoas. Os quatro foram de avião?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor encontrou com ele lá no aeroporto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu encontrei com ele lá na Barra da Tijuca. Lá na Rio Car. Depois de voltarmos, na hora de ir embora, nós os levamos até o aeroporto de Santos Dumont, onde foram devolvidos os carros alugados. Eu e o Celso voltamos de carro, e eles voltaram de avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Creio que é importante perguntar, agora, Sr. Relator, ao Dr. Marcelo: V. S^a foi ao Rio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Já fui ao Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em 1999?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Em 1998.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De 1998 para 1999. No final de 1998?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Em 1998.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que mês?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Aqui está a documentação comprovando que estive lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode consultar. Não se lembra do mês? Foi em 21 de agosto de 1998?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tenho o relatório e qual era a intenção, quem fui buscar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem foi com V. S^a?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Celso e o Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Mais dois policiais: o Orlando e o Farias.

O SR. OSCAR ANDRADE – De avião?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como foram?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui de avião. Fomos todos de avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais foi de avião?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu fui de avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Todos eles foram de avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celso também?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Todos eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celso também?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Até o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tem o comprovante?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei se todos têm, mas tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos foram no mesmo voo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celso não foi de carro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celso foi de carro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi de carro junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra-se dessa data?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mais ou menos. Acredito que minha esposa, que está hoje no plano de proteção, bem como minha família, vai com provar que realmente fiz essa viagem com o Celso, sabe qual foi o tipo da viagem e por que estávamos indo ao Rio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há coincidências bem claras. Ele disse que foi ele e o Celso, o senhor e mais três. Então fechou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Perfeito, os números estão batendo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como ele sabia disso? Não vem ao caso, mas ele sabe que o Delegado Marcelo foi ao Rio, de avião, para tratar de vários assuntos. V. S^a disse que o assunto é um e ele disse que é outro. Ele disse que V. S^a foi com o Jura, com mais três policiais e que o Celso foi com ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria de comentar um detalhe. Saiu alguma matéria nos jornais sobre essa diligência, Doutor?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência, porque não conseguimos localizar a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto para saber se ele teria lido.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não houve repercussão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não houve divulgação?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não houve divulgação porque as diligências foram infrutíferas, não conseguimos localizar a pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a contatou a delegacia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim. Tenho até o nome do delegado com quem entrei em contato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a encontrou o Pinduca lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço essa pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um outro que também, coincidentemente, não encontrou.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não encontrei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a poderia nos fornecer uma cópia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está aqui, Excelência, à sua disposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qual companhia V. S^a viajou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – TAM.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, requeiro que seja oficiado à TAM. V. S^a sabe qual é o voo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a tem uma cópia da passagem?

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a não pode instruí-lo, não pode conversar. Tem que pedir ao Presidente.

O SR. (???) – Inaudível.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem que seja. Ligue para o seu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a pode dirigir-se a mim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o número do voo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – 508

O SR. POMPEO DE MATTOS – Voo nº 508 da TAM?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Da TAM.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do dia 21/08. Há o nome de todos os policiais que viajaram juntos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tem o meu nome e o dos demais da equipe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma prestação de contas?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É uma prestação de contas das despesas que V. S^a fez na viagem?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, foi requisitada junto à administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero saber os nomes de quem viajou junto.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Já falei para V. Ex^a que foi o Celso...

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a tem os nomes?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Só o meu e o da equipe. Celso, Daniel, Orlando e Farias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Celso de quê?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Dos Santos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Celso dos Santos. V. S^a não tem então devo anotar.

Qual é o outro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Do Daniel não sei o nome completo, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas vão descobrir.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim. Ele está aí, inclusive. O Farias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei o primeiro nome dele, Excelência. E o Orlando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Orlando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Daniel Rubens de Oliveira.

Qual é o outro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Farias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o primeiro nome do Farias?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Farias não está aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, e Orlando também é Orlando de tal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Também não está aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os quatro policiais. Todos foram juntos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foram juntos.

O SR. OSCAR ANDRADE – No mesmo voo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu disseste que o Celso não foi de avião.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Celso não foi de avião. O Celso foi comigo no Monza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu dizes, mas o Jurandir foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Jura, não é?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O nome do Jurandir é...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acho que é Jurandir mesmo o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos ver. Jurandir.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tenho o telefone dele e tenho tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Ex^a vai requerer à CPI que officie à TAM e pegue a relação dos passageiros?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou requerendo à CPI que officie a TAM e se informe se, nesse voo, nesse dia, constava o nome desses passageiros e se eles embarcaram efetivamente. Se eles embarcaram, porque a TAM deve ter.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor podia incluir também a apuração da empresa locadora de veículos do aeroporto, nesse dia. Se houve...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor locou carro lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não locou carro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não loquei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor andou lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Pedimos apoio aos policiais de lá, mas, como não achamos o local, retornamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou a ter apoio dos policiais?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Chegamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quais foram os policiais que lhe deram apoio lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, não me recordo. Tenho a delegacia aqui a que nos apresentamos. A Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Bancos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Repressão a Furtos...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – De Bancos. Está tudo aqui, excelência. Está até aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tá. E não lembra do nome de nenhum policial? Eles o estavam esperando lá com uma viatura?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, não nos estavam esperando. Pedimos apoio a eles lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor andou lá no Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Acompanhado com ele, mas não me recordo do nome dele, excelência. É isso o que quis dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos policiais eram?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Era um policial só que cedeu a viatura para nós.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como só um policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Um policial. Já estávamos em quatro. Fomos só levantar o local, mas não achamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi um com a viatura?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês andaram na viatura da polícia lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra desse policial?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não lembro. Não recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O destino da viagem era reconhecimento de local.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Reconhecimento de local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor chegou lá, e não havia policial algum esperando por você?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, nós nos apresentamos à delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi lá na delegacia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui à delegacia e me apresentei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É longe do aeroporto a delegacia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É um pouco distante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi de que jeito?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Pegamos um táxi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pegaram um táxi. Foram de táxi à delegacia.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tem veículo, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, só estou achando curioso que um delegado de polícia sai daqui com um staff, de avião, e chega lá no Rio não há

ninguém. Ele sai à cata de uma delegacia de polícia, nem sabendo se... Quer dizer, doutor, estamos acreditando! Não oficiou para o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Oficiou para a autoridade do Rio de Janeiro?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, apresentamos à delegacia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foi em mãos? Não foi no comunicado anterior? Só para esclarecer o que o Deputado está perguntando.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foi em mãos. Não, chegamos lá e nos apresentamos. Apresentamo-nos mediante ofício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foram pessoalmente, então, à delegacia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fomos pessoalmente lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há algum visto do delegado aí?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tudo aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do delegado? Empréstimo aqui. E o delegado de lá tem algum ofício dizendo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ôh, Laércio, como é que sabe tanto, Laércio?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio, encontraram lá no Rio. Continua para nós aí.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No Rio, chegamos, que nem falei, chegamos fora do horário. A pessoa tinha que ser encontrada... A gente tinha que ter chegado no Rio até o meio-dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – A pessoa é o ?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era o Pintado e o Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Antônio Silvestre...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. O Antônio Silvestre e o Pinduca, que foi morto, na semana passada, no Rio de Janeiro, misteriosamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi morto na semana passada?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi. Foi assassinado na semana passada na saída da Rio K. Está nos jornais do Brasil inteiro, onde pegou várias placas de carro, documento frio, tudo dentro do carro em que ele foi assassinado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foram encontrados, então. Nem o Pinduca, nem o Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, quando chegamos ao escritório, já eram mais de seis horas da tarde, eram cinco e pouco da tarde para seis horas, não havia mais ninguém. O encontro tinha sido marcado entre meio-dia e duas horas da tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Relator, o senhor requer os documentos sobre o homicídio do Pintado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, do Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Pinduca, Sr. Presidente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Pinduca é o surfista?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Pinduca era o gerente do Paulo César Santiago.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom, aí não encontrou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não encontramos. Aí, voltamos ao Aeroporto Santos Dumont. Não, saímos da Barra da Tijuca, fomos até Ipanema, onde tem o outro escritório da Rio Car, subimos lá. Não tinha mais ninguém, voltamos para o aeroporto. O Dr. Marcelo e os demais pegaram o avião e eu voltei de carro com o Celso para São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor voltou, Dr. Marcelo, no outro dia ou no mesmo dia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Essa diligência, como nós não achamos o local que estávamos investigando, voltei no mesmo dia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na TAM?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não me recordo a volta, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem aí?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tem. Isso aqui que eu consegui juntar foi junto à administração.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor não fez a prestação de contas da viagem?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, fiz. Mas o único bilhete que me restou foi esse que eu tinha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não precisa ser o bilhete. Você tem que dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na volta ou na ida, vocês pararam em algum posto para se alimentar, para abastecer?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Doutor, nós paramos em algum posto sim, inclusive na volta nós paramos no Belvedere, lá na saída do Rio, no primei-

ro pedágio do Rio para cá, nós paramos e abastecemos, comemos alguma coisa no Bob's e viemos embora. Geralmente um tanque do Monza vem do Rio a São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se precisarmos rastrear essa viagem, não vamos ter dificuldade.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Marcelo, o senhor voltou com os quatro policiais no mesmo voo também, no mesmo dia. Em que companhia? Que horas vocês saíram do Rio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não me recordo a companhia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas nós temos a data, é fácil também se só tem outras duas companhias, Sr. Presidente, faremos um requerimento também às outras companhias.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, que é muito curioso um delegado de polícia do Estado de São Paulo, em uma posição que ocupa, sai daqui e vai para o Rio de Janeiro com uma equipe, chega no Rio de Janeiro, não tem ninguém esperando, quer dizer, aí pega um táxi, o delegado com a equipe, para ir se apresentar na delegacia, para ir procurar não sei quem... procurar alguém que está suposto aqui e aí, quer retorna...

O senhor chegou lá que horas meio-dia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu não me recordo, Excelência. Quer dizer, o voo deve ser umas 14h, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São 12:46 o embarque. Então, deve ter subido às 13:15. Desceu lá 14:15. Quer dizer, sai uma equipe daqui de São Paulo, vai ao Rio de Janeiro chega lá quase a meia tarde para procurar alguém não acha e volta.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não tem a passagem de volta?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, se fosse procurar alguém iria de manhã cedinho, bem cedinho, para passar um dia no Rio, no mínimo, ou passar dois dias no Rio ou mandar o mandado de prisão para que se executassem. Quer dizer perdem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês foram procurar a pessoa ou o local?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nós fizemos uma investigação e através de uma escuta telefônica tivemos a informação de que a amasia desse

cidadão estaria no local. Aceitamos fazer uma diligência justamente para se ele se encontrava e aí encontramos neste local, porque não bateu as informações que conseguimos obter com as contas detalhadas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que crime estava sendo investigado?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele estava em uma prisão preventiva por roubo a carro forte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E olha aqui o que é curioso. Prisão preventiva de 28 de junho de 1996, do Sr. Marco Belo Souza Filho, Malu Filho Lima de Souza ou. Ele tinha o despacho datado em 28 de junho de 1996. Claro que isso aqui foi catado para montar a desculpa.

Então é uma coisa assim fantástica, mas vamos comprovar. Eu acho que está muito claro, Dr. Marcelo, desculpe, mas o senhor formar uma equipe, pergunte a qualquer delegado de Polícia aqui. Eu duvido que algum delegado de polícia de São Paulo, e inteligentes como são os delegados de polícia, e são os delegados porque são inteligentes, mas o senhor está subestimando a nossa inteligência, um delegado sair daqui, com uma equipe de policiais, com quatro, para descer ao Rio de Janeiro, de tarde, para ver lá um mandado de prisão que tinha na mão que foi decretado de 1996. Quer dizer, que urgência é essa? Se fosse algo desesperado, não. Já tinha esse mandato da mão há quanto tempo! Nem justificava uma ida de avião. Aliás, tinha que ter mandado, então, um policial com uma viatura discreta, se fosse o caso, ir lá, sondar, rondar, pedir para a Polícia de lá. Estou vendo o fato ocorrido. Sabe quando ocorreu o fato? Em dezembro de 1996.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, Marcelo, vocês chegaram lá, desembarcaram, foram à delegacia e pegaram um agente com um carro e foram ao local. Lembra-se do local?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não lembro o local, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficaram no local?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ficamos no local e não conseguimos achar a numeração. Não bateu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Coisa de duas, três horas. Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não bateu as informações que você tinha da gravação telefônica.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não bateu. Não foi escutada telefônica, foi uma convergência de dados de contas detalhadas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – De contas detalhadas. Através de uma reincidência de ligações no local que conseguimos levantar, que era o Rio de Janeiro, nós descobrimos o endereço, que possivelmente poderia ser a máfia desse procurado, que estaria morando lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Intervenção feita fora do microfone).

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Por isso que fomos a esse local. Mas não achamos a numeração. Não bateu com as que conseguimos levantar da linha telefônica. Ficamos procurando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Marcos Belo Sousa Filho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês ficaram procurando?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ficamos procurando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não achou o local?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não achamos o local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficou duas horas, então, andando, não foi parado. Daí voltou direto para o aeroporto.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Retornamos para São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou antes de antes de anoitecer aqui?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Mais ou menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você imagina. Vamos conferir, mas para ficar duas horas campainhando o local, imagino: você desce no aeroporto às duas e quinze, pega um táxi, vai na delegacia, até se achar a delegacia, pega a viatura, vai no lugar, fica duas horas, sai, volta para o aeroporto, o trânsito, ao ponto de pegar um avião e fazer um check in, quero ver a hora que foi feito esse check in, garanto que, pelo o que ele está dizendo... Quanto tempo vocês ficaram no Rio? Ele escreve.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na hora em que encontrei o Dr. Marcelo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que ele chegou lá às duas da tarde.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu e o Celso já chegamos mais tarde. Já chegamos umas quatro horas da tarde, encontramos eles perto de cinco horas. Ainda falei para ele: a essa hora, não vai pegar mais ninguém. Vamos até Rio Car, checar, não tinha

mais ninguém. Voltamos, fomos até a Ipanema no outro escritório da Rio Car, onde o Pinduca trabalhava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é tudo per-tinho ali.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não tinha mais ninguém. Voltamos, fomos para o aeroporto.

O SR. OSCAR ANDRADE – De noite?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já era de noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a idéia de encontrar o Pinduca e o Pintado era para quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era uma armação. Realmente foi feita uma armação para pegar uma droga com eles. Foi acertado de pegar trinta quilos de drogas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Cocaína?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas, no caso, ninguém ia pegar a droga, ia dar a cana neles para poder pegar o dinheiro deles. Essa era a intenção.

O SR. OSCAR ANDRADE – E deixava eles com a droga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deixava. A droga, no mínimo, vinha também, mas o importante para eles era pegar a pessoa, que era o Pintado, um cara sempre que vai preso, que é o Antônio Silvestre, se dá R\$ 200 mil, R\$ 300 mil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse Pintado tem alguma relação com o Fernandinho Beira-Mar ou não?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele tem uma relação com essas pessoas do Rio, com o Deputado Arlei Santiago, com o Pinduca, que morreu, com Paulo César Santiago, que são pessoas ligadas ao Fernandinho Beira-Mar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem prendeu o Pintado? Foi o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, nesse dia não chegamos a prender. Agora, várias equipes já prenderam ele outras vezes e já tomaram bastante dinheiro dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui em São Paulo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em São Paulo. É um cara que, geralmente, não vai preso, porque tem muito dinheiro para dar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabe quem no debate forneceu a cédula de identidade de Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Vou contar a história do Laércio. A história do Laércio é a seguinte: eu era fugitivo da Justiça, estava na mão deles, precisava de uma nova identidade, identidade até para caminhar, tinha um cara aqui em São Paulo, ligado a vários policiais, que devo até, depois, fazer acareação com eles hoje, que tinha uma máquina de fazer placa de carro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o cara?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sérgio. Essa pessoa foi presa no Depatri, saiu no jornal, apresentaram essa máquina, saiu no Jornal Nacional, em vários lugares. Só que ele era uma pessoa ligada a uma muita gente do Depatri também, e esse cara fornecia documentos frios. Para dar a cana nele, fui comprar uma identidade na mão dessa pessoa, uma identidade fria, com dinheiro que o pessoal do Depatri me deu. Comprei uma identidade, eles montaram a identidade para mim e fiquei trabalhando com essa identidade. Só que esse documento de Laércio era de uma outra pessoa, como já falei na outra reportagem. Era de uma outra pessoa, era de um caminhoneiro. Foi roubada a carga desse caminhoneiro, o caminhão, e esse documento foi parar nas mãos deles. Esse documento veio parar na minha mão, para, dali para frente, eu ser o Laércio da Cunha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse caminhoneiro morreu? Não sabe?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Esse caminhoneiro está vivo.

Ele é de Piedade, então, o Saulo Gomes já fez com ele toda essa reportagem. Está tudo gravado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está vivo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele está vivo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já se apresentou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O caminhoneiro? Já, já. Está tudo certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o policial que esteve na linha de frente para fazer a carteira?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o Celso, o Jura, na época e o Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo sabia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Dr. Marcelo é que nem eu falei... O Dr. Marcelo, eu passei a conhecer o Dr. Marcelo por intermédio dele. O Dr. Marcelo, é engraçado ele dizer que não me conhece.

Eu vou esclarecer como é que ele me conhece. Eu vou pedir para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço bastante sinceridade quando não tenha nenhuma dúvida.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu não tenho dúvida. O que eu estou falando não tenho dúvidas.

Foi apreendida uma carga de pneus da Mageon, que é pneus de moto. Essa carga foi duzentos e poucos pneus que foram devolvidos ao depósito da Pancari. Só que nessa carga existia uma outra carga, um outro complemento da carga que seria velas Bosch e câmaras de ar de caminhão e motos. Certo? Eles só devolveram os pneus de motos. As câmaras de ar e as velas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Velas Bosch.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Velas Bosch foi desviada. Certo? Essas velas foram vendidas para outras pessoas. Eu fui preso junto com esse pessoal. Eu caí em cima da carga a mando deles. Essa carga ficou guardada dentro da minha casa, certo, por mando deles, lá, em São Miguel Paulista. Tenho provas disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deles quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do pessoal do Depatri.

Desse pessoal do Celso, do Daniel

O SR. OSCAR ANDRADE – Até então, você não conhecia o Dr. Marcelo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não eu já conhecia ele. Mas eu quero provar que ele me conhece. Que ele está dizendo que não me conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles pediram para te fazer o chamariz.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O chamariz era eu. Sempre o chamariz era eu.

Fui preso junto com essa outra pessoa. Se o senhor levantar o senhor vai ver que essa pessoa assinaram essa bronca dos pneus da Mageon. Certo? De lá, na mesma hora, me tiraram da sala junto com o preso. Dr. Daniel me levou na sala do Dr. Marcelo. O Dr. Marcelo me cumprimentou e tal fizeram até festa. Passei três dias eu e o Celso dormindo na frente do Depatri, dentro do carro dele para, depois, nós irmos derrubar o sítio onde estavam os pneus. Que era a mesma carga, só que tinha um pedaço aqui e um pouco da carga, no sítio, perto da Anhanguera, a outra guardada lá em casa,

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você consegue lembrar o local.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Que foi apreendida a carga? Com certeza. Se me levarem lá agora, vou até de olho fechado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Certo.

E eu acho que o senhor pode levantar que essa carga foi apreendida dos pneus da Mageon, foi devolvida para a Pancari. Só que o resto da carga, não. Certo? O resto da carga o Sr. Daniel levou, entregou na mão do Pérsio, que é uma pessoa que, ontem, eu fiz o local. Certo. E essa carga simplesmente sumiu. Que essa carga seria até... Trinta mil velas dessas tinham me dado. Eles falaram: Isso aqui é pela parte..., o trabalho que você está fazendo com a gente. E depois, eles mesmos tomaram. Certo?

Eu comuniquei ao Dr. Marcelo por várias vezes. Dr. Marcelo, Daniel fez isso, isso, e isso. Ah, deixa que eu vou resolver. Ah, deixa que eu vou resolver! Certo? E nunca resolveu. E eu acredito também...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A indicação foi pessoal.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pessoal. Pessoalmente. Eu... Tem pessoas também que lembram...

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no Depatri? Você ia muito lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem uma pessoa que está presa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o andar do gabinete?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O gabinete da época ele trabalhava na primeira do Patrimônio. É embaixo no primeiro andar entrando no Depatri, dobra a esquerda, vai até ao fim do corredor, é a primeira do Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como você pode descrever a sala do Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A mesa simples: é duas salas para cada primeira do Patrimônio – duas ou três salas; eu não me lembro agora, corretamente, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sentado perto da porta, no fundo da sala...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, você entra na sala, tinha a mesa e uma cadeira na frente dele, uma poltrona, foi onde eu sentei, a gente conversou...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha objeto de ornamentação?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu me lembro que estava na frente de uma outra carga, mas não lembro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Algum porta-retrato, uma coisa de decoração.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alguma coisa de decoração, um bureau, na mesa...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não lembro.

Eu tenho mais uma comprovação que a pessoa não vai querer falar o nome das pessoas, dos policiais. Mas a pessoa era um ex-policia do Depatri e sabia que eu trabalhava junto com ele que é essa pessoa que vai depor hoje aqui com vocês também.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já falou com o Dr. Marcelo, por telefone?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que número?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu falei no número do Depatri mesmo, não é? Eu tenho lá na minha agenda.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eu sei, mas qual é o número.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quando começaram a engrossar as coisas para o meu lado que eu liguei para ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Da onde o senhor ligou tem o número?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Eu liguei da rodoviária. Nesse dia, foi o mesmo dia que eu me entreguei para a CPI do Narcotráfico. Certo? que eu pedi ajuda para sair fora porque estava jurando a minha família de morte e eu também. Um policial deles falou: “Sai fora que eles vão te matar porque você sabe demais. Certo? Aí eu peguei e liguei para ele pedi até uma ajuda para sair fora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o policial que falou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o policial que falou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O policial... esse policial eu até reservo o direito de deixar ele fora disso, por que foi uma pessoa que me ajudou, salvou até a vida da minha família. Certo? Ele veio até na outra CPI e eu tratei de tirar ele fora. É uma pessoa que não quero nem que seja citado; se vier aqui, pre-

tendo deixar ele fora disso. É uma pessoa que merece, justa, digna. Então é isso aí. Através dessa carga, os senhores vão comprovar que, realmente, o nome das pessoas que foram presas, telefone, eu tenho na agenda, já passei para os senhores. Eu conheço muito bem o Dr. Marcelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem mais algum outro caso detalhado que você possa contar? Outro fato?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Podíamos confrontar esse; de pois, vamos para um outro. Dr. Marcelo, o Depatri era com essas indicações que me dizem, lá no fundo da sala?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não entendi, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele localizou onde é a sua sala lá no Depatri.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sala de onde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua sala, o seu gabinete.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A primeira?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – À época?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ah, sim. Fica no andar térreo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Combina com o que ele disse?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei onde ele indicou, não sei como ele disse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele disse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não escutou?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Escutei. A primeira fica na parte térrea.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é o que ele disse ou não é o que ele disse?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não bate.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o que não bate?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele falou que... Preciso saber o lado. Não sei do lado que ele está falando, ele falou em esquerda da onde?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então explique.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem entra no Depatri, vira para a esquerda e vai até o fundo do corredor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você descreve a entrada no prédio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No prédio. Depatri. Entrada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é o Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Depatri fica na Avenida Dasaquinache.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você entra pela frente?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Entra pela frente. Assim que se dobra...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou tinha alguma outra entrada separada?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Você entra pela frente, se dobrava à esquerda, para o lado esquerdo, ia até o fundo do corredor. No fundo do corredor, a primeira porta, em frente ao corredor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não subia nenhum andar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. A primeira porta, em frente ao corredor, é da 1ª Delegacia do Patrimônio. Voltando um pouco no corredor mesmo, duas ou três portas depois, era o gabinete do Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ali é a sala dos delegados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas era a sua sala também.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, não era a minha. A sala dos delegados. Tinha dois delegados: o titular e a minha. Mas o local confere, coincide.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso mostra que ele conhece bem o Depatri.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, ele disse que conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero conferir, porque o senhor disse antes: “Não, o Depatri é uma área de segurança, para entrar lá não é bem assim”, não sei o que lá, isso, aquilo, aquele outro.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele estava lá.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Excelência. Ele está falando. Não vou discutir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está dizendo, e o senhor está conferindo. Só pode ter entrado lá com autorização de alguém. Ele não podia entrar sozinho, e não entra. Alguém tinha que autorizá-lo a entrar. O senhor concorda comigo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele está falando que entrou, não vou contraditar, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está descrevendo.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, com relação a essa carga de pneus, o senhor tem conhecimento de que foi presa uma carga de pneus de moto?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência, não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tem conhecimento?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos esclarecer a questão da carga de pneus. Foi preso o rapaz da carga de pneus?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram presas três pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, foi feito processo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi. Eles ficaram dois dias presos, foram entregues à Pancari os pneus de moto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o delegado que presidiu o feito?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi entregue à Pancari?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele presidiu o flagrante? Tinha flagrante?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, praticamente não fizeram flagrante. Essas pessoas ficaram dois dias no Depatri e, depois, não foi feito flagrante – não entendi até porque não se faz flagrante, para o senhor ver que existe coisa errada. Como é que se pega duas pessoas em cima de uma carga roubada, não se tem o flagrante e, dois dias depois, essas pessoas estão na rua?

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas inquérito tinha?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fizemos o inquérito. É que nem eles falavam...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não lembro a data agora. Foi em 1998.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi depois ou antes do Rio de Janeiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi depois do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A vítima quem era?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A Pancari.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma seguradora então?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu sei que a carga de pneus era da Margeon.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então dá para identificar através da vítima.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor se lembra dessa carga?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me lembro dessa ocorrência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem das câmaras de ar, nem das velas Bosh?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E requerer na delegacia de polícia a relação de todas as cargas presas – faço o requerimento –, em 1998 e 1999, que foram devolvidas, a carga e para quem. É o requerimento que faço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está deferido. Depois, V. Ex^a formaliza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A gente vai saber. Quero que também seja oficiada a Pancari; quer dizer, quando a Pancari recebeu de volta uma carga de pneus de moto Margeon. Vou oficializar a Pancari, e aí vamos esclarecer muito bem. Vamos evoluir. Temos duas questões: Rio de Janeiro e a questão dos pneus de moto, que ele contraiu com o senhor; o senhor diz que não, ele diz que sim. Vamos em frente. Como é a história de Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A história de Montes Claros era a mesma, seria para pegar as mesmas pessoas que iam pegar no Rio, era o Pintado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pintado e o Pin-duca?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, lá seria só o Pintado, na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é o Antônio Silvestre?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, o Antônio Silvestre.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, mas vamos começar como a gente começou a história do ... Tu lembra a data? Foi depois ou antes do Rio de Janeiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Antes do Rio de Janeiro. Por duas vezes, foi antes do Rio de Janeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Duas vezes foram lá? Perto uma semana da outra? Pertinho?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, uma vez demorou dois meses depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que tu foste?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Da primeira vez, eu não me encontrava em Montes Claros. Eu tinha passado as coordenadas para eles, onde 'tava, onde é que era, onde é que o cara ficava, porque ele frequentava até um bar que eu tinha em Montes Claros, uma casa de shows. E eles – não sei se eles quiseram me esperar – foram antes. Nessa época, eu 'tava em Brasília e em Goiânia. Acho que se V. Ex^a puder uma contate telefônica dos telefones que eu ligava para eles e de que eles ligavam para mim, vai constar que eu liguei para eles de Brasília, de Goiânia ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu tens o número dessa conta de telefone?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O número dos telefones deles? Eu tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o número? Não. O número que tu ligavas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu ligava para o telefone deles a cobrar. Sempre ligava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ligava a cobrar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A cobrar. Sempre liguei para eles a cobrar. Jamais eu ligava ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, deve ... Qual é o número do telefone?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tenho na minha agenda, que está com meu advogado. Depois eu passo ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, depois, ele vai fornecer o número, e vou pedir a quebra do sigilo telefônico desse telefone para checarmos. Aí, vamos ver bem a época. A época tu lembra: ano, mês ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como eu falei, já faz quatro anos e pouco, mas essa época desses telefonemas de Montes Claros foi 98 e 99. Inclusive, gostaria também que fosse pedido ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu ligavas de Montes Claros. E de Goiás também tu ligava?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Liguei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Montes Claros e Goiás.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim. Eu gostaria também que fosse pedido uma conta de um tele-

fone de uma casa de shows que eu tinha lá em Montes Claros, o Space Bar...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o nome?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O telefone da época era 215-2493 e hoje é 3215-2493, que vai constar os vários telefonemas que eu dei para essas pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Zero o quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É 038 lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 038-215-2493.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Agora aumentou mais um número, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aumentou um três na frente.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, tem um três na frente, agora. Agora é 3215-2493.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, mas vale a mesma coisa, porque é na época.

Então, Sr. Presidente, também vou requerer a quebra do sigilo telefônico desse telefone. Aí, tu recebias a ligação também?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Recebia. Depois, vou passar o número dos outros celulares que eu tinha, porque vai constar os meus telefones para eles e deles para mim também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Todo o cruzamento. Então, vamos avançar: tu não estava em Montes Claros, e eles foram lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram pela primeira vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles quem? Quem é que foi lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o Juvandir...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jurandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Celso. Os outros eu não estava presente na primeira e nem na segunda. Eu não sei. Sei que quem provocou a volta deles e não o cumprimento de pegar o Pintado na época, foi porque o Sr. Juvandir foi até um lancho nete e lá o Sr. Juvandir se apresentou como um policial do Depatri e tal, no meio de outras pessoas e, então, deixou vazara informação que eles eram do Depatri e ‘tavam ali para pegar tal pessoa. E a pessoa teve oportunidade de conseguir fugir.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jurandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o Juvandir. Na época, foi o Juvandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é o Jurandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, tanto que, por causa disso aí, o Juvandir foi até tirado da equipe deles, porque eles acharam que o Juvandir era uma pessoa que sempre “melava” – assim como a gente diz na gíria, né? – os trabalhos da equipe, no caso para prender as pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu disseste que foi o Juvandir, o Celso. E o Dr. Marcelo foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo o Celso, o Dr. Marcelo ... Nesse dia, eu não ‘tava, eu não posso afirmar que ele foi, mas, segundo a equipe, que era a equipe deles, o Dr. Marcelo estava presente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que eles teriam ido, pelo que tu sabe?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De avião até Belo Horizonte. E de Belo Horizonte até Montes Claros de carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De avião até Belo Horizonte?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Até Belo Horizonte.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que mês? Foi antes do Rio de Janeiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi antes do Rio de Janeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi a Belo Horizonte quando, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Belo Horizonte eu não me recordo, excelência. Não tenho aqui no momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ‘Tá, mas foi antes do senhor ir ao Rio de Janeiro ou depois?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foi antes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi antes?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Foi antes. Posso levantar, tentar levantar a...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que o senhor fazia? O senhor ... Foi o senhor e quem?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui... A equipe, na época, era a Apolo 29. Não me recordo dos integrantes, mas fui ouvir um preso...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ou viu o preso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Dentro do inquérito policial...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ouviu ...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Também não me recordo, posso tentar levantar ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ouvir um preso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ouvir um preso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor ouviu o preso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui ouvir um preso ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, mas o senhor ouviu ele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ouvi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ouviu ele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Porque esse preso ele tinha sido baleado e tinha sido reconhecido num inquérito policial nosso. Então, fui ouvi-lo para poder instruir o nosso inquérito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor conseguiu ouvir ele?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Consegui. Tive o apoio da delegacia...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor ficou quanto tempo lá?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fiquei um dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um dia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Um dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor foi de manhã, de tarde ?...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui de manhã e retornei à tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o preso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo no momento, excelência. Possivelmente levantar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Sálvio, gostaria de fazer uma pergunta. O senhor afirma que o Dr. Marcelo prendeu o Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não estou afirmando. Afirmando que prenderam... prenderam, não. Porque aquilo não é prender. A equipe dele, que trabalha junto com ele pega uma pessoa, e nunca é levado para o Depatri. Essa pessoa fica numa casa, ou num hotel até que o dinheiro chegue às mãos dos policiais e ele é liberado novamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor circulava bem pelo Depatri. Todos mundo sabia que o senhor era ladrão de carga.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não era ladrão de carga. Não tenho nenhum processo como ladrão de carga.

Sou condenado em três assaltos. Um no Rio de Janeiro há 20 anos atrás. Um em Campo de Jordão e outro em São Paulo, há dez anos atrás.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Bom, mas todo mundo tem conhecimento da sua folha corrida?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só queria fazer um esclarecimento. Pelo depoimento anterior dele, ele foi cooptado pelos policiais do Depatri na prisão para que ele servisse de informante e infiltrado nas quadrilhas que eles tinham interesse em outros objetivos que não o de cumprir a sua obrigação legal. É essa informação que você deu e é isso que estamos procurando esclarecer.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabe o motivo pelo qual não era preso, circulava por lá e não era preso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sou uma pessoa, não vou mentir, vivi dentro do crime durante 28 anos, conheço bem muita gente, fiz parte do Comando Vermelho do Rio de Janeiro, então eu tinha acesso quase ao País todo e muito conhecimento dessas pessoas. Então eu era uma pessoa interessante para eles, para poder trazer pessoas para eles. Não para serem presas, mas sim para poder tomar o dinheiro dessas pessoas.

Como eu era fugitivo de uma penitenciária, mantinha a minha liberdade em troca das informações que eu dava para eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tu já contaste uma vez de Montes Claros. E a segunda vez?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A segunda vez já foram outros policiais: o Marquinho, que trabalha na 63, o Jorjão, que é um policial da Rota, Marcão e Farofa, que iam ser as outras pessoas. Essas pessoas eu posso comprovar que estiveram em Montes Claros atrás.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Dr. Marcelo também esteve?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Dessa vez o Dr. Marcelo não teve participação. Foi outra equipe, outra delegacia, Depatri da 63. Que é a que arrumou o documento para viajar com o carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Documento falso para ti.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Esses documentos falsos vieram parar na minha mão pelo pessoal do Depatri, não pelo pessoal da 63.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi pelo pessoal do Depatri. Isso é importante esclarecer, porque me parece que o policial que está sendo apontado, não me recordo aqui de cabeça o nome, mas é um policial do 63.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo falou que era da 63.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu tomei conhecimento na Corregedoria só, Excelência.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A pessoa que me deu o documento não é da 63.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas que está sendo apontada.

Quem é que lhe deu o documento, entregou na sua mão o documento?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem me entregou o documento na mão foi o Celso, foi na época da equipe da 1ª do Patrimônio: Celso, Daniel e o Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Juvandir é uma coisa e Jurandir é outra?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Juvandir é policial e o Jurandir, o Jura é um ex-policial, mas que trabalha na equipe. Sempre que vai fazer uma prisão ele faz parte das prisões, como se fosse policial do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele é ex-policial?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só sei que ele foi expulso da polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ficava lá ajudando.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sempre que tinha fazer uma diligência, ou dar cana em alguém, prender uma carga, ou duas cargas, ou dez cargas o que fosse ele estava junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Inclusive naquela viagem ao Rio ele foi junto com o Dr. Marcelo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi junto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ex-policial, expulso, a bem do serviço público?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi junto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só uma pergunta, Dr. Marcelo.

O senhor depôs na Corregedoria já?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor tomou conhecimento do envolvimento policial dos 63 durante o seu depoimento? Foi feita alguma pergunta a respeito disso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com relação ao pessoal do 63 não. Até porque conheço o pessoal por que foi relacionado na época. Nunca tive contato e nunca trabalhei com o pessoal do 63 e só tomei conhecimento a respeito da apuração, da falsificação

do RG, na Corregedoria mesmo, porque tem um inquérito estourado que apura esses fatos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não perguntaram nada ao senhor a respeito disso na Corregedoria. O senhor tomou conhecimento disso fora dos autos, fora do seu depoimento.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fora dos autos.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Excelência, gostaria, já que o Dr. Marcelo está falando isso, mais vez que o senhor pedisse quando foi presa essa máquina de fazer placa de carro, foi preso o Sérgio, que era o rapaz que fazia as placas de carro, vai comprovar que esse documento foi feito para mim através do Sérgio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde anda o Sérgio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo consta está solto. Segundo eles mesmos...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe quem é o Sérgio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi notícia em São Paulo de que ele falsificava documento, tinha máquina de plastificar...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É o Sérgio Moreira Cavalcanti. Tem um inquérito em que presidi e está à disposição.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sobre o quê?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sobre falsificação de apetrechos para falsificação de placas e documentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o Laércio sabe disso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Saiu nos jornais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se ele foi condenado?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi feito flagrante?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim. Não sei o desdobramento na Justiça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dois meses depois ele estava em liberdade. E está solto até hoje?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo consta, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi quem fez o documento para você.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Essa pessoa já fazia placas de carro e tem uma outra história de uma viagem à Bahia onde foram apreender uma pessoa chamada Beto Laranjeiras, que é ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero fazer um requerimento para ouvir esse Sérgio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois temos que pesquisar e pedir o número de RG dele.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tem toda a qualificação dele aí no processo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pedir a oitiva do Sérgio. Temos vários casos mas vamos agora para o da Bahia. O senhor lembra do caso da Bahia Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já foi discutido?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Fui questionado na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não se interessou em ver porque apontaram o senhor nessa questão da Bahia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nunca fui à Bahia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na da Bahia ele não foi, foi a equipe, o Celso, o Daniel e o Juvandir e lá pegaram mais dois policiais da delegacia de Vitória da Conquista e foram fazer a prisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do Beto Laranjeiras, pessoa influente na cidade Sebastião Laranjeiras, na divisa da Bahia com Minas Gerais. Tive a incumbência de levar dois carros...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sebastião Laranjeiras. Tive a incumbência de levar o carro roubado, entregar nas mãos dele para que os policiais de São Paulo fossem até lá e prendessem esse fazendeiro para se tomar uma nota dele, como se fala na grávia. Chegando lá encontramos três ou quatro carros roubados, essa pessoa foi presa, e inclusive fiz a prisão do carro junto com o Juvandir, fomos em uma cidade mineira que tinha um carro dentro de uma outra fazenda, existia uma pessoa fugitiva de São Paulo, que foi pega e largada lá mesmo. É uma pessoa fugitiva da 22ª DP...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor lembra do nome?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conhecido como... e tem um pessoal de Minas que sabe da história dele lá.

Quando eles vieram com essa pessoa apreendida dentro do carro da polícia, ela foi arrebatada pelo pessoal da Polícia Militar e foi levada até a delegacia de Guanambi. Esse fazendeiro tinha quatro carros roubados na mão de São Paulo e Minas e em menos de uma hora essa pessoa estava solta. Não demorou uma hora na delegacia e essa pessoa estava solta. Os carros foram levados para a delegacia de Vitória da Conquista e até hoje não sei se foi devolvido para São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Dr. Marcelo não estava junto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, mas a equipe era dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele conhece a equipe.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É a mesma equipe. É o Celso, Daniel...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dr. Marcelo, essa sua equipe foi à Bahia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, foi, autorizada na época pelo delegado titular, inclusive as diligências eu entreguei junto com esse inquérito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual foi o resultado da diligência?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Segundo consta, foram apreendidos dois ou três veículos, no relatório dos investigadores no auto de apreensão e exibição e foi apresentado à autoridade de Guanambi, foram conduzidas duas pessoas que não me recordo o nome, que ele acabou de citar, e ficou à disposição da autoridade local.

Não sei o desdobramento porque a autoridade está qualificada ali.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os carros não foram trazidos para São Paulo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não porque foi determinação da autoridade apreender e ficar por lá. E quem viria dar a sequência dos demais atos seria a autoridade local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que não pediram para a autoridade fazer a apreensão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O senhor tem que questionar os investigadores que foram porque eu não fui e nem autorizei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor era o chefe?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Apesar da equipe ser da minha delegacia, essa diligência foi au-

torizada pelo Delegado-Titular. Tomei conhecimento... sou o Delegado da Delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Naturalmente, o Delegado iria consultar o senhor, precisou de gente da sua equipe para ir lá. É curioso, sair de São Paulo, está cheio de crime aqui em São Paulo para resolver, cheio de coisa para fazer, e ir lá em Guanambi, ir lá não sei onde, ir à Bahia. Quer dizer, está sobrando serviço. Foram lá e aí?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Os veículos foram apresentados lá, só que os veículos eram produto de roubo em São Paulo. Por isso, quem indicou, acabou indicando e os policiais foram fazer. Não executei a diligência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não acha curioso o fato dele saber os detalhes?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Os policiais não negam que foram com ele. O senhor vai questioná-los.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não negam que foram com quem?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com ele até a Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que o senhor sabe?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O senhor, ele acabou de falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse que nem conhecia, não sabia nada dele, ficou sabendo só na CPI.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não tenho conhecimento das diligências, elas foram documentadas e foram apresentadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi junto?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele fala que foi, o senhor vai questionar os investigadores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe se ele foi? O senhor não tinha conhecimento?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei porque não fui para a Bahia, não tinha conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É aquela história, tem rabo de leão, den te de leão, juba de leão, pelo de leão, pata de leão, bafo de leão, o que é? É leão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quería saber do alemão. O senhor conhece o alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O alemão é uma pessoa que trabalha junto com eles também.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual a atividade dele lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Gostaria de me reservar o direito de falar do alemão porque ontem fiz uma diligência e gostaria que fosse na presença dele porque existem outras coisas ligadas a ele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marcelo conhecia ou não o alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conhece, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acharam ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não sei se acharam.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conhece o alemão?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o alemão, descreve o alemão para nós.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O alemão é uma pessoa branca, careca...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É maior do que tu ou menor?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É mais ou menos da minha altura, é grande, careca, cabelo só dos lados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É loiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem cabelo grisalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a compleição física dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do meu tamanho, bigode que nem eu, só que ele é careca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O bigode é mais claro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – é grisalho também, pele clara, bem clara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Sr. conhece alguém com essa descrição?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estiveram juntos com o Dr. Marcelo? Você com o alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tanto no Depatri, quando ele vai no Depatri, com o Dr. Marcelo não posso dizer que encontramos em outro lugar. Só uma vez que eu estava no Depatri, eu e ele, o Celso e todo mundo, ele falou com o Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Chegaste a ver ele falar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o alemão acho que ia deixar para....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo fato de que é uma pessoa importante, uma pessoa ligada e que o Dr. Marcelo disse que desconhecia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Podíamos entrar na questão do doido?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O doido foi o seguinte: fui mandado para Recife para investigar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Doido é o Didi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o Didi, ele foi preso no Depatri, ele e o irmão dele. A história do Didi é o seguinte: que nem já falei para o senhor, fui para Recife, fui incumbido de achar essa pessoa, passei dois meses...

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pedido de quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A pedido do pessoal do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A mesma equipe de sempre – o Dr. Marcelo – a equipe dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas com o conhecimento dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Se a equipe tinha o conhecimento, ele deveria ter o conhecimento porque vou chegar no ponto em que a pessoa foi presa.

Fiquei dois meses lá, tenho família lá como os senhores já sabem disso, passei a me entrosar no meio do Didi porque já o conhecia há mais tempo, só que não sabia que era a pessoa que eles tanto queriam. Como já falei, foi constatado que na época tinha 14 caminhões naquela fazenda e outros caminhões roubados, outras carretas que as pessoas que fariam acareação não compareceram na CPI, como os senhores sabem. Estamos aguardando outra oportunidade.

Quando cheguei tinha um carro, ele estava com um carro roubado, era uma Parati, essa Parati foi roubada em São Paulo e estava com placa de uma cidade chamada Pacira, em Pernambuco. Tinha que trazer esse rapaz até aqui, porque o certo tinha combinado da equipe ir lá dar cana nele, assim que fosse feito o desdobramento lá. No fundo, não sei, acho que o Dr. Marcelo não autorizou, não sei quem não autori-

zou a equipe viajar e eu tinha que trazer ele até aqui. Falei que eu tinha um caminhão para levar para lá, que já estava na mão e que ele vinha buscar outro caminhão aqui. Convinco-o de vir até aqui com a mesma Parati roubada, só que o carro estava com outro documento e com outra placa. Ele veio e liguei para o pessoal, dizendo que "eu estou saindo de Recife hoje, estamos indo no mesmo carro, a pessoa é essa e o irmão dele está em São Paulo."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor se lembra para quem ligou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Para o Celso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O número é um daqueles que o senhor forneceu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O número é aquele lá. Tanto para o Celso como para o Jurandir, o Jura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ligou a cobrar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Geralmente eu ligava a cobrar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nesse período o senhor muitas vezes? Lá de Recife?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Muitas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De Recife?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Muitas vezes, da cidade de Gravatá.

Saímos de lá, chegamos aqui e ficamos dois dias porque tínhamos combinado, mas chegamos no domingo e não deu para pegá-lo no mesmo dia. Vamos dizer que aconteceu um encontro entre mim e o Didi para que se pudessem pegar o Didi. O Didi foi pego ali na Avenida Jacu Pêssego, num posto de gasolina, próximo a minha casa. Foi dada voz de prisão a ele, que foi levado ao Depatri. Perguntaram a ele se preferia fazer um acerto. Levantou-se que a Parati era produto de roubo em São Paulo pelo motor porque o número do chassi já tinha sido trocado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na sua presença?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na minha presença.

O SR. OSCAR ANDRADE – Negociaram?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Negociaram. Perguntaram a ele "o que você prefere? Que a gente vá até Recife atrás dos caminhões que estão lá ou vamos entrar em um acordo em que você e seu irmão assinam o roubo da Parati?" Foi o irmão do Didi que assinou o roubo da Parati. – "A gente faz um acerto,

você assina só a Parati, responde a um inquérito e você vai para a rua.” Isso mesmo foi feito.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quanto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei de quanto foi o acerto. Segundo eles...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tudo com o Celso e com o Jurandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Foi o Celso, o Toninho e o Jura que deram a cana. O Jura é esse ex-policia. Quem deu a cana foi o Celso, o Toninho e o Jura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você afirma que o Dr. Marcelo sabia disso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A equipe dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E acertaram por quanto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O próprio Didi me procurou na minha casa e disse para minha mulher que eu o tinha entregado e teve que pagar R\$40 mil. Mas os policiais alegam que o acerto foi de R\$8 mil. Agora, segundo o próprio Didi, foi R\$40 mil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele não ficou ruim da cara com você, já que foi na sua casa aí da?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ficou ruim da cara, mas foi lá na intenção de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como ele sabia onde era a sua casa? Ah, quando ele veio aqui você o levou a sua casa!

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi bater direto na minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas você também é cara dura, levou o homem para sua casa.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas tinha de ser. Se eu tinha a incumbência de trazer ele, eu ia fazer o quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você recebia comissão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Eles me davam por mês R\$300,00. É como eu falei: essas informações todas e as viagens que eu fazia eram em troca da minha liberdade. Era como se eu fosse um refém deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles pagavam as despesas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Geralmente. Quando tinha que viajar com carro. Como foi comprovado, até dinheiro de passagem foi mandado para eu voltar. É como eu falei, há um pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo banco?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pelo banco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No seu nome?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na conta do policial da Bahia que participou da cana do Beto Laranjeira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse policial estava no esquema também?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estava.

Outra vez, quando foi para eu vir com esse rapaz, foi mandado dinheiro para a conta do meu pai.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe essas datas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que, pela conta do meu pai, eu consiga descobrir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O banco e a agência você tem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O banco é o Banco do Brasil. A agência da Bahia eu não sei informar. Só constatando com o policial de lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o nome do policial?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa sacrificar a memória.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode lembrar depois. Há tempo para lembrar.

Então, ele foi embora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele foi embora normalmente. Fizemos a diligência com o Dr. Lacerda. Levei-o na casa dele, ele foi intimado. Mas, através desse carro, o senhor pode levantar que essa pessoa foi presa entre os meses de novembro e dezembro do ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi preso aqui?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi preso aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o nome dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu o conheço apenas como Didi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Didi é o Doido da história.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei. É o Doido, que não foi depor.

Então, tem ele e o irmão dele? O senhor sabe se há inquérito dessa natureza a respeito dessa Parati?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo, excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nem pelo apelido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, Sr. Presidente, requeiro que seja oficiada à Delegacia do Depatri o inquérito policial no nome destas duas pessoas: o Didi e o irmão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O roubo da parati foi oficiado, foi aberto inquérito?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi, inclusive essa parati já foi entregue até como depositário fiel para a dona. A parati estava com placa de Recife, Pacira. O nome da cidade é Pacira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pernambuco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Requerer cópia do inquérito policial em nome do Didi e do irmão do Didi. O Didi, o senhor sabe o nome, não é? Do Didi e do irmão do Didi, que foi aberto na Delegacia do Depatri, em São Paulo. Então, requerer uma cópia do inquérito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi entre novembro e dezembro do ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, não faz um ano?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Vai fazer um ano agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse inquérito foi feito entre novembro e dezembro do ano passado? O senhor não lembra disso então?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A sua equipe foi lá na Bahia?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não entendi a pergunta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Lá em Recife?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Recife não. Foi Guanambi.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Guanambi, peguei inclusive lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, sua equipe foi lá? Quando foi isso?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem aí, Presidente, qual é a data?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é isso aqui?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tem o inquérito policial e as diligências que foram feitas na Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que tem a data aí.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Nesse ofício aí, Excelência, logo na capa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na capa. O que diz aí?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – A data.

O SR. OSCAR ANDRADE – 20 de maio de 1998.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 20 de maio de 1998?

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel e o Celso que foram ...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito!

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas Juvandir também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi em 1998 ou em 1999?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me lembro se foi em 1998 ou em 1999. Foi em 1998.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aqui não é Guanambi.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Vitória da Conquista?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, o ofício é para a Bahia, mas a diligência, o relatório final e as apreensões na Delegacia de Vitória da Conquista. Faz menção a Guanambi também.

O SR. OSCAR ANDRADE – E Sebastião do Laranjal?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sebastião Laranjeiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – O ofício é o seguinte:

“Sirvo-me do presente para apresentar a V. Ex^a os policiais: Daniel Rubens de Oliveira, Celso dos Santos, Jurandir Lima da Silva, todos em exercício nessa Delegacia Especializada, os quais deverão encetar diligências no Município de Sebastião do Laranjal, Bahia, devidamente autorizados.”

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aqui estão misturando as coisas. Vamos esclarecer aqui, porque quero as coisas bem claras. Uma coisa é essa diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é o Frederico Vicentino?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É o Delegado titular.

O SR. OSCAR ANDRADE – À época, não é?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, só para esclarecermos: essa é uma questão; essa do doido é outra. A do doido diz é que no ano passado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No ano passado, novembro e dezembro do ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vamos misturar, eu mesmo estava misturando, é tanta coisa. A do doido é um fato, Sr. Relator. Isso aqui é outra coisa. Isso que ele apresentou aí

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – É da Bahia. O senhor apresentou da Bahia?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa é da Bahia. É o caso do fazendeiro, em que tomaram o dinheiro do fazendo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo consta, sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Segundo consta, tomaram dinheiro do fazendeiro. E essa do doido, que é o Didi, que não foi depor em João Pessoa, que fugiu, esse é que esteve aqui no ano passado.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No ano passado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nessa época mais ou menos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, nessa época, ficou mais ou menos três dias preso ou quatro dias. Foi em novembro e dezembro do ano passado. Fez um debate mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E depois foi embora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, está bem esclarecido.

O senhor conhece o Marcelo Borelli?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conheceu? Quem é Marcelo Borelli?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Marcelo Borelli é aquele que fez o assalto à VASP?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fez o assalto à VASP?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Está preso em Brasília.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está preso em Brasília? Assaltou a VASP onde?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não me recordo, no momento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi lá em Brasília?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor ajudou na prisão? Contribuiu para prender?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Contribuí sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que forma?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – O Doutor, não me lembro do delegado da Polícia Federal, foi lá, mostrou-me fotos, reconheci algumas pessoas, inclusive Marcelo Borelli. Prestei alguns esclarecimentos que ajudaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há alguma coisa com o Marcelo Borelli aí ou são outras pessoas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, são outras pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Júnior?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a ligação do Marcelo com as outras pessoas? Há alguma ligação com algum policial de São Paulo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Marcelo era ligado a esse alemão, porque o Marcelo Borelli morou com uma pessoa que mora hoje com esse alemão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele viveu com a mulher que o alemão vive?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Exato, com a mulher que o alemão vive.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa é a ligação?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Essa é a ligação, por seu intermédio o conheci.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece o Marcelo Borelli?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Excelência, não o conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tomou conhecimento do assalto à VASP?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tomei conhecimento pelos noticiários, mas ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não ficou sabendo quem eram os envolvidos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Indiciados?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Absolutamente nada? Chamo a atenção para isso porque foi um roubo de ouro.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Ele consta das fichas policiais da Polícia Civil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Marcelo Borelli?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Já.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu perguntei para o senhor e o senhor disse que eu não sabia que existia o Marcelo Borelli.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Excelência, veja bem, eu não o conheço e eu não o conheço. Eu não compreendi. Eu nunca peguei ninguém ligado a ele. Mas eu não o conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu perguntei: O senhor conhece o Marcelo Borelli? O senhor disse: Não, não conheço, mas o Marcelo Borelli é isso, é aquilo outro. Quer dizer, sendo um policial...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, Excelência, mas eu nunca prendi ninguém ligado a ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas eu não perguntei se o senhor o prendeu.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu nunca fiz uma investigação relacionada...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu não perguntei nada disso ao senhor. O senhor não respondeu ao que eu perguntei. Agora o senhor está querendo responder ao que eu não perguntei. Eu não perguntei isso. Eu perguntei: O senhor conhece o Marcelo Borelli? Quando perguntamos a uma pessoa com quem estamos conversando, por exemplo, se ela conhece o Pompeo, se ela responder que nunca conheceu o Pompeo, não é nada disso. Ou se ela responder que eu não sabe qual é a profissão do Pompeo, não é isso... Conhece o Pompeo? Pompeo? Não é o Pompeo de Mattos da CPI? Não, não conheço. Mas agora o senhor está dizendo que está na ficha da polícia. Eu já começo a achar que o senhor o conhece.

Júnior? Quem é o Júnior?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Júnior é o dono do desmanche lá em Guarulhos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dono do desmanche em Guarulhos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, dono do desmanche.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a atividade que ele desenvolve no crime?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Roubo de carga, roubo de banco, joalherias, aeroportos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pompeo, vi um nome interessante aqui: o Marquinho. O Marcelo falou para a gente que não o conhecia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu pergunto: É o Marquinho policial ou o Marquinho...?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Marquinho que seria chefe de uma quadrilha interestadual de roubo de carga...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Marquinho é a mesma pessoa que foi apreendida junto com os pneus da Mageon e as velas Bosh.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo o conhece?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele foi preso na delegacia dele, no plantão dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome do Marquinhos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não sei. Conheço ele só por Marquinhos. Tenho o telefone dele aí. Está escrito debaixo do nome dele. Não está aí, doutor? Tem o telefone dele aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – No ou tro é que tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas tem o telefone dele também.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem foi preso. É a mesma pessoa que foi presa em cima dos pneus da Mageon.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daquela história do pneus da Mageon e das velas Bosh.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E das velas Bosh.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece o Marquinhos?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço, Excelência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem se lembra dessa questão dos pneus?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou presomuitos dias?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ficou dois ou três dias também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não sabe se foi feito o inquérito?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não sei dizer. Sei que foi feito um acerto. Ele e mais duas pessoas foram presas. Foi feito o acerto e ele saiu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós temos que descoibir qual é todo o nome do Marquinho para chamar esse nome no computador.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acho que o inquérito foi feito em cima dos pneus da Mageon. Do resto da carga não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se nós conseguíssemos obter o nome do Marquinho a partir do telefone, porque é tanta coisa...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Brandão? Quem é o Brandão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Brandão é uma pessoa cujo nome passei para ele. É também um ladrão de cargas, desmancha caminhão. Não sei se foi feita a apreensão dele ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas isso era via Celso, Jurandir. Você não tinha contato direto com o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como assim?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesses casos com o Marquinhos, com o Brandão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No caso do Marquinhos eu tive, porque eu fui preso em cima da carga, junto com ele para a carga ser presa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi o dia em que você o cumprimentou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o dia em que eu o cumprimentei. Na hora só foi preso eu e o Marquinhos. Depois é que foi feita a diligência para pegar as outras duas pessoas. Mostrei até ao delegado local.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Luís?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Luís é de Itaquá. É ligado ao Alemão. Já entra naquela outra história...

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...que você vai contar depois.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – ...que eu me reservo o direito de falar depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o que você pode adiantar agora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Desse Luís?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Luís vendia... As cargas que eram roubadas por eles eram entregues aos supermercados, por intermédio dele aos supermercados de Itaquá e por intermédio do Alemão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual supermercado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Supermercado de Itaquá. Houve também uma época, em 94, isso é coisa que eu fiquei sabendo por intermédio deles, o Gil um ex-policial, eu encontrei ele ontem, está preso e vai vir de por na CPI, foi afastado da polícia por causa dessa carga... No entanto, não foi ele que levou essa carga. Quem levou essa carga foi o Luís. Vou ver se me lembro agora do nome do policial que tomava conta da carga lá. Quem faz a venda das cargas até hoje é um policial de Itaquá. Não estou me recordando do nome... É Roldan. O nome dele é Roldan.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o nome dos supermercados que recebiam essa carga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o Supermercado Itaquá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só o Supermercado Itaquá? Não tinha outro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do meu conhecimento tem. Mas da época que eu estava morando lá na casa do Alemão, só esse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fale mais um pouco do Jurandir para nós.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do Jurandir ou do Juvandir?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do Jurandir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado Pompeo, gostaria de suspender por dois minutos pois será necessário trocar a fita de gravação.

Deputado Pompeo com a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então me fala, eu fiquei aqui pensando no depoimento que tivemos daquele cidadão lá do Piauí, ficamos meia hora perguntando para ele do doido, do doido, nós perguntávamos o nome do doido, e ele dizia que não sabia que aquele era o doido. No final do depoimento ele disse: ah, esse é o doido, meu amigo, mas fazia que não entendia. As coisas vão se esclarecendo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como já falei, o Jura é um ex-policial, hoje ele está estudando para advocacia, vai se formar advogado, mas todas as prisões que a equipe vai fazer ele participa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Participa ainda será?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Participa, com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Atualmente?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu estou preso há quase um ano, não é doutor. Mas até a data

que eu me entreguei à CPI sim, ativamente. Tanto que o senhor vê que ele viajou para o Rio, fez parte das outras prisões normalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Agora, o Dr. Marcelo nega que ele viajou para o Rio. O Jurandir não viajou junto para o Rio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Comigo não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se ele estiver no mesmo avião? É muita coincidência, não é?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Aí é o senhor checar. Pode ficar a vontade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vou checar, mas seria muita coincidência.

Pois bem, o Jurandir é esse cidadão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É esse cidadão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Conta-me algum fato em que o Jurandir tenha atuado. São vários, mas menciona um.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Da carga da Magion.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava junto a da carga da Magion? Quando o Marquinho foi preso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quando o Marquinho foi preso.

Da carga, como se fala, da máquina de fazer placas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele estava junto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Também. São tantas coisas para lembrar de uma hora para a outra, fica até difícil. Mas todas, praticamente todas que participei com eles o Jura também participou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o Jura, é um cara bem de vida. Porque tu ganhavas 300 por mês e ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como já falei na outra CPI...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a liberdade era viajar pelo mundo, ganhava asas também, vamos dizer assim, entre estar na prisão, ganhar 300 por mês e viajar pelo Brasil, entregando carro...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quer dizer, lógico, seria a liberdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É a liberdade, ganhava asas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas asas em termos, asas tipo refém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei. Tu eras o refém do processo.

Mas o Jura deve ter capitalizado isso. Sabe se o Jura é bem de vida, tem dinheiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu sei que ele tem o carrinho dele, tem casa na praia, tem casa aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem casa onde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em Santos, agora o local eu não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele mora onde? Mora aqui?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mora aqui em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem casa, apartamento?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Apartamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual é a profissão dele? No que ele trabalha?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o trabalho dele é esse, o trabalho dele até quando sabia ele estava estudando na faculdade e passava o dia todinho junto com a equipe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a faculdade que ele faz?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Que eu sei é que a faculdade que ele está fazendo é advocacia, direito. Ele estava até para se formar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos anos o Jura tem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei quantos anos ele tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Descreve o Jura para mim.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Moreno, baixo, bigodinho..

O SR. POMPEO DE MATTOS – Moreno, mas bem moreno.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Bem moreno, não é tão alto, baixo.

O SR. POMPEO DE MATTOS. – Mais baixo que tu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fala meio fanhoso, meio esquisito. O jeito dele falar brincalhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De bigode, sem bigode?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De bigode. Na época ele estava de bigode, sem barba, cabelo baixinho, meio crespo, moreno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E a compleição física?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estaturame-diana. Magro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor co-nhece alguém com essas características, Dr. Marce-lo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Exce-lência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não conhece? Bom o alemão tu vais falar depois.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Será que o Sálvio conhece o Pérsio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conheço sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele circulava lá pela Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, se nhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Ele fazia o que lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Geralmente ele era um informante, mas mais um comprador de carga, quando o pessoal apreendia a carga, inclusive a velas Boch ele acabou de dar sumiço.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o Dr. Marcelo conhecia ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Dr. Marce-lo conhece ele sim.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Dedé também?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Dedé não, o Dedé já é outra história, é um comprador de cargas que apreenderam, tomaram dinheiro e ele continua comprando essas cargas e mandando para o Nordeste. Que é um dos per se na gens lá da CPI de lá de cima também.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Dr. Marcelo conhece ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não tenho conhecimento, já foi levado até o Depatri, agora, se o Dr. Marcelo conhece ele ...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – E o Moisés?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Moisés, foi preso pela equipe do Depatri também, agora não sei se foi en ca mi nha do, mas acre di to que não, por que na época eles fi ca ram numa casa até que se trou xes se o

dinheiro e as pessoas fossem soltas. A pessoa ficou tida como refém dentro de casa, e os presos ficaram na mesma casa em foi pega a carga. Essas pessoas ficaram dentro da casa, fizeram o acerto e nem a car-ga foi removida, ficou com as mesmas pessoas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Explica mais sobre o Pérsio. Onde é que o Pérsio mora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Onde que ele mora não sei, sei que tinha um lava-rápido, ou tem, porque nós fomos lá ontem, na Cachoeirinha, perto da... Não, tem um nome, mas eu sei que eu fui lá, ontem à noite estive lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E qual foi a últi-ma vez que você viu o Pérsio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi quando ele pegou a última carga de vela que deu esse rolo todo, que a equipe se desfez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nessa carga de vela envolveu o Pérsio, o Marquinhos...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Marqui-nhos e mais duas pesso as que eu não lem bro o nome agora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o ex-policial...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – As pessoas que apreenderam?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, as que es-tavam junto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Jura, Dani-el e o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Juva não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Ju-vandi já tinha sido retirado da equipe e colocado para outra equipe, porque houve uma briga.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para recor-dar, isso foi quando? O ano atrasado, em 98?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi em 98.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E depois disso você não sabe mais dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não sei mais dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pérsio é nome, é apelido?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pelo que sei Pérsio é o nome dele, agora tem o nome completo dele que não eu sei, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A CPI tem o nome dele completo?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Do Pérsio, aqui não consta o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que descobrir o nome completo do Pérsio. O pessoal da Federal tem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Dr. Paulo César deve ter.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Fale-me um pouquinho mais do Moisés.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Moisés é a mesma coisa. O Moisés foi esse que foi preso, ficou dentro de casa tipo um sequestro até a família, por ele ser um comprador de cargas, levar o dinheiro para fazer o pagamento e ser solto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E você chegou a conversar com ele? Conhece ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Moisés? Conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que ele é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Baixinho, moreno, do Nordeste. Se não me engano, não sei se ele é do Maranhão ou do...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde é que anda ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não sei, doutor. A última vez que eu o vi, ele morava perto da minha casa, essa pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você acha que ele não mora mais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Morava aqui em São Paulo, perto de minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você acha que ele não mora mais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, acredito que ele esteja morando no mesmo lugar, não posso dizer para o senhor, já estou preso há quase um ano.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não chegou a tentar localizar ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Se eu tentei localizar ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Com a Polícia Federal.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, porque aí já passei número de telefone para que pudessem, por intermédio do telefone dele, levantar endereço, essas coisas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem o número do telefone dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tenho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor passou para a Polícia Federal?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do Dedé, do Moisés, do outro, tenho os números dos telefones todos, mas já passei para o pessoal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece nenhum desses, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Qual seria, Ex^a?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do Moisés, do Dedé e do Pérsio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nenhum desses.

Bom, ficou mais dúvida do que certeza. A única certeza que temos é bastante dúvida. Mas essas dúvidas também dão uma certeza de que estamos no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor terminou, o senhor também?

Só mais uma pergunta: diante de toda essa exposição, dos esclarecimentos do Laércio, pergunto ao senhor se mantém que não conhecia o Laércio?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Mantenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhecia e nenhum dos fatos que ele relatou aqui? Ele fala com muita convicção, com muita tranquilidade.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, mantenho, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor acha que ele mente em tudo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Com relação à minha pessoa sim. Não posso falar dos demais. Com relação a mim, ao contato que tinha com ele, o meu relacionamento com ele, isso aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você quer perguntar a ele por quê?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, Ex^a, isso é desnecessário, porque não contraditar um depoimento que atribuo como falso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Laércio, alguma vez houve alguma entrever, alguma coisa que pudesse gerar qualquer má vontade de sua parte com o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca houve nada?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele sempre o tratou nos encontros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sempre me tratou bem, inclusive até quando aconteceu o negócio que o Daniel pegou as velas e sumiu com as velas, eu estava no bar Mombaça, eu ficava sempre no bar próximo do Depatri, foi lá, tinha uma caminhonete S-10 à época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi encontrá-lo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi encontrá-lo. Estava até com uma moça que era namorada do Celso, apesar do Celso ser casado, tinha um caso com a menina lá, e eu ficava sempre lá no bar esperando o Celso acabar o expediente para nós podermos retornar para a Zona Leste. E o Dr. Marcelo parou o carro, era uma S-10 verde, não sei se ele ainda tem essa S-10...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor teve essa S-10 verde?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca teve uma S-10 verde?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Verde nunca tive.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era a sua S-10?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tive uma S-10, mas não era verde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que cor que era?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Preta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Preta. S-10 preta.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Tenho ela até hoje.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem até hoje.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sei que era S-10, posso ter errado de cor. Parou em frente ao bar...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas a S-10 é certeza?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É certeza. “Fica tranqüilo...”

O SR. POMPEO DE MATTOS – Descreve como é a S-10 cabine curta, longa, fechada...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro no momento, não vou detalhar para não cair em contradição. Parou em frente ao Mombaça, me cha-

mou, fica tranqüilo que eu vou conversar com o Daniel e o Daniel vai ter que devolver...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que chamava o bar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mombaça. Um bar perto do Depatri, onde os policiais vão almoçar, então era ali que a gente almoçava quando estava no Depatri, sempre parava ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Existe esse bar, Dr. Marcelo?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei, Excelência. Não conheço. Não sei, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é a distância do Depatri ao bar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – 300, 400, 500 metros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve a curiosidade de ver...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não conheço os bares da redondeza, não sei. Fica perto inclusive da estação rodoviária... Não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os seus policiais vão lá seguida ele está dizendo...

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, mas eu nunca freqüentei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma coisa curiosa porque daqui a pouco é todo mundo no bar, daqui a pouco procura-se um policial e está lá no Mombaça, está lá no bar, não é nenhum crime.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Sim, eu sei que não, mas eu não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas é curioso.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Eu sei. Pode ser curioso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe se ele já foi alguma vez lá no bar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já foi no bar inclusive para falar comigo. Só que nesse dia ele não saiu do carro. Chamou-me, falou comigo para ficar tranqüilo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que ele chamou, mandou alguém chamar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me chamou, eu estava sentado na porta do bar tomando cerveja com uma menina, a namorada do Celso, ele parou o carro e me chamou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Essa menina ainda continua sendo a namorada do Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não sei se continua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sabe onde ela mora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Eu tinha o telefone dela, mas perdi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é o nome dela?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse restaurante é dos mesmos proprietários ainda ou faz tempo que o senhor não frequenta?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O tempo que estou preso, um ano, onze meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas até então...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que sejam os mesmos donos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E eles te conhecem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já fui várias vezes lá, muitas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se formos lá provavelmente eles vão te reconhecer?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que sim. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Chegaram a ver o seu encontro com o Dr. Marcelo, ou foi na porta, fora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, ele parou o carro do lado de fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor chegou no carro para conversar com ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Cheguei no carro, conversei com ele e ele falou para eu ficar tranquilo, era a respeito das velas, porque eles tinham tomado as velas e deram sumiço com a carga de velas e não sei onde foi parar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso foi quanto tempo antes do senhor ser preso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Agora?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Esse das velas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi em 1998. Não lembro a data.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que cuida do bar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem cuida do bar?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o dono do bar? É homem, é mulher?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É homem. Têm duas equipes, uma trabalha de tarde e outra de manhã. É um lugar onde todo mundo do Depatri vai almoçar. É um restaurante onde a maioria dos policiais do Depatri vai almoçar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe onde o pessoal do Depatri almoça, não sabe?

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Não sei, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chama Mombaça?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mombaça. Tem o Amarelinho e tem o Mombaça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mombaça é a cidade do nosso Presidente...

Então o senhor confirma que não o conhecia e que só o viu nas duas CPI's, naquela e nessa.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sei se o doutor tem alguma reclamação a fazer?

Eu pediria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero fazer um requerimento, Sr. Presidente, que seja oficiado à Secretaria de Segurança Pública, em função dos acontecimentos aqui na CPI, de que ele possa, até por garantia das investigações e até pessoal do Dr. Marcelo, ser afastado temporariamente das funções do Depatri, por ser um órgão que mexe estritamente, principalmente a Divisão de Carga, com roubo de carga, a importância das nossas investigações, e o nome dele está sendo envolvido. Gostaria que pudesse ser oficiado à Secretaria de Segurança Pública pedindo o afastamento dos trabalhos dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria que V. Ex^a formalizasse o requerimento para posterior encaminhamento.

Estão dispensados. Pediria que permanecessem um tempo. O Dr. Jair vai providenciar alimentação. E se houver alguma necessidade, não precisaríamos lhe reintimar e procuraríamos resolver.

O SR. MARCELO TEIXEIRA LIMA – Obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suspendemos a sessão para que os Srs. membros e demais convocados possam almoçar. Por volta das 14h15min estaremos de volta.

(Suspensa a sessão)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dando prosseguimento à 18ª Reunião da CPMI do Roubo de Cargas, convido o Sr. Celso dos Santos, investigador

conhecido como Índio. O Celso é o primeiro porque é o mais citado pelo depoente.

O senhor poderia se identificar, por favor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Celso dos Santos. Sou investigador de polícia, trabalho na Segunda Divecar, roubo de carga, Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem conhecimento das referências que têm sido feitas para o senhor pelo Sálvio ou Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço ele como Laércio, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. O senhor poderia descrever o seu relacionamento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Moro na zona leste, há trinta anos, mais ou menos. Trabalho na polícia questão de trinta anos. E conheço essa pessoa de nome Laércio porque residio aproximadamente a 200 metros de uma favela e ele era meu vizinho. Queira ou não, constantemente ele passava de frente a minha casa. E tanto ele como a esposa levavam as crianças na escola na qual meus filhos também estudam. Era óbvio que constantemente a gente se via. E ele, tomando conhecimento de que eu era policial, procurou se aproximar de mim. Foi quando perguntei para ele o que ele fazia da vida. Ele falou que era motorista, caminhoneiro, e andava pelo Norte, Nordeste, pelo Brasil todo. E ele, sabedor de que eu era policial, começou a instigar e a querer passar informações para mim. E ele passou a ser uma fonte de informações, ou seja, ele começou a denunciar pessoas que faziam a conexão eixo São Paulo e Bahia, o pessoal roubava o carro oriundo daqui de São Paulo, falsificava documentos, adulteravam esses veículos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui em São Paulo mesmo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Exatamente. Aqui em São Paulo mesmo. O que me levou à certeza de poder fazer essas investigações, concluir com êxito e apurar os fatos. Ele falou que esses carros provavelmente estariam na Bahia, numa fazenda, na cidade de Sebastião Laranjeira. E as pessoas que estavam na posse desses veículos eram pessoas politicamente bem influentes na cidade na qual já tinham sido prefeitos. Aí, eu informei para ele: Então, nessas andanças, quando você for para o Estado da Bahia, quando você estiver lá e constatar realmente a existência desses veículos, você me liga.

Após dias, ele, estando lá na Bahia, me ligou com convicção e afirmando que estava lá o veículo, ou seja, seriam 5 veículos, todos oriundos de São Pa-

ulo. E a documentação era feita aqui. Aí entrei em contato com a autoridade, com o meu superior dando conhecimento do fato...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era, por favor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dr. Frederico. Ele, tomando ciência dos fatos, enviou ofício à regional daquele Estado, dirigi-me com a equipe, fomos lá para a Bahia. Chegando em Vitória da Conquista, nos apresentamos ao Regional, posteriormente, o Assessor do Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia determinou o mandado de busca e apreensão e, com esse mandado, conseguimos na delegacia local, o auxílio de mais dois policiais e nos dirigimos até essa cidade de Sebastião Laranjeira.

Conseguimos apreender esses três veículos, dois não localizamos, e ainda detivemos os dois que sediziam empresários na cidade. Levamos ao conhecimento da autoridade presente, na Delegacia de Sebastião Laranjeira, que tomou conhecimento dos fatos, dos documentos, porque estávamos de posse dos documentos. Mediante isso, demos conhecimento às autoridades, pegamos dois os dois detidos e os carros apreendidos. Foi quando a Polícia Militar daquele Estado interferiu no nosso trabalho, tentando dificultar de toda maneira o nosso trabalho, mas não arredamos o pé. Apresentamos as partes na Delegacia de Guanambi. A autoridade no local determinou que os carros fossem apreendidos em Vitória da Conquista, e os dois detidos ficaram à disposição da autoridade, que tomou as providências de praxe.

Eu, de posse do boletim de ocorrência, auto de apreensão, qualificação dos mesmos, retornei a São Paulo, levei ao conhecimento da autoridade os fatos que ocorreram naquele Estado. De imediato, ele instaurou inquérito com tudo que nós tínhamos e remeteu ao Estado da Bahia, para o delegado competente lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi o único contato assim?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, Ex^a. Adiantando, os veículos, constataram queixa de roubo, eles estavam adulterados, com documentos frios, e as vítimas foram restituídas.

Poderia me ceder um copo de água, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu já pedi. Pare um pouquinho até chegar. Você já almoçou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não serviram almoço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, eu não quis.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava combinado o almoço, o Dr. Jair iria providenciar. O senhor estava sem apetite?

Só um minuto, já vem a água. Pode ficar tranquilo.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode prosseguir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em razão desse trabalho que efetuamos, essa operação no Estado da Bahia, concluímos – e com êxito – desvendar um mini-Detran aqui, em São Paulo, ou seja, no Itaim Paulista. Numa seqüência desse trabalho que foi feito, apreendemos farto material e apetrechos de falsificação e adulteração de veículos, os quais eram feitos por essa pessoa, cujo nome é Sérgio, ele é que era incumbido e responsável de adulterar e falsificar a documentação dos veículos e mandar para o Norte e o Nordeste, ou seja, Minas Gerais, Bahia e outros Estados. Foi dada voz de prisão, pegamos todo esse material e ele, trouxemos eles até a delegacia. Presente a autoridade, autuou o mesmo em flagrante, e o mesmo foi recolhido à disposição da Justiça. Inclusive, tem matéria no jornal, foi dada uma repercussão e uma ênfase no trabalho nosso, fui agraciado pelo Delegado-Geral, eu e a equipe, fomos parabenizados, e resultou no nosso trabalho na Bahia. No outro Estado, desvendamos e desbaratamos uma quadrilha aqui, um mini-Detran aqui, em São Paulo, com placas de vários Estados, farta documentação, tudo quanto é tipo de documentação para “esquentar” um veículo. Esse foi o segundo trabalho que fiz em razão desse serviço na Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O primeiro foi...?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na Bahia. Em razão desse serviço, chegamos a um mini-Detran aqui, em São Paulo, que era responsável pela adulteração...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O segundo é o resultado da operação na Bahia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Teria mais alguma coisa para mostrar a sua relação com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim. Posteriormente, ele falou para mim que havia uma pessoa de pré-nome Didi, que era responsável, também, por inúmeros carros adulterados, que levada para o Norte e o Nordeste também. Eu, tendo conhecimento desses fatos, ele falou onde possivelmente poderia encontrar a pessoa, me dirigi ao local e encontrei não só o Didi, como o irmão dele, de posse de um veículo, o qual já estava adulterado, com documento também, detive os dois, apreendi o veículo, conduzi até a Delegacia, apresentei à autoridade, o Delegado-Assistente, que tomou as providências, ou seja, atuou-o em flagrante por receptação (art. 180), e os dois foram recolhidos à disposição da Justiça. Esse é um terceiro trabalho que fiz. Após isso, ele começou a mencionar outros trabalhos, mas, quando percebi que ele não tinha convicção e auto-afirmação e o serviço era furado, deixei de mão, tanto é que não tinha mais contato comigo, não tinha celular, o meu telefone, quer seja da delegacia, mas não teve mais contato comigo. Ele andava mais para o Estado da Bahia, outro Estado do que ficava aqui em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era o período? Você pode fazer o favor de estabelecer.

O SR. CELSO DOS SANTOS – 1998, Ex^a, eu o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os fatos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foram em 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí cessou qualquer relação com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso. Após isso, quando percebi que não tinha veracidade de algumas informações dele, porque eu ia checar e não procediam as informações, eram furadas, passei a desconfiar que ele não estava mais procedendo da mesma forma e procurei me afastar. Foi isso que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (ROMEU TUMA) – Ele não o procurou mais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem mais alguma coisa que o senhor queira...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Que eu me recorde, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então vou passar a palavra ao Relator para ver quais os questionamentos que S. Ex^a tem a levantar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse que trabalha na polícia há 30 anos.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há trinta anos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Trinta anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse período de 95 a 99, o senhor estava na Divecar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Estou há quatro anos na Divecar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quase isso, não é?

Qual é sua atribuição principal na delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ultimamente, estou interno. Minhas atribuições são internas. Antes era investigação...

O SR. OSCAR ANDRADE – Administrativa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, administrativa. Antes era na rua

O SR. OSCAR ANDRADE – Nessa época era investigativa, na rua.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso, operacional.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sálvio, então, era o seu informante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não o conheço como Sálvio, como Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Laércio era o seu informante? Você o usava como informante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele era uma fonte de informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normalmente, esses informantes, como eram recrutados? Dessa forma, assim, por coincidência?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, ele se dirigiu a mim e disse que tinha informações a dar, de núncia. E eu procurava checar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Estou dizendo dos outros, porque muitos policiais têm informantes também, não é isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como assim? Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vários policiais, como você, têm também informante, não é isso? Normalmente como se dá esse recrutamento de informante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Geralmente a pessoa procura chegar, porque nunca sabemos quem é a pessoa que tem a índole de denunciar alguém. A pessoa procura chegar na gente, sabedor que somos policiais, e tem aquela índole de denunciar, de alcagüetar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Normalmente vem de lá para cá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Exatamente. Ele vem procurar a gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E eventualmente os informantes acompanham os policiais em levantamentos, em diligências?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo. Principalmente comigo, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca fez isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Comigo não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com nenhum informante seu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele informa o que está havendo. Se for coisa certa, vamos apurar, investigar primeiro, para depois fazer o trabalho. Se não for verídico, não fazemos o serviço. Não tem porquê, não tem como.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou falar alguns nomes aqui e o senhor diz se conhece, tá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Lima.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Meu delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir Silva.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Colega, investigador, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel de Oliveira.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Pereira.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre Costa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Maneu.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo, não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Zé.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele trabalha?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tem o Marcos, que chamo Marquinhos, no Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é na 63, não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Esse já é outro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece o Marquinho da 63?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mussini.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo, da 63 também.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Jorjão é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Me falha a memória, mas eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – PM da Rota?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tenho notificado aqui como ex-PM, aqui na CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é ex-PM?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui está como PM.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, PM. Desculpa, Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – No seu trabalho de repressão ao roubo de carga na Divecar, o senhor se recorda de ter investigado ou de ter prendido ou mesmo ter usado como informante uma dessas pessoas que vou dizer?

Pércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Não o conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece Percio? Nunca ouviu falar?

Dedé?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca investigou, nunca teve nenhum...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já procedi uma investigação sobre essa pessoa de Dedé.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé. Lembra o que ele era?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não resultou em nada. Não procedia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra do que ele era acusado ou não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele alegava que a pessoa era envolvida com roubo ou negócio assim. Mas não procediam as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também nenhum inquérito, nada assim? Não lembra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Nem me passa pela cabeça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

Marcelo Boreli?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhum inquérito? Nada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Menos ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele é meu amigo. Ou melhor, tenho um conhecimento com ele há dezessete anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é ex-policial?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele saiu da polícia? Você sabe?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei o motivo, porque ele não quis falar para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

Alemão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chico? Alemão ou Chico, ele é chamado dos dois...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece?

Do Laércio você lembra bem. O Laércio tinha, por um período de mais ou menos um ano, dois anos, praticamente livre acesso no Depatri. Você concorda com isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço se ele teve acesso lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – É! Você nunca esteve com ele no Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não é do meu conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Relacionando com ninguém do Depatri? Só com você.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que era vizinho.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se ele teve relacionamento com outros policiais, eu desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Laércio entrou com o senhor algumas vezes lá no Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca entrou no Departamento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em hipótese alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que a gente faz para entrar no Depatri? Se eu chegasse lá, por exemplo, agora.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tem que ser identificado na portaria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É barrado por policiais que ficam na portaria de plantão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas policiais o quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – São investigadores.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São investigadores?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mais um delegado, escrivão e carcereiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E eles identificam?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, senhor.

Entrou, upa, upa, onde você vai? Quem é o senhor? Sou advogado. Aonde? Ah, estou com um caso lá. Liga para a delegacia para ver se é realmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, então a pessoa chega lá à moda Miguelão, não entra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tem livre acesso. Não tem livre acesso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, se o Laércio entrou lá, ele só podia ter entrado com a cunivência de alguém. Alguém abriu...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele teria que se identificar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alguém abriu o caminho para ele.

Mas, se identificar e fazer o que lá dentro? O que o Laércio podia ter ido fazer lá dentro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas se ele entrasse, a rigor não tem nada para tratar, não é advogado, não está preso, não é autoridade... Ele poderia ir lá visitar alguém, quem sabe!?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo. Ele não podia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, pois é.

Digo isso só porque o Laércio entrou lá e identificou bem certinho perante o Delegado Dr. Marcelo, disse, a sua sala é assim: entra à esquerda, vai lá no fundo, uma sala é de Fulano a ou trasala é de Sicrano e a outra sala é de...

O SR. CELSO DOS SANTOS – O senhor sabe que todas as salas lá são iguais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Todas iguais. Eu, por exemplo, se me perguntarem onde é a sala do Delegado do Depatri? Como é que é...? Eu não sou bobo. Mas eu não vou saber explicar. Sabe por quê? Porque não é a inteligência, é ver. Eu não vi. Só pode dizer como é que é quem viu. E ele descreveu, na frente do Delegado, bem certinho como é que era a sala. Como é que era, onde é que esta localizada a sala, entra à esquerda, para a esquerda, não sei o que lá, uma sala, duas salas, três salas.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu desconheço o fato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que era a sua sala? O senhor tem uma sala lá. Tem uma parte que é sua.

O SR. CELSO DOS SANTOS – No primeiro andar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No primeiro andar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele nunca entrou lá na sala?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Negativo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca entrou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca entrou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E se ele descrever como era lá dentro!?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas é negativo. Eu acredito que não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. O senhor acredita que não. Está bem, então depois nós vamos ver.

E o bar, como é o nome do bar? Aquele, o Mombaça.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu ia sempre. Porque lá é o lugar aonde se come. Ali é próximo ao Departamento. Mas como...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. O senhor ia lá no bar almoçar...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas como Mombaça ninguém conhece. Ninguém conhece ali como Bombaça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Têm dois ou três botecos, bares ali nas proximidades.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o Amarelinho...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como Mombaça ninguém conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que conhece então?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor já foi lá com o Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Nunca saí com o Dr. Marcelo, assim, para fazer qualquer tipo de refeição, tomar um café...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ninguém conhece por Mombaça, mas existe o bar. Como é que conhece o bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Os viajantes que chegam do Nordeste....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não... Não tem viajante, quero saber do senhor. O senhor disse que é todo mundo, e eu já sei e, também, o Delegado. O senhor disse, aqui, que todo mundo do Depatri vai almoçar lá nesse bar...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nem todos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É um point. A maioria do pessoal vai lá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Talvez eu não tenha feito a colocação correta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas já disseram aqui e isto não é novidade para nós. Lá é uma espécie de point. Muita gente do Depatri vai lá porque é um bar e um restaurante e não é defeito algum.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Vão tomar café...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E almoçam, às vezes, lá, também...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eles servem almoço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Certo, servem almoço. O senhor ia seguidamente lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu almoçava lá constantemente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais ia lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Às vezes, os colegas que trabalham comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O pessoal do Depatri ia lá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O pessoal que trabalhava comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o senhor disse que ninguém o conhecia como Mombaça. Então: “Vamos lá no bar.” “Qual bar?”

O SR. CELSO DOS SANTOS – O “Bar da Esquina”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era conhecido como “Bar da Esquina”. Qual a distância dali até o Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uns 300 metros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E nesse ínterim não havia mais nenhum outro bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tem mais dois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem mais dois e como é o nome dos outros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É o Bar do Negão – desculpe mas é o pessoal que fala assim – e o Amarelinho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Bar do Negão, o Amarelinho e o outro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O outro é o “Bar da Esquina”.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O outro é o “Bar da Esquina”?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas e o nome do bar, como é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor vai num bar e não sabe o nome do bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas eu nunca procurei saber.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na frente não se diz o nome do bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu chegava lá, almoçava e saía.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei, eu sei... Mas na frente não se diz o nome do bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o telefone do bar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tem, não sei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu gostaria até que se examinasse se, realmente, não tem esse nome – o nome do bar. É uma coisa curiosa esse bar assim... Todo mundo parece que tem medo de contar que vai lá no bar. Não é nenhum defeito ir no bar.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas eu falei...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor falou mas, daqui há pouco, o Delegado – “Não fui.” “Passei.” “Cheguei.” “Não fui.” Quer dizer...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu ia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor falou que iria e eu conversei com o Sr. Laércio, que disse que o senhor ia e que vários policiais e investigadores iam. Não é nenhum defeito. É normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além dessa investigação que você relatou no início – para Bahia, não é -, você realizou outras já, fora do Estado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Realizei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A que me recordo, agora, foi no Rio de Janeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Rio de Janeiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi com quem ao Rio de Janeiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui eu, o Dr. Marcelo, o Daniel, o Orlando e o Faria.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi como?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem a passagem guardada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não costumo guardar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não prestou contas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem pagou a passagem na época?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor mesmo pagou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto mas, depois, me reembolsaram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem reembolsou? O Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto, reembolso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E para isto o senhor não tinha que comprovar – guardar o canhoto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Teria mas desconheço...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi de avião em qual companhia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo... Acho que foi a TAM.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi o horário que o senhor saiu daqui? O senhor lembra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu acho que.... São tantas coisas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi você, o Dr. Marcelo, o Daniel, o Orlando e o Farias?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os cinco de avião.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi na TAM?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi na TAM.

O SR. OSCAR ANDRADE – Saiu por volta de que horas mais ou menos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a hora que o senhor chegou lá no Rio.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não me recordo qual foi o horário.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que vocês foram fazer no Rio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Dr. Marcelo, que estava coordenando a operação, o nosso trabalho lá, e o nosso intuito era ir atrás do Badu.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Do Badu, um assaltante, Marcos Belo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Badu.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto, com um ofício e com um mandado de prisão referente a essa pessoa, assaltante de banco, e nos dirigimos àquele Estado...

O SR. OSCAR ANDRADE – E chegaram no Aeroporto.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Chegamos no Aeroporto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E do Aeroporto fizeram o que?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pegamos um táxi e fomos até a Delegacia, aonde o Dr. Marcelo se apresentou à autoridade local, e ele providenciou uma viatura para que nós pudéssemos fazer a diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – E, aí, como é que foi? A viatura foi com quantas pessoas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ao que me recordo, foi um policial de lá e nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram, então, seis.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cabiam seis na mesma viatura? Tudo apertadinho...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Apertado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí vocês foram para onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Que eu me recorde ali, eu não conheço bem o Rio... Quem estava coordenando era o Dr. Marcelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. E aí vocês foram os seis dentro de uma viatura...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual viatura era?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era uma viatura grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser uma S-10, uma coisa assim...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Normalmente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foram os seis ali dentro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo, você...

O SR. CELSO DOS SANTOS – E mais um policial da delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um policial de lá e os outros três: Daniel, Orlando e Farias.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês ficaram no Rio quanto tempo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não ficamos um dia. Chegamos lá, como não tivemos êxito na busca, retornamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, vamos prosseguir. Você saiu da delegacia, já na viatura, os seis dentro do carro...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fizemos a diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficaram quanto tempo fazendo a diligência? Estavam achando o endereço lá, não é isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Procurando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí achou o endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não existia, não encontramos essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não bateu...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não bateu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E isso aí demorou quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Umas 3 horas mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso então eram já que horas mais ou menos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dali vocês foram para onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Aí retornamos. Levamos ao conhecimento da autoridade na delegacia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Voltaram à delegacia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – ...das diligências, que foram infrutíferas, e retornamos para São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram os cinco, mais o policial de lá, para verem um endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso, isso, isso. Só que, veja bem, a viatura em determinado local, aí desce o pessoal e lá ela continua para não queimar o serviço, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o pessoal fica ali e tal, caminhando...

O SR. CELSO DOS SANTOS – A viatura para em determinado local e agente vai a pé para tentar localizar. Se chegar na viatura é óbvio que vai queimar o serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí vocês voltaram para o aeroporto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que hora que era mais ou menos? Já era de noite? Saíram de lá à noite?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quase escurecendo já.

O SR. OSCAR ANDRADE – E por qual companhia vocês voltaram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A mesma.

O SR. OSCAR ANDRADE – A TAM?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês cinco?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – De novo, de volta.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de que o Laércio viajava para diversos estados do Brasil no interesse de policiais do Depatri, infiltrava-se em quadrilhas de roubo de cargas, de veículos e de tráfico de drogas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço esse particular.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desconhece isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Esse particular eu desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse dia... Qual outra diligência que você fez? Você falou da Bahia, do Rio.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tem a de Montes Claros, que me recordo agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Montes Claros, como é que foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fomos eu e um colega...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e quem é que foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui eu, o Waltinho...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Walter, Juvandir e Jurandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir é o ex-policial?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – E que é que ele estava fazendo com vocês?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele foi a passeio porque ele tem parentes lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, ele foi passear?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, ele foi a passeio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram trabalhar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nós fomos trabalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso, o Walter e o Jurandir foram trabalhar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Juvandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é amigo, então ele foi passear.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como ele tem parentes lá e teve conhecimento de que nós íamos para lá, então...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele foi junto.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele foi, mas foi a passeio, à casa dos familiares dele, dos parentes dele lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram de que para Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – De avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – São Paulo – Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso, exatamente: São Paulo – Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Direto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, teve escala em Belo Horizonte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Belo Horizonte. Qual companhia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trocou de avião em Belo Horizonte, conexão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegou um avião menor, maior ou igual, como é que era?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era igual.

O SR. OSCAR ANDRADE – Boeing... jato?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não era boeing não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E da qui pra lá foram de quê? De avião de carreira mesmo, normal?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Normal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jato? Aí desceram em Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Descemos em Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá, foram fazer o que lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A informação de que inclusive ele já se encontrava lá nessa época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A pessoa do Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, o Laércio estava lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi quando isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em 1998. Não me recordo o mês, em face do tempo decorrido. Ele passava a informação de uma pessoa que se dizia chamar “pintado” e que essa pessoa era foragida, procurado pela justiça, só que o endereço que ele me forneceu eu não tive contato com a pessoa que estava passando informação, mas eu, de posse do endereço que ele me forneceu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes foi a Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o nome do “pintado”?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Esse endereço que ele havia mencionado existia a rua e a numeração não. Então percebemos que era falsa a informação, eram evasivas as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – A segunda vez, porque a do Rio também não bateu.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas não foi informação dele. O Dr. Marcelo que estava coordenando e supervisionando o trabalho e acompanhamos ele. Não tinha nada a ver com a pessoa do Laércio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Dessa vez que o senhor foi a Belo Horizonte o Dr. Marcelo também foi a Belo Horizonte no mesmo voo, coincidentemente?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Quem foi a Belo Horizonte fui eu, o Walter, conhecido como Walzinho, Jurandir e Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual a empresa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço. Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor viajou tanto tempo? Em qual aeroporto o senhor embarcou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O que o senhor perguntar estou respondendo. É uma coisa que estou sendo sincero. Não me recordo em face do tempo decorrido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em qual aeroporto o senhor embarcou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Congonhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aqui no centro. Não se lembra da empresa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor recebeu do Estado o dinheiro de volta que o senhor pagou pela passagem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Essa não. Ninguém me ressarcia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou do seu bolso para fazer uma diligência?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não só paguei. Desculpe, eu provo. Na minha própria viatura eu faço manutenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso para nós não vem ao caso. O senhor é funcionário público, para o senhor sair do Estado não tem que pedir licença para o seu superior?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Peço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pediu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pedi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por escrito?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pedi verbalmente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso não existe.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor pediu licença para sair ou foi a trabalho da Polícia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui a trabalho, mas com conhecimento da autoridade.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor foi para que trabalho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Investigatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se procedia essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor não é policial de Minas Gerais, o senhor é policial de São Paulo, e São Paulo está cheio de coisas que o senhor não investiga.

O SR. ROBSON TUMA – Foi desse mesmo jeito que o senhor foi para Bahia e para outros estados?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Excelência, veja bem, na Bahia, como falei para o senhor, fui com ofício e lá...

O SR. ROBSON TUMA – Na CPI do Narcotráfico, se não me falha a memória, não existia esse ofício, também foi dito que foi verbal, eu até pediria depois que se recolhessem as notas taquigráficas da sessão da CPI, porque foi dito que foi oficialmente, porém não existia o ofício de se apresentar. Vocês se apresentaram ao delegado, porque depois estavam no posto, não foi isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – E como foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como eu havia explicado, posso explicar para o senhor novamente.

O SR. ROBSON TUMA – Eu gostaria.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando recebi informações da Bahia, dei ciência à autoridade, que é o titular da delegacia... Diante dos fatos, por que me dirigi à Bahia? Porque os veículos eram oriundos de São Paulo e eles eram... Os documentos eram falsificados e adulterados aqui no Estado, e os carros eram levados para o Norte e Nordeste. Isso me levou a fazer a investigação e a me dirigir àquele Estado para...

O SR. ROBSON TUMA – Mas não é normal.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Veja bem...

O SR. ROBSON TUMA – É normal?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se eu tenho autorização da autoridade... Sou um mero agente auxiliar da autoridade. Se eu tenho autorização...

O SR. ROBSON TUMA – Está bem. Estou perguntando para o senhor se é normal. Se a polícia paulista, é normal que, sempre que haja uma ocorrência envolvendo ou um objeto ou um indivíduo de São Paulo, que ela atravesse a fronteira e passe a fazer a investigação em território de outro Estado.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desde que tenham autorização.

O SR. ROBSON TUMA – Não. Quero saber se é normal. A lei não permite isso – o senhor sabe disso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas normalmente se faz, desde que tenha autorização da...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu quero retomar, Robson...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabe... Só para terminar. Eu só queria fazer uma pergunta. O senhor sabe que o senhor foi indiciado pela CPI do Narcotráfico?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – Não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Que o senhor foi indiciado por narcotráfico e por crime organizado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu desconheço, porque, primeiro, não faço uso e nunca trabalhei no narcotráfico, e não mexo com esse tipo de droga.

O SR. ROBSON TUMA – E do crime organizado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não.

O SR. ROBSON TUMA – Não? E por que o senhor acha que a CPI do narcotráfico indiciou o senhor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento. Desconheço. Não sei...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor confirma o fato de ter entregue documentos falsos ao Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Negativo. Não procede. Não é verídico.

Com licença. Só uma...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos chegar lá, Robson, daqui a pouco.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na primeira vez que ele foi ouvido, ele citou nome de dois ou três policiais...

O SR. ROBSON TUMA – Só estou perguntando esse fato.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O pessoal tem conhecimento.

Na segunda vez, ele já mencionou outros policiais; na terceira vez que ele foi ouvido, já mencionou outros policiais. Tanto é... Vê que há contraditório, e não é verídico...

O SR. ROBSON TUMA – Não necessariamente, porque ele podia ter participado de alguns esquemas que foram feitos diferentes

O SR. CELSO DOS SANTOS – Deixa...

O SR. ROBSON TUMA – Eu devolvo o aparte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só para não perder a sequência.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para não perder o fio da meada.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Ex^a entra, a qualquer hora, mas só para não perder... Vamos voltar a Montes Claros?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer que o senhor foi para Montes Claros sem ser uma viagem oficial do Estado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A autoridade tinha conhecimento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Não estou falando em autoridade. Pedi viagem oficial. O senhor responda o que vou lhe perguntar. O senhor não tinha uma viagem oficial?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Do Estado, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não tinha uma viagem oficial.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tinha o conhecimento da autoridade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi designado pela autoridade para ir para lá, oficialmente? Formalmente, o senhor não foi designado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Formalmente?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só com o conhecimento da autoridade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. O senhor não responda o que eu não lhe pergunto. Quero que o senhor responda o que eu lhe perguntei. O senhor foi, formalmente, nomeado pela autoridade para ir lá fazer uma investigação, em Montes Claros, Minas Gerais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Formalmente?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Formalmente, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, não foi indicado formalmente.

Aí, então, o senhor diz que comunicou... O senhor sabe que isso não tem valor, porque funcionário público e autoridade, uma designação tem que ser documentada, até porque é um procedimento investigatório, que é público, e, em consequência, tem que ser documentado.

O senhor não recebeu nenhum documento. Aí, o senhor foi para lá e pagou as suas despesas da viagem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagou as suas despesas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não custou nada para o Estado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou a passagem, você lembra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recordo. Não recordo. Não recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí, o senhor foi lá, a pedido do Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele passou uma informação... Eu fui ver se procedia, realmente, sebia as informações.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A quantos lugares V. S^a foi por alguém ter-lhe comunicado que havia um bandido em outros Estados, além desse do Laércio? A quantos lugares V. S^a foi, pagou um avião e levou uma equipe?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu fui a vários outros Estados, mas está tudo documentado. Isso ocorreu na época em que eu trabalhava no Dops.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tudo documentado? Quer dizer que só esse caso não foi documentado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Valter e o Juvandir também pagaram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pagaram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pagaram a passagem?

O SR. OSCAR ANDRADE – Também pagaram do bolso? Qual é o seu salário?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quanto eu ganho? R\$1.900,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – R\$1.900,00?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, V. S^a e o Juvandir pagaram a passagem, que imagino não deva custar menos de R\$1.000,00, ida e volta.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na promoção, acredito que o valor da passagem seja mais ou menos de R\$200,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – R\$200,00.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ida e volta? Nem de ônibus.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ida e volta acredito que saia menos de R\$400,00, porque pode-se aproveitar a promoção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, para pegar a promoção, tem-se de pedir um mês antes a passagem. O fato é premeditado. Isso não vem ao caso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Às vezes, há facilidades que temos de chegar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, requeiro a cópia dos bilhetes na empresa aérea, porque ele não sabe identificá-la. Vamos pedir essa informação às empresas aéreas aqui de São Paulo. Deve ser a Tam, a Transbrasil, a Varig ou a Vasp.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não pode ser ou tra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pode ser a Rio Sul, mas a Rio Sul e a Varig... V. S^a tem como informar à CPI o dia da viagem? V. S^a tem registro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei. Não me recordo da data.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olhando nos documentos...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como documentos, se é uma viagem particular? Foi lá para...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas isso é fácil de se descobrir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Porém, foi uma viagem com caráter investigatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Investigatório particular? V. S^a é investigador particular agora? V. S^a chegou lá e não encontrou o Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não consegui contato com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não encontrou o Laércio. Quem foi procurar então?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Essa pessoa de nome Pintado de que ele falou aqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas por que o senhor foi procurar o Pintado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Veja bem, ele disse que essa pessoa era autora de vários roubos e assaltos aqui no Estado de São Paulo. Então, fomos só para efeitos investigatórios. Se se confirmasse realmente que essa pessoa e o local indicado existiam, aí sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não acredito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a relação do Pintado com o Estado de São Paulo? V. S^a sempre viajava com a preocupação dos fatos que aconteciam aqui: roubo de carro de São Paulo, e tudo o mais. O Pintado era o quê? O que ele tinha feito?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Pintado, na verdade, é assaltante de banco, de carro blindado de base. Nunca foi envolvido, segundo as fontes de informações, com roubo de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Informações de quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No meio dos policiais.

O SR. OSCAR ANDRADE – No meio dos policiais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Exato. Ele passou a informação como Antônio Silvestre. E como Antônio Silvestre nunca chegou a um Pintado; não é

o nome da pessoa. Nunca poderíamos chegar a uma pessoa de nome Pintado sendo que não se tem o nome da pessoa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não quero entrar na investigação do Pintado, porque tudo isso é fantasia. Quero obter as informações sobre V. S^a, porque o que me vale é o senhor, já que a história que V. S^a conta do Pintado... O Pintado é problema do Pintado. Quero saber do seu problema. Veremos depois se o Pintado é ou não bandido e onde estava. A verdade é que V. S^a foi procurá-lo lá. O senhor saiu de São Paulo, largou o seu serviço em São Paulo, juntou uma equipe de São Paulo, pagou as suas expensas, foi para Belo Horizonte, e de lá para Montes Claros, para investigar uma pessoa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No entanto, fez tudo isso sem ter um documento, sem baixar uma portaria, sem abrir os procedimentos formais e sem a autorização da autoridade. V. S^a foi clandestinamente, sem pedir licença.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a apresentou-se em Montes Claros a alguma delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fomos a uma delegacia lá, mas a autoridade não se encontrava no momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, narre para nós como foi a sua chegada a Montes Claros. Quem estava esperando lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ninguém estava esperando. A pessoa de Laércio forneceu-me o nome de Pintado, o qual seria responsável por vários roubos na área de Campinas, Limeira e aqui em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Roubos.

O SR. OSCAR ANDRADE – A banco?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A bancos. E, eventualmente, essa pessoa estaria envolvida com o roubo de cargas. E, no meu conhecimento,...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ofereceu o nome de Pintado, e o endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só que o nome que ele forneceu não é o nome da pessoa, e o endereço que ele forneceu não existe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pintado é apelido, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, excelência: vulgo Pintado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome é Antônio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele forneceu Antônio Silvestre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vocês desceram no aeroporto de Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá, como vocês ficaram? Eram quatro.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, excelência. Éramos três, porque o Jurandir foi a passeio para a casa de seus parentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas desceram os quatro. Ele não foi junto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele conhecia Montes Claros e tinha parentes lá. E depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Procurei o local que ele tinha fornecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não foram primeiramente à delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Há uma delegacia próxima. Fomos lá, mas o delegado não estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando vocês chegaram ao aeroporto, perguntaram onde havia uma delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O taxista deu a informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você foi de táxi à delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Realmente, fomos de táxi até lá e o taxista levou-nos até um hotel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o hotel?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não recordo o nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já deu para ver a operação Montes Claros. Sr. Relator, talvez V. Ex^a possa passar para a questão da carteira. Depois, vamos ver o que o Laércio disse e o que V. Sr^a disse ao Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você forneceu a carteira de identidade com o nome Laércio Cunha ao Sálvio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem forneceu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi você quem entregou a carteira?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o Laércio? Ele existia. Você soube, depois da CPI, que ele não é Laércio, mas Sálvio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tomei conhecimento disso após a CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome dele é Sálvio Barbosa Vilar. Você já sabe que ele tinha identidade falsa e que outro Laércio – não o Sálvio – na verdade existia também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tinha conhecimento apenas do Laércio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. Sr^a sabe que existe um Laércio verdadeiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe quem deu a identidade a ele? Ele tinha a identidade de Laércio e você sabe, pois chegou a ver.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. Sr^a convivia com ele. Como sabia o nome dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não convivia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. Sr^a disse que ele passava na frente da sua casa bem como a esposa e o filho dele. Como V. Sr^a sabe que ele era o Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele disse para mim que era o Laércio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, ele passou a dar-lhe a informação: “O senhor é um policial, eu não sou; não sendo, eu me ligo.” Chega um cidadão e diz: “Lá, tem fulano, ladrão e assaltante.” O fato é interessante, mas pergunta-se: “Quem é esse cara que está me contando?” V. Sr^a nunca se preocupou em saber quem é o Laércio para verificar se não era um bandido ou um dos assaltantes e se, em pouco tempo, não estaria até tentando colocar-lhe numa fria?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tinha conhecimento de que ele era motorista na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como V. Sr^a soube?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele mesmo me disse e, segundo informações da favela, ele era caminhoneiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, V. Sr^a conviveu na favela?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não convivi. Moro a 200 metros da favela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, conhecia os amigos dele lá da favela?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não conhecia. O pessoal passa em frente à minha casa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas isso é conhecer.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Do pessoal não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como V. Sr^a ficou sabendo? V. Sr^a disse que os amigos dele disseram. Quem são os amigos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O pessoal chamava ele de Laércio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era o pessoal?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era quem morava na redondeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem era o pessoal que mostrava na redondeza?

O SR. CELSO DOS SANTOS – São as pessoas que residem ali. São pedreiros e pintores, que moravam lá na favela.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não lembra o nome de ninguém?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem o apresentou a ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ninguém me apresentou. Ele chegou-se até mim, ele me procurou.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele, sabedor de que eu era policial, tinha informações para passar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a vantagem que ele teria nisso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nenhuma. Se ele pensou que teria, caiu do cavalo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi só arrependimento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se ele pensou que tivesse vantagem, comigo ele caiu do cavalo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. Sr^a nunca o apresentou ao Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você pensa que o Laércio não estava preso se ele era condenado pela Justiça e, em vez de preso, ele estava até ajudando?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não entendi a ponderação de V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era condenado pela Justiça.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu desconhecia isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sei, mas, na sua opinião, por que ele não estava preso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Por que ele não estava preso?

O SR. OSCAR ANDRADE – É. Por que condenado tem de ficar na cadeia, no presídio.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se eu tivesse conhecimento de que ele era uma pessoa condenada pela Justiça, eu teria tomado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Estou perguntando por que, no seu ponto de vista, ele não estava preso. Ele afirma que tinha livre trânsito do Depatri. Porque um condenado da Justiça não estava preso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu também desconheço o fato de ele transitar nas dependências do Depatri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E se nós trouxermos alguém aqui ligado ao Depatri e disser que viu o Laércio lá, com o senhor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não procede.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quer dizer, todo o mundo está mentindo. É mentira do mentiroso que mentiu para o outro. O senhor é que é o verdadeiro, que sai daqui de São Paulo, que pega um avião para Belo Horizonte, para Montes Claros particularmente investigar um fato que o Laércio, que o senhor não conheceu de perto, com quem não convive, ou viu dizer, que ele contou, que não conferiu, que não sabia bem quem ele era. Ele telefonou, quer dizer, um desconhecido, um pouco conhecido liga para o senhor e o senhor se manda para Montes Claros e ainda leva uma equipe. O senhor acredita que alguém vai crer nisso? Esse é o conto da carochinha. Ninguém vai acreditar nisso. O senhor tem de contar outra história.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas é a verdade. Não estou contando história para o senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas como é que alguém sai – a pessoa não pode regular bem – com uma equipe de policiais de São Paulo, toma um avião, sem autorização oficial, sem missão oficial, para Belo Horizonte e para Montes Claros para chegar um nome que ele disse que seria o assaltante. Qual é o seu interesse? É um interesse particular, não é do Estado.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Para esclarecer vários roubos ocorridos aqui, em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas que roubo, se não há nada escrito no papel. O senhor tinha de ter uma ocorrência sobre isso ou devia ter baixado uma portaria. Não existe nada disso. O senhor foi lá para checar. Está todo o mundo enxergando isso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tínhamos conhecimento de que houve um roubo na região de Campinas e ele era o autor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está escrito isso? O senhor baixou uma portaria? Houve uma nomeação para fazer essa investigação?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A autoridade tinha conhecimento, como eu falei para o senhor, de...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tiraremos conclusões no relatório. Desculpe. Pode continuar. Queria só fazer um questionamento até para ajudar o depoimento. Quando tem um informante, o senhor consulta o DVC?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já ocorreu. Já ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nesse caso, o senhor não se preocupou em consultar o DVC?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo de tê-lo feito, Excelência, para ter certeza de que ele tinha puxado cadeia ou não. Mas veja bem! Como ele era morador dali, vizinho da minha casa, como eu lhe havia dito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como o Deputado está insistindo, eu gostaria de insistir, até por um pouco de experiência policial, embora não tenha a mesma experiência que o senhor, que atua na rua há muito tempo. Mas, se alguém que é meu vizinho e que conheço há muito tempo de repente me traz uma grande informação sobre quadrilhas e ladrões e eu me dirijo aos locais apontados e realmente concluo que é verdadeira a informação, tenho de suspeitar o fato de o indivíduo saber tanto. De onde ele trouxe a informação? Como vocês agem num disque-denúncia? Quando recebem uma denúncia, como procedem? Atendem a todas as denúncias ou fazem uma triagem primeiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fazemos uma triagem primeiro, para averiguarmos se as denúncias procedem, se são verídicas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas com ele, não. Não precisou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, com a pessoa, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que era seu vizinho? Isso que digo. Não lhe acendeu ne-

nhumaluzinha, o faro policial não lhe alertou no sentido de suspeitar o fato de o sujeito saber tanto? Por que, na conversa, como o senhor obtém essas informações? Qual a certeza que pode ter? Porque é natural, é uma conversa até de leigo. Não lhe estou querendo confundir, não. Mas como um policial experiente como o senhor, com 30 anos de Polícia, sempre trabalhando no combate à marginalidade, a um crime pesado, o roubo, não desconfiou do indivíduo, até por intuição. Não é preciso nem pensar que é uma lição de casa, pois sobre investigação policial o senhor deve ter ouvido na Academia. Acredito que o senhor seja policial por vocação, porque gosta da profissão.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Gosto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem de ter umas iniciativas, porque... o senhor me desculpe, essa aí foi falha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que dá para retomar, Deputado Oscar Andrade. Acho que de Montes Claros vamos esclarecer depois com o Laércio. A questão da identidade também já questionamos. Eu não sei se ficou suficientemente clara a questão da operação do Rio de Janeiro. Eu gostaria de repisar um pouquinho a do Rio de Janeiro. O senhor foi para o Rio de Janeiro antes de ir para Montes Claros, ou depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo, não me recordo. Em face de tantos trabalhos que a gente tem, em decorrência do tempo, se eu falar para o senhor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor sabe que esse... Como é que é o apelido desse que o senhor falou em Montes Claros?

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós já falamos de três, está certo? Bahia, Rio e Montes Claros. Você fez mais diligências fora do Estado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só essas três?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, o senhor teve uma lá na Bahia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na Bahia, Rio de Janeiro e Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nos trinta anos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nos trinta anos? Não!

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só fez as três? Fez mais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não entendi a colocação do senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou perguntando quantas outras diligências você já fez. Nós temos aqui três: Bahia, Rio de Janeiro e Montes Claros.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando eu falei... As outras diligências, faz tempo, muitos anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas foram nesses dois anos, né?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando eu trabalhava no roubo a banco e na época do DOPS. Viajava muito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E dessa formatam-bém? Você pagava passagem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O salário era menor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ganhava bem menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E essa do Rio de Janeiro então? O senhor foi de avião?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem é que foi com o senhor? Vamos repisar bem ela.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dr. Marcelo, eu, é óbvio, Dr. Orlando, Faria e Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um, dois, três, quatro... Cinco no avião.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a companhia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se eu me recordo, é a TAM.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Saiu a que horas daqui? E qual é o aeroporto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se não me falha a memória, Congonhas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas, lembra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De manhã, de tarde, de noite?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fica difícil.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era de noite? Não era de noite?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era durante o dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram no mesmo avião?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No mesmo avião?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem sentou com o Dr. Marcelo, o senhor lembra?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me lembro mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra quem sentou com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foram todos próximos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quase todos próximos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os senhores levaram arma?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas dentro do avião pode levar arma?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, fala com o piloto chefe...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho. Doutor, o senhor poderia mudar de lugar? Porque o Vice-Presidente vê o senhor fazer sinais. Desculpe, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria também de pedir... os advogados estão aqui, é muito justo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é advogado dele?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, do outro. Gostaria que pudesse ser impedida a ida deles lá agora enquanto estiverem se depondo outro aqui. Por favor, pediria que permaneçam aqui, para que os outros não recebam... Obrigado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Levaram arma?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Entregaram a arma para o piloto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, notifica o piloto e ele leva na bagagem extra na cabine, só isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os senhores levaram arma? Todos levaram as armas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perfeito. Lá no Rio de Janeiro, como é que foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No Rio de Janeiro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, o senhor chegou lá, e daí?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando desembarcamos, pegamos um táxi e nos dirigimos até a delegacia, aonde...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ah, não recordo a delegacia, porque o doutor se dirigiu até a delegacia e se apresentou à autoridade com um ofício e estava com um mandado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos táxis vocês pegaram?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que carro era o táxi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pálio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um Pálio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um Pálio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se não me falha a memória... não, dois táxis pegamos, estavam cinco pessoas, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Pálio e...?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se não me falha a memória, de veria ser um Gol. Se não me falha a memória, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem certeza, né?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí foram para a delegacia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E da delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Entrou em contato com a autoridade, né? Notificou, apresentou ofício, se apresentou lá, pediu apoio e conseguiu um policial de lá, mais a viatura.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E foram os seis na viatura?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, fomos os seis na viatura, só que...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que viatura era?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uma C-10. Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde vocês almoçaram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Acho que nem almocei. Quando a gente está em trabalho assim não tem tempo para almoçar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram e voltaram que horas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram aonde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fomos no local com o Dr. Marcelo porque ele é quem tinha as coordenadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficaram lá quanto tempo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Umas três horas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Umas três horas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Umas três ou mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Campanando lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele foi checar o endereço, mas como não procedia viemos embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Três horas desde que desceram do aeroporto ou três horas desde então? Como três horas? Ficaram três horas no endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Depois que saímos da delegacia. Porque no trajeto há muita movimentação de carros.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No caso, não localizaram e voltaram para a delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso e, de lá viemos embora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E de lá voltaram para o aeroporto? Para pegar o voo, embora seja a ponte-aérea, não é uma coisa que se chega ali e está na hora. Isto quer dizer que vocês já tinham comprado a passagem de volta?

O SR. CELSO DOS SANTOS – De volta, não. Fomos e depois compramos a passagem para vir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Compraram depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas voltaram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já era noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas da noite o senhor não sabe?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi na TAM?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na TAM.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, o senhor recebeu o dinheiro? O dinheiro que o senhor pagou recebeu do Estado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu fui ressarcido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor recebeu do Estado. Então, há um processo formalizado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recorde se há esse processo, mas eu...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem que ter.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que ... o processo. As coisas vão ser bem claras e vamos atrás do processo.

O senhor recebeu ou pagou do seu bolso? Eu preciso saber.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu paguei do meu bolso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei que o senhor pagou do seu bolso. Depois, o senhor fez um processo para ser ressarcido.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certo, a gente procede para ser ressarcido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E há esse processo de ressarcimento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com certeza há o processo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está no Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isto. Vamos requisitar o processo para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Faça o requerimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu faço o requerimento no sentido de que requeiramos ao Depatri o processo de ressarcimento da passagem de ida e volta do policial Celso dos Santos ao Rio de Janeiro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não seria de todos?

O SR. POMPEO DE MATTOS – De todos, mas a partir dele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Cada um pagou a sua?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Especialmente considerando-se a denúncia clara de que ele não foi de avião.

Há o reconhecimento de que os outros não foram de avião e ele não foi de avião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero saber se o Laércio, que passou mal, já voltou, uma vez que requeiro a presença dele. O Laércio teve um distúrbio porque esqueceu o remédio em casa e está no serviço médico.

Se terminou aqui, podemos chamar outro e ele aguardaria até o retorno.

O SR. OSCAR ANDRADE – O importante é que ele não tenha contato com ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não vai ter contato vez que está em uma sala reservada.

O outro pode ser o Juvandir. Vamos esperar só um pouco para ver se ele está voltando.

(Pausa)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, acho que poderíamos ligar agora para o Depatri, que tem que ter um arquivo no computador. É só colocar o nome dele que sai no computador, dizendo da viagem que fez para o Rio de Janeiro e do ressarcimento.

Acho que tínhamos que ligar agora para o Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Dr. Bitencourt está viajando e temos que ligar para o Dr. Cláudio Goberti.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que ligar agora. Ele puxa no computador e verifica se foi feita a viagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Secretário, faça isto por favor. Peça para ele o processo de ressarcimento da viagem que Celso dos Santos fez ao Rio de Janeiro, em diligência, em 1998. Aliás, a data está aqui porque o Dr. Marcelo deixou cópia do processo dele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Celso, quem prendeu o Pintado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não sabe quem o prendeu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas sabe que ele foi preso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Esse Pinduca a que ele se refere é uma pessoa dona de uma agência em Montes Claros, e ele falava que o Pintado era o dono dessa agência. Ele forneceu esses dados para nós. Nada procedia. Foi como eu falei para V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá. Mas o Pintado é um e o Pinduca é outro.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Lá existe uma loja onde está escrito “Pinduca”. Não conheço esse Pinduca, nunca o vi, não sei quem é. Ele não só forneceu a rua, como um numeral frio, para localizar essa pessoa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não existia o número da rua?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não existia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde estava essa loja?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No centro de Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é na mesma rua, não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Parece que é Avenida Montes Claros, se não me engano. Existe essa agência de carro com o nome de “Pinduca”. E ele alegava que o dono dessa agência era essa pessoa, o Pintado. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá. Pinduca, então, não era uma pessoa, mas uma empresa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O nome da empresa. Agora, se existe esse Pinduca, desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, Pinduca não é uma pessoa, mas uma empresa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na agência de carros estava escrito “Pinduca”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pinduca Veículos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Pintado seria o dono?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como você falou que não localizaram o número e agora já sabe até que o Pintado é o dono da Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Vou fazer a colocação novamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – O número era errado, mas o lugar estava lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele mencionou o nome de uma rua, que eu achei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual rua?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me lembro o nome, num bairro. E mencionou um numeral que não foi localizado. Então, não consegui as informações. Ele conseguiu contato telefônico conosco lá, em Montes Claros, mas não apareceu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ligou como para vocês?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando falamos para ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o celular?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o seu celular?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi. Para o do meu colega também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o número?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não foi nem no meu. Foi no do Juvandir que ele ligou. Não recordo o telefone do Juvandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele ligou para o telefone do Juvandir...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso. Aí informamos para ele que não era verídica a informação que ele havia passado. Aí ele falou dessa agência do Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – É 9939-4348 o do Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O seu é 9191-2144?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Faz tempo que não tenho esse telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas à época tinha?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na época era meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, requeiro a quebra de sigilo telefônico dos dois. Acho que já foi requerido, não é? Já foi requerido.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor falou com o Laércio alguma vez por esse telefone?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – No seu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No 9191, sim. Correto, em hipótese alguma neguei o fato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá. Falou algumas vezes?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim. Ele ligava para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Voltando a Montes Claros, ele ligou no telefone do Juvandir? Não ligou no seu, não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já era amigo do Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, ele tinha conhecimento de que o Juvandir estava comigo e eu havia passado o telefone do Juvandir para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. Então, ele já conhecia o Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Veja bem: eu havia passado o telefone do Juvandir para ele, e ele tomou conhecimento de que o Juvandir estava comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então ele não conhecia o Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Até então, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só falou por telefone. Por que ele não ligou para o seu? Por que tinha que ligar para o do Juvandir? Já que ele era informante seu, seu vizinho...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo se na época eu estava com o celular...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou era mais uma opção?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era mais uma opção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você deu os dois números e ele optou por ligar para o do Juvandir. Aí ele ligou. Quando ele ligou, você disse que o endereço era furado, não existia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Que a informação que ele havia passado não procedia. Aí ele falou: essa pessoa, se vocês investigarem, possivelmente é dona. E constantemente passa aí. É uma agência do Pinduca." E na Avenida Montes Claros tem a agência do Pinduca. Só que, procedendo às investigações, com informações, vimos que ninguém conhece a pessoa na região, não procedia essa informação, eram evasivas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um momento. Acho que não entendi. Devo ter esquecido. Primeiro, o senhor disse que a informações que tinha era que a agência Pinduca – o senhor até acha que é Pinduca Veículos – era do Pintado.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tinha dito isso aqui.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele falou. Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Agora o senhor está dizendo que ele disse que passava lá de vez em quando.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não só era dono como passava de vez em quando. Mas não permanecia lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele não permanecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era dono mas não ficava lá. Só de vez em quando que ele ia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não permanecia lá. Mas só que, checando melhor, não procediam as informações dele, porque ninguém conhecia a pessoa de Pintado e lá não era dele...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor ficou sabendo o nome do Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se disserem: "Vai lá no Pinduca, passa no Pinduca", sei lá, o senhor não chegou a se informar quem é o Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas como eu poderia aparecer e queimar um serviço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, Pinduca ele está dizendo que é a identidade, o nome figurado da loja.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Da loja.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei. Mas o que estou perguntando é se ele não foi se informar quem era o Pinduca. Porque o Pinduca, ele sabe bem, o Pinduca é todo bom. O senhor sabe que o Pinduca morreu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – A semana passada.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o Pinduca tinha essa loja lá, de veículos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O nome é Pinduca. Se era dele também desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Pintado era amigo do Pinduca? Se passava lá de vez em quando, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quem passava?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pintado.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Segundo as informações do Laércio, esporadicamente passava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o Laércio ligou e falou: "Ele passava lá de vez em quando". E vocês foram lá. Não achou nada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Checamos primeiro para ver a veracidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não existia nada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não era verdadeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Retornamos. Foi quando retornamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conversou mais com o Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, tivemos um contato telefônico. Mas aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, pois é.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Contato físico assim, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Pois é. Aí ele ligou e você falou de novo: “não tem nada no Pinduca”, não é isso? “Aqui no Pinduca não tem nada, não tem Pintado, não tem nada”. Foi isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um momento. Só uma questão. Vocês haviam localizado a loja do Pinduca.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passaram na porta e sentiram o cheiro, se estava lá o Pintado ou não. Não viram o Pintado, o Pintado que você não conhece. Não conhece?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não conheço o Pintado. Nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí foi embora ou entrou, investigou, conversou? Descreve um pouco a investigação.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi numa loja comprar um carro, checar quem é o proprietário, quem são as pessoas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é o proprietário?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não me recordo. Não recordo o nome do proprietário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem era o proprietário? O senhor não se recorda, mas era o mesmo Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Essa pessoa que nos atendeu era um funcionário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Eu perguntei uma coisa para responder outra. Eu não perguntei quem lhe atendeu. Eu perguntei quem era o proprietário.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo. Ele falou o nome. Não recordo. Não era dessa pessoa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas que investigação o senhor vai fazer que não recorda o nome?

O SR. OSCAR ANDRADE – Conversou com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, com o funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só com o funcionário?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com o funcionário. O proprietário não estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ficou lá dando uma de que estava comprando um carro. Olhou um carro, olhou outro...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uma de que estava comprando um carro, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carro o senhor olhou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Olhei uma Parati.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que cor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Marrom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Usada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Usada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Andou nela?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome do funcionário era...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei se era Wilson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Wilson?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É. Uma coisa assim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um outro detalhe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele lembra o nome do funcionário e não lembra o nome do dono, que é o cara mais importante.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. O nome do proprietário eu não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entrando na loja, pediu a Parati, olhou, e não teve a curiosidade de anotar as placas dos carros em estoque para ver se havia alguma queixa de roubo ou alguma coisa de placa trocada, falsificada? Porque simplesmente receber a informação e dizer que não era verdadeira, se não investigou os veículos que lá estavam nem dado

nenhum, não pode se chegar à conclusão de que era inverídica a informação. Chegou, por curiosidade ou por dever de ofício, a anotar as placas, já que o denunciante tinha validade para o senhor, que já tinha feito algumas diligências em razão das informações dele? Essa também deve ter tido alguma validade. Aí o senhor não anotou placa, nada, para saber se no estoque de veículos, entre os carros, não havia nenhum carro roubado ou qualquer outra coisa no meio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O que eu cheguei é que a maioria dos veículos era proveniente do Estado do Rio. Só que eu não tinha meios, no momento, de checar as placas dos veículos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a podia anotar a placa e depois ir ver. É a coisa mais fácil, passa no Renavam. Não fez isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, como foi a investigação? Continua. Olhou a Parati marrom?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, uma Parati marrom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só. Para saber realmente se batiam as informações que a pessoa estava dando para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você, o Valter, o Jurandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, o Jurandir, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, o Jurandir já tinha apartado?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Jurandir estava na casa da família dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi com ele lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu fui uma vez só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na primeira ou na segunda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na primeira. Na segunda? Não teve segunda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Montes Claros, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, como foi na primeira, se não teve a segunda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Montes Claros, eu fui uma vez só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor que falou “na primeira vez”.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não fui duas vezes; eu fui uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se não foi duas, é única, não é a primeira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor falou “na primeira vez”.

O SR. CELSO DOS SANTOS – No primeiro dia em que nós chegamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, foi no primeiro dia. Quantos dias vocês ficaram lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quatro dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quatro dias em Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual hotel?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não lembro o nome do hotel; é no centro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra quanto você pagava pela diária?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Baratinho, mixaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mixaria, quanto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Preço de bagatela. Eu não me recordo o preço da diária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou com cheque?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dinheiro vivo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com que você pagou a passagem aérea?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você costuma pagar tudo com dinheiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É difícil pagar tudo em dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você ficou quatro dias lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – No primeiro dia, você não achou o endereço porque o numeral da rua não coincidiu.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quatro dias contando que nós chegamos à noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Gastou quase que um dia para ir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí começaram as investigações no outro dia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí nós já estamos na segunda investigação. Primeiro, a rua que você não achou o numeral. Depois, foi no Pinduca.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desculpe interromper o senhor. No fim de semana, também, um caso assim, o comércio é fechado, motivo pelo qual durou quatro dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você pegou um sábado e domingo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí vocês ficaram fazendo o que lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ficamos hospedados no hotel, e nós tínhamos que pegar um táxi para fazer a investigação. Nós pegávamos um táxi, que nos largava na rua, e íamos a pé. Nós não conhecíamos a região.

O SR. OSCAR ANDRADE – E se perdiam.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nós mencionávamos ao taxista o nome da rua, ele nos levava lá, nos largava, e íamos a pé.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A polícia local não tomou conhecimento da diligência?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fomos até a delegacia local, não encontramos o delegado lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque ninguém deu colaboração? Autorizaram a fazer a diligência?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não chegaram a nos autorizar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fizeram por conta própria.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com o conhecimento da autoridade aqui de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas de lá, eu digo.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Lá, procuramos, mas não encontramos a autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então não fizeram nenhuma comunicação e a investigação foi por conta própria, com o conhecimento do chefe daqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dr. Marcelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo era o único que tinha conhecimento e que deu autorização?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha conhecimento de que íamos proceder aos atos investigatórios.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele que deu autorização? Foi o Dr. Marcelo que deu autorização?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só ele sabia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque, no início, você disse que não foi nada oficial. Não tinha processo, tanto que não houve ressarcimento. Não foi? Você pagou do seu bolso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi. Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, o Dr. Marcelo que mandou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha conhecimento de que nós estaríamos fazendo esses atos investigatórios.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí? Estamos no segundo dia. Terceiro, não é? Porque você chegou lá de noite.

O SR. CELSO DOS SANTOS – No terceiro dia, foi quando ele mencionou a agência. No primeiro dia, nós fomos tentar localizar a rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ficou um dia inteiro vendo a rua e não achou?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde é que estava o Laércio nesse dia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nós não conseguimos contato com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde estava ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele estava na cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na cidade?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas não lhe encontrava?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ele falava com o senhor pelo telefone?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele falava com o Juvandir pelo telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Com quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com o Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Falava com o Juvandir pelo telefone?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E estava na cidade e não aparecia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em nenhum dos quatro dias o senhor o viu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele estava na cidade?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com certeza ele estava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes ele ligou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo quantas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ligou algumas vezes?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ligou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais que cinco ou menos que cinco?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quatro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uma quatro vezes. Três, quatro vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre no telefone do Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. Aí, no terceiro dia, foi então à loja do Pinduca, que não foi encontrado Pintado e que você ficou lá, vendo a Parati. E aí?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como não procediam, não eram verídicas as informações dele, já cheguei providenciando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você checkou as informações? Você conversou com o Wilson, disse: Wilson, como é que é, o dono aqui é o Pintado? Como você chegou à conclusão de que não procedia? Como não sou da polícia, não sei nada, quero saber como se investiga.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Chegamos ao pessoal vizinho, os concorrentes ali, os lojistas, dão as informações para a gente.

O SR. OSCAR ANDRADE – De qual loja?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Vizinha, ali do lado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – De carro também, de veículo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, de veículo.

O SR. OSCAR ANDRADE – É na Avenida Montes Carlos.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deve ser uma avenida importante, porque tem o nome da cidade.

O SR. CELSO DOS SANTOS – É uma das principais que tem ali.

O SR. OSCAR ANDRADE – Uma avenida grande, larga, duas pistas.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E era na esquina, a Pinduca?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Havia outra revenda próxima?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês iam ali e investigavam?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fomos ali e procuramos obter informações a respeito dos proprietários, dessa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – E qual a informação que você obteve?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A de que esse Pintado ninguém conhecia ali. Ninguém conhecia a pessoa do Pintado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem o Wilson?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, nem menos esse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era o Wilson?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Um loirinho, de bigode.

O SR. OSCAR ANDRADE – Baixo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, baixo não. Estatura média, 1,65m mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Olhos.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo dos olhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Devem ser verdes ou azuis, porque é loiro.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. E aí, e a loja do lado, com quem você conversou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conversei com outro funcionário também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra o nome?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, era um moreno.

O SR. OSCAR ANDRADE – Viu o carro lá também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, lá não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá você só foi conversar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só fui conversar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não deu uma disfarçada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Inventei uma história e comecei a conversar com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual história?

O SR. CELSO DOS SANTOS – De que havia vendido um carro para uma pessoa ali e a pessoa estava usando de má-fé. E como eles são concorrentes, passam as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Pinduca.

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, na loja está escrito Pinduca. Mas, Pinduca não conheço. E nem vi ele. Se eu falar para o senhor que vi, vou estar mentindo. Não tenho por quê. Se não estou negando de ter ido a Montes Claros, não tinha um porquê de negar que havia visto ele. Se eu visse ele, iria falar: Não, eu vi ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo. Você só viu a loja dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Vi a loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se é do Pinduca não sei. Sei que está escrito Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Wilson não lhe falou se era dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não falou. Não entrou em detalhes.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o do lado, quando você falou que vendeu um carro e o carro tinha problemas – como é que é? –, não tinha recebido?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, eu havia vendido um carro para ele, ele tinha me dado um cheque, não recebi e o cara estava usando de má-fé. Aí, ele passou a dar as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aí, com esse funcionário do lado, você falava que tinha vendido para ele. Ele quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na loja do lado, a loja do Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, em função disso, ele passou as informações.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Passou as informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A de que o pessoal ali não tinha nada a ver com o Pintado. Porque aí falei: Não é uma pessoa assim, chama Pintado, a turma conhece como Pintado, é o dono da loja. E ele falou: Não, não tem nada a ver com Pintado, nada, nada. Estamos estabelecidos aqui há muitos anos, e não tem nada a ver.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem nada a ver com o Pintado. A loja é de quem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não lembro. Ele falou um nome, mas não lembro. Não lembro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor foi uma vez a Montes Claros, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E não foi em companhia do Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – No Rio de Janeiro, também não foi companhia do Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, no Rio de Janeiro, não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor também nega que o Antônio Silvestre tenha sido preso ou não tem conhecimento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De que o Dr. Marcelo o prendeu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço que o Dr. Marcelo prendeu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que eles cobraram 200 mil para assaltar o Antônio Silvestre?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando fomos ao Rio, nós não prendemos. Fomos atrás do Badu.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tomou conhecimento de que o Antônio Silvestre foi preso? Sim ou não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que receberam 200 mil para soltá-lo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor também não conhecia o Alemão, não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não circulava pelo Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o Laércio circulava pelo Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo. Não. Desconheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca viu o Laércio por lá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhecia o Chico?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Existem o Jurandir e o Juvandir. O Jurandir é o ex-policial, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É ex-policial.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é todo o nome do Jurandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só conheço como Jurandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor chegou a trabalhar com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele trabalhou no mesmo batalhão que eu, mas em companhias diferentes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele era policial militar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele saiu da Polícia Militar ou da Polícia Civil?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Da Polícia Militar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, ele trabalhou com o senhor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No mesmo batalhão, mas em outra companhia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No mesmo endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No mesmo endereço, mas em companhias diferentes?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando foi a última vez que o senhor falou com o Jurandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nesta semana eu falei com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor tem falado seguido com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele estuda Direito e é estagiário.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não sei onde é o escritório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele é seu informante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, nunca foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nunca foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele participou de algumas ações com o senhor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, nunca. Comigo, não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele já esteve no Depatri?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço. Só se foi a trabalho jurídico, de advocacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes ele já falou com o Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço se ele já falou com o Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca viu ele conversando com o Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é outro policial que conhece ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Daniel e o Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Daniel e o Juvandir o conhecem de onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu apresentei ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Marcão não conhece ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho certeza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nem o Lucindo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não conheço Lucindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece o José?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Também não conheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, o Jurandir está fazendo faculdade?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele saiu da Polícia Militar por quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele não quis, talvez no íntimo dele, revelar para mim o motivo pelo qual ele saiu. Também desconheço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor nunca ficou curioso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A gente pergunta o motivo, mas a pessoa não revela.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é bem amigo dele, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tenho conhecimento há 17 anos porque trabalhamos no mesmo batallhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mesmo assim ele foi expulso da polícia...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento se ele foi expulso. Ele tem uma atividade e eu tenho outra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vocês continuaram se vendo, conversando?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim. Na ocasião em que nos encontramos, conversamos, batemos papo e tudo bem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só digo isso, para concluir, tudo o que o Laércio diz que a gente pergunta para o senhor, que o senhor sabe, é o que ele diz, a não ser que o senhor diga eu não sei; aí é uma coisa íntima do senhor, que pode até saber e dizer que não sabe, e não sabe, mas tudo o que o senhor sabe, tudo o que ele diz e que a gente pergunta ao senhor e o senhor sabe o senhor conta? Bate com o que ele diz.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não conhece nenhum ladrão de carga?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se eu conheço?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Prendi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Certo. Cite três nomes.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ladrão de carga? São vários.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Só que ro três.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Falo para o senhor de uma das últimas ocorrências. Um tal de Vandão. Elemento procurado, armado, resistiu, empreendeu fuga, houve perseguição, danificou dois carros na fuga, bateu contra a viatura, estava armado com uma nove milímetros, era foragido da Justiça, com documento frio, e era autor do roubo à base de carro forte

em Londrina, foi esclarecido esse roubo. Isso que posso adiantar para o senhor, foi um serviço que fiz e repercutiu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vandão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Vandão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Fernando Português?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já viu falar dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Wagner Capuá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ciro Ferreira.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já prendi!

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor prendeu ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso, prendi ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que ele é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Receptador. Três cargas num galpão em Garulhos, não só ele como mais sete ou oito, apresentei, chamei as vítimas no local, o IC primeiro, levei ao conhecimento da autoridade, determinou que o IC fosse no local, eles foram autuados em flagrante e a carga restituída para as vítimas, as vítimas foram lá no local retirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual carga que era?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uma era de eletrodomésticos, que era das Casas Bahia, que é a vítima, a outra é de aparelhos eletrônicos, televisão, vídeo cassete, aparelho de som, e uma outra era de pilhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pilhas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga de pneus Magion e velas Bosch, velas de veículos Bosch?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Câmaras de ar?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa você não recorda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. A última também...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então essa que você está contando é do Wagner Capuá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Wagner Capuá?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. Do Ciro Ferreira.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso. Uma outra também, que é recente, foi dez cargas que encontrei em Ermelino Matarazzo, prendi os elementos, foram autuados em flagrante, e recuperadas as cargas. Não foi só uma não, foram dez cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dez caminhões?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não! Cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dez cargas dá para quantos caminhões? Ah, estava no armazém.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso!

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa que você está contando do Ciro Ferreira eram três cargas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso, correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – A terceira era o quê? Não era de pneu a terceira?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, pilhas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou fazer uma pergunta, essas cargas, o senhor diz que esse elemento citado era receptor.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era receptor ou intermediário armazenador?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele era receptor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fazia a venda direto ou ele tinha clientes que faziam a venda posteriormente?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha um galpão, ele armazenava e tinha uma equipe que trabalhava para ele, ele era dono do galpão e armazenava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele armazenava carga e depois tinha uma equipe de operadores para vender para receptores.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Possivelmente ele já tinha os contatos, já tinha as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Para fazer a venda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque quero estabelecer que tem a quadrilha que rouba e o armazenamento que tem os operadores para a venda.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dependendo da mercadoria ele tinha a pessoa interessada, a pessoa certa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando vocês investigaram, ele foi preso em flagrante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ao ser ouvido, ele declinou o nome de algum receptor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês chegaram a perguntar para ele, investigaram o destino da carga, se ele já tinha feito algumas entregas anteriores?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Foi interrogado nesse sentido. Negou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não esclareceu nada? Se recusou a esclarecer? Por que não deu para saber o destino das cargas anteriores e nem para onde iam aquelas.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você disse eletrodomésticos, qual era a quantidade?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era um caminhão cheio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E que não dá para vender na praça da Sé nem no Largo de São Bento?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, deve haver uma pessoa de uso certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deva haver um destinatário?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma rede de lojas, pois um caminhão de eletrodomésticos deve ter uma quantidade razoável. Quanto você calcula? O que era? Liquidificador, geladeira, televisores?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eram eletrodomésticos em geral, como V. Ex^a falou, variados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma jamanta daquelas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, era desses caminhões trucados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mercedes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então deve haver o receptor. Nas investigações, quando se chega até a carga vocês têm interesse em buscar realmente quem são os receptores, quem faz as encomendas? Pois eles não vão mandar roubar uma carga de eletrodomésticos sem ter alguém que já fez a encomenda. Isso é elementar.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Interrompe-se a investigação na apreensão da mercadoria ou se tenta prosseguir para saber o destino dela?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tenta-se prosseguir para saber o destino da carga, pois lá tira-se de circulação vários receptadores, pessoas que recebem cargas que talvez estejam armazenadas e outras cargas eventualmente serão encontradas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nas investigações da Divecar identificaram muitos receptadores, não armazenadores?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a poderia nos citar alguns de importância? Supermercados, redes de lojas.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Há um supermercado onde encontramos quase dez cargas armazenadas, na zona norte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Alimentos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Só alimentos. Recebi essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a lembra o nome da rede?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Inclusive o proprietário havia falecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chama o supermercado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o local?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na zona norte, lá perto de Bom Sucesso. O dono havia falecido uma semana antes, os bandidos o mataram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele era receptor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas deve ter ficado com medo da denúncia e o apagaram.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando chegamos nele estávamos investigando. Uma semana antes os malandros chegaram e o assassinaram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a sabe o andamento da investigação do latrocínio ou do homicídio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho conhecimento. É de autoria desconhecida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi registrado em Bom Sucesso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então temos que requisitar essa investigação para sabermos. Ele não tem o nome, sabe que é perto de Bom Sucesso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto, mas pode ser levantado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu pediria essa gentileza. V. S^a disse que há o maior número de armazéns para guardar mercadoria roubada é nessa região de Guarulhos, Bom Sucesso, no trecho da Dutra.

O SR. CELSO DOS SANTOS – É a região que mais concentra galpões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Galpões onde se armazena roubo de carga. Já fizeram diligências inopinadas nesses armazéns.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Constantemente fazemos bloqueios, blitz em armazéns e em caminhões em conjunto com a Rodoviária.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A Rodoviária Federal colabora.

O SR. CELSO DOS SANTOS – É constante nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Posto Sakamoto que citaram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ali é onde se faz muita desova de caminhão, porque o pessoal rouba o caminhão e subtrai a carga. Conseqüentemente, depois que descarregam, abandonam o caminhão nesse Posto Sakamoto, onde também encontramos dois caminhões produto de roubo, recuperados e apresentados na delegacia. Estávamos numa operação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, chame o outro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu só gostaria de concluir o raciocínio. A quadrilha rouba um caminhão de carga, vai a esse Posto Sakamoto ou a outro qualquer e abandona o caminhão com a carga...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dificilmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E outro vai lá para fazer o transporte para não identificar o destino. As ações não podem ser compartimentadas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eventualmente pode ocorrer um modus operandi, como V. Ex^a está falando. Vamos supor, vem um comboio com dois ou três caminhões carregados que, eventualmente, podem deixar no posto para que onde o destino, o destinatário, a pessoa vá lá com o seu motorista e pegue o veículo para que não queime a cara com as demais pessoas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Celso, o senhor tem conhecimento que o Laécio, ao de por nessa

CPI, informou que viajou com o senhor, com toda a equipe, para Montes Claros e Rio de Janeiro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não procede, não é verídico.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Veja bem, ele informa com riqueza de detalhes. O senhor é vizinho dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele circula pelo Depatri, não foi o senhor, o senhor nunca viu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nunca vi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Viaja como senhor e dá todos os detalhes da viagem. Veja que coisa. Penso que o Laécio vai para o fantástico porque ele vai ser o maioradivinho do mundo. Sabe das suas viagens, foi ao Depatri, circula no Depatri, não foi o senhor que levou, não foi ninguém. Não viajou com ele e ele sabe de tudo. É muito esquisito o seu depoimento.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu passava às vezes, nós conversando, quando ele ia passar informação, quando ocasionalmente a gente se encontrava, eu passava as informações para ele da maneira que a gente viajava, quando ele como a gente foi. Então motivo pelo qual ele tinha conhecimento de como era procedido, quando a gente viajava, de que forma viajamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só que ele conta a viagem diferente do que o senhor está contando. Então isso também não procede. Ele não disse que o senhor foi para o Rio de Janeiro de avião. Ele disse que o senhor foi para o Rio de Janeiro, mas que não foi de avião.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, vamos esperar, porque ele está com a pressão alta e está sob cuidados médicos. Não vamos forçar a descida dele até que se restabeleça. Então eu pediria, Celso, por favor, que pudesse deixar aqui e ficar sentado no lugar de algum desses senhores, mais atrás.

Que venha o Sr. Juvandir Lino da Silva.

Enquanto ele não vem, eu gostaria de agradecer a presença do Deputado Carlos Tacarrachi, que aqui compareceu para cumprir a CPI, e agradecer ao Deputado Afanásio Jazadji, que está firme aqui conosco durante todo o tempo do andamento desta audiência. Vou incorporá-lo oficialmente aqui.

O senhor poderia se identificar, por favor?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sou investigador de polícia, meu nome é Juvandir Lino da Silva e

exerço a minha atividade da 2ª Delegacia do Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está em atividade policial ou administrativa?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Atualmente, encontro-me administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe por que foi convidado a vir a esta CPI?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor poderia fazer uma descrição daquilo que possa ajudar a esclarecer os fatos, antes das perguntas dos Srs. Deputados e Senadores?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Estou recebendo algumas acusações infundadas e estou aqui à disposição da nobre CPI para esclarecer qualquer dúvida e qualquer pergunta dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não quer fazer nenhum esclarecimento preliminar, nada?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um histórico da sua atividade, alguma diligência que tenha feito?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor. Agradeço a oportunidade.

No dia 07 de fevereiro de 1980, eu ingressei na Polícia Militar do Estado de São Paulo e exerci minha atividade no 1º Batalhão Tobias Aguiar, de 1980 a meados de 1985. Depois, fui para outras unidades. Inclusive, trabalhei no Palácio do Governo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um batalhão que merece o respeito dos paulistas.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Muito obrigado.

Eu trabalhei também na segurança do Sr. Secretário da Segurança Pública, onde por lá passaram alguns Secretários.

Depois, prestei concurso e passei para a Polícia Civil do Estado de São Paulo, onde fui classificado a trabalhar no Depatri, onde exerço a minha atividade até antes de ser...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi a sua primeira função na Polícia Civil? Direto no Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando estava na Polícia Militar, já conhecia a atividade do Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhou em algumas operações conjuntas? O senhor pertenceu à Rota Tobias Aguiar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só na Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só na Rota. Trabalhei na Rota, trabalhei no 5º Batalhão. Depois, fiquei um ano trabalhando no Centro Médico da Polícia Militar. Depois, fui para o Palácio do Governo e trabalhei na Secretaria de Segurança Pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como policial militar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Como policial militar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como policial civil, foi direto ao Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Direto para o Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas já conhecia alguns policiais em razão de sua atividade na Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando no Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Assim que terminei a academia, no ano de 1993.

O SR. OSCAR ANDRADE – De lá para cá, só no Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só no Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sempre na Divecar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. Sempre no Patrimônio. Eu trabalhei na 2ª do Patrimônio e na 1ª do Patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Divecar, não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse período de 1995 a 1999, na 2ª?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a sua atribuição?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Minha atribuição é investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – De rua?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor. Sempre “amassando o barro”, para usar uma gíria policial. Minha carreira toda foi “amassando o barro”, ou seja, correndo atrás de marginal, combatendo a criminalidade.

Quero salientar que tenho grandes serviços relevantes prestados à sociedade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dentre várias coisas que faz um policial para chegar aos bandidos, uma delas é o recrutamento de alguns informantes.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A maioria dos policiais tem informante, uma pessoa que ajuda por fora. Como é feito o recrutamento de informantes?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sr. Deputado, acredito que cada investigador tem a sua técnica própria.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua é como?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quando me chega a informação, primeiro eu a peneiro bem. Ou seja, onde eu quero chegar? Eu quero chegar na veracidade da informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não é informação. Estou falando de informante.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como escolhe um informante para trabalhar com ele, para você usá-lo no combate ao crime?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nesse caso, não tenho um critério próprio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você checa quem é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu checo...

O SR. OSCAR ANDRADE – DVC e tudo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para saber com quem está mexendo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sr. Deputado, quando vem a informação...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, aqui, estamos falando do informante, por enquanto.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu sei. Eu não estou querendo, de forma alguma, fugir da sua pergunta. É que a informação, quando chega, pode chegar de diversos tipos de pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É verdade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quando entramos numa investigação, é para esclarecer para tentar prender o criminoso. Às vezes, uma determinada pessoa passa uma informação. O que eu faço? Eu checo aquela informação. Se precisar, eu consulto outras pessoas também, para eu jamais cometer uma injustiça.

Nesse caminho todo, o que eu faço? Eu, aceitando que a informação é verídica, qual é o passo imediato? Vou levantar o boletim de ocorrência, porque se houve um crime com certeza foi elaborado um boletim de ocorrência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe eu te incomodar só um pouco.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – De forma alguma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos voltar no informante.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você já dizendo a técnica de ir atrás do crime. Eu que rosa ber para você aceitar um cidadão como informante. Dê-me um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a aliciar algum marginal que pudesse colaborar. Chegou a aliciar algum membro que foi preso por você, que se oferece para colaborar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E nisso que eu acho que ele quer chegar. Se você vê a qualidade de saber se ele não vai...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você checa a vida dele para saber o que ele tem de crime, essa coisa toda?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...usar a informação para depois ter um álibi para poder praticar um crime com uma outra quadrilha porque vai se sentir em liberdade pela confiança depositada nele e com as informações que traz.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para dar um exemplo concreto. No caso, o Laércio, que é o que está em questão. Ele está sendo apontado, era informante do Celso; o Laércio era seu informante...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas o senhor se valia das informações, atuava junto com o Celso. Ele atuava com o Celso.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu atuava junto com o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era da equipe do Celso. Então, obviamente, uma informação que o Celso recebesse, os senhores iam fazer uma demanda juntos. Eu acho que o senhor esteve junto lá em Montes Claros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, era uma informação que o Laércio passou.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, ele era informante do Celso, mas era seu informante porque vocês desempenhavam atividades em conjunto.

Qual é a abordagem, a checagem que vocês fizeram para aceitar o Laércio como informante?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Senhor Deputado, quando um informante se dispõe a passar uma informação, se a gente começar a querer entrar em particularidades da vida pessoal do informante, com certeza, ele não vai passar informação. Ele vai se sentir mal. Ele não vai passar essa informação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É uma opinião sua. Quero saber o que o senhor faz. Não é preciso ele saber que o senhor vai entrar na vida dele. O mínimo que o senhor tem de saber é o nome dele. Com o nome, o senhor chama a ficha; faz uma abordagem para sentir e ter a credibilidade na informação.

Quem vai ser o seu informante? Quem sabe. Para saber, tem de estar na cena do crime ou ter ligação com alguém que esteve lá. Ele tem de estar ligado. Obviamente, quem sabe muita coisa é quem tem muito envolvimento também. Então, o senhor tem de dosar isso. Por isso que o senhor tem de saber com quem está falando.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Vou responder com a maior honestidade possível para o senhor. Eu nunca fiz isso. E a vida da gente, Deputado, o senhor sabe, é uma escola. Todo dia a gente aprende alguma coisa. Estou aprendendo com o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eventualmente os informantes que ajudam a vocês policiais, acompanham diligências para mostrar local, essa coisa toda.

Isso costuma acontecer. São levantamentos em diligências.

É um informante. Você precisa saber algum local, alguma coisa que ele está informando.

Isso eventualmente acontece?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou falar alguns nomes de policiais que eu queria que você me dissesse se conhece. Dr. Marcelo Lima.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Dr. Marcelo Teixeira Lima?

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi meu Delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi meu parceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi meu parceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Pereira.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço, mas nunca trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço, mas nunca trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Mamel.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É o meu atual parceiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Zé.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da 63.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ah, conheço. Ele esteve, inclusive, conosco na CPI do Narcotráfico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mucini.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Esteve conosco na CPI do Narcotráfico, mas nunca trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – É lá da 63, tam bém.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Marcelo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Da 63.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão, da Rota.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Jorjão, da Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais você conhece na Rota? Você trabalhou muito tempo lá, não é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Trabalhei de 80 a 85.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na época do Capitão Conti?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeitamente. Trabalhei com ele. Ele foi meu comandante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes de ele ser Deputado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeitamente. Quero até salientar que foi um dos meus professores.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou citar também algumas outras pessoas que quero que você se lembre, por favor, se já prendeu, já acompanhou algum inquerito sobre essas pessoas, se já investigou ou se já usou como informante.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pérsio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Borelli.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Jurandir? O Jurandir a que o senhor está-se referindo é um ex-policial?

O SR. OSCAR ANDRADE – Ex-policial.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece? É seu amigo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço. Ele foi apresentado a mim, aqui no Depatri, pelo Celso, e, conversando com ele, fui-me reportando que ele trabalhou também na rota, mas não foi na minha época.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso também trabalhou na Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Trabalhou sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na mesma época que o senhor?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós trabalhamos juntos, porém em equipes diferentes.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Capitão Conte também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir, ex-policial?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o senhor ficou amigo dele, quando o Celso o apresentou?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu já o conhecia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabia que ele era ex-policial?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sabia sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que ele foi expulso a bem do serviço público, sabia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chico?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Citei para você onze nomes de possíveis ladrões de cargas, receptadores e bandidos que operam na área de carga. Você trabalha no Depatri. Você não ouviu, nenhuma vez, no nome de nenhum que citei?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço, porque trabalhamos na Segunda Delegacia do Patrimônio. Trabalhamos mais na área patrimonial. Na nossa Delegacia, a especialidade é de crimes ilícitos de ouro, pedras preciosas. É óbvio que, se chegar alguma informação para nós, nas outras áreas, vamos tomar providências. Não podemos, jamais, prevaricar. Agora, esses nomes que o senhor citou, lamentavelmente, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Laércio você se lembra?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Laércio você conhece?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De tempos. Como você conheceu o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito. Quando eu trabalhava com o Celso. Ele me apresentou o Laércio como um informante dele. Foi dessa forma que conheci o Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde que ele te apresentou o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. Na rua.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como informante?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era informante do Depatri, então?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele era um informante do Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é do Depatri.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque o Celso é do Depatri, não é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele presta serviço para o Depatri.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele freqüentava o Depatri?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca o viu lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nas dependências do Depatri, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já realizou investigação ou diligência em outros Estados?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais e quando?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Fui a Montes Claros, ao Estado da Bahia e, depois, nessa sequência do Estado da Bahia, elucidamos, esclarecemos, um mini Detran clandestino na zona leste de São Paulo, que foi uma sequência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Sérgio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você foi à Bahia e a Montes Claros. E no Rio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao Rio você não foi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. Quero, inclusive, facilitar para o senhor, nobre Deputado, que permaneci, trabalhei com o Celso e com o Daniel por um espaço de tempo não muito grande, porque, depois, nessa época estávamos na Primeira Delegacia do Patrimônio, fui, à convite do Chefe da Segunda Delegacia do Patrimônio, onde estou até hoje, porém atuando no expediente.

O SR. – Você tem conhecimento de que o Laércio era um bandido que viajava para alguns locais no Brasil a serviço do Depatri, para se infiltrar em quadrilhas, para dar informações ao Depatri, ao Celso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não tinha conhecimento de que ele era um bandido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Pode ter certeza. Se tivesse conhecimento teria tomado as providências.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só fiquei sabendo que ele era um rapaz condenado após a CPI, quando ele se apresentou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas ele era informante. Quem é o informante? É exatamente alguém que tem antecedentes criminais, é condenado ou foi beneficiado com sursis, algo dessa natureza. É informante porque trabalhava do outro lado. Um homem com experiência como policial deveria saber que ele era informante.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nobre Deputado, gostaria de fazer um paralelo. A palavra informante é interessante. Vou, inclusive, citar um exemplo para V. Ex^a. Antes de prestarmos serviço interno, na região de Cotia estava havendo muitos roubos em chácaras, residências e sítios. Esses roubos eram praticados por uma gangue de estives. Estive é uma gíria que se usa muito na Polícia Militar. Dependendo da operação em que se esteja, para não chamar pelo nome, chama-se de estive. A primeira idéia, quando a imprensa escrita e falada começou a divulgar a gangue dos estives, foi a de que eram policiais militares que estariam praticando os furtos. Tudo por causa do provérbio estive. Começamos a investigar e rapidamente constatamos que nenhuma relação havia com policiais militares.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era só uma coincidência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – No modus operandi, os marginais eles usavam HPs, rádios de comunicação, e se comunicavam chamando um ao outro de estive. O que faziam? Chegavam no domingo à tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o informante?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quero concluir para chegar ao informante. Porque estou citando tudo isso? Dentro das investigações, estava difícil localizar as pessoas porque atuavam encapuzados. Precisamos angariar informações. Começamos a conversar com os moradores da região, sem citar nomes – até porque colaboraram muito, há até políticos que hoje são vencedores na região de Cotia. Foi em contato com essas pessoas que, graças a Deus, conseguimos elucidar e dismantellar a quadrilha. Por uma informação que aqueles cidadãos prestaram passaram a ser informantes. O senhor pode, amanhã ou depois, ligar para o Juvandir e falar: tudo bem Ju-

vandir, é o Deputado Oscar, tenho uma informação para passar sobre um crime do qual tomei conhecimento. Vou checar a veracidade da informação que V. Ex^a estará me passando, tenha certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se fizer isso passo a ser o informante? É o que está me dizendo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Naquela hora o que está sendo passado é uma informação, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você viajou para quais lugares com o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Viajamos para o Estado da Bahia. Encontramos o Laércio na cidade de Caetité.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome da cidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Caetité. É próximo à cidade de Guanambi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês estiveram com ele lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Encontramos com ele lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e mais quem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu, o Celso e o Daniel, juntamente com dois policiais civis de Vitória da Conquista. Nos apresentamos em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Se apresentaram em Vitória da Conquista e foram até Caetité.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Até Caetité.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com esses dois policiais da Bahia? Como eles se chamam?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo dos nomes, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – De nenhum dos dois? Quantos dias vocês ficaram?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Já faz muito tempo. Ficamos lá quatro dias. Já faz um certo tempo e não me recordo, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do nome de nenhum dos dois?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas isso foi uma viagem oficial?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Viagem custeada pelo Estado, em caráter oficial?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, pagamos a passagem e depois fomos ressarcidos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso, então é oficial. Se foi ressarcido é porque tem um processo. Isso foi quando?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A data exata não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o ano.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo se foi 97, 98. Confesso ao senhor que falha a data. O senhor me desculpa, porque ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem. Por aí.

Aí, vocês foram para lá como?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Fomos de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – De avião? Por qual companhia? Lembra?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês fizeram o quê? São Paulo – Salvador?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Acho que fomos direto para Vitória. Fomos direto para Vitória.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Acho não há vôo direto para Vitória. É Salvador – Vitória.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês devem ter feito escala em Salvador, ou conexão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então me conta sobre essa viagem aí. Foi você, o Celso, o Daniel, aí, chegou a Vitória da Conquista.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí? Desceu lá no aeroporto.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Descemos lá, deslocamo-nos, de imediato, para a delegacia regional.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual delegacia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A Delegacia Regional de Vitória mesmo. Onde fomos recebidos pela autoridade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O nome da autoridade não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O delegado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito. E ele, de imediato, já colocou dois policiais dele à nossa disposição.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com a viatura?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito. Aí, deslocamo-nos para Caitité.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, não é tão perto, não. É depois da cidade de Brumado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quantos quilômetros de Vitória?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Preciso, preciso...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais de cem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mais de cem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foram. Vocês cinco.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Éramos cinco, porém em dois veículos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, foram dois veículos?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É. Eles conseguiram lá um veículo para nós também. Um veículo descaracterizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, tá. Frio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá em Caitité, encontraram com o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Encontramos com o Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que o Laércio estava fazendo lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele não tem, assim, uma residência fixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não era vizinho do Celso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Senhor!

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não era vizinho do Celso? Os filhos dele estudavam juntos, do Celso e dele. Você não sabia, não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento dessa particularidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá. Ele estava lá aguardando vocês?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para quê?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Para poder, quando escurecesse, fazer o local de onde estariam os veículos que eram produtos de crimes ilícitos, lá na cidade de Sebastião Laranjeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos veículos?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eram três. Na realidade, ele falava em cinco, porém, só foram localizados e apreendidos três.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado, queria uma pausa aí de dois minutos, enquanto o operador troca a fita. (Pausa)

Pode continuar.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – E aonde que foi feito o local, quem fez o local, foi o Celso e o Policial de Vitória juntamente com o Laércio, quanto ele apontou foram os três.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você e o Daniel e o outro policial; já são seis, não é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós permanecemos na Cidade de Guanambi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vocês estavam em Caitité?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque nós ficamos hospedados em Guanambi, onde arrumaram um local para hospedagem nossa, então nós permanecemos neste local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então eles foram fazer a diligência. E o que era a diligência? Pegar os cinco carros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito. O Laércio foi apontar aonde estava o local.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi encontrado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi encontrado, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foram resgatados os carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi, no dia seguinte foram apreendidos três veículos e conduzidos juntamente com mais dois elementos que foram apresentados na delegacia de Guanambi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí foi instaurado inquérito?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – E aí foi instaurado inquérito e os carros foram apreendidos em Vitória da Conquista e as demais providências referentes aos dois elementos foram tomadas por Guanambi, só os carros que foram apreendidos em Vitória.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Catité, então, vocês só foram lá para encontrar o Laércio. Pegou o Laércio, você foi para Guanambi e o Celso com um policial e o Laércio foram para...?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foram à noite onde o Laércio foi apontar o local...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sebastião Laranjeiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso tudo há mais de cem quilômetros de Vitória da Conquista.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas na verdade os carros estavam em Vitória da Conquista, aonde você tinha descido?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor, os carros estavam em Sebastião Laranjeiras. As providências foram tomadas, uma parte em Guanambi e a outra parte em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí vocês tomaram as providências, pegaram o avião e retornaram a São Paulo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu, o Daniel, o Celso retornamos a São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou a passagem ida e volta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou com que com cartão de crédito? Você pagou a sua e de quem mais?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Se não me falha a memória, eu paguei as três porque foi inclusive parcelado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! Você parcelou no cartão. Pagou a do Celso também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí depois você ressarciu?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi junto com o Celso o ressarcimento?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um processo porque você pagou as três?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Fui eu quem paguei, agora, sobre o processo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, o processo de ressarcimento.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ah, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você recebeu do Depatri as passagens?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos pedir, Sr. Presidente, também esse processo de ressarcimento. Eu requeiro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Parece que é um só.

O SR. OSCAR ANDRADE – É porque do Celso é outra viagem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A do Celso é da viagem do Rio de Janeiro. E o senhor também foi no Rio de Janeiro.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor, eu estava em outra delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi em Montes Claros? Com quem se foi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor. Fui eu, o Celso, o investigador Valter e o Jurandir, amigo do Celso, ex-policia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês quatro.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito, para Montes Claros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa só eu perguntar uma coisa: a que título o Jurandir acompanhava uma diligência como ex-policia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na realidade, quando o Jurandir soube que nós íamos fazer uma investigação em Montes Claros, ele foi, mas na realidade ele foi passear na cidade, porque ele tem parentes na cidade. Ele não foi participando da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que ele soube? A diligência não era reservada, sigilosa?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, como ele soube, porque ele é amigo do Celso e, talvez...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Frequentava a delegacia, o departamento?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não frequentava a delegacia, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foram vocês quatro?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para Montes Claros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me a ida para Montes Claros. Vocês foram para o aeroporto. Qual o aeroporto que vocês saíram? Congonhas ou Cumbica?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que pagou a passagem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Para Montes Claros também não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pagou a sua?

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi no cartão também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi no cartão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou a dos três?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa viagem a Montes Claros tinha caráter oficial?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na realidade, a circunstância da informação que Laércio passou da pessoa a quem se tratava, nós fomos, numa gíria policial, na realidade, fazer um levantamento prévio. Fomos fazer locais, porque se constatasse que, de fato, aquela pessoa estivesse na cidade de Montes Claros...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pessoa?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Um marginal de altíssima periculosidade. O apelido dele é Pintado. O nome dele é José Carlos Silvestre. Se o senhor me permitir, tenho condições de falar sobre o Pintado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode falar. Não é Antônio Silvestre?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. José Carlos Silvestre. Esse elemento é de altíssima periculosidade. Ele é ladrão de banco, ladrão de blindado e ladrão das bases, os aeroportos e bases, onde transporta valores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bases que o você diz é esse roubo em aeroportos, em aviões de transportes, Rio de Janeiro, Cumbica, aeroporto de Congonhas também, no armazém da Varig?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque são bases de transportes. Dinheiros aéreo. Ele fazia parte dessas quadrilhas?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor, Excelência. E ele está foragido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, ele chamava José Carlos Silvestre.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que é a informação Antônio Silvestre? Ele usava outro nome?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode ser engano.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Pode ser, de repente, equívoco. Ele não foi preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos continuar. Então, vocês foram a Montes Claros. Pegaram o avião aqui em São Paulo, não lembra qual aeroporto, mas pegou aqui. E aí?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Descemos. Fizemos uma baldeação e descemos na cidade de Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – A baldeação foi feita aonde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, eu local e data, o senhor me desculpa, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Teria sido Belo Horizonte?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós descemos em Belo Horizonte, sim. Isso me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, foi lá que o senhor trocou.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Belo Horizonte nós descemos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E chegaram em Montes Claros. E aí?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Chegamos a Montes Claros, segundo as informações que nós tínhamos, tínhamos alguns locais a percorrer, tínhamos alguns endereços.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eu quero os detalhes. Por exemplo: desceu, desembarcou em Montes Claros. E aí? Quem estava esperando?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tinha ninguém nos aguardando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a providência que foi tomada?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós nos dirigimos para tentar começar, de imediato, checar os locais que tínhamos informação, onde poderíamos..

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês não foram em nenhuma delegacia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Em Montes Claros?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Em Montes Claros, não fomos em delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vocês foram direto para a investigação. O que era a investigação? Achar o Pintado.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Achar o Pintado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que vocês tinham na mão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós tínhamos alguns endereços.

O SR. OSCAR ANDRADE – Informação do...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Essa informação teria vindo do Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Laércio. E em Montes Claros, como é que foi o contato com o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só por telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual telefone?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo qual foi o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você falou com ele?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, nós estávamos como os celulares e não me recordo para quem ele ligava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o número do seu celular?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Naquela época era 9939 – 4348.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele ligou nele e se?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo, Excelência, se foi no meu que ele ligou. Talvez pode ser até que tenha sido no meu

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você acha que conversou com ele?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Lá em Montes Claros?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais que cinco?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho condições de precisar para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos dias vocês ficaram lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ficamos quatro dias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desceram no aeroporto e foram para onde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Para a cidade de Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – O aeroporto já é na cidade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – E então?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Começamos a fazer...

O SR. OSCAR ANDRADE – De que forma? A pé?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo como nos deslocamos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como o senhor não se recorda? O senhor está brincando com a gente. O senhor chegou ao aeroporto e não sabe como saiu do aeroporto.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, eu não quero...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero que o senhor diga a verdade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deixe-me falar uma coisa para o senhor. O que eu não quero é mentir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas ninguém está pedindo que o senhor minta.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não vou falar para o senhor se eu fui de ônibus ou táxi porque, no momento, não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor me desculpe. Mas eu, por exemplo, se há vinte anos – e observe que eu só tenho trinta – saísse do aeroporto a pé de algum lugar eu ia me lembrar para o resto da minha vida. O senhor dizer: não sei se foi a pé ou de carro. Desculpe-me, dizer se foram quatro, cinco ou dez ligação, eu aceito, mas dizer que chegou a uma cidade, onde ficou quatro dias, e não saber como saiu do

aeroporto é mentira. E você sabe que isso é crime, assim como você também não pode obstruir.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Com certeza.

O SR. ROBSON TUMA – Então, fale a verdade para gente, conte os fatos porque você sabe deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir, você está perante a CPI.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Onde tenho o maior respeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estamos notando o respeito, mas o respeito não é só ser cortês. Penso que não nos fazer de bobos é bastante para caracterizar o respeito.

O SR. ROBSON TUMA – Pense em um minuto, enquanto os deputados fazem as perguntas e, nesse tempo, tente lembrar, já que pode ter esquecido.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nobre deputado, de forma alguma vou subestimar a inteligência das pessoas, pois não subestimo a inteligência de ser humano nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, você foi de que do aeroporto para a diligência? Vamos retornar que eu tenho certeza de que você não está subestimando ninguém.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A pé não foi, não é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não estou me recordando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra, pelo menos, a distância entre o aeroporto e o local? Se vocês ficaram quatro dias, devem ter ido para um hotel.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Saíram do aeroporto e devem ter ido para um hotel porque quem vai ficar quatro dias em uma cidade não fica com a roupa do corpo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou tentar ajudar, Sr. Presidente. Não foi de viatura oficial porque não havia ninguém esperando.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi de motocicleta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Parece-me que fomos de táxi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra qual era o táxi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O hotel era longe? Vocês foram primeiro ao hotel ou direto para a investigação?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não. Fomos direto para o hotel e ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era, mais ou menos, a distância do aeroporto ao hotel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não é tão longe?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra o nome do hotel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não lembro o nome do hotel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não dá para ir a pé mesmo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não dá. Pegamos um táxi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês chegaram lá a que horas? Saíram de manhã daqui?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O horário exato eu não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas saíram na parte da manhã ou da tarde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Chegamos lá na parte da tarde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegaram lá no final da tarde e foram para o hotel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem certeza que foi de táxi e que ninguém foi te buscar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não se senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem certeza absoluta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito. Parece-me que fomos de táxi mesmo.

O SR. ROBSON TUMA – Parece não. Quero que você me responda com certeza. Vamos fazer o seguinte, vou dar a oportunidade para você pensar um pouquinho e, daqui a pouco, perguntaremos outra vez. Mas pense bem porque, se você mentir, vou pedir providências.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deputado, quero deixar claro para o senhor...

O SR. ROBSON TUMA – Eu creio que não foi de táxi, mas você pode pensar e daqui a pouco vamos perguntar.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Parece-me que foi de táxi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você me disse que tinha ido direto para o local da diligência. Você se confundiu porque agora disse que foi para o hotel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós nos hospedamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Primeiro, o senhor se hospedou?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós nos hospedamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome do hotel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não lembro, não senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto você pagou de diária?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também não me recordo, mas sei que era um hotel bem baratinho, bem simples.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos continuar. Vocês foram para o hotel e descansaram para no outro dia trabalhar?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na mesma noite...

O SR. OSCAR ANDRADE – Na mesma noite começaram o trabalho. E o que vocês fizeram?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Fomos chegar endereço.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como vocês iam para a diligência, a pé?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós chegamos lá e pegamos táxi. Havíamos caído em que dava para ir a pé porque a cidade não é tão grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Montes claros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não é tão grande não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É igual São Paulo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tive a oportunidade de conhecer a cidade inteira, mas havia locais em que íamos a pé e em outros de táxi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quatro policiais andando a pé?

O SR. OSCAR ANDRADE – Para não perder a sequência, vamos...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós nos separávamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para não perder a sequência, vamos ao primeiro dia.

O SR. ROBSON TUMA – Ele estava de carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está dizendo que ia de táxi. Vamos ver.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é verdade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós separávamos, Excelência.

O SR. ROBSON TUMA – Você não se esqueça que a gente o investigou também na CPI do Narcotráfico.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir, você estava começando a diligência, à noite. Aí já conversou com o Laércio. Como foi o contato com Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo se quem fez o contato com o Laércio foi eu, lá em Montes Claros. Não me recordo quem foi que fez o contato.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas, nenhuma das vezes...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não me recordo se fiz algum contato com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas como é que faz uma diligência sem saber nem se fez o contato?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas, se, de repente, um outro companheiro de equipe recebe o contato, ele passa...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor sabe que aqui está sendo gravado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso afirmou que todas as vezes que ligou foi no seu telefone celular a cobrar.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Se foi no meu celular a cobrar, é aquilo que falei ao senhor...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, só para te ajudar, vamos lá. Se foi no seu celular... Celular é móvel e é individual, estava com você, quem atendia era você.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você conversou com o Laércio.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu conversava com o Laércio, eu conversei com o Laércio...

O SR. OSCAR ANDRADE – ... para pegar endereço, essas coisas.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É. Só que eu atendia a ligação, era o Laércio, eu passava para o

Celso, porque o Celso tinha um contato maior com ele, e ele passava todas as informações para o Celso, onde o Celso, depois, a gente sentava e distribuía como a gente ia fazer com os locais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, deixa eu pensar aqui. O sujeito sai de São Paulo, cheio de serviços aqui, sem autorização legal, sem nenhuma autorização formal, paga a passagem do teu bolso – sendo que tu sabias que não podia pegar dinheiro por que não tinha como – e fica quatro dias faltando do serviço aqui em São Paulo, cheio de serviço, e fica quatro dias lá.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, vou falar para o senhor que prender um marginal da qualidade do Pintado – o senhor me desculpe eu só fazer um paralelo. S. Ex^a, Senador Romeu Tuma, que foi delegado de polícia; quer dizer, é delegado de polícia, além de Senador, é eterno delegado de polícia. Ele sabe que tem certos marginais que todas as equipes têm aquela vontade de pegar, porque aquilo marca na carreira do policial. Pegar o Pintado é uma cana – como a gente costuma dizer...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor é que está valorizando o Pintado. Quantas ocorrências o senhor tem do Pintado aqui em São Paulo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quantos boletins de ocorrência dele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É. Aqui em São Paulo.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele vem a São Paulo, pratica o delito, como ele vai a outros Estados e some.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos boletins de ocorrência o senhor tem do Pintado aqui?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Vários.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixa eu colocar uma coisa aqui. Só uma colocação: sendo verdadeiras as colocações de que ele é o principal elemento no assalto a bases e na remessa de dinheiro via aérea, é um preso que vale a pena perseguir 24 horas por dia. Deve ser a mesma perseguição, guardadas as proporções, do Juiz “Lalau”. É interesse da prisão porque é um elemento que desafia a polícia, pratica inúmeras humilhações...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, mas não de forma ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não estou defendendo... Estou defendendo a qualidade da investigação. Mas é por isso que ele devia avisar o chefe e dizer: “Chefe, estou quase com o Pintado na mão”, porque é natural que a gente faça isso para ter

toda a estrutura de apoio. Você não pode ir, a pé e numa cidade desconhecida, sem ter apoio, atrás de um big de um bandido desse. É isso que quero colocar, porque todo investimento em cima é pouco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que estamos perdendo. Se vocês me permitirem, vamos para o segundo dia. Quero detalhes desse Montes Claros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por acaso, o Laércio desceu? Está melhor?

O SR. ROBSON TUMA – Desceu. Está aí esperando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então a gente podia suspender um pouquinho, porque ele pode piorar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos terminar, porque está evoluindo bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Segundo dia, notícia do Pintado.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Negativa, os locais que nós checamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos locais?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Checamos três locais, se não me falhe a memória.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que não dava, o que não batia? A rua, o número?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Tínhamos um endereço de uma rua onde possivelmente ele estaria morando. Localizamos a rua – o número não conseguimos localizar – e ficamos de campana por várias horas, dias, e, de forma alguma, nós conseguimos vê-lo, até porque nós conhecemos ele por fotografia. Estávamos com a fotografia dele e não conseguimos vê-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você chegou a ver o Pinduca?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço o Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que que você lembra de Pinduca?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Laércio comentava que o Pinduca tinha vínculo com o Pintado na cidade de Montes Claros, mas eu não conheço o Pinduca, não o vi e não sei quem é o Pinduca.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Pinduca existia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Segundo o Laércio, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada faz lembrá-lo do Pinduca na cidade de Montes Claros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, ele passou também dois locais, agências de carro na cidade de Montes Claros, onde nós também ficamos de campana nessas agências e, em momento algum, o Pintado apareceu nessa agência. Em momento algum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se chamava a agência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo o ...

O SR. ROBSON TUMA – Só um minuto, Deputado. Essa agência é Agência do Paulo César?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele citou esse nome também Paulo César, né?

O SR. ROBSON TUMA – Paulo César Santiago.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele citou esse nome também, mas eu...

O SR. ROBSON TUMA – Que também tem agência no Rio de Janeiro...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço, não sei...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que estava escrito na agência, em cima assim, grande, claro ... O que estava escrito?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Lá em Montes Claros?

O SR. OSCAR ANDRADE – É, essa agência que vocês foram. Estavam procurando o Pintado...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo o que estava escrito na agência, não. Sei que nós ficamos muito tempo revezando, porque você não pode ficar muito tempo parado ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi a abordagem na agência? Vocês foram lá procurar o Pintado também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É, mas não foi eu que foi lá ... Eu não entrei ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não me recordo quem que checkou lá diretamente. Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava você, o Celso

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Walter.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Walter e o Juvandir?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, o Juvandir ele foi, mas ele foi lá visitar os parentes dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, desceu no aeroporto...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – E foi visitar os parentes dele lá na cidade de Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi para um lado e vocês três para outro?

Então, quem foi: o Walter ou o Celso? Ou os dois?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não me recordo ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ficou esperando lá de fora?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deputado, eu – dá licença um pouquinho? -, pelo próprio tamanho meu, como eu fui militar também, tem certos serviços que, na campana, se eu aparecer, mas muito rápido, o marginal tira eu como policial. Aí que é o serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já entendi. Quem foi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo, excelência, se foi o Walter ou se foi o Celso lá. Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas e aí? Não encontraram o Pintado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não encontramos.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que era de informação que eles trouxeram, já que você não foi, o Celso e o Walter? O que eles falaram com você?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Que era uma agência de carro e que, segundo informação, aquela agência ... O Laércio passou que aquela agência era do referido marginal que estávamos procurando, o Pintado. Só que, em momento algum, se é dele ...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o terceiro endereço, o que é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Era uma outra agência, próxima também.

O SR. OSCAR ANDRADE – E também não era.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – E não apareceu em momento algum.

O SR. ROBSON TUMA – E como é que era a agência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu passei muito rápido, né? Era agência de carro, agência de carro.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está dizendo que é um policial preocupado com investigação ...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – ...e, obviamente, para fazer campana, tem que se prestar atenção, não é isso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito, perfeito.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabe como era a agência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Era uma agência de carro, era uma agência de carro. Perfeito.

O SR. ROBSON TUMA – Isso eu sei, estou até dando o nome.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Inclusive, parece que foi um indivíduo que foi buscar vocês no aeroporto. O senhor não foi de táxi, o senhor foi de carona.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não tenho conhecimento, eu não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor vai se lembrar que o senhor foi de carona ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Escuta aqui, e o

O SR. ROBSON TUMA – Como é que é a agência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Era uma agência aberta, portão aberto.

O SR. ROBSON TUMA – Sim, mas como é que é a agência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não cheguei a adentrar na agência, só pela rua.

O SR. ROBSON TUMA – Eu não pedi para o senhor dizer como era dentro, mesmo porque, agência de automóveis não existe dentro, né? Existe só o telhado com os carros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. ROBSON TUMA – Era grande, era pequena, tinha muitos carros, não tinha...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, não era tão grande.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabe que o Sr. Paulo César Santiago foi indiciado pela CPI do Narcotráfico também pelo roubo de carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – E então?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá vocês não encontraram o Pintado. E aí? Laércio de novo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não...

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque não é possível: três endereços, um informante que vocês tinham tanta segurança nele que foram viajar 1.500km para ir buscar o Pintado, que era uma prisão importante como disse nosso Presidente aqui. Três locais que ele passa, não acha nada. E aí, como é que falava como ele, com o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele ficou um grande espaço de tempo sem fazer contato. Ele não fazia contato, constantemente, quando estávamos lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas foram algumas vezes?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele fez, mas foram bem pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Laércio estava na cidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ligava de onde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele ligava a cobrar. Não sei de onde.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas sim, se o telefone era seu aparece o número de onde vem.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho identificador de chamada. Não me recordo Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ligar a cobrar para um policial... mas um senhor é um policial... gastando do seu bolso: telefone, passagem...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos continuar.

Aí. Agência, os dois fizeram contato. Não era.

Agência vizinha. Não era também.

E aí, foram para o hotel.

Já era o segundo dia.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deputado, a informação, todos os dias girou sempre em torno dos mesmos endereços que nós tínhamos, na realidade a informação que nós tínhamos era esses três endereços. Então, fomos revezando, a própria equipe querendo preservar mais eu, por causa daqui lo que já expliquei, pela minha estatura, para não queimar o serviço, Ficamos lá durante quatro dias e não conseguimos ver o Pintado, nem nas duas agências como também no endereço que ele passou para nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Walter é baixo também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Walter é baixo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Terceiro dia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ficou sempre em torno disso que falei para V. Ex^a.

O SR. OSCAR ANDRADE – Rodando ali, quatro dias para vê três endereços. E nada.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nada. Não conseguimos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dia e noite. Aí para o hotel.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A noite as agências fecham, o endereço da residência não batia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que quatro dias?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque estávamos com aquela esperança de localizá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas já tinham checado que não era? Voltar no mesmo lugar, quando já tem a certeza que não era?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Esses marginais, eles são muito espertos. Por exemplo, eles vão em costar, eles colocam uma, duas, quatro pessoas no meio de les, para checar, para ver se tem alguém diferente. De repente, até no primeiro dia, vai ver, ele identificou que éramos policial, através de alguém ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos partir para o quarto dia, já que você não lembra os outros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quarto dia retornarmos para São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A que horas?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O horário exato não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Avião?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que companhia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem pagou?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós que pagamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pagou no cartão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A ida foi no cartão, que você afirmou. E a volta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas eu não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu cartão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Visa/Unibanco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só esse que o senhor tem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só esse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a fatura dos anos de 1997, 1998, para que possa ser quebrado o sigilo.

O SR. ROBSON TUMA – Tem que ser quebrado o sigilo bancário, fiscal e telefônico, principalmente desse número telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do telefone já foi pedido.

Quero fiscal e bancário, do cartão de crédito e das contas.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor, o Celso, o Marcelo foram PM?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Na mesma época?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. Eu e o Celso chegamos a trabalhar na mesma época...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ainda por cima o Jurandir foi PM também.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas em outra época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era da Rota também.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele trabalhou na Rota mas não na minha época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele trabalhou junto com o Celso.

O SR. ROBSON TUMA – Quais os outros trabalharam na Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu e o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Celso e Jurandir.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só que em épocas diferentes.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era o comandante?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na minha época passaram vários comandantes e posso citar alguns.

O SR. ROBSON TUMA – Não o comandante geral mas o comandante do batalhão, o seu chefe imediato na Rota.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Tive vários oficiais comandantes como o Capitão Cotinópolis, o Capitão Salgado...

O SR. ROBSON TUMA – Na mesma época?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Na mesma época que o Celso também estava?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque quando cheguei lá o Celso estava praticamente...Cheguei em 1980 e o Celso, se não me falha a memória, veio para a Polícia Civil, em 1981.

O SR. ROBSON TUMA – Entre 1979 e 1981 quem foi o comandante?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Peguei o Coronel Niomar Bezerra, o Coronel Ferrarini...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Ferrarini Deputado ou o Ferrarini...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Ferrarini Deputado. Cheguei a pegar ele como Comandante do Batalhão.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor lembra quem era entre 1980 e 1981, época em que todos vocês trabalhavam lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Como comandante do Batalhão o subcomandante era o Major Niomar e o comandante não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era o Governador?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Peguei o Dr. Paulo Maluf.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Niomar eu trabalhei com ele e foi ajudante de ordem do secretário...

O SR. ROBSON TUMA – Desses outros citados obviamente estiveram aqui na época da CPI do Narcotráfico. De todos esses policiais citados quais você sabe que trabalharam na PM?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não entendi.

O SR. ROBSON TUMA – Desses policiais o senhor citou o Jurandir, Celso, você e quais seriam os outros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer saber dos que foram convocados para hoje, aqui está a lista.

O SR. ROBSON TUMA – Não, estou falando de outros que foram citados na CPI do Narcotráfico. Vamos ver, o Daniel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Não o quê?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não trabalhou na PM.

O SR. ROBSON TUMA – Marcos Pereira.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço. Como Policial Militar não.

O SR. ROBSON TUMA – Alexandre Francisco?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também não.

O SR. ROBSON TUMA – E o Francisco Eduardo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Passou pela Polícia Militar.

O SR. ROBSON TUMA – Também na mesma época?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, ele fez escola de soldado e depois foi servir...

O SR. ROBSON TUMA – Mas foi da Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, só fez a escola de soldado.

O SR. ROBSON TUMA – Em que ano?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Se não me falha a memória, o Francisco Eduardo Manoel fez escola de soldado em 1979, se não me falha a memória.

O SR. ROBSON TUMA – Você não acha uma grande coincidência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O quê?

O SR. ROBSON TUMA – Vocês lá em 1979 e 1980 e 1981 juntos e agora com esse problema juntos novamente? Você acha que o destino trouxe sempre próximos?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nobre Deputado, na Polícia acontece uma coisa muito interessante e não estou dizendo que é o caso de sermos familiares. Somos amigos e colegas de trabalho.

O SR. ROBSON TUMA – Desde a época dos anos de 80, por volta dos anos 80.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Por exemplo, o Celso, fui reencontrar-me com o Celso agora depois que vim aqui para a Polícia Civil e que ele estava trabalhando em outra delegacia quando ele veio trabalhar no Depatri foi quando vim reencontrá-lo. Da época que ele saiu da Polícia Militar e veio para Polícia Civil, nunca mais tinha encontrado o Celso.

O SR. ROBSON TUMA – E o Dr. Marcelo, quando você começou a trabalhar com ele foi exatamente quando você e o Celso começaram a trabalhar juntos?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, eu já estava na primeira delegacia e o Celso chegou depois....

O SR. ROBSON TUMA – O Celso veio depois, o Dr. Marcelo foi quem o convidou para vir?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento disso, quem trouxe o Celso para o Depatri eu não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – Que feliz coincidência, a gente trabalha junto, depois de 15 anos, trabalha junto outra vez. O que você acha dessa coincidência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deputado, na Polícia...

O SR. ROBSON TUNMA – O senhor está nervoso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor, de forma alguma, não estou nervoso.

Na Polícia existem muitos parentes trabalhando porque é natural um ir levando o outro. Trabalham muitos amigos e o fato de encontrar é porque hoje você trabalha em um lugar, amanhã, depois, você vai trabalhar em outro lugar. Vou citar um exemplo: o nobre Senador, nessa época que o senhor pediu para me reportar o nome do comandante, o Senador foi homenageado. Eu estava trabalhando naquela época com um diploma Amigo da Rota. Hoje estou reencontrando o Senador aqui na CPI.

O SR. ROBSON TUMA – É bem diferente você trabalhar numa instituição e encontrar uma autoridade que é homenageada do que trabalhar com quatro caras que, posteriormente, são acusados de tráfico, de roubo de carga, enfim. Quantos processos o senhor teve dentro da Rota?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Exato não me recordo, mas já fui processado.

O SR. ROBSON TUMA – Mais ou menos.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Acredito que devo ter tido na Rota uns 5 ou 8 processos.

O SR. ROBSON TUMA – O Celso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho conhecimento de quantos processos.

O SR. ROBSON TUMA – O Marcelo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – O Jurandir?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – Mas o senhor acha que é uma grande coincidência ser acusado aqui, lá atrás também teve um monte de processo, veja que a

coincidência é bem diferente do que o senhor reencontrar alguém.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Deputado, hoje estou trabalhando no Depatri, amanhã posso trabalhar ou em outro Departamento...

O SR. ROBSON TUMA – Ou ser expulso da polícia.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ou em uma outra Delegacia.

O SR. ROBSON TUNMA – Me fala do PM Jordão.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não o conheço.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não conhece nenhum policial militar com o nome de Jorge?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Gozado, o senhor não se lembra do Carlos, não se lembra de nada, mas depois de 20 anos de polícia o senhor fala com uma convicção e com uma rapidez absurda: Jorge não conheço.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Em todos os momentos o senhor tem dúvida. Nesse, em 20 anos de polícia, o senhor tem certeza que nunca conheceu um policial militar de nome Jorge.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não conheço. De repente....

O SR. ROBSON TUMA – De repente, não, quero saber por que o senhor teve uma resposta com tanta convicção que em 20 anos... O senhor tem uma memória espetacular, e agora, buscando a sua espetacular memória, poderá dizer qual o carro que vocês saíram do aeroporto de Montes Claros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas o senhor se recorda que em 20 anos nunca conheceu um policial chamado Jorge?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – De repente, o conheci pelo nome de guerra.

O SR. ROBSON TUMA – Qual é o nome de guerra?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não sei, não o conheço. O meu nome é Juvandir Lino da Silva. Quando servi o Exército, o meu nome de guerra era Lino. Na Rota, o meu nome de guerra era Juvandir.

O SR. ROBSON TUMA – Sempre o nome: Jorge, Jorjão, Jorginho, Jor, Jão, o senhor ia lembrar.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não o conheço.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza absoluta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Absoluta.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

PM Jorjão eu não conheço.

O SR. ROBSON TUMA – O que o senhor me diz dessa coincidência?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Qual coincidência?

O SR. ROBSON TUMA – De vocês lá atrás ter problemas inclusive de processos, como você mesmo diz. Nós vamos pedir se são seis mesmos.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu vou dizer para o senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Depois agora, todos se reencontram e todos passam a ter problema outra vez.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Os problemas que eu tenho são todos defendendo a sociedade, Ex^a. Todos. Quando o senhor chegar o senhor vai verificar os processos que eu tenho são todos defendendo a sociedade.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor quer dizer em tão, pelo que eu estou entendendo que são... O senhor entende que sempre que um policial tem problema ele tem problema por defender a sociedade, porque o Estado é injusto. Quando um policial faz coisas erradas, tudo bem! Mas quando ele faz coisas certas ele é processado por defender a sociedade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu estou me referindo aos meus processos.

O SR. ROBSON TUMA – São todos os seus processos são processos dê?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu tenho processo na Justiça Militar, é o 205; na Comum, é o 121.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem! Eu poderia pegar agora o Código Penal e ficar procurando para todos ficarem sabendo aqui. Mas você pode explicar porque tem gente em casa assistindo que não têm o menor idéia do que são esses artigos.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Quais são?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – No Código Penal, eu tenho... No Código Civil eu tenho o art. 121. No Código Penal Militar....

O SR. ROBSON TUMA – O que é o 121?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É homicídio.

O SR. ROBSON TUMA – Então, você tem um homicídio. Pode falar a nomenclatura.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

Eu tenho um homicídio porque no Penal Militar, o 121 é 205, que também é homicídio.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o senhor tem homicídio e o que mais?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Tenho um 146.

O SR. ROBSON TUMA – Que é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Constrangimento ilegal.

O SR. ROBSON TUMA – Constrangimento ilegal.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – E tenho o 129, que é acidente de viatura com vítima.

O SR. ROBSON TUMA – O que mais?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – No momento...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor me disse seis. O senhor acabou de me dar três.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Acredito que os outros três devem ser também homicídio.

O SR. ROBSON TUMA – Homicídio.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Homicídios. Todos em serviço.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor acredita, mas não tem certeza.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Todos em serviço.

O SR. ROBSON TUMA – Então, Sr. Presidente, requeria a ocorrência de todos esses policiais tiveram na Polícia Militar e na Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não. Encaminharemos.

O SR. ROBSON TUMA – Obrigado.

Até então, o senhor não me contou dessa coincidência aí.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A gente se encontra na Polícia...

O SR. ROBSON TUMA – Você não acha que é muito estranho? Vocês são policiais militares, trabalharam na Rota na mesma época, se afastaram quan-

do todos vieram para a mesma corporação, se reencontraram, continuaram tendo problemas, aí você vai para a Bahia... Você foi para a Bahia também?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – É

Foi para a Bahia teve problema porque a Polícia prendeu vocês lá. Não é verdade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não estava neste momento...

O SR. ROBSON TUMA – Não estava neste momento. O Celso estava?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Que mentiu. Porque eu perguntei para ele e ele disse que não. E todo o mundo aqui é testemunho. Então, você está confirmando que eles foram presos e o Celso mentiu.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas eles não foram presos.

O SR. ROBSON TUMA – Espera aí. Foram, sim. Foram detidos para a delegacia, e depois, foram liberados, posteriormente, a pedido do delegado em São Paulo. Eu conheço bem a história.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eles foram conduzidos como se fossem assim à vontade, não é?

O SR. ROBSON TUMA – Para você conduzir o indivíduo à delegacia é porque você o deteve. Estou errado? Foram detidos e conduzidos.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mas chegando na...

O SR. ROBSON TUMA – Mas só um minutinho. Aí vocês vão para Montes Claros e lá tem um problema de indivíduo sempre com confusão, de alguém que roubou alguma coisa por alguma coisa. Vão a Montes Claros, passam, coincidentemente, em duas agências de automóveis procurando o indivíduo, mas passam em duas agências de automóveis que o proprietário é indiciado também por crime e tudo, que é também dono de uma agência de automóveis no Rio e Janeiro.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não tenho conhecimento.

O SR. ROBSON TUMA – É muita coincidência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, eu pediria, para poder adiantar, para o Juvandir até sair ficar sem contato, por favor, e chamar o Celso, que está sob nossa custódia o Sálvio.

Está melhor, Sálvio, está em condições? Quer alguma coisa, por favor, avise-nos, que suspendemos.

O que você teve?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu tenho um problema de coração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tomou o remédio agora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tomei. Fui medicado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Celso, o senhor conhece aquele senhor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – É Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Conheço-o como Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – É seu vizinho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era meu vizinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era seu vizinho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Até então.

O SR. OSCAR ANDRADE – Informante?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto, passava-me informações.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio. Quero, por favor, Sálvio, que me diga em que circunstâncias o conheceu e conte-nos aquilo que você já reafirmou na CPI.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conheci-o através do Alemão, que é o chiquinho, um conhecido dele, uma pessoa que vem passando para ele, troca, e é o seu informante também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Alemão que o apresentou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, o Alemão o conhecia também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era vizinho também seu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Alemão?

O SR. OSCAR ANDRADE – É.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Alemão morou tanto na vila Santana, como morou em Guarulhos, eu cheguei a morar na casa dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era vizinho dele mesmo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com certeza.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Alemão o apresentou a ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que não conhecia o Alemão.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, Excelência, não conheço o Alemão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele o apresentou sem conhecê-lo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não procede, são inverídicas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah! Não! Então, vai lá Sálvio!

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele conhece o Alemão sim, certo! Várias vezes estivemos juntos na casa do Alemão ou na casa dele mesmo, na casa do Celso mesmo. É o que eu posso dizer de como comecei a conhecer o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alemão é o Chico?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o Chico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é um marginal perigoso, que também colaborou com a Polícia em algumas situações, no caso do Celso.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor. Não só via Celso, ele tem, vamos dizer assim, amizade com várias pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele era pago para fazer prisões clandestinas e até para matar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com certeza!

O SR. OSCAR ANDRADE – Pago pelos policiais da Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Cada vez que se apreende uma carga ou que se apreende uma pessoa e se toma o dinheiro dessa pessoa, ele, no caso, teria o direito meio a meio daquilo que ele passava para eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Para o Alemão.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem conhecimento de que o alemão dirigia viatura da polícia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tenho sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com eles?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com eles, com outras pessoas dessa delegacia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – ...com o Celso, com a delegacia da 63, com a 24, com o pessoal

do Denarc. Ele é uma pessoa muito influente junto a essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar da ida para o Rio de Janeiro.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Vamos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A ida para o Rio eu já comentei da outra vez. Fomos eu e o Celso de Carro, no Monza dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Monza dele? De que cor?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Se não me engano, o Monza dele é azul.

O SR. OSCAR ANDRADE – A placa o senhor não lembra?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro da placa.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor tem um Monza azul?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Tenho um Monza. Era do conhecimento dele porque ele morava perto e sabia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a, se fosse possível, e até ao pessoal da rua, que sempre ia a minha casa, pode testemunhar que eu viajei para o Rio com ele nessa data...

O SR. OSCAR ANDRADE – Os vizinhos em comum?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Os vizinhos em comum, o pessoal da rua. Praticamente quase todos os dias ele ia a minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Saíram de casa para o Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No dia em que nós viajamos eu saí da minha casa. Ele foi me buscar em minha casa para irmos para o Rio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas vocês saíram?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nós saímos às 10 horas... Não, minto, era meio-dia certinho. Era para estarmos no Rio ao meio-dia e aí o pessoal do Dr. Marcelo se atrasou, queria ir de avião, nós acabamos saindo ao meio-dia e chegamos ao Rio só eu e o Celso, de carro só eu e ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só você e o Celso foram de carro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De carro só eu e ele, conforme já relatei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que foi de avião. Pagou passagem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu fui de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi de avião?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Garanto para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não foi com o Celso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo. Não procedem. Não são verídicas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos lá, Sálvio, e aí?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quando nós chegamos já encontramos o Dr. Marcelo, o Daniel e o resto do pessoal em frente à Riocar, na Barra da Tijuca, do Paulo César Santiago, que tem loja no Rio de Janeiro e em Montes Claros. Como já informei, o encontro era para ser ao meio-dia, uma hora, mas como chegamos às 5 horas da tarde não houve a possibilidade de encontrarmos as pessoas. Quando chegamos ao escritório, em Ipanema, ele também há havia fechado e já não tinha mais ninguém das pessoas com quem tinha que me encontrar para fazer a apreensão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você e o Celso de carro encontraram com o Dr. Marcelo e...?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Dr. Marcelo, Daniel, o Jura e mais duas pessoas que não sei o nome, as duas pessoas que o Dr. Marcelo relatou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês se encontraram onde? No aeroporto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, nós nos encontramos já lá na Barra da Tijuca, lá no Barra Shopping, na empresa do Paulo César Santiago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em que carro eles estavam lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu não me lembro dos carros. Esses carros em que eles estavam foram alugados no aeroporto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram ao Rio para...?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Para prender ou o Pintado, no caso seria o Pintado. Se pegássemos o Pintado, pegaríamos também o Paulo César e também o Pinduca, que morreu na semana passada.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso conhecia o Pinduca?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não ele não conhecia. A cana seria no escritório ou dentro mesmo da Riocar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí vocês chegaram atrasados?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nós chegamos atrasados.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas horas vocês gastaram de São Paulo ao Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Gastamos cerca de cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você sabe qual era o objetivo da prisão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O objetivo da prisão era, assim que ele estivesse com a cocaína, fazer a prisão deles, não para levá-los para a cadeia, mas para tomar o dinheiro deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é porque o Pintado era um preso importante?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era um preso importante. Como se diz na gíria, quando eu estava trabalhando com eles, iriam cair três peixes em uma rede só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era uma cana da pesada.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era uma cana da pesada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Pintado era muito perigoso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele é muito perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O objetivo era o cumprimento do mandado de prisão ou havia outro objetivo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não tinha cumprimento de prisão. A cana era para dar cana e tomar o dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem ia fazer isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A equipe inteira.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem prendeu o Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como já informei, ele já foi preso várias vezes pelo pessoal do Depatri, segundo eles mesmos, mas ele sempre paga algum dinheiro...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Paga uns duzentos mil?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O preço do acerto do Pintado é sempre de duzentos a trezentos mil por ele ser quem ele é.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o dinheiro é rateado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O dinheiro é rateado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que horas vocês voltaram do Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nós saímos do Rio às 7 horas da noite.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nega todas essas informações?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não são verídicas. Não precedem.

O SR. ROBSON TUMA – Foi ele quem lhe entregou o dinheiro falso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi no dia da cana do Sérgio, foi preso o Sérgio e a máquina de fazer placas, ele me deu o dinheiro para comprar a identidade do Sérgio para poder dar a cana. Depois eles mesmos preencheram a identidade para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei quem preencheu. Só sei que a identidade já veio pronta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te entregou a identidade?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o Jura. Laércio da Cunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jura é o ex-policial, que é amigo também...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Que fez parte da gangue do Sérgio também. No dia de fazer a campana para pegar o Sérgio, fui comprar o documento, o Jura ficou na campana, de longe, depois acompanhou o Sérgio até onde ele tinha a máquina, descobriu onde era. Posteriormente, deram a cana, porque era para tomar uma grana, mas como o cara não tinha a grana, estava endividado, parece, ele ofereceu a caminhonete, mas faltavam muitas prestações para pagar e eles não aceitaram. Levaram para o Depatri e fritaram. Segundo eles, não receberam nada, mas, sinceramente, não acredito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí foi que estourou no noticiário a prisão dele.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas dois meses depois essa pessoa estava na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Laércio, eu vou lhe pedir um favor. Procure não fazer deduções nem adivinhações. Vamos nos restringir aos fatos para podermos esclarecer com mais tranquilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nega a ida para o Rio com ele...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Fui de avião. Em momento algum eu neguei que eu tivesse ido para o Rio. Eu fui.

O SR. ROBSON TUMA – Com ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos checar na companhia aérea. É fácil.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Perfeitamente.

O SR. ROBSON TUMA – Mas aí é que está o problema. Ele pode ter ido duas vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tem todo um aparato. É o mesmo dia em que o Dr. Marcelo viajou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente o mesmo dia da passagem do Dr. Marcelo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu gostaria de enfatizar também que nesse mesmo mês em que fizemos essa viagem para o Rio eles fizeram outra viagem sim. Eles foram prender uma moça no Estado do Rio. Inclusive, a pessoa que foi seguindo foi o Jura. Era uma traficante que estava sendo procurada, mas essa moça foi presa em Niterói.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi perto desses dias?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Um mês antes da vez em que fomos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Dr. Marcelo foi também?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Temos que checar. Então, o Dr. Marcelo teria ido duas vezes ao Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No caso, duas vezes. Já enfatizei para o senhor. Será descoberto através dos dois carros que foram alugados no aeroporto Santos Dumont. Aí vai comprovar que estou falando a verdade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alugado em nome de quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De algum deles. No caso, o Dr. Marcelo, que foi de avião, o Daniel, o Jura ou as outras duas pessoas que ele citou o nome.

O SR. – (Inaudível)

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não lembro, porque na hora em que entregamos o carro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O board do voo está no processo do Marcelo. Ele tem os horários de chegada, o número do voo e tudo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele pode ter ido num outro voo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas vamos identificar esse e buscar o outro vôo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu queria prosseguir. Posso? Do Rio, ele já negou tudo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acho que é importante frisar bem isso, porque sinto que o que ele está dizendo está seguro. Pela primeira vez, vejo isso. “Não fui ao Rio, fui de avião”. Ele está seguro dizendo isso. Agora, estou vendo que tem duas viagens. Então, temos que checar bem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Celso, qual o motivo que levaria o Laércio a inventar, a mentir, a criar tudo isso? Por quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho idéia do que passa na cabeça dele Excelência, não posso imaginar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Seu amigo, vizinho...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu conhecia uma pessoa que se intitulou como caminhoneiro, eu tinha ele como uma pessoa de bem, não estava escrito na testa dele que ele era puxado de cadeia, estava condenado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor vai me desculpar. Quem lhe relata, lhe dá informações de quadrilha de ladrões, vocês vão, efetuam as diligências e se confirma. Não dá para aceitar que se achou que era um simples caminhoneiro. Se bem que ele recebeu, segundo as informações dele, a identidade de Laércio como caminhoneiro, batizado por vocês, inclusive a profissão. Antes disso ele não era caminhoneiro. Eles batizaram inclusive a profissão quando lhe deram a identidade. Confirma isso? Não era caminhoneiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi batizado quando te deram o nome de Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu já dirigia, mas não tinha carta como caminhoneiro. Passei a ser caminhoneiro a partir do momento que eles me deram o documento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E foi batizado junto. Nome novo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E tu ganhaste carteira de motorista de caminhoneiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Os documentos vieram completos, carteira de motorista, identidade, CPF.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Barba, cabelo e bigode.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Celso, com todo o respeito, queria lhe advertir, procure não mentir porque isso pode caracterizar um crime e a CPI pedir providências que serão desagradáveis. Então, procure pensar bem, porque há meios de comprovar quem está faltando com a verdade, porque temos dados de viagens, passagens aéreas, aluguel de veículos, e se chegarmos à conclusão de que a mentira é sua, para ele não, porque já está preso, mas para você serão bastante desagradáveis as providências que a CPI vai pedir. Eu só estou lhe dando um alerta, não uma ameaça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi ao Rio para quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Para localizar o Marcos Belo, mandado de prisão e ofício de apresentação e tudo junto à delegacia. Assaltante de banco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha assaltado recentemente um banco.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele é autor de vários bancos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas o senhor foi lá, é uma viagem. Saíram em quantos policiais? Em quatro, mais um cinco como delegado. Saíram em cinco, quer dizer, era uma coisa... saíram ao meio-dia daqui para chegar à tarde e voltar no final da tarde. Quer dizer, é uma coisa meio urgente, era tirar o pai da força. Ele tinha feito um assalto mais recente, uma coisa mais...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha... com um mandado de prisão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De quando era o mandado de prisão? Daquela semana?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu não recordo, porque quem estava supervisionando o trabalho era o Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então eu vou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês ficaram três, quatro horas no Rio para cumprir um mandado de prisão e resolveram não cumprir voltaram.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como o mesmo não foi localizado. O endereço não foi localizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas três, quatro horas está bom para quem vai prender alguém.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele não se encontrava, segundo informações ele não se encontrava mais lá.

O SR. ROBSON TUMA – Um minuto, um fato importante, Laércio eu prefiro que você relate.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No dia que estivemos no Rio, pelo celular do Celso e também do Jura, foram feitas duas ligações para Riocar, certo, para tentar entrar em contato com o Pinduca, quem atendeu foi a telefonista da Riocar. Eu fiz a ligação do telefone dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do telefone do Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – 91912144 o telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse telefone era seu na época?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto, era meu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essas ligações foram feitas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desconheço. Não foram.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos pegar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma vez o senhor deu o seu telefone para ele, emprestou, deixou ele andar com o seu telefone?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Doutor, o senhor me dá licença de eu pedir para o meu advogado a minha agenda que eu vou dar o outro telefone que eu fiz a ligação também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Encontra-se presente a Deputada Telma Souza, membro titular da CPMI.

O SR. ROBSON TUMA – Deixa eu fazer uma pergunta. Eu perguntei para o Celso naquele momento na Bahia se eles tinham sido detidos e ele disse que não. Não foi isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Policiais interferiram no nosso trabalho, policiais militares.

O SR. ROBSON TUMA – Interferiram no seu trabalho? O senhor estava na área deles e eles interferiram no seu trabalho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nós estávamos com um mandado, com um ofício.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Comunicaram ao delegado da Cidade?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Quando saímos da Capital São Paulo nos dirigimos a Vitória da Conquista, e lá o assessor do Secretário da Segurança Pública do Estado da Bahia determinou o mandado judicial com ofício, apresentamo-nos inclusive à Regional, que cedeu dois policiais que nos acompa-

nharam na diligência e efetuamos a diligência. Foi quando detivemos as duas pessoas, foram apreendidos os carros e no caminho passamos por Caitité. Quando estávamos chegando à Guanambi, houve um cerco. Mas em Sebastião de Laranjeira tínhamos entrado em contato inclusive com a Delegacia local também. O Delegado de lá é um sargento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês encontraram com o Laércio onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Caitité.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem encontrou com o Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só você. O Ju van dir não.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, só eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Juvandir, o Daniel. Foram você, Daniel, Orlando e Farias?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera aí que eu estou errando a viagem. Quem foi para a Bahia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu, o Daniel e o Juvandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você, o Daniel e o Juvandir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Orlando e o Farias não?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Orlando e Farias foram para Montes Claros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, Rio de Janeiro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você se encontrou em Conquista, Caitité, onde?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nós nos encontramos em Caitité, no dia que foi feita a apreensão do Beto Laranjeira e de lá prosseguimos. E ficamos num hotel em...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas encontrou só com ele ou com todos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com todos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com Juvandir...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De São Paulo estava o Juvandir, o Celso, o Daniel e mais dois policiais da delegacia de Vitória da Conquista.

O SR. ROBSON TUMA – E você sabe da história da cana deles na Bahia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo, porque nós nos dividimos. Foi eu, o Juvandir e um po-

licial de Conquista fomos até Minas, que é uma cidade fronteira com a Bahia e ficou Celso, Daniel e um outro policial de Vitória da Conquista que foram até Sebastião Laranjeira fazer a apreensão do fazendeiro.

Quando nós chegamos em Minas, eu, o Juvandir e esse outro policial, essa pessoa estava dentro de um sítio, com um dos carros roubados que pertencia a Beto Laranjeira. Essa pessoa também é fugitiva da Justiça de São Paulo. Eu fui até o sítio, eu e o Juvandir, pegamos o rapaz, o carro e voltamos para a Bahia. Quando chegamos na Bahia, o Celso e o Daniel que já vinham de volta, já estavam inclusive no hotel, estavam na delegacia e ligou para nós no celular e falou que a Polícia Militar tinha pego eles. Uma hora depois, o Beto Laranjeira já estava solto. Aí pegamos os carros, eu fui para Caititê e eles levaram o carro para Vitória da Conquista. Dois dias depois, eu liguei para ele porque eu estava sendo pressionado lá pelo Beto Laranjeira, porque ele ficou sabendo que eu tinha participado junto com eles da cana e fui levado para Vitória da Conquista, o Celso mandou o dinheiro na conta de um policial de Vitória da Conquista para eu voltar para São Paulo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você convivia com ele, era seu vizinho, não é isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você confirma esse dinheiro que você mandou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na conta de um policial lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo, não mandei.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram R\$80,00 para a passagem de Vitória da Conquista. Não estou lembrando do nome do policial agora no momento, mas vou lembrar o nome dele, com certeza.

O SR. ROBSON TUMA – Na agenda não tem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não tem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sálvio, você era vizinho do Celso, não é isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nas viagens vocês comentavam alguma coisa fora esse assunto da Polícia, do Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como assim?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Por exemplo, como é que eles chegaram – eles são amigos, Juvandir, foram ex-PMs – todos no Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei. Isso aí eles não falaram.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não comentaram com você?

O SR. ROBSON TUMA – Não comentaram que trabalhavam no Batalhão da Rota, nada disso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Comentaram, que tinham trabalhado como PM, mas não comentavam para mim especificamente o que eles faziam.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você já esteve na casa dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já, várias vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, ele já esteve na sua casa, confirma?

Não, já teve dentro da sua casa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dentro da minha casa não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você teve dentro da casa dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como é que a casa dele? Vamos descrever a casa dele.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A casa dele é numa rua próxima à rua que eu morava. Tem a casa da mãe dele e encosta do lado da casa dele..... A casa dele e a casa da mãe dele se dividem.

O SR. ROBSON TUMA – Mas e dentro da casa?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na frente é a garagem, você entra tem um corredor, entra pela cozinha para chegar até a sala. Tem uma estante preta, uma televisão de 29 polegadas, um sofá, à época em que fui lá, a cor era marrom, não sei se já mudou. Ele tem dois filhos que conheço muito bem, a esposa dele, certo? Ele é uma pessoa que tem bastante passarinho dentro de casa. O que mais tem dentro da casa dele é passarinho, porque ele compra passarinho até do Alemão para levar para o sítio.

O SR. ROBSON TUMA – Ele tem um sítio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem. Ele tem um Voyage e um Monza.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Confirma?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É verdade disso?

O SR. ROBSON TUMA – A sua casa é assim?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A minha casa tem um corredor, tem quatro cômodos...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não precisa dizer o que é, mas em relação ao que ele disse, a garagem é na frente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Descreveu bem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Veja bem, pode ter entrado lá eventualmente na minha ausência, porque o portão fica aberto, o portão normalmente fica aberto. Nada impede dele oportunamente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você gosta de passarinho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu tenho passarinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Poucos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Curió?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, curió não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem algum com nome alemão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, com nome alemão não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passarinho o senhor tem, confirma? A sua casa é cheia de passarinho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Gosto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O sofá é marrom ainda?

O SR. ROBSON TUMA – A estante é preta?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mudou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – A televisão é 29 polegadas?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tem. 29 polegadas é.

O SR. ROBSON TUMA – Lembrar de um fato desse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem dois filhos?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nas paredes, não lembra algum quadro característico?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Acabou de confirmar. Acabou.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estava falando do outro telefone que liguei para a Riocar foi 99574416, que é do Jura.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem nessa sua relação?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tem..

O SR. ROBSON TUMA – Era da agenda dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quando lá em Rio Claro, Montes Claros, quando foram lá, ficaram quatro dias, você falava todo dia com eles?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Comuniquei-me com eles de Brasília e de Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você não estava na cidade?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, tinha ido para Goiânia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então é fácil, quebra o sigilo e...

O SR. ROBSON TUMA – Como é que o senhor foi para Goiânia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De Tempra. Tinha um Tempra na época em que comprei na mão do Paulo César Santiago.

O SR. ROBSON TUMA – Aquele Tempra do Paulo César que virou confusão.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Aquele Tempra enrolado.

O SR. ROBSON TUMA – O que deu no final?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles tiraram o dinheiro lá do Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não posso falar que tiraram, como falei para o senhor. Quando nós chegamos com outro carro, um Fiat Uno preto, e a pessoa que estava com carro um fugitivo daqui de São Paulo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, lá em Montes Claros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em Montes Claros não estava lá, só ligava para lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não sabe se tiraram o dinheiro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não sei.

O SR. ROBSON TUMA – Como você chegou para comprar esse carro do Paulo César...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Paulo César foi a história lá de Recife

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem, mas quem te apresentou o Paulo César?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Pinduca.

O SR. ROBSON TUMA – E você que entregou o Pinduca para eles?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi. Eu comecei a levantar.

O SR. ROBSON TUMA – Até então eles não conheciam o Pinduca?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Houve o interesse em prender o Pintado, que estava junto com o Pinduca e o Paulo César, houve o interesse, e foi onde narrei para eles que o Paulo César era envolvido com a droga, que os carros iam para Fortaleza, Rio de Janeiro tudo cheio de droga. Houve interesse em dar cana para tomar o dinheiro. Eles queriam que eu arrastasse o Paulo César até São Paulo. Eu não tinha condições de arrastar o Paulo César até São Paulo então foram até Montes Claros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque tinha Rio e Montes Claros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Rio e Montes Claros, por que tem a Riocar...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Paulo César já foi ouvido?

O SR. ROBSON TUMA – Foi ouvido. Ouvimos no Rio de Janeiro ele e o irmão, que é Deputado Estadual. O Deputado não foi indiciado pela CPI, mas ele foi indiciado pelos crimes de... A Riocar tenho de cabeça porque foi eu que indiciéi por lavagem de dinheiro e ele foi por...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tráfico de drogas e formação de quadrilha.

O SR. ROBSON TUMA – É. Deixa eu confirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, o senhor tem um voyage?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tenho um Voyage 86. É o meu carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Monza?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tenho um Monza também. Está quebrado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Monza é azul?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então espera aí, você quer que ele fale a cor do Voyage ou não precisa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É óbvio que ele vai acertar porque passava em frente à minha casa todo dia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então vamos dizer, lá nos fundos. Você já esteve nos fundos da casa dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nos fundos da casa dele? Estive nos fundos da casa da mãe dele. Tem um sobradinho atrás. Já subi uma vez porque fu-

giu um passarinho, foi pegar esse passarinho dentro da casa dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ele estava?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estava, lógico. Nunca entrei na casa dele sem a presença dele. Quando chegava na casa dele, se ele não estava, eu ficava na varanda, certo, até ele chegar, ligava para ele, ou pedia para a esposa dele ligar, ficava aguardando ele. A última vez que estive na casa dele foi quando informei para ele que a CPI do Narcotráfico, eu ia me entregar para a CPI do Narcotráfico. Ele ligou para todas as outras pessoas e informou, certo? Eu apresentei até o cartão do Saulo Gomes para ele e fui direto na CPI e me entreguei.

O SR. ROBSON TUMA – Que dia foi isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só o seguinte...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele não o ameaçou não?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, na hora ele não chegou a ameaçar não porque acho que ele nem acreditou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, gostaria de requerer a presença, se possível, na data de amanhã, da esposa do Celso. Qual o nome dela, Celso? Dona Vera Lúcia?

O SR. ROBSON TUMA – Ou hoje, ou já ou não adianta. Eles vão conversar. Ou pede para ir buscar imediatamente, se ela já não tiver vindo à TV da Assembléia, não adianta.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está ao vivo na TV da Assembléia? Não, né? Isso aqui é TV Senado.

O SR. PRESIDENTE (Robson Tuma) – Onde é o endereço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Rua Lírio da Serra, 99, Bairro Parque Guarani.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é que veio com o senhor hoje?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Dr. Hamilton.

O SR. ROBSON TUMA – Só ele? Veio algum colega junto, alguém?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, o Dr. Hamilton me acompanhando.

O SR. ROBSON TUMA – Só? Mas veio algum colega policial, alguém, algum amigo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Então, só para não usar o telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Vamos confirmar aqui. A casa da sua mãe é emendadinha à sua casa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É, ao lado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E lá nos fundos tem esse, como é que o senhor chamou lá, Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Um sobradinho.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Uma edícula.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Confirma o que ele disse então?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não só confirmo como falei para o senhor, eventualmente o portão, se alguém passar lá, vai ver que está aberto.

O SR. ROBSON TUMA – Mas aí é na sua mãe, já não é nem na sua casa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Os portões normalmente ficam abertos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os portões.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele tinha tanta intimidade de a fim de poder entrar na casa da sua mãe e na sua?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Primeiro, veja bem, eu nunca disse...

O SR. ROBSON TUMA – Para entrar na casa de um policial sem ser autorizado é um louco, um doente mental então, tentando morrer. Então ele tinha intimidade de para isso. Está aberto, vai entrando. É isso, você tinha intimidade?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Batia e chamava. Para eu entrar sem a permissão de ninguém, nunca fiz isso não. Sem pre que en trei lá foi com a presença dele. Nunca entrei dentro da casa dele sem a presença dele lá dentro. Quando ele não estava, eu ficava na varanda aguardando.

O SR. ROBSON TUMA – E quando o senhor entrou na casa da mãe dele, entrou por quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sempre com ele, sempre que às vezes a gente vinha para o Depatri ou saía para fazer alguma diligência era sempre com ele, nunca entrei sozinho.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos ali na minha mãe, você ia junto.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sempre que chegava na casa dele pela manhã, ia tomar um café na casa da mãe dele.

O SR. ROBSON TUMA – Você diz que você foi lá avisá-lo que iria se entregar para a CPI do Narcotráfico. Certo? Aí ele pegou o telefone na sua frente e começou a ligar para os outros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, isso já foi à noite, fui para casa e no mesmo dia tratei de sair

de casa e tirar a minha família de casa e no outro dia me entreguei à CPI.

O SR. ROBSON TUMA – E eles foram atrás de você em casa?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram.

O SR. ROBSON TUMA – Quando?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo a minha família, várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Celso, fique tranquilo que ninguém vai buscar a sua esposa por que ele já deve ter sido avisada, então ela não precisa sair de casa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Agradeço, porque tenho três crianças pequenas e acima tudo, do meu trabalho e o respeito que tenho pelo senhor e a admiração, tenho pelos meus filhos, é o que quero mais preservar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Provavelmente perder-se-ia a viagem e então seria um constrangimento infrutífero.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então fica suspensa a diligência.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Agradeço. Eu admiro o senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONE – Sálvio, você presenciou alguma transação de dinheiro por parte deles?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles recebendo dinheiro de ladrões de cargas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De ladrão de cargas, de ladrão de carro, várias vezes. Esse dinheiro sempre era partido numa padaria 24 horas, no Terminal Ari Carvalho, ou senão no Mombaça.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Partido com quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Partido com a equipe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, mas quem recebia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Geralmente ou era o Celso, quer dizer, ficava um. Hoje ele trabalha com outra pessoa, que é o Toninho também, que não citei, mas quando eu me entreguei para a CPI, ele estava trabalhando com o Toninho, é policial também, do Depatri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor trabalhava com o Toninho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Trabalhou com o Toninho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Trabalhei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Até quando?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Faz uns três ou quatro meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que parou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que você sabe que parou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não estou falando que depois ele começou, depois que ele saiu da primeira do Depatri e foi para segunda do Depatri, que é a do roubo de carga, da Divecar, ele passou a trabalhar com o Toninho. Aí quem trabalhava sempre era ele, o Jura e o Toninho, porque aí a equipe se desfez porque o Daniel tinha feito uma cachorrada com a equipe, que foi o negócio das velas e dos pneus da Magion, aí a equipe se desfez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jura é o Juvandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Jura é o outro que não é policial. Aí o Jura foi para uma outra equipe, o Juvandir foi para uma outra equipe, o Daniel foi para uma outra equipe e o Celso ficou com o Toninho e o Jura trabalhando juntos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como esse dinheiro era pago? Você sabia da fonte de onde vinham 200 mil para soltar o Pintado? De onde vinha?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A fonte de que vinha o dinheiro eu não sei, deveria ser do dinheiro dos carros-forte que ele rouba, das cargas.

O SR. ROBSON TUMA – Era muito dinheiro sempre nessas divisões?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Sempre as prisões que são feitas, é feito um acerto; esse acerto pode ser de 100 mil, de 40 mil, de 10 mil, mas tem que haver o acerto.

O SR. ROBSON TUMA – Então ele é um... Tem dinheiro ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei se ele está com dinheiro. Ele deve saber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tinha parte nessas divisões?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Eu já falei, repito, falei na CPI do Narcotráfico, vou falar aqui de novo. Eles, geralmente, me davam 300 reais, por três vezes – isso já está gravado na outra CPI, eles me deram 1.200 reais. Certo? Eu posso até tentar

lembrar de quais foram essas canas que eles me deram 1.200 reais: uma foi a do Didi (o do i do), ou tra foi a dos pneus da Magion, dessa dos pneus da Magion e das velas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles deram as velas e retomaram as velas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – As velas foram dadas e foram retomadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mandaram você ir comprar em São Judas para poder pagar promessa.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Agora, essas velas aí, o interessante delas é que era para ter enfiado em outro comprador deles e depois dar a cana nesse outro cara que eles venderam, que era o Pêrsio. Aí, que eu falo que o Pêrsio é a chave do negócio, porque o Pêrsio é o testa-de-ferro de vender as cargas que eles pegam.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pêrsio? Lembra do Pêrsio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece o Pêrsio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, senhor, não procede.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quem, geralmente, lhe pagava?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Geralmente, quem me dava o dinheiro ou era o Celso ou era o Jura.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quais são os bancos em que você tem conta?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Somente o Banespa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE -Banespa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE -Você declara Imposto de Renda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Declaro. Inclusive, tem cópia na Correção, quando eu fui ouvido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua esposa trabalha?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ela tinha oficina de costura. Mas atualmente não trabalha, pelo fato de ter três crianças pequenas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você responde a algum processo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nenhum.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo que ela não trabalha?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Três anos, mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que seu salário é de 1.900 reais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É de R\$1.900.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bruto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Bruto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Líquido é de quanto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É de 1.600 reais

O SR. OSCAR ANDRADE – Dá para manter dois carros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Dá, porque eu faço um trabalho também e posso provar, que eu faço de segurança de uma empresa distribuidora de bebidas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fora do horário de trabalho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que não é legal isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – De bebida, Skol.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome da empresa? O nome da Distribuidora?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É Skol.

O SR. OSCAR ANDRADE – Skol é a cerveja.

O SR. CELSO DOS SANTOS – A Distribuidora é do Tininho.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele tem a Distribuidora de Cervejas Skol.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. ROBSON TUMA – Mas a distribuidora tem nome.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tem uma distribuidora que é chamada Tininho.

O SR. ROBSON TUMA – Distribuidora Tininho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso. Correto

O SR. ROBSON TUMA – Quanto o senhor recebe?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É em torno de três mil, mais ou menos, fazendo escolta e segurança da Skol.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há quanto tempo você trabalha para essa empresa?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tem muito tempo. Desde a época em que eu era PM.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o endereço de lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É na Avenida Limoeiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Número?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O número, de cabeça, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas há quantos anos você trabalha lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Mas é na escolta, na rua.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você recebe alguma coisa da rua?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. A pessoa me paga e de cabeça, veja bem, de cabeça ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é o bairro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Limoeiro. No momento não me veio à cabeça o número.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você ganhava 3 mil por mês?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mais que na polícia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mais que na polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é há quanto tempo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Desde de quando eu era militar.

O SR. ROBSON TUMA – Só um parêntese aqui, Deputado. Para ganhar mais do que na polícia, não precisa muito, é um estado de miséria.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu já trabalhava desde a época em que eu era militar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois anos, cinco anos, dez anos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Não. Dezesesseis anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dezesesseis anos você trabalhou com o Tininho.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto. Isso. Sempre fazendo escolta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você trabalha que hora?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No horário mais de pico. No sábado, domingo e feriado, quando ele vai fazer entrega de uma carga grande.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sábado e domingo se faz entrega de carga?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Faz, faz.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sálvio, você tem conhecimento de que ele trabalha lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, nunca soube que ele trabalhava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem o telefone do Tininho?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Agora, no momento, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem tem? Na sua casa tem?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, na minha casa não tem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor trabalha há três anos lá, faz segurança...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dezesseis anos.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Há dezesseis anos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E não tem o telefone dele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, não tenho o telefone, porque mudou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É mais ou menos como eu ser Deputado e não ter o telefone da Câmara.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse pagamento é feito de que forma? Oficial? Declara no imposto de renda?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, porque, veja bem, nem sempre ele paga essa importância, o valor de três mil e duzentos para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem sempre?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nem sempre. Nunca a mensalidade equivale. Depende...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você cobra por tarefa, por serviço?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas recebe o dinheiro... Então, o senhor recebeu, na média, três e duzentos. Então, o senhor recebeu quarenta mil no ano?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Se eu fizer... Dependendo do número de escoltas...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é “se eu fizer”. Não é o que o senhor vai receber, o que recebeu. Recebeu quarenta mil no último ano?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quase, aproximadamente.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor trabalha desde quando lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando eu estava no Batalhão de Rota ainda, o 1º Tobias.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor trabalhou lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Trabalhei, isso.

O SR. ROBSON TUMA – Depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Continuei trabalhando constantemente. Só que, antes, eu fazia um período. Agora, sou chamado para fazer as escoltas, não é?

O SR. ROBSON TUMA – Então, me explique uma coisa: a sua casa é própria?

O SR. CELSO DOS SANTOS – É.

O SR. ROBSON TUMA – O seu sítio...?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho sítio.

O SR. ROBSON TUMA – Como não tem sítio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não tenho sítio. Quem seria eu para ter um sítio? Eu gostaria de ter um sítio realmente.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei se está no nome dele, mas que ele tem, tem.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que você sabe que ele tem um sítio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Porque todo final de semana ele vai para o sítio.

O SR. ROBSON TUMA – E onde fica o sítio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Se não me engano, acho que é para o lado de Mogi das Cruzes.

O SR. ROBSON TUMA – Você nunca vai para o sítio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não procede.

O SR. ROBSON TUMA – Você não tem sítio, não passa o final de semana no sítio de ninguém?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Meu irmão, sim, meu irmão mora num sítio. Talvez ele tenha se equivocado. Normalmente, eu vou lá.

O SR. ROBSON TUMA – Está ótimo, não precisa nem continuar.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele mora com o sogro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seu irmão faz o quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele trabalha com divisórias e lambril.

O SR. ROBSON TUMA – Alguém que comete um equívoco pequenininho assim, que sabe das coisas, sabe do sítio, onde fica – é do irmão ou não –, é alguém que realmente tinha um convívio muito grande.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele era meu vizinho.

O SR. ROBSON TUMA – Vizinho não sabe. Meu vizinho não sabe aonde eu vou ou o que faço, a não ser que ele tenha amizade comigo, frequente minha casa e fique sabendo da minha vida. Então, ele está provando que tinha contato muito mais íntimo do que o senhor está alegando. Correto? Como é que ele ia saber detalhes de um sítio de um irmão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Talvez... Ele está alegando que o sítio é meu.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo bem, mas sabe do sítio, e o sítio existe. Vamos esquecer de quem seja. Como é que ele saberia? Pior ainda, se não é seu, como é que ele saberia que o seu irmão tem um sítio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com o fato de ele ser vizinho, ele sabe a atividade... o horário que você sai, para onde você sai.

O SR. ROBSON TUMA – O fato de ser vizinho não justifica. Mas você falou da Rota. Alguns desses policiais que estão aqui também foram da Rota na mesma época do senhor.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Juvandir.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era o Comandante? O senhor estava ali quando eu estava perguntando, não é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Corretamente.

O SR. ROBSON TUMA – E não tinham um pedido para o senhor se retirar sem ficar aqui ouvindo?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não.

O SR. ROBSON TUMA – E quem era o Comandante de vocês na Rota?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Coronel Lindomar, o Ferrarini...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está dando a mesma resposta. Não teve mais nenhum outro?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Que eu me recorde de cabeça, não. O Ubiratan...

O SR. ROBSON TUMA – Não, porque, quando ele estava aqui, falou de um Coronel. Depois, ele parou e começou a falar de outros dois, que era o Ferrarini e esse outro. Então, eu queria que o senhor se lembrasse exatamente aqueles que foram e se o chefe imediato, estou dizendo o Comandante-Geral da Rota, não é isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Comandante do Batalhão.

O SR. ROBSON TUMA – O Comandante do Batalhão.

Quem era o chefe imediato?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Capitão Nacarrada.

O SR. ROBSON TUMA – E depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tinha três companhias.

O SR. ROBSON TUMA – Quais eram?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu trabalhava em uma.

O SR. ROBSON TUMA – Sempre foi ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – No período que trabalhei, sim.

O SR. ROBSON TUMA – Então o Comandante-Geral foi o...

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Comandante-Geral, não, do Batalhão.

O SR. ROBSON TUMA – Do Batalhão quem foi?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Tinha o Coronel Lindomar e depois o Ferrarini.

O SR. ROBSON TUMA – E depois?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ubiratan.

O SR. ROBSON TUMA – E antes dos três?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não me recordo. Em face do tempo decorrido, não...

O SR. ROBSON TUMA – Nesse tempo todo foi sempre o...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Lembro desse, dos coronéis...

O SR. ROBSON TUMA – Como é Tacarracha, como é?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Nacarrada.

O SR. ROBSON TUMA – ...que foi o comandante de vocês?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Da companhia.

O SR. ROBSON TUMA – E vocês eram da mesma companhia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, da mesma companhia não. O Juvandir é de uma e eu era da outra. É o mesmo batalhão, não a mesma companhia.

O SR. ROBSON TUMA – E a amizade veio de lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Veio de lá.

O SR. ROBSON TUMA – Quem te convidou para ir trabalhar com o Dr. Marcelo? Foi ele mesmo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não conheci o Dr. Marcelo. Nunca ele me convidou.

O SR. ROBSON TUMA – Como você foi parar lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu já havia trabalhado há 16 anos no antigo Deic, roubo a banco, na

quinta do patrimônio. Aí fui para o Degran, antigo Degran, que hoje...

O SR. ROBSON TUMA – É o Depatri.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, Depatri é o nosso departamento.

O SR. ROBSON TUMA – Antigo Degran. Tudo bem.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Como o senhor foi parar lá com o Dr. Marcelo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Quando eu estava trabalhando na Zona Leste me convidaram para eu trabalhar na 2ª da Divecar, o chefe Lima. Aí trabalhei na gestão dele. Aí foram para o Denac. Foi trabalhar na divisão. Foi convidado para trabalhar na divisão. Aí fiquei e fui trabalhar na 1ª de roubo. Até então não conhecia o Dr. Marcelo.

O SR. ROBSON TUMA – Quem te convidou para ir para a 1ª de roubo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Pedi para ir.

O SR. ROBSON TUMA – Por quê?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Porque o chefe da divisão, eu o conhecia, então pedi para ir trabalhar na 1ª.

O SR. ROBSON TUMA – E quem era o chefe da divisão da 1ª?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, do Patrimônio. Na época, deixo-me lembrar o nome dele agora... Não vai vir o nome dele...

O SR. ROBSON TUMA – Disse que conhecia quem fazia as mudanças ou você conhecia quem estava na 1ª?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, estava na divisão. O chefe que estava na divisão. Trabalhou...

O SR. ROBSON TUMA – Qual era o seu interesse de ir para lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Porque é uma delegacia que esclarece roubos, uma delegacia que está em evidência.

O SR. ROBSON TUMA – É verdade. O nome acho que é coincidente com o que ela faz, mas quero saber qual era o interesse do senhor estar lá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Interesse? De trabalhar, de ser dinâmico. Veja bem, a...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não poderia ser dinâmico em um distrito policial, em uma delegacia de homicídio...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sempre fui. A partir do momento em que trabalhei no Degran, sempre fui.

O SR. ROBSON TUMA – ...no Denarc ou em vários outros órgãos, ou só esse é dinâmico, os outros não servem para nada?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Porque é uma delegacia especializada.

O SR. ROBSON TUMA – O Denarc também. O DHPP também.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O fato de trabalhar em uma delegacia e em um departamento de uma delegacia especializada é outros status. Parece... Tem mais facilidade de trabalhar, de...

O SR. ROBSON TUMA – Isso não justifica. O senhor sabe que não justifica.

O SR. CELSO DOS SANTOS – A facilidade, porque...

O SR. ROBSON TUMA – Tinha algum amigo seu lá? O Dr. Marcelo já estava lá.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mas ainda não o conhecia.

O SR. ROBSON TUMA – O Jurandir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Jurandir não.

O SR. ROBSON TUMA – E o Juvandir?

O SR. CELSO DOS SANTOS – O Juvandir?

O SR. ROBSON TUMA – É.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele trabalhava na 1ª.

O SR. ROBSON TUMA – Já estava lá também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Estava lá na 1ª.

O SR. ROBSON TUMA – Foi ele quem te convidou “Vem para cá. Estávamos juntos lá no passado. Foi legal”

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, negativo. Se fosse, eu diria para o senhor. Não tenho por que mentir.

O SR. ROBSON TUMA – Não teve. Por que o senhor me ouviu perguntando e ele diz que não. Talvez seja só por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, solicito que urgenciemos a acareação, porque Sálvio não está bem. Então pediria para podermos adiantar. Teria mas alguma coisa a acrescentar, Sálvio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então eu vou pedir para o Celso, dispensá-lo e aguardar, por favor, lá fora.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E trazemos o Juvandir. Por favor, o Jurandir.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Com licença para retirar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho, para esperar o Relator.

Quero agradecer a presença dos senhores e o prestígio da presença.

O SR. CECÍLIO DE FREITAS – Deputado Cecílio de Freitas, do PFL.

O SR. MILTON VIEIRA – Deputado Milton Vieira, PL.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Deputados, pela presença. Eu queria também consignar a visita da Deputada Maria Lúcia Prandi. É isso mesmo, Deputada? Do PT. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir, conhece?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conheço sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Laércio da Cunha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós já te dissemos que Laércio fez aquelas colocações todas, nos trouxe aquelas informações sobre a atuação, de como vocês atuavam. Nós já falamos sobre a Bahia.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre Rio de Janeiro, não. Montes Claros, não é isso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, por favor, relate para nós na presença dele como você conheceu ele e as ações que foram feitas juntos.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Juvandir, eu conheci ele através do Celso. Através da equipe, né? Através do Celso que eu passei a participar da vida da equipe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem te apresentou o Celso foi o Alemão.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o Alemão.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Juvandir foi o Celso.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi o Celso.

Na época a equipe era Valtinho, Juvandir, Celso e Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confere?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E fizemos aquela diligência, como eu falei para o senhor, para a Bahia. Foi uma que eu participei junto com ele. Porque eu já...

O SR. OSCAR ANDRADE – Antes só um detalhe, vamos falar do Depatri.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde que ele trabalhava lá no Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele trabalhava na Primeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na Primeira.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde era a Primeira?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A Primeira... Eu já falei.

O SR. OSCAR ANDRADE – No prédio. Identifique o prédio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No prédio. Quer que eu identifique o prédio. Entra no Depatri, vira para a esquerda e no corredor vai em frente. A primeira porta no final do corredor é, a primeira, a do Patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso mesmo? Ele descreveu bem? A primeira?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Dá para ele repetir novamente?

O SR. OSCAR ANDRADE – Repete, por favor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Entra-se no prédio do Depatri, vira à esquerda, vai direto no corredor. No final do corredor a primeira porta em frente ao corredor é a Primeira Delegacia do Patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A Primeira Delegacia do Patrimônio entrando no corredor...

O SR. OSCAR ANDRADE – À esquerda, no final do corredor em frente ao outro...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – À esquerda...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – À esquerda em frente é a última porta do lado direito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então confere.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Antes de virar o corredor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confere então. Ele conhece lá.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Antes de virar o corredor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você esteve com ele lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estive sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – No Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estive no Depatri...

O SR. OSCAR ANDRADE – Lembra quantas vezes ou não?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com o Juvandir, acredito umas duas vezes ou três vezes. Eu e ele juntos, foram duas ou três vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Entrou com ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Entrei sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confere?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Comigo ele nunca entrou, Deputado, Sr. Senador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode continuar.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Entrei sim, senhor. Na época ele já não fazia mais parte da Primeira Delegacia. Já tinha passado para a Segunda Delegacia do Patrimônio. É uma sala após, uma porta após à Primeira Delegacia. No mesmo corredor, chega no final do corredor dobra à direita é a segunda porta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então vamos aí para a viagem de...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Da Bahia?

O SR. OSCAR ANDRADE – ...Montes Claros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A viagem de Montes Claros, como já narrei para o senhor, eu não estava presente em Montes Claros. Eu ficava me comunicando com eles através do telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bem. E no telefone dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tanto no dele, como do Celso, como no do Jurandir, do Jura. Os contatos eram feitos através do telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confere? Está certo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Conforme eu falei para o senhor, ele deve ter feito algum contato com o meu telefone, porém eu o colocava para falar com o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conversava com ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele conversava comigo também...

O SR. OSCAR ANDRADE – Conversava?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conversava sim senhor.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque ele é informante do Celso. Então, quando ele ligava, eu atendia e identificava que era o Laércio e passava para o Celso falar com ele.

O SR. ROBSON TUMA – É verdade isto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu sempre conversei com ele, normalmente, como conversava com o Celso porque o Celso tinha o celular dele e quando eu queria falar com o Celso, eu ligava no celular do Celso – cada um tinha o seu celular e sempre ligava tanto para o Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor lembra qual era o dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O dele é.... Eu sei mas não me lembro... Eu sei que o final era 4348 – um negócio assim...99...4348, um negócio assim. Não me lembro de cabeça.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o número do seu celular?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O celular da época era 99394348.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, confere, bateu. Ele não está lendo nada ali não, você viu?

O SR. ROBSON TUMA – Porque ele tinha, assim, o seu celular a ponto de ter, de cor? O senhor disse que ele não era o seu informante...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque, como eu conheci ele através do Celso, ele também pegou o meu telefone....

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas se ele não era o seu informante por que ele usava o seu telefone?

O SR. ROBSON TUMA – Mas se ele ligou só nessa época e se, por ventura, o telefone do Celso tivesse acabado a bateria, que é o que o senhor vai dizer, ele não saberia, com tanta perfeição, de memória, assim... Nós só decoramos o número do celular porque usamos bastante...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque, justamente, se ele não conseguisse falar com o Celso, eu passei o meu telefone para ele. Se ele precisasse transmitir algum tipo de informação, transmitiria para o Celso.

O SR. ROBSON TUMA – Se ele não ligasse, constantemente, para o seu, ele não saberia de cor – é esta a pergunta – e não é isto que o senhor está afirmando.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sr. Deputado, eu sempre conversei com o Laércio e eu sempre falava para o Laércio o seguinte: que acho que é até antiético da minha parte, se ele é informante do Celso, ficar ligando para mim.

O SR. ROBSON TUMA – Ele falava isto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Mesmo quando você saiu da equipe, nós continuamos nos comunicando e a última informação que lhe passei foi do cunhado do Alemão. Vocês deram a cana no cara, certo? E pegaram o cara armado com um revólver, com um carro roubado, e o Alemão foi lá e tirou o cara da sua mão e da mão da sua equipe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Simplesmente, prendeu o cara na minha rua, o cara foi preso na minha rua – e tem testemunha -, eu passei a informação de que o cara estava com uma Taunier roubada. O cara é esturpador, fugitivo da cadeia, fugitivo de penitenciária, só que o cara é cunhado do Alemão, desse Alemão que nós tanto citamos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele também é esturpador?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele também é esturpador. E aí ele foi e prendeu. Eles foram e prenderam, a equipe foi e prendeu, na minha rua, deram a cana e o Alemão foi e tirou o cara das mãos deles, devolveram o revólver e o carro roubado e tudo bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No final... Foi neste ano, já, agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles resgataram ou fizeram um acerto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não teve nem acerto. O Alemão, por ser informante deles – todo mundo é do Depatri -, foi lá e ligou para eles e marcaram um encontro lá na Avenida Assis Ribeiro. O Alemão foi lá, retirou o rapaz, retirou a arma e o carro.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que você sabe disto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Porque o cara, na mesma hora, depois, foi lá em casa, certo? O rapaz foi lá em casa querendo me cobrar. E eu falei: “Não. Você corre atrás do Alemão – eu não te dei não.” Mas tinha sido eu que havia dado.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu desconheço totalmente isto que ele está falando. De fato, ele passou essa informação para nós. Nós fomos, por duas ou três vezes, para tentar prender esse elemento e não tivemos êxito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem testemunhas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A rua inteira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a época, sabe quando foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi, mais ou menos, o mês certo. Não sei se foi em janeiro... Foi no mês de janeiro, janeiro ou fevereiro deste ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – De 2000?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De 2000.

O SR. OSCAR ANDRADE – A data é esta?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu desconheço.

O SR. ROBSON TUMA – Como desconhece? Você acabou de dizer que ele te ligou por que ele ia de passar a informação.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele passou a informação mas eu não peguei o cara. Eu não prendi o cara.

O SR. ROBSON TUMA – Sim. Mas e a data da informação?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não me recordo da data, Sr. Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Foi neste ano ou no ano passado?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Que ele passou essa informação?

O SR. ROBSON TUMA – Sim.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi neste ano.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu gostaria de perguntar uma coisa para o Dr. Romeu Tuma: quando se puxa a placa de um carro, fica gravado no cupom que foi puxada a placa desse carro?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Espero que sim, mas, normalmente, não fica. Podemos verificar se eles puxaram a placa...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Inclusive, no dia em que puxaram a placa eu estava dentro da 2ª Delegacia do Depatri junto com ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Sistema do Banco do Brasil, sempre que alguém verificar uma informação dentro da conta corrente de um, fica lá re-

gistrado quem verificou e o código da pessoa que verificou. Não sei no sistema do Renavam.

O SR. ROBSON TUMA – Esse sistema do Renavam, não, porque agente acessa pela Internet. Isso acontece nos sistemas da Receita Federal, nos sistemas fechados.

O SR. POMPEO DE MATTOS – – Sigiloso. Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que lá tem vigilância dos estados então é obrigado a registrar quem pede.

O SR. POMPEO DE MATTOS – No Banco do Brasil aparece. Eu sou funcionário do banco, então tenho o meu código no banco. Eu aciono para ver uma conta, aparece que eu examinei aquela conta tal dia, meu código e ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixando de lado o conflito sobre o Renavam. Quem estava cadastrando não houve uma suspensão por problema de concorrência, houve um vazio durante um período. Isso a gente pode esclarecer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas acho que era interessante concluir esse...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A placa, por acaso, tem de memória?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não tenho de memória porque na época eu só peguei o número da placa, eu sabia que era roubada. Eu passei para ele, fomos no Depatri, nesse dia fui no Depatri junto com ele, foi puxada a placa, tudo, aí foi lá, deu a cana. Um dia depois foi dada a cana na minha rua, na frente da casa do irmão do rapaz que foi preso. Certo? Aí, como ele é cunhado do alemão, o alemão ligou para eles, informou que ele era cunhado do alemão e tal e tal, marcaram um encontro, o alemão foi, buscou o rapaz, o carro roubado e a arma também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o irmão do rapaz quem é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A irmã dele mora na minha rua.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ela seria capaz de afirmar isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu acho que a rua inteira lá afirma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A rua inteira?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A rua inteira.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Interessante. Como é que é o nome da irmã dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Deixe-me ver se eu lembro agora o nome da irmã dele. Não es-

tou lembrado agora o nome da irmã dele. Sei a casa, sei tudo lá, mas..

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como é que você conhece o Pintado? Como é o nome do Pintado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conheço ele como Antonio Silvestre.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o senhor?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – José Carlos Silvestre.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, mas é o mesmo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É a mesma pessoa.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – José Carlos Silvestre.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Pintado, como é que ele é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele é branco, pelo menos a foto que nós temos no arquivo do Depatri, ele é branco, cabelo preto, liso, altura...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só conhece ele por foto?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Só por foto.

O SR. ROBSON TUMA – Como é que ele era? Branco, cabelo preto...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Cabelo preto e liso.

O SR. ROBSON TUMA – Altura?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Altura: 1 metro e 60, 1 metro e 70 mais ou menos.

O SR. ROBSON TUMA – Forte, magro?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Hoje eu não sei porque só conheço ele por foto, né, na época ele era magro.

O SR. ROBSON TUMA – Por que agora a delegacia mantém a foto do indivíduo por inteiro?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, digo mas a fotografia...

O SR. ROBSON TUMA – Você falou a altura...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, porque lá na ficha do Depatri consta a altura.

O SR. ROBSON TUMA – Engraçado, você tem memória boa para umas coisas e péssima para outras.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Toda vez que é fotografado o marginal é tirada a altura dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir, deixe-me fazer aqui um...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou 1,60m, 1,70m. 10 centímetros numa altura é muita coisa. Que é que estava escrito na ficha: 1,60 ou 1,70?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos falar da viagem para a Bahia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, se nhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Narra para nós como é que foi o contato na presença dele.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A viagem para a Bahia, como já infor mei, eles fo ram jun to com o pessoal de Vitória da Conquista até Caitité...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles chegaram lá de quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Chegaram numa besta.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos juntos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Todos juntos, e mais a viatura da delegacia de Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tinha dito que eram dois carros.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Dois car ros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois carros. Não era a besta não?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Era um car-ro grande, acho que era uma besta, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, era uma besta. E para que o segundo carro se vocês eram 6, ou 5? Quem é que estava lá? Jurandir...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Os dois policiais locais e nós.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois policiais locais, você...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu, o Daniel e o Celso.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E o Laércio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Laércio nós encontramos em Caitité.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então os cinco precisaram de uma besta e um ... que é que foi o outro carro?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – É o carro da polícia local, uma viatura da polícia local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles chegaram lá de quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Chegaram na besta e numa viatura da polícia de Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então continua.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quando nós chegamos em Guanambi nós nos dividimos, eu, Juvandir e mais um policial que não estou lembrado do nome agora...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que era de lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Fomos até Minas Gerais para pegar um dos carros que estava no sítio, seria na ci da de de Mato Verde. Mas quando nós chegamos em Mato Verde a pessoa estava no sítio com esse carro. Nós fo mos até o sítio, pegamos o carro, pegamos o rapaz, voltamos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Prenderam?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não prendemos porque não era para prender ninguém. Voltamos com esse rapaz até Guanambi. Quando eu e o Juvandir, o policial e essa pessoa chegamos em Guanambi, o Celso, o Daniel estavam na delegacia de Guanambi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram na Besta até Minas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Até Minas. E foi no dia até que informei para ele. Passamos na cidade de Monte Azul ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa Besta era de quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Essa Besta foi fornecida por policiais locais que conseguiram para prosseguirmos nas diligências.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Na Bahia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês fo ram até Minas na Besta ou no outro carro da polícia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Até Minas, na Besta.

O SR. OSCAR ANDRADE – E como você não tinha me dito que foi até Minas? Nós te pedimos aqui detalhadamente, ficamos muito tempo nessa viagem para a Bahia, não tinha dito, agora você reconhece que foi até Minas?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu falei para o senhor, o senhor estava se referindo à Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sair lá de Guanambi...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Até a cidade em que fomos prender o rapaz dá 185 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como chama a cidade de Minas que vocês foram?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quando entramos na cidade de Minas, na realidade ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo, Excelência. Quando entramos na cidade de Minas, na realidade, ele estava querendo passar outras informações para a posteriori e ele fazer o trabalho, se necessário fosse, se houvesse interesse por parte dos policiais da Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos quilômetros de Guanambi até a entrada de Minas?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tenho idéia. Porque Sebastião Laranjeira é divisa com Minas. Quando ele entrou no Estado de Minas eu já falei com ele: em Minas, não vou fazer nada porque o nosso ofício, a nossa documentação é específica para a Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas e o carro no sítio?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não tinha carro nenhum no sítio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tinha o Fiat preto que está perdido na cidade de Vitória da Conquista.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo desse carro não. Fiat preto apreendido em Minas, não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quantos carros foram apreendidos nesta cana?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foram apreendidos três carros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quais foram?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem apreendeu os carros foi o Celso, o Daniel...

O SR. ROBSON TUMA – Quais foram os carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Os carros que foram apreendidos não cheguei a ir até a delegacia. São três carros: um Fiat, um Gol, e um Ford Scort Hobby.

O SR. ROBSON TUMA – Que cor é esse Fiat?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Gol?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Scort?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Também não me recordo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que foi apreendido Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Gol vermelho, o Scort vermelho e o Fiat preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Fiat foi em Minas.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem apreendeu os três carros foram o Celso e o Daniel no Estado da Bahia.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor está sempre jogando a culpa no Celso por quê? Tudo é o Celso.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque foram eles que ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem apreendeu os dois carros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Gol e o Scort foram presos na cidade de Sebastião Laranjeira e o Fiat Uno buscamos em Mato Verde.

O SR. ROBSON TUMA – Quero chamar o Celso, porque ele é culpado de tudo?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Solicito a entrada do Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os carros estão certos, é um Fiat, um Gol e um Scort Hobby.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra a cor do Gol?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Scort você lembra a cor?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu vi nos autos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que cor é essa aqui?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Verde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não lembra a cor de nenhum dos três carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem apreendeu os três carros foi o Celso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi o Celso e o Daniel.

O SR. ROBSON TUMA – Você que convidou o Celso para trabalhar na delegacia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não se nhor.

O SR. ROBSON TUMA – Você chegou lá primeiro?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Cheguei primeiro.

O SR. ROBSON TUMA – Quem te chamou para a delegacia? Foi o Marcelo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor. Eu cheguei primeiro do que o Dr. Marcelo na 1ª Delegacia do Patrimônio.

O SR. ROBSON TUMA – Por que o Celso foi para lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque ele conhece outros policiais que trabalhavam, na época, na 1ª do Patrimônio.

O SR. ROBSON TUMA – Ah, então, ele mentiu.

Eu pediria, então – já que o advogado não pode encontrá-lo –, por favor, Sr. Presidente, para mandar buscá-lo na residência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com um agente da Polícia Federal.

O SR. ROBSON TUMA – Seria mais simples se o advogado pudesse colaborar, mas, já que não há possibilidade de contato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o celular do Celso? Não. Eles trocaram o telefone.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele foi liberado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não. O Senador Tuma me disse que não o liberou; pediu a ele para aguardar.

Por favor, um dos policiais...

(Interrupção na gravação.)

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na 1ª Delegacia do Patrimônio?

O SR. ROBSON TUMA – É.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Na época? José Roberto.

O SR. ROBSON TUMA – Zé?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio, quando eles estavam em Montes Claros, você estava onde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Montes Claros, eu tinha ido para Goiânia, levantar o galpão do Júnior.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você falou quantas vezes com eles, em Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles ficaram quantos dias?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Várias vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Várias, quantas.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não dá nem para contar, porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – Muitas vezes.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Muitas vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá, eles não conseguiram achar o Pintado, não é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, porque houve uma falha deles...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que chama a empresa lá de veículos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De veículos? Automontes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Automontes?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu falei para o senhor; eu não me recordo o nome, Exª.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está escrito Pinduca nela?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, senhor. Só Automontes.

O SR. OSCAR ANDRADE – A ida deles a Montes Claros, então, não houve nenhum resultado positivo? Porque eles não conseguiram...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, porque, segundo eles mesmos... Porque, até aí, segundo, afastaram até o Juvandir da equipe, porque disse que o Juvandir chegou lá e falou demais, e, como a gente fala, na gíria que eles falavam, na gíria policial, "melou o trampo". Aí, foi que o Juvandir foi afastado da equipe...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O que aconteceu, na realidade, é que a informação que o Laércio passou, referente ao Pintado em Montes Claros, no terceiro dia, nós já sentimos que era uma informação furada. Era uma informação furada.

O SR. ROBSON TUMA – Espere aí. Mas ele era funcionário do Paulo César, que, no depoimento dele do Rio de Janeiro, tenho quase certeza – você estava lá, Laércio –, ele confirmou que era funcionário. É mentira, Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. É verdade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem era funcionário do Paulo?

O SR. ROBSON TUMA – Esse Pinduca, aí...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Pinduca e...

O SR. OSCAR ANDRADE – O Pintado.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu citei que a informação era furada, referente ao Pintado. Nós não fomos lá atrás nem de Paulo César, nem de Pinduca. Fomos atrás do Pintado.

O SR. ROBSON TUMA – E no Rio de Janeiro, vocês foram atrás de quem?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu não fui para o Rio de Janeiro.

O SR. ROBSON TUMA – Quem foi para o Rio, foi para o Rio atrás de quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Aí, já foi atrás do Pintado, do Pinduca e do Paulo César. Tudo de uma vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio, a participação do Juvandir, da qual você se lembra, ocorreu só em Montes Claros e na Bahia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Montes Claros e Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em mais nenhum outro lugar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Pelo menos com a equipe não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele foi para Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele foi com a equipe, com a primeira do Patrimônio.

O SR. OSCAR ANDRADE – De avião?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Senhor?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe se ele foi de avião?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram de avião até Belo Horizonte. De Belo Horizonte para lá foram de carro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que foi de avião até Montes Claros, lembra-se?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, eu falei para V. Ex^a...

O SR. OSCAR ANDRADE – E ainda não sabia em qual cidade V. S^a havia feito a conexão.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu falei para V. Ex^a que fomos até Belo Horizonte de avião e que não me recordava de que forma fomos para Montes Claros. Eu não recordava o meio de transporte utilizado para chegarmos a Montes Claros.

O SR. ROBSON TUMA – Você soube da viagem para o Rio?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe quantos quilômetros há entre Belo Horizonte e Montes Claros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Não soube nem quem foi nem como...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me dar-lhe uma informação: de Belo Horizonte a Montes Claros há mais ou menos 500 quilômetros. São, no mínimo, de seis a sete horas de viagem. Você não sabe se foi de carro ou de avião?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com que carro eles foram? Você sabe?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só sei que foram de carro, porque eles foram até a residência em que eu morava. Eu tinha um barzinho lá, alugado na época.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Montes Claros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim. Tipo uma casa de show.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Space Bar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. O Space Bar.

O SR. ROBSON TUMA – Da namorada?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Na época, eu tinha uma namoradinha lá e aluguei o bar junto com a mãe dela. Eles foram ao bar e lá o pessoal o reconheceu. Hoje, inclusive, minha ex-sogra – em termos, porque eu não era casado; tinha apenas um caso com a filha dela – vive apavorada. A casa fechou por causa dessas minhas denúncias. O pessoal do Paulo César forçou e a casa está fechada.

O SR. ROBSON TUMA – Depois que você depôs na CPI do Narcotráfico?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Depois que depus na CPI.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero só perguntar ao Celso...

O SR. ROBSON TUMA – Só um minutinho, Relator. Pediria à própria Polícia Federal – para não ter que deslocar a CPI – que ou visse essa senhora a respeito das ameaças do Paulo César.

O SR. OSCAR ANDRADE – A ex-sogra?

O SR. ROBSON TUMA – A ex-sogra. Isso é importante, porque, no caso do Deputado Estadual, ele está sendo investigado pela CPI de Minas Gerais. Por isso, não foi investigado pela CPI do Narcotráfico.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Alemão também já ligou para lá ameaçando.

O SR. ROBSON TUMA – Celso, pedi para chamá-lo de volta...

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certo. Com licença. Desculpem-me pela minha ausência, pois havia ido ao banheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem.

O SR. ROBSON TUMA – Celso, pedi para chamá-lo de volta porque o Juvandir tem demonstrado que tudo que aconteceu aqui é culpa sua. Você prendeu, você viajou, Laércio era seu amigo, era o seu contato. Para mim, pelo menos, ficou claro que tudo que o Laércio fala é verdade, porque o seu contato com ele é extremíssimo. Ele sentia-se até constrangido de receber ligações do Laércio, porque o Laércio era ligado a você e não a ele. Quero saber se isso é verdade. Chamei-o de volta para dar-lhe inclusive a oportunidade de esclarecer-nos se todos são inocentes e se você é o único que tinha contato com o Laércio. Os carros apreendidos da Bahia foi você, e não ele. O problema da PM foi você, e não ele. O Laércio era in formante seu e não dele. Toda vez que o Laércio ligava para ele, ele não falava com o Laércio e já passava logo o telefone para você. O Laércio só tinha o telefone dele porque era para o Laércio, se o seu telefone não estivesse funcionando, conseguir falar com você. Ou tropon to: ele disse que você só foi para o distrito policial, a primeira Delegacia, porque tinha amizades no distrito. No entanto, você disse para mim que não. Disse também que você pediu a transferência porque conhecia outros policiais lá. Então, quero saber quem está falando a verdade: você ou ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Como assim: “conhecia policiais”?

O SR. ROBSON TUMA – Você falou para mim que só foi para lá, porque se sentia enobrecido de trabalhar numa delegacia especializada; e ele disse que você pediu transferência, pois conhecia outros policiais que já estavam trabalhando lá. É um dos fatos.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não só na Delegacia, Sr. Deputado. No Depatri, conheço quase todos os policiais.

O SR. ROBSON TUMA – Não vamos distorcer. Estou fazendo perguntas diretas. Vou fazer uma a uma, já que você não entendeu. Primeiramente, você disse a todos nós que não tinha nenhum motivo e interesse algum para ir para a 1ª Delegacia e que pediu, porque era uma delegacia especializada e para que se sentisse – como aqueles policiais que lá trabalhavam – enobrecido. Ele disse que você – permita-me

chamá-lo assim – pediu transferência para a 1ª Delegacia, porque conhecia policiais que lá estavam trabalhando. Quem disse a verdade? Você ou ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – De fato, eu conhecia policiais que trabalharam na minha época no antigo Deic. Mas eu realmente pedi.

O SR. ROBSON TUMA – Eles estavam trabalhando na 1ª Delegacia. Por isso, V. Srª pediu transferência para lá?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não só por isso.

O SR. ROBSON TUMA – Quais são esses policiais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – (Pausa) Wagner.

O SR. ROBSON TUMA – Quem mais? Se eles eram tão amigos a ponto de V. Srª pedir transferência para ficar próximo de les, como não se lembramos?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Havia 16 anos que não trabalhava mais junto com eles.

O SR. ROBSON TUMA – Esse Wagner também já tinha sido da PM?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, excelência.

O SR. ROBSON TUMA – Se for quebrado o seu sigilo telefônico e o dele, não encontrarei nenhuma ligação entre vocês antes de você ir para o distrito?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, excelência.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certeza absoluta.

O SR. ROBSON TUMA – Nem se for quebrado o sigilo da delegacia em que V. Srª trabalhava no que diz respeito ao telefone que ele poderia usar no quartel?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo. Com certeza, não vai.

O SR. ROBSON TUMA – Ele não era um dos seus amigos que o motivaram a ir para a 1ª Delegacia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não. Com toda a certeza.

O SR. ROBSON TUMA – Vocês foram para a Bahia. Certo?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Certo.

O SR. ROBSON TUMA – Apreenderam três carros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. ROBSON TUMA – Onde os três automóveis foram apreendidos e quais eram eles?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Um escort, um fiat e um gol.

O SR. ROBSON TUMA – V. Sr^a se lembra da cor?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto ao que foi preso em Minas Gerais, quem efetuou a prisão?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Minas?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim, na divisa.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em Sebastião Laranjeira?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sim. Quem prendeu?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Eu estive em Sebastião Laranjeira com o Daniel e um policial.

O SR. ROBSON TUMA – E ele?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele fez outras diligências.

O SR. ROBSON TUMA – Qual?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Na divisa de Minas Gerais com a Bahia.

O SR. ROBSON TUMA – Qual foi esse carro apreendido na divisa de Minas com a Bahia?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Provavelmente, um fiat.

O SR. ROBSON TUMA – Vocês apreenderam dois e ele, um fiat. Então, está claro que houve mentira aqui. E mentira é crime previsto na Lei das CPIs. Vamos esclarecer mais alguns pontos.

Todas as vezes que o Laércio ligava, ele só falava com você ou falava também com os outros?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Ele tinha mais contato comigo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas era seu íntimo. Ninguém podia pedir informação ao Laércio que você enlouquecia.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não era assim.

O SR. ROBSON TUMA – Ele falava com os outros também?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Às vezes. Era difícil, mas falava.

O SR. ROBSON TUMA – Falava?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Mais comigo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas quando ele ligava para um telefone de outro, passavam logo para você ou continuavam conversando com o Laércio?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não, passavam para mim.

O SR. ROBSON TUMA – Imediatamente?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Imediatamente.

O SR. ROBSON TUMA – Por quê? Então, quando o Laércio fala da sua intimidade com ele, que eram vizinhos, trabalhavam juntos, dividiam dinheiro, posso acreditar que seja tão verdade a ponto de que todos tinham restrições em conversar com o Laércio. É isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Era o contato direto que eu tinha com o Laércio ou vice-versa.

O SR. ROBSON TUMA – E por que ele ligava para os outros telefones?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Porque era um meio de opção, caso um telefone não funcionasse.

O SR. ROBSON TUMA – É verdade isso, Laércio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – De vez em quando, eu conversava com qualquer um para quem eu ligava: o Juvandir, o Jura, o Celso, o Toninho ou qualquer um.

O SR. ROBSON TUMA – Você está-me dizendo que ele não conversava?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Então, se eu achar uma ligação em que o telefone dele tiver demorado mais do que um minuto para dizer: “Alô, é o Laércio”. Em algumas viagens que ele fez, como esta, por exemplo, em que você não estava presente, você também estará mentindo. Então, lembre bem, para me responder se ele não falava com ninguém, só com você.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Correto.

O SR. ROBSON TUMA – É isso?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Robson, gostaria que o Juvandir falasse sobre o carro que, segundo seu amigo, foi apreendido por ele, em Minas: um fiat preto.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A apreensão dos três veículos foi efetuada pelo Celso e o Daniel. Eu fui, conforme o Celso mesmo já disse aqui, à outra cidade para fazer outra diligência. Quando notei que eu estava em Minas Gerais, não tinha ofício, não estava devidamente legalizado para fazer nenhum tipo de diligência, muito menos nenhum tipo de serviço no Estado de Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou-lhe perguntar novamente, pois você não me respondeu.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem apreendeu o fiat preto?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem apreendeu os três veículos foram o Daniel e o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, quem apreendeu o fiat preto?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Talvez, por um equívoco da minha parte, faço uma ressalva: os três veículos foram realmente apreendidos em Sebastião Laranjeiras, porque eu fui fazer local e os veículos todos estavam na garagem. Talvez um lapso da minha parte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, ainda há pouco você disse que foi ele que apreendeu o veículo em Minas Gerais.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Talvez tenha sido um lapso da minha parte.

O SR. ROBSON TUMA – Espere aí. Aqui ninguém é trouxa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Laércio, quem apreendeu o veículo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem apreendeu o fiat uno fui eu, o Juvandir e o outro rapaz lá da Bahia, num sítio, a mais de 20 Km da cidade de Mato Verde e a 185 Km da divisa da Bahia com Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já dentro de Minas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – 185 Km da divisa.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Há quanto tempo você conhece o Celso?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O Celso?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu trabalhei com o Celso na Polícia Militar, na Rota...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sim, mas há quantos anos o conhece?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Em 1980. Depois – em 1981, parece-me – para a Polícia Civil, nós perdemos o contato e voltamos a nos encontrar quando trabalhamos juntos na 1ª do Patrimônio.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você tem conhecimento de que ele tenha outra atividade fora da Polícia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Desconheço, mas, com certeza, ele tem alguma outra atividade. Entretanto, ignoro-a.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, então, a versão dada por ele aqui está certa? Foi o Juvandir que prendeu o fiat dentro do Estado de Minas Gerais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nós apreendemos o carro dentro de Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava com o Juvandir e o Daniel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Eu, o Juvandir e um policial da cidade de Vitória de Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o policial de Vitória da Conquista também não sabia que já era Minas Gerais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sabia. Todos nós já sabiam. Estava no bolo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você reafirmou que foi dessa forma, Celso? Vou-lhe dar oportunidade de fazer a ressalva da ressalva. Por favor, não estou querendo usar a prerrogativa da CPI de mandar prendê-lo. Vou-lhe dar oportunidade de fazer a ressalva da ressalva. Mantenha o que você disse antes, ou seja, que foi ele e ele que apreendeu o carro fiat em Minas Gerais.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Recordo-me muito bem de que os carros estavam na Sebastião Laranjeiras, onde houve a apreensão dos veículos. Quanto ao fiat, não me faz agora a memória, quanto ao que eu falei para o senhor, a ressalva, realmente, o local exato.

O SR. ROBSON TUMA – Já virou gozação, Sr. Presidente. São três versões em apenas um minuto. A capacidade de criatividade desses indivíduos é perfeita. Eles conseguem modificar os aspectos em que estão envolvidos, colocando em jogo a vida deles profissional, a vida deles moral, e não é de hoje, já é desde o tempo em que a CPI do Narcotráfico os investigava, e, mesmo assim, não tiveram sequer a preocupação de se lembrar dos fatos, o que nos dá a clara sensação e convicção de que estão mentindo, porque qualquer um que tiver em jogo a sua reputação, a sua vida profissional, o seu caráter, tentará fazer de tudo para lembrar, passo a passo, da sua vida, principalmente nos momentos em que existem dúvidas. E os senhores conseguiram contar versões diferentes em apenas um minuto, três versões diferentes. Este indivíduo que aqui está depondo colocou como todos os fatos duvidosos que não estava presente, e, sim, o senhor, e o senhor vem contar três versões diferentes de um único fato, para encobrir aquele que tenta imputar ao senhor a culpa de todos os acontecimentos.

A pergunta que lhe faço é a seguinte: o senhor tem medo deste outro policial?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Negativo, não tenho. Tenho respeito pelo mesmo, somos amigos.

O SR. ROBSON TUMA – Por serem amigos é que o senhor acha que ele tem mudado as versões dos fatos com tanta criatividade e rapidez?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós estamos contando a realidade do que houve.

O SR. ROBSON TUMA – Mas que realidade, gente? Uma não se lembra, a outra foi o senhor, a outra foi ele. Que realidade é essa? Que realidade é essa, que existem três versões? Me diga!

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi preso um carro Fiat preto. Pergunta para os dois: onde foi preso e quem prendeu?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O senhor quer que eu responda primeiro ou o Celso?

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode responder.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem prendeu os três carros foram o Daniel, o Celso e o Daniel.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não fez nada lá?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Eu fui para outro lado fazer diligências, onde talvez, a posteriori, nós iríamos nos legalizar documentalmente para, se necessário fosse, efetuar outras prisões no Estado de Minas Gerais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, quem prendeu o Fiat preto em Minas Gerais?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Confirmo as palavras dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você vai de novo voltar para cá?

O SR. ROBSON TUMA – Mas, Sr. Presidente, desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Eu acho que é até constrangedor para mim, que sou Parlamentar, ter que novamente fazer a mesma pergunta. Porque eu acho que o fato está esclarecido, existe a mentira de ambas as partes, porque os dois mudaram os argumentos e agora eu acho que esta pergunta ficamos aqui eternamente jogando com a criatividade dos dois, por que da qui a pouco vão contar um livro só dos fatos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi a Minas Gerais só fazer uma...?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Onde ele iria passar, ele iria passar outras informações lá no Estado de Minas Gerais para se, se a gente sentisse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais as informações?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ladrões de caminhões, ladrões de carro, inclusive ele estava querendo mostrar veículos, mas nós não tínhamos documentol legal para tomar providência nenhuma lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tinha?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não se nhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a cidade de Monte Verde? Vocês chegaram até lá? Ele contou que vocês foram até Monte Verde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mato Verde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe-me, Mato Verde.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Nós fomos. Ele iria mostrar. Estava mostrando locais para fazermos serviços a posteriori, porém não fizemos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe-me, mas não ouvi.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Ele mostrou outros locais para nós, mas não tínhamos documentação legal para tomar nenhum tipo de providência porque a documentação que nós tínhamos era para o Estado da Bahia.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Juvandir, fui chamado aqui com urgência porque todos os membros da CPI estão dizendo, confirmam que o senhor deu três versões para as suas explicações.

O Relator chama a atenção para o art. 4º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952:

“Art. 2º. No exercício de suas atribuições, poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar as diligências que reputarem necessárias e requerer a convocação de Ministro, tomar depoimentos ...”

Aí vem o art. 3º e seu parágrafo único. E vem o art. 4º:

“Art. 4º. Constitui crime:

I – impedir ou tentar impedir, mediante violência, ameaça ou acoadas, o regular funcionamento de comissão parlamentar de inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros;

Pena: a do art. 329 do Código Penal;

II – fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; Pena: a do art. 342 do Código Penal”.

Assim, dou a última oportunidade para que o senhor e o Juvandir façam uma versão correta. Se não, terei obrigação de determinar a prisão, conduzindo-os à Polícia Federal para serem autuados. Dou-lhes a última oportunidade.

Passo a palavra ao Relator, para que faça o questionamento final, para que isso seja devidamente esclarecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, você afirmou que quem prendeu o Fiat preto foi o Juvandir. Você mantém isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que não minta, porque eu não gostaria de fazer isso.

O SR. CELSO DOS SANTOS – Os três veículos foram apreendidos na cidade de Sebastião Laranjeira. Eu participei da apreensão dos veículos, eu os apresentei à autoridade local, com o mandado judicial, mandado de busca e apreensão, mais um ofício, na companhia de um policial da cidade de Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pedimos a vinda do Celso porque houve essa controvérsia. O Laércio deixou claro, na presença dele, que ele havia prendido um carro em Mato Verde, Minas Gerais, um Fiat preto. Os outros dois foi o Celso. Ao entrar aqui, o Celso também afirmou dessa forma, que quem havia apreendido o Fiat preto foi o Juvandir, em Minas Gerais. Agora ele está voltando à versão de que ele é que apreendeu, que foi a versão do Juvandir. Ele já deu um depoimento e está mantendo o depoimento diferente do que ele deu depois que ele ouviu, pela segunda vez que ele tinha falado, que foi o Celso que apreendeu os três. Ou seja, ele já deu uma versão e está mantendo a outra agora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a sua versão, Juvandir?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quem efetuou a apreensão dos três veículos foi o Celso, juntamente com um policial da Bahia, com o Daniel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Laércio, foi isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem fez a apreensão do Fiat na cidade de Mato Verde, a mais de vinte quilômetros além de Mato Verde, fomos eu, o Juvandir e um policial da Bahia. O Fiat estava em poder de uma pessoa que é fugitiva da Justiça de São Paulo, da 22ª DP de São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso confirmou dessa forma, antes de ouvir o Juvandir. Está certo, Celso? Você confirmou?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Em princípio, não eram três veículos, mas cinco, sendo que dois veículos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vamos misturar. Esse fato que ele acabou de narrar, quando eu te chamei de volta, você disse da mesma forma: que foi o Juvandir que apreendeu em Minas Gerais. Você não disse?

O SR. CELSO DOS SANTOS – Os três veículos eu apreendi... Eu fiz uma ressalva, Sr. Deputado. Eu apreendi esses veículos, apresentei, na delegacia, para a autoridade local, com os devidos documentos.

O SR. ROBSON TUMA – Houve a controvérsia. Tinha dito uma coisa... Só um dos fatos ele imputa ao senhor. O senhor entrou, perguntamos ao senhor, o senhor com clareza disse dos dois automóveis e que o Fiat teria sido ele. Eu insisti: “Então, foi ele que foi em Minas buscar o Fiat”. “Foi.” “Ah, porque ele disse que não. Aí ele disse que não.” O senhor disse: “Ah, me equivoquei”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se houver necessidade, as fitas estão gravadas. Podemos retornar a reprodução.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu me lembro disso.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor mantém a versão do Laércio ou o senhor mantém a versão que ele disse?

O SR. CELSO DOS SANTOS – A versão que ele disse.

O SR. ROBSON TUMA – Então, Sr. Presidente, ele insiste na mentira.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Senador Romeu Tuma, tenho um telefone aí em minha agenda que é do Delegado da cidade de Monte Azul, certo? Que está a par desse fato, porque o carro foi apreendido dentro do sítio na cidade de Mato Verde.

O SR. OSCAR ANDRADE – Monte Azul é em Minas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Monte Azul é uma cidade de Minas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é Pedra Azul não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, Monte Azul.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, Monte Azul. Tem Mato Verde, Monte Azul, Espinoza e depois a divisa da Bahia com Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Podia pegar esse telefone? Seu advogado poderia nos dar o telefone?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É 811 11 27. É o telefone da delegacia de Monte Azul.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o DDD de lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É 038. Na mão do Bonfim. A pessoa que estava com o carro reconhecido pelo nome de Bonfim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Bonfim?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Bonfim. A pessoa que estava com o carro lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o delegado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o delegado lá...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando tempo faz isso, Laércio? Quanto tempo faz isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Doutor, foi em 98.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O delegado deve saber.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fala que é a respeito do Laércio, que foi preso lá com o negócio do filho do Prefeito, que ele sabe quem é.

(Pausa)

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Porque é uma cidade pequena, doutor. Lá, geralmente, a delegacia fecha às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Relator, V. Ex^a confirma que o policial Celso tentou obstruir a apuração da verdade na CPI? Em que termos V. Ex^a chegou a esta conclusão?

O SR. OSCAR ANDRADE – Por três vezes foi feita a mesma pergunta para ele: “Quem prendeu o Fiat preto?” Numa, ele disse que foi o parceiro, o amigo Juvandir, na outra, ele aceitou que foi ele, numa outra, ele não lembrava. Ele, claramente, deixou nos depoimentos que não está querendo dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a presença de autoridade da Polícia Federal à mesa.

(Pausa)

Eu solicito ao senhor que conduza o policial Celso, que considero preso. Ele será conduzido à Polícia Federal para ser autuado, com o acompanhamento

do nosso Relator, para relatar à autoridade policial de plantão os fatos aqui levantados da tentativa de obstrução da apuração da verdade pela CPI, com base no Código de Processo Penal.

O SR. ROBSON TUMA – Desculpe, Sr. Presidente, na Lei das CPIs, no seu art. 4º, inciso II. E remete a pena para o art. 329 do Código Penal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De forma que é o inciso II, afirmações falsas, visto que, por três versões, tentou induzir a CPI com respeito à pergunta e à acareação que foi feita, na forma da lei, com o preso Sálvio Barbosa.

De forma que até amanhã será, sem dúvida nenhuma, mais clareada a sua memória e poderemos prosseguir com as apurações na busca da verdade. Ninguém tem a pretensão de abusar da liberdade do cidadão, mas nós não podemos ficar, perante a sociedade brasileira, mostrando a impossibilidade de apurar a verdade, baseado numa falsidade, para evitar que a acareação o comprometa.

De forma que considere-se preso. V. S^a será acompanhado pela autoridade da Polícia Federal, e o seu advogado poderá acompanhá-lo para as providências que julgar necessárias junto à Justiça.

Peço ao Sr. Vice-Presidente da CPI, Deputado Mário Negromonte, condutor, por favor, que o conduza, para relatar ao senhor delegado, a autoridade competente, os fatos que aqui ocorreram.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa de nenhum segurança, porque ele acompanhará sem nenhuma reação. Espero que sim. (Pausa)

Vamos dar prosseguimento.

Eu pediria que você tivesse também a mesma chance e pudesse esclarecer completamente os fatos, sem versões diferenciadas entre uma e outra, por você mesmo. Quero a sua versão, a única versão, para que realmente se possa esclarecer o fato.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O senhor está perguntando sobre a apreensão dos veículos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sobre o incidente que houve aqui.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Vou manter a mesma coisa que falei, Excelência. Quem fez a apreensão dos três veículos foi o Celso, o Daniel e o policial da Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Lá em Sebastião Laranjeiras.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em seu primeiro depoimento, mais cedo, antes de chamarmos o Celso de volta aqui, você havia dito que tinha sido na cidade de Vitória da Conquista, que os carros foram presos. Está ali na fita.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A ocorrência foi levada para Vitória.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – A ocorrência.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeitamente. Passou por Guanambi e foi encerrada em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Apesar de o depoimento do Sálvio ser diferente, ele mantém a mesma versão desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é sua versão, Sálvio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Minha versão é que continuo confirmando. Tenho inclusive vários telefones, pessoas lá que podem confirmar. A apreensão foi feita dentro do sítio do sogro do Bonfim, que é um fugitivo da Justiça de São Paulo, da 22ª DP, e foi levado para a cidade de Guanambi, onde encontramos o Celso, o Daniel e o outro policial da cidade de Vitória da Conquista, já com os outros dois carros na delegacia. Tanto que o Fiat Uno não foi nem apresentado na delegacia de Guanambi. Os únicos dois carros que foram apresentados na delegacia de Guanambi foram o Gol e o Scott.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava junto nessa apreensão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estava. Fomos eu e ele até Minas Gerais, para apreender o outro carro, mais o policial da cidade de Vitória da Conquista.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, os três carros foram apreendidos em Sebastião Laranjeiras. Não houve apreensão em Guanambi e depois em Vitória da Conquista. As apreensões foram feitas em Vitória da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apreensão ou o auto de apreensão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O auto de apreensão. Foi feito em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os três carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Os três veículos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas foram apreendidos onde, localizados onde?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sebastião Laranjeiras.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E foram conduzidos até a autoridade de Vitória da Conquista?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Por quem?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que não foram feitas em Sebastião Laranjeiras?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Porque a ocorrência foi apresentada em Guanambi. Aí as partes, os envolvidos... Em Guanambi, foram tomadas as devidas providências junto às partes e os veículos foram apreendidos em Vitória da Conquista. Foi decisão da autoridade local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos quilômetros de uma cidade a outra?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – De Guanambi a... Porque foi feita a apreensão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Sebastião Laranjeiras, onde foi preso, até Vitória da Conquista.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não fui em Sebastião Laranjeiras. Não conheço Sebastião Laranjeiras. Não fui até lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo, mas quantos quilômetros são?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – De Sebastião Laranjeiras a Vitória da Conquista? Dão 480 quilômetros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não é a mesma comarca, não é?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que perguntei por que deslocaram a ocorrência de uma cidade para outra.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi a decisão que foi tomada em Guanambi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pelo delegado de Guanambi?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Pela autoridade local.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, senhor. Não foi tomada pela autoridade de Guanambi, porque a ocorrência só foi levada à delegacia depois que os policiais militares pegaram eles. Pegou a viatura de Vitória da Conquista... No posto, não. Já vindo de Se-

bastião Laranjeiras com os dois presos e os dois carros. O senhor pode se informar na delegacia de Guanambi que o Fiat Uno não aparece. Ele só vai aparecer...

O SR. OSCAR ANDRADE – Oficialmente, só dois.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só dois. O outro carro só vai aparecer em Vitória da Conquista, que foi justamente o carro que a gente foi buscar em Minas Gerais. (Pausa.) Não, não teve posto. Eles foram presos quando estavam vindo de Sebastião Laranjeiras, já para seguirmos viagem para Vitória da Conquista porque não ia apresentar ninguém na delegacia de Guanambi. Era pegar os presos, os carros e ir para Vitória da Conquista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já era na Bahia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Em Vitória da Conquista ia ser feito o acerto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde foi feita a prisão deles?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A prisão? É o que estou informando. Quando a Polícia Militar pegou eles...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Polícia Militar da Bahia ou de Minas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Da Bahia. A Polícia Militar pegou eles e levou para a delegacia de Guanambi. Até aí o delegado de Guanambi não estava sabendo de nada, que estava havendo diligência, que iam polícias de São Paulo, não estava sabendo de nada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E os carros em que eles estavam eram discretos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era uma viatura da Polícia Civil de Vitória da Conquista e uma Besta. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A versão dele é permanentemente essa. A do outro é que variou.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Embora não seja a verdade...

O SR. ROBSON TUMA – Existe a versão dele. O outro é que modificou as versões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tudo bem. Mas aqui é o fato, é uma contradição que há meios para ser esclarecida. Podemos fazer as diligências necessárias para investigar porque ele mantém a versão. Fizemos a determinação porque o Celso deu três versões diferentes, que estão gravadas, sobre o mes-

mo fato. É possível apurar a contradição porque os detalhes estão registrados provavelmente nas áreas de Vitória da Conquista, de Guanambi, Sebastião Laranjeiras, que poderão estar registrados por escrito ou na memória dos policiais que lá se encontram.

Dessa forma, vamos chamar o outro intimado. O senhor poderia esperar aqui, por favor. Por isso digo que, se tiver alguma correção a fazer, por favor, faça agora. Está tudo gravado. Se houver realmente a confirmação de que sua versão não é correta, infelizmente, teremos de tomar providências graves. Então, se houver alguma correção, faça-a sem nenhum constrangimento. Não vou considerar a segunda versão. Eu estou assumindo o compromisso de lhe dar outra oportunidade.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Mantenho a mesma versão, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeitamente. Peça que o senhor aguarde. Tragamos o Daniel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É melhor que ele não fique na sala, Sr. Presidente, e não se comunique com os outros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele sairá. (Pausa.)

Registro e agradeço a presença do Deputado Estadual Edmundo Mesquita do PSDB. A Deputada Telma pede-me que o faça novamente. Obrigado pela honra da sua presença.

Sr. Naurides, o Daniel Rubens de Oliveira se ausentou? Então, por favor, sente aqui.

O senhor poderia se identificar, fornecer o local de trabalho e mais informações que achar interessantes para colaborar com esta CPI?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não, o meu nome é Daniel Rubens de Oliveira, sou investigador de polícia há 24 anos, trabalho atualmente no Depatri, Departamento de Patrimônio do Estado de São Paulo, e estou à disposição da CPI para o que for solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na parte administrativa ou operacional?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor, desde o fato de haver sido citado na CPI do Narcotráfico, há cerca de oito meses, estamos, digo estou, à disposição da parte administrativa da delegacia, fazendo serviços burocráticos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe porque está convocado a depor nesta CPI?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sei sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia antecipar algumas explicações como preliminar, poderia dar alguma explicação ou podemos iniciar as perguntas que interessam à CPI?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Estou ciente de que fui citado como ter feito alguns serviços com o Sr. Laércio aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conhece o Laércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Sr. Relator para dar início ao trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor ingressou na polícia e quais as delegacias em que já trabalhou?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Ingressei em 76, trabalhei no Degran, naquela época 25º, Parelheiros, 16º, trabalhei no..., depois fui ao extinto Deic, depois fui para o 12º Distrito Policial, Pari, 19º Distrito Policial, Vila Maria, retornei ao Deic, agora foi extinto, e estou no Depatri até agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Desde quando no Depatri?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Cerca de uns dez anos, talvez mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então no período de 95 a 99 você estava lá?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua atribuição?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sou investigador de polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalha no campo, na rua?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Trabalhava na rua, agora há oito meses que estou à disposição do cartório no expediente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é feita o recrutamento de informantes?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Existem dois procedimentos, existe o procedimento de investigação que vem das chefias, através do delegado, do chefe, para que seja investigado um certo tipo de crime em razão do boletim de ocorrência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu perguntei como é feito o recrutamento de informantes. A informação é coisa que vem do informante.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não, desculpe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por exemplo, você tem informante?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Atualmente não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca você teve? Já teve algum?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Já tive sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você consegue? Como é essa aproximação, esse acerto para ser informante?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O procedimento é a gente procura saber, vem até a gente que tal pessoa tem qualquer informação ou ele nos procura, alguém nos procura e passa uma informação, um informe, esse informe a gente investiga para verificar se existe a procedência, se vira uma informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – E eventualmente os informantes ajudam em diligências, em levantamentos, essa coisa toda?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor, eles auxiliam apenas prestando a informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, se está prestando a informação está ajudando, em alguns casos até acompanha nas diligências, para mostrar local.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nesse ponto de vista sim. Ele passa a informação, mostra aquilo que tem em mãos e a gente procede à investigação, posteriormente a isso a gente tem que informar à autoridade para dar prosseguimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou dizer alguns nomes e você me diz se conhece.

Dr. Marcelo Lima.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço o Dr. Marcelo Teixeira Lima, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço sim, senhor. Juvandir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel. Desculpe-me, Marcos Pereira.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Marcos Pereira. Conheço um Marcos que

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcão.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço um Marcos, não sei se

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre Costa, Farofa.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Manoel.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho, da 63.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mucini.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo, da 63.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão, da Rota.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor, não conheço.

Desculpe, Excelência, Valtinho era um colega que trabalhava comigo, era o chefe da equipe, ele trabalhava comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Valtinho.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Valter.

O SR. OSCAR ANDRADE – Durante todos esses anos de repressão de roubo de carga... Você é de qual divisão?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sou da divisão de crimes contra o patrimônio, não trabalho no roubo de cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é no Depatri? É junto ali?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É no andar de cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou falar alguns nomes e eu gostaria que você me informasse se prendeu, se já investigou, acompanhou algum inquérito dessas pessoas. Pércio.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não lembra de nada do Pércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Boreli.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Também não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Jurandir?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência. Eu conheci um Jurandir, mas não sei se é a pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – É ex-policial?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É ex-policial. E o colega do Celso, trabalhou junto com ele na PM. Conheci, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era policial civil?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência, penso que foi PM com o Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chico.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você só conhece o Jurandir?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Conheço, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Laércio você conhece?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, fui apresentado pelo Celso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá na divisão?

O SR. OSCAR ANDRADE – No Depatri?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Celso na época falou que havia um vizinho que era motorista de caminhão e tinha algumas informações para nos passar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Passou a ser informante.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Passou as informações para o Celso a respeito de um serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – E para você? Passou algumas vezes em algum caso específico?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não para mim especificamente porque o contato dele era o...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas onde V. S^a o conheceu. Foi apresentado pelo Celso em que local?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Fui apresentado pelo Celso numa padaria próxima à residência do Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Numa padaria?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Numa padaria próxima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já realizou alguma investigação fora do Estado de São Paulo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nesse caso específico estive na Bahia realizando uma diligência, que culminou na apreensão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ao Rio de Janeiro você não foi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Estive lá, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Montes Claros?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-me aonde você foi primeiro: Bahia ou Rio de Janeiro.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Primeiro fui à Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – No início de maio.

O SR. OSCAR ANDRADE – De que ano?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Maio de 1998.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi sua ida?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Tenho meu relatório, o ofício de apresentação com o despacho do Secretário da Bahia, determinando o acompanhamento dos policiais, o auto de exibição e apreensão dos veículos que lá apreendemos e posteriormente a isso, consequência desse trabalho, cerca de 30 ou 40 dias depois, efetuamos a detenção de uma pessoa que realizava e fabricava as placas e documentação do veículo. Tenho aqui a cópia do flagrante, no qual sou...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é o Sérgio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Que é o Sérgio Moreira Cavalcanti. Sou inclusive o condutor do flagrante e, na época, a reportagem que o diretor apresentou à imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você foi à Bahia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Recebemos a informação. O Celso recebeu a informação por meio do Laércio e foi feito um relatório à minha autoridade explicando que ele teria um pessoal na Bahia, que os carros eram roubados ou furtados no Estado de São Paulo e que para lá eram levados. Ele saberia onde estariam esses ladrões e os carros.

Munidos dessa informação, informamos a autoridade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi à Bahia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu, o Celso e o Juvandir munidos de um ofício na época assinado pelo advogado titular da delegacia. A chegarmos lá...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram de quê?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Fomos de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daqui até onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – De São Paulo a Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com conexão onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Creio que o avião na época parou duas vezes, não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram até Vitória de avião. E chegando lá? Foi você, o Juvandir e mais quem?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Fui eu, o Celso e o Juvandir. Chegando lá nos apresentamos ao assessor do secretário na época, Dr. Valdir, que determinou que policiais daquele Estado deveriam acompanhar a diligência. Despachou no verso do ofício e determinou que os policiais acompanhassem a diligência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dali vocês foram para onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Para uma cidade chamada Caetité, onde o Celso já havia marcado um encontro para encontrarmos o Sr. Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês encontraram o Laércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Encontramos Laércio, dali ele nos levou a uma cidade próxima, a uns 300km, chamada Guanambi, onde ele foi mostrar os veículos possíveis ladrões. Posteriormente, foram feitas as diligências, logramos numa cidade chamada Sebastião Laranjeira. Em poder do ex-Prefeito estavam dois veículos, um terceiro veículo ele havia trocado com uma pessoa mas estava próximo. Foram pegos esses veículos, conduzidos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois veículos eram o quê?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Produto de roubo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual veículo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na época eram um Escort...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que cor?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não me recordo, se o senhor quiser tenho aqui. Um Escort, um Gol e o terceiro não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Os dois que eu quero saber por enquanto. Eles foram pegos onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na cidade de Sebastião Laranjeira, com uma pessoa de nome...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o terceiro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O terceiro ele havia trocado, não me recordo, mas tenho aqui, se o senhor quiser posso verificar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Teria sido um Fiat preto?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode consultar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Consulta que carro é.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não. Os veículos são um, Fiat Uno Mille, cinza, depois um... ostentavam placas que não eram as reais, depois um Gol vermelho e um Escort Hobby, de cor vermelha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem foi preso onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nos postos de Sebastião Laranjeira estavam dois veículos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quais?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Escort e o Gol.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o outro foi preso onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O outro carro estava na cidade vizinha próxima. Não é bem cidade mas um lugar rejo, onde fomos com o Sr. Egberto, pegamos o veículo e trouxemos e levamos a uma cidade...

O SR. OSCAR ANDRADE – Espera aí, estamos falando de Sebastião Laranjeira, que é divisa com Minas...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Totalmente longe. É uma cidadezinha cravada na serra da... Foge-me o nome... Muito longo, coisa de uns 800Km. O senhor diz da divisa com Minas, não é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sr. Presidente, peço a palavra para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em primeiro lugar, ele falou que de Caetité a Guanambi dá 430km; dá 43Km. Em segundo lugar, que Sebastião Laranjeira faz divisa com Minas Gerais e não são 800Km; não

dá nem 1km da divisa. Se passar de uma rua para outra, aqui é Bahia, aqui é Minas Gerais.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, Excelência, desconheço. Fui apenas acompanhando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem, o Fiat. Quem prendeu o Fiat?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nós apreendemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós, quem?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu, Celso e o Juvandir. Na realidade fizemos da seguinte forma: como havia vários locais para serem mostrados, ele mostrou, não para nós, porque não conhecíamos o local, mas aos policiais que nos acompanhavam na Bahia. Esses policiais é que nos levavam. Por isso que estou dizendo a distância que rodamos, entre Vitória da Conquista até esse aí, mais de 800Km. Então foram feitas essas diligências, lá apreendemos esses dois carros, os policiais da Bahia nos levaram, um policial nos acompanhou. Eu e Celso fomos até a cidade de Sebastião Laranjeira enquanto Juvandir foi até uma localidade próxima...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi fazer o que nessa localidade próxima?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Aprender o outro veículo que estava...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual outro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Fiat.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então quem prendeu os dois carros foi o senhor, o Juvandir, o Celso e o policial?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Exatamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem prendeu o Fiat?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O colega Juvandir foi junto com outro colega policial da Bahia e trouxeram o veículo, dali viemos para ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com Laércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Laércio apenas nos mostrou, nem a nós específico, aos policiais da Bahia, e dali subiu. Fui encontrar o Laércio cerca de 30 ou 40 dias depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para deixar bem claro. Chegaram na cidade e tinham dois carros. Era no interior, né?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – No interior.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Escort e o Gol?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que cor era o Gol?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Vermelho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Escort?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Vermelho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os dois, o Gol e o Escort, vermelhos?

Era numa granja, numa fazenda?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, ele estava na casa dele. Na casa dessa pessoa...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas era na cidade ou no campo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem é que chegou ali?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu, o colega Celso e um policial da Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, chegaram em quatro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, eu, o colega Celso e um policial da Bahia. Nós três, apenas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Juvandir...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, o Juvandir não estava conosco. O Juvandir estava com outro colega da Bahia, que foram ver o outro veículo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foram lá prender...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Uno.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A que distância?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu não acompanhei, mas foi próximo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só um momento.

Esclarece bem? Está certo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Da cidade de Sebastião Laranjeiras até onde fomos prender o Fiat – o Juvandir acabou de falar que eu estava na cidade de Mato Verde....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses carros eram todos roubados?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Todos com queixa de furto, inclusive um deles na cidade de São Paulo, outro na cidade de Guarulhos e outro na cidade de...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Montes Claros.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu não saberia falar, mas acho que é Montes Claros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estava identificado o ladrão desses carros?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor, aí que está. Por isso que foi a disparidade. Não encontramos ladrões. Na realidade, ali se tratava de uma pessoa que estava em poder do veículo e não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu só queria que ele esclarecesse. As coisas têm de ser bem claras. Está sendo gravado. Tivemos uma divergência aí. Eu quero que o Laércio confirme: foi o senhor e quem mais? O policial da Bahia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O policial da Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem mais?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Celso. Na casa da cidade...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Que estava em poder de um senhor chamado Egberto Laranjeiras, o ex-Prefeito da cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O ex-Prefeito, que tinha lá o Escort...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Dois veículos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha o Escort e o?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Um Gol.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Um Gol. O Escort e o Gol. E o Juvandir saiu com o policial da Bahia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É, foi com o policial da Bahia nessa localidade próxima.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi numa outra localidade prender o Uno Preto?

O SR. OSCAR ANDRADE – Freitas?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não me recordo se Freitas ou Farias. Eu não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só nesse aspecto aqui, está certo ou está errado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Está errado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que está certo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eles foram para Sebastião Laranjeiras. Prenderam os dois carros o Celso, o Daniel e o Freitas. Eu, Juvandir e um outro policial que eu não me recordo o nome agora fomos a mais ou menos 20 quilômetros para lá da cidade de Mato Verde. Andamos cerca de 180, 200 quilômetros até o sítio para buscar esse carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, não está errado. Está incompleto, mas está certo. O que ele diz: quem prendeu o Uno preto foi o Juvandir e o policial?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, mas não prendemos, apenas apreendemos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não. O que eu quero esclarecer é quem foi lá buscar o Uno preto. Foi o Juvandir e o policial?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Foi o Juvandir e o outro policial da Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor só omitiu que ele estava junto.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, Excelência, eu não omiti. Ele não estava junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em relação à diferença do que os dois estão dizendo, ele está dizendo que foi junto e o senhor está dizendo que não.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, mas comigo ele não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor estava com o Celso e o outro policial prendendo os dois carros?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso está certo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, está errado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que está errado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele falou que, no caso, eu não estava presente. Como é que eles iam saber onde é que era o sítio, onde estava o outro carro?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não é isso. Eles estão negando que você estava junto. Isso aí sabemos que foi você que indicou. Esquece. Mas está certo quando ele diz que foram ele e o Celso que prenderam o Escort e o Gol?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Está. E o Freitas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Freitas, o policial da Bahia. Está certo quando ele diz que quem foi lá prender, na outra cidade, foi o policial da Bahia e o Juvandir? Isso é certo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só está faltando?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele me colocar junto.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso não é problema.

O SR. ROBSON TUMA – Ele estava na viagem, não estava?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Ele foi, nós nos encontramos. Ele foi conosco, desde Caitité até lá.

O SR. ROBSON TUMA – Depois ele não foi com você buscar o carro...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, comigo, não, Excelência.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele foi com o Juvandir e com o outro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Depois, eu não sei qual foi paradeiro dele. Eu fui encontrá-lo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que aconteceu em relação a ele depois? Nós precisávamos esclarecer isso, Sr. Presidente, e está muito clara a posição do relator. E agora ficou devidamente esclarecido, para ver como...

O SR. ROBSON TUMA – Os dois mentiram.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Os dois mentiram. Aliás, disso eu já tinha convicção. Os dois mentiram, e o que ele está falando neste aspecto é verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos dar oportunidade...

O SR. ROBSON TUMA – Ele está aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Juvandir está aí ainda. Nós vamos chamá-lo daqui a pouco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Daqui a pouco. Só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos com calma; vamos esclarecer direito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só continuar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está procurando relatar os fatos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós estamos sabendo, o senhor está dizendo a verdade neste as-

pecto. Está faltando completar algumas coisas, e nós queremos que as coisas sejam completadas.

Eu quero saber o seguinte: quando o senhor viu o Laércio de pois... O senhor foi prender os dois carros ali, juntamente com o Celso, e o Juvandir foi com o outro policial para o outro lado, prender o Uno preto.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Exato.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, juntaram-se os três carros, não se juntaram?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nos encontramos na cidade de Guanambi. Aconteceu o seguinte: quando nós efetuamos essas apreensões nos apresentamos ao Delegado da cidade. Ele se julgou incompetente para tomar as providências. Determinou que fôssemos à cidade de Guanambi. Ele disse que em razão do despacho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantos quilômetros dali?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não tenho condições de precisar ao senhor, mas é bem longe.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É longe?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É bem longe. Fomos à cidade de Guanambi, nos apresentamos ao Delegado regional. O Delegado regional falou: "Olhe, eu também não". Entrou em contato, inclusive, com o assessor do Secretário na nossa frente e o assessor também julgou que não tinha condições de efetuar as apreensões ali e determinou que retornássemos a Vitória da Conquista, onde lá estivemos acompanhados...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E aí o Laércio estava junto?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, vamos ver. Laércio, como é que é?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu estava junto. Fiquei no hotel da cidade lá, junto com eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não foi na Delegacia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só não fui na delegacia. Quando nós chegamos, o Celso e o Daniel já estavam na Delegacia de Guanambi, mas no hotel estávamos juntos. Tanto que o FIAT Uno...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você viu o Daniel, ele te viu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Tranquilo. Ficamos juntos no mesmo hotel.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Dá licença. Quando lá chegamos, ficamos em um hotel em Guanambi. Isso, sim. Ele ficou conosco, porque esses locais onde ele saiu para fazer...mostrar eram locais longe. Então, ele saiu com policiais da Bahia e um colega. Eles foram e nós aguardamos.

Então, ele foi, mostrou, voltou para o hotel, posou. No outro dia ele sumiu. Nunca mais...Desculpe. Nunca, não. De pois de trinta e quatro dias é que eu fui encontrá-lo, já aqui em São Paulo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Doutor. Eu não dormi no hotel, porque tenho uma filha na cidade de Caitité. Eu estava dormindo na casa da mãe dela. Quem dormiu no hotel foi o Bonfim, que era a pessoa que estava com o carro e é o fugitivo aqui de São Paulo, certo?

O Bonfim dormiu no hotel.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que era bandido.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Certo. Que era o bandido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Bonfim estava ou não estava junto?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não conheço. Quem dormiu no hotel – inclusive, se houver necessidade, deve estar nos registros do hotel. Nós pegamos dois quartos. Em um quarto estava eu e dois policiais da Bahia. No outro quarto estava o Juvandir, Celso e o Laércio.

Foi assim que dormimos...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Doutor, eu continuo falando. Eu dormi em casa. Eu tinha casa alugada na cidade de Caitité, certo. É a 40 quilômetros de Guanambi, certo. E quem dormiu no hotel foi o Bonfim.

O SR. ROBSON TUMA – Mas quem preencheu a ficha de entrada do hotel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foram eles, e não eu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas podem ter preenchido com o seu nome. Mas isso é um detalhe...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Bonfim pode ter dormido com o seu nome no hotel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pode. Pode ser.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso é um detalhe...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O hotel foi reservado para a gente, e o Bonfim veio quando a

gente apreendeu o carro. Pode ser que ele tenha dormido com o meu nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas isso é um detalhe. O resto todo está batendo, esse detalhe não é o que vai desmerecer o que ele está dizendo. As outras coisas estão fechando.

Segue adiante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você gostaria de falar.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eu gostaria de falar também que você vê que o modus operandi da equipe sempre era o mesmo, porque esses carros quem entregou lá fui eu. Dois carros desses foram mandados entregar, para eu entregar para o fazendeiro para eles poderem dar cana no fazendeiro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Já era encomendado.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Já era encomenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas quem mandou entregar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O pessoal da equipe. Eles mandaram entregar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Daniel, o Celso, o Juvandir. Foram eles que mandaram entregar o carro. Tanto que no dia de entregar esse carro, eu saí com um carro de uma pessoa de Guarulhos. Eu bati esse carro na Anhangüera. Entrei embaixo de um caminhão e, graças a Deus, não houve nada. Mesmo com esse carro batido, fui até a cidade de Uberaba, onde peguei outro carro, de outra pessoa. Era carro de seguro para eu poder chegar até lá, que era esse Gol vermelho. Fiquei com esse Gol na porta da minha casa na cidade de Caitité durante, mais ou menos, o dia todo. Eu cheguei de manhã. O esquema era o fazendeiro ir buscar o carro na minha porta, e ele ser preso no minha porta para não passar por Guanambi, nem por Sebastião Laranjeira. O intuito era prender o fazendeiro para tomar o dinheiro dele, certo? Mas como eles chegaram a Caitité só à noite, aí foram que as diligências começaram a ser feitas somente à noite. Teve que ir à cidade de Laranjeiras, pegar os outros carros, ir até Minas Gerais e pegar o outro carro que estava por dentro ? do Bonfim.

Mas a realidade era para o Beto Laranjeira ser preso na cidade do Caitité.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom. Vamos continuar com o Daniel. Efetuadas as prisões, onde foi registrada a ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na Delegacia de Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Aquilo que expliquei para o senhor, porque apresentamos ao Delegado da cidade. Ele se julgou incompetente para fazer ...

O SR. OSCAR ANDRADE – De Guanambi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Primeiro de Sebastião Laranjeira. Aí ele nos pediu que nos dirigíssemos à Delegacia Regional da cidade, que era na cidade Guanambi. Fomos lá e nos apresentamos, também não deveria ser feito ali. Inclusive, entrou em contato com ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Por quê?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Excelência, a gente se apresenta à autoridade, e é ele quem decide a atitude de quem vai tomar. Nós apenas efetuamos as apreensões e as exibimos às autoridades.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foram para ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – E fomos para Vitória da Conquista, onde foi lavrado o auto de exibição e apreensão dos veículos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o preso?

O SR. OSCAR ANDRADE – De quantos veículos?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Foram apresentados ao Delegado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantos veículos?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Três veículos.

O SR. ROBSON TUMA – Ele foi solto em Guanambi?

O SR. OSCAR ANDRADE – Os três estão oficialmente ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Tenho apreensão dos três veículos.

O SR. ROBSON TUMA – Mas o preso foi solto em Guanambi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não sei. Nós o apresentamos à autoridade, e esta ficou de ouvi-los e remeter ...

O SR. ROBSON TUMA – Em Guanambi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Nós só passamos por Guanambi e apresentamos ...

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele foi solto em Guanambi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Na cidade da Vitória da Conquista.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Laércio, onde é que soltaram ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O preso foi solto na cidade de Guanambi em menos de uma hora.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foram eles que soltaram, ou foi o Delegado de Guanambi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei. Se me pegam, que sou pobre, em cima de um carro roubado, vou para a cadeia. Agora, pega o cara com três carros, em menos de uma hora, os carros ficam na mão, e o cara sai fora da cadeia ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Dá licença.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um detalhe. Foi presa uma pessoa com os carros?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Duas pessoas. O ex-Prefeito e o irmão dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fizeram apreensão dos veículos e, quando eles foram apresentados, estava essa pessoa.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Estavam inclusive ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E como é que eles soltaram os carros com o preso lá, se era materialidade da prova?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nós exibimos – inclusive há o nome do Delegado a quem foi apresentado, Dr. Jackson da Silva, que é o Delegado Regional.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas essa descrição diz que foi apreendido com a pessoa ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Em poder dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em poder de fulano de tal?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Em poder do Sr. Egberto Laranjeira e do seu filho.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Diz que ele foi preso também?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Preso não. Foi apreendido em poder dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Permite-me dar uma olhada nesse auto de apreensão?

O SR. ROBSON TUMA – Mas vocês pegaram o cara em flagrante e, ao invés de fazer o flagrante ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles pegaram o carro ...

O SR. ROBSON TUMA – O rapaz. Então, é um flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode ter comprado de boa fé. Não sei se ele era ladrão.

O SR. ROBSON TUMA – É flagrante. Até o advogado dele está fazendo assim com a cabeça, concordando comigo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos continuar.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, em Vitória da Conquista ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Foram feitas as apreensões. Dali, pegamos um avião de retorno a São Paulo. Em prosseguimento na diligência em relação a esses veículos, através de um telefone, identificamos a pessoa do Dr. Sérgio Moreira Cavalcanti, aproximadamente trinta dias depois, em junho. Minto, acho foi no dia 8 de junho.

Então, localizamos, aqui no Itaim Paulista, esse rapaz que estava em poder da máquina que fabricava as placas da... ele confeccionava os documentos, as notas fiscais, ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Inclusive, documentos pessoais falsos também.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Inclusive documentos. Ele fazia jogo completo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi ele quem fez a identidade falsa do Laércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não sei. Desconheço. Não tenho condições de informar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que o nome dele é Sálvio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Soube através da imprensa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sálvio Barbosa Vilar? Mas você o chamava de Laércio. Você já foi apresentado a ele como Laércio. Você já foi apresentado a ele como Laércio.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Laércio. Sim, senhor. Vim a saber...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Celso, o Juvandir ou você que mandou fazer o documento falso para ele?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Não tenho condições.

O SR. OSCAR ANDRADE – O informante precisava de ter um ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Quando ele foi apresentado a minha pessoa, foi como Laércio. Eu nem sabia que o documento dele era falso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer que os carros foram apresentados pelo Celso, e o senhor foi nomeado fiel depositário?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, porque havia a necessidade de os veículos serem entregues aos legítimos proprietários. Então, eles foram ali depositados. Os veículos foram guardados no depósito da polícia local onde as vítimas foram buscá-los.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havia uma auto de prisão em flagrante. Foi já na Secretaria ou é um outro caso da 1ª Delegacia de Roubos?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpe-me, mas esse já foi em dias posteriores. Trata-se do auto da prisão em flagrante do rapaz que confeccionava a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não há qualquer citação sobre quem estava com os carros.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Tem em meu relatório, da época, que fiz à autoridade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não há um registro público.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não nos autos que foram feitos na delegacia. Não sei se tem em seu relatório.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É para não aparecer o nome do homem e poderem liberá-lo facilmente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi apresentada a pessoa com quem estavam os carros.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Mas foi apresentado ao Dr. Jackson.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mostre-me.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não tenho como mostrar, mas foi apresentado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas no papel não consta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O auto de apreensão está aqui e não consta. Foi apresentado por Celso dos Santos. Você é fiel depositário dos carros. Olhem aqui o outro relatório do flagrante.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não vão sair três policiais de São Paulo para ir à Bahia prender três carros.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Peço licença para falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – As informações não eram apenas sobre três carros. Já falei na CPI que quando foram apreendidos os três carros a “cana”, como dizemos, realmente foi mal feita. Na fazenda, no entanto, havia tratores e caminhões furtados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foram, inclusive, fotografados.

O SR. OSCAR ANDRADE – A informação bate com o que ele está falando? Havia mais coisas?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não encontrei porque não estive nessa fazenda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas vocês foram com essa intenção?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na realidade, foi motivo de uma posterior discussão. Ele sabe que já chegamos até às vias de fato. Ele nos levou dizendo que iríamos encontrar inúmeros carros e ladrões, mas não foi o que encontramos. Encontramos apenas os veículos que foram exibidos à autoridade.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas encontraram os compradores. Não falei que eram os ladrões, falei que iriam encontrar os carros que eram vendidos para essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom, La é r cio. Vamos passar para o Rio.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conte-nos a viagem para o Rio de Janeiro. Quem foi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Realizamos uma viagem ao Rio de Janeiro. Foram o Dr. Marcelo, o Celso, eu, um colega chamado Farias e o Orlando. À época, todos policiais da Delegacia de Roubos, do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Dr. Marcelo, o Daniel, que é você, e o Celso?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu, o Dr. Marcelo, o Celso, o Farias e o Orlando.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vo cês fo ram como?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – De avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Todos de avião.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o trajeto?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pegamos um vôo em Congonhas e descemos no Santos Dumont.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por qual companhia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não me recordo. Não tenho em mãos as passagens.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você pagou a passagem?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Paguei. E ela me foi ressarcida posteriormente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem o comprovante do ressarcimento?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas existe um processo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Existe esse processo, deve estar no Depatri. É um procedimento normal. É feita uma despesa, esta é apresentada, vai para a tesouraria e é avaliada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez um adiantamento?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fez um adiantamento para a Divisão? O senhor pagou do seu bolso para depois ser ressarcido.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Exa to.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi ressarcido?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Foram todos ressarcidos.

O SR. ROBSON TUMA – Foi o senhor que pagou? Com cheque?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A minha paguei em dinheiro.

O SR. ROBSON TUMA – O se nhor pa gou em dinheiro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Paguei a minha passagem.

O SR. ROBSON TUMA – Em dinheiro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Em dinheiro.

O SR. ROBSON TUMA – E quanto foi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não me recordo. Parece-me que, à época, custou R\$80,00. Nessa faixa. Não sei se foram R\$80,00 ou R\$100,00.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes o senhor foi ao Rio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Uma única vez.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Juvandir afirma que pagou todas as passagens com o cartão de crédito dele.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A minha passagem fui eu que paguei.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Celso foi como?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Celso foi de avião conosco. Não sei. A dele não sei. A minha, desculpe-me, excelência, mas não teria condição de falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem fez a reserva? Seriam cinco. Cinco. Não é isso? Quatro agentes e o Dr. Marcelo.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Dr. Marcelo.

O SR. OSCAR ANDRADE – No mesmo voo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – No mesmo voo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi alguém da delegacia que fez a reserva do voo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A autoridade nos chamou. Essa é uma diligência que... Eu, como encarregado da equipe, a autoridade chamou e falou: "Olha, vamos fazer uma diligência..."

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual autoridade?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Dr. Marcelo. Ele falou: "Olha, vamos fazer uma diligência no Rio de Janeiro. Vamos de avião. Foi tentado, na época, se se conseguiam as passagens. Parece-me que não conseguiram, então, tínhamos que adquiri-las.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso é praxe. Quer dizer, vamos ter que trabalhar fora, vamos pagar do nosso bolso, para, depois, restituir.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É. O normal é a gente conseguir. Quando a autoridade consegue as passagens, amém; quando não consegue...

O SR. ROBSON TUMA – Conseguir você diz é pedir de presente na empresa, é isso?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, não sei. O conseguir que digo é por meio do próprio departamento. Existe uma solicitação que, acredito, deva ser feita.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês foram fazer o que no Rio?

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Relator, deixe-me fazer uma pergunta? Os cinco foram de avião?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Todos foram de avião?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Todos foram de avião.

O SR. ROBSON TUMA – Foi uma viagem ou duas?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu fui uma única viagem. Não sei se houve outra.

O SR. ROBSON TUMA – Ele foi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor. Não estava comigo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Fui, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos chegar lá.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas você não foi de avião, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos continuar a viagem. Espera, espera. Aí, desembarcaram no Santos Dumont.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Santos Dumont.

O SR. OSCAR ANDRADE – E lá?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Lá, fomos até a delegacia nos apresentar. O Dr. Marcelo foi lá, apresentou-se.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês cinco?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nós cinco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como vocês foram do aeroporto para a delegacia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Do aeroporto para a delegacia pegamos um táxi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um táxi com cinco?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pegamos um táxi, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais o motorista, seis.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pegamos um táxi e fomos até a delegacia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foram empilhados?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Todos nós, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um táxi?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor, um táxi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Seis pessoas num táxi? Qual carro que era?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não me lembro se era uma... da linha Fiat, essa peruazi-

nha, Pálio, ou era um Pálio perua, ou era um Pálio Weekend. Não me lembro. Era uma dessas peruazinhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Coube ram os seis?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Coube, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Jurandir daquele tamanho?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor. Fomos todos até a delegacia, e, lá chegando, o Dr. Marcelo conseguiu um outro veículo para que...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foram à delegacia. Qual delegacia que era?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Ah, não recordo qual era a delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém recorda a delegacia. Não é possível! Vocês são todos policiais. Não sabem nem a delegacia qual era.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, excelência. Sou mero agente da autoridade policial. Cumpro as ordens que ele faz. Ele é quem está...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem. Aí foram à delegacia e legalizaram a sua atuação lá.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Legalizamos a nossa presença. Daí, ele conseguiu um outro veículo, e prosseguimos nas diligências.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que veículo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Era um carro grande. Não lembro se era C-14 ou Veraneio, um desses carros grandes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da polícia?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Da polícia, descaracterizado.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí começaram a diligência.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Foram feitas as diligências.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era a diligência?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A diligência era localizar um ladrão, inclusive foragido da Justiça, de nome Marcos Belo. Não me recordo do nome completo. Com o apelido de Badu.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Pintado?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Pintado não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Pintado?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que horas voltaram lá do Rio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Era noite já. Não me recordo da hora exata, mas foi bem à noite que chegamos. Por volta de acho que dez, oito, dez horas da noite.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que horas vocês chegaram no Rio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – No Rio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Saímos daqui dez, onze horas. Acredito que meio-dia, meio-dia e meia, por aí, aproximadamente.

O SR. ROBSON TUMA – Você nunca ouviu falar no Pintado?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor. Vim saber agora do Pintado.

O SR. ROBSON TUMA – Não, agora, mas, na época.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, nunca. Já ouvi falar de Pintado. Trata-se de um ladrão de banco aí. Não sei o nome. Se o senhor perguntar, não sei. Mas me parece que é um ladrão que rouba bases de carros fortes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá. Aí, vocês chegaram ao Rio e foram fazer a diligência. Onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Fizemos num shopping, ali próximo à Barra. Acho que é Barra que chama. Num shopping. Mas chegamos lá e não existia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Shopping?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Barra Shopping ou Shopping Barra, desculpa, não conheço. Fomos lá, realizamos a diligência, nada foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi a diligência? A informação que vocês tinham era de que esse rapaz estava no shopping?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Quem tinha a informação era o Dr. Marcelo. O Dr. Marcelo era quem tinha a informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas, como vocês estavam andando juntos, names mas situação...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Fomos lá para tentar localizar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse Marcos é ladrão de?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É ladrão de banco. Rouba tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Lá no Barra Shopping, vocês foram aonde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na realidade, nem entrei no Barra Shopping. Ficamos na proximidade, onde eles foram tentar localizar próximo a uma...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se o senhor não entrou como é que iam achar?

O SR. ROBSON TUMA – Vocês entraram lá ficaram aonde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não. Eu não entrei. Nós aguardamos do lado de fora enquanto dois foram até dentro do shopping, próximo a uma praça de alimentação, onde existia uma agência, onde possivelmente estariam...

O SR. ROBSON TUMA – Agência de carro?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – De veículos onde possivelmente estaria o ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que chama a agência?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu não sei. Eu não tenho condições de falar para o senhor porque eu não fui até esta agência.

O SR. OSCAR ANDRADE – É perto do shopping?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu permaneci fora do shopping.

O SR. OSCAR ANDRADE – Certo, mas agência não é dentro do shopping, é perto do shopping.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É agrupada, é dentro do shopping.

O SR. OSCAR ANDRADE – O nome da agência seria Riocar?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpe, Excelência eu não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá, vocês foram até lá e aí?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Nós fomos até e os colegas retornaram...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês estavam procurando quem?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Marcos Belo, o Badu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Demorou o que, umas duas ou três horas?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Essa diligência foi...

O SR. OSCAR ANDRADE – Vocês permaneceram no Rio umas seis horas, concordam? Chegaram no Rio às 13:00hs, saiu 19 ou 20:00hs, quer dizer umas seis horas, com o trânsito do Rio, vai em uma delegacia, vai no shopping, faz a diligência, depois volta e pega o avião. Quer dizer em diligência se faz umas duas ou três horas, é muito pouco.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Aproximadamente. Entre o trânsito para atravessar a linha vermelha, a linha amarela que eles falam, ali demoramos algum tempo, mas quanto retornamos ao aeroporto só havia vaga para que marcássemos o retorno na parte da noite. Não me lembro com precisão o horário, mas era noite já.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí não acharam ele?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí vamos embora para São Paulo.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Retornamos para São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quer dizer, sai um delegado, quatro agentes, para procurar um bandido no Rio, fica duas horas ou três procurando ele, não acha. Pega um avião para trás. É assim normalmente?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A diligência é feita. Se ela é...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não tem uma insistência, não tem uma campana, não tem nada, não tem uma ou tentativa, não tem nada. Quer dizer, vai lá e não está... Não tem uma outra tentativa, não tem nada, é assim mesmo que trabalha o Policial? É porque eu não sou policial e eu quero saber.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Pois não. Quando tem fundamento na informação nós permanecemos em campana o tempo necessário. Agora quando a informação não procede, então...

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa informação não procedia. Essa informação era de quem que vocês tinham?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Dr. Marcelo que nos levou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem foi que deu essa informação para ele?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não sei. Eu não tenho condições de informar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Relator, eu quero chamar a atenção do que disse aqui na CPI o

Dr. Marcelo e do que disse ele em relação ao lugar que foram procurar, o bandido contra quem ele dispunha de um mandado de prisão. O que disse o Dr. Marcelo aqui e o que ele está dizendo. Eu nem vou revelar aqui, mas o senhor há de lembrar o que cada um disse. Os senhores saíram o foram lá no Barra Shopping.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Próximo ao Barra Shopping mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E eles entraram no shopping e vocês ficaram do lado de fora?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eles foram verificar se procedia, se existia isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles foram lá dentro do shopping e o senhor ficou do lado de fora.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Permanecemos ali perto do estacionamento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes do senhor responder, o Barra Shopping é aonde está a agência de carro do Paulo César Santiago?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor, só existe ela lá dentro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu só quero mostrar isso, Sr. Presidente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu vou pedir ao Laércio que, por favor, narre a história do Rio de Janeiro desde o início.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi acertado com a equipe, porque eu morava na Cidade de Montes Claros, na época, eu estava morando lá, e já tinha sido pedido para eu trazer o Sr. Paulo César a Cidade de São Paulo onde ele seria preso, para dizer que eu queria comprar uma boa quantidade de entorpecente dele para ele vir até São Paulo.

Só que quem fazia, vamos dizer, os contatos sobre esse negócio era o Pinduca e o Pintado. Aí ficou acertado então que eu iria encomendar trinta quilos de cocaína ao Sr. Pinduca e ao Sr. Pintado. E isso foi feito. Entrega aonde? No Rio de Janeiro. Em que lugar? No Barra Shopping. Os carros descem de Montes Claro e vão até o Barra Shopping.

Aí foi passado para a equipe aqui em São Paulo como que seria feito, o dia e hora marcados. Nós fomos para lá, eu e o Celso de carro, o Daniel, o Dr. Marcelo e as demais pessoas de avião. Eles foram de avião, como eu estava indo de carro com o Celso, chegando lá houve o desencontro. Já chegamos cinco horas da tarde e não teve como ter o contato mais. Tentamos, viat telefone, falar com o Pinduca, tentamos falar com alguém da Rio Car. Perguntou e disseram que não tinha mais ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você encontrou com o Daniel lá no Rio?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, se nhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na frente do Barra Shopping. Posteriormente, viemos até a uma praça em Ipanema, onde é o escritório da Rio Car.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Para tentar encontrar o Pinduca e o Pintado ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para encontrar os dois?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, se nhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu lhe perguntei o Pintado. Você está falando do Marcos não sei o quê, o Badu.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A diligência, na cidade do Rio de Janeiro, que eu fui foi para procurar o Marcos...

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa é outra.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpe, então não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós estamos falando de da cá. Essa é outra.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não, desculpa. A do Rio de Janeiro, a diligência que participei e que fui ao Rio de Janeiro, fomos na procura de uma pessoa alcunhada por Badu, que é o Marcos Belo. Não conheço Pintado, nem tampouco essa outra pessoa que ele falou, Pinduca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se lembra do caso da mulher que você citou aqui que queria uma outra diligência no traficante?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, se nhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você podia dar um relato assim.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Falei sobre essa outra diligência deles, não foi coisa minha, não participei, não fui junto com eles, porque ele está se contradizendo no que eu estava dizendo, de que eles foram até o Barra Shopping. Agora, o Sr. Daniel já confirmou.

Eles estavam alegando que eles tinham que prender a moça no Estado do Rio. Essa prisão foi feita, se não me engano, em Macaé. Então, não tem nada a ver. E a prisão de Macaé, foram seguindo essa mulher de ônibus e quando chegaram lá é que telefonaram para eles e eles foram de avião.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eles quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Celso, o Juvandir, na época.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o Dr. Marcelo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E o Dr. Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas foi um período meio próximo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é a diferença?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acho que um mês ou dois meses.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas em dois anos, um mês, dois meses, a diferença é pouca, porque nós temos ver se o Dr. Marcelo desceu para o Rio duas vezes naquele período, porque achei o Celso, quando falava, com muita convicção. Acho que a única coisa que ele falou de verdade, aqui, é que ele foi ao Rio de Janeiro e foi de avião. E você está dizendo que ele foi ao Rio de Janeiro e não foi de avião.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi de carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi de carro. E tenho convicção de que você está dizendo a verdade e tenho a convicção de que ele está dizendo a verdade. Se os dois estão dizendo a verdade, tem uma coisa que está faltando esclarecer, qual seja, a de que o Celso, na verdade, foi duas vezes. Então, ele tem convicção de que ele foi de avião e ele pode provar que foi de avião, porque, realmente, foi de avião, num período próximo, só que era numa outra ação. E o que está muito claro aqui e que precisamos esclarecer, colocá-lo frente a frente com o Dr. Marcelo, é que o Dr. Marcelo disse aqui, e agora foi revelado, que ele foi lá procurar o Badu – tinha aqui o processo – e deram o endereço, mas que não batia o número da rua...

O SR. OSCAR ANDRADE – Tinha a rua, mas não tinha...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tinha a rua, mas não tinha o número, que ele não achava o número. E o senhor está dizendo, e está falando a verdade, nesse aspecto, que vocês foram lá ao Barra Shopping. E esta é a verdade: foram ao Barra Shopping. O senhor pode até passar a impressão para nós que, daqui a pouco, o senhor foi lá até ingênuo. Vão pensar.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpe, Excelência, não fui ingênuo. Fui acompanhando autoridade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Posso até pensar que o senhor formava equipe, pensavam que iam prender alguém e foram lá ao Barra Shopping. O senhor está contando. Isso que o senhor está dizendo é verdade. Foram lá ao Barra Shopping. O senhor sabia ou não sabia? Não sei se o senhor sabia ou não sabia. Agora, o que o senhor está dizendo também é verdade.

O senhor trouxe duas verdades para nós na CPI. O seu depoimento é muito importante. Duas verdades: a primeira verdade é que o senhor esclarece quem foi prender o Fiat preto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Minas Gerais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É, Minas Gerais. O senhor esclarece que foi o Juvandir. Esclarece. A CPI tinha uma dúvida. Está claro.

A CPI tinha uma dúvida se tinham ido ao Barra Shopping para achar o Santiago.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Paulo César Santiago.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tínhamos dúvida.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Desculpa, Excelência, mas não fui achar e não conheço esse Paulo que ele disse.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não estou dizendo que o senhor foi achar. A CPI tinha uma dúvida se tinham ido ao Barra Shopping achar. Nós agora só temos a dúvida se foram achar, mas que foram ao Barra Shopping está provado.

Como o Dr. Marcelo disse que não foram ao Barra Shopping e que foram lá a uma rua não sei onde, ele mentiu e o senhor está dizendo a verdade. O resto... O Juvandir também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos dar a ele a oportunidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Juvandir não participou do Rio.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Juvandir mentiu na questão do carro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Juvandir mentiu na questão do carro e o Celso mentiu na questão do carro e mentiu agora na questão do Rio de Janeiro. Está clara a coisa.

Vamos chamar o Juvandir para esclarecer a questão do Fiat.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Penso que é melhor chamar os outros para, depois, fazermos os esclarecimentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não. Creio que do Juvandir há só um fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só isso.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Daniel falou que ele não conhece o Pêrsio. Ele conhece muito bem o Pêrsio porque eles freqüentavam muito o lava-rápido do Pêrsio. Foi lá que eu fui descarregar a carga de vela com ele. Também lá foram descarregados câmaras de ar de pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE – É a mesma carga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É a mesma carga da Mageon. Ele está falando que eu tenho rixa com ele, mas não tenho rixa com ele. Apesar de trabalhar com eles, eles me deram um chute, o que é normal. Eles são policiais e eu era um cara fugitivo da Justiça e era deles não me deixar ganhar nada. Mas ele levou a carga de velas.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Primeiro, o meu problema com ele foi que entramos em vias de fato e ele sabe bem disso, porque o expulsei, colocando-o para correr de lá. Posteriormente ao que foi feito na Bahia, nos encontramos em um bar próximo ao Depatri...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Qual é o nome do bar?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não sei, mas é um barzinho que tem ali próximo, duas ruas depois.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bar da esquina?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não sei. É um bar próximo ao Depatri.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É onde o pessoal do Depatri almoça de vez em quando?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – É. Ali servem refeições em um bar próximo. Encontrei-o e aconteceu que ele veio me inquirir sobre o que havíamos feito com relação ao caso da Bahia e fui taxativo com ele, dizendo-lhe que não tinha que dar-lhe explicações e que todas as providências de polícia judiciária haviam sido tomadas e que deveria inquirir o Celso, já que ele prestou informações ao Celso e não a mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a carga de ...

O SR. ROBSON TUMA – Relator, só um momento. Você disse que não deveria dar explicações. O senhor pensa que está certo quando diz que não deveria dar explicações. Por que ele tinha que se entender com o Celso, então? Havia algum acerto?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não senhor. Ele tinha que se entender com o Celso.

O SR. ROBSON TUMA – Então, por que ele tinha que se entender com o Celso? Qual o motivo por que um cagoete da polícia, um informante, tinha para se entender com um policial algum tempo depois de ser realizada uma ação? Ele estava cobrando uma parte e você quis dizer que não tinha nada a ver com isso e que era para ele cobrar do Celso?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não senhor. Eu disse a ele que, em relação ao que havia sido feito, ele deveria cobrar do Celso e não a mim porque não foi a minha pessoa...

O SR. ROBSON TUMA – Qual era o direito que o senhor entendia que ele tinha para cobrar de um policial o que tinha sido feito em uma operação? No seu entendimento, o senhor dava a ele o direito, um informante, ex-preso, condenado, a cobrar do policial, de tirar satisfação do policial sobre o que tinha ocorrido naquela operação. Então, qual era o direito? Por que o senhor considerava que ele tinha o direito de fazer essa cobrança?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Na realidade, primeiro, eu não sabia que ele era foragido. Se soubesse disso, naquele dia eu o teria detido, com certeza e sem dúvida e ele sabe disso. Em segundo lugar, não foi a mim que ele prestou informação e eu não sabia de riqueza de detalhes sobre o que ele havia falado. Então, não era a mim que ele tinha de perguntar. Tudo aquilo que fiz...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor não entendeu. O senhor disse que ele tinha de se entender com o Celso. Se o senhor pensa que ele tinha de se entender com alguém sobre alguma coisa é porque o senhor dava a ele algum tipo de direito, ou seja, o direito de cobrar e de tirar alguma satisfação. Por que o senhor entendia que ele tinha o direito de tirar satisfação com o Celso? Só tem direito de cobrar algo ou alguma de alguém quando essa pessoa nos deve alguma coisa. Se o senhor entendeu que ele tinha o direito de cobrar do Celso é porque o senhor entendia que ele tinha o direito de cobrar dele algo que ele lhe devia. O que era isso?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O relacionamento que eles tiveram. Eles se conheciam, eles tinham o relacionamento de amizade e eu não tinha contato com ele. Por isso, considere o ato de me inquirir sobre o que foi feito um absurdo.

O SR. ROBSON TUMA – Por que ele queria que o você fosse tirar satisfação com o Celso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não houve isso que ele está falando na Bahia. Houve o que relatei na frente do Dr. Marcelo em relação às cargas de vela e de pneus Mageon.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, a briga do bar foi porque ele logrou...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele logrou. As velas foram guardadas onde eu falei.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele logrou o Laércio no roubo da carga de pneus, de câmaras e de velas.

O SR. ROBSON TUMA – Aí, ele falou que não tinha nada a ver com isso, que o acerto era com o Celso e que era para ir se entender com ele. É isso? Então, pronto. Ele assume que tinha algum esquema e que se devia alguma coisa para ele. O que ele está dizendo é que não era ele que tinha que cumprir com Laércio. Quem tinha que cumprir com o Laércio era o Celso. Então ele comprova que tinha o esquema e dá a ele o direito de cobrar alguma coisa desse esquema. A única coisa que ele diz é que não era ele que acertava, era o Celso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É lógico que isso está claro. Precisávamos chamar aqui o ...

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Com licença, posso falar? Não admito e nem tive nenhum acordo com ele, primeiro. Segundo, também nunca fiz serviço de outro tipo de carga ou que seja uma informação prestada por ele. Não fiz nenhum serviço, como ele diz aí, de vela nem de pneu. Portanto, eu não tenho...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom, mas ele disse aqui, e as coisas não estão batendo.

O SR. PRESIDENTE (Ro meu Tuma) – Isso tudo ele já disse. Vamos requisitar os inquéritos. Vamos chamar o Juvandir para esclarecer o ponto do Fiat, e assim faremos um prosseguimento, senão não vamos mais sair daqui. Vamos fazer agora mais ordenadamente para evitar procrastinação do andamento da reunião.

Sente-se, por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir, nós o trouxemos de volta para pegar o seu depoimento de novo com relação àquela questão na Bahia. Vou salientar para você que estamos numa CPI e não podemos admitir aqui mentiras. Dois depoimentos já tem no jeito. Vamos dar-lhe a chance de se retratar nesse aqui. Quem prendeu o Fiat em Minas Gerais, quando os outros dois carros, o Escort e o Gol, foram presos em Sebastião Laranjeiras?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, quem efetuou a prisão desses três veículos foi o Celso e o Daniel. Quando retornei, que nós fomos lá, que ele foi mostrar outros locais, o Celso e o Daniel, dali há uns vinte minutos, já retornou para o local onde estávamos acomodados...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Lá em Guanambi. Trazendo a novidade do serviço, que a ocorrência já tinha sido apresentada na cidade de Guanambi para a autoridade local e trouxe a meu conhecimento que a apreensão iria ser feita lá em Vitória da Conquista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem prendeu os três carros?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Foi o Celso e o Daniel, em Vitória da Conquista, e mais o policial da Marinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Freitas?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel, quem prendeu os três carros?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Eu, o Celso e o Freitas estivemos na cidade de Sebastião Laranjeiras, onde apreendemos dois veículos, e o terceiro veículo foi numa cidade próxima, juntamente com um outro policial da Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem prendeu?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Juvandir e um outro policial da Bahia, não me lembro o nome agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É esse o Juvandir.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Esse é o Juvandir.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi ele que foi lá prender na outra cidade?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Sim, senhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E quem mais?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Ele e um policial da Bahia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele e um outro policial?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Aí nós nos encontramos ali próximo e fomos nos apresentar a cidade de Guanambi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas quem foi prender o Fiat?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Apreender o veículo?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – A apreensão desse veículo foi um policial da Bahia, o Juvandir, que apreenderam esse terceiro carro. Aí nós nos encontramos para fazer toda a apreensão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A apreensão dos três já... com todos os policiais juntos?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Já na cidade, bem como todas as pessoas que estavam em poder ali foram apresentadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi a primeira versão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é a divergência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Há uma mentira aí.

O SR. ROBSON TUMA – Foi a primeira versão, Sr. Presidente, do Celso com firmeza e clareza. E só modificou e insistiu na mudança e na mentira, e se atrapalhou porque depois disse que não lembrava e acabou nos criando três versões de pois que ele disse esta versão que está dizendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual seria o problema do senhor ocultar porque a história dele bate com a do Sálvio.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E que bate com a história do Celso também, a primeira versão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor insiste que não fez apreensão. Não tem prejuízo. Qual é a razão desta dificuldade?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Daniel está mentindo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor acha que ele está mentindo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, não vou falar para o senhor que o Daniel está mentindo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então você está mentindo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Talvez ele não está-se recordando desse detalhe: que os três carros foram apreendidos por ele. Talvez ele não esteja se recordando desse detalhe: que os três carros foram apreendidos por ele. Talvez ele não esteja se recordando no presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está falando com muita tranquilidade. É a quinta vez que ele conta...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, jamais eu vou mentir para a CPI. O senhor pode ter certeza disso, excelência. Talvez ele não deve estar se reportando ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Celso está mentindo, o Daniel está mentindo e o Laércio está mentindo. Só o senhor que não.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, jamais. Eu estou dizendo para o senhor que, se eu tivesse apreendido o veículo, ou um cidadão, que o Laércio está aqui falando que o cidadão é condenado, que é fugitivo, eu iria, com certeza, tomar as providências cabíveis. Jamais eu iria prevaricar, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esquece a pessoa. Só lembre do caso. Só do caso. Esquece. O senhor não quer se comprometer, porque teria apreendido o carro com o receptor e teria dificuldade amanhã para explicar por que ele foi solto. Esquece isso. Só diga como foi apreendido o carro.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – O carro foi apreendido. Os três carros foram apreendidos em Sebastião Laranjeira. Talvez o colega Daniel esteja (não esteja) se reportando a esse detalhe, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel, por favor.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Tenho plena, total, convicção, aqui na CPI, ou em qualquer outro lugar: eu afirmo com precisão que foram apreendidos dois veículos na cidade de Sebastião Laranjeira pela pessoa de Daniel, aqui presente; meu colega Celso e um colega da Bahia de nome Freitas...

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. POMPEO DE MATTOS – E daí? Continua.

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – E outro carro eles foram buscar numa cidadezinha ali próxima. Nós nos encontramos para encaminhar mos até a cidade de Guanambi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Eles quem?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Juvandir, o outro colega que não me recordo o nome agora, um policial da Bahia que fazia acompanhar as diligências...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Laércio?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – O Laércio não estava comigo. Não posso falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Laércio foi preso com eles, né, com vocês?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não tenho condições de falar, porque, comigo ele não estava.

O SR. ROBSON TUMA – Essa pergunta foi feita várias vezes. O Laércio confirma a versão do Daniel. Foi perguntado, várias vezes, para o Celso. O Celso respondeu a mesma versão que o Laércio e que agora faz o Daniel e, quando retornou a pergunta para o Juvandir, é que o Celso modificou e criou várias versões, se atrapalhando inteiro e mentindo e insistindo na mentira e por isso foi preso em flagrante.

Agora vem o Daniel confirma e reafirma, por várias vezes questionados, a mesma versão, primeira do Celso antes de começar a inventar aqui na CPI que o Laércio. Foi perguntado mais de 10 vezes para o Juvandir, que mantém a sua versão de que não foi ele. Está claro, então, que o Juvandir está faltando com a verdade a esta CPI, crime da Lei das CPI's no seu artigo 4º, inciso II, cuja pena baseia-se no artigo 329 do Código Penal, inclusive artigo esse que motivou a prisão do seu colega Celso.

A sua última chance, porque, senão, eu acho, Presidente, que não podemos mais perder tempo em fazer aqui centenas de vezes a mesma pergunta para ouvirmos a mesma mentira.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, quero, mais uma vez, reiterar ao senhor que jamais eu irei mentir para a CPI. Jamais. Excelência, tenho...

O SR. ROBSON TUMA – Então, qual é a sua versão correta: o senhor pegou, prendeu o Fiat, ou foi o Daniel, o Celso e o Policial Freitas ...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quero fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Olha, é uma oportunidade: não vou considerar duas versões se o senhor esclarecer claramente. É uma oportunidade e não vai haver... Nenhuma vez vai ser tomada qualquer providência, porque, senão, um dos dois está mentindo e vou ter que tomar uma providência. Pode tranquilamente repensar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está lhe dando esse direito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se quiser que paralise cinco minutos para pensar, eu paraliso, mas faça a versão correta, porque é um fato que não vai prejudicar em nada. Não traz nenhuma consequência, porque o Celso fez três ou quatro versões e se enrolou. Ele está falando com tranquilidade, está

expondo, e o senhor insiste em que ele está mentindo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, ainda antes de ele responder, há um aspecto que chama a atenção, aqui.

Ele tinha uma posição e o Celso tinha outra. Ele dizia que foi o Celso e o grupo todo que prendeu o Fiat. O Celso dizia que foi ele. Isso separados. Quando chegaram junto, o Celso manteve a posição, muito clara, dizendo que foi o senhor que prendeu o Fiat.

Aí, Sr. Presidente, ele retrucou o Celso, teimou, pisou pé e o Celso mudou a posição dele.

Sugiro, inclusive, quero que a CPI esclareça, que o Celso sentiu medo e voltou atrás.

O Daniel teve a mesma posição do Celso. Vi ele fazendo com o Daniel a mesma coisa que fez com Celso, apertando: Não. Acho que você está enganado, para ver se o outro voltava atrás na posição.

Você tem medo dele Daniel?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Não senhor, em momento algum. Não há porque ter medo dele.

O SR. ROBSON TUMA – Você ainda acha que o Daniel está equivocado, que você não foi apreendendo o Fiat.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sr. Deputado, não tenho por que intimidar nem o Celso nem o Daniel. Eles são meus colegas de trabalho. Trabalhamos, no passado, juntos e mantemos até hoje a nossa amizade não só profissional, como também familiar. Não tem por que intimidar.

O SR. ROBSON TUMA – Só esclarecer, estou aqui há duas horas só para saber do Fiat.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Volto a afirmar para V. Exª que não participei da apreensão dos três veículos.

O SR. ROBSON TUMA – De nenhum dos três?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi o seu papel?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Quando chegamos lá e foi dividido que o Celso e o Daniel, juntamente com o policial da Bahia, iriam para um lado e eu iria para outro, porque o Laércio teria outras informações para passar, de outros delitos, fui apenas checar e quando entrei no Estado de Minas não tínhamos papel nenhum para tomar qualquer tipo de providência, Sr. Presidente. O documento que tínhamos era Bahia.

Sr. Presidente, sem fugir do assunto, até hoje não entendo, porque as denúncias do Laércio, nasceram da seguinte forma, não sei se é do conhecimento de V. Ex^{as}: ele procurou um órgão da imprensa, ligou no meu celular. Eu não estava em São Paulo. Estava na cidade de Avaré, onde tínhamos ido requisitar um ladrão, um marginal quando o meu celular tocou. E ele criou uma situação onde teria ocorrido um roubo numa empresa, no valor de R\$180 mil, e que esse roubo teria sido praticado por cinco homens e duas mulheres e que não era para, de forma alguma, eu pegar ninguém. Na realidade era para a gente se direcionar em cima dos R\$ 180 mil reais.

Falei para ele – quando estava ouvindo a informação que ele me passava -, perguntei para ele que firma que era. E ele não sabia me falar que firma. Perguntei se ele sabia onde pegar os elementos e ele falou: – Olha, as minhas não... os caras não sei o que...

Então eu falei para ele que iria primeiro levantar o boletim de ocorrência para verificar se de fato aquele roubo ocorreu. Foi quando foi cessada a conversa. E posteriormente fiquei sabendo que era uma armação por parte desse cidadão aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Robson, você lembra quantas vezes você falou, no seu primeiro depoimento, que o Laércio não era seu informante, que o telefone tocava você passava para o Celso, que você nem conversava com ele, que você não admitia. Alô. É o Laércio. Passava para o Celso.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Sr. Presidente, achei estranho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas continuou conversando, perguntou qual era a empresa, quantas pessoas, o valor.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Até achei estranho, porque esse moço ficou muito tempo sem ligar para mim e num dado momento ele me liga com esse tipo de informação.

O SR. ROBSON TUMA – Laércio, você ligou para ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Um vizinho da casa da minha sogra era vigia de uma empresa transportadora de cargas. Essa transportadora foi roubada e a carga estava em cima quando passei a informação...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubaram a carga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Roubaram de dentro do galpão. A carga foi tirada de dentro do galpão. Então eu não menti. Esse vizinho meu já foi

preso, indiciado por outras pessoas, mas quanto à carga deram um jeito de sumir.

O SR. ROBSON TUMA – Só um minutinho. Ele teve a oportunidade no seu depoimento de falar que nunca havia conversado com o Laércio, a não ser para passar o telefone, teve a oportunidade de esclarecer vários fatos. Agora ele tentava para outros fatos para que esta Comissão esqueça da história do Fiat. Já são mais de nove horas da noite e temos mais três testemunhas para serem ouvidas, foram dadas não uma mas uma dúzia de chances para que ele corrigisse o fato da apreensão do Fiat, que ele não fez.

Acho que é o momento de tomarmos providências para partirmos para outros depoimentos porque já são nove horas da noite.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência, as providências referentes aos três veículos foram tomadas pelos meus companheiros de equipe.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por que o senhor insiste que ele está mentindo?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não estou falando que ele está mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está confirmando que não tem engano.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Talvez ele não se recorde...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ou você não se recorda que fez a apreensão?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – A apreensão dos três veículos foi feita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A divisão...

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Licença para desligar o celular.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra do nome do policial que estava com o senhor na Bahia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era da Polícia Militar ou da Civil?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Da Polícia Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De que unidade?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – De Vitória da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele estava junto de quem apresentou os carros na delegacia?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Esta va sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele encontrou com os Srs. onde?

O SR. DANIEL RUBENS DE OLIVEIRA – Encontramos próximo à cidade de Sebastião Laranjeira e nos dirigimos a Guanambi e dali a Vitória da Conquista, onde exibimos ao Dr. Jackson, Delegado Regional de Vitória da Conquista.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é o advogado que está com o senhor?

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Dr. Luís.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Luís, por favor. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria a presença de uma autoridade da Polícia Federal, por favor.

Tenho que fazer uma escolha para saber quem está falando a verdade. Vou ficar com a convicção do Daniel, porque de todas as oportunidades em respeito à sua pessoa e principalmente por ser um policial. De forma que pela sua insistência em contrariar a versão que todos estão realmente confirmando, sou obrigado a lhe dar voz de prisão e pedir a sua condução à Polícia Federal onde o seu advogado poderá acompanhá-lo e prestar os depoimentos.

Peço a conduta e peço ao Deputado Pompeo que o acompanhe até ao Departamento ou que avise ao Negromonte que permaneça lá.

O SR. JUVANDIR LINO DA SILVA – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está encerrado

Daniel, pediria que aguardasse um pouco lá fora.

Marcão, Marcos Pereira, por favor, peço o seu comparecimento.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é o Marcos Pereira?

Por favor, podia se identificar e nos dizer onde trabalha, qual é a sua função e se tem algum fato que possa colaborar com a CPI dentro daquilo que o senhor foi convocado a depor nesta CPI. O senhor está com microfone? Ligue, por favor.

O SR. MARCOS PEREIRA – Eu sou investigador de Polícia e trabalho no Depatri. Eu fui chamado aqui porque em abril eu vi meu nome no jornal, meu nome, não, vi escrito Marcão, Alexandre e Farofa. E então, me propus na hora que vi no jornal, não sabia porque motivo seria. Aí eu procurei o meu delegado e procurei a Corregedoria para saber do que se tratava

para esclarecer o que aconteceu. Eles mandaram o meu nome para a CPI e eu vim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trabalha no Depatri.

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual a equipe?

O SR. MARCOS PEREIRA – Trabalhava eu e o Alexandre.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Alexandre ainda não foi chamado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ainda não. E o Farofa, não é?

O SR. MARCOS PEREIRA – E o Farofa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só vocês dois trabalhavam com Marcelo?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a divisão do Depatri?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual era a delegacia?

O SR. MARCOS PEREIRA – Trabalhava na terceira Divecar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Divecar.

O SR. MARCOS PEREIRA – Estava trabalhando agora, ultimamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não no roubo de carga nem de veículo?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Divecar é de veículos.

Tem alguma relação?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você podia enumerar

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conheci o Sr. Marcão através também do Alemão, quando eles estavam morando em Guarulhos. O Sr. Marcão apreendia cargas – ele junto com Farofa, mais uma outra pessoa que eu não lembro o nome, por isso que eu não coloquei. Essas cargas e os carros eram passados – o que fosse apreendido: drogas, cargas roubadas – para o Alemão e essas cargas eram revendidas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não fazia a apreensão regular nem encaminhamento à vítima.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, senhor. Geralmente, quando estouravam os galpões, retiravam dos galpões de cargas roubadas. Essas cargas voltavam para serem vendidas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem um fato concreto?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi estourado um galpão em Guarulhos pelo Alemão. O Alemão também fez parte da apreensão, deu voz de prisão para o ladrão e tal. E essa carga foi tirada, foi levada para a casa do Etelvino, parte dela, onde o Alemão morava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em Guarulhos. Uma casa em Guarulhos e de lá eles tomaram do rapaz uma saveiro branca – eu não tenho o nome da placa -, parte da carga. A palavra certa: estorquiram mais dos personagens da quadrilha algum dinheiro e soltaram essas pessoas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Além do Alemão, você lembra mais de alguma personagem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A pessoa certa, os nomes das pessoas que foram presas eu não tenho. Eu sei que quem participou da venda da carga foi o Etelvino, o Alemão, porque um morava em cima e o outro, em baixo. Posteriormente, a saveiro foi colocada numa agência de automóveis para a venda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E onde aparece o Marcão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Marcão foi a pessoa que fez a apreensão da carga; ele e o farofa, juntamente com o Alemão. O Alemão mesmo deu o local em que a carga estava, o galpão onde estava a carga roubada, eles foram lá ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era carga de quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não me lembro qual era a carga. Só sei que ele é uma pessoa muito ligada ao Alemão.

Não foi só uma vez, porque morei na casa do Alemão quase dois anos, eles iam lá todos os dias, sempre tinham alguma coisa para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Marcão ia lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Marcão, ele e o farofa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Confirma isso?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece o Alemão?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem sabe quem é o Alemão?

O SR. MARCOS PEREIRA – Nem apreensão, nunca fiz nenhuma apreensão em Guarulhos. Desco-

nheço o fato de que ele está falando. Vi esse cidadão uma vez, em uma padaria, na zona leste. Foi-me apresentado por outro investigador, o investigador Marquinho. Ficamos vinte minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Marquinho?

O SR. MARCOS PEREIRA – Marquinho. Ficamos uns quinze ou vinte minutos conversando na padaria, quando ele me foi apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Próximo ao ...?

O SR. MARCOS PEREIRA – Na zona leste, perto da minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Perto da casa dele também?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, aí eu não sei!

O SR. OSCAR ANDRADE – Perto da casa do Celso?

O SR. MARCOS PEREIRA – Perto da casa do Celso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, é perto da casa dele.

Ele foi apresentado a você pelo Marquinho?

O SR. MARCOS PEREIRA – Pelo Marquinho, sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Marquinho é o ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu não fui apresentado a ele pelo Marquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na 63 DP?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Excelência, não fui apresentado a ele pelo Marquinho, fui apresentado ao Marcão, na casa do Alemão. Tenho provas disso. A mãe da minha filha vai provar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde era a residência do Alemão, à época?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era lá em Guarulhos, perto do aeroporto de Guarulhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Cumbica, ali na região?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode identificar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Posso, tranquilamente!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi lá que o conheceu?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi lá que eu o conheci.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É ele mesmo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com certeza absoluta!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sem dúvida?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sem dúvida!

Já fiz outras diligências com eles também, na tentativa de fazer apreensão de armas, essas coisas, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor era informante dele também?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, eu conheci o Alemão e por seu intermédio tinha que viver o seu dia a dia, porque estava em sua mão. Eu estava nas mãos do pessoal do Depatri e do Alemão.

O SR. ROBSON TUMA – Relator, se me permite. O nome do senhor é Marcos Pereira?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, Excelência!

O SR. ROBSON TUMA – O Marcos Pereira também foi acusado na CPI do Narcotráfico não só pelo Laércio, mas também por um casal de nome Wagner Penhares e Ivonete, de ter tentado extorquir dinheiro. Eles não aceitaram, enfim, acabaram levando também o caso para a CPI do Narcotráfico. Houve uma acareação e um reconhecimento do cidadão Marcos Pereira, também por esse casal, que não era do conhecimento.... Você conhecia o casal?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. ROBSON TUMA – ... também não era do conhecimento do Laércio.

Então, são fatos ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse casal o reconheceu em razão de?

O SR. ROBSON TUMA – Ele estaria extorquindo o casal, juntamente com outros policiais. Esse casal chegava de viagem, pegaram-no no aeroporto, pegaram a sua Mercedes. Esse casal parece-me que fabricava cartões de crédito e eles tentaram extorquir esse casal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fabricavam ou clonavam?

O SR. ROBSON TUMA – Aí é que está a dúvida. Não se tem informação se fabricavam ou se clonavam. Mas, obviamente, parece-me que era, inclusive, um casal que vinha do exterior. Foi alegado que traziam contrabando, motivo pelo qual estariam extorquindo o casal. E ele foi indiciado pela CPI do Narcotráfico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O casal reconheceu?

O SR. ROBSON TUMA – Reconheceu. O depoimento foi aqui na própria Assembléia com o casal. Podemos, inclusive, tentar pegar o contato desse casal. Se preciso, podemos pedir novamente o depoimento desse casal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem alguma coisa a esclarecer?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, Excelência. A respeito desse fato aí, esse casal ao qual o Depatri se refere, esse Wagner Penhares é um dos maiores estelionatários que foi autuado por nós, temos lá todo o inquérito

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode repetir e falar mais alto?

O SR. MARCOS PEREIRA – Este Wagner foi autuado em nossa delegacia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por estelionato?

O SR. MARCOS PEREIRA – Por estelionato e ele alega esse tipo de coisa. Nós o autuamos. Ele tem mais ou menos umas duzentas vítimas. Ele deu um golpe de 4,5 milhões no Credicard.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O cartão Credicard?

O SR. MARCOS PEREIRA – O cartão Credicard.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele clonava cartão?

O SR. MARCOS PEREIRA – Na verdade ele colocava anúncio no jornal, do tipo precisa-se de universitários, pegava os documentos dessas pessoas, dava entrada na empresa de cartão de crédito para poder tomar posse desses cartões. Há vários processos. Ele falou à CPI que não tinha passagem, que era inocente, que era empresário...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso está tudo...

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os antecedentes dele?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Posso falar, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Essa pessoa que ele alega realmente eu não a conhecia, mas vivendo o dia-a-dia na casa do Alemão, ele tinha uma mulher que clonava cartão. A mulher do Alemão, uma

amante dele clonava os cartões. Por intermédio dessa mulher é que eles foram atrás do Wagner. Eles extorquiram esse casal por muito tempo. Ele pode ser ladrão, pode ser o que for, mas ele pagou muita maldade para a equipe dele, pagou.

O SR. ROBSON TUMA – Depois o negócio não andava bem, o Wagner parou de pagar e foi por isso que foi preso. Há aqui um pequeno histórico e se quiserem que eu o leia: “O Wagner falou sobre a extorsão de ameaças sofrida pelo depoente e sua família ao Depatri, em seu apartamento, policiais civis. Wagner Penharis foi preso por policiais do setor de investigações gerais da Capital de São Paulo por envolvimento em golpe milionário contra cartões de crédito no mês de agosto de 99. Na época da prisão estava hospedado no Hotel Miramar, na cidade de Praia Grande, São Paulo, tendo sido apreendidos vários cartões de crédito com ele. Os policiais que o prenderam chamavam-se Renato Apolinário, Nivaldo e Adriano, sob supervisão do Delegado Rubens e Milson. Na ocasião foi indiciado também por falsidade ideológica pelo uso de telefone celular clonado. Segundo notícia do jornal Gazeta da Praia Grande, nos dias 15 e 18 de agosto de 99, Wagner, ao ser abordado, teria proposto uma negociação com policiais para não ser preso. Foi aberto procedimento investigatório na Corregedoria de Polícia sobre o caso de extorsão. Ele reconheceu os policiais de nome Alexandre Francisco, Marcos Pereira, Renato Lopes, Renato Apolinário, Adriano Jorge e o Delegado Rubens Nunes de terem tentado praticar extorsão contra a sua pessoa. O caso inclusive parece que está na Corregedoria de Polícia Civil apêndice da própria CPI.”

O SR. MARCOS PEREIRA – Eu posso falar, Excelência?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho.

Há mais algum envolvimento principalmente com o roubo de cargas?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É como eu falei para o senhor, a parte que eu fiquei sabendo, convivendo no dia-a-dia com eles, o Alemão é a pessoa que dava destino às cargas que a equipe pegava. Continuo afirmando e afirmo a hora que for preciso que o Alemão além de fazer isso é a pessoa que mata os caminhoneiros, que mata as pessoas que se tornam inimigos do grupo.

O SR. ROBSON TUMA – E ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quanto a ele eu não posso informar porque não vi, mas o Alemão

eu tenho certeza. Na hora em que precisavam fazer o extermínio de um caminhoneiro ou de alguém...

O SR. ROBSON TUMA – Você sabe só desse caso dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Há outros casos mas não têm relevância e não tenho como explicá-los. O combinado era mais com o Alemão.

O SR. MARCOS PEREIRA – Excelência, eu queria só salientar a respeito deste Wagner Penharis. Como o nobre Deputado relatou, esses fatos que estão ali escritos estão relacionados à prisão que ele teve em Santos. Nós tão tivemos relacionamento nenhum com a prisão dele em Santos ou na Praia Grande.

O SR. ROBSON TUMA – Vocês foram ao aeroporto, não é isso? Na frente do aeroporto.

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é outra prisão?

O SR. MARCOS PEREIRA – É o caso que de ele estava falando deste Wagner Penharis, que foi da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa é outra prisão do Wagner.

O SR. MARCOS PEREIRA – Essa de Santos foi outra pessoa que o prendeu.

O SR. ROBSON TUMA – São várias, o que deu a impressão para nós que o Wagner era alguém conhecido deles em algumas ações. Mas chegou um momento em que houve um desentendimento entre Wagner e aqueles que eram conhecidos dele da polícia e por isso é que acabou tendo a briga, porque chegou um momento em que o próprio Wagner disse que tinha praticamente perdido tudo e que queriam inclusive a mercedes que ele tinha. E foi por isso que houve o desentendimento e o Wagner veio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses são fatos que se rão apurados. Pode dar a sua versão, por favor.

O SR. MARCOS PEREIRA – Excelência, com relação a esse fato, é importante marcar, como esse cidadão mesmo disse, esse serviço do Wagner veio através de uma pessoa que pagou diversas vezes para nós, cansou de pagar, tem todo esse procedimento na Corregedoria de Polícia. Declarações dele, ele nunca pagou um centavo para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir a cópia desse processo.

O SR. MARCOS PEREIRA – Ele nunca pagou um centavo para nós. O que aconteceu foi que ele foi

atuado por nós, depois estava foragido, depois foi preso na Praia Grande por outra equipe, por outros policiais. Ele falou que os policiais da Praia Grande tentaram extorqui-lo, que nós tentamos extorqui-lo, que ele não ia na Corregedoria da Polícia Civil porque não era um órgão confiável, ele não tinha procurado denunciar para ninguém porque não confiava, tinha medo, então o que aconteceu com esse estelionatário foi isso, mas vem a reforçar que nem conheço a pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Houve alguma acareação de vocês com ele na Corregedoria?

O SR. MARCOS PEREIRA – Na Corregedoria tem um processo administrativo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas houve acareação entre vocês?

O SR. MARCOS PEREIRA – Houve, na Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vamos pedir uma cópia disso.

O SR. MARCOS PEREIRA – O que está acontecendo prova mais uma vez que desconheço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o Alemão, você conhece, nunca ouviu falar? E o Chico?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tem informante?

O SR. MARCOS PEREIRA – Tenho informante, mas é amigo, policial, que me passa alguma informação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o Alemão mora?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não sei, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – O senhor sabe o que é informante, alcagüete, aquele bandido que passa informações?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Saber você sabe, senão você não é polícia.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não sei o sentido que o Deputado quis dar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está falando do alcagüete. Cada um alicia e procura buscar informação de quem participa ou faz parte de algum tipo de delito e colabora com a polícia no sentido de aliviar. Tem hoje até negociação que é feita para facilitar as apurações. Então, não é nenhum demérito em se possuir algum informante para fazer bom trabalho em benefício da sociedade, não para cooptar um marginal para a prática de um crime. Esse é um erro

grave, intolerável. Mas manter um informante, buscar uma informação, saber como age uma quadrilha...

O SR. ROBSON TUMA – Você chegou a prender um policial em sua vida?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – E os dois policiais que você apreendeu, que estavam seguindo uma carga roubada?

O SR. MARCOS PEREIRA – Eu nunca prendi policiais, Excelência.

O SR. ROBSON TUMA – Você nunca prendeu alguém que estava escoltando carga roubada?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Mas já teve algum colega seu nessa situação, que foi preso por esse motivo? Um compadre seu?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza absoluta?

O SR. MARCOS PEREIRA – Absoluta, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Pércio? O Dedé?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São policiais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses não. Moisés?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Boreli?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. MARCOS PEREIRA – Marquinho só o investigador que me apresentou à pessoa aqui presente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era um investigador?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele fala que não conhece o Júnior. Tem que explicar para ele que é o Júnior de Guarulhos, no qual ele, o Marquinho, o Farofa fizeram... O ferro velho de Guarulhos. É o Júnior de Guarulhos, que é ladrão de cargas, que é ladrão de bancos.

O SR. MARCOS PEREIRA – A pessoa tem que vir aqui e dizer que eu conheço.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Eles fizeram a apreensão desse rapaz e lhe tomaram vinte e cinco mil reais, do Júnior, de Guarulhos. Tem aí o nome e o telefone dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, o senhor não conhece?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor. Esse Júnior seria policial?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Júnior, filho do Marcão, lá do ferro velho, perto da casa do Alemão, do Etelvino, você conhece todo mundo. Você conhece o Etelvino, o Alemão, você conhece o Júnior, você conhece o Marcão do ferro velho, você sabe muito bem, porque vocês foram lá, estouraram o galpão e guardaram a carga na casa do Etelvino, posteriormente o Etelvino e o Alemão venderam.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mentir à CPI é crime. Todos esses fatos poderão ser apurados e se buscar a verdade. Não estou fazendo ameaças, apenas é minha obrigação alertar, o senhor pode estar infringindo um dispositivo legal mais grave do que se tiver mentido à Corregedoria, no inquérito policial, para a CPI você estará mentindo à Justiça.

O SR. MARCOS PEREIRA – Sem dúvida, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço encarecidamente que fale a verdade para que realmente possamos dar continuidade às apurações, porque nós queremos esclarecimento correto à sociedade.

O SR. ROBSON TUMA – Você tem filhos?

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, eu tenho dois filhos.

O SR. ROBSON TUMA – Quem são os padrinhos?

O SR. MARCOS PEREIRA – Meus filhos não têm padrinhos, sou da religião cristã, que não permite o batismo.

O SR. ROBSON TUMA – Não tem nenhum policial mais próximo, que ficou...

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, policiais...

O SR. ROBSON TUMA – Que cuidam da criança, como se fossem padrinhos.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza?

O SR. MARCOS PEREIRA – Absoluta. Da Congregação Cristã do Brasil. Fui criado na ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é batista?

O SR. MARCOS PEREIRA – Cristão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece Jurandir?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ex-policial?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não conheço, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão também não.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que lhe apresentou o Laércio.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor. Não foi o Alemão quem me apresentou o Laércio, quem me apresentou o Laércio foi o Marquinho, na Padaria Água Viva.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe dizer como ele se tornou informante do Depatri.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem lhe apresentou foi o Marquinho?

O SR. MARCOS PEREIRA – Foi o Marquinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho é policial?

O SR. MARCOS PEREIRA – Policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da 63DP?

O SR. MARCOS PEREIRA – Da 63.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Celso?

O SR. MARCOS PEREIRA – O Celso é investigador no Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que é amigo dele. Vizinho, você sabia?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabia que ele era informante do Depatri.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você viu ele no Depatri?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não vi ele no Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma vez?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a sua divisão?

O SR. MARCOS PEREIRA – Terceira Divecar, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de que ele viajava para outros estados com alguns policiais?

O SR. MARCOS PEREIRA – Excelência, o único contato que eu tive com ele foi numa padaria, para termos para tomar um café.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi?

O SR. MARCOS PEREIRA – Ano passado. Não lembro precisar agosto, setembro, outubro, novembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava tomando um café.

O SR. MARCOS PEREIRA – Perto da minha casa, na Padaria Água Viva.

O SR. ROBSON TUMA – Qual a razão que ele tem para estar mentindo com relação a você?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não sei, Excelência. Talvez em benefício da pena. Não o conheço, nunca fiz nada contra ele nem contra outra pessoa.

O SR. ROBSON TUMA – Se ele já revelou fatos que já concordaram, já aceitaram, não precisava estar mentindo.

O SR. MARCOS PEREIRA – Sem dúvida. Eu vim aqui porque vi meu nome ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você fez algum mal a ele?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você fez algum mal a ele?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que ele estaria inventando isso?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está relatando fatos. Você está contradizendo fatos que ele relata. Os fatos se apuram e se investiga, quer dizer, estou lhe dizendo que presunção da verdade tem valor, por isso acho que se chegarmos à conclusão de que o senhor mentiu sem dúvida nenhuma será processado pela CPI na forma que a lei determinar.

O SR. MARCOS PEREIRA – Excelência, tenho pleno conhecimento do que o senhor acabou de relatar. Estou aqui à disposição da CPI. É como disse anteriormente, eu vi Marcão e Farofa no jornal, procurei autoridade policial, procurei a Corregedoria da Polícia Civil para poder me apresentar e saber do que ele poderia estar me acusando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está sendo processado pela Corregedoria sem ser por esse fato desse casal?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor, nunca tive nenhum problema com a Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por fatos da CPI?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tem nenhum processo contra o senhor?

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, senhor. Aliás, o fato da CPI tenho processo administrativo que foi instaurado por causa da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas com base no caso do estelionatário.

O SR. MARCOS PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Onde o senhor está hoje?

O SR. MARCOS PEREIRA – Hoje eu estou no serviço burocrático de reconhecimento fotográfico.

O SR. ROBSON TUMA – Então quer dizer que a Corregedoria da Polícia o afastou da função policial de rua e te deixou no serviço burocrático?

O SR. MARCOS PEREIRA – A pedido da CPI. No dia em que fui ouvido, no outro dia...

O SR. ROBSON TUMA – Você acha que a Corregedoria da Polícia seria injusta, de cometer uma injustiça com você, mesmo a CPI pedindo, se ela tivesse convicção dos fatos serem corretos, ela não falaria para a CPI: olha, aqui foi uma coisa errada, o rapaz aí não tem nada?

O SR. MARCOS PEREIRA – Ex^a, acho que não. A Corregedoria da Polícia Civil seria justa a ponto de tomar a medida correta. O que forçou isso foi a opinião...

O SR. ROBSON TUMA – Então, e afastou exatamente por que os fatos são complicados em relação a você.

O SR. MARCOS PEREIRA – O que aconteceu foi a opinião pública, vocês, deputados, pediram o afastamento dos policiais...

O SR. ROBSON TUMA – Então, você acha que a Corregedoria da Polícia não serve para nada? Ela só serve movida à opinião pública? Eu não concordo.

O SR. MARCOS PEREIRA – Não, é um organismo sério.

O SR. ROBSON TUMA – Então, tão sério que lhe afastou, é isso que estou querendo dizer.

O SR. MARCOS PEREIRA – Está apurando, tanto é que o senhor pode pegar todos os inquiridos

que tem lá e lá está toda a verdade dos fatos. Toda vez que fui solicitado eu lá compareci. Eles afastaram porque foi pedido pela CPI para afastar todos os policiais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria ao Marcos, que por favor, se tem mais alguma coisa que queira revelar.

O SR. MARCOS PEREIRA – No momento não Ex^a. Só gostaria que houvesse rigor nas investigações e que fosse esclarecida a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso você não precisa recomendar.

O SR. MARCOS PEREIRA – Porque nós fomos execrados e mal falados sendo que eu mal conheço o cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Então, pediria que não fosse embora, para ouvirmos o Alexandre. E se houver alguma coisa que seja conflitante entre o seu depoimento e o dele, nós procuramos esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, só para esclarecer. Enquanto ele se retira, que, em relação a ele, existiram dois depoimentos. Inclusive não foi um fato em que alguém ouviu, foi lá disse: esse aí tentou extorqui-lo. Não, foi citado outros nomes e na busca da Corregedoria para localizar esses nomes, tanto feito pelo Laércio, no Rio de Janeiro, onde fez denúncias, não foi isso, que a Corregedoria mandou dois delegados ao Rio de Janeiro para acompanhar e depois das duas partes que nem se conheciam, se conheceram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é melhor ele voltar para ouvir essa versão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor, volte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não posso permitir que haja versão sem a presença dele.

O SR. ROBSON TUMA – Não estou contando uma versão, mas o fato de se chegou à CPI do Narcotráfico.

Mas é um caso que ele não pode desmentir, por ele nem tem conhecimento desse fato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ele vai ouvir. Isso ele tem que ouvir.

O SR. ROBSON TUMA – Estou colocando aqui a todos de que você, com as suas palavras de moço santo, que, nos dois momentos, um foi no Rio de Janeiro que o seu nome foi citado pelo Laércio e o outro em São Paulo pelo casal, em momentos absolutamente diferentes. Não estou pedindo conteste seu,

porque estou contando um fato que aconteceu na CPI do Narcotráfico e sequer posso admitir que você interprete esse fato, porque esse fato não foi vivido por você. Foi vivido pelos membros da CPI. Um no Rio de Janeiro e o outro em São Paulo. E, posteriormente, separadamente, foram reconhecidos você e os outros policiais, tanto pelo casal quanto pelo Laércio. Portanto, não é um fato isolado, porque você acabou de deixar aqui em dúvida inclusive o trabalho de que ele só estaria fazendo acusações para que se beneficiasse delas, o que não é correto, porque foi reconhecido tanto pelo Laércio, que o denunciou no Rio de Janeiro, quanto pelo casal que o denunciou em São Paulo. E queria só deixar esclarecido esse fato aqui para todos, porém não estou lhe perguntando e nem pedindo o seu conteste, estou contando o porquê, investigador Marcos, apareceu na CPI do Narcotráfico e o fato. Só estou relatando por que a CPI o convocou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então está terminado. Acho que qualquer coisa pode até prejudicá-lo. Só registro, o fato de que foi...

Peço a presença do Sr. Alexandre Francisco Ribeiro da Costa, investigador conhecido como Farofa.

Vamos aguardar a presença do Relator.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Alexandre Francisco da Costa, o seu cargo é de investigador?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Investigador de Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalha aonde?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depatri. Que setor?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Divecar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe os fatos que o trouxe para esta CPI para este depoimento? Tem conhecimento deles?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algo que possa adiantar, ajudar a esclarecer os fatos nesta CPI, poderia nos dar um preâmbulo das suas explicações a respeito deste assunto.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Quando chegaram as denúncias via imprensa, pelo jornal, constava o meu nome, sou co-

nhecido como Farofa, e Marcão trabalha comigo, aí li a reportagem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalha na Divecar com ele. Ainda está na Divecar?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não. Estou à disposição da chefia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas do Depatri.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Do Depatri. Fiquei sabendo da denúncia, vi que constava o vulgo, o apelido ali. Dirigi-me à autoridade, falei que podia dar o meu nome lá porque queria saber o que estava acontecendo sobre os fatos. Não tenho nada, não sei o que está acontecendo e quero saber. Dirigi-me até a Corregedoria, fui ouvido na Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi convocado ou foi espontaneamente?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Eles pegaram o meu nome e mandaram para lá, aí foi ser ouvido, fui convocado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi chamado.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Fui chamado. Fiquei sabendo que se tratava do fato de uma pessoa que estava dizendo umas coisas a respeito da gente, nem sei o que estavam dizendo também porque de mim praticamente não tem o que falar, não tinha nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O delegado não leu as acusações ou as citações a seu respeito.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Leu. Mas a única coisa que tinha era o meu nome. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu nome dentro do depoimento.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – É. Estava Farofa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nada, não tinha nada?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não tinha nada contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fizeram um parágrafo e colocaram Alexandre e tal...

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, colocaram Farofa, como Farofa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas sem envolvimento com nada.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, que eu saiba, que tive conhecimento não.

O SR. ROBSON TUMA – Não teve nenhuma acusação, a Corregedoria está acusando você por quê?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Por que diz que eu conhecia, que a pessoa me conhecia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que pessoa?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – O Laércio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só o Laércio? Era ele ou era outra coisa?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – O Laércio, diz que me conhecia. Na primeira vez que fui à Corregedoria foi que o Laércio me conhecia, só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E conhecer é crime?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, não é crime.

O SR. ROBSON TUMA – E de onde você conhece ele?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – De uma padaria na Zona Leste. Parei para tomar um café e ele estava com outro polícia lá, fui apresentado para ele...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nessa padaria você estava sozinho?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, estava eu e o meu parceiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Marcos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem apre sen tou?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Foi o Policial Marcos, não o meu parceiro, o outro policial Marcos, o Marquinhos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da 63?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Da 63. Isso mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que lhe apre sen tou o Laércio?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Isso mesmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Conversamos, subi na minha viatura e fui embora.

O SR. OSCAR ANDRADE – E depois? Quantas vezes?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Depois eu não vi mais ele.

O SR. ROBSON TUMA – Quanto tempo você conversou com ele?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Ah, que são de uns 15, 20 minutos no máximo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sobre o quê?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não lembro, Excelência. Não me recordo, amenidades.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, quem foi que lhe apresentou ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Excelência, conheço essa pessoa, como conheci o outro rapaz que estava aqui, há quatro anos, certo? Precisamente quatro anos. Ele quer relatar agora o fato da gente ter ficado na padaria quando eles também iam para Montes Claros. No caso, só quem foi até Montes Claros foi o Marquinho, da 63, e o Jorjão. Eles iam em seguida, só que fomos para lá, arrumamos tudo, esperando eles chegarem em Montes Claros. Só que não sei o que é que houve aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso aí é outra viagem a Montes Claros, não é aquela do...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, aí já foi outra equipe, foi o pessoal da 63, que ia em conjunto com a equipe dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual era o objetivo da viagem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O mesmo, pegar o pintado também para pegar dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah? tá.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Montes Claros virou uma romaria de policiais atrás do pintado porque sabiam que era coisa alta que se pega.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas aí acabou ele não indo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, acabou eles não indo, acho que houve um problema. Só foram o Marquinho e o Jorjão, aí não deu para fazer o trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão é o policial da Rota?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o PM, é o da Rota. Aí não foi feito o trabalho por esse motivo. No dia marcado para ele chegar, porque fomos de carro, eu, o Jorjão e o Marquinho, e eles iriam em seguida de avião, aí não sei o que é que deu, o delegado deles acho que não concordou que eles viajassem, aí foi adiado o serviço lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes mais, nesses quatro anos, você esteve com ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que umas cinquenta vezes, por aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece a casa dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não conheço a casa. Como falei, ele e o Marquinho iam todos os dias na casa do Alemão, todo o santo dia, lá em Guarulhos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alemão é seu amigo?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, nem conheço o Alemão.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Chico?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, não me recordo, não sei quem é não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem algum fato mais que ele tenha participado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A mesma participação que houve quando eles estouraram o galpão...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Marcos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, com o Marcos e com o Alemão. E a carga era colocada dentro da casa do Etelvino. Prontamente levo o senhor lá na hora que precisar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Etelvino você conhece?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço também, excelência.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Participou também da prisão do Júnior, quando tomaram os R\$25.000,00 do Júnior.

O SR. ROBSON TUMA – A Corregedoria está investigando só esse fato?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Na CPI, que o senhor está falando?

O SR. ROBSON TUMA – Não, quais são os fatos que pesam contra o senhor na Corregedoria?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – O fato que pesa é o do Laércio e de um estelionatário. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse que o Laércio disse que ele está divulgando agora.

O SR. ROBSON TUMA – Não, ele também está no mesmo caso. Por que a história foi a seguinte: o Laércio foi de por no Rio de Janeiro. Lá, no meio do depoimento, o Laércio disse que...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depôs à polícia ou à CPI?

O SR. ROBSON TUMA – Na CPI do Narcotráfico. Lá na sessão do Rio de Janeiro o Laércio falou de várias pessoas, falou desse Paulo Santiago, do Rio de Janeiro, que é de Minas também. Depois ele falou de vários policiais que recebiam propina, não é isso? Como parceria de acobertar crimes, enfim, ou para libertar criminosos que eram presos por eles. Naquele momento, chamamos a polícia civil. A Corregedoria encaminhou para o Rio de Janeiro dois delegados da Corregedoria que ouviram também o Laércio, porque havia muitos nomes que eram citados como codinome, por exemplo, ele falava: O Marquinhos da 63, o Marcão lá do Depatri, da não sei o quê. Então a Corregedoria que ajudou a localizar quem eram esses policiais, porque eles não tinham o nome inteiro desses policiais.

A CPI em São Paulo ouviu um casal que apareceu para denunciar que estava, ou que tinha sido vítima de várias extorsões por policiais e citaram alguns nomes de policiais. E colocamos esse policiais também, a Corregedoria os localizou, para fazer um reconhecimento. Então, foram dois fatos absolutamente opostos que o levaram para a CPI do Narcotráfico. Um, do casal em São Paulo e outro do Laércio, no depoimento do Rio de Janeiro e que também confirmava tudo. Em verdade o Laércio, desde o primeiro momento, confirmou todas as acusações. Inclusive na CPI do Narcotráfico tem uma cópia fiel da agenda, porque nós, naquele momento, tomamos uma preocupação: vamos apreender a agenda do Laércio, fazendo uma cópia oficial dela, depois devolvemos, para que o Laércio, eventualmente, não pudesse colocar nenhum nome e não criar absolutamente nada. Existe essa cópia lá nos arquivos da CPI, que são esses dados que estão no depoimento, tanto na CPI e também na Corregedoria da Polícia Civil, que foi tomado no Rio de Janeiro, e não se se em outra oportunidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre como é que você conheceu o Júnior?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Eu não sei de que Júnior ele está falando não. Não conheço Júnior, não sei quem é.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o dono do ferro velho, lá em Guarulhos

O SR. OSCAR ANDRADE – Do ferro velho em Guarulhos.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Participaram da prisão dele você, o Marcão, o Marquinho da 63 e o Jura, ex-policial.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Eu não sei quem é, Ex^a.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Jurandir você conhece?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Jurandir eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir, ex-policial.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço, Ex^a

O SR. ROBSON TUMA – Que tipo de relacionamento você tinha com o Celso?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Celso eu conheci em no Depatri.

O SR. ROBSON TUMA – Só isso?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Só isso.

O SR. ROBSON TUMA – É como você conhece o José, o Antônio?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – É como eu conheço o José, o Antônio.

O SR. ROBSON TUMA – Não tinha nenhum relacionamento?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Relacionamento nenhum, nunca tive.

O SR. ROBSON TUMA – Nunca foi próximo, nunca teve nenhuma atividade policial com ele?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Nada. Nada. Nunca trabalhei com ele.

O SR. ROBSON TUMA – Nunca se falaram, não tem ligação dele para você nem sua para ele. Se eu quebrar o seu sigilo não teria problema nenhum?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não. Pode quebrar sigilo.

O SR. ROBSON TUMA – Nem entre as delegacias, o número que você usava na delegacia e o número da delegacia dele, não tem?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Tem certeza?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Nunca tive amizade com Celso, nunca fiz nenhum serviço com ele nem nada. Simplesmente o

conhecia do Depatri e o cumprimentava no corredor. Só isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Marcelo Boreli?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Marcelo, não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Qual Marquinho, esse do 63?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, chefe de uma quadrilha interestadual de roubo de carga.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pércio?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é policial do Depatri. Esses nomes você nunca ouviu falar? Nenhum desses aqui que lhe falei?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não. Não conheço.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Dedé também já foi apreendido por eles e foi tirado do Dedé 75 mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre, Marcão...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E o Marquinho da 63 também e o Jorjão.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você nunca trabalhou com esses elementos que ele citou?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não, trabalhei com o Marcão, que foi meu parceiro, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E no 63?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não. Nunca trabalhei na Zona Leste.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas nenhum trabalho conjunto?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Nenhum trabalho conjunto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mucini?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Mucini, eu sei que ele trabalha na Leste também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na 63?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Acho que na 63.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Da Rota?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Não conheço. Não tenho intimidade com PM.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Lucindo também não sei quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Mamel?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Mamel eu conheço; Mamel está aí com a gente. Ele é do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Que estava aqui? Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso, já falou. Ju-vandir?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Conheço do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Dr. Marcelo.

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Conheço do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca trabalhou com eles?

O SR. ALEXANDRE FRANCISCO RIBEIRO DA COSTA – Nunca trabalhei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria então que o senhor se retirasse e aguardasse

mais um pouco até que nós pudéssemos ouvir Francisco Mamel, e se tiver alguma dúvida nós o chamaremos.

Chamo o Sr. Francisco Eduardo Mamel. Pediria que os outros, os presos que vieram de Vitória do Espírito Santo voltassem ao presídio da Polícia Federal e que amanhã, às 9 horas, fossem apresentados a esse recinto.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Excelência, essas duas pessoas que faltam poderiam ficar para amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, só há um. O resto vamos encerrar agora, em razão...

O SR. OSCAR ANDRADE – É o último.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o último.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está passando bem?

O SR. ROBSON TUMA – Você prefere hoje? Se você estiver passando mal...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se você quiser que eu transfira para amanhã, é só... Vai ser rápido aqui.

O SR. ROBSON TUMA – Não está bem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem algum compromisso aí?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você quer ir embora agora?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estou com falta de ar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, vou pedir. Francisco Mamel, você poderia voltar amanhã de manhã? Porque, assim, ele não está em condições. Eu pediria desculpas e transferiria para amanhã, às 9 horas. Assim, logo cedo encerraremos. Então, por favor, amanhã, não precisa fazer nova comunicação. Você fica ciente. Os outros também podem ir. Antes de ele ir embora, precisa ir ao hospital, porque não está bem.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos fazer um exame de sangue por causa do coração.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer um calmante?

Robson, ele tem que passar para pegar a família dele para ficar tranquilo. Leve-o ao Hospital das Clínicas, por favor.

Caso tenha alguma comunicação, Deputado...

Dou por encerrada esta sessão, que terá prosseguimento amanhã, a partir das 9 horas da manhã. Obrigado aos presentes.

Ata da 19ª Reunião realizada em 08/12/2000.

Aos oito dias do mês de dezembro do ano dois mil, às dez horas, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo/SP, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças do Senhor Senador Moreira Mendes e dos Senhores Deputados Oscar Andrade, Mário Negromonte, membros da Comissão, reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a ouvir os Empresários José Amaral Corrêa, Márcio Ivan da Silva, Ronaldo Arrivabene, Floriano Gonçalves e Florisbela da Silva Gonzales, registra-se a presença dos Deputados Estadual Afânasio Ajazadji e Pontes Lopes. Inicialmente foi ouvido os empresários José Amaral Corrêa e Márcio Ivan da Silva, que foram questionados pelos Parlamentares presentes. Continuamente foi ouvido o Senhor Ronaldo Arrivabene, do Transportes Matuca e Floriano Gonçalves, também questionado pelos Parlamentares presentes. Em seguida foi ouvida a Senhora Florisbela Gonzales, da Transradar Transportes, que foi interrogada pelos Senadores Tuma e Moreira Mendes e pelo Deputado Oscar. Como no dia anterior não foi possível colher o depoimento do policial Francisco Eduardo Mamel, na presente oportunidade o mesmo foi ouvido e acareado com o preso Sálvio Barbosa, sendo interrogado pelos mesmos parlamentares. Foi apresentado para prestar esclarecimentos o comerciante Shiro Naruzi, que se encontrava preso na Delegacia de Barueri/SP, juntamente com o também comerciante Ronaldo Teruya, que vieram até esta CPMI encaminhados pela Juíza daquele Município por estarem envolvidos com Roubos de Cargas no Estado do Espírito Santo, sendo que os mesmos foram ouvidos pelos Parlamentares que se encontravam presentes. A presente reunião foi presidida pelo Deputado Mário Negromonte. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, senhores. Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubos de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se a ouvir depoimentos das seguintes pessoas: de ontem, o policial Mamel e, de hoje, os empresários José Amaral Correa, Mário Ivan da Silva, Ronaldo Arrivabene e Floriano Gonçalves, além de dois presos da Justiça do Espírito Santo que foram encaminhados a esta CPI, visto haver uma apuração da Polícia Federal naquele Estado envolvendo mandados de prisões já decretadas de sessenta pessoas, dentre as quais seis policiais. O juiz autorizou o encaminhamento do Sr. Shiro Maruzi e Ronaldo Teruya, com prisão temporária decretada pela Justiça Criminal do Espírito Santo, ambos com envolvimento no roubo de cargas.

Tínhamos o compromisso de ouvir, em primeiro lugar, o agente policial, mas o preso Sálvio ainda não veio. Ontem, ele passou mal, teve uma passagem pelo hospital e, dentro em pouco, estará aqui para a acareação, se for necessário, com o agente de polícia. Então, convidaria o Sr. José Amaral Correa, que espontaneamente se dispôs a prestar depoimentos em auxílio à CPI.

Por favor, o Sr. José Amaral Correa. (Pausa)

Solicito o microfone aqui. (Pausa)

Bom dia, Sr. José. Por favor. (Pausa)

O Sr. José Amaral Correa está me entregando um histórico dos roubos do caminhão. São alguns caminhões, não é isso?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não, foi apenas um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Caminhão Guindautos?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. É para retirar cargas de caminhões, não é isso?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Gostaria que o senhor nos esclarecesse em que poderá nos ajudar a prosseguir nas investigações da CPI sobre o roubo de cargas. Esteja à vontade.

Ajuste o microfone, por favor.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Minha empresa, o nome dela é Amaral Locações de Guindastes. Meu nome José Amaral Correa. Trabalhamos com guindastes e nosso caminhão foi roubado três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ajuste o microfone mais perto, por favor.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – O caminhão da nossa empresa foi roubado três vezes. Na primeira vez foi roubado na região da Vila dos Remédios. Tive um informante, um amigo meu me informou onde o caminhão se encontrava. Fui lá e recuperei o caminhão. Conseguir reavê-lo. Paguei para o receptor a importância de Cr\$6 mil, porque nosso caminhão não tinha seguro. Se não pagasse, perderia meu patrimônio. Passado esse tempo, ficamos mais ou menos um ano com esse caminhão, foi roubado a segunda vez. Na segunda vez que foi roubado, seguraram o motorista. O caminhão foi roubado em uma sexta-feira às 3h da madrugada...

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi roubado com carga?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não, o caminhão nosso só fazia... carregava peso, guindaste.

O ladrão roubou o caminhão em uma sexta-feira às 3h da manhã. Ficou com o caminhão sexta, sábado e domingo para segunda ligou para o meu celular, porque dentro do porta-luvas do caminhão haviam cartões da empresa que tinham o número do meu celular. Ele me ligou para ir buscar o caminhão na estrada da Aldeia da Serra, porque já tinha feito o trabalho com o caminhão, já ganhado o dinheiro dele e estava devolvendo. Perguntei do motorista e ele disse que o motorista seria liberado depois de meia hora. Quando fui buscar o caminhão o celular tocou e era o motorista, que tinha sido deixado no posto do Gugu, na Castelo Branco. Recuperei, então, o caminhão.

Depois de mais trinta dias, que foi agora dia 30 de outubro, o caminhão foi roubado novamente. Dessa vez não o recuperamos mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sumiu?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Sumiu. Tenho informação que alguém o tenha visto na marginal na sexta-feira passada e comunicamos à polícia, mas não conseguimos. Esse equipamento é muito caro. Custou para a empresa R\$180 mil. Temos a felicidade de tê-lo no seguro, mas tenho vários colegas que foram roubados e não têm seguro. Então estou aguardando.

É o que tenho a declarar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o mesmo caminhão nas três vezes?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – O mesmo caminhão. Temos mais caminhões, inclusive parei, guardei. Vou parar com a empresa porque eu não tenho mais condição e o roubo é grande.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor disse que pagou?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Paguei.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A quem?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Ao receptor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ao receptor. Sabe quem é?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – É, eu sei mas se vou entregar, vou falar, quem vai correr risco sou eu!

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se o senhor quiser falar reservadamente depois.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Falo. Falo. Sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então depois vamos evacuar a sala para o senhor detalhar mais, está certo?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Certo.

O SR. OSCAR ANDRADE – As ocorrências foram feitas onde?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Uma ocorrência... A primeira nem ocorrência eu fiz porque eu fui na Delegacia quando o caminhão havia sido roubado. Quando sempre a gente chega na Delegacia ou está trocando plantão, a gente acaba perdendo quatro, cinco horas, enquanto isso o patrimônio já sumiu. Toda vez quando...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual Delegacia?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Foi na Delegacia da Vila Mangaló.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor desconfia de alguém? Policial? O senhor já foi roubado três vezes, então o senhor já está com know-how de roubo. Então o senhor desconfia de algum policial? Algum Delegado ou Polícia Rodoviária passa na sua mente?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não desconfio, mas a gente tem perfeitamente que onde tem o roubo tem gente envolvida.

O SR. OSCAR ANDRADE – No primeiro roubo o senhor deu 6 mil reais para reaver o caminhão.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Exatamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como que eles entraram em contato com o senhor?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não. Eu fico diretamente na empresa. A gente manda o caminhão trabalhar, porque o nosso caminhão é o seguinte: a gente não trabalha diretamente para uma empresa. A gente trabalha para várias empresas, para particular. E um amigo meu ligou: "Amaral, preciso do seu caminhão para carregar uma máquina desmontada e tal". Mandei o caminhão. E normalmente quando a gente manda o caminhão é sempre com hora marcada. O cliente fala: Quero o caminhão aqui ao meio-dia. Então meio-dia eu estava na empresa e liguei para o cliente. O caminhão chegou lá? O caminhão chegou. Está aguardando aqui a nota fiscal para a gente buscar o material. Daí eu fiquei por ali. Depois de cinco minutos o cliente ligou: Sr. Manoel, o caminhão do senhor saiu daqui, eu vi fazendo a curva, pegando a Marginal. E o caminhão voltou para a empresa? Eu falei: Não. O motorista não tem hora de voltar. Tem hora de executar o trabalho. Eu falei o meu caminhão deve ter sido roubado. Estou indo aí. Em quinze minutos eu fui lá. Daí fui conversando, conversando... Daí chegou um amigo meu e falou: Sr. Amaral, o que seu caminhão estava fazendo lá na Vila dos Remédios em tal rua. Eu fui: Como é que você viu meu caminhão? Ele falou: É porque eu moro nessa rua e o seu caminhão estava lá. Daí eu fui lá, ele falou: Seu caminhão estava aqui. Só que não posso ficar aqui porque todo mundo me conhece. Aqui do lado, ali onde estou mostrando tem um rapaz que não deve ser honesto. Daí eu voltei. Voltei novamente e o meu motorista não tinha nem chegado na empresa ainda. Daí eu avisei o meu funcionário, falei: Quando o meu motorista chegar você liga para o meu celular. O motorista chegou e eu já estava procurando o caminhão. Daí fomos lá. Eu falei para o cara: O meu caminhão esteve aqui nessa rua e eu descobri que você... Falou: Não. Não. Seu caminhão não era um branco com equipamento vermelho entre a carroçaria e a cabina? Eu falei: Exatamente. É esse caminhão eu acho que está sendo vendido lá embaixo e tal, né? Daí eu falei: Vou na delegacia, vou dar queixa e vou voltar aqui. Quando eu cheguei na delegacia demorei um pouquinho porque tive que esperar trocar o plantão, normalmente acontece isso quando a gente necessita. Daí ele me ligou: Sr. Amaral, vem aqui sozinho que nós vamos conversar. Eu falei: Não. Eu não vou sozinho, vou com o meu funcionário.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa pessoa.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Essa pes soa. Daí che guei lá, ele fa lou: É você sabe, eu sou la drão e tal mas... Porque normalmente os ladrões quando roubam não vão diretamente vender nos desmanches ou vender para... Tem o receptador. Se não existe o receptador não tem o roubo.

O SR. MOREIRA MENDES – Que explicação lhe deu o seu motorista? Como é que ele relatou?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Ele relatou que ele desceu do caminhão, apresentou-se na empresa que locou o meu caminhão. Daí a pessoa que locou falou: Espera um pouquinho, vou pegar a nota fiscal e já vamos executar o trabalho. Vou buscar uma máquina lá no Pico do Jaraguá. Daí o motorista saiu. Quando ele saiu da empresa e foi pegar o caminhão, ele foi abordado por dois ladrões. Daí um entrou do lado do motorista e o outro do lado do ajudante e ele ficou no meio. Daí pegaram a Anhangüera, deram volta até o quilômetro 24 da Anhangüera. E depois eu fiz todo esse percurso. O cara que me falou que tinha visto o meu caminhão, falou para darmos uma volta e, depois, falou para fazer isto.

O SR. MOREIRA MENDES – Quem foi mesmo que disse que tinha visto o seu caminhão?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Foi um amigo meu que compra equipamentos e máquinas, mas ele viu por que ele morava na rua onde tinha essa oficina.

O SR. MOREIRA MENDES – E ele lhe disse isto aonde?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Disse isto porque ele tem a sua empresa na Marginal.

O SR. MOREIRA MENDES – Ele também é...?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não. Ele é de equipamento mas temos uma amizade de 30 anos. Somos muito amigos. Foi por isto que ele me falou.

O SR. MOREIRA MENDES – E ele conhecia o seu caminhão?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Eu acho que, aqui, em São Paulo, o meu caminhão é o único que existe com esse equipamento – aonde a gente ver o conhece. Não tem outro igual, não só aqui como em todo o Brasil.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor explicou e eu não ouvi. Que equipamentos que tem?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – É um Panfíger importado, um munque. O catálogo se encontra com o Dr. Romeu Tuma.

O SR. MOREIRA MENDES – Pela segunda vez, foi o mesmo esquema?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não. Pela segunda vez, o caminhão saiu porque esse caminhão trabalhava muito à noite para fazer montagens de placas e stock de propaganda, por que ele tinha um equipamento alto, de longo alcance, então, era muito solicitado. Ele foi fazer uma montagem em Arujá e trabalhou lá porque normalmente esse tipo de trabalho é feito nos fins de semana ou à noite para não atrapalhar o comércio. Ele, então, vinha voltando de Arujá e quando chegou, aqui, na Avenida Jaguaré, perto da Delegacia 93, o caminhão parou devido ao farol – na sexta-feira, normalmente, há muito trânsito na cidade – e quando foi às 2 horas da manhã, ele foi abordado. O caminhão parou no farol e os caras pularam, andaram um pouco como o motorista e, depois, colocaram o motorista no outro carro deles, cobriram-no com um pano e o levaram, deixaram-no durante três dias num quartinho. Trataram bem dele: deram almoço, comida e tudo o que ele necessitava. E foram fazer um trabalho com o caminhão, não sei qual o tipo de trabalho.

O SR. MOREIRA MENDES – Esse seu caminhão tem aquele dispositivo de rastreamento?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não. Não tem porque quando eu fui comprar o caminhão eu já comprei um caminhão GMC que existe pouco. E eu falei que quando passar um caminhão desse, com esse equipamento, é o nosso porque o Mercedes-Benz é o mais visado, é a menina dos olhos dos ladrões.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Como é que foi o contato nesse segundo roubo quando o rapaz, o seu funcionário, ficou preso lá, em cárcere privado, durante três dias?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Nesse segundo roubo, nós andávamos procurando o caminhão e tal, fizemos a ocorrência porque sumiu o motorista e o caminhão.

O SR. MOREIRA MENDES – Em que delegacia o senhor fez essa ocorrência?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Nós fizemos na 51, no Parque Ipê, no Butantã, aonde eu tenho a empresa e fomos muito bem atendidos.

O SR. MOREIRA MENDES – E foi a polícia quem descobriu?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Não. Fomos nós. A polícia não descobre. Se o proprietário, interessado, não descobrir...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, depois, explicará reservadamente.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Sem problema, reservadamente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isto aqui é interessante...

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Isto aqui é muito interessante, Dr. Romeu Tuma.

O SR. MOREIRA – E aí há o contato, ocorreu o contato com o segundo?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Como já relatei, o caminhão foi roubado às 3 horas da manhã. Começamos a procurar o caminhão. Fomos à delegacia e falaram para esperarmos para ver se eles procuram, mas fomos muito bem recebidos e fizemos a Ocorrência. O caminhão foi roubado na sexta-feira e quando foi domingo para segunda-feira, às 3 horas da manhã – sempre quando vou dormir, eu coloco o meu celular perto da cama -, o celular tocou. O cara falou: “Seu Amaral, o senhor pode vir buscar o seu caminhão, que se encontra na estrada da Aldeia da Serra.” E eu perguntei: “E o motorista?” Daí, ele falou: “O motorista está conosco e nós vamos liberá-lo daqui há meia hora. Depois eu saí para procurar o caminhão e daí o motorista ligou, dizendo: “Seu Amaral, me largaram aqui no Posto do Gugu, na Castelo Branco.” Então, eu passei, peguei ele e o caminhão foi localizado perfeitamente, chamo o contato e tudo em ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou pedir, por favor, ao Dr. Paulo Lacerda para ir a uma sala reservada e, assim, o senhor conversará com ele e os fatos que o senhor achar que tem que fazer, reservadamente, esteja à vontade. Ele nos representa e pode ficar tranquilo que só servirá para investigação.

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado. Agradeço ao senhor. Esse relatório poderá ficar conosco?

O SR. JOSÉ AMARAL CORREA – Pode, o relatório, o catálogo

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele vai conversar com o senhor.

Eu chamaria o Sr. Márcio Ivan da Silva, por favor.

Eu pediria ao Deputado Afanásio que por favor tomasse assento aqui.

O SR. AFANÁSIO JAZADJI – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia, Deputado.

O senhor é o Sr. Márcio Ivan da Silva?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço ao senhor, que vem espontaneamente a esta CPI para nos auxiliar nas investigações e coloco o senhor à vontade para nos expor o que acha que será inte-

ressante para as apurações das quadrilhas de roubos de cargas. Aliás, que de vocês é pior, não é? Estão roubando ...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Ferramenta de trabalho.

Eu é que agradeço a oportunidade. O caso é mais ou menos parecido ao do amigo que esteve há pouco aqui. É um veículo guindauto também que a gente usa para normalmente transporte e remoção de máquinas e equipamentos pesados e o meu veículo foi roubado numa situação mais ou menos parecida. Foi abordado por três veículos e duas pessoas em cada veículo. O veículo estava em trânsito. Ele foi fechado por um veículo e em seguida encostou-se outro do lado, outro na traseira do veículo, todos armados, e renderam o motorista e mais dois ajudantes que estavam no veículo. O caminhão seguiu um destino e os funcionários, como reféns, seguiram para outro destino e ficaram como reféns até o outro dia pela manhã. Isso aconteceu por volta das 23h30min de um dia e o pessoal foi liberado no outro dia por volta das 6h30min da manhã. Certamente o caminhão já tinha sido guardado ou alguma coisa assim. Uma semana depois esse veículo foi localizado pelos jornais e TV. O caminhão foi reconhecido e eu me dirigi até o local, que foi um lugar que eles acharam aqui em Jordanésia ou Cajamar, próximo à rodovia dos Bandeirantes, onde tinha aproximadamente 30 ou 40 chassis de caminhões já desmanchados e cortados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É um desmanche?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não era um desmanche; era um galpão que eles utilizavam para desmanchar os veículos e conseqüentemente levar as peças para algum outro lugar. E o meu veículo estava lá, já desmanchado. Eu recuperei só a cabine e no caso o guindauto, que estava acoplado no caminhão e a plataforma, que são equipamentos. Mas esse caminhão quando foi roubado tinha uma empilhadeira de 7 toneladas em cima, de nossa propriedade também, e essa empilhadeira não foi localizada. Então esse é o fato que mais intriga porque localizaram o veículo desmanchado, onde ele foi desmanchado, conseqüentemente devem ter sido presas algumas pessoas e não se sabe para onde foi a empilhadeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual foi a delegacia que você...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Olha, onde eu fiz o boletim de ocorrência foi na delegacia de Santo Amaro, acho que é 102 DP, que foi onde ocorreu o

roubo. Agora quem conduziu o caso depois do veículo localizado foi o pessoal do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi Depatri?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra os policiais que estavam envolvidos, não? Que foram buscar

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não, não me lembro. Não me lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com quais policiais que você esteve? Você não lembra?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não lembro. Na documentação deve ter nome de alguém, mas nome, nome assim eu não me lembro.

O SR. MOREIRA MENDES – Foram os policiais que localizaram o caminhão?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – É... Não sei exatamente quem localizou, porque eu tomei conhecimento pela imprensa. Porque apareceu na Globo, em vários jornais aí, apareceram os veículos, e o meu caminhão foi bem focalizado. Ele apareceu na televisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor recebeu alguma coisa de volta?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Recebi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde foi entregue?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – No Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No Depatri. Quem era a autoridade que fez o auto de entrega para o senhor?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Eu não me lembro o nome. Eu tenho o auto de entrega; se o senhor quiser eu posso dar uma cópia para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu queria uma cópia do auto de entrega.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pagou alguma coisa para ter o equipamento de volta?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não.

Não tive muitos problemas, também, para a entrega.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Distrito chegou a informar o senhor da localização?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não, porque foi tudo muito rápido. Quando eu vi, pela imprensa, eu já me dirigi até o local, conseqüentemente, já fui até a delegacia, também, para reaver o que era meu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor não procurou a delegacia para dar baixa... Porque não foi recuperado todo o produto do roubo.

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor perdeu a empilhadeira...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Olha, eu perdi parte do caminhão e perdi a empilhadeira, que, no caso, era a carga, que estava no veículo, mas, como o senhor falou, é ferramenta de trabalho nossa também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto valia a empilhadeira?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Uma empilhadeira usada, hoje, na faixa de 40 a 45 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela continua desaparecida?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Continua desaparecida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor acha que ela pode ter saído de São Paulo?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Olha, de São Paulo, eu não sei, mas eu acredito que há uma boa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – As próprias quadrilhas podem usá-la para fazer transbordo de carga roubada para armazenamento? Ou eles vendem essas...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Eu acredito que essa empilhadeira, pelo tamanho dela, tenha sido vendida. Mas, nesse mesmo local, foi achada uma outra empilhadeira – até de um amigo nosso que está aqui também – menor, e ela estava sendo usada exatamente para isso: para carga e descarga de produto roubado.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Márcio, você deixou no seu depoimento uma indagação: que não entende por que encontrou o munque, encontrou o pá do caminhão e não encontrou a empilhadeira. Deixou alguma coisa no ar. O que você supõe, o que você acha que deve ter acontecido? Essa estranheza... Por quê?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Eu acho o seguinte: o que foi localizado aconteceu porque estava no local onde, lógico, o policial localizou, e tinha outros veículos, outras coisas, então, isso estava lá e foi recuperado sem problema nenhum. Mas eu acho que, como tem alguma coisa – vamos dizer –, se tem o fio da meada, acho que não seria muito difícil de se chegar até aonde... Ou seja, para onde vai esse produto de roubo. E a minha empilhadeira deve ter ido também. Não só a empilhadeira, como o motor do caminhão, o câmbio, o diferencial, porque não foi nada achado disso.

O SR. MOREIRA MENDES – Você sabe informar se a polícia deu seguimento a essa... Procurou identificar quem são os receptadores, ou não?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não sei informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O local era isolado, onde foi localizado esse material? Não tinha vizinhança...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Tinha vizinhança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quer dizer, o movimento poderia ser visto por outras pessoas?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Olha, ficava a uns... Acredito que a uns 200 metros, mais ou menos, da rodovia, mas havia residências, havia... Não era um local totalmente isolado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É na região de... O senhor falou...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Eu não sei se é Cajamar ou Jordanésia, mas é quilômetro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fernão Dias, ali?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não. É da Rodovia dos Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Rodovia dos Bandeirantes.

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Isso. Não sei exatamente qual o quilômetro, mas eu acho que é Jordanésia, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só estou aqui perguntando isso, porque, ontem, nos depoimentos, ficou muito claro que os armazéns para... Viu, Senador Moreira Mendes? Nas proximidades da estrada é onde se localiza o maior número de armazéns para guarda de produtos roubados. Quer dizer, uma vigilância permanente da polícia ou da Receita, nesses armazéns, nessas regiões, provavelmente daria menos dor de cabeça na busca dos produtos de roubo de carga.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas, Presidente, que ro até... Não me cabe... É difícil entender como um caminhão desse aqui, que não é um caminhão que se vê todo dia, parecer um alfinete que desaparece e ninguém vê, ninguém dá notícia. Não é possível um negócio desse. E é um caminhão que tem aplicação específica. Só pode ser usado com isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubado, não tiveram para quem vender, procuraram o proprietário para extorquir dinheiro e devolvê-lo. O se-

nhor tem alguma coisa reservada que pudesse colaborar, a não ser a descrição do fato? O nome de alguém? Suspeita de alguma coisa? Alguma informação que tenha recebido?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não, ninguém meligou, ninguém tentou-me extorquir. A minha única indagação é quanto à carga do veículo de que não se tem nenhum sinal, que é uma empilhadeira.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor tem outros veículos?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Tenho outros veículos, mas esse roubo representou 25% da minha empresa, aproximadamente três anos de trabalho.

O SR. MOREIRA MENDES – É a primeira vez que o senhor é roubado?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – É a primeira vez.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com esse montante de veículos desmontados lá compareceram outras vítimas? O senhor se encontrou com algum? Conversou com alguém lá?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Tinha bastante gente. Uns procurando veículos que não estavam no local, mas que tinham sido roubados também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em quanto tempo foi essa localização?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Foi no começo de outubro. O caminhão foi roubado, se não me engano, no dia 29 de setembro e a localização foi por volta do dia 5, do dia 7 de outubro mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe se identificaram os ladrões?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não sei informar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não deram nenhuma notícia se a quadrilha, ou foi uma localização...

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Não. Parece que foi apreendido alguém, mas eu não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi início de outubro a localização?

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Início de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Eu estou com o seu boletim de ocorrência. Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO IVAN DA SILVA – Obrigado aos senhores pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu chamaria o senhor Ronaldo Arrivabene.

O Sr. Ronaldo está-nos apresentando a fotografia dos locais onde são armazenadas as peças, como ele diz, os picadores de veículos roubados.

Eu passaria também às mãos do Senador Moreira Mendes.

São galpões de qualidade, bem construídos, maiores que uma indústria. Ficam próximos às estradas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a sua iniciativa de oferecer-se para separar. Gostaria de que V. S^a pudesse nos fornecer alguns dados que ajudassem a CPI nas apurações do roubo de cargas que tanto vem tranquilizando os empresários do setor. Por favor.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Pois não. Meu nome é Ronaldo Arrivabene, e a minha firma chama-se Mатуca, Aluguel de Caminhões e Equipamentos.

Em relação ao roubo de caminhões e equipamentos, estamos falando sobre caminhões guindastes e, ao mesmo tempo, empilhadeiras, que é o nosso segmento. Quando atacam, levam esses três equipamentos. É um equipamento que se torna caro, porque cada um custa, por baixo, R\$100 mil.

Corri atrás do prejuízo, porque tive quatro caminhões roubados. Há amigos aqui que também tiveram os seus caminhões roubados. Um teve sete caminhões roubados, e outro dois, seguido de morte. Andei por todos esses galpões. Esses rapazes, para dar uma força, quer dizer, para complicar o roubo, ajudam a seguradora que alimenta esse tipo de roubo. Eles pegam caminhões que são destruídos na estrada – assegurados – e vendem novamente. Um carro desse está todo esculhambado e não há como colocá-lo de pé.

Conversando com uma pessoa, perguntei: “O que vocês fazem com esse caminhão? Eu tenho um mecânico na empresa e gostaria de saber quanto tempo vocês levam para por de pé um caminhão todo esculhambado”. A pessoa respondeu-me: “É rápido; de trinta a sessenta dias.” Indaguei: “Apenas trinta ou sessenta dias?” E disse: “Compramos a cabina, isso e aquilo”.

Quer dizer, esses galpões, cujas fotografias apresentei, chamados de desmanches, são, na verdade, picadores. Eles picam um caminhão todo, tiram a cabina, picam o chassi, deixam só caco, e, depois, transferem para os ditos desmanches. Eles compram um caminhão da seguradora e vinte caminhões pica-

dos. Percebam que eles crescem do dia para a noite. Não estou preocupado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E fazem isso só para usar a documentação do carro.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Eles até vendem, mas levam a documentação para a firma – os chamados desmanches – e, se houver uma fiscalização, dizem: “Nossos caminhões são comprados de companhia, daqui e dali.” Na verdade, compram um caminhão e engolem vinte caminhões nossos.

As companhias alimentam esse procedimento. E há também as pessoas que consomem. Vão ao depósito por precisarem de algo, passam a consumir e alimentam...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando V. S^a fala em companhias, refere-se às companhias de seguro?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Exato. E não é apenas isso que ocorre. O roubo aumenta porque eles também gratificam os policiais que localizam os caminhões. Eles dão uma média de 10% sobre o valor do caminhão. E até aí o roubo cresce.

Passsei por vários lugares e cansei de trombar com a polícia. A polícia dificulta as coisas. Então, o negócio é bem complicado, mas não é difícil de se dar um jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual seria a sua idéia para modificar um pouco esse quadro?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Tenho pouco conhecimento, mas temos uma Polícia Militar nossa fazendo uma preventiva. Eles estão na área. Nossa polícia fica responsável por certa área – por exemplo a 9^a DP, que seria a Carandiru. Não há uma área que eles atingem? Eles dizem que não podem passar da divisa de um lado para o outro. Então, determinada rua, por exemplo, eles dizem que pertencem à 19^a – se foi lá, perdeu tempo e tem-se que ir para outra. Se eles estão num local, não sabem de nada? Passam na rua e está demarcado. Não sabem quem frequenta aquela área?

A Polícia Militar está toda equipada, carros bonitos, agentes bem-vestidos. Em vez de ficarem parados em porta de padaria para ver se vai sair o café ou o sanduíche, não podem andar nessas ruas verificando onde existem galpões, tudo fechado, encostar ou parar e fazer amizade com o vizinho e verificar quem passa por lá e quem não passa? Não vemos nada disso. Só os vemos correndo para cima e para baixo, mais nada.

Nesses galpões, o pouco do que se pegou foi em razão da Polícia Militar, porque a Polícia Civil, na

verdade, dificulta muito as coisas. Tive uma máquina em Caucaia, que localizamos num desses galpões. Estava em casa e vi a reportagem. Eles falam em desmanche, mas, como falo, são picadores. Desmanche é um e picador é outro. Fui anotar e, nesse meio-tempo, não consegui ver a nossa máquina. Mas meu filho, em Cabreúva, estava assistindo à notícia e falou: "Pai, a nossa máquina está nesse galpão." Tudo bem. Eu estava anotando para ver qual era o delegado e liguei para a 3ª Divisão. Alguém atendeu e eu disse que vi uma reportagem e que aquela máquina que estava lá era nossa. A pessoa falou: "Não pode ser sua, porque essa máquina já foi reconhecida." Eu respondi: "Ela já foi reconhecida? Então, vou ser roubado pela segunda vez, porque já fui roubado uma vez pelos ladrões." Ele falou que a companhia de seguros tinha reconhecido. Eu disse: "Então, vão me roubar pela segunda vez." Ele respondeu: "Não, o senhor não entendeu bem a coisa." Eu falei: "Como não entendi? Está tão claro."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S^a lembra quem foi?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Posso levantar o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas V. S^a chegou a ir lá? Já tinham retirado a máquina?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Essa máquina eu falei que era minha e ele disse que eu não tinha entendido. Logo em seguida, descobri o endereço do galpão e fui para lá. Isso ocorreu no sábado à noite e eu fui no domingo logo cedo. Chegando no galpão, encontrei a polícia lá dentro e abri a porta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o de Caieiras?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Sim. Caucaia é o bairro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eram dois galpões?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Tenho a fotografia dos galpões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É esse?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – É esse mesmo. São os investigadores. Existem várias fotografias na sequência.

Cheguei e a máquina estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o interior dele, não é?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isso mesmo.

Entrando no galpão, vi que a máquina era nossa. Falei que a máquina era minha, mas, na afobação,

não consegui localizar a série dela. Tinha fotografias que determinam já há dez anos, tenho a nota fiscal da máquina, enfim, tudo. Na Polícia, nunca me pediram nada. Fui ao Depatri.

O SR. MOREIRA MENDES – V. S^a não recuperou a máquina?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Até agora, não recuperei a máquina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isso ocorreu em 27 de setembro.

O SR. MOREIRA MENDES – Ela está apreendida pela polícia?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Sim, está no Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ainda está lá?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Sim, há quase três meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O inquérito não está na Justiça?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não. Simplesmente, disseram que chamariam o perito para fazer a perícia na máquina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois, V. S^a pode fornecer-nos uma cópia desse documento?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Tenho todos os documentos – nota fiscal, duplicata.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos nos informar no Depatri.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Estive lá, falei que a máquina era nossa e nunca pediram documentos. Então, eles me mandaram um tal de Paulo, conhecido por Geléia, investigador. "Pois não. O senhor pode ir ao galpão para pegar a máquina." Fomos, então, eu e um amigo nosso que está aí para o galpão. Ficamos lá, das 8h até as 23h, ajudando a carregar o caminhão, porque a nossa própria máquina estava trabalhando no local. E eles pensaram que a minha máquina tinha de ficar à disposição do serviço deles, da Polícia. Pensei: "Tudo bem. O negócio está enrolado. Um pouco mais, um pouco menos, vamos em frente". Até o meu caminhão ajudou a carregar a carga. Eles se utilizaram de um outro coitado que estava lá, que não tinha nada a ver com a questão, para fazer a carga do chassi. Ele era de Goiás. O caminhão dele estava preso lá também. Então, aproveitaram o caminhão dele para carregar o chassi e nós, com o

nosso munque, que era para carregar nossa máquina, ficamos trabalhando lá para eles, ajudando a carregar para acelerar o negócio, para limpar o galpão e a gente cair fora.

Por volta das 22h, disse para o rapaz que era o fiel depositário: “Leve isso ao conhecimento da Polícia e daqui para frente esse pouquinho que sobrou você tem condições de retirar. Vou falar com ele e levar a máquina embora. Eles disseram que iam trocar a guarda. Concordei, mas disse: “Como vai ficar a situação? Vou carregar minha máquina”. Ele respondeu: “Não, a sua máquina você não vai levar”. “Mas por que não vou levá-la? Eu dei uma força com um caminhão, esses buracos todos destróem a minha máquina, e não vou levá-la depois de todo esse tempo aqui?! Agora você diz que não vou levá-la?”. “Não, não vai levá-la.” “Tudo bem.”

O SR. MOREIRA MENDES – Por que ele não o deixou levar a máquina, se já havia determinação para tanto?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não me deixou levá-la, porque se julga todo-poderoso e pensa que os outros têm de se sujeitar a ele. Disse-me que eu não ia levá-la um investigador chamado Roberto, conhecido por Robertinho. Ele disse que eu não ia levá-la, pois a ordem era nesse sentido. Está bem! Então, dei prosseguimento ao negócio. Continuamos carregando. Chegou uma hora em que veio a rendição. Veio um investigador apelidado Papa-Tudo. Meu amigo percebeu que eu estava chateado, assumiu o negócio e falou com o Papa-Tudo, que começou a se alterar: “Estou cheio desse negócio. Faltam três anos para me aposentar. Já fui baleado”. Meu amigo lhe enfatizou os fatos que aconteceram. Ele replicou: “Não, aquilo lá é cria minha”. Quis dizer: “Falei, está falado”. Alterou um pouco a voz e o clima ficou tenso. Meu amigo lhe perguntou: “Está levantado a saia por quê, amigo?” Sentiu-se, então, cheio de direito e mostrou que estava armado. A situação ficou, pois, meio alterada.

Então, creio que eles levaram a questão para o Delegado e, para me prejudicar, seguraram a máquina. No dia seguinte, disse ao meu filho: “Não vai, não vai mais, que você vai passar por bobo”. Mas, mesmo assim, ele foi. Dito e feito. Ele ficou o dia todo lá. Eles ficaram usando a máquina, e não deixaram meu filho trazê-la. Chamaram um outro carro, que conhecemos, levaram a máquina e desceram no Depatri – não sei se para fazer algum serviço lá, pois, de vez em quando, eles têm um monte de sucata no local. Até hoje a minha máquina está presa lá. Fui roubado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é que está?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Está no Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas, no Depatri, há armazém?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Eles têm carros velhos retidos lá, que ficam amontoando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles a estão usando lá mesmo?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Acredito que sim. Quer dizer, não posso afirmar que a estejam usando. Mas, no galpão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela foi localizada no galpão...

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...e, retirada de lá, foi para o depósito do Depatri.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela continua lá no depósito do Depatri?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Deve estar lá, se não deram fim nela.

O SR. MOREIRA MENDES – Seu Ronaldo, o senhor tem advogado?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Se tenho advogado?

O SR. MOREIRA MENDES – Que tentou liberar a máquina?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não, não contatei advogado nosso, não, para tentar liberar a máquina. Só penso o seguinte: eu fui lá com os documentos e estou com os documentos aqui. Eles nunca me pediram documento. Se eu chego lá, a máquina é minha, falo: “Onde está o documento? Me apresenta o documento”. “Está aqui”. Nunca. “Quisemos deixar os documentos?” “Não, o senhor aguarda, e tal, que vamos resolver”. Esse “vamos resolver” está até hoje.

O SR. MOREIRA MENDES – Procurou falar com o delegado?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – É, eu fui falar com o delegado agora ultimamente, eu e meu filho, e o delegado fala... Antes de falar com o delegado, fomos falar com o escrivão. O escrivão fala assim: “Não, ficou marcada a perícia para o dia 12 de janeiro”. Quer dizer, 12 de janeiro, vai fazer três meses. Quer dizer, já estou com a máquina roubada há nove meses e agora só daqui a mais três meses...

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor chegou a falar com o delegado?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Aí fui falar com o delegado. O delegado falou: “Não, mas agora já está marcada a perícia, vai ter que... coisa... só se o senhor for lá no perito e ver se ele apressa”. Eu vou no perito? Não vou em canto nenhum, eu quero é a minha máquina.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que se chama o delegado?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – O delegado, devo ter o nome dele aqui, eu posso ver para o senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – É o Dr. Marcelo?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não, eu vou dar uma olhadinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dr. Demétrio.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Acho que é isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois o senhor pode deixar uma cópia dessas notas para a gente?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Posso, está aqui, eu trouxe ela.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou mandar tirar cópia. Guarda no cofre, heim?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Eu pediria até que, se fosse possível, agilizar... É, tem que guardar bem guardada senão ela some.

Bom, então foi assim, esse caso aí foi um deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria à Secretaria, por favor, para providenciar uma cópia de cada documento desse aqui com cuidado e acompanhar o xerox, por favor.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Ronaldo?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Pois não?

O SR. MOREIRA MENDES – Em algum momento o senhor foi abordado por algum policial que lhe quisesse extorquir ou lhe propor algum tipo de facilidade?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não, não, não, isso não existiu.

O SR. MOREIRA MENDES – Não?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não, isso aí é bem claro, não existiu. O que existiu vai ser falado. E agora o que acho engraçado é o seguinte: a minha empresa tem 31 anos de mercado e eu não pude ser o depositário da própria máquina minha. Isso que eu estranho.

O SR. MOREIRA MENDES – Sim, a propósito, quem é que ficou como depositário?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Só pode ter sido o Depatri, né?

O SR. MOREIRA MENDES – Um policial?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não sei.

O SR. MOREIRA MENDES – Não sabe o nome de quem ficou como depositário?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não sei, eu sei que foi descarregada lá no Depatri e acho que está sob a responsabilidade...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Ronaldo?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Pois não?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor falou que a seguradora tem interesse. Explique aqui à gente, porque eu, mais ou menos, entendi o seguinte: que numa virada do veículo, do caminhão...

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Certo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – ... fica irrecuperável, a sua máquina vai lá, pega o caminhão, e é vendido, a seguradora vende a terceiros, e aí eles tentam recuperar, não é isso?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Exato.

O SR. MOREIRA MENDES – Sua máquina faz esse serviço...

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não, veja bem, a minha máquina não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles utilizam... eles roubaram certamente para fazer esse serviço.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Ah, sim, essa máquina que eu encontrei lá no galpão é utilizada lá dentro do galpão desses picadores, que eles fazem a carga dos caminhões, porque essas peças, parte deve ficar aqui e parte vai para outros Estados, que nem Paraná, Londrina, Cuiabá, porque eu tenho chapa de caminhões aqui, que esses caminhões, falado pela própria polícia, são chapa quente. Quente é o seguinte: num galpão que estive em Santa Isabel... em Santa Isabel não, em Santana do Parnaíba, foram presos dois caminhões. Aí eu falei: “Bom, é amigo da gente – quer dizer, amigo, assim, de profissão -, os caminhões aqui retidos, o cara às vezes precisa só dos caminhões para trabalhar e ele está preso aqui, depositário fiel lá, que era lá em Barueri”. Eu falei: “O que acontece com esses caminhões aí?” “Ah, não, esses caminhões são quentes; esses caminhões são os que vão transportar os motores, as cabines, tudo para outro Estado. O que não era deles, eles picam tudo. Esses dois estavam montados e eram uma Scania montada e uma Scania três eixos, e elas são tudo graneleira, aquela grade que carrega cereais. Eles

enfiam tudo lá dentro: a cabine, o motor, diferencial e mandam para outro Estado.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Ronaldo, explique mais uma vez para mim a diferença entre o desmanche e o picador, o que faz um e o que faz o outro.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Veja bem. Eu é que coloquei esse nome de picador porque falam desmanche. Desmanche há esses da beira da pista e eles são aqueles que compram um caminhão, mas não sei se eles participam desses galpões onde eles picam.

Vamos falar, mas se essa coisa de picador atrapalhar um pouco, vamos falar no desmanche também. O desmanche é feito por firma regularizada que compra, vende e fazem a maior festa, o que bem entendem. Eles compram um caminhão, pegam dos picadores ou eles participam desses galpões também e levam tudo para a loja dele.

O SR. MOREIRA MENDES – O desmanche é o trabalho organizado, legalizado, o sujeito tem uma firma em tese?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isto.

O SR. MOREIRA MENDES – Ele compra os caminhões trombados e desmancha e, depois, vende as peças em separado e, o picador é o mesmo que faz desmanche, mas ilegal, escondido. Ele rouba.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – O picador é o que rouba. Ele desmancha o caminhão todo.

O SR. MOREIRA MENDES – E que pode até vender para o desmanche?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Ronaldo, esta foto que está aqui...

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Esta foto é a de um ladrão que roubou o caminhão de um amigo meu que está aqui e o próprio mandando que está aí...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jean Júnior?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Isto. ...sabe o que ele fez? Para fugir da polícia, que foi em cima dele, atropelou uma garota grávida e matou para chamar a atenção da polícia para socorrer a garota na calçada e ele se evadir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele foi preso?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Ele foi preso, mas fez esta jogada de passar por cima da garota para se evadir. Para a polícia prestar socorro e ele cair fora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está preso?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é que ele foi preso?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Ele foi preso na Delegacia de Taquaquecetuba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é ladrão de cargas também?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Ele rouba tudo. Ele roubou o equipamento do meu amigo, um caminhão com guindaste e empilhadeira em cima.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos oficial o Depatri para que nos informe com urgência os motivos da retenção, porque me parece indevida. Se o senhor me comprovar a propriedade, a devolução tem que ser rápida porque estará interferindo no seu ganha-pão.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está há nove meses sem poder trabalhar com uma máquina que é sua e não há nenhuma restrição na devolução. Se houvesse dificuldade na investigação seria justificável, mas localizada a máquina e dificultam a entrega é, no mínimo, estranho.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – V. Ex^a veja. O negócio já começou meio torto. Quando liguei para lá...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos preparar o ofício e enviar ao Depatri, ao Delegado-Geral, para que informe com urgência o motivo da retenção.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Exato. Eu levei os documentos e eles nunca me pediram. Nunca me falaram “espera um pouquinho, vamos agilizar o negócio”. O senhor está com os documentos? Estou. Estão aqui os documentos de compra, duplicata e estão todos aí. Se houvesse qualquer dúvida da minha pessoa, a minha empresa tem trinta e um anos no ramo. Não sou novato.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor nunca dificultou a apresentação de quaisquer documentos se necessário fosse para comprovar?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Nunca, eles nem pediram. Levamos para entregar, para verificarem e dizerem “nós precisamos de tal documento, este aqui não serve”. Nunca. Sempre à distância. Isto já começou errado. Quando eu liguei ele disse que já havia aparecido o proprietário. Foi quando eu falei:

“Apareceu o proprietário?”

Então, estou sendo lesado pela segunda vez.” Por que o dono da máquina sou eu. Ele disse que apareceu um proprietário, eu fui roubado, apareceu outro proprietário e sou o dono da máquina. Como é essa história?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. O senhor tem algo mais que possa ajudar?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Tenho a relatar que está difícil para nós trabalharmos, porque nossa empresa pode-se dizer que ela é uma empresa familiar. Trabalhamos eu, meu filho, outro pai, sua filha, e assim vai. São firmas com um serviço especializado. Não é um serviço feito com qualquer caminhão. Você tem que ter a pessoa certa no lugar certo. Estamos tendo dificuldades. Qualquer ligação que dá, não sabemos se é cliente ou se é um caminhão roubado. A gente até treme para atender o telefone.

Recentemente, roubaram um caminhão nosso, um poliguidaste, com uma máquina em cima. O que aconteceu? Fomos obrigados a comprar um outro financiado. Compramos esse caminhão financiado e há coisa em torno de trinta dias o cara foi lá e me deu o revólver no motorista. Ele falou: “segue”. Acho que pagamos uma prestação. Montamos o caminhão, um caminhão que, com as duas máquinas em cima, vale por volta de R\$180.000,00. Uma parte já estava paga, que era a nossa máquina antiga, e outra toda financiada. O cara simplesmente chegou lá... O cara parou na porta da firma para abrir o portão, pôs o revólver e falou: “não toca a campainha, vamos embora”. Nossa sorte, porque já estamos cansados de ficar sofrendo com esses caras, vai ser o rastreamento por satélite. Aí o meu cunhado viu que o caminhão estava na porta, escutou o barulho do motor, como é que não está? “Vai ver que foi outro caminhão”. Nisso liga o cara do rastreador, o motorista acionou o rastreador. Ligou a pessoa que comanda o rastreador. “Vocês ligaram para cá, o carro assim, assim?” Respondi: “Não, não liguei, mas acontece que esse caminhão nosso, escutei o barulho dele aqui na porta, e agora não estou vendo...” Ele falou: “Ele vai descendo na rua Jacuna,” Aí o meu cunhado pegou um pessoal e passou a ir atrás. Foi pegá-lo aqui na Rodovia dos Trabalhadores.

Eles roubam — isso até estranhei —, ele roubou, só que não tirou o motorista. Ele mandou o motorista ir dirigindo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por causa da documentação, mas com o revólver, provavelmente, imobilizando qualquer reação.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Imobilizou, o motorista estava à mercê dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hoje eles não estão mais matando os motoristas...

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Eles querem ser amigos do motorista. Eles dizem: “Fica frio, porque aqui...” Chegam até a dar dinheiro para a condução de volta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se não, eles colocam num motel até que tudo seja resolvido.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Eles dão dinheiro, isso não é piada, não. Eles dizem “Toma R\$10,00 para vocês”. Eles falam: “Fica frio, porque não vai acontecer nada para vocês”. Eles fazem o seguinte: quando eles assumem a direção, eles roubam, tem um cara com uma perua acompanhando, estão todos equipados com celular. No caso desse nosso último carro que foi roubado, ele ligou e o motorista falou. Ele ligou falando assim, os caras de trás, vamos supor: “Limpo”, como quem diz “vamos embora”, e pegou a rodovia. Só que meu cunhado já havia acionado a polícia da rodovia, tanto que passou por um posto da Polícia e o guarda não parou. Meu cunhado parou e perguntou: “Vocês não têm conhecimento de que esse carro que vai indo aí foi roubado? Não foi acionado aqui?” Eles falaram: “Eu estou sabendo, só que estou sozinho aqui. Não vou reter esse caminhão. Só que eu já avisei — ele até prestou um bom serviço —, já avisei para frente”, onde tinha mais gente que podia dar para ele, vieram duas viaturas e fecharam as entradas que havia para ele não sair e entraram duas de frente. Quando ele viu, mandou que o nosso motorista encostasse, foi para o meio-fio, foi para o acostamento. Ele abriu a porta, desceu do caminhão e pulou pelo lado contrário da pista. Correu e se quer o pegaram. Se não, teríamos perdido esse caminhão também.

É demais. A gente atende o telefone e não sabe se é um cliente ou se é para avisar que roubaram um caminhão nosso. Não tem quem agüente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Agradeço sua colaboração e vamos manter contato. Depois o senhor deixa o telefone para nós vermos a resposta que o Depatri vai dar sobre essa retenção da sua mercadoria.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço. Qualquer outra coisa, por favor, sei que o senhor tem amizade com o Deputado.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

Perguntaria se o Sr. Floriano Gonçalves está presente, por favor.

Sr. Ronaldo, aguarde seus documentos. Não vá embora, por favor, para que possa devolvê-los.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom dia. Por favor, Sr. Floriano Gonçalves, não é isso? O senhor é proprietário da empresa...

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Jean e Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Jean e Júnior. Que foi vítima desse indiano aqui?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente. Sei que ele atropelou uma menina na fuga e está preso em Itaquaquecetuba. E o que acho estranho também é não acharem o receptor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem a sua carga?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Não, a carga eu achei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Pode sentar, por favor.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Bom, o meu caso é exatamente igual ao de todos os demais empresários desse segmento. E os roubos são procedidos da mesma forma...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Caminhão também?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Caminhão com empilhadeira... Os elementos parece que copiaram um outro roubo. É a mesma coisa. Ou eles roubam no farol, onde o caminhão está parado, ou procuram um lugar meio estranho, onde há uma subidinha, onde o caminhão tem pouca velocidade, para praticar esse roubo, entendeu? É exatamente o que aconteceu com o Ronaldo, acontece comigo, acontece com cem empresas desse segmento. É o que ele acabou de falar. As nossas empresas são empresas de família, entendeu? Onde pai e mãe trabalham, trabalha o filho, trabalham todos juntos. E está um sufoco. Não existe uma empresa em São Paulo do nosso segmento que não tenha sido roubada uma, duas, três, quatro, cinco, seis. Tenho uma sobrinha que está aqui comigo e ela tem inclusive uma menor do que a minha que já teve seis ou sete caminhões roubados, entendeu? É uma coisa incrível. É difícil trabalhar porque você manda um equipamento para um cliente e tem que ter bloqueador nos caminhões, tem que mandar um batedor atrás, uma perua atrás, até chegar no cliente. Quando terminar o serviço tem que buscar esse equipamento, senão sobra no caminho, entendeu? E como disse também, o Ronaldo praticamente falou

tudo que eu teria que falar aqui. É praticamente a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No caso desse indiano, que aqui está a fotografia, qual foi...

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Bom, esse elemento aí... Esse equipamento nosso foi roubado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É esse mesmo, não é?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente. Foi roubado...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele ainda está preso em Itaquá?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eu acredito que sim, porque foi um roubo seguido de morte. Tenho a impressão que sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O roubo é também desse tipo de caminhão?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente. Roubou um caminhão munke com uma empilhadeira em cima. Só que a Polícia... Alguém viu assaltando o meu caminhão e telefonou para a Polícia. Nesse caso eu tive... Eu tive sorte em todos os roubos porque achei todos. Nesse caso, alguém viu assaltando meu motorista e telefonou na Polícia. A Polícia foi atrás e pegou. Tinha um menor na cabina. Eles colocaram um menor na cabina. Esse elemento estava atrás dando cobertura, ele e um outro rapaz que tinha um primo também que era da Polícia, e foi detectado que ele era um elemento da Polícia também, o irmão de um desses assaltantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assaltantes?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente. Aí ele trocou tiros com a Polícia, levou um tiro e foi preso, esse rapaz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele matou uma menina?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Ele matou uma menina na fuga. Exatamente. Atropelada. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com o caminhão?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Não. Com o carro deles. Com o Escort deles. Um Escort e um Kadet.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o caminhão?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – O caminhão ficou preso lá com a Polícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eles abandonaram o caminhão e fugiram?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Abandonaram o caminhão, fugiram. O menor entregou o revólver para a Polícia. E eles, quando se viram encurralados... Ele tentou fugir. A Polícia saiu atrás, ele atropelou uma menina, uma mocinha que estava com uma criança. A mocinha jogou a criança na calçada e foi atropelada por ele. Morreu na hora. Nessa situação ele acabou sendo preso. Foi baleado, preso, e até há pouco tempo ele estava preso na delegacia. Só que é aquele caso que o Ronaldo falou agora: você prende o ladrão, mas o receptador, a Polícia não nos entrega, não diz quem é, continua fomentando os roubos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conta, mas também não são presos.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Não, não são presos.

Eu fiquei até... Eu disse: agora, sim, nós vamos encontrar. Já que nós encontramos o ladrão, o receptador está aqui por perto. Mas que nada; você vai lá hoje, amanhã, não achou, não achou, não achou. São rolos que você não entende por quê.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor entende que há envolvimento de policiais, também?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eu não afirmo porque eu não tenho provas, mas que tem, tem; deixa transparecer. Pelo menos nesse caso de Itaquaquetuba e em outros casos, também, fica claro que há elementos da Polícia envolvidos nesses roubos de caminhão e empilhadeira.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Vocês têm que fundar a associação de empresas assaltadas.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não é, Deputado? E aí buscar investigar.

O senhor conhece algum galpão suspeito que possa indicar para a Polícia Federal fazer uma batida?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eu conheço todos aqueles que o Ronaldo apresentou. Nós estamos juntos no mesmo barco e estamos trabalhando juntos.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem gente trabalhando nesses galpões da foto?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eu não sei. O Ronaldo esteve lá ontem. Eu não sei se está fechado. Ronaldo, tem gente trabalhando lá? Está fechado. Mas eles fecham um e abrem outro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Trabalham por encomenda, não é?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Trabalham por encomenda.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles fecham hoje e, amanhã, se tiver um desmanche, vão lá e abrem.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eles não têm compromisso com o Fisco; eles abrem e fecham quando querem. Quando são molestados, eles fecham.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles ladrões, certamente, têm parceria com os ladrões de carga.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Claro que devem ter. São grupos diferentes, mas um está sempre ligado ao outro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Eles trabalham em harmonia com os ladrões de carga.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Em conversa com os outros proprietários da empresa, o senhor conhece algum receptador?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Não, não. Isso é o que queríamos saber.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E policial, ouviu dizer?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Também não. Não conheço ninguém. Se eu conhecesse, com tranquilidade eualaria logo, porque não ia ter medo de ninguém.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma observação. Nesse conjunto de fotografias, numa das contracapas, o Sr. Ronaldo faz algumas anotações, dá o nome de uma empresa. Eu faço um requerimento no sentido de ser investigada essa ou essas empresas a que ele se refere, e também pedir informações à delegacia que apura esse homicídio causado por esse rapaz cuja fotografia também está aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. Esse é o indiano que foi o autor.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Esse é de Itaquaquetuba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É na delegacia de Itaquaquetuba que está correndo o inquérito?

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Exatamente, de Itaquaquetuba.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está anotado aqui.

As fotos já estão aqui e nós vamos encaminhar à Polícia Federal, para que verifique esses locais, para que se possa aprofundar algum tipo de investigação. É isso que V. Ex^a requer?

O SR. MOREIRA MENDES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Muito obrigado, Sr. Floriano. Vamos ver se conseguimos evoluir, para poder mostrar um pouco mais de tranquilidade ao senhor.

O SR. FLORIANO GONÇALVES – Eu estou à disposição para qualquer coisa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Excelência, a minha sobrinha teve seis caminhões roubados. Se V. Ex^a pudesse ouvi-la, porque ela passou por outros problemas tão ruins quanto os meus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ela se chama?

O SR. RONALDO ARRIVABENE – Florisbela Gonçalves. Ela está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, vamos ouvi-la.

A senhora pode sentar-se, por favor, e expor o seu caso. Diga o seu nome e o nome da empresa, para que fique registrado.

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Represento a Transradar Transportes, sou sócia com o meu pai, meu marido...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só um minutinho.

Acuso a presença do Deputado Ponte Lopes. Agradeço a sua presença.

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Represento a Transradar Transportes, sou sócia com meu marido e meu pai. Trabalhamos também no segmento de caminhões com guindauto. Já fomos roubados em torno de seis caminhões, sendo dois com muque. O último foi dia 24 agora de outubro. Apontaram um revólver para o meu marido e o motorista, rodaram com eles por duas horas, e o caminhão foi roubado lá pelo lado do Morumbi. Deixaram eles na ponte do Morumbi.

O caminhão foi encontrado no dia seguinte, na cidade de Pequi, Minas Gerais, tombado. De lá para cá, nosso sufoco tem sido o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tombado, mas como?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Tombado, com o muque, lá em Pequi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não haviam retirado nada?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Não tinham retirado nada. Do jeito que estava a placa original aqui em São Paulo levaram para lá. Por isso tivemos a sorte de encontrá-lo. Porque até o adesivo da nossa empresa – foi até o vendedor da cidadezinha que nos ligou dizendo que esse caminhão estava lá.

Agora, pergunto: Como é que foi feito o B.O. aqui em São Paulo naquela mesma hora, daí duas horas depois e o caminhão rodou até lá com a placa original e tudo? Para o senhor ver como está nossa situação: os caminhões saem daqui, atravessam Estados, vão para lá e não sabemos para onde vão.

Foi o primeiro a ser encontrado até hoje, dos seis que foram roubados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora teve seis caminhões roubados?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Sim, e só encontramos esse até hoje. Só de três tínhamos seguro. No ano passado, nessa mesma época, fizeram a mesma coisa. Só que os dois anteriores que roubaram foi dentro da empresa. Invadiram a empresa e roubaram os caminhões dentro da empresa.

Então, nossa situação está sendo a seguinte, como eles mesmos falaram: empresas em que o pai, a filha, o marido estão tentando sobreviver, pagando alguns funcionários, lutando. E estão nos levando bestamente, deixando-nos descalços, até sem poder suprir as nossas necessidades maiores. É o que está nos acontecendo.

Estamos nos juntando, um com o outro, para vermos o que podemos fazer, porque a nossa situação está cada vez mais calamitosa. O marido sai para trabalhar e não sabemos se volta. Não sabemos, no dia seguinte, se podemos continuar a trabalhar.

Portanto, agradeço muito por essa abertura que o senhor está nos dando, de colocar o nosso segmento dentro dessa pesquisa, porque realmente estamos precisando, e muito.

É isso que peço e agradeço muito por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A senhora teria algum indício, alguma coisa que pudesse nos ajudar a respeito de envolvimento de pessoas?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Sinceramente, não tenho nomes, não tenho como ajudar em pesquisa. Apenas pergunto: como podemos chegar ao ponto de simplesmente a pessoa chegar e falar “o caminhão dela ali, ela tem um guindauto, um caminhão muito bom, e está encomendado para

levar embora"? É só isso que sei. Eles chegam e levam o caminhão embora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a comunicação é feita à polícia e os postos rodoviários não recebem informação?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Não recebem. Porque, na verdade, não sei nem como, foi Deus que fez com que achássemos esse caminhão nessa distância toda no dia seguinte. Porque nunca aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica a cidade em que foi localizado?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Em Minas Gerais, Pequi. Depois a polícia trouxe para Pará de Minas. Inclusive pegamos esse caminhão anteontem, de lá para cá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Entregaram sem nenhuma dificuldade?

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Entregaram, graças a Deus. Demorou aquele tempo e tal. Pediram uma carta precatória. Viemos até São Paulo, levamos de volta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que é correto.

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Depois nos deram a restituição de posse. Viemos até São Paulo novamente, e agora nos entregaram o caminhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Acho que é importante ressaltar a falta de comunicação imediata na interligação entre a polícia que recebe a mensagem e os segmentos das estradas.

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Foi isso que o meu marido perguntou ao delegado lá: – Delegado, como pode o caminhão ter sido roubado de mim ontem nesse horário e hoje já está aqui? Isso já seis horas da tarde, quando meu marido chegou lá. Ele disse: – É porque a polícia está desinformada uma com a outra. Agora, não entendo. Por que corremos atrás de um B.O., se o B.O. tem todo um controle de uma delegacia com a outra, de um Estado para outro, e fica desse jeito?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Agradeço a senhora por ter vindo aqui.

A SR^a FLORISBELA DA SILVA GONZALES – Eu que agradeço muito por isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qualquer coisa que a senhora souber, por favor, ligue para a CPI. Até vou aproveitar o número do dis-

que-denúncia, pedir ao Relator que, se alguém puder difundir pela imprensa, que o faça por favor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O disque-denúncia da CPI é 0800 61 2211.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não há necessidade de se identificar. Qualquer fato que possa colaborar com a investigação, basta comunicá-lo. E nós tomaremos providências.

Senador Moreira Mendes, V. Ex^a gostaria de fazer alguma pergunta?

O SR. MOREIRA MENDES – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Solicito a apresentação do agente policial Francisco Mamel. (Pausa.)

O SR. – Senador Romeu Tuma, eu preferia que meu cliente não fosse filmado para que não seja exposto por criminalidade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta é uma audiência pública. Ontem, conversei com os outros advogados. Ele não está sendo acusado. Ele aqui está para depor. Não posso negar informação à opinião pública porque se trata de uma audiência pública. Eu teria de transformá-la em secreta, o que não é conveniente, a não ser que ele tenha algum fato importante a dizer, que possa colocar em risco a vida dele. Nesse caso, transformá-la em secreta. Os outros advogados concordaram comigo ontem e não quiseram criar incidente algum. Indefiro seu pedido porque ele já foi filmado até na entrada. A não ser que tenha algo a depor que possa trazer intranquilidade e insegurança a sua pessoa. O senhor não será excoado aqui nem eu admitiria isso. Já concordei com a presença dos advogados para que o acompanhe, para que, se houver algum protesto, que o faça. Agradeço a compreensão.

Qual é seu nome?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Francisco Eduardo Mamel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor trabalha no Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito. Segunda Delegacia do Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor sabe os motivos por que comparece perante esta CPI?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não leu? Não soube nada nem acompanhou de perto?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, nada tem a expor como preliminar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Passo a palavra ao Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Francisco, quando o senhor entrou na polícia, quais as delegacias em que já trabalhou e, atualmente, onde está trabalhando?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Entrei na Polícia em 1977, na Polícia Militar, como escrivão, depois em 1979 fiz a Escola de Soldado, do Primeiro Batalhão, depois, logo que terminou a Escola fiz um concurso para operador de telecomunicações, mas teve uma demora para a nomeação, para eu ser apresentado na academia e fui transferido para a Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar, depois vim para cá como operador de telecomunicações, depois fiz o concurso para investigador de polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu vim para operador e ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando o senhor estava na Polícia Militar chegou a trabalhar na Rota?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, fiz escola lá, em 1979.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual a delegacia do Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Segunda Delegacia do Patrimônio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhou na Polícia Militar, foi policial militar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde o senhor trabalhou?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu fiz escola na Rota, depois, de pronto, fui para a Diretoria de Apoio Logístico, no DAL.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhou internamente.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito, em virtude de já ter sido aprovado no concurso para operador de telecomunicações.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Da Polícia Civil?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então ficou pouco tempo na PM.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Como soldado, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo mais ou menos?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, acho que deve ter sido uns nove meses, um ano, por aí. Não vou precisar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não trabalhou na rua?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A não ser durante o curso, nada?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual delegacia o senhor está lotado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Segunda Delegacia do Patrimônio, já há uns nove anos. Desde o prédio velho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é a sua atribuição?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Investigador de polícia, encarregado de equipe, Apolo 45.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem conhecimento de que alguns policiais trabalham com informantes.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é feito o recrutamento desses informantes?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu particularmente desconheço se o pessoal faz um recrutamento com informante ou não, eu particularmente faço um recrutamento da informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas alguém traz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem que ter o informante para ter a informação.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito. Anonimamente ou não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque cada um tem a sua forma de aliciar o informante entre a marginalidade ou não. Não é assim? Para poder colher informações para aprofundar uma investigação na busca de uma quadrilha, tem que ter uma fonte de informações.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não diria aliciar, Excelência, diria é um.... Nem todo o informante.... Eu particularmente não gosto desse tipo de gente, vou ser bem sincero com o senhor. Gosto da informação que parte de uma testemunha, de uma ví-

tima, que seja uma informação palpável, para agente, através de um boletim de ocorrência, saber pelo menos quem é uma vítima, entrevista essa vítima, testemunha, para termos alguma coisa palpável para começar o trabalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esses informantes que alguns policiais têm, eles eventualmente acompanham até os policiais nas diligências, nos levantamentos, para mostrar locais essa coisa toda. Concorde que é dessa forma que é feito?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Desconheço, Excelência. Eu particularmente não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou dizer alguns nomes e você, por favor, me diga se conhece.

Marcelo Lima, Marcelo Teixeira Lima.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não conhece? Dr. Marcelo Teixeira Lima?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Desculpe, o delegado, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso dos Santos?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço. Esse trabalha no mesmo prédio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na mesma equipe.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – O Juvandir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É da sua equipe?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você é o encarregado dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito. Recentemente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em cada nome você, por favor, faça só uma referência de relação.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel de Oliveira.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço, mas nunca trabalhei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Pereira.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também da mesma forma, nunca trabalhei como Marcos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre da Costa, Farofa.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também conheço, mas não trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não me vem a fisionomia da pessoa, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho, 63 DP.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mucini.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorjão.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou lhe dar outros nomes e gostaria que você lembrasse se investigou algum desses nomes, prendeu ou trabalhou na repressão de roubos de alguns desses cidadãos. Pécio.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouvi falar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Boreli?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ex-policial.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão ou Chico?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra do informante Laércio?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ontem reavivou minha memória.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra dele? Que é na verdade o Sálvio Barbosa Vilar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu até desconhecia o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio é um nome fictício dele.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Você sabe dizer como ele se tornou informante do Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, desconheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe com quem era a relação dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você o conheceu?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheci numa oportunidade que eu gostaria de esclarecer: quando eu depus na Corregedoria não me lembrei de um ponto. Quero deixar bem claro que pela foto me lembro dele, do encontro que tive com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde foi? Na padaria?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Num determinado dia, não me lembro direito, o Juvandir me ligou dizendo que estava com um problema na família e que foi procurado por informante que havia ligado para ele dizendo que tinha um serviço e, como ele estava com problema com a família dele, se eu podia conversar com a pessoa e ver que serviço era, se eu autorizava que ele passasse o número do meu celular para ele. Eu disse que sem problema e perguntei se ele conhecia a pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o serviço?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, era um serviço de roubo de carga, não precisarei para V. Ex^a a mercadoria, mas acredito que era geladeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que o Laércio sabia onde estava?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, ele disse que sabia quem eram os ladrões. Eu perguntei o nome e ele disse que escutou essa conversa num bar, não tinha o nome deles.

O SR. MOREIRA MENDES – V. S^a disse há pouco chegando lá, onde?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Numa padaria, foi quando o Juvandir pediu autorização para mim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi o Juvandir que te apresentou a ele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Mas foi pelo telefone.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você chegou pessoalmente estava só ele nessa padaria?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele estava só.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Essa padaria, por acaso, era junto do Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, é lá na Zona Leste. Águia de Aia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você chegou a ver o Laércio no Depatri alguma vez?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nunca viu?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Só vi o rapaz nesse dia e não demorou nem 10 minutos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Então narre para nós como foi o encontro e como foram as negociações que ele estava te passando.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele não queria passar por telefone porque era ruim, ele estava numa padaria cheia de gente. Perguntei onde ele estava e ele me deu o endereço da padaria. Fui até lá, ele perguntou se eu era o Manoel e eu falei que sou. Então ele começou a falar que tinha ouvido uma conversa num bar de um pessoal que tinha feito um roubo de uma carga de uma geladeira, se não me enganou. Mas ele não sabia como localizar os marginais. Perguntei para ele se sabia onde, em que área tinha sido feito esse roubo para podermos pelo menos levantar o boletim de ocorrência. Ele também não soube informar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Só isso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – A pura verdade. Ele ficou de me dar um retorno na hora que ele levantasse. Bem, já que está prematura a sua informação, vou embora, quando você tiver alguma coisa mais palpável, mais concreta, você me volta a ligação. Sem problemas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não teve mais contato?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nunca mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca mais encontrou com ele, em situação nenhuma?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nenhuma.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no Depatri, você não o viu?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nem ligar ligou. Nunca mais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já realizou alguma investigação fora do Estado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Faz muito tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto tempo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu estava lá no prédio velho ainda. Em Santa Catarina?

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi a Santa Catarina? Fazer o que lá?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Era um ladrão de automóveis. Mas faz tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi através de informante que você chegou a esse ladrão?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, foi um ladrão que estava com um Del Rey roubado e tinha vários documentos em branco. Depois demos sequência na investigação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi só?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, fui com a equipe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em caráter oficial.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem como comprovar. Tem todos os processos, despesas, ressarcimento. Quando foi?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Faz tempo, Excelência. Foi em 1986 ou 1987.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem notícia de viagem do Laércio com alguma equipe do Depatri, com algum desses nomes que citei aqui?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhuma? Você nunca ficou sabendo de ele viajar para ajudar....

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Fiquei sabendo ontem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá licença um pouquinho, aproveitando a pergunta. Juvandir está na sua equipe, o senhor é encarregado dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele fez viagens, diligências para a Bahia, Rio de Janeiro, Montes Claros. Ele lhe comunicou? O senhor autorizou para ir com outra equipe?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, Excelência, nessa época, ele estava lotado na 1ª Delegacia de Patrimônio, ainda não trabalhava na 2ª do Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que época foi?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há quanto tempo ele está com o senhor?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele veio para a equipe no final do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está há um ano com o senhor, então.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, ele veio... Só pegando na escala... Ele deve ter vindo em junho ou julho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Certo. Depois vamos verificar as viagens.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deste ano?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não autorizou ele a viajar em nenhuma situação?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, com certeza não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nem ele nem nenhum outro membro da sua equipe. Quem são os membros da sua equipe?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Francisco Eduardo Mamel é o encarregado, Valcir Vieira e Juvandir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando Juvandir apresentou Laércio para o senhor foi através do telefone.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o senhor foi encontrá-lo. Qual foi o tipo de colocação que o Juvandir fez a respeito do Laércio para que o senhor tivesse confiança de ir lá conversar com ele.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi até o contrário, Excelência. Ele pediu que eu fosse lá mas que aceitasse com reservas porque não confiava muito nas informações dessa pessoa. Fui mais por desengano de consciência. Eu estava bem próximo

dali, em Itaquera, fazendo uma ordem de serviço de um duplo latrocínio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor imagina por que ele sempre marcava com os outros agentes nesse local, nessa padaria?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu desconheço, Excelência. Nem sabia que ele tinha outros encontros lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Outros encontros foram nessa padaria.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há um bar próximo ao Depatri, na esquina, chamado Bombaça?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse bar costuma ser freqüentado pelos investigadores e por outras pessoas do Depatri? Tem refeições e tudo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É um bar que fornece almoço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem freqüenta o Depatri normalmente o conhece ou passa por lá, não é isso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Um policial dizer que ignora esse estabelecimento é, no mínimo, uma piada, não é? Estou perguntando sem nenhuma intenção de...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, não, eu sei, é...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque é amargo vir alguém dizer que nunca viu, que não sabe onde é e que nem conhece um bar na esquina, freqüentado por todo mundo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Se bem que, Excelência, esse bar fica...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é escondido?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, é que tem um bar chamado Amarelinho que fica bem defronte mesmo ao Depatri, que é bem mais freqüentado que esse Bombaça.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas é do lado? Um é próximo do outro?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É próximo um do outro. Um fica defronte e outro fica na lateral.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Pintado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – De nome, Excelência. Assaltante de banco, de carros-fortes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é figura importante no mundo do crime?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Bastante.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Quando estava aquela onda de carro-forte, a notícia que chegava era que sempre o Pintado que estava encabeçando isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seria uma prisão importante para o Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Bastante. Tanto é que quando pegamos o Marcos Pirata, que foi parceiro dele em uma época também, o Marcos Pirata veio até confirmar que ele, na época, era um belo de um ladrão, uma bela cana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era praticamente o chefe dessa quadrilha?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – De várias quadrilhas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há informações de que ele também assaltava base de remessas de dinheiro, por meio dos aeroportos?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Depatri tem essas informações?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não seria uma informação, seria mais um comentário, Excelência, pelo menos no que compete ao meu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Há alguma equipe que o senhor saiba que esteja procurando investigar e localizar esse elemento? Há uma prioridade dentro do Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Na localização do Pintado? Acho que é, como o senhor acabou de falar, uma figura importante. Todos os casos são de prioridade, mas é que é difícil ter alguma informação do Pintado. O que tem é comentário. Eu, pelo menos, o que tenho é comentário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Soube sobre diligências fora do Estado na tentativa de localizá-lo e prendê-lo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, não conheço.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não soube de duas viagens a Montes Claros, de uma ao Rio de Janeiro, em que o Juvandir esteve presente, junto com o Celso, com o Daniel, com o Orlando, numa oportunidade? Na outra, com o Valter e o Juvandir, ex-policia, junto?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece o Jura?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não soube dessa viagem? Eles foram ao Rio de Janeiro e depois a Montes Claros, tentar prender...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, eu fiquei sabendo por ontem. Nessa época, eles não eram da delegacia onde eu trabalho. Eram da 1ª do Patrimônio.

O SR. MOREIRA MENDES – Você declarou que está há nove anos na 2ª Delegacia do Patrimônio. Como é que você chegou na 2ª Delegacia? Você foi promovido? Foi por merecimento? Foi por escolha sua? Você trocou com alguém que estava lá e que foi para outro lugar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, não, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Como é o processo de um policial de carreira ser lotado nessa delegacia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Na época, eu estava até ainda quando o prédio era na Brigadeiro Tobias. Nós estávamos na 3ª Delegacia do Patrimônio. Houve a mudança para o Depatri, ficamos na 3ª Delegacia do Patrimônio. Fomos para a 2ª Delegacia do Patrimônio, onde estou até hoje. Não houve nenhum requisito especial para ser lotado na 2ª.

O SR. MOREIRA MENDES – Antes de estar na 2ª, o senhor estava onde?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Na 3ª Delegacia do Patrimônio. Sempre no Patrimônio.

O SR. MOREIRA MENDES – Sempre no Patrimônio. Você prestou concurso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. MOREIRA MENDES – Foi aprovado e sempre trabalhou no Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Fui estagiar no Degran, no 12º Distrito, no Pari.

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. E dali a primeira lotação que você teve de pois do estágio foi no Depatri?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Eu fiquei dois anos e meio no 12º. Depois eu fui para a seccional-centro. Da seccional-centro, fui para o 39. Do 39, fui para a Delegacia do Itaquera, no 32. Do 32, fui para o 49, no São Mateus. Do São Mateus é que eu fui para o Deic. Lá no Deic, chegando, fui para a 3ª do Patrimônio.

O SR. MOREIRA MENDES – E essa promoção, essa última para o Deic como é que se dá? É promoção? É escolha do Secretário?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É designação normal.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É designação normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi a convite de alguém? Foi permuta? É isso o que o Senador...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – A permuta foi só para sair de um Departamento para o outro, ou seja, quando eu saí do Degran – que hoje é De cap, desculpe – e fui para o Deic. Aí foi permuta. Do Deic, sem permuta, sem nada.

O SR. MOREIRA MENDES – É isso o que eu quero saber. Como se opera essa permuta? Como isso acontece?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso é muito subjetivo. Não sei, Excelência. Cada caso é um caso.

O SR. MOREIRA MENDES – No seu caso.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – No meu caso, eu vim normalmente. Nós estávamos na 3ª do Patrimônio...

O SR. MOREIRA MENDES – Tinha alguém que estava no Deic...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Mudou o Delegado. Eu estava acompanhando na época o Dr. Basili.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador, peço um minuto, por favor, porque estão pedindo para trocar o equipamento. Só um minuto.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ok. Pode prosseguir.

O SR. MOREIRA MENDES – Francisco, declarou aqui que se lembrou ontem, ao ouvir os depoimentos, do Laércio, que, na verdade, é o Sálvio Barbosa Vilar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. MOREIRA MENDES – Muito bem. Embora, na investigação feita pela Corregedoria, você declarou que não o conhecia.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso, que não o conhecia e que nunca tinha feito serviço com ele.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tinha conhecimento de que ele era condenado pela Justiça, quando ele andava pela padaria, por ali?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, de forma alguma.

O SR. MOREIRA MENDES – Não sabia? Você é casado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Casado há 21 anos.

O SR. MOREIRA MENDES – Você mora em casa própria?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. MOREIRA MENDES – No mesmo lugar sempre?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Mudei.

O SR. MOREIRA MENDES – É só, Sr. Presidente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que o Laércio, na verdade, é Sálvio. Estamos vendo aqui.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Fiquei sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – A identidade, a documentação dele de Laércio da Cunha foi-lhe passada pelo Celso e pelo Juvandir, segundo colocações do próprio Laércio. Você tinha conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quem fez a identidade?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você já ouviu falar do Sérgio?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falsificava documentos do Detran e pessoais.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Também não. Vou ser bem sincero para o senhor, o meu contato foi exatamente nesse dia e mais nada. Graças a Deus.

O SR. MOREIRA MENDES – Você só falou com o Laércio uma só vez?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Só, com o Laércio.

O SR. MOREIRA MENDES – Só esta vez?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Pessoalmente, por telefone e mais nada. Nunca meligou, nunca mais o vi em lugar nenhum. Fui ver ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele conhece todas as dependências do Depatri. Inclusive, aqui ele citou a Primeira Delegacia, a Segunda Delegacia, a Terceira, ele falando o nome disso e da aquilo, o corredor à direita, não sei o quê, coisa e tal. Você não acha muito estranho? Um preso, um condenado pela Justiça, conhecer o Depatri dessa forma? Pelas declarações dele, ele é íntimo lá no Depatri, até porque ele era informante lá. O que você pensa disso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Se realmente ele frequenta e tem livre acesso lá, é lógico que é estranho, por ser uma pessoa condenada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele já frequenta lá há nove anos. Ele já foi lá muitas vezes.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – E eu nunca vi. Pode ter certeza disso.

O SR. MOREIRA MENDES – Você chefia uma equipe de investigação.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. MOREIRA MENDES – Essa equipe é composta de quantas pessoas?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Comigo, três.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantas equipes têm na sua Delegacia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Onze.

O SR. MOREIRA MENDES – Onze equipes, com mais ou menos três pessoas em cada uma.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Em média. Há equipes duplas e com quatro.

O SR. MOREIRA MENDES – E todos frequentam e trabalham no mesmo ambiente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Exatamente. O Depatri.

O SR. MOREIRA MENDES – Então, é realmente estranho ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso só da Delegacia, da Primeira Delegacia, que são onze.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Quero deixar bem claro que eu, particularmente, não vi essa pessoa lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que o Juvandir e o Celso foram presos ontem?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Fiquei sabendo. Eu estava aqui ontem.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe o motivo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Pelo que chegou a mim, não ficou definido se era falso testemunho, ou se estava obstruindo as investigações da CPI, ou não, não foi definido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso. Os dois, por estarem mentindo aqui. “Fazer afirmações falsas, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha, perito, tradutor, ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito”. É direito da Comissão prendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou dar uma explicada. Não digo que você conheça ou não. Às vezes, o próprio transcorrer de um departamento, que é diferente de uma delegacia, em que há uma entrada só, onde tanto o público, como as vítimas e os marginais circulam pela mesma entrada ou pela lateral. Então, é muito mais fácil que se cruze pelos caminhos, mas um departamento tem várias delegacias e um prédio que isola, fica um pouco compartimentado. Assim, cada uma das delegacias tem um departamento. Vamos dar oportunidade para que o Laércio verifique de que forma o conheceu, pois não foi perguntado. Como ele teve um problema de ordem física, cardíaca, foi tratado ontem à noite, hoje foi ao médico, e daqui a pouco estará aqui.

O Relator está apenas advertindo e não fazendo ameaças. Nossa obrigação é alertar. O Doutor já devia ter falado. Nosso pedido é no sentido de obter a colaboração, de obter a verdade. É claro que você não vai depor a respeito daquilo que possa incriminá-lo, mas não pode mentir, faltar com a verdade. Não vou pedir que você diga que participou da quadrilha, pois você não irá depor contra si mesmo, a própria Constituição garante-lhe esse direito.

Não há qualquer tentativa de armar uma cilada ou de buscar qualquer tipo de envolvimento, até mesmo pelo respeito, pois sou policial também e sei o que isso representa.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Assim que terminarmos com as perguntas vamos suspender. O senhor, por favor, não se retire do prédio até que possamos concluir e dispensá-lo, não precisando chamá-lo outra vez.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem conhecimento de que foi fabricada uma documentação no Depatri para o Laércio?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabia que o Laércio tinha sido condenado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não entendi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Foragido. Quando o Juvandir o apresentou, o senhor sabia que ele havia sido condenado?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Se soubesse o teria prendido, Excelência, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma coisa que eu estranhei, até o Deputado que foi policial. A primeira coisa que se faz na polícia, até quando há alguém que ren do fa lar, é puxar o DVC. É quase que automático para a sensibilidade de um policial. Para um policial tem dez anos de instituição dentro de um apartamento como o de vocês, que lida vinte e quatro horas com a pior marginalidade, é estranho que a pessoa circulasse e ninguém soubesse. Provavelmente só o Celso disse que não. Andar com um camarada que diz que há uma quadrilha em tal lugar, que há bandidos, que há carros e que estes foram levados para outro determinado lugar e não saber que era foragido, que havia um mandado de prisão. Só é possível se tiverem apagado o DVC da pessoa. Por isso, entendo ser estranho. Essa pergunta tem sido insistentemente feita pelos parlamentares que não são policiais e todos dizem que não sabem. Tem que puxar o DVC. Outro dia intimamos alguém que se recusou a vir. Mandeí puxar o DVC dele para saber por que não queria comparecer. Há uma ficha que dá para medir. Ele não quer depor porque não quer sair daqui preso. A primeira coisa que me vem à cabeça é puxar o DVC, os antecedentes. Creio ser estranho esse comportamento. Os Deputados repetem essa pergunta por que é estranho que um policial não saiba que está trabalhando com alguém que tem uma condenação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Antecedeu-lhe um empresário que foi roubado. A polícia apreendeu seu equipamento, que está lá no Depatri. Ele está tentando recuperar esse equipamento, mas estão crian-

domuitodificuldade. Gostaríamos que o senhor fosse o autorizado da CPI para apurar, Sr. Presidente, se o equipamento está lá e por que não foi entregue ao proprietário, que tem toda a documentação. A polícia não tem interesse de averiguar documentação e, inclusive, está usando o equipamento. Gostaria que o senhor fizesse essa investigação e providenciasse a entrega.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Que delegacia que é, excelência, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, ela está no Depatri, no depósito do Depatri. Está no depósito lá, Dr. Ronaldo? Está no depósito? É. Qual é o policial que é responsável?

Terceira delegacia? A Divecar?

Você tem condições de consultar o seu colega lá?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E nos dar uma informação?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, depois, damos os dados. O Dr. Ronaldo lhe dá os dados e, então, espero essa gentileza.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Salvo melhor juízo, se o senhor quiser, ele pode até acompanhar, eu o acompanho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixe-me voltar com você aqui na apresentação do Laércio. Como foi mesmo? O Laércio ligou para o Juvandir, dizendo que tinha um serviço para fazer. Tinha umas informações, não é? Aí, o Juvandir disse para ele que estava ocupado, que estava com um problema de ordem familiar lá e que não ia dar para dar uma atenção para ele. Mas que ele aguardasse, porque ele ia passar um novo número para ele. Aí, o Juvandir desligou, ligou para mim e perguntou se eu autorizava passar o meu número para essa pessoa, porque ela me iria ligar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele lhe perguntou isso aí e você falou: “E daí? Por quê? Para quê? Passar meu número para quê? Você quis saber do Juvandir.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. O Juvandir falou se eu poderia autorizá-lo a passar o número do meu celular para essa pessoa, para essa pessoa ligar para mim, para eu ir lá conversar com ela, porque o Juvandir não estava, estava com problema de família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é. O Juvandir falou com você como? Vou passar o número do informante, vou passar o seu telefone para o informante, para ele ligar para você, porque tem informações importantes. É isso? Foi dessa forma? Você não achou estranho, não? É assim que funciona mesmo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Para ver que informação essa pessoa tinha, não é, Excelência? Se era alguma informação importante. O que tinha na mão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas não é estranho? Quer dizer, o Juvandir não teve nem a curiosidade de saber qual informação que era? Mesmo que ele estivesse ocupado, com problema na família? Quer dizer, por telefone, é amigo. São amigos, isso aí ficou comprovado. “Laércio, vou passar o telefone do Mamel para você, e você conta para ele.” Ele não teve nem a curiosidade? Ele não lhe falou nada sobre o roubo de carga? O que ele falou para você?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, ele falou que eram só umas informações. Ele não sabia do que se tratava.

O SR. OSCAR ANDRADE – E é assim que funciona mesmo, Mamel? Porque não sou policial, não sei como funciona.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele passou uma pessoa que tinha uma certa informação, para eu checar a informação, porque ele não tinha condições de ir até essa pessoa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí o Laércio ligou para você?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Aí o Laércio me ligou.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque queria passar pessoalmente.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi à parada lá.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Isso foi que dia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi um dia da semana. Não me recordo, não. Faz tempo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, mas quando?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi pouco antes de eu sair de férias, excelência, é só ver o dia... Preciso dar uma olhadinha lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas faz um ano, dois, três, quatro, cinco?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ah, não, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais ou menos. Um ano, dois anos, três anos, cinco anos, dez.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, não chega a um ano, não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Menos de um ano. Foi este ano, então?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O ano de 2000?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu precisava dar uma olhadinha quando foi que tirei as férias, porque foi logo na sequência que ele me ligou, e peguei e saí de férias.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ah, você saiu de férias logo após?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi. Depois, nem entrei mais em contato com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí, você combinou com ele o local, a padaria.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Na padaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí foi lá?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele o conheceu?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi. Ficamos conhecendo lá, porque ele estava ali. Ele falou: “Vou ficar bem perto aqui de um orelhão.” Acho que era da onde ele tinha ligado, não é?

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você foi lá. você foi sozinho?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi com quem?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Fui com outro parceiro, que era o Monteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Monteiro?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Monteiro trabalhava com você nessa época?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Trabalhava.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome completo dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Carlos Roberto Monteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Roberto Monteiro. E aí continua. Aí você e o Monteiro conheceram o Laércio.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – O Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – E aí?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Aí ele veio dizendo que estava com essas informações...

O SR. OSCAR ANDRADE – De uma carga de uma geladeira roubada?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, eu não sei se era geladeira ou que mercadoria era, porque ele ouviu essa conversa em um bar, mas ele não tinha como localizar os marginais ainda, mas que ele tinha condições. Depois eu perguntei a ele se sabia onde tinha sido feito esse roubo, e ele também não soube informar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o objetivo do Laércio em passar essa informação para você? O que ele ganhar com isso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu não sei, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas eu tenho que entender. Não possível uma pessoa que é condenado a Justiça, que é foragido... Será que ele se arrependeu? Eu vou virar santo agora, eu vou começar a ajudar a prender ladrão pelo simples prazer de ter arrependido e ajudar. Ou ele tinha alguma vantagem? O que ele ganhava com isso? Tem que ter uma explicação. Presta atenção, você se dirigiu de algum lugar para a padaria, demandou tempo seu e de seu parceiro para conhecer um bandido que dava informação sobre roubo. Está certo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Bom ele não tinha dito que era bandido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Bom, um informante que passava a informação sobre roubo. Isso demandou tempo seu, trabalho, você foi lá, conheceu ele para ele dizer para você que tinha um roubo de eletrodoméstico, mas que ele não sabia aonde e nem quem?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso. Eu fui mais porque ele disse que no telefone estava ruim de falar porque ele estava em um orelhão de uma padaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas pelo telefone é ruim de falar: Olha, tem um roubo de geladeira, eu não sei aonde e nem quem que roubou. Isso pode qualquer pessoa falar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele não de talhou, ele falou que sabia de um roubo. E aí eu perguntei: Mas roubo aonde? Aí eu comecei a indagá-lo por telefone. Ele falou: “Eu não posso ficar aqui

falando por telefone, porque esse telefone é da padaria e para mim é mal, está cheio de gente aqui”.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aonde você estava?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu estava perto de Itaquera.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a padaria também está perto de Itaquera?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É um bairro para cima, ali eu acho que é Carvalho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você gastou quanto tempo para chegar lá?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – De Itaquera a Carvalho eu demorei de quinze a vinte minutos. Aí ele estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – E a informação que ele te passou foi qual mesmo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi essa daí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é que você identificou ele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele falou que iria ficar perto do orelhão e eu disse a viatura que eu estava.

O SR. MOREIRA MENDES – Ele falou o orelhão ou do telefone da padaria contigo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Ele falou que foi do orelhão da padaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí ele te informou essa coisa pela metade, que tinha um roubo...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Para mim eu acho que ele se arrependeu de querer dar o serviço, Excelência. Não sei. Porque depois eu indaguei para ele se sabia onde estava a mercadoria, ele falou que estava em São Mateus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não queria nenhuma vantagem, não. Nada, não lhe propôs nada?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, nada e eu conversei muito pouco com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você acha que ele se arrependeu, por quê? Por que ele achou que você não fazia o jogo, não acertava, algum coisa assim?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu não conversei muito com ele, eu conversei exatamente o básico.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele não lhe informou nada, na verdade, nada, porque falar que teve um roubo, eu posso lhe falar agora que teve um roubo de um caminhão anteontem, eu tenho certeza que

teve, eu não sei qual e nem aonde, mas teve. Então, ele não fez nada.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Sem dúvida. Tanto é que eu não dei tanta importância...

O SR. OSCAR ANDRADE – E você ligou para o Juvandir: Juvandir, o que é esse cara? Ou não?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Aí ele falou: Aceita com reserva isso porque não ponho muita fé nas informações dele. Ele falei: Então, deixa quieto, porque nós já estávamos com outro serviço em cima.

O SR. OSCAR ANDRADE – Depois disso você não conversou com Juvandir: Aquele cara deve ser doido, porque ele faz eu ir em uma padaria para falar que teve um roubo que ele não sabe aonde e nem quem roubou?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não achou isso estranho? E conversou com Juvandir sobre isso? E o que o Juvandir falou, já que era amigo dele? Você sabe que ele era amigo do Juvandir?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Amigo eu não sei. A informação que chegou para mim foi essa: que ele tinha ligado para o Juvandir para passar esse serviço, agora se...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Alemão nesta história, me conta.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, eu não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Alemão?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não foi o Alemão que lhe apresentou ...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nem sei quem é esse Alemão, para falar a verdade.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Chico.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Chico ou o Alemão.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não sei quem é.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor conhece o investigador Celso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabia que o Laércio era vizinho do Celso?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que era amigo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Que se conheciam há muito tempo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não conhecia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Conheceu o Laércio através do Juvandir?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Foi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Celso não é da sua delegacia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor. Nunca trabalhei com ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas o conhece.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De conversar?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não tenho muita relação com ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – De frequentar o mesmo ambiente?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Restaurante, bar, casa?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Não conhece o Celso. O senhor tomou conhecimento que eles fizeram algumas investigações em outros estados?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Fiquei sabendo ontem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ficou sabendo ontem. E que não era autorizado oficialmente?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Fiquei sabendo só ontem aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você ficou sabendo? Você ouviu os depoimentos?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você ficou sabendo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Na hora de ir embora.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O Dr. Marcelo o senhor conhece?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Também não sabia que ele tinha ido nessa diligência.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor. Eles são de outra delegacia, Excelência. Eu, inclusive, nunca trabalhei com nenhum deles. Só mesmo o Juvandir quando foi lá para a segunda.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas não sabia do que ele estava sendo acusado.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Fiquei sabendo, através de imprensa. Eu estava de férias, depois quando retornei é que fiquei sabendo disso daí.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem conhecimento que o Juvandir responde processo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Se não me engano, responde por oito processos?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Inclusive homicídio?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não sabia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E convivia com ele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Trabalhava com ele, sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor não responde processo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem quantos anos de Polícia?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Vinte e quatro para vinte e cinco.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou pedir a entrada do preso Sálvio Barbosa Vilar.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Pode entrar o preso Sálvio, o Laércio.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Laércio. Você conhece ele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Lembro dele, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele lhe foi apresentado por telefone – foi o que você disse.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito. Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – E encontrou com ele na padaria. É esse daí mesmo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, ele disse que o conheceu por telefone através do Juvandir. O Juvandir pediu a ele para dar o telefone dele para você, para passar algumas informações. Você ligou. Ele foi a uma padaria, na zona leste ou oeste?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Leste.

O SR. OSCAR ANDRADE – Leste, encontrou com você. Você estava perto do orelhão e passou a seguinte informação para ele: teve um roubo de carga, que acho que era de uma geladeira, um eletrodoméstico, mas não sabia nem aonde e nem quem tinha roubado. Confere? Foi desse jeito.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Em primeiro lugar, não confere ele falar que me pegou na padaria. Ele foi à minha casa com a viatura, me pegou dentro da minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Na sua casa com?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Na minha casa. Ele foi com a viatura na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegou o que lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Me pegou para ir fazer o local. O local foi São Mateus.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o início foi assim mesmo? Foi Juvandir que apresentou?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por telefone?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É porque ele é da mesma equipe que Juvandir já tinha feito aquela outra apreensão que falei para o senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – A do Pneu Mageon?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, a que o rapaz era estuprador e estava com carro roubado e depois o Alemão foi e pegou tanto as armas quanto o carro roubado e ficou por isso mesmo.

Eu levei ele até São Mateus. Mostrei o galpão. A carga estava lá dentro. Esse rapaz – não sei se o meu advogado está aqui, gostaria que ele me desse a minha agenda, para eu pegar o nome certo do rapaz. Mostrei o local. Eles fizeram o local comigo. Voltamos. Eles me deixaram na minha casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esta va ele e quem?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele mais um outro agente que não sei qual era o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Roberto Monteiro.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – E essa carga, dois dias depois, já estava em Cocos, na Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi dentro da viatura, no carro oficial?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim senhor. Pegou-me na porta da minha casa.

O SR. MOREIRA MENDES – E, ao invés de apreender a carga, dois dias depois, a carga estava na Bahia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Depois a carga tinha ido para a Bahia, na cidade de Cocos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cocos?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi vendida para o filho do Prefeito da cidade de Cocos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em que ano foi isso?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi no ano passado.

O SR. OSCAR ANDRADE – No ano passado, mas no início ou no final?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Final do ano mais ou menos. Ou foi no final do ano ou no começo do ano, não estou bem lembrado agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – De 1999 para 2000.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Essa carga foi para a cidade de Cocos na Bahia e vendida para o filho do Prefeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era carga de quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era carga de eletrodomésticos. Tinha televisão, videocassete, geladeira. Essa pessoa é protegida por alguns policiais do Depatri também.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual é a pessoa?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O nome dele é Brandão. Na época, mudaram o telefone...

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão é o filho do Prefeito?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Brandão é o cara que roubou a carga aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando vocês chegaram ao local, você, o Monteiro e o Mamel...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Passamos com a viatura, mostrei o local, falei que era ali. Retornamos, tornei a mostrar, pararam, olharam e, depois, ainda fui com eles em outro lugar. Não sei o que é, mas é um galpão muito grande onde entraram para discutir negócios de dinheiro com outras pessoas e fui embora. Dois dias depois, voltei ao local porque conheço a região e conheço o Brandão há muito tempo

– inclusive, já tirei até cadeia com ele em Tremendé – e essa carga tinha sido levada para Cocos, na Bahia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando ele te levou lá, o que ele ia te dar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele é da equipe do Juvandir. Geralmente, quando a carga é apreendida – é como eu falo – não tem destino para o Depatri ou outra coisa, mas é desviada e toma-se o dinheiro da pessoa que está com a carga. Geralmente, é isso que acontece. Dois dias depois, quando voltei a procurar o Brandão no local, a carga já tinha sido destinada à cidade de Cocos, na Bahia.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor quer dizer que o Brandão pagou algum dinheiro para liberar essa carga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que sim. Não sei se foram eles mesmos que apreenderam a carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa carga foi roubada onde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei. Segundo eles, na Anhanguera.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como a informação dessa carga chegou para você?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conheço muito o Brandão. Já tirei cadeia com ele em Tremendé e ele estava atrás de comprador para carga e eu passei a informação para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra desse dia, Francisco?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, comprometo-me com o senhor agora, se o senhor me autorizar, tiro minha licença agora e vou atrás desse caso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quero saber se o senhor lembra desse dia.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Isso não existiu, excelência. Isso não existiu. Esse negócio de eu entrar em galpão, de ele falar que a carga estava ali e de eu ir a casa dele não existe. É pura mentira. Se o senhor me autorizar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Só um minuto, Francisco. Laércio, qual era a viatura?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Era um desses carros novos brancos de agora. Era um carro pequeno, desses novos do Depatri, mas sendo viatura, com rádio, com giroflex, com tudo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um automóvel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Automóvel. Não barca, mas viatura dessas de agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o carro que você usava?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Um Santana branco.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Isso mesmo.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Comprometo-me com o senhor. Se o senhor me autorizar, estou tirando férias agora e estou indo atrás disso aí.

O SR. MOREIRA MENDES – Você sabia o endereço da casa dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nunca. Nem imagino.

O SR. MOREIRA MENDES – Nunca esteve na casa dele?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nunca. É pura mentira dele.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não é mentira não senhor. Você me pegou na porta da minha casa com a viatura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos fazer com calma. Não precisa ficar nervoso. Vamos prosseguir sem agressões.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, até onde existe uma realidade, a gente admite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode dizer que não é verdade, mas não precisamos ficar...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, tudo bem. Mas é escancarado o que ele fala.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale o que você quiser, mas sem agressão, sem mentira. Diga não é verdade, que você não concorda. Tudo isso, depois, será base para investigação. Você fica na sua verdade; não minta que pode...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Comprometo-me, então, Excelência, trazer uma detalhada da minha conta. Eu vou provar de onde veio o telefonema.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós já pedimos a quebra do seu sigilo fiscal, bancário e telefônico.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Pode checar então mais ou menos na data, Excelência, que vai ter o telefone do orelhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós vamos checar tudo. Fala Laércio.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – No dia em que essa carga foi entregue em Cocos, foi levada para Cocos, foi levado um Logus; esse Logus está na mão

do filho do prefeito, segundo informações, via telefone, porque ainda tenho alguns contatos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Junto com a carga?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Junto com a carga. Foi um Logus roubado também, que hoje o filho do prefeito de Cocos anda com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um Logus?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Também levado pelo mesmo Brandão. Foi o carro que foi batendo o caminhão até a cidade de Cocos.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Logus, junto com a carga, dentro do caminhão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o Logus foi batendo o caminhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi de batedor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse Logus foi roubado aonde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Esse Logus foi roubado aqui em São Paulo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – São Paulo? E você sabe o preço que foram vendidos lá a carga e o carro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, o preço da carga eu não sei, do carro eu sei quanto foi.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Quanto foi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi R\$2.500,00.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele é de que cidade?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Cocos, na Bahia, fica na divisa com Montalvânia.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E esse veículo está com o filho do prefeito até hoje?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Segundo as pessoas com que ainda me comunico, está.

O SR. MOREIRA MENDES – Quem comprou a carga? Foi o prefeito ou o filho dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O filho dele. Quem, geralmente, compra é o filho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dr. Paulo Lacerda está aqui, por favor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse feito o requerimento para ouvir o filho do prefeito de Cocos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o nome – você lembra – do filho?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O nome dele, do filho do prefeito? Não, o pessoal lá conhece ele por Cabeludo. É o filho do prefeito da cidade de Cocos.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o prefeito atual?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o prefeito atual.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cocos é na Bahia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Bahia, já fica na divisa...

O SR. MOREIRA MENDES – Você declarou isso no seu depoimento lá em Brasília?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, falei sobre o Brandão, sobre a carga eu falei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falou. Sobre essa carga, eu me lembro.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só não falei para onde a carga tinha ido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual outra passagem você pode dizer sobre o Mamel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sobre ele, só tive esse contato com ele e esse outro quando eles apreenderam aquela pessoa que citei ontem, que era um fugitivo da penitenciária.

O SR. OSCAR ANDRADE – Conta de novo aí essa história para mim.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A história foi o seguinte: ele foi preso na minha rua, a irmã dele é vizinha da minha casa lá, e esse rapaz é um fugitivo; ele é estuprador, tem seqüestro, tem assalto a caminhão forte, tem um monte de coisas.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, pelo amor de Deus, não vou permitir ele falar que eu prendi um seqüestrador, um estuprador. Excelência, pelo amor de Deus! Sou policial, sou pai de família.

O SR. OSCAR ANDRADE – Calma. Quando você foi inquirido...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Pelo amor de Deus, eu prender um estuprador, Excelência, e soltar o cara!

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O cara foi resgatado pelo Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A presunção da verdade vai prevalecer. Não precisa-se afobar.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu não vou sair daqui de cabeça baixa, Excelência. Eu vou atrás disso aí. Pelo amor de Deus, o senhor me permite investigar?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode, é a sua obrigação. Você, como policial, tem a obrigação.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nesse caso em que ele está-me inquirindo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está-te imputando.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nesse caso em que ele está-me imputando, desculpa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É claro que a sociedade vai ficar contente se você esclarecer o fato com prisão...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – De eu ter catado um estuprador e soltar o cara!

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele está falando... Aí, está sendo firmada a versão dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ordem. Quando você for inquirido, você responde, por favor.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Desculpem-me.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não fala mais sem ser perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reação consignada, fique calmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, continue a história para mim, por favor.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Esse rapaz, como falei, foi preso na rua da minha casa, estava com uma Taunervermelha – essa Tauner era produto de roubo –, estava armado. Pegaram ele e levaram para a Avenida Assis Ribeiro. O Alemão ligou para eles, falou que era cunhado dele, foi lá e foram entregues o carro e a arma, e foi solto o rapaz; ele não foi para a cadeia e nem pagou nada. Segundo ele, deu R\$3.000,00 para eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – O rapaz deu? Isso aconteceu com o Mamel também? Mamel e quem mais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mamel e a equipe dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero esclarecer. Quem disse que pagou R\$3.000,00?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O próprio rapaz que fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O marginal?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, o marginal.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estava o Mamel e quem mais?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Estava o Mamel, estava o tal do Lucindo, o Juvandir e mais um outro que não sei o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, estava o Lucindo também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Lucindo?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nunca vi, não estou relacionando o nome com a pessoa. Mas, se é polícia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Pode ser policial porque estava no Depatri direto com o Juvandir. Toda vez que a viatura sai, ele sai junto. Então tem que ser policial. A não ser que seja da mesma forma do Alemão, como eu também anda va junto com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – É interessante que o Lucindo não foi... Nenhum dos depoentes conheceram o Lucindo.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ô, Mamel, o que você tem a dizer a respeito disso aí?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Eu tenho a dizer ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nega ou confirma, apenas?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nego.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não existiu nada disso aí?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – É um absurdo. E eu não vou sair da quide cabeça baixa, excelência, admitindo isso daí ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ninguém está mandando você sair de cabeça baixa e...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, porque geralmente admitindo e indo embora. Eu vou embora, mas ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Eu quero lhe dizer que a CPI não tem, absolutamente, esse objetivo. Nós precisamos fazer o nosso trabalho e, infelizmente, seu nome foi citado, e nós temos que averiguar. Você pode sair de cabeça levantada, de cabeça alta se você sentir essa disposição.

Mais alguma situação, Laércio? Você lembra de ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O telefone do Lucindo é 91-96-53-97.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem naquela relação, ou não?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Se não tiver, eu estou passando agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Lucindo, Mamel?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Excelência, eu não estou associando o nome com a fisionomia. Se ...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como é o Lucindo?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É moreno, baixo, cabelo meio black power.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moreno ou negro?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Moreno, bem moreno.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o cabelo é ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É meio black power.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Compleição física dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Baixo, forte, moreno, cabelo meio black power.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Altura?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Altura deve ter um metro e setenta, mais ou menos; um metro e sessenta e cinco, por aí...

O SR. OSCAR ANDRADE – E estava o Lucindo, o Mamel ...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Lucindo, o Mamel, o Juvandir e mais outra pessoa que eu não sei quem é.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nesse outro do galpão, lá da carga, estava o Mamel...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só foi eu, o Mamel e mais uma pessoa que eu não sei quem é, porque ele mesmo falou o nome.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Monteiro. Mais alguma outra passagem com o Mamel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com o Mamel, não, só essas duas.

O SR. MOREIRA MENDES – Antes do Mamel ter procura da sua casa, você fez algum contato com o Juvandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – Você passou a formação para o Juvandir?...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Certo, e ele mandou o Mamel ir buscar na minha casa ...

O SR. MOREIRA MENDES – O Juvandir mandou o Mamel ir na sua casa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Senador, é Juvandir.

O SR. MOREIRA MENDES – E ele, o Juvandir, disse isso, que iria lhe procurar era o...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Justamente.

O SR. MOREIRA MENDES – E o Juvandir não foi aquele dia por quê?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Juvandir estava em outra diligência, se não me engano, acho que em São José dos Campos, ou foi Jacareí, parece ...

O SR. MOREIRA MENDES – Não estava doente?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não estava doente. Ele estava trabalhando. Ele tinha feito, ido fazer outras diligências.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Laércio, qual foi a data, mais ou menos assim, em que mês da venda da carga de eletrodomésticos e o Logus?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi janeiro.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Deste ano?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É, deste ano.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A cor do Logus, você sabe?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – A cor era prata.

O SR. MOREIRA MENDES – Francisco, o que você tem a dizer desse fato? Você declarou que o Juvandir estava doente e ele disse que ele estava numa outra diligência.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – O Juvandir disse para mim que estava com um problema de família.

O SR. MOREIRA MENDES – Problema de família?

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o problema?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, não perguntei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não preocupou, não? Um amigo com um problema de família, você nem quis saber o que era?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Monteiro trabalha com você ainda?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Hoje a sua equipe é o Juvandir ... Você, o Juvandir ...

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – E o Valcir.

O SR. OSCAR ANDRADE – Valcir?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Perfeito.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqueles nomes ...

O SR. MOREIRA MENDES – Você está respondendo a alguma sindicância, algum inquérito na Corregedoria?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não. Já foi arquivado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, Marcelo Boreli, ele conhece?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Também não.

Com ele mesmo só foi esses dois contatos.

Agora o Juvandir conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Brandão? Brandão foi da carga...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele já conhece. A equipe inteira conhece.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luiz?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Luiz não...

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jurandi, ex-policia.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Jura?

O SR. OSCAR ANDRADE – O Jura?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Acredito que conheça sim; não tenho certeza, mas acredito que conheça porque já andou muito conosco.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – O Alemão, pensando bem, tem mais um dado que pode ajudar até ele ser encontrado. Porque ele tem um sobrinho que mora com ele e trabalha no ferro velho do Júnior.

Era até isto que queria passar. Seria uma forma mais rápida de encontrá-lo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Encontrar o Alemão. Mas você sabe se o Mamel conhece o Alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não sei.

O nome da esposa do Alemão é Maria da Glória Porfílio Costa. Tem também as três casas que ele morou, que foram casas alugadas no nome dele, que por intermédio dos proprietários da casa dá para se levantar o nome dele completo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Alemão?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É. Foi a casa que morei com ele. Morei em duas casas com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você morou com ele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Morei. Fiquei um tempo com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não tem certeza se o Alemão conheceu o Mamel?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, não posso afirmar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com Mamel só essas duas.

Aquelas viagens para o Montes Claro, Rio e para Bahia, ele tinha conhecimento?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. Que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sálvio, o Sr. Mamel nos informou que o único elemento da equipe, dos policiais em tese, envolvido nas denúncias, só o Juvandir trabalha na equipe dele. Os outros não. Os outros são de outras equipes desde junho.

Então se o Juvandir fez alguma diligência posterior teria sido a revelia dele, como o seu chefe fez que não tomou conhecimento.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas geralmente, pelo menos quase todas as diligências que fazia, que eu também participava, o chefe nunca tinha conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles eram “particulares”.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Particulares. A gente se encontrava geralmente, ou no Mombaça ou no Amarelinho e dali ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Amarelinho é aonde?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Em frente ao Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É o em frente, o que o senhor se referiu.

E essa padaria na zona leste? Por que todo mundo te encontrou e te conheceu lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Por que lá é o ponto de encontro, onde eram feitos os acertos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas era só para te apresentar?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não. O Mamel me pegou em casa. Se forem na minha casa e perguntarem para minha família, todos lembram. Inclusive na hora que ele chegou eu estava na casa da minha vizinha. E ali que eu estava na minha vizinha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos os ouvidos aqui disseram que foram apresentados a você na padaria.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É o álibi deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Combinado.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Combinado. Agora, todo mundo conhece minha casa. Todos eles conhecem minha casa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por isso que você pediu para retirar a família de lá?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Para retirá-los mais depressa possível. Porque eles conhecem e já estavam pressionando, jurando de morte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua família foi removida?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Foi removida ontem. Não sei para onde foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está mais tranquilo hoje?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa segurança ela vai ter, para evitar qualquer constrangimento. Está sobre a proteção da Polícia Federal. Vamos falar com juiz para manter isto.

Claro que a pressão que elas vêm sofrendo, as ameaças de morte...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Mas não vai ficar aqui em São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em São Paulo não, de jeito nenhum.

Seria interessante que até vocês colaborassem com essa garantia porque qualquer coisa que ocorrer as suspeitas vão começar correr em cima dos acusados.

Estou vendo aí a sua cara de revolta, o que é natural, mas acho que também tem uma responsabilidade para que se mantenha a segurança desses familiares do Laércio.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Acho que a família dele não tem nada a ver com isso. Se vai correr risco de vida ou não é problema dele. Não depende de mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não pode falar assim porque será interpretado como ameaça.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Desculpe-me. A única coisa que quero é o nome ou apelido desse tal estuprador.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não estou lembrado mas vou me lembrar daqui a pouco. Ele é cunhado do Alemão e mora na Avenida Maria Santana...

O SR. OSCAR ANDRADE – Laércio, você encontrou o Mamel alguma vez? Viu o Mamel no Amarelinho ou no Mombaça?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Repete o endereço.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Sei que é na Avenida Maria Santana e vou passar o número do orelhão que é em frente da casa dessa pessoa.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Qual é o apelido dele?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Laércio, o Mamel sabia que você era condenado?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Todos eles com quem eu andava sabiam que eu era fugitivo, condenado e que andava com documento falso. O telefone é 297-2612.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você acha que encontrou com ele no Amarelinho ou no Mombaça?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Todo o dia eu ia para o Depatri e quando eu não ficava no Mombaça eu estava no Amarelinho ou dentro do Depatri.

O SR. OSCAR ANDRADE – Várias vezes você viu...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Várias vezes, contato com todo mundo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma ou não?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Não confirmo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca viu ele lá?

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só na padaria.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Uma única vez na padaria, na travessa da Avenida Imperador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor fica ciente de que houve contrariedade entre o seu depoimento e a acareação. A CPI tem a obrigação de buscar a verdade. Se o senhor não mentiu, ótimo, vou

ficar muito feliz, mas se mentiu será processado pela CPI, com todas as providências e tudo aquilo que a lei permitir. Então, o senhor tem agora a última oportunidade de manter a sua versão ou se quiser corrigir algum ponto esteja à vontade.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Confirmo plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o endereço ou o apelido para dar para ele ou depois nós fornecemos?

O senhor pode se retirar e agradecer.

Se permanecer um pouco por aí, se ele lembrar, já lhe dou o nome da pessoa e espero que o alcance e o prenda.

O SR. FRANCISCO EDUARDO MAMEL – Se Deus quiser, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pediria a apresentação desse policial envolvido no roubo de carga no Espírito Santo, onde tem uma grande operação. Seria seu conhecido também, o Sr. Shiro Naruzi?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não temos nenhuma relação porque na época ele estava afastado do Depatri, mas ele me conhece, já me viu várias vezes no Depatri. É aquele que armaram um processo para ele em Itaquá. Naquele roubo de carga, tenho certeza que ele não teve nada, foi armação.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Com o Mamel você nunca viu ele no Depatri?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Com quem? Com o Mamel? Sim, senhor, várias vezes. O Depatri, em frente ao Amarelinho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a apresentação do preso temporário da justiça do Espírito Santo por envolvimento em roubo de carga, de nome Shiro Naruzi. Por favor, a escolta que o trouxe, faça apresentá-lo perante à CPI.

(Pausa)

Ele era policial aqui?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele era policial do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor é o advogado dele? Pode sentar, doutor.

O senhor é Shiro Naruzi?

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Poderia dar sua identificação.

O SR. SHIRO NARUZI – O senhor gostaria da minha identidade?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, nome, local de trabalho, qual sua atividade atual.

O SR. SHIRO NARUZI – Sou Shiro Naruzi, sou comerciante, sou estudante de Direito também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde?

O SR. SHIRO NARUZI – Na UNIP.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde o senhor é comerciante?

O SR. SHIRO NARUZI – Tenho participação na loja dos meus pais, na Avenida Itaberaba nº 930.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual é o seu ramo de negócio?

O SR. SHIRO NARUZI – Comércio de roupas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual cidade?

O SR. SHIRO NARUZI – Aqui em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na Avenida Itaberaba nº 930.

O senhor foi preso no Espírito Santo?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. Foi em minha casa, aqui em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com mandado de prisão temporário do juiz do Espírito Santo?

O SR. SHIRO NARUZI – No momento, não deu para ver se era temporário, se era a preventiva. Sei que havia um mandado de prisão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É temporário. Quer dizer que o senhor ainda não foi apresentado ao Juiz?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Veio direto para cá?

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o mandado de prisão é de fora, não é de São Paulo?

O SR. SHIRO NARUZI – Não é de São Paulo, parece-me que é do Espírito Santo.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabe o motivo de sua prisão?

O SR. SHIRO NARUZI – Pelos comentários, deve ter algum relacionamento com o pessoal do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Roubo de carga?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei precisar porque tenho contato com algumas pessoas, amigos, não comerciais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Amigos no Espírito Santo?

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em qual cidade?

O SR. SHIRO NARUZI – Vitória, no Espírito Santo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é ex-policial?

O SR. SHIRO NARUZI – Sou ex-policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você deixou a polícia?

O SR. SHIRO NARUZI – Em fevereiro agora.

O SR. MOREIRA MENDES – Qual o motivo?

O SR. SHIRO NARUZI – Uma apreensão que fomos fazer e no momento fizemos uma parte da apreensão aqui em São Paulo e nos dirigimos para Itaquaquecetuba para fazermos uma apreensão de uma carga de cigarros da Souza Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode relatar.

O SR. SHIRO NARUZI – Posso, posso. Gostaria de começar do início, talvez seja meio longo, mas queria contar com detalhes para poder ser entendido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode, pode, conta a história toda.

O SR. SHIRO NARUZI – Recebemos uma informação que teria um caminhão roubado e abandonado na Rua da Balsa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem informou?

O SR. SHIRO NARUZI – Um informante.

Tivemos uma informação no dia e nos dirigimos para o local.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nós quem?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu e mais o meu parceiro que trabalhava comigo na época da minha equipe.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era?

O SR. SHIRO NARUZI – Wilson Cardoso. As informações que tivemos foram as seguintes: que teria o caminhão... o caminhão, não, o baú teria deixado lá, teria sido deixado lá e que já teriam tirado uma parte da carga através de perua kombi e teria sido levado para Itaquaquecetuba. Nós não sabíamos a quantidade. Sabíamos, sim, que tinha sido levado para Itaquaquecetuba, que o local era muito fácil para ser localizado devido ser de frente a estação de trem de Itaquaquecetuba, num portão próximo a uma esquina, mas de frente à estação.

Nós nos dirigimos, primeiramente, para o local onde estava abandonado o baú. Chegando lá, no local do baú, nós estávamos com a viatura, escondemos a viatura. E tinha um dono de um restaurante, na época nós conhecíamos, pedimos o carro dele emprestado para que nós pudéssemos ficar na Rua da

Bosch, atrás da Abril Cultural. Nesse dia, até o senhor ficou com medo de emprestar o carro dele, porque o carro dele estava no nome dele, não sei. Mas ele acabou nos emprestando.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que era esse..

O SR. SHIRO NARUZI – Era... Só um minutinho que eu vou lembrar o nome dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode continuar a história.

O SR. SHIRO NARUZI – Euclides.

Ele era dono do restaurante ali no posto. Aí nós ficamos de campana. Só que era numa sexta-feira e, no sábado, eu estaria de férias. Eu já tinha até viagem marcada com a minha família. Que eu sairia na sexta à noite para que nós pudéssemos aproveitar o sábado já desde a manhã com as crianças de férias.

E o que ocorreu foi o seguinte: estava eu e o Wilson, nós ficamos de campana, nós ficamos até às 19h30, às 20h – não posso precisar bem o horário – começou a escurecer. Eu achei que seria conveniente que nós apreendêssemos porque nós estávamos esperando alguém vir buscar a carreta. A informação que nós tínhamos é que eles viriam buscar. Parecem que eles tinham abandonado o cavaliño – não sei se abandonaram – eles viriam com outro cavaliño para retirar a carreta. E nós ficamos no local. Aí, já meio tarde da noite – eu também já estava ocupado porque sexta-feira, os nossos delegados também poderiam sair, a gente não poderia não localizá-los mais – aí eu sugeri ao meu parceiro que nós já escrachássemos a viatura no local e tentássemos remover a carreta para o Depatri. O meu parceiro não queria. Ele queria que nós prendêssemos os ladrões. Eu não poderia ficar mais no local, porque eu tinha viagem marcada com a família também. Eu queria cumprir minha obrigação com a família também. Aí houve até nos desentendemos na hora lá, porque ele queria ficar sozinho, eu não queria deixar, por causa do perigo também que eram mais de quatro pessoas parecem que viriam buscar a carreta.

Aí, entramos num acordo e fomos procurar alguém que pudesse nos fornecer... Eu liguei para a delegacia e falei: “Nós estamos apreendendo a carreta. Liguei para o chefe dos investigadores dizendo que eu tinha nós estávamos apreendendo a carreta. E só no momento que escrachamos a viatura no local é que nós abrimos o baú para ver o que tinha dentro. Aí que nós verificamos que era cigarro.

O que ocorre é o seguinte: é que fomos procurar alguém que pudesse fornecer esse transporte até o Depatri. Nós localizamos um senhor que tinha um ca-

valinho mecânico, nos engatamos e estávamos dirigindo até o Depatri. Na hora que nós chegamos próximo ao Depatri, ainda na marginal, eu lembrei que teria essa parte da apreensão em Itaquaquecetuba. E aí peguei e falei: "Vamos diretos para lá porque faz uma coisa só, entendeu, já faz as duas apreensões separadas num momento só, porque ficaria..."

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde é que estava essa carga, primeira, que vocês?

O SR. SHIRO NARUZI – A carreta estava abandonada na Rua da Balsa, atrás da Abril.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na marginal. E vocês foram até ao Depatri.

O SR. SHIRO NARUZI – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Próximo ao Depatri.

O SR. SHIRO NARUZI – Eu estava na Marginal. Ainda estava na Marginal. Aí eu lembrei da parte que teria sido, não sabia da quantidade, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque o Depatri é próximo lá da Abril. Uma distância relativamente curta.

O SR. SHIRO NARUZI – Nós saímos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você chega perto do Depatri e resolve seguir outro destino?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. A nossa intenção era fazer uma diligência só. É que no momento daquele conflito que tive com o meu parceiro, que queria ficar, para conseguir prender o pessoal que tinha feito o roubo ou que tivesse abandonado a carreta lá, nesse momento, até conseguirmos o cavalinho, esquecemos desse detalhe. No meio do caminho lembrei e falei: vamos fazer uma apreensão só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E por que vocês não pediram reforço, já que... você não analisou que tinha um risco?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, o risco estava na hora da detenção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas você não pediu reforço ou substituição, já que você tinha que sair do local, porque a sua obrigação funcional exigia que a família, infelizmente, família de polícia, às vezes, fica no segundo plano.

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, deixe-me explicar uma coisa para V. Ex^a. Não sei se é questão até de tirocínio, de uma vocação, só pedimos reforço em último caso, até porque evitamos interferência de outra equipe no serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Presidente, vou dar uma sugestão aqui. Na verdade, há muitas perguntas a serem feitas. Gostaria que você resumisse bastante, porque perguntei quando você saiu da Polícia e por quê?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É que este fato é importante para as apurações do roubo de cargas que estamos fazendo, e aqui em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lógico, eu gostaria que você apenas mais um pouco objetivo.

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, estou explicando esse caso, por isso que eu disse que eu queria

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi esse o motivo por que você saiu da Polícia?

O SR. SHIRO NARUZI – Exatamente!

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, por favor, seja breve.

O SR. SHIRO NARUZI – Fomos para Itaquaquecetuba.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pegou a carreta e ao invés de ir para o Depatri foi para Itaquaquecetuba?

O SR. SHIRO NARUZI – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – A carreta estava cheia de cigarros?

O SR. SHIRO NARUZI – Estava, sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quase cem por cento?

O SR. SHIRO NARUZI – É, estava cheia!

O SR. OSCAR ANDRADE – Faltava uma kombi?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Dr. Oscar, eu gostaria de fazer uma intervenção.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não!

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Os seus superiores sabiam dessa diligência?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu tinha avisado. Avisei. Inclusive, no momento da apreensão ...

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sabiam que você ia pegar o cavalinho e ia levar uma carreta para lá?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, eu avisei que estaria indo para o Depatri. Deixe-me, só um minuto, explicar, porque se não vai retirar a minha linha de raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Seu encarregado quem era?

O SR. SHIRO NARUZI – Era eu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor ligou para alguém.

O SR. SHIRO NARUZI – Desculpe-me. Da Delegacia era o Jorge Espér.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era investigador também?

O SR. SHIRO NARUZI – Chefe dos investigadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Jorge Espér o autorizou a fazer a apreensão?

O SR. SHIRO NARUZI – Isso! Eu avisei: olha, estou apreendendo a carreta, estou ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E a remoção da carga para o Depatri?

O SR. SHIRO NARUZI – Para o Depatri. Nesse meio do caminho resolvi ir direto para Itaquaquecetuba, porque lembrei da diligência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela própria marginal?

O SR. SHIRO NARUZI – Isso. Ocorre que ao chegarmos em Itaquaquecetuba, serei breve, vou pular algumas partes, ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi com a própria carga apreendida lá para Itaquá?

O SR. SHIRO NARUZI – Para aproveitar e trazer a carga que estava lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – O restante da carga?

O SR. SHIRO NARUZI – Exatamente! Não sabíamos a quantidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas a carreta estava quase cheia.

O SR. SHIRO NARUZI – Estava cheia, mas ela tinha tombado uma parte. Acontece o seguinte: chegamos lá em Itaquaquecetuba, fui com a viatura na frente, o cavalinho atrás, chegamos com o giroflex ligado, tudo, a hora que conseguimos localizar esse local, que não era difícil, porque era em frente à estação de trem, uma avenida que desce reto, eu virei, pedi que eles encostassem a carreta ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse endereço você tinha por informação?

O SR. SHIRO NARUZI – Por informação. Inclusive, tivemos que achar por dedução.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas alguém tinha informado.

O SR. SHIRO NARUZI – Mas era muito fácil de achar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, mas eu digo como é que se chegou lá? É fácil de achar o endereço. Foi alguém que forneceu.

O SR. SHIRO NARUZI – Do jeito que o informante nos informou onde estava abandonado, informou-nos também o local onde tinha sido desviada uma parte, através de uma Kombi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegaram lá e encostaram a carreta?

O SR. SHIRO NARUZI – Quando eu estava chegando com a viatura ao local, avistei um cidadão. Mas na hora não percebi. Começou a chamar a atenção, porque ele ficava atravessando a rua de um lado para o outro. Aí o que aconteceu? Comecei a bater no portão. Por presunção, descobri o local. Aí passou um garotinho na hora e disse: olha, o dono daqui é o dono do açougue. Falei: vá lá chamar ele para nós, por favor! Foi chamá-lo, ele veio pelo fundo e abriu o portão. Expliquei-lhe o motivo da nossa diligência ao local, que tinha havido uma denúncia, inclusive a denúncia era concreta, porque a carreta estava ali apreendida e que teria sido uma parte descarregada ali. O que ocorreu? Ele franqueou a nossa entrada. Falou: olha, se vocês quiserem olhar, podem olhar. Só que para o senhor entender bem, ali há uma porta, o portão seria ali e aqui seria a garagem. Destelado havia três estabelecimentos desse mesmo proprietário do açougue. Uma parte ele locava para uma escola, outra parte era o açougue e outra parte era uma loja de imóveis que tinha sido fechada e alugada para uma outra pessoa. Do outro lado, não me recordo, era do mesmo proprietário, já não fazia parte desse corredor. Acho que era um indústria de laticínios, alguma coisa assim, ou câmara frigorífica. Quando ele franqueou a entrada para nós, no fundo, nós já avistamos as caixas de cigarros. Eu expliquei para ele que a apreensão a que nós estávamos nos referindo era sobre aquelas caixas ali. Posso dar uma olhada ali? Ele disse: pode entrar, pode revistar tudo aqui. Eu falei: O que o senhor tem a ver com tudo isso aqui? É do senhor? É da sua responsabilidade? O senhor guardou? Ele falou: Olha, eu acho que não. Eu acho que deve ser do rapaz que alugou o salão, porque ele movimentou hoje aqui com Perua, Fiorino. Ele andou entrando e saindo. Isso deve ser dele. Eu falei: Por favor, presencie porque vamos fazer a apreensão. Inclusive ficou cheio de populares na hora lá. Eu pedi a dois rapazes que estavam no local para me ajudarem a gente a carregar essas caixas até o baú. Inclusive tivemos que dar uma ajudinha porque eles tinha cedido. Nós colocamos lá. Havia dezessete caixas. Nós

carregamos essas dezessete caixas para o baú com a ajuda desses dois rapazes. O que ocorreu foi o seguinte: nós fomos fazer uma vistoria no local para ver se encontrávamos mais alguma coisa. Nós olhamos na escola, olhamos no açougue dele, olhamos uma outra parte que ele inclusive ele nos franqueou. Ele falou: Isso aqui também pertence a mim. Eu estou construindo. Na época ele estava montando algo, não sei se era laticínios. Nós olhamos também e não tinha nada. Só que aquela loja de imóveis tinha uma porta de aço. Todas elas davam acesso para essa garagem. Nós tentamos abrir e não conseguimos. Pedi a ele a chave. Ele falou: Olha, eu não tenho a chave porque aluguei para um rapaz e dei a chave para ele. Eu falei: Olha, vou deixar uma intimação para o senhor. Se o senhor não encontrar o proprietário... Ele falou: Está aqui, eu tenho o contrato de locação. Eu disse-lhe: Para mim não importa o contrato de locação. O senhor pode levá-lo na segunda-feira para o Depatri, porque hoje não tem condição.. Não tem mais ninguém no nosso cartório lá. Então o senhor vai na segunda-feira. Deixei uma intimação para o dono do prédio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos soltar. Ele colocou as caixas na carreta. E aí?

O SR. SHIRO NARUZI – Só um minutinho, Excelência, senão vai ficar meio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Está muito detalhista. Não é preciso tudo isso.

O SR. SHIRO NARUZI – Deixamos uma intimação para ele e não conseguimos abrir a porta. Eu deixei ele como responsável por aquele estabelecimento. Na segunda-feira o Wilson tentaria voltar com um mandado de busca e apreensão, para que pudesse, se chave não tivesse a chave, arrombar a porta. Quando já tínhamos feito tudo isso, fui dar um telefonema para minha casa, para avisar que eu já estava indo para casa, porque eles podiam achar que a gente já ia sair para viagem, eu notei aquele cidadão que já estava ali no local, ele estava próximo do orelhão onde fui ligar. Eu percebi que ele estava armado. Eu chamei o meu parceiro Wilson e apontei para o rapaz mostrando que ele estava armado. O rapaz percebeu e saiu correndo e nós saímos correndo atrás dele. Mas calhou de ser esse o momento de saída do trem. Estava saindo um monte de gente do trem. Nós o perdemos. Entramos em uma farmácia e o senhor da farmácia achou que nós fomos assaltar a farmácia. Eu olhei dentro da farmácia e não tinha ninguém. Olhei em uma casa do lado e não tinha ninguém. Ele sumiu. Por coincidência, quando estávamos indo para o De-

patri, veio uma viatura, mandou que a gente encostasse. Nós paramos a viatura, a carreta. Um senhor se identificou como delegado de polícia e nos disse que houve um telefonema anônimo para a delegacia dele. Estranhamente, ele disse que houve uma denúncia anônima para a delegacia dele informando o seguinte: uma viatura e uma carreta estariam atrás do açougue descarregando uma carga de carne roubada. Primeiro ele perguntou por que nós não o informamos. Eu falei para o delegado: É costume nosso, mesmo que fôssemos a Guarulhos, a gente vai e volta, bate e volta, faz o serviço e volta ao Depatri. Ele falou: Posso dar uma olhada? Eu disse: Tudo bem. Abriamos, ele viu que era caixa de cigarros. Pediu desculpas. Eu falei: Doutor, se o senhor quiser fazer a apreensão aqui na delegacia... Eu até gostaria que o senhor fizesse, mas eu gostaria que o senhor fizesse o auto de depósito para que eu levasse ao Depatri. E ele disse: vocês estão liberados da diligência. Parabéns, podem ir embora. Estranhamente, a hora em que olho perto da viatura, quem se encontra do lado da viatura? Esse senhor que fugiu de nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele era delegado mesmo? Ele se identificou?

O SR. SHIRO NARUZI – O senhor que se identificou era delegado. Hoje ele é prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era ele?

O SR. SHIRO NARUZI – Não me lembro do nome. Sei que hoje ele é prefeito de uma cidade do interior, perto de Campos do Jordão, desses lados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O delegado de polícia?

O SR. SHIRO NARUZI – O delegado de polícia. Hoje ele é prefeito. Não sei se terminou o mandato dele, mas sei que ele tinha sido eleito prefeito. Ocorre o seguinte: aquela pessoa que fugiu de nós estava perto da viatura e eu perguntei para o delegado: Doutor, quem é aquela pessoa lá? Ele é o nosso investigador de polícia. Ocorreu o seguinte: o delegado nos liberou. Achei esquisito, também, por que como ele poderia receber uma informação anônima? E o delegado falou assim: mandei o meu investigador ir verificar. Mas como ele mandou verificar se ele já estava no local?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E era o proprietário dos armazéns?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o que estava circulando fora?

O SR. SHIRO NARUZI – O que está confuso é o porquê de a delegacia ter recebido uma informação anônima...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas aí você fez uma obrigação completa. Por que você foi exonerado?

O SR. OSCAR ANDRADE – É isso o que não estamos entendendo. Você não consegue contar para a gente. Não preciso saber de tudo isso. Quero saber por que você foi exonerado, por que você saiu da polícia. Foi por causa do roubo dessa carga? Se foi indiciado por estar roubando essa carga.

O SR. SHIRO NARUZI – Não fui indiciado, nem denunciado. Não houve denúncia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não houve nada?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas por que a Corregedoria chegou à conclusão de pedir sua exoneração?

O SR. SHIRO NARUZI – A sindicância pediu o arquivamento. Chegava no Conselho e eles pediam a abertura do processo administrativo. A Comissão processante pede 15 dias de suspensão alegando que a única ilegalidade...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas qual é a acusação? Não vi nenhum fato delituoso.

O SR. SHIRO NARUZI – Gostaria de entender também, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem de saber. Seu advogado acompanhou o processo.

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei por que fui demitido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga chegou a ser apreendida?

O SR. SHIRO NARUZI – Totalmente, 100%. Deixa eu explicar uma parte que eu estava esquecendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor, seja um pouco mais objetivo.

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, disso depende minha carreira. Pretendo voltar aos meus estudos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conclua, por favor.

O SR. SHIRO NARUZI – Até me perdi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você foi interrompido pelo delegado, que hoje é prefeito, e você perguntou quem era a pessoa que estava perto do armazém e que era um investigador de polícia.

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor. Fomos para o Depatri. Chegamos ao Depatri e estávamos

esperando os delegados nossos, da delegacia, os chefes chegaram lá para fazer a apreensão...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga era da Souza Cruz?

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, era da Souza Cruz. Já estávamos lá há alguns minutos, uns 40 ou 50 minutos... Eu gostaria de não ser fotografado, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você vai ter que voltar aqui para esclarecer mais essa parte do roubo. Então, eu queria saber qual é o teu envolvimento...

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, eu gostaria de não ser fotografado. Eu queria preservar o meu direito à imagem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É pública, mas ele tem o direito de recusar ser fotografado. Você já fotografou? Então, depois você fotografa, só para não interromper. Você tem medo de ser reconhecido por outros?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. É que tenho muito a preservar porque pretendo, provando a minha inocência, prestar concurso inclusive para o Ministério Público, se eu conseguir terminar a minha faculdade.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos pedir cópia do seu processo. Mas qual é o seu envolvimento com o caso de Vitória, no Espírito Santo, onde foram apreendidas algumas toneladas de cargas roubadas e tem mais de 60 pessoas já com prisão temporária decretada, inclusive 6 policiais envolvidos no caso, segundo a autoridade competente que está fazendo as investigações, a Polícia Federal e a Justiça. De graça eles não expediram mandado.

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, errei algumas vezes, até em desespero meu, em tentar recuperar um dinheiro que eu havia emprestado para uma pessoa. Tive muito contato com uma pessoa lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era?

O SR. SHIRO NARUZI – Um rapaz conhecido como Cleveland. Para mim, era um industrial importador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele está com um mandado de prisão também?

O SR. SHIRO NARUZI – Acredito que sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – É o Jefferson?

O SR. SHIRO NARUZI – Ele é policial e acredito que todos da família dele é policial, eu conheci o Cleveland através desse policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era o envolvimento seu com o Jeferson e com o Cleveland?

O SR. SHIRO NARUZI – Não tenho envolvimento nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você emprestou dinheiro para ele?

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A que título?

O SR. SHIRO NARUZI – Foi o seguinte, eu estava querendo montar um comércio, um centro automotivo aqui em São Paulo para mim. Veja bem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você vai montar o comércio e empresta dinheiro para o outro?

O SR. SHIRO NARUZI – Não excelência. Deixe eu explicar que o senhor vai entender.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você é amigo do Cleveland?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu o conheci e

O SR. OSCAR ANDRADE – E emprestou dinheiro?

O SR. SHIRO NARUZI – Nós tivemos alguns contatos posteriores aí ele precisava de um dinheiro, ele estava fazendo uma importação de pneus e parece que já estava concretizada, inclusive a venda já estava concretizada, pelo que eu estava sabendo. As informações que eu tive...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem conhecimento do fato de que essas apurações começaram com contrabando?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não emprestou dinheiro para que ele pudesse trazer a mercadoria de forma ilegal?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor, excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor não era sócio dele?

O SR. SHIRO NARUZI – A minha intenção era o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não foi sócio dele?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto era o valor?

O SR. SHIRO NARUZI – Eram 22 mil reais, que na época foi em dólar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você emprestou.

O SR. SHIRO NARUZI – Exatamente, mas eu emprestei em dólar, foi 22.. Doze mil dólares na época dava mais ou menos 22 mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você emprestou para ele.

O SR. SHIRO NARUZI – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para o Cleveland.

O SR. SHIRO NARUZI – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já o conhecia há quanto tempo?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu conhecia ele já fazia uns dois meses, mas a gente estava tendo contato direto, porque ele ia a São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o que você já conhecia dele? Ele era um empresário, importador...

O SR. SHIRO NARUZI – Importador, inclusive que ele morava muito bem, que era uma pessoa bem sucedida, inclusive aparentemente, inclusive ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – Um importador de pneus...

O SR. SHIRO NARUZI – De pneus e...

O SR. SHIRO NARUZI – E outras coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Que morava muito bem e te pediu doze mil dólares emprestado.

O SR. SHIRO NARUZI – Inclusive diz que o escritório dele lá é magnífico. Que eu fiquei sabendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde era? Qual é o endereço?

O SR. SHIRO NARUZI – E ele disse o seguinte, ele falou: olha eu estou fazendo essa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde era?

O SR. SHIRO NARUZI – Em Vitória, eu não conheço, não conheço a casa dele, não conheço...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você sabe que o escritório...

O SR. SHIRO NARUZI – O próprio Jeferson, o Ronaldo que está aí também já tinha me informado dele, porque eu conheci o Ronaldo através do Cleveland também.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual foi a garantia do empréstimo?

O SR. SHIRO NARUZI – Senhor?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – A garantia que ele deu?

O SR. SHIRO NARUZI – Não houve garantia, não houve garantia, a garantia foi verbal de que ele me devolveria dentro de vinte, vinte e dois dias e disse o seguinte, vai de morar uns dez dias para eu liberar a

mercadoria, mais uns dez dias para entregar e receber e eu te pago.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Mas é muito esquisito você mal conhecer, emprestar o dinheiro.

O SR. MOREIRA MENDES – Como é que lá do Espírito Santo tem...

O SR. SHIRO NARUZI – Eu fui idiotanessasituação, eu fui muito idiota, não é esquisito.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Policial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quanto tempo você tem de polícia?

O SR. SHIRO NARUZI – Dezenove anos.

O SR. MOREIRA MENDES – Diga-me uma coisa: como é que lá do Espírito Santo a pessoa vai pedir dinheiro, um cidadão bem de vida, como você mesmo disse, uma casa boa, como é que ele veio pedir dinheiro emprestado para você aqui?

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, o que ocorre é o seguinte, ele disse que tinha que pagar não sei o quê, não sei, na hora ele não me falou, ele precisa urgente.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas como que ele chegou em você?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu o conheci através do Jeferson, que é conhecido por Jerfinho em Vitória, a família toda dele é policial lá em Vitória, pelo que eu sei, mas eu conheço só o Jeferson, e eles vieram aqui para São Paulo uma vez eu fui buscar ele no aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A pedido de quem?

O SR. SHIRO NARUZI – A pedido do Jeferson, aí nesse dia estava o Cleveland junto, aí eu o conheci e começamos a ter contato, inclusive parece que ele estava aqui para receber alguma parte, alguma importação que ele tinha feito, alguma coisa assim, que ele não tinha conseguido receber dinheiro então ele pediu esse dinheiro emprestado para mim e disse que essa nova importação já estaria chegando e pediu o dinheiro emprestado. Eu não tinha o total que ele estava pedindo, até tinha.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. SHIRO NARUZI – Na época ele estava pedindo em torno de 30, 35 mil reais, eu falei: olha, o que eu tenho é em torno de doze mil dólares. Hoje, na época seria em torno de 22 mil reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele ficou de pagar juro?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, eu não cobrei nada, não cobrei nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Um cara que você conhece há dois meses, emprestou 12 mil dólares para ele e sem garantia e nem nada, e não cobrou juro também?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu tinha o telefone dele, celular dele, da casa dele, do escritório dele, tinha o telefone de tudo dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está certo. Como você conheceu o Ronaldo?

O SR. SHIRO NARUZI – Nós fomos... uma vez o Cleveland ligou para mim que estava em São Paulo e convidou para ir jantar, aí nós fomos à churrascaria Itapuã à noite, aí o Ronaldo trouxe ele de carona e acabou jantando conosco, aí eu fiz amizade com ele também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todo esse tempo você estava ainda na ativa?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei se eu estava na ativa ou se eu já tinha acabado de ser demitido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi isso?

O SR. SHIRO NARUZI – Quando eu o conheci? Eu acredito que foi no final de fevereiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O dinheiro que você deu a ele foi em mãos, entregou a ele pessoalmente?

O SR. SHIRO NARUZI – Foi aqui em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele estava aqui.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E você é negociante com dólar?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Esse dólar foi declarado em seu Imposto de Renda?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Como é que você conseguiu dólar?

O SR. SHIRO NARUZI – Comprei através de economias minhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece o Laércio?

O SR. SHIRO NARUZI – Conheço ele de vista. Conheço ele desde a época do antigo Deic, quando era na Brigadeiro Tobias, quer dizer eu não sabia nem que ele era Laércio. Eu via ele lá, nas proximidades do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viu com algum agente?

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo. Eu via ele circulando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem é Manoel? Você falou Manoel?

O SR. SHIRO NARUZI – Manoel, não senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele frequentava as imediações do antigo DEIC?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu já vi ele lá dentro do Depatri.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Viu lá dentro?

O SR. SHIRO NARUZI – Já vi ele lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você trabalhava no Depatri aonde, em qual delegacia?

O SR. SHIRO NARUZI – Na Segunda Delegacia do Patrimônio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem era o encarregado?

O SR. SHIRO NARUZI – É o Jorge Esper.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E qual era a equipe?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, a encarregada da delegacia era o Jorge Esper, o encarregado da minha equipe era eu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você lembra dele, Laércio?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E quem trabalhava contigo?

O SR. SHIRO NARUZI – Era eu e mais um. Eu era encarregado só de uma pessoa.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só não tinha amizade com ele.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Conhecia o Mamel?

O SR. SHIRO NARUZI – Conhecia sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – O Mamel conhecia ele?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei dizer.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ex^a, posso falar um pouquinho?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Esse caso que ele está citando de Itaquá é o seguinte: realmente, ele está falando a verdade, porque o Luís, essa pessoa que a gente está citando aí no papel, foi o autor do roubo dessa carga, certo? Esse Luís é o mesmo que assaltou o Supermercado da Vó e matou um policial militar. No assalto eles mataram um policial militar. Então, nessa parte ele não está mentindo, porque eu fiquei a par do caso todinho como foi e quem armou para cima deles foi um rapaz, que hoje não estou recordando o nome. Mas acho que eles sabem o nome. Como é o nome do policial que você falou que pegou você no caminho lá de Itaquá?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O policial que estava com o delegado.

O SR. SHIRO NARUZI – O que fugiu de nós, que apareceu na viatura depois, é Roldan.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que fugiu é que estava na viatura ou um...?

O SR. SHIRO NARUZI – É o que fugiu e depois apareceu na viatura com o delegado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o que estava armado?

O SR. SHIRO NARUZI – Isso, era o que estava armado que fugiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não era o proprietário dos armazéns?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei, Ex^a, porque o contrato social...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem acompanhou foi o proprietário, que deu liberdade para você circular dentro do armazém e revistar.

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor. Mas o proprietário, de forma alguma, mencionou o nome...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se eu mal entendi, este proprietário você desconfiou que ele estava armado?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, armado é o outro. É o investigador que estava do lado de fora, quando ele ...

O SR. SHIRO NARUZI – Nós não sabíamos que era policial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aquele que estranhamente estava circulando.

O SR. SHIRO NARUZI – Sim, senhor, ele é investigador.

Eu sei que ele é policial, mas não sei se é investigador, agente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele estava com o delegado que o interpelou.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – É chefe investigador da Delegacia de Itaquacetuba.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E ele está envolvido?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Ele estava tomando conta da carga na época. Ele é ligado ao Luís. Inclusive no dia em que eu estava na casa do Alemão....

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Sabe onde ele está hoje?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Quem, o Roldan, o policial? Na delegacia de Itaquá, até o ano passado quando eu entreguei ele estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui tem um dos senhores que foi em Itaquá, por favor. É roubo... e o senhor está tendo dificuldade lá em Itaquá?

O SR. – (fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem atropelou a menina foi... Eu me lembro, só que ria relacionar com a ação da Delegacia de Itaquá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi então afastado da polícia por causa desse roubo, você foi acusado como participante?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu fui demitido, pelo que eu vi, por presunção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Presunção de quê?

O SR. SHIRO NARUZI – E tentativa de apropriação indébita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse delegado prestou depoimento no seu processo administrativo, ele já o interpelou?

O SR. SHIRO NARUZI – Ex^a, o delegado apareceu posteriormente. Quem estava lá era esse senhor que depois vi que estava armado e nós corremos atrás dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sim, mas eles depuseram no seu processo administrativo. O senhor citou o delegado...

O SR. SHIRO NARUZI – Foi ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi ouvido?

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, deixa eu explicar o porquê da tentativa de apropriação indébita. Nessa loja que era uma antiga loja que tinha sido alugado para um senhor que estava fechado, era uma porta de aço e nós não conseguimos adentrar nesse estabelecimento devido ao horário também, ser mais de oito horas da noite e eu não quis arrombar a porta. O Rodan levou o advogado até o local e lá, não sei como eles entraram lá no salão e encontraram 70 caixas lá dentro...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mais de 70 caixas.

O SR. SHIRO NARUZI – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E aí alegaram que você ...

O SR. SHIRO NARUZI – Nós tentamos nos apropriar dessa...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixaram lá para depois ir buscar particularmente...

O SR. SHIRO NARUZI – Essa era a alegação... mas como se nós...

O SR. OSCAR ANDRADE – Que você pegou a carreta roubada, levou, tirou um pouco da carga e foi embora com a carreta para fazer apreensão, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Acho que foi uma forma do Rodan se livrar da investigação...

O SR. OSCAR ANDRADE – Alegaram isso?

O SR. SHIRO NARUZI – Começaram a entender isso aí, e eu por presunção fui demitido. Inclusive tem uma pesquisa que está conosco e nós somos, eu e o Wilson, mas o Frank no dia pedi auxílio, foi essa parte que o senhor quis mencionar, eu pedi auxílio ao Frank e ele entrou de graça nessa aí porque eu só pedi: Frank, vamos conosco até o Depatri e de lá você vem embora, me dá uma força só para a gente ir até o Depatri. No meio do caminho resolvi, resolvi não lembrar que teria que ir até Itaquaquecetuba. Nós fomos para lá, o Frank nem pertencia à nossa delegacia, acho que estava abastecendo o carro dele, ou jantando não me recordo direito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está esclarecido. Nós já temos uma noção exata disso. Quero saber sobre o problema de Vitória se tem mais alguma pergunta, por que já solicitei à autoridade competente por escrito todas as informações das investigações e dos fatos que levaram uma polícia federal a uma apreensão desse volume, aproveito cumprimentar a apelação e nós tomarmos conhecimento porque provavelmente teremos que fazer uma diligência a Vitória para acompanhar de perto o que em tese é um dos maiores casos de apuração de roubo de carga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deixa eu perguntar. O senhor conhece essas pessoas aqui: Marcelo Teixeira Lima, Delegado do Depatri.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Juvandir.

O SR. SHIRO NARUZI – Juvandir, eu conheço ele, não tenho amizade com ele mas o conheço sim senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Celso dos Santos.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo dele, se eu ver talvez possa lembrar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daniel de Oliveira.

O SR. SHIRO NARUZI – Se for uma pessoa que estou pensando eu conheço, mas nunca trabalhei com ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Policial.

O SR. SHIRO NARUZI – Só o conheço por atividade policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcos Pereira, o Marcão.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alexandre da Costa, o Farofa.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo de quem seja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Francisco Mamel.

O SR. SHIRO NARUZI – Mamel sim, porque trabalhava na minha delegacia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lucindo.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo. É que fiquei seis anos praticamente trabalhando em pronto socorro e...

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinho da 63.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mucine

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luciano.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo, talvez se tivesse presente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tudo bem. Jorjão.

O SR. SHIRO NARUZI – Não me recordo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pérsio.

O SR. SHIRO NARUZI – Conheço dois Pérsio, um trabalhava no 26DP e outro Pérsio que foi demitido também, ele é baixinho, calvo, não sei se é algum deles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, é um ladrão de cargas.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem um lava-rápido.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dedé?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Moisés.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – João Saúba.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marcelo Boreli.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Júnior.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Marquinhos.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. É que é difícil, tem Marquinho... conheço vários.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse é bandido também. Brandão.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Luís.

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir.

O SR. SHIRO NARUZI – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ex-policial, não conhece não? O Jura?

O SR. SHIRO NARUZI – Jurandir, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sabe o que ele faz hoje?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alemão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sabe o quê do Jurandir?

O SR. SHIRO NARUZI – Que ele teve um problema, foi transferido, o senhor falou que é de Santos, não é? Foi transferido para...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não falei que era de Santos não.

O SR. SHIRO NARUZI – O senhor falou que era de Santos, Jura de Santos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, falei Jurandir ex-policial.

O SR. OSCAR ANDRADE – Falei que Jurandir é ex-policial.

O SR. SHIRO NARUZI – Então eu é que me associei, se for de Santos, conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jurandir, Jura.

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei se é ex-policial, sei que na ativa ele estava no interior aí, acho que tinham mandado ele para a divisa do Estado, não sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Alemão, você conhece? O Chico?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você ouviu falar do marginal Pintado?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor, nunca, nem ouvi falar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dessa carga do Espírito Santo aí, do serolo aí do Espírito Santo, pelo qual você foi preso. Você foi preso quando?

O SR. SHIRO NARUZI – Excelência, já perdi até... não sei nem que dia que é hoje.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Faz três dias, né?

O SR. SHIRO NARUZI – Faz.

O SR. MOREIRA MENDES – Sr. Presidente, apenas para perguntar ao Sálvio se ele teve alguma outra relação com ele, com o depoente ou só sabe esse fato aí de que está sendo vítima.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Só sei esse fato aí porque geralmente o pessoal chamava ele de China, outros chamam de Shiro, então era uma pessoa muito falada e quando esse fato ocorreu foi muito falado também.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está sendo testemunha dele?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, testemunha não, estou relatando aquilo que presenciei dos próprios policiais, seria uma armação, nesse caso aí seria uma armação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas está cheirando... se esse Renan participou mesmo, ele armou para sair fora. Vamos convocá-lo aqui também.

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Nessa carga de cigarro aí, nesse cigarro aí, nessa carga de cigarro, boa parte desse cigarro foi trocado por quinhentos quilos de maconha e quinhentos quilos ficaram dentro da casa do Alemão e eu levo lá e provo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então vamos convocar o delegado.

O SR. MOREIRA MENDES – Ele nunca esteve envolvido naquela relação de pessoas que você...

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Não, porque ele tinha sido afastado do Depatri. Assim que houve esse fato aí ele foi afastado do Depatri. Ele ia no Depatri...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando ele ficou sob suspeita, foi afastado imediatamente do Depatri, não ficou em função administrativa? Você ficou em função administrativa?

O SR. SHIRO NARUZI – Fui transferido para o presídio da polícia civil, na segurança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não ficou em função administrativa, enquanto respondia o processo?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei dizer o que seria essa função administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dentro do Depatri mesmo?

O SR. SHIRO NARUZI – Não senhor, fui transferido.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou falando isso porque os outros policiais continuam em função dentro do Depatri.

O SR. SHIRO NARUZI – Não senhor, fui transferido para um presídio da polícia civil para fazer a segurança do prédio. Fui afastado.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você sabia que ele tinha sido condenado?

O SR. SHIRO NARUZI – O Laércio? Eu nem o conhecia, não sabia que o nome dele era Laércio, conhecia ele de vista. Não sabia o que ele era.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá dentro do Depatri, cruzou com ele lá?

O SR. SHIRO NARUZI – Algumas vezes, no prédio antigo do Deic, ele ficava muito no bar do Léo.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele o conhecia?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Como assim?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele tinha conhecimento?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Do meu nome não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele o via sempre?

O SR. SÁLVIO BARBOSA VILAR – Via sem pre.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quais os negócios que você teve com o Ronaldo?

O SR. SHIRO NARUZI – Nenhum. Eu estava convidando ele para ver se ele queria montar, de sócio comigo, um centro automotivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E essa história do Espírito Santo, o motivo pelo qual você está preso, o que é isso?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu não sei, se ele estiver preso lá, ele deve estar me acusando porque, excelência, o senhor me desculpe, eu errei muito, errei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Será que tem na agenda dele a dívida que ele tem com você?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei, excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele pagou?

O SR. SHIRO NARUZI – Foi pagando, é isso que me irritou muito, porque o combinado era o seguinte: ele me pagaria, de uma forma ou de outra, 20, 22 dias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não te pagou em mercadoria?

O SR. SHIRO NARUZI – Não senhor. Veja bem, vou explicar uma parte aí também, que talvez ele tenha comentado lá e quero deixar bem claro o que ocorreu. De início, fiquei ligando na amizade. Pô, venceu, estou precisando, tenho minhas dívidas aqui, tem gente me cobrando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem muitas ligações suas para ele lá?

O SR. SHIRO NARUZI – Muitas, porque eu ligava quase todo o dia, ligava de manhã, à tarde e à noite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ele te ligou alguma vez?

O SR. SHIRO NARUZI – Ligava. Muitas vezes ele mandava o motorista dele atender o telefone, aí é que comecei a me irritar. Porque eu ligava na casa dele falavam que ele tinha saído, que ele estava com o celular. Ligava no celular dele o motorista dele atendia, quer dizer, ele não retornava, eu deixava mil recados e ele não retornava. Aí ocorre o seguinte, eu comecei, por ignorância minha, até por desespero de perder esse dinheiro, porque foi muito difícil para eu ganhar esse dinheiro aí, a ameaçá-lo e tinha hora que me arrependi de ter ameaçado ele e aí voltava. Aí ele vira e mexe falava assim: Olha eu tenho isso, quero te mandar, mas eu sabia que era uma coisa fictícia porque ele estava querendo ganhar tempo, porque toda vez ele falava: “Olha, eu tenho isso aqui, você trabalha na importadora”, porque eu participo de uma importadora também. Não sou sócio, mas participo com dinheiro, inclusive nessa época em que saí da polícia eu passei a conviver da renda da loja. Não estava dando muito. Eu estava muito a minha irmã, e como eu tinha umas economias...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Importação do quê?

O SR. SHIRO NARUZI – Produtos alimentícios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde fica?

O SR. SHIRO NARUZI – O escritório fica na Rua Assunção.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês importam muito?

O SR. SHIRO NARUZI – Pouco, Excelência. Ultimamente fizemos umas quatro ou cinco importações de semente de girassol e milho de pipoca.

O SR. OSCAR ANDRADE – É de sua irmã?

O SR. SHIRO NARUZI – Não. É de um amigo que pedi para ele que eu pudesse participar para aumentar a minha renda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você participava?

O SR. SHIRO NARUZI – Com capital.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu não entrava meio a meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era pelo valor das importações?

O SR. SHIRO NARUZI – Não. Eu participava geralmente como essa da soja aí. O valor é de mais ou menos US\$40 mil a importação. Eu participava com

US\$10 mil mais ou menos e obtinha um lucro de mais ou menos US\$3.500 mil. O lucro é de mais ou menos 40%, abatendo as despesas da época dava mais ou menos para mim...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você investia com o seu amigo?

O SR. SHIRO NARUZI – Exato. Era uma forma de obter uma renda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você estava contando a história de que ele não te pagou. Como ele te pagou?

O SR. SHIRO NARUZI – Foi o seguinte: teve uma vez que ele ligou para mim e falou: eu vou mandar um valor para você.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como ele te pagou?

O SR. SHIRO NARUZI – Foi isso que gerou o conflito comigo e com ele. Quando eu comecei a ligar para ele dizendo que já tinha vencido ele falou que ia mandar X valor para você. Então ele ligou para mim e falou que tinha R\$2.000,00. E eu falei: você vai me mandar R\$2.000,00? E ele falou que estava com as contas atrasadas, o colégio das crianças, celular etal. Eu posso ficar com R\$500,00 e te mando R\$1.500,00? Eu falei: você ia mandar R\$2.000,00 e agora R\$1.500,00? Então mande. Aí teve uma vez que o Ronaldo trouxe um pacote para mim e tinha R\$3.000,00 em dinheiro e eu peguei. Algumas vezes ele fez alguns depósitos na minha conta. Ele me deve hoje ainda uns R\$6.000,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – E ele está preso?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei, Excelência.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jefferson?

O SR. SHIRO NARUZI – Parece que o Jefferson está preso. A notícia que tive é de que ele está preso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem mais está preso?

O SR. SHIRO NARUZI – Não sei, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estão presos os dois.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Ronaldo está aí. Ele foi preso junto com você?

O SR. SHIRO NARUZI – Ele foi preso de manhã cedo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele mora em São Paulo?

O SR. SHIRO NARUZI – Ele mora em São Paulo, em Tatuapé. Ele tem uma loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual era a sua relação com o Ronaldo?

O SR. SHIRO NARUZI – Nós éramos amigos. Eu estava tentando me aproximar dele, como eu estava tentando me aproximar do Cleveland, por causa da importação de pneu, que eu estava querendo montar um centro automotivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Ronaldo faz o quê?

O SR. SHIRO NARUZI – Ele tem um centro automotivo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é o importador?

O SR. SHIRO NARUZI – Não. Ele tem uma loja no Tatuapé. Esse é um dos motivos por que tentei me aproximar dele para ser sócio dele e montar uma loja.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que conheceu ele por acaso, que ele estava dando carona para não sei quem, e acabou jantando com você.

O SR. SHIRO NARUZI – Jantamos e continuamos tendo contato.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você ia investir com ele também?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu ia tentar montar uma loja como sócio até poder retornar à polícia.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Ronaldo tinha essa loja de venda de carro?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, é de prestação de serviço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lanternagem, mecânica.

O SR. SHIRO NARUZI – É tipo uma oficina.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde fica?

O SR. SHIRO NARUZI – No Tatuapé.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você sabe porque ele foi preso?

O SR. SHIRO NARUZI – Parece que ele tinha contato, deve ser pelo mesmo motivo que eu tinha contato com o Cleveland.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando você estava no Depatri, o roubo de cigarro é muito permanente, vocês tinham muita queixa, apuravam muito roubo de carga?

O SR. SHIRO NARUZI – Na época, Excelência, quando iniciei, para mim era uma glória fazer uma apreensão de carga, porque era a época em que se estava iniciando o roubo de cargas, que já estava até superando o roubo a bancos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o roubo de cigarros é uma constante, é a maior...?

O SR. SHIRO NARUZI – Havia bastante. Não só de peruas Kombi, mas de caminhões de cigarros. Era muito frágil, eram cargas grandes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu vou pedir para parar com a fotografia, senão não conseguiremos... É que o “flash” está atrapalhando. Podem tirar rapidamente. É só para terminarmos aqui. Obrigado.

Essa carga você acha que ia sair do País ou você não tem idéia?

O SR. SHIRO NARUZI – Não tenho idéia, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque há a histórias de que os cigarros são roubados, passam para o Paraguai e voltam como contrabando.

O SR. SHIRO NARUZI – Não tenho idéia, Excelência. Eu acredito até que não, porque tem o problema do selo da Receita.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esses estavam selados?

O SR. SHIRO NARUZI – Eu não vi, Excelência, porque nem sequer cheguei a colocar a mão neles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os destinatários também não chegaram apurar, os receptadores?

O SR. SHIRO NARUZI – Não, senhor. Porque, no dia em que chegamos à Depatri, nessa confusão toda, a Corregedoria já tinha dado voz de prisão para nós.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ah, quando vocês chegaram lá, já havia a voz de prisão?

O SR. SHIRO NARUZI – Veja bem, o Roldan veio armado. Ele e mais dois policiais vieram armado para levar o caminhão para Itaquaquecetuba, eles alegaram que iriam fazer a apreensão lá. Aí, naquele tumulto todo, antes de nosso delegado, nosso encarregado, chegar ao local, começamos a bater boca com arma na mão. Aí, o que ocorreu?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na rua, isso?

O SR. SHIRO NARUZI – Em frente ao Depatri. Aí, ocorreu o seguinte: ele sumiu...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o delegado que abordou na estrada não era o chefe do Roldan?

O SR. SHIRO NARUZI – Mas ele não estava nessa hora quando eles vieram até o Depatri. Num primeiro momento...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa versão que você deu aqui você não deu na Corregedoria?

O SR. SHIRO NARUZI – Dei toda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está bom, então. Então, depois, qualquer dúvida, nós vamos... Vamos esperar só um pouquinho para ouvirmos o Ronaldo. Aí, dispensaremos os dois. Está bom? Obrigado. Vou pedir a presença do Ronaldo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Relator, Deputado Oscar Andrade

O SR. OSCAR ANDRADE – Por favor, pegue o microfone. (Pausa)

O seu nome, por favor.

O SR. RONALDO TERUYA – Ronaldo Teruya.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você faz? Você trabalha em quê?

O SR. RONALDO TERUYA – Sou comerciante na área de centro automotivo. Tenho uma loja de alinhamento técnico no bairro da Zona Leste.

O SR. OSCAR ANDRADE – Alinhamento de direção.

Você só tem essa empresa?

O SR. RONALDO TERUYA – Só tenho essa empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já teve outras?

O SR. RONALDO TERUYA – Já tive outras.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quê?

O SR. RONALDO TERUYA – Tive uma ou tra loja de rodas e pneus e centro automotivo de suspensão também há 1,5 ano mais ou menos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por que você está preso?

O SR. RONALDO TERUYA – Estou preso porque fui recebido com um mandado de prisão. Até agora não sei por quê.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está preso sem saber o porquê? Ninguém te falou por que você estava preso?

O SR. RONALDO TERUYA – Porque veio um mandado de prisão e porque parece que tem uma suspeita de alguma coisa com cargas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo de cargas?

O SR. RONALDO TERUYA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse mandado de prisão é de onde?

O SR. RONALDO TERUYA – Do Espírito Santo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você conheceu o Jéfferson?

O SR. RONALDO TERUYA – O Jéfferson conheci através do Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleveland, como você conheceu?

O SR. RONALDO TERUYA – O Cleveland, eu o conheci há uns 4 anos na minha outra loja, no meu outro centro automotivo que já tive...

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui?

O SR. RONALDO TERUYA – Era importador de pneus e comprei pneus dele já.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é lá de...

O SR. RONALDO TERUYA – Ele é de Vitória.

O SR. OSCAR ANDRADE – De Vitória, Espírito Santo.

O SR. RONALDO TERUYA – Isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você comprou pneus dele?

O SR. RONALDO TERUYA – Já comprei pneus dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Importados?

O SR. RONALDO TERUYA – Importado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele só importava pneus?

O SR. RONALDO TERUYA – Que me vendia, era só pneus.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Jéfferson?

O SR. RONALDO TERUYA – O Jéfferson conheço não faz muito tempo através dele, no escritório dele, por que logo que conheci o Cleveland, quando fizemos o primeiro negócio, quis conhecer a importadora dele, ver se era bem estabelecido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí você foi lá?

O SR. RONALDO TERUYA – Fui lá e conheci a importadora dele, o escritório dele. Tudo bem estabelecido. Mediante isso, conheci o Jéfferson em uma dessas...da vez que fui ao Espírito Santo para conhecer o escritório do Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você foi lá?

O SR. RONALDO TERUYA – Fui...A primeira vez que fui deve ter mais ou menos uns três anos. Fui para conhecer a importadora. Depois disso mantivemos um contato...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você ia sempre lá?

O SR. RONALDO TERUYA – Fui bastante vezes lá, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você sabe que o Jéfferson e o Cleveland estão presos também?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, não estou sabendo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não sabia, não?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, ainda não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Shiro?

O SR. RONALDO TERUYA – O Shiro conheci através do Cleveland também, aqui, em São Paulo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como o conhece?

O SR. RONALDO TERUYA – Uma vez o Cleveland veio para São Paulo e foi para a minha loja, essa loja que tenho atualmente. Conheci...O Cleveland foi lá para me pedir um carro emprestado ou para eu ir com ele que iria se encontrar com o Shiro, se eu poderia ir com ele porque ele iria a um jantar. Fomos lá, jantamos, sem problema algum, nada que pudesse vir a...Enfim, conheci o Shiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Shiro tinha algum investimento com você?

O SR. RONALDO TERUYA – O Shiro, até então não o conheci direito. Conheci nesse jantar a primeira vez. Depois de um certo tempo que já nos conhecíamos, ele veio a querer entrar em uma sociedade comigo depois disso, porque começamos a conversar e ele queria...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como era essa sociedade?

O SR. RONALDO TERUYA – Ele queria comprar uma centro automotivo. Falei que já tinha tido sócio e que para mim não seria interessante. Ele queria montar dando uma parte em dinheiro e eu colocando outra metade em dinheiro também.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto ele iria por?

O SR. RONALDO TERUYA – Acredito que uns R\$30 mil seria suficiente para metade cada um. Só que não chegou a ser conversado isso aí.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. RONALDO TERUYA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não andou para a frente?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, não andou para a frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os negócios que você tinha com o Jéfferson?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, nunca tive negócios com o Jéfferson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Jéfferson não...

O SR. RONALDO TERUYA – Com o Jéfferson...

O SR. OSCAR ANDRADE – ...só com o Cleveland? Comprou pneus?

O SR. RONALDO TERUYA – É, já com pneu.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes comprou pneus?

O SR. RONALDO TERUYA – Acredito que umas duas ou três vezes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual pneu?

O SR. RONALDO TERUYA – Da marca Dunlop e Ciclone. São pneus importados.

O SR. OSCAR ANDRADE – De automóveis?

O SR. RONALDO TERUYA – Isso, de automóveis e caminhonetes.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece outros comerciantes que realizaram compras com o Cleveland?

O SR. RONALDO TERUYA – Conheço. Conheço uma loja chamada Pátio Pneus, importadora também. Conheço também o Pneu Vagabond e a Giro Ceice, uma fábrica de rodas.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem nota fiscal dessa...

O SR. OSCAR ANDRADE – É tudo documentado?

O SR. RONALDO TERUYA – Tudo documentado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos?

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Tem nota fiscal?

O SR. RONALDO TERUYA – Tem sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sua contabilidade?

O SR. RONALDO TERUYA – Tem.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor tem até hoje a nota fiscal?

O SR. RONALDO TERUYA – Não entendi, desculpe.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor possui até hoje essas notas fiscais?

O SR. RONALDO TERUYA – Tem, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está na contabilidade da empresa?

O SR. RONALDO TERUYA – Está na contabilidade.

O SR. OSCAR ANDRADE – E os pneus, o preço era bom?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, o preço era um preço normal. Pelo fato da importadora dele... A grande vantagem que eu tinha, era que eu pagava num prazo bom.

O SR. OSCAR ANDRADE – Dava-lhe prazo.

O SR. RONALDO TERUYA – Dava um prazo muito bom para ser pago. Dava os cheques bem para frente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você conhece algum policial aqui de São Paulo?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Não conheço.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nenhum? Ex-policial?

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, o ex-policial que estou sabendo é o Shiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Shiro. Jura você não conhece?

O SR. RONALDO TERUYA – Juro. Não conheço ninguém.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jura, o Jurandir?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Não conheço.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – O senhor sabia que o Shiro tinha sido preso?

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, fiquei sabendo porque encontrei com ele no Departamento.

O SR. MÁRIO NEGROMONE – Ele alegou o motivo?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Também não alegou o motivo.

O SR. MÁRIO NEGROMONE – O senhor já ouviu falar no Sálvio?

O SR. RONALDO TERUYA – Não.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Nem viu?

O SR. RONALDO TERUYA – Nem vi.

O SR. OSCAR ANDRADE – O motivo da sua prisão?

O SR. RONALDO TERUYA – O motivo da minha prisão é o que eu não sei ainda.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não sabe por que vocês estão presos?

O SR. RONALDO TERUYA – Então, foi o mandado de prisão para mim com uma suspeita de roubo de carga.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tem advogado?

O SR. RONALDO TERUYA – Tenho sim, senhor.

O SR. MOREIRA MENDES – O advogado não lhe informou o motivo da prisão?

O SR. RONALDO TERUYA – Então, ele falou para mim...

O SR. – As condições da prisão do Ronaldo são muito estranhas. Eu estive no Espírito Santo, no dia seguinte que ele foi detido, e não conseguimos ter acesso ao inquérito. Esse inquérito inclusive não estava distribuído no Fórum. Muito estranho o comportamento da Polícia e da Justiça do Espírito Santo, porque causa estranheza o fato de ter o inquérito instaurado há tanto tempo e não ter a supervisão de um Juiz.

Eu conversei, estive com o Magistrado que determinou a prisão e com ele consegui ver as razões,

no despacho dele, as razões da prisão. Totalmente sem fundamento. São questões que serão apresentadas... Mas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Doutor, pediria só que não fizesse críticas à Justiça e que só esclarecesse a pergunta.

O SR. – Não. Não. Pois não, Excelência. Só explicando o porquê que nós não temos conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quê?

O SR. – Na Polícia Federal não vimos o inquérito

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele está preso por suspeita de envolvimento em roubo de carga.

O SR. – Suspeita de envolvimento e por um...

O SR. OSCAR ANDRADE – Roubo e receptação, é isso?

O SR. – Não. Não fala nem roubo nem receptação.

O SR. OSCAR ANDRADE – Fala em quê?

O SR. – Fala em envolvimento com carga roubada. E na fundamentação do Magistrado, que consegui ver com ele, um crime que ele teria respondido aqui em São Paulo, mas que está arquivado, foi absolvido, que seria de desacato à autoridade. Ele brigou com um guarda numa infração de trânsito. Só.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom. Obrigada, pode passar.

Então você sabia! O seu advogado já tinha falado.

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, foi o que eu falei para o senhor agora.

O SR. OSCAR ANDRADE – Suspeita de envolvimento em roubo de carga.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tem na sua atividade de comerciante, você trabalha com importação?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, senhor. Eu trabalho com algumas mercadorias importadas, como pneu.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas você que importa?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Não sou importador.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quantas vezes você comprou mercadoria do Cleveland?

O SR. RONALDO TERUYA – Umas três vezes mais ou menos. Acredito que umas...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando?

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, já faz um bom tempo porque era na minha outra loja. Acredito que uns três anos, dois anos, por aí.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tem alguma sociedade com o Shiro?

O SR. RONALDO TERUYA – Nenhuma.

O SR. MOREIRA MENDES – Nunca teve?

O SR. RONALDO TERUYA – Nunca tive.

O SR. MOREIRA MENDES – Conhece ele?

O SR. RONALDO TERUYA – Conheço.

O SR. MOREIRA MENDES – De muito tempo? É amigo dele?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Conheci ele através do Cleveland, este ano ainda. E ele veio me propor uma sociedade.

O SR. MOREIRA MENDES – Ah, ele te apresentou ao Cleveland ou você que apresentou o Cleveland?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. O Cleveland que me apresentou para ele, porque eu fui jantar com eles.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi a sua última compra?

O SR. MOREIRA MENDES – Aonde foi esse jantar?

O SR. OSCAR ANDRADE – Desculpe.

O SR. RONALDO TERUYA – Foi numa churrascaria na Marginal. Agora...

O SR. MOREIRA MENDES – Sabe o nome da churrascaria?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu não estou lembrado agora qual a churrascaria que foi.

O SR. MOREIRA MENDES – Quer dizer que você foi convidado para esse jantar.

O SR. RONALDO TERUYA – Isso. Com certeza.

O SR. MOREIRA MENDES – Não foi você que convidou o Shiro?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, não. Eu fui convidado.

O SR. MOREIRA MENDES – Por quem?

O SR. RONALDO TERUYA – Pelo Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando foi a última compra que você fez de pneus? Foi este ano?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. A última compra que eu fiz de pneus com o Cleveland acredito que tenha uns dois anos já. Porque...

O SR. OSCAR ANDRADE – E quantos pneus você comprou?

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, eu comprava em torno de cento e cinquenta pneus. Nessa faixa.

O SR. OSCAR ANDRADE – De automóveis?

O SR. RONALDO TERUYA – De automóvel. De automóvel e caminhonete, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto custou?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu não me lembro agora de cabeça

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Qual era o prazo que ele dava para pagar?

O SR. RONALDO TERUYA – Dava um prazo de 30, 60, 90 a 120 dias.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E, normalmente, nas outras lojas, quanto é que davam?

O SR. RONALDO TERUYA – Da vam de 30 a 60.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Ele dava de 90 a 120 a mais?

O SR. RONALDO TERUYA – Sim.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – E você não desconfiava de nada?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Não porque eram pneus que vinham....

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Você não desconfiava que essa carga – esses pneus – não seriam roubados?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, não desconfiava porque todos esses pneus vinham com notas fiscais.

O SR. MOREIRA MENDES – Mas, hoje, você sabe que eram roubados?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, tam bém não.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você não lembra o preço desses pneus? Quanto custa um pneu?

O SR. RONALDO TERUYA – Tem pneus que custam de R\$50,00....

O SR. OSCAR ANDRADE – Desse tipo, importado?

O SR. RONALDO TERUYA – Um pneu desse aí, fica na faixa de R\$100,00.

O SR. OSCAR ANDRADE – E você os vende por isto?

O SR. RONALDO TERUYA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É você comprando?

O SR. RONALDO TERUYA – É, eu comprando.

O SR. OSCAR ANDRADE – E foi mais ou menos nesse preço?

O SR. RONALDO TERUYA – Na realidade, um pneu por outro, porque existem vários valores. Seria

na média de R\$100,00. Tem pneus de R\$80,00, R\$70,00 e até de R\$250,00 de custo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O preço que você comprava do Cleveland era preço compatível com o mercado?

O SR. RONALDO TERUYA – Seria mais ou menos compatível.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não era muito mais baixo não?

O SR. RONALDO TERUYA — Não. Era de R\$5,00 a R\$10,00 mais baixo, pouca coisa mas só que ganhava muito na lucratividade do prazo.

O SR. MOREIRA MENDES – Deixe-me só relembrar aquilo que você disse. Quer dizer que você conheceu o Cleveland por intermédio do Shiro?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Eu conheci o Shiro por intermédio do Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – E o Cleveland?

O SR. MOREIRA MENDES – O Cleveland é um comerciante bem de vida, tem....

O SR. RONALDO TERUYA – Ele me aparentou ser muito bem de vida porque ele tem um escritório muito bom, muito bem conceituado no Espírito Santo. Ele conhece muita gente lá.

O SR. MOREIRA MENDES – E você acha que ele é uma pessoa que pode, por assim dizer, precisar pedir US\$10 mil, US\$12 mil ou R\$5 mil dólares emprestados para fazer os negócios dele já que ele é um bom importador.

O SR. RONALDO TERUYA – Quando eu o conheci, ele era um bom importador. Depois, eu fui ver que ele não tinha o dinheiro para ser trabalhado, para fazer importação porque ele conseguia fazer a importação do pneu, mas só não conseguia pagar os impostos no porto. Ele, então, depois desse primeiro negócio que eu fiz com ele, ele entregou todos os pneus com um pouquinho de atraso, mas entregou todos. Aí, no segundo negócio já deu um pouquinho mais de trabalho.

O SR. MOREIRA MENDES – E aí você começou, também, a emprestar dinheiro para ele?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu emprestei dinheiro uma vez para ele mas só que ele já me pagou.

O SR. MOREIRA MENDES – Quanto você emprestou?

O SR. RONALDO TERUYA – Emprestei cerca de R\$10 mil.

O SR. MOREIRA MENDES – O senhor sabe se o Shiro emprestou, também, dinheiro para ele?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu sei porque foi logo que conheci o Shiro. Depois que ele veio perguntar para mim. Quando ele foi propor a sociedade, ele veio me perguntar como era e eu já estava com um problema com o Cleveland, porque eu tinha vendido uma caminhonete para ele e os cheques tinham voltado. Eu, então, falei para o Shiro que ele estava atrasado comigo na parte da caminhonete.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Diga-me uma coisa: você costuma emprestar dinheiro?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, o que dá para nós sentirmos é que parece que há uma sociedade entre você, Shiro e o Cleveland.

O SR. RONALDO TERUYA – Não, senhor.

O SR. MÁRIO NEGROMONTE – Então, por quê? Emprestar dinheiro em troca de que se você não o conhecia bem?

O SR. RONALDO TERUYA – Em troca de fundamentos, porque ele era um importador e poderia, também, me ajudar.

O SR. MOREIRA MENDES – Em troca de quê?

O SR. RONALDO TERUYA – Como ele seria um importador, ele poderia me ajudar num desconto ou num prazo até maior, ele poderia me ajudar nesse sentido.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele te pagou?

O SR. RONALDO TERUYA – Não. Ele, ainda, está me devendo. Tenho alguns cheques dele devolvidos.

O SR. MOREIRA MENDES – Você tinha contatos permanentes com ele?

O SR. RONALDO TERUYA – Neste ano, eu tive bastante contato com ele porque eu vendi uma caminhonete para ele no começo do ano e ele estava me enrolando para pagar essa caminhonete e está me enrolando até hoje.

O SR. MOREIRA MENDES – A caminhonete estava no seu nome, o senhor tem como comprovar o que está alegando?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu tenho como comprovar porque costumo tirar xerox dos documentos do carro. E tiro xerox também dos cheques que pego e faço um recibo de venda do veículo em caso de multas, essas coisas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você disse que não conhece, aqui, nenhum policial, ex-policial, só o Shiro?

O SR. RONALDO TERUYA – Só o Shiro, eu o conheci neste ano.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com relação a sua prisão, é só isto que você tem a declarar porque você não sabe direito o que é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você não conhece a história do fato?

O SR. RONALDO TERUYA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua organização?

O SR. RONALDO TERUYA – Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E o dinheiro que você emprestou e que os outros emprestaram não era uma parte da participação nos negócios?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não conhece o Jefferson?

O SR. RONALDO TERUYA – Eu conheço o Jefferson.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele é sócio do Cleveland?

O SR. RONALDO TERUYA – Acredito que não. O sócio do Cleveland um ano e meio atrás era o cunhado dele, o Paulo Roberto.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde o Jéferson entra nessa história?

O SR. RONALDO TERUYA – Do escritório do Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde ele entra nessa história, o Jéferson?

O SR. RONALDO TERUYA – Conheço o Jéferson através do Cleveland.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tá preso também junto com o Cleveland.

O SR. MOREIRA MENDES – Onde é esse escritório que você conhece?

O SR. RONALDO TERUYA – Lá em Vitória mesmo.

O SR. MOREIRA MENDES – Quer dizer que você foi a Vitória?

O SR. RONALDO TERUYA – Já fui a Vitória, sim.

O SR. MOREIRA MENDES – Para negociar com eles.

O SR. RONALDO TERUYA – Já fui a Vitória... no começo eu fui para...

O SR. MOREIRA MENDES – Uma vez, várias vezes?

O SR. RONALDO TERUYA – Desculpe, não entendi.

O SR. MOREIRA MENDES – Quantas vezes você...?

O SR. RONALDO TERUYA – Ah, não sei ao certo quantas vezes eu fui. É... eu fui no escritório do Cleveland para conhecer a primeira vez por causa da importadora e depois eu fui já mais para fazer cobrança com ele.

O SR. MOREIRA MENDES – E foi lá que você conheceu o Jéferson?

O SR. RONALDO TERUYA – Foi lá que conheci o Jéferson.

O SR. MOREIRA MENDES – Nunca teve negócio nenhum com o Jéferson?

O SR. RONALDO TERUYA – Não, nunca tive.

O SR. MOREIRA MENDES – Pronto, acho que está bom.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, depois se houver mais alguma dúvida nós procuraremos chamá-lo, porque a nossa idéia é acompanhar a apuração e fazer uma diligência em Vitória. Eu tenho impressão de que ele vai ser removido para lá ou não há nenhum pedido nesse sentido, doutor? Ou ele vai ser ouvido por precatório ou... mandado de prisão cumpriu, não é? Mas o juiz deve ter decretado. Mas ele decretou as prisões a requerimento do Ministério Público, da polícia. O juiz é estadual, da Justiça Comum. Acho que é para garantir as investigações, todos os envolvidos foram... prisão temporária cinco dias.

Agradeço e desejo que você consiga explicar, porque esse negócio de emprestar dinheiro para cara que está envolvido com roubo de carga não é um bom negócio mesmo.

Vamos dar por encerrada a reunião de hoje e agradecer a presença dos senhores e da imprensa que está colaborando com a CPI, que realmente está estimulando as pessoas que tenham conhecimento de fatos a trazerem ao nosso conhecimento.

Quero agradecer aos policiais que estão prestando serviço em apoio e segurança aos membros da CPI, ao Deputado Ponte, ao Deputado Afanásio pela presença e principalmente ao Presidente da Assembleia Legislativa, que tem colocado à disposição dessa CPI todos os recursos para suprirem todas as necessidades para que ela tenha um bom desenvolvimento.

Pois não. Você está dispensado. Por favor a escola aqui.

O SR. – Sr. Senador Romeu Tuma, Srs. Deputados, Sr. Senadores, hoje tive a oportunidade de observarmos juntos uma denúncia a respeito do problema do Dr. Marcelo. Eu queria colocar em dois minutos, se fosse possível aos senhores da CPI, porque o

que aconteceu foi o seguinte: dois anos atrás o Dr. Marcelo veio a meu gabinete e trouxe um rapazinho escuro, negro, chamado Walber.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu acho que é um fato que inclusive eu esqueci de perguntar ao Marcelo, que foi encarregado da investigação. Temos os dados aqui, é sobre o Gilson, que desapareceu e fez ameaça aos senhores, dois deputados...

O SR. – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E ontem ficou aqui na mesa, mas, diante de alguns incidentes, ele não foi interpelado sobre estas apurações, porque elas não estão relacionadas com roubo de cargas, mas sim pelo trabalho que os senhores tiveram na CPI do crime organizado.

Só que eu acredito, Sr. Senador, que este seja relacionada por uma coisinha simples. Tudo começou quando nós prendemos, na CPI do crime organizado, o Deputado Valzi Azado, um capitão da Polícia Militar chamado Cleudir Foravanti Nardo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está no depoimento... Está no...

O SR. – Então, esse Capitão é relacionado ao roubo de carga. Tanto é que ele usa o esquadrão de choque para levar para os caminhões.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Ele vai ser chamado mesmo.

O SR. – Então. E de acordo com o Marcelo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É Capitão... O nome dele...

O SR. – Cleudir Fioravante Nardo. Já foi expulso até.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Já foi expulso.

O SR. – Foi expulso.

Aí, esse rapazinho que foi trazido aqui para nós, o Walter – que foi trazido pelo Marcelo –, seria a mando do Cleudir. Então, esse relacionamento. E depois, me parece que o moço sumiu, morreu, e o delegado não teria feito nada, um levantamento, alguma coisa, até que nós procuramos o Secretário de Segurança Pública. E, se realmente aconteceu de esse moço ser morto... Pelo amor de Deus, o Secretário, porque nós fomos lá, apresentamos, por conta da segurança...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Se ele foi morto, os que querem matá-lo estão vivos.

O SR. – Perfeitamente. Então, é um risco para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos providenciar a convocação do ex-Capitão, para que

possamos esclarecer e voltarmos ao Dr. Marcelo, também, para ver por que a investigação parou, e em que pé está, inclusive, diretamente ao Delegado-Geral de Polícia.

O SR. – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigado ao senhor pela presença, e obrigado ao Deputado Afanásio, que, ontem e hoje, muito colaborou com esta CPI.

Dou por encerrada a sessão e agradeço.

(Levanta-se a reunião às 14 horas.)

Ata da 20ª Reunião realizada em 13/12/2000.

Aos treze dias do mês de dezembro do ano dois mil, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala no 03 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Wellington Roberto, Antero Paes de Barros, Geraldo Cândido, Agnelo Alves Romero Jucá e dos Senhores Deputados Carlos Dunga, Oscar Andrade, Mário Negromonte, Chico da Princesa, Pompeo de Mattos, Robson Tuma e Telma de Souza membros da Comissão, e ainda as presenças dos Deputados Moroni Torgan e Pedro Fernandes, não membros da Comissão, reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destina-se a ouvir depoimento do sr. William Walder Sozza, o Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Relator para fazer seus questionamentos ao depoente sendo que o mesmo se pronunciou dizendo que ia se manter calado para respostas a todas perguntas que lhe fossem feitas, sendo admoestado, pelo Senhor Presidente que o seu silêncio poderia lhe prejudicar futuramente. A Presidência anunciou a presença do Advogado do depoente Dr. Valdemar Soares Lima Júnior,. Pela ordem foi concedida a palavra aos Deputados Pompeo de Mattos e Robson Tuma, o depoente declarou que estava em situação precária difícil por não ter dormido por três noites e não estava em condição de responder aos questionamentos. O Relator propôs ao depoente se desejava que reunião se trans-

formasse em secreta, sendo que os mesmo respondeu que não havia necessidade. A seguir assumiu a Presidência o Deputado Mário Negromonte, na sequência o depoente foi questionado pelos Deputados Oscar Andrade, Pompeo de Mattos, Moroni Torgan, Robson Tuma, sendo que os parlamentares insistiram por mais de uma hora com o depoente para que falasse e o mesmo manteve-se em silêncio, e foi advertido pelo Presidente que invocou o item II do Art. 4º da Lei Nº 1579, de 18 de Março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito sendo esclarecido pelo Relator que o depoente estaria sendo enquadrado no Art. 342 da Lei do Código Penal Brasileiro fizeram ainda uso da palavra o Senador Geraldo Cândido e a Deputada Telma de Souza, na presente reunião foram aprovados dois requerimentos sendo o de número 38 de autoria dos Deputados Robson Tuma e Pompeo de Mattos, requerendo a oitiva das seguintes testemunhas, Anselmo Lopes Miranda, Antonio Carlos Viotti, Geraldo Burdini Arthur Eugênio Mathias, Eduardo José Sozza, Marco Sozza, Luis Henrique Lemos de Campos, Anneliese Margarete Kleinke, Regis Xavier de Souza, e o requerimento de número 39 de autoria do Deputado Oscar Andrade requerendo que fosse enviado a ata da presente reunião do Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República, para que, ao seu critério inicie Ação Penal contra o depoente William Walder Sozza, por infringência ao inciso II, do art. 4º da Lei nº 1579, de 1952. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento fotografico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 23, de 2000, com a finalidade de apurar, em todo o País, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder a investigações no que concerne à lavagem de dinheiro e a desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas.

Quero dar uma explicação. Há poucos minutos, recebi um telefonema de São Paulo. Na Avenida Bandeirantes, que liga a Marginal e a saída para vários Estados, como também para o litoral sul de São Paulo, que é a veia principal que, até à construção do Ro-

doanel, serve principalmente para trazer os produtos do Porto de Santos, bem como para lá levar os produzidos no Continente, uma grande passeata de motoristas e uma carreta de caminhões, inclusive com vários caminhões trucados, fizeram um forte alarde num protesto veemente contra o aumento do roubo de cargas, demonstrando o prejuízo que isso tem causado não só às empresas transportadoras como às companhias de seguro. Manifestaram ainda o medo que hoje toma conta dos motoristas que andam, às vezes, isoladamente pelas estradas. De forma que já começamos a sentir esse crescimento quase que incontrolável do aumento do roubo de cargas. Há um levantamento feito por um órgão especialmente voltado para o roubo de cargas de medicamentos e, segundo apuração de 1994, as ocorrências subiram, de lá para cá, 93,6% – quase 100% no aumento do roubo de cargas. No Rio de Janeiro, em 1999, o roubo de cargas bateu o recorde. Quando, em 1992, houve 411 roubos; foram registradas, no ano passado, 3.215 ocorrências de roubo de carga.

Verifiquem V. Ex^{as} que há, provavelmente, uma dificuldade grande de as Polícias estarem apurando o roubo de cargas, até porque o próprio poder que elas têm não se compara àquilo que o Regimento dá à CPI.

Com isso, a CPI tem uma obrigação e moralmente está comprometida a aprofundar as suas investigações e buscar, sem dúvida nenhuma, os responsáveis pelo aumento desse roubo de cargas.

Nesse relatório, há uma citação interessante, e já se chegou a essa conclusão nesta CPI: não há mais carga roubada para venda. A carga é roubada para cumprir encomenda, o que significa algo terrivelmente desastroso, porque as quadrilhas agem buscando realmente o que precisam. Invadem, às vezes, armazéns, porque hoje não ocorre somente o roubo nas estradas. As quadrilhas estão fortemente armadas, grupo quase formado de guerrilheiros, de quinze a vinte homens, assaltando depósitos de mercadorias e escolhendo aquelas que realmente atendam à demanda já vendida por operadores que fazem a intermediação entre o ladrão de carga e os receptores.

Temos de continuar com esse objetivo de buscarmos, o mais rápido possível, a estrutura dos receptores. Pouco importa se são grandes ou pequenos empresários. É importante que sejam trazidos ao banco dos réus e, se comprometidos com essa estrutura do crime organizado, conduzidos para a cadeia o mais rápido possível, porque é insuportável, até para a economia nacional, a possibilidade apontada pelos

transportadores de chegarmos, neste ano, a mais de R\$500 milhões de prejuízos.

Hoje, marcamos uma audiência especial, tendo em vista o sucesso da Polícia Civil de São Paulo em localizar o envolvido William Sozza, que se encontrava foragido desde a decretação da sua prisão preventiva, numa ação brilhante da CPI do Narcotráfico, cujos elementos vieram para esta CPI. Provavelmente, o depoimento dele, em contraposição com o do Jorge Meres, mostrou a necessidade da criação desta CPI especial do Roubo de Cargas. Provavelmente, tenha sido dentro desse quadro apresentado que se viu realmente a interligação entre os dois crimes.

Agradeço publicamente ao Dr. Raimundo José de Barros Sousa, da Central de Inquéritos de São Luís do Maranhão, pelo pronto atendimento ao pedido desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de apresentação de William Sozza ou William Marques à referida Comissão, para ser devidamente interpelado sobre as suas ações vinculadas ao roubo de cargas. Ele está sendo representado pelo Dr. Francisco Moura, Delegado de Polícia Federal, a quem agradeço.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, V. Ex.^a.

O SR. ROBSON TUMA – Inclusive agradecemos publicamente ao Delegado Dr. Angerame, ao Dr. José Roberto Arruda, a toda a equipe do Denark de São Paulo, que prendeu William Sozza, pelo apoio dado à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Roubo de Cargas, quando esteve em São Paulo, colocando-se inteiramente à nossa disposição; à Juíza de Porto Ferreira, que, de imediato, aceitou a transferência de William Sozza para o Maranhão, onde se tinha iniciada a primeira ação penal contra ele; aos Juízes de São Luís do Maranhão; às autoridades policiais, como o Dr. Luiz, que veio acompanhando William Sozza, do Maranhão e ao Secretário de Segurança Pública, que deram desde o início todo o apoio à CPI; e à autoridade judicial que, no exato momento em que V. Ex.^a encaminhou o ofício pedindo que pusesse William Sozza à disposição desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, de pronto o fez até o momento em que a Comissão necessitar das suas informações, ou seja, por todo o período em que a Comissão entender necessário, poderá manter sob sua guarda William Sozza. Então, foi uma demonstração de confiança não só na Comissão, mas nos trabalhos que está executando. Não poderia, pois, deixar de agradecer a essas autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço o esclarecimento do Deputado Robson Tuma e também a presteza com que, em nome da Comissão, agiu para que esta reunião se realizasse.

Consigno a presença do Deputado Moroni Torgan, Relator da CPI do Narcotráfico, para que realmente possamos ter uma reunião intensa, porque os três Deputados que acompanharam de perto as apurações da CPI do Narcotráfico, das quais participaram ativamente, aqui se encontram e poderão indubitavelmente colaborar bastante conosco.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A título de esclarecimento, apresentamos à Comissão – acredito que outros colegas Parlamentares devem tê-lo feito também – um requerimento no sentido de que pudéssemos ou vir William Sozza o quanto antes, o que está prestes a efetivar-se, em face das diligências de V. Ex.^a. Por vislumbrarmos que William Sozza corre perigo estando preso em São Paulo, em virtude das sérias acusações imputadas a ele e do envolvimento de alguns policiais de São Paulo, que fariam parte da quadrilha da qual ele é um dos principais articuladores, pedimos que V. Ex.^a examine a possibilidade de, em contato com o juiz da causa que tem a custódia de William Sozza, definitivamente ou pelo menos enquanto for mantida a sua prisão, ele permaneça aqui em Brasília, tendo em vista a garantia de vida e da integridade física do preso William Sozza e também a garantia de justiça, porque daqui a pouco ele pode até vir a sofrer agressões físicas, pode haver um atentado contra a vida dele, ou, até mesmo, pode ser facilitada a fuga – não seria um fato inusitado e não seria nenhuma novidade. Então, acho que seria importante que ele ficasse custodiado, sim, pelo juiz da causa, mas à disposição da CPI e preso na Polícia Federal aqui em Brasília, enquanto persistir a prisão dele e enquanto a CPI precisar dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex.^a. As providências serão tomadas. Informo que o juiz nos encaminhou William Sozza e pede que, assim que a CPI terminar a necessitar da sua oitiva, que ele seja recambiado para a comarca de Porto Ferreira, onde se acha em flagrante, quer dizer, o juiz do Maranhão decretou a prisão temporária, porque ela se esgota no tempo; o flagrante é mais complicado, então pede a remoção.

Vamos solicitar ao juiz da comarca de Porto Ferreira, que atendeu prontamente o nosso pedido e o

removeu para São Luis, que ele fique à disposição, até que a CPI possa esgotar essa parte importante das suas apurações.

De forma que dou como já requeridas as palavras de V. Ex.^a e depois as formalizaremos.

Então, o advogado é o Dr. Valdemar Soares Lima Júnior. V. S.^a quer se sentar mais à frente ou está bom aí? Fique à vontade.

O SR. VALDEMAR SOARES LIMA JÚNIOR – Estou à vontade, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – V. S.^a, por uma questão de ordem, não pode se dirigir ao depoente, mas poderá se dirigir à Mesa ou ao Relator para qualquer dúvida que tenha, porque nosso trabalho se dá dentro do aspecto jurídico, na mais perfeita ordem, para nenhuma reclamação posterior.

Tenho aqui, se V. S.^a quiser examinar, o exame de corpo de delito por que ele passou, posso até fornecer-lhe uma cópia, providenciarei uma cópia. Gostaria que V. S.^a lesse para ver se está em ordem, se tem alguma reclamação a fazer.

Convido o Vice-Presidente para se sentar à direita.

Pediria, por favor, a apresentação do Sr. William Walder Sozza. (Pausa.)

Quem é o delegado, por favor? (Pausa.)

V. S.^a vê algum risco em se retirarem as algemas? Não vai se autolesionar? (Pausa.)

Porque as algemas, vou dar uma explicação, se usam em dois sentidos, acho importante esclarecer isto: primeiro, para que o preso não fuja ou não ataque o seu condutor ou o policial que zela por sua segurança, e segundo, para não se autolesionar, de forma que as algemas só são usadas nesse sentido, quer dizer, elas não têm a função de mostrar que a pessoa é um prisioneiro, elas têm o significado também de resguardar a integridade física do cidadão e de quem o conduz.

Se o policial acha que não há risco, eu pediria que retirasse as algemas, mas mantenha o olho vivo, porque quem fugiu uma vez pode fugir outra. (Pausa.)

Eu pediria a algum policial que fique aqui do lado da porta, por favor. (Pausa.)

William Walder Sozza é seu nome correto?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu lhe pergunto se o senhor tem interesse em colaborar com a CPI. Se acha que alguma coisa possa ser esclarecedora nessa contribuição e que deseja uma sessão

secreta, nós o faremos no momento em que o senhor achar importante, que tiver que revelar alguma coisa de importância para a CPI.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Tudo bem. Eu compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer aberta agora? Normal?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Normal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma coisa que queria esclarecer preliminarmente?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O seu advogado está presente e vai lhe garantir a tranquilidade. De forma que, se o senhor quiser expor alguma preliminar ou o que quiser fazer...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Veja bem, Senador Romeu Tuma, quero dar uma boa-tarde a V. Ex.^a, ao Vice-Presidente da Comissão e ao Relator.

Também estou em situação um pouco precária, difícil. Há três noites que não durmo. Estou meio debilitado, além de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Providenciaremos, isto foi requerimento do Deputado, um lugar para que V. S.^a fique em Brasília até que terminem os depoimentos, com garantia de vida, proteção da Polícia Federal e, sem dúvida nenhuma, haverá uma cama onde poderá descansar e se alimentar tranquilamente.

Sei que essas viagens são mais os depoimentos...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – São desgastantes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...lhe devem ter causado um pouco de estresse. Mas relaxe e colabore com a CPI porque é um bom caminho para que se acabe com esse tipo de...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Estou em um prazo muito curto desde que aconteceu tudo. Como V. Ex.^a mesmo disse, há o estresse e, além de debilitado, estou estressado, estafado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estamos praticamente no final do processo legislativo. De forma que sua oitiva não impedirá que, em breve, possamos repeti-la com mais calma. Mas há alguns esclarecimentos que são importantes em razão de diligências programadas dentro do quadro de depoimentos anteriores.

Passo a palavra ao Relator para que questione o depoente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, Sr. William Sozza, o senhor conhece o caminhoneiro Jorge Méres?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Conheço.

Passei por uma situação na CPI que V. Ex^a deve saber, deve ter acompanhado, no dia 13, foi fatigante, terrível e já falei com promotores de Campinas, com promotores no Maranhão, mas alego que aqui fico muito mais nervoso que lá pelo motivo do que eu tinha passado.

Gostaria de me reservar o direito constitucional que tenho de permanecer calado, de falar em juízo.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor disse inicialmente que conhece.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente. V. Ex^a sabe que conheço e nunca neguei isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor já responde a alguns inquéritos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Como?

O SR. OSCAR ANDRADE – A quantos inquéritos o senhor responde?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei. Voltei agora e, Sr. Relator, preciso me inteirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – A sua prisão temporária...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Foi expedida pelo Maranhão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Por qual motivo?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Pela suspeita de ser mandante da morte de um Delegado lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – De um Delegado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual Delegado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Estênio Mendonça.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estênio? O senhor foi sócio da Agenciadora Car Campo?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, Senador, não gostaria de falar mais. Há muitas coisas que não estou sabendo. E, de acordo com os inquéritos que o senhor está dizendo que eu tenho e não sei porque não me inteirei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Não estou falando nada de inquérito, não. Estou te dando o nome de uma empresa e perguntando se é sócio dela. Isto não vai em absoluto te incriminar em nada.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Tudo bem. Nunca ouvi falar dessa empresa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Nunca ouviu nem falar?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Nunca. A imprensa também me inibe.

O SR. OSCAR ANDRADE – E da Real transportadora? Eu te fiz um apelo ali dentro, William, precisamos de colaboração e que isso pode ser revertido em seu benefício.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Se não me engano, essas empresas foram citadas na outra CPI e falei sobre elas também. Por isto, gostaria de me inteirar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas é necessário que fale de novo e se você puder contribuir eu acho que é importante para ..

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não tenho nada contra a CPML, acho que até...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Tenho certeza de que não.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Absolutamente.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – A lei que rege a CPML, a Lei nº 1.579, seu advogado deve estar já bem inteirado dela, no seu art. 4º, inciso II, estabelece o seguinte: fazer afirmações falsas, ou negar, ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete perante a Comissão Parlamentar de Inquérito estabelece pena do art. 342 do Código Penal.

Então, se não houver, de sua parte, no mínimo a condição de responder o que foi perguntado, podemos entender que você está ferindo esse dispositivo. Está obstruindo os trabalhos da CPI.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu compreendi, doutor.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Se eu puder conduzir da maneira como eu conversei com vocês em particular lá dentro, qualquer colaboração sua, qualquer colaboração sua, tenho certeza de que o Presidente Romeu Tuma vai considerar como ajuda à CPI e isso poderá servir de atenuante às suas penas no processo que você vai estar respondendo. Por isso, pediria a sua ajuda e que você pudesse colaborar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu compreendo, eu estou desinformado não só de perguntar, porque eu tenho tudo, eu sei de tudo, a vida é minha, eu sei o que falar, das verdades que eu conto, as verdades que eu já falei, mas mesmo....

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Então, ótimo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas, acontece Deputado, que eu fui execrado muito, há muitas mentiras, certo, acabou com a minha família, acabou com a minha vida. Certo? Inclusive foi lamentável por-

que eu ia me entregar no início do ano, como eu já tinha combinado, eu só estava esperando o relatório da CPI do Narcotráfico, para eu poder me apresentar, porque eu também não estava mais em condições.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Eu entendo. Você disse que não conhece a Agenciadora Carcampo, e a Real Transportadora? Não conhece?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Também não.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Nunca ouviu falar, não participou como sócio dela?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não senhor.

Deputado, mesmo tendo o risco dessa pena, eu não gostaria de falar mais. Não tenho nada contra, aliás, muito pelo contrário, tenho a favor da CPML.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você deve ter contra sim, porque você não quer falar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, muito pelo contrário.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Não foi dessa forma que eu entendi na minha conversa particular com você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, mas eu não estou em condições...

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você quer que transforme esta reunião em secreta?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não tem necessidade, não é a questão de ser secreta ou não, é a questão do momento, muito em cima, muito rápido para mim.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Você está precisando de alguma coisa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não estou preparado, eu preciso raciocinar sobre o desenvolvimento.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Questão de ordem ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Acho que já foi colocado, nobre depoente, todos os seus direitos, foram dados inclusive a oportunidade do direito de entrar no programa de proteção à testemunha. Foram dados todos os direitos, inclusive lida a lei que rege as comissões de inquérito do Congresso Nacional e foi deixado bem claro a ele que ele não pode se calar perante esta Comissão; poderá sim, o que lhe é de direito, se achar que a resposta lhe incriminará dizer: não responderei, pois essa resposta poderá me incriminar. E

esse é um direito que ele poderá ter. Portanto, eu acredito que diferente do que fez o Maranhão, os depoimentos estão aí onde com clareza dava suas respostas, sejam verdadeiras ou não, não importa, prestou os devidos esclarecimentos às autoridades em São Luís, também prestou os devidos esclarecimentos, se verdadeiros ou não, às autoridades de Campinas e São Paulo. Portanto, pediria a V. Ex^a para que, em vez de ficarmos aqui discutindo sobre as condições físicas em que ele diz estar, mesmo porque essas condições, se esteve em situações péssimas foram por seu livre arbítrio, pois ele era um foragido da Justiça, portanto não houve nada, absolutamente nada em relação a esta Casa, à Justiça ou à Polícia que ele ficasse sem dormir, ou sem comer, enfim, qualquer alegação que ele o faça.

Portanto, peço a V. Ex^a que pudéssemos partir as perguntas, como o nobre relator tem feito, e muito bem feito, e ele as responde, ou o fato ou dizendo que irá ser incriminado com a resposta, garantindo-lhe o direito de dar a cada pergunta feita essa resposta.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Presidência acata a questão de ordem de V. Ex^a e pede ao Relator que continue.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, só para complementar, o documento referente a lesões corporais, de exame de corpo de delito, foi apresentado pelo Presidente no início desta reunião, porque foi feito e foi apresentado ao advogado. Ele está em perfeitas condições. E é bom deixar bem claro isso para que não haja dúvida sobre a intenção de qualquer um dos membros do Congresso Nacional ou de qualquer um dos policiais que o acompanharam ou de qualquer um dos indivíduos envolvidos na questão, no sentido de ter cometido qualquer tipo de agressão, seja ela física ou moral ou inclusive tê-lo deixado sem comer ou sem dormir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. Ex^a me permite...

O SR. OSCAR ANDRADE – Ele quer fazer alguma intervenção, Sr. Presidente. Se V. Ex^a o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deputado, eu nunca disse, em momento nenhum, que a Polícia ou qualquer outro órgão público... Tanto é que em uma entrevista no Maranhão elogiou o tratamento que recebendo lá. Não disse nada disso. O problema...

O SR. ROBSON TUMA – Não disse que V. S^a disse. Só estou esclarecendo que não aconteceu.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu disse: estou estressado. O laudo está aí. Estou em perfeitas condições, sei disso. Eu disse: estou estressado, estou cansado, não dormi, por meus motivos. Perfeito? Nunca iria colocar isso aí. A Polícia, os órgãos públicos me trataram muito bem. E não estou colocando como prioridade o meu estado de saúde, o meu cansaço, as minhas noites sem dormir, para deixar de responder. E nem porque vou responder alguma coisa que me incrimine. Estou aqui, assumi uma prerrogativa que pretendo manter. Não porque vai me incriminar ou não.

O SR. OSCAR ANDRADE – As conseqüências...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu compreendo. Compreendo tudo...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O Deputado Pompeo de Mattos pediu um aparte...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só quero fazer um comentário que acho necessário, até porque, Sr. Presidente, está aqui o Relator da CPI do Narcotráfico, Deputado Moroni Torgan. E eu me lembro – estávamos numa posição semelhante à que estávamos na CPI do Narcotráfico – de William Walder Sozza, que estava ali e nós aqui, fazendo o questionamento. E depois, frente a frente com Jorge Melo, fazendo o questionamento. Ele ria de todo mundo. E nós realmente não tínhamos os dados, os elementos que gostaríamos de ter. Tínhamos suposições. E William Sozza negava tudo e ria, dizendo: “mas estão loucos, não sou esse homem, não existe. As minhas contas são essas. A minha declaração de renda é essa, não tenho nada que ver com aquele outro. Não conheço aquele outro”. Enfim, estava extremamente falante. E no outro dia levantou acampamento, quer dizer, sumiu. E estava com todos os argumentos para dar nas várias entrevistas que deu aos jornais em Campinas. Aí não estava estressado, estava fugindo. Eu acho que quando a gente está fugindo deve estar muito mais estressado do que quando está preso. Quando está preso não adianta. Relaxa, está preso. Agora, quando está fugindo, tem que estar estressado porque está fugindo mesmo, tem que ter cuidado até com a sombra. Tem que ter medo até da sombra que passa.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nas entrevistas que deu ao jornal de Campinas, fez acusações a vári-

as pessoas, inclusive a membros desta CPI, que queremos hoje esclarecer. Então, apesar do seu estresse, o que nós queremos, Sr. Relator e Sr. Presidente, é que seja garantido a cada um dos deputados, mesmo que ele se recuse a responder, a oportunidade de perguntar. E perguntar com os argumentos, com os fundamentos, com os documentos, com os fatos de que agora nós temos conhecimento e que ele sabe que nós sabemos, e não quer responder porque está sabendo que nós sabemos. E nós sabemos que ele sabe também. É uma coisa muito clara. Está na hora de começarmos a fazer esse contraponto e esclarecer a verdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Se me permitem, Sr. Presidente, o Relator estava conduzindo bem todo o problema. E acredito que, se por um lado, ele é preso da Justiça, por outro lado, foi indiciado na CPI do Narcotráfico. Mas nesta CPI ele funciona muito mais como testemunha. Quer dizer, eu acredito que aqui eles estejam muito mais interessados porque a denúncia original ele colocou como indiciado na CPI do Narcotráfico. Nesta CPI, eu não acredito que ainda esteja indiciado – não sei, não acompanho –, mas, se não está indiciado, funcionaria como testemunha. Como testemunha, a única chance, o único direito constitucional de calar-se, é para alguma coisa que o incrimine. Então, o senhor não tem o direito de calar-se em qualquer outra pergunta.

Por exemplo, se perguntarem: Quais são as notícias que o senhor tem sobre o roubo de carga em São Paulo? Não necessariamente lhe envolvendo, são as notícias que o senhor tem, conversando com os amigos e tal. Não há nada aí que vá lhe incriminar. Então, é uma resposta que tem que ser feita. Como perguntas que foram bem ressaltadas pelo Relator – eu estava aqui escutando – sobre sociedades em firmas. Não há nada que o incrimine nesse ponto.

Agora, só que rolembrar, Sr. Presidente, que, ele se calando, automaticamente ele está dizendo que aquilo o incrimina. Então, acho muito mais vantagem, para uma linha inclusive de defesa, ele falar do que calar-se. Porque calar é uma resposta. No momento em que se cala, está dizendo para todo mundo, para todos os Deputados e Senadores, para todo o povo que o está escutando: essa resposta me incrimina. Porque o único direito que tem é esse, porque aqui é Justiça. É isso que ele tem que entender. Aqui tem-se atribuições de Judiciário na investigação. Então, esse negócio de dizer: tenho o direito de falar só na Justiça.

Pois é, é aqui. Aqui pode falar, porque aqui temos poderes de Justiça.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Compreendo tudo isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, estando presente o Presidente e o Relator, a CPI tem poderes maiores até do que a Justiça. Realmente, aí há uma desinformação sua. Pedi que mostrassem a lei ao seu advogado. Se você quiser alguns minutos para conversar com seu advogado, se o Presidente assim permitir, eu gostaria, doutor, que o senhor pudesse conduzir de modo diferente. Porque acho que é muito melhor para o seu cliente, verdadeiramente, como eu havia lhe dito lá dentro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – A Presidência permite, é claro. Acho que, neste momento, a omissão vem prejudicar o depoente. Se precisar de uma sala, tudo bem. (Pausa.)

Voltando com a palavra o Deputado Oscar Andrade.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos continuar, William.

Vou citar aqui alguns nomes de pessoas e empresas e eu gostaria que, sobre cada nome, você pudesse dizer qual o seu conhecimento, qual sua relação, se conhece ou não, por favor.

ALM Eventos, Produção e Comércio Ltda.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – É uma empresa que era uma boa e passou a se chamar ALM.

Deputado, vou manter minha conduta de antes, embora digam que sou testemunha, considero-me um indiciado, embora não seja aqui, indiciaram-me como roubo de cargas, inclusive na CPI do Narcotráfico. Eu gostaria, desculpa-me, de manter minha conduta, pelo menos por enquanto.

O SR. OSCAR ANDRADE – André Luiz Laurindo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – (Pausa)

O SR. OSCAR ANDRADE – Anselmo Lopes Miabara.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – (Pausa)

O SR. OSCAR ANDRADE – Antonio Carlos Viotti.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deputado, eu queria continuar mantendo minha posição, por enquanto. Preciso de tempo, preciso analisar o que aconteceu nesse período todo, porque estou completamente desligado.

Por favor, não estou querendo ofender a Comissão, muito pelo contrário.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Relator, estou inscrito logo após V. Ex^a. V. Ex^a poderia fazer a pergunta e esperar a resposta. Se V. Ex^a quiser que a vivemos a memória dele, poderemos fazê-lo ou aguardá-lo para fazer as perguntas. V. Ex^a tem essa opção.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Vamos continuar formulando as perguntas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, ele não quer responder as perguntas.

William, você não vai me responder, vai?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ambos nós vamos nos desgastar. Preciso de mais tempo. Vamos nos desgastar.

O SR. OSCAR ANDRADE – De quanto tempo você precisa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei. Vai depender dos dados de que preciso. Não sei nem do que tenho mais inquéritos, onde estão, o que são, como são. Preciso analisar isso primeiro. Respeito a Comissão e gostaria que a Comissão respeitasse minha atitude.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que você sabe sobre o assassinato da Débora?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Quem é Débora?

O SR. OSCAR ANDRADE – Débora Rodrigues da Silva.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei de nada. Por favor, Deputado...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esposa do Jorge Méres.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Sei menos ainda.

O SR. ROBSON TUMA – V. Ex^a me permite um aparte.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Relator, V. Ex^a perguntou se ele conhecia Antonio Carlos Viotti. Ele se calou. Calar-se, obviamente, na interpretação da lei, é auto-incriminação. É o silêncio da auto-incriminação. Por quê? Porque existem transações com cheques, por exemplo, dele com o Sr. Antonio Carlos Viotti, também acusado por roubo de cargas. Esses motivos são importantes, mesmo que ele se cale, demonstrando a intenção de calar-se para não se auto-incriminar. Aqui está o cheque de William Walder Sozza, do Banco Unibanco, assinado, a favor do Sr. Antonio Carlos Viotti, com vários outros dados financeiros. Então, existe a relação dele com esse indivi-

duo. Ele se cala para se auto-incriminar. Essa é uma prova concreta do seu relacionamento. Como disse o Deputado Moroni Torgan e eu, anteriormente, de acordo com o regulamento das CPIs, ele não poderia calar-se, a não ser que se auto-incriminasse com a resposta. Fica claro, então, que ele se auto-incriminaria.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, vou insistir. Artur Eugênio Mathias.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Por favor, Deputado, vou continuar com minha prerrogativa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você não tem essa prerrogativa, não, William.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Então, continuo calado. Não vamos nos desgastar aqui.

O SR. OSCAR ANDRADE – Essa não é uma prerrogativa sua. Você está desobedecendo a CPI e infringindo um dispositivo dela. Isso pode ser grave para você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – O senhor entende assim. Entendo que sou indiciado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor foi indiciado em outra CPI. Aqui você é testemunha.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Continuo mantendo o que estou pedindo, por gentileza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor mantém essa posição porque se sente incriminado pelas perguntas feitas? Essas perguntas podem lhe incriminar?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, de maneira alguma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o senhor não responde quem é Antonio Carlos Viotti? Ele era seu gerente? Ele trabalhou com o senhor?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ele foi gerente de uma loja de carros para mim. Eu nunca neguei isso. Não tenho por que...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor não negou, mas não falou isso aqui, agora. Eu não sei disso. Esta CPI é nova.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De uma loja de carros sua. Ele trabalhou com senhor.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele foi o gerente de uma loja sua. Qual era o nome da loja?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Pela última vez, por favor, Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como era o nome da loja?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ponto Zero. Não vou responder mais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor fez algum pagamento em cheque para o Antonio Carlos Viotti? Só quero uma resposta: fez ou não fez?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Fiz.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos devagar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deputado, por favor, não vamos nos desgastar. Não gostaria, por favor...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós não vamos ficar quietos. Vamos perguntar e o senhor pode dizer “sim” ou “não”, mas vamos continuar a perguntar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Por favor, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor pode pedir “por favor”. A CPI está aqui para perguntar. Não viemos aqui para fazer um jogo de faz de conta. Viemos aqui para perguntar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – É que me sinto até chateado de ficar calado aqui atrás, deixando V. Ex^a fazer perguntas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a não vai ficar calado; vai dizer: “não; isso me incrimina”.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não vou; não quero responder nada. Quero manter-me calado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas V. S^a vai ter de responder “sim” ou “não” ou que “não quer responder”.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se não vou fazer a leitura... A resposta que V. S^a não queira dar, sem dizer que não quer responder, é porque o incrimina.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, de maneira nenhuma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem cala consente. Se V. S^a ficar calado é porque está consentindo, está concordando.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei de tudo isso que V. Ex^a está dizendo, Deputado, mas vou continuar mantendo-me calado e a partir de agora não vou mais falar, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. Sozza, V. S^a sabia que vinha à CPI e ia depor. Não é isso? V. S^a sabe muito bem – se não souber, o seu advogado deve instruí-lo – que tem direito de ficar calado, se as perguntas vierem a incriminá-lo. V. S^a tem direito de ficar calado se as suas respostas puderem

prejudicá-lo; caso contrário, V. S^a será enquadrado no art. 4º, § 2º. Vou repetir: a pena é de um a três anos de reclusão. Quer dizer, vai agravar muito mais e vamos enquadrá-lo. O seu advogado está aí, a CPI tem plenos poderes. Quinta-feira prendemos dois policiais em São Paulo e não vamos aceitar a desmoralização. V. S^a sabia que vinha para cá, sabia que ia depor. V. S^a tem direito de ficar calado, de não responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Permita-me, Sr. Presidente, dentro da sua linha de raciocínio. A cada questionamento vai lhe ser perguntado se isso o auto-incrimina ou não. Se disser não, será uma prova para enquadrá-lo nesse artigo; se disser sim, tudo bem. É seu direito ficar calado. A cada questionamento vão lhe perguntar se a resposta o incrimina ou não. E será decisão sua responder.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Relator, para continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – Artur Eugênio Matis. V. S^a o conhece, ou não? (Pausa)

Essa resposta sobre o conhecimento do Artur pode incriminá-lo? (Pausa)

Carlos Eduardo Valdir. (Pausa)

Distribuidora Camp Ltda.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Relator...

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois não.

O SR. ROBSON TUMA – É sempre importante que ao fazer o questionamento pergunte também se a resposta o auto-incrimina. Por quê? Artur Eugênio, ele mesmo declara publicamente advogado, amigo pessoal, enfim. Posteriormente V. Ex^a perguntou sobre...

O SR. OSCAR ANDRADE – Bacana Comércio Atacadista.

O SR. ROBSON TUMA – Não. Mais um indivíduo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Carlos Eduardo Valdir.

O SR. ROBSON TUMA – Carlos Eduardo Valdir é procurado hoje por roubo de carga, transação que tem envolvimento em alguns depoimentos que colocam o Sr. William Sozza. Existe ligação telefônica de William Sozza trocadas com Carlos Eduardo Valdir, o que demonstra que ele realmente conhece Carlos Eduardo Valdir.

Portanto, é sempre bom perguntar se a resposta o incrimina, para que nós obviamente deixemos esses fatos registrados, até mesmo porque há uma prisão preventiva decretada e essas perguntas, esses

fatos, muito provavelmente, levados à autoridade judicial, poderão ser usados para prorrogar essa prisão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, vou insistir: Carlos Eduardo Valdir. (Pausa)

O fato de conhecê-lo pode incriminá-lo? (Pausa)

Distribuidora Camp. (Pausa)

É factível de auto-incriminação? (Pausa)

Dog Center Comércio e Distribuidora Ltda. (Pausa)

William, é uma empresa: Dog Center. (Pausa)

Edson Pereira Coutinho. (Pausa)

V. S^a pode ser incriminado por conhecer o Edson? (Pausa)

Fábio Peixoto de Melo. (Pausa)

Dames ma forma, você pode se sentir incriminado? (Pausa)

Geraldo da Silva Burdini Júnior. (Pausa)

Ioná Maria Andrade da Silva. (Pausa)

O Jorge Méres você já havia dito que conhece? (Pausa) Você sabe das informações que o Jorge Méres passou a seu respeito? (Pausa) William Walder Sozza, você é ladrão de carga? (Pausa) Você é narcotraficante? (Pausa)

O SR. ROBSON TUMA – V. Ex^a me permite falar? Estou inscrito logo após e não quero atrapalhar.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. Ex^a está só ajudando.

O SR. ROBSON TUMA – Ele prestou depoimento ontem em São Luís. Pergunto a William Walder Sozza se reafirma tudo que disse às autoridades de São Luís.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Desculpe-me, Deputado, V. Ex^a está falando de qual depoimento?

O SR. ROBSON TUMA – De São Luís que fez ontem.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Reafirmo tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Tudo?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Tudo, perfeitamente.

O SR. ROBSON TUMA – Aqui, Sr. Presidente, ele fala da relação dele com Jorge Méres, fala da relação de várias pessoas com ele, como V. Ex^a está perguntando. A segunda pergunta que faço é a seguinte: por que às autoridades de São Luís o senhor fez questão de responder, porque às autoridades de São

Paulo o senhor fez questão de responder e a esta CPMI o senhor não quer responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deputado, confesso que vim à CPI do Narcotráfico no ano passado com a maior boa vontade, fui chamado, vim...

O SR. ROBSON TUMA – O senhor foi chamado para vir?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Fui chamado a vir.

O SR. ROBSON TUMA – No seu depoimento então você mentiu, pois no depoimento do Maranhão disse que ficou sabendo do envolvimento do seu nome e imediatamente veio a Brasília, colocando-se à disposição.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Fui chamado a vir, foi isso que eu disse, o senhor interpretou errado.

O SR. ROBSON TUMA – Negativo, procurarei aqui no seu depoimento. Tive a preocupação de aguardar esse depoimento de madrugada.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu fui intimado, mas vim com boa vontade. Foi o que eu quis dizer, Deputado. V. Ex^a interpretou errado.

O SR. ROBSON TUMA – Continue.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu fiquei extremamente assustado com tudo. Foram 10 horas em que fiquei assustado. Falei com promotores neste final de semana, falei com o Delegado Zimonte, falei com mais promotores, mas aqui me sinto assustado. Desculpe-me.

O SR. ROBSON TUMA – Assustado por quê? Algum de nós tem cara de bicho?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, muito pelo contrário.

O SR. ROBSON TUMA – Por que será que a quantidade de informações que temos em relação às acusações que foram feitas contra o senhor.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Fiquei assustado desde a outra pela quantidade de coisas inverídicas que foram faladas a meu respeito que eu...

O SR. ROBSON TUMA – Será que não seria uma oportunidade, pois existem acusações.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Até poderia ser, mas receio que apareçam coisas mais inverídicas.

O SR. ROBSON TUMA – Por exemplo, naquilo em que aparecerem documentos. Existem documentos, ligações...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eles vão me incriminar por alguma coisa que não vou dizer. Quero manter minha posição assim mesmo.

O SR. ROBSON TUMA – Se existe uma acusação e...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei.

O SR. OSCAR ANDRADE – Farei um apelo mais uma vez, creio que é desnecessário: quando o Presidente Romeu Tuma estava presidindo te ofereceu inclusive a condição de fazer uma audiência a portas fechadas para te dar essa condição. Ainda é possível, você não falar está ficando muito pior para você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Quero deixar, então, clara a minha posição e quero deixar aberta a possibilidade – não estou fechando a possibilidade, Relator – de fazer de uma maneira diferente. Não estou marcando e não estou prevendo isso. Não estou simplesmente fechando essa possibilidade de fazer isso, com mais calma para mim, não mais calma para vocês, mais calma para mim. Estou num momento difícil não só pela posição em que me encontro hoje, que é difícil. É um momento difícil para a minha família, um momento difícil da minha vida. Sinto-me um tanto quanto acuado, é muito em cima, muito próximo. Eu gostaria que me desculpasse...

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem direito, William, presta atenção. O que estamos pedindo a você é exatamente, sem tirar nenhuma condição sua de se defender.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu compreendi, Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Acho que está desleigante, você está desrespeitando e infringindo uma lei. Isso pode ser pior para você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não estou. Por isso estou pedindo desculpas. Não quero desrespeitar...

O SR. OSCAR ANDRADE – Se, de repente, num dos questionamentos, você disser “isso pode me incriminar, vou me reservar o direito de ficar calado”, é muito melhor. Não vai incriminá-lo, você vai nos ajudar. Você vai estar colaborando com a CPI, e isso é importante para você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu vou colaborar com a CPI, mas não agora. Eu quero deixar em aberto essa...

O SR. OSCAR ANDRADE – Quando você vai colaborar?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Já falei que não tenho...

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Concedo a palavra ao Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Existem vários documentos que comprovam, algumas acusações que pesam contra o Sr. William Sozza. Neste momento, mesmo que ele fique calado, porque sua resposta poderá incriminá-lo, estaríamos abrindo provas que confirmam acusações contra o Sr. William Sozza. Porém, a oportunidade para que o mesmo fale a esta Comissão é esta. Não poderíamos dar a ele a oportunidade de, após colher todas as informações, voltar aqui para que obviamente junto com os seus advogados possa montar a história dentro daquilo que lhe está sendo apresentado. Portanto, a oportunidade de ele dizer, como ele fez com Viotti, não quis responder. Demonstrei um cheque que ele fez para o Sr. Antônio Carlos Viotti. Ele disse que o indivíduo foi gerente da sua loja. Portanto, ele teve a oportunidade de esclarecer que aquela prova material de sua ligação com alguém que também era acusado de crimes de roubo de cargas podia não ser uma prova da ligação dele com um criminoso mas sim um simples cheque de pagamento a um funcionário, o que não significaria o seu envolvimento com o crime. Portanto, estaremos apresentando nas perguntas os documentos comprobatórios que, na medida que ele achar necessário e que não o auto-incrimine, terá neste momento a oportunidade de esclarecimento. Caso contrário, gostaria eu que o Relator as obtivesse como provas materiais confirmadas pela CPI do Narcotráfico e pelo depoimento do Sr. William Sozza baseado nos termos da lei que rege as comissões de inquérito desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado, a Presidência se coaduna com o mesmo pensamento de V. Ex^a. Se quiser colocar em votação, mas determino também que esta é a oportunidade única que se dá ao Sr. William Sozza....

O SR. ROBSON TUMA – A não ser que a posteriori venha a aceitar o Programa de Proteção à Testemunha ou esta CPI com fatos novos o reconvocar. Portanto, nesses fatos, obviamente, ficará tranqüilamente sendo colocado no relatório do Sr. Relator, de que são provas materiais que não foram contestadas em sua defesa neste momento. A não ser que, no futuro, o Sr. William Sozza venha a participar do Programa de Proteção à Testemunha e obviamente nos revele tudo o que sabe a respeito de tudo o que está sendo dito.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Deputado, ao final dos questionamentos de V. Ex^a, vou colocar em votação o encaminhamento que faremos à Polícia Federal para enquadrar o depoente no art. 342, que prevê a reclusão de um a três anos, o que certamente vai agravar a punição dele.

Concedo a palavra ao relator, Deputado Oscar Andrade, para continuar.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, qual é o seu relacionamento com os Delegados Pedro e Danilo, da Polícia Civil de Campinas? Conhece-os?

(Pausa.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está desdenhando do senhor, Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Estou achando que o problema é comigo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Penso que é com o senhor. Ele está desdenhando do senhor, porque, quando eu perguntei...

O SR. OSCAR ANDRADE – Com o Deputado Robson Tuma e com V. Ex^a, ele fala.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando o Deputado Robson Tuma perguntou, ele respondeu.

O SR. OSCAR ANDRADE – É pessoal.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quando eu perguntei do Viotti, ele respondeu, inclusive, que era seu gerente, mas quando V. Ex^a pergunta, ele...

O SR. OSCAR ANDRADE – William, penso que é pessoal. O que está acontecendo?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Será que estou sendo bravo ou alguma coisa que o está incomodando? As perguntas são as mesmas dos Deputados.

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Então, vamos para alguma coisa mais leve. Qual é o seu ramo de negócios, William? Penso que não há absolutamente nada que possa incriminá-lo.

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o seu ramo de negócios? É transportador? Comerciante? De remédios? De cigarro?

O SR. ROBSON TUMA – Ele balançou com a cabeça o sinal de negativa. Portanto, eu gostaria que se constasse a resposta negativa. Não é comerciante e não possui nenhum tipo de ramo no sentido que V. Ex^a o perguntou, porque, assim poderia, obviamente, esta CPI, apresentando provas de que pertence qualquer uma empresa principalmente em relação as que V. Ex^a perguntou, no sentido de que...

O SR. OSCAR ANDRADE – William, qual é o seu relacionamento com a Morifarma, com a Abifarma e com a distribuidora Souza Cruz?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é José Vicente Soares?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Pode incriminá-lo reconhecer essa pessoa? Quem é Xixito?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é Vander Dorneles, da Bahia? Zé Wilson, da Paraíba? William, não conhece nenhuma dessas pessoas?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Conheceu os ex-Deputados José Geraldo e Hildebrando Pascoal?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Conhece Fernandinho Beira-Mar?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – E os juízes José Ribamar e José Riller Júnior, do Maranhão?

(Pausa.)

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, encerrei minhas perguntas. Penso que o William não quer cooperar com a CPI, muito especialmente como relator. V. Ex^a pode dar prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O próximo Deputado inscrito é o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – William, você teve uma BMW?

(Pausa.)

O SR. ROBSON TUMA – Claro, não responderá, pois isso o auto-incrimina.

Foi preso com um carro BMW, no 4º Distrito Policial de Campinas, onde a escrivã-chefe era a Sr^a Nara, esposa amasiada, não sei qual a qualificação jurídica perfeita para tal fato, porém vivem juntos conjugalmente, não sei em que forma jurídica isso. Naquele primeiro momento, Sr. Artur Eugênio Mathias era seu advogado. Certo? Não o responderá, porque o incrimina, fatos esses oficiais.

Naquele momento, foi feita uma busca e apreensão no apartamento alugado pelo senhor da empresa Ideal Assessoria Imobiliária LTDA. O senhor já era um foragido, um fugitivo da Justiça. Entre aqueles documentos que foram encontrados, caídos atrás de uma bancada – se me permite, Sr. Presidente, levar os documentos até ele...

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não.

O SR. ROBSON TUMA – São documentos de carteira de identidade, CICs e carteira de habilitação, que eu quero, Sr. Presidente, mostrar ao Sr. William Sozza, para que, amanhã, não diga que a ele não foram demonstrados os documentos. Cópias fiéis dos autos que existem, hoje, na polícia. Documentos do Sr. William Walter Sozza, o próprio. Documentos da Sr^a Anelise Marcaretti Kleick, carteira de identidade. Documentos de Marco Aurélio Sozza e Ioná Maria Andrade da Silva.

Eu pediria que a TV da Casa ficasse sempre filmando, mostrando o que está sendo mostrado realmente.

Fernando Antônio da Silva Filho, carteira de identidade, CIC e carteira de habilitação. João Cristóvam da Silva, dois CICs; carteira de identidade do Estado do Rio de Janeiro, cédula de identidade do Estado de São Paulo. São três do Estado de São Paulo e uma do Estado do Rio de Janeiro, em branco. Mais uma identidade de São Paulo em branco. Várias carteiras de habilitação em branco. (Pausa.)

Um cheque da Bacana Comércio Atacadista Limitada, encaminhado à Ideal, que alugava o imóvel do Sr. William Sosa, junto com os recibos de pagamento do referido aluguel do apartamento. O cheque e os recibos. (Pausa.)

Sr. Presidente, trata-se de documentos em branco e quando digo em branco faço a ressalva: em branco, a quem pertenceriam? Pois a autoridade responsável já havia firmado a sua assinatura. (Pausa.)

Ataíde José da Silva, CIC; Jorge Xavier da Silva, CIC e uma identidade do Estado do Rio de Janeiro. (Pausa.)

Sr. Presidente, José Xavier da Silva, indivíduo o qual mostrei documentos que foram apreendidos na residência do Sr. William Sozza – Secretaria do Estado dos Negócios da Segurança Pública, Polícia Civil do Estado de São Paulo. José Xavier da Silva.

Pessoas desaparecidas encontradas – DHPP, Departamento de Homicídio da Polícia – Secretaria de Segurança Pública.

Consultas de registro: encontrado morto, data: 13 de fevereiro de 1998, no Campo Limpo, Região do 92º Distrito Policial de São Paulo.

Bráulio Pereira de Souza – documento que também apresento. (Pausa.)

Ada Robert de Lima Cândido: Carteira de Identidade (documento do Estado de São Paulo); RG e CIC. Carteira de Habilitação, Identidade e CIC.

Desculpe, Sr. Presidente, eu vou usar o tempo bem mais do que o normal, mas são provas que vão ser usadas pelo Sr. Relator, e como ele não está respondendo é importante até como comprovação de que a resposta poderia incriminá-lo. Por isso o motivo do seu silêncio, pois acredito que tenha que apresentar esse e outros documentos. (Pausa.)

Ailton do Carmo Batista, carteira de identidade.

É importante dizer, Sr. Presidente, que esses documentos apresentados nos nomes desses indivíduos, muitos deles mortos há algum tempo, não se tem a confirmação de que a fotografia do documento é do indivíduo morto, o que poderia, obviamente, fazer com que achássemos os documentos em branco ou poderiam estar sendo criadas pessoas para aberturas de contas bancárias, enfim, ter uma vida absolutamente independente, uma vida absolutamente tranqüila, como se fosse, inclusive, um homônimo daquele que falecera, para que pudesse a quadrilha ter o seu caminho livre.

Urandi Luís Torres. (Pausa)

Pedro Tavares, carteira de identidade.

Nelson Biral Brandão, carteira de identidade e CIC.

Antônio Henrique Pavã.

E vou mostrar, também, Sr. Presidente, alguns CICs em branco e uma gama de fotografias que poderiam estar sendo usadas para a montagem desses documentos.

As fotografias.

Olhe aqui, para ver que mostrei.

Os CICs em branco.

O auto de apreensão.

Sr. Presidente, diante desses documentos apresentados, a pergunta que faço ao Sr. William Sozza, documentos esses que demonstram a sua ligação com a empresa Bacana, que veremos logo a seguir, e com documentos em branco encontrados na sua residência, além de documentos, em tese, considerados montados, que foram também encontrados na sua residência. Em tese considerados montados, porque alguns indivíduos eram pessoas que já haviam morrido ou desaparecidos.

Portanto, a pergunta que faço ao Sr. William Sozza: Sr. William Sozza, por que esses documentos foram encontrados na sua residência? Essa é a primeira pergunta.

Segunda pergunta: por que a empresa Bacana pagava o aluguel do apartamento em que o senhor morava?

Deixando bem claro que a sua não é declaração...

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor é casado? Tem filhos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Sou casado e tenho um filho de dez anos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Onde eles moram?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Moram em Campinas.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Presidente determinou seu indiciamento no art. 342, conforme foi explicado. De público, eu gostaria de lhe fazer o último apelo para que possamos evitar esse indiciamento. Se pelo menos houvesse alguma colaboração da parte de V. S^a, iríamos entender que algumas perguntas não respondidas são perfeitamente factíveis de entendimento. Mas, todas dessa forma, é realmente impossível de a CPI admitir e temos de considerar que há uma infração grave quanto à CPI.

Você vai continuar dessa forma?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Sintomuito.

O SR. ROBSON TUMA – Posso continuar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Pois não, Sr. Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – William Sozza, este cheque do Unibanco pertence ao senhor e foi feito para o Sr. Antonio Carlos Viotti, que, como o senhor disse, era gerente da sua empresa. O senhor poderia explicar por que fez um cheque nominal ao Sr. Antônio Carlos Viotti já que ele era funcionário da sua empresa?

Este é o cheque do Unibanco que pertence ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. William Sozza, o senhor confirma?

O SR. ROBSON TUMA – É uma chance de, inclusive, explicar o por que das suas transações financeiras. (Pausa.)

Também, Sr. Presidente, estarei mostrando vários cheques, de várias contas movimentadas no Unibanco, Personalité, Banco Francês Brasileiro (BFB), enfim, cheques de várias contas nominais ao Sr. Eduardo José Sozza.

O Sr. Eduardo Sozza é seu irmão, certo? Ele era seu sócio em alguma empresa? Se afirmativa a resposta, quais as empresas? Se negativa, por que havia tantos cheques em vários valores: R\$4.872, R\$2.000, R\$11.000, R\$5.031? Enfim, como vários

cheques foram dados a ele, se o senhor se considera uma pessoa que não é rica?

(Pausa.)

Vou apresentar vários cheques assinados pelo Sr. Willian Sozza ao Sr. Artur Eugênio Mathias*.

(Pausa.)

Primeira pergunta: o Sr. Artur Eugênio Mathias era seu sócio em alguma empresa? Qual a relação comercial que V. S^a tinha com ele? Se afirmativa, quais eram essas relações comerciais? Se negativa, por que tantos cheques: R\$5.800, R\$2.500, R\$2.000, R\$5.000, R\$2.000, R\$2.000, R\$3.200? Enfim, vários cheques, também de outros valores, foram dados a ele.

Sr. Willian Sozza, ao não responder às perguntas, lembre-se de que isso poderá incriminá-lo. Os motivos são os próprios cheques.

(Pausa.)

Quem é o Sr. Luís Henrique Lemos? Há uma gama grande de cheques de quase todas as empresas e de pessoas citadas e envolvidas, até mesmo cheques pessoais do Sr. Willian Walder Sozza, que novamente lhe mostro.

(Pausa.)

Quem é o Sr. Luís Henrique Lemos? Por que cheques eram dados a ele? Há alguma participação dele junto com V. S^a em alguma empresa? Existia alguma relação de negócios? Se afirmativa, qual era a relação e por que cheques pessoais eram dados a ele?

(Pausa.)

Qual a sua relação comercial com o Sr. Geraldo da Silva Bordini? Se havia tais relações, quais eram? Se não, por que cheques eram passados para tal pessoa?

Sr. Presidente, lembrando que, quando a Polícia de São Paulo prendeu o Sr. William Sozza, ele também se encontrava com documentos falsos, que não eram dele, os quais haviam sido roubados de um sujeito em uma outra cidade do interior. Esse fato é importante.

Sr. William Sozza, por que mantinha várias ligações, contatos telefônicos com casas de câmbio como Escobar Turismo e Viagens? Por que o senhor mantinha contatos telefônicos, por exemplo, com o Sr. Carlos Eduardo Valdir, preso procurado hoje por roubo de cargas? Por que o senhor mantinha várias ligações com esse indivíduo? Por que os senhores mantinham ligação com o Sr. Ed Vanger Generoso – citado em outros casos, inclusive no de PC Farias – conheci-

do doleiro? Por que o senhor mantinha várias ligações com o Sr. Antonio Roberto Rodrigues e com o Sr. Anselmo Lopes Mirabaia? Por que seus familiares mantinham ligações telefônicas com policiais, já que o senhor disse em depoimento à Polícia do Maranhão que nunca teve contato e não conhecia nenhum policial? Por que então, entre outros, mantinha ligações telefônicas com o investigador de polícia de nome Régis?

Sr. Presidente, serei rápido, porque precisamos de mais algumas dados a fim de que, num futuro breve, possamos ouvir os outros envolvidos.

O Sr. Geraldo da Silva Bordini Júnior, o senhor conhece? Não responde? Motivo: claro que sua afirmativa poderia incriminá-lo.

O Sr. Geraldo da Silva Bordini Júnior nos prestou depoimento na CPI do Narcotráfico. Passo a ler seu depoimento:

Deputado Robson Tuma: “vinha eu perguntando sobre alguns nomes. O senhor conhece o Sr. Antônio Roberto Rodrigues, Marco Antônio Rodrigues?” Cláudio Viotti vinha respondendo.

– O Sr. conhece Carlos Eduardo Valdir?

Não, senhor”.

O Sr. conhece Antônio Carlos Viotti?”

Conheço”.

Quem é?

Trabalhei com ele doze anos na CPFL.

Bordini também trabalhou com o Sr. William Sozza, Viotti também. Por que motivo?

Ora, sempre foram todos ligados. Claro.

Fala aqui da droga glicério que V. Ex.^a perguntou, nobre Relator. Quando estava sendo perguntado a ele a respeito de um carro Mercedes, ele dizia que tinha sido esse carro passado para seu nome. Aí começo a ler o depoimento.

Deputado Robson Tuma: “O que o senhor quer dizer com isso “passou pelo meu nome”?”

O Sr. Geraldo da Silva Bordini: “foi... é... foi... foi...”

Essas interrupções são por que ele tem um pouco de problema de dicção.

Mencionado em Campinas sobre carros: “eu mexia com carros, eu vendi carros para o Sr. William, é isso?”

Deputado Robson Tuma: O senhor vendia, Geraldo da Silva Bordini, algum carro pro Sr. William? Qual é o relacionamento de Régis com o Sr. William?

– Desconheço.

Deputado Moroni Torgan pergunta: Como? Tu não tava com o carro, tu não trabalhava com o William?

— Sim, senhor.

Não quer dizer que aqui está a afirmativa de que Geraldo Bordini trabalhava com William Sozza.

E sigo em frente: Geraldo Bordini era considerado o laranja da empresa Paradise, que era a boate onde se guardavam as cargas, segundo Jorge Méres, onde se dava o encontro entre eles, onde se mantinha. Além desse fato, era um dos lugares onde eles se reuniram, onde se reunia a quadrilha e também era o local onde os policiais citados freqüentavam.

Sr. Geraldo Bordini continua, dizendo: “teria mencionado num depoimento em Campinas que eu cuidava dos veículos que o Sr. William vendia”.

Então, o Deputado Magno Malta: “Então ele colocou esse carro em seu nome sem que você soubesse?”

“Positivamente, senhor, é”, afirmava então Geraldo da Silva Bordini Júnior. “Os senhores entenderão logo à frente o porquê me refiro a esse carro específico, carro Mercedes-Benz”.

O Sr. Presidente e Deputado Magno Malta então falava: “E ele tinha seus documentos, o William?”

Geraldo da Silva Bordini: “Com certeza, senhor”.

Deputado Magno Malta: “Então, o seguinte: a tua dedução então é que ele comprou, usou o teu nome, seus documentos. É isto?”

Em Campinas, eu mencionei “eu fui usado”, “você estão, acho que até, saturados de saber disso”, dizia então Geraldo da Silva Bordini Júnior. Continuo mais à frente e, vou chegar lá, o Deputado Magno Malta volta a perguntar:

“Eu estou lhe perguntando e não sei de nada. Nunca convivi com ele”

“Quem pegou os seus documentos?”

Geraldo da Silva Bordini Júnior responde: “William”.

Deputado Magno Malta: “William foi quem pegou os teus documentos e fraudou-os?”

Geraldo da Silva Bordini Júnior: “Tudo indica que sim, né, senhor?”

Continuam. Presidente: “sim, responde minha pergunta”.

O Sr. Geraldo da Silva Bordini Júnior responde: “absolutamente sim, senhor”.

O Presidente: “então, ele fraudou, usou?”

Geraldo da Silva Bordini responde: “Fraudou, usou, extrapolou, usurpou, não sei qual a palavra”.

Este carro, falo ali na frente, foi um carro comprado, Mercedes-Benz, como afirma o Sr. Bordini que, após o seu depoimento à CPI, sumiu. Tentamos reencontrá-lo e não conseguimos.

Espero que esta CPI consiga ouvir o seu depoimento e peço que V. Ex.^a coloque em votação imediatamente após essa oitiva.

Este carro passa para o nome de Bordini, comprado pelo Sr. William como próprio. Bordini afirma posteriormente “passa a ser de propriedade do pai do Sr. Artur Eugênio, passa de propriedade do pai do senhor — estou procurando o nome do pai do Sr. Artur Eugênio.

Posteriormente, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, este carro passa a ser de propriedade de uma moça que recebia cerca de seiscentos a setecentos reais de salário, se não menos, que também tinha uma propriedade alugada pelo mesmo indivíduo que era o namorado de uma referida senhora ou senhora que era um policial de nome Régis.

O Sr. William Sozza afirmou no depoimento para a polícia do Maranhão que nunca tinha conhecido nenhum policial, o que demonstra mais um fato comprovatório e o depoimento do Sr. Geraldo Bordini, que continuo, é mais um, não sendo somente Jorge Méres como afirma, em seus depoimentos e suas declarações, que deu à imprensa, dá constantemente à imprensa, mas se nega a dar a esta Comissão. Porquê? Porque quando se fala à imprensa, talvez, não o incrimine, mas, nesta Comissão, obviamente suas respostas afirmativas ou negativas poderiam incriminá-lo. Portanto, lá, falas abertamente e com tranqüilidade, sejam fatos verdadeiros ou mentirosos; mas, nesta Comissão, calas com medo da auto-incriminação.

Estou encerrando, Sr. Presidente.

— Agora, Geraldo, há outro detalhe: foi presa também uma “van” Mercedes-Benz; ti lembras disso? — dizia o Deputado Moroni Torgan* a Geraldo Bordini.

— Sim, senhor — responde Geraldo Bordini.

— Com cigarro roubado dentro.

— Fiquei sabendo quando os policiais chegaram em minha residência — diz Geraldo Bordini.

— E essa “van” estava no teu nome também? — continuava o Deputado Moroni.

— Sim, senhor — responde Geraldo Bordini.

— Você conhecia o Branco? — pergunta o Deputado Robson Tuma.

— Não, senhor.

— Jorge Méres disse, entre outras coisas que vinhadizendo o Deputado Moroni, que eles roubavam a carga de cigarro, vendiam cargas de cigarros e coisa parecida. E está exatamente nisso. Quer dizer, um carro que estava no teu nome foi pego com carga roubada de cigarros, que era uma das atividades do Willian. Foi Willian quem pediu para botar no teu nome essa “van” Mercedes-Benz também?

— Por favor, a hora em que fiquei sabendo que o carro não existia, já estava no meu nome – vinha novamente o depoimento de Geraldo Bordini, em resposta ao Deputado Moroni. (Vejam a expressão “o carro não existia” – essa é a transcrição taquigráfica).

— E quem é que botou? – dizia o Deputado Pompeu.

— O Sr. Willian, pôxa vida! – diz Geraldo Bordini.

— Willian que botou?

Quando o veículo foi preso, nesse momento já se falava da restituição, da aquisição do veículo que tinha sido preso.

— A restituição do veículo foi isso. Essa restituição, pura e simplesmente, foi feita no pátio da... do... – afirma Geraldo Bordini.

— Quem é que pediu?

— Dudu, Ciretran – diz Geraldo Bordini.

— Quem é que pediu a restituição?

— O Sr. Willian pediu – responde Geraldo Bordini.

Ora, por que o Sr. Willian Sozza pediria a reposição – não sei como é a palavra juridicamente perfeita -, a devolução para ele, já que não era ele o dono daquela “van” Mercedes apreendida com carga de cigarros roubados? Salvo engano, era o mesmo inquérito do Sr. Carlos Eduardo Valdir, no qual Willian Sozza mantém ligações.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres membros da Comissão, percebe-se a tranqüila relação entre Willian Sozza e várias pessoas indicadas e acusadas.

Volto ao assunto, Deputado Robson Tuma, e peço um pouquinho de paciência, porque agora se discutiu um dos fatos que nós, da Sub-Relatoria, descobrimos, que foi incluído surpresa para o senhor. Viemos falando... Vou contar um pouquinho da história da Mercedes – só para terminar –, porque comprovamos o que o senhor acabou de confirmar. A Mercedes do Régis, policial civil, que estava em nome da sua esposa e cuja placa é ADM – 0003, se não me engano, pertencia ao Sr. Dagoberto Bueno de Miranda,

dono da droga Glicério; que V. Ex^a perguntava e que ele não respondeu. Ora, por que não responderia? Respostas que auto-incriminam não precisam ser feitas. Ele vendeu para o Sr. Geraldo Bordini, que vendeu para o Sr. Aníbal Matias, pai do Sr. Artur Matias, que vendeu para a noiva do policial Régis.

A outra pergunta que faço ao senhor é a seguinte: “o senhor disse que trabalhou junto com uma das pessoas, que perguntei na CPMF, certo?” “Sim, senhor.” “É o Viotti?” “Sim, senhor.” Então, também existia relação com o Sr. Viotti. Já mais para a frente a Deputada Laura Carneiro perguntava: “Você conhece o alemão?” “Quem é o alemão?” O Sr. Geraldo (da Silva) Bordini (Júnior), pergunta: “Alemão?” Ela: “É; Alemão.” Insiste: “Como é que é o Viotti? Descreve Antônio Carlos para mim. Você falou que conhecia.” O Sr. Bordini: “Magro, alto, não era moreno. Moreno como eu.” E aí vai por diante, como uma comprovação de que também tinha relações com o Sr. Viotti.

Mais na frente, o Sr. Bordini fala à Deputada Alcione Athayde: “Senhora, foi o que eu disse em Campinas. Olha, tem esse documento aqui. Se trata de uma boate.” Agora, vamos entrar no caso da boate. Falamos da referida Mercedes, que foi parar, final destino, com a namorada de um policial. Depois, falamos de uma van apreendida com carga de cigarro roubado. E, agora, vamos à boate. “Senhora, foi o que eu disse em Campinas”, dizia Geraldo Bordini à Deputada Alcione Athayde. “Olha, tem que esse documento aqui se trata de uma boate funcionando pelo Sr. William (Sozza). Sou casado, sou cristão... sou isso, sou aquilo, aquele outro minha esposa não pode saber. A minha esposa não pode saber.” Eu falei: “se a sua não pode saber, muito menos a minha”, dizia Geraldo Bordini à William Sozza, relatando uma conversa que teve com William Sozza. “Você está aqui trabalhando; eu estou te pagando. Você vai me prestar um favor com relação a isso. Tem algum problema?” Geraldo Bordini, depois de uma interrupção, continuava: “Tem. Tem problema sim.” Depois de nova interrupção, Bordini continuava: “Você não vai prestar esse favor para mim de assumir isso?” E, no final, o Sr. Geraldo Bordini continua, porque houve uma interrupção inaudível: “Sr. Malta.” No final, o Presidente Magno Malta: “Podem terminar, podem terminar. Nós estamos todos ouvindo.” Bordini continua então: “Os senhores vão dizer que eu sou demagogo ou isso ou aquilo outro.” O Deputado Magno Malta, Presidente: “Ninguém está dizendo nada.” Bordini continua então: “Olha, precisava trabalhar, sabe. Precisava dar continuidade na minha vida. Sou casado, tenho dois filhos. Você

tem conhecimento disso mais que ninguém. E eu subentendi isso como um favor. “Senhores, se eu soubesse que, quando eu o conheci” – uma interrupção e continua Bordini: “Senhores, quando eu conheci essa pessoa – falando de William Sozza -, se eu soubesse que isso iria, que isso era o que está, o que vocês estão colocando para mim, eu jamais, jamais, pelo amor Deus!, jamais, jamais, eu me restaria a ser, é – continua – conivente ou, como vocês estão intitulando, sócio cobaia. Fui cobaia, fui usado. Vocês dizem que não fui. Fui totalmente ingênuo. Depois de coisa pronta, como é que eu – continua após –, não, eu não, eu não” – declara, porque tinha problema de dicção. O que demonstra, então, que Geraldo Bordini confirmou que a empresa Paradise era do Sr. William Sozza.

Pergunto, então, ao Sr. William Sozza: “O que tem a dizer desses fatos que acabei de relatar?”

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – (Pausa)

O SR. ROBSON TUMA – Se não quer falar porque se incrimina com esses fatos, é um direito que tem.

Sr. Presidente, poderia eu continuar aqui por horas colocando um ou outro prelo que também fala do Sr. William, perguntando ao Sr. William qual sua relação com o Sr. Beto Zini; por que o Sr. William, Beto Zini, Artur Eugênio, todos pertenciam ao mesmo partido político. Poderia eu perguntar aqui ao Sr. William Sozza, Sr. Presidente, por que tinha com ele e familiares várias das empresas aqui relacionadas que não tinham em sua composição societária o nome do Sr. William Sozza, mas, sim, ligações telefônicas, ligações bancárias, através de transações de cheques com ele? Por que existiam esses fatores? E aqui existem os documentos comprobatórios desses fatos.

Mas, esses fatos, Sr. Presidente e Sr. Relator, estão aqui comprovados, documentados pela CPI do Narcotráfico, na qual, junto com o Deputado Pompeu, neste caso, fomos sub-relatores, junto com o Deputado Moroni Torgan, Relator da referida Comissão.

Poderíamos ficar aqui horas e horas mostrando documentos que comprovam a ligação do Sr. William Sozza, que, em todos os momentos, inclusive em entrevistas, colocou claramente que só existia um único depoimento contra a sua pessoa, ligando-o e acusando-o ao crime organizado, que era o Sr. Jorge Méres.

Não obstante, se não todas, quase todas as colocações do Sr. Jorge Méres foram comprovadas na Comissão. Mais do que isso, documentos comprovam a ligação de William Sozza com o crime organizado, além de outros depoimentos que citei neste momento.

Portanto, Sr. Presidente, falo e faço a última pergunta ao Sr. William Sozza: O senhor já viu, ou viu, leu vários documentos, depoimentos que comprovam a sua ligação com o crime organizado. O senhor gostaria que transformássemos esta reunião em uma reunião reservada? O senhor gostaria de entrar no programa de proteção à testemunha e fazer um acordo com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito de Roubo de Cargas, para que pudesse, obviamente, contar-nos todos os relatos referentes a essas pessoas e a esses casos que ora citei ou prefere continuar se calando perante esta Comissão, numa demonstração de que suas respostas o incriminam e que poderão levá-lo a uma condenação judicial? (Pausa.)

Insisto na pergunta: o senhor quer que transformemos esta reunião numa reunião reservada?

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. William Sozza, responda “sim” ou “não”.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – No seu depoimento à CPI que investigava o narcotráfico, o senhor dizia que, quando a reunião se transformou em reservada, os Parlamentares não queriam perguntar. Queremos, sim! E estamos lhe dando a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – O senhor deseja a inclusão do seu nome na lista de proteção a testemunhas? Sim ou não?

O SR. ROBSON TUMA – Ele tem que responder a V. Ex^a, Sr. Presidente, senão será desacato.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Sr. William Sozza, “sim” ou “não”?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, agradeço o tempo que me foi concedido.

O SR. PRESIDENTE (Mário Negromonte) – Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, na verdade, fazer questionamentos ao Sr. William Walder de Sozza de nada vai adiantar, porque o que vamos perguntar vamos perguntar para nós mesmos. E, conseqüentemente, não havendo a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado Pompeo de Mattos, na formação da prova, quando a pessoa não quer responder, em tese, está aceitando o que é colocado em seu desfavor. Não é obrigado a depor contra ele. Estamos respeitando-o. No entan-

to, provavelmente, a condução das perguntas fará o trabalho de convencimento ao Ministério Público.

Colocarei em votação o requerimento do Deputado Mário Negromonte, para que se encaminhe imediatamente a ata desta reunião ao Ministério Público, para que se dê início à ação penal.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Congressistas que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, vamos perguntar ao Sr. William Sozza e não vamos ter a resposta. Então, vamos perguntar para nós mesmos. A pergunta endereçada ao William farei a mim mesmo. E, quando o William tomar conhecimento e quiser responder, poderá fazê-lo. No entanto, quando tomar conhecimento e não responder, daremos a resposta que temos sobre a pergunta que formulamos. Se ele achar que a nossa resposta não é correta, poderá contrapor, poderá nos interpelar sobre a nossa resposta. O que não podemos é ficar aqui fazendo perguntas sem respostas, até porque aí fora passa-se a impressão de que não há absolutamente nada que pese contra William Sozza, que tudo não passa de conversa, de fofoca política.

Quando a CPI chamou William Sozza para ser ouvido, interpelado pela CPI e questionado sobre o que dizia Jorge Méres, quando fizemos a seguinte afirmação: “que tu ajudastes o Jorge Méres a carregar cargas roubadas e que essas cargas foram levadas para a Bolívia para trocar por drogas. O William disse que o Jorge Méres estava mentindo e não sei qual político você quer acobertar com essas acusações absurdas. Ou seja, ele sugeria que o Jorge Méres estava, com aquelas afirmações, querendo acobertar algum político. Então, muito claramente, o Jorge Méres afirmou, e a CPI está convencida disso, até porque em cima daquela afirmação está claro que ele comanda, e o Jorge Méres diz isso, a metade da Polícia de Campinas, ele com pra todo mundo lá em Campinas; e que lá em Campinas havia quatro depósitos onde o Jorge Méres e o William descarregavam mercadorias, aliás, depósitos que já foram identificados pela CPI.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V. Ex^a me trouxesse aqui e quero mostrar ao William Sozza, me permita, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, se aproxime. (Pausa.)

Use o microfone dele mesmo aí.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero mostrar ao William se ele conhece esses locais, se ele consegue definir esses locais.

O senhor conhece? (Pausa.)

Campinas, São Paulo, Solar das Andorinhas, vista do primeiro portal da Chácara Tulipa, à rua 12, lotes 1 e 17, quadra L, Jardim Monte Belo II, que pertencia a William Sozza.

O senhor conhece? (Pausa.)

Não conhece? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Diz desconhecer. A sua resposta é que não conhece?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não conhece?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os endereços estão todos na primeira folha.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, tenho todos eles aqui, Sr. Presidente, só não quero repetir o mesmo endereço.

Essa é da foto nº1. Fotos nºs 1 e 2 são do mesmo endereço.

Foto nº 3: Campinas, Solar das Andorinhas, vista lateral dos portais da Chácara Tulipa, rua 12, lotes 1 e 17, quadra L, Jardim Monte Belo II.

O senhor conhece?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor, vou só lhe dar um alerta, a título de seu interesse.

Doutor, ele pode se recusar a falar, mas não pode mentir, mentir perante a CPI é crime. Ele está dizendo que não conhece. Ele deu resposta, não se recusou a responder. Ele está respondendo que não conhece.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estou mostrando a foto 1.

O senhor não conhece a foto 1? (Pausa.)

Foto 1, foto 2, foto 3, foto 4, foto 5, foto 6, todas dando o endereço.

E a foto 7: Mogi-Mirim, São Paulo, vista frontal da residência à avenida Brasília, 484, que pertence a Eduardo Sozza.

O senhor conhece? (Pausa.)

Mogi-Mirim, vista lateral da mesma residência.

Mogi-Mirim, portão da casa, à rua São Miguel, 72, esquina com a rua Alberto Ferreira Nobre, que te-

ria pertencido a William Sozza; ao fundo, antena parabólica.

O senhor conhece? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você desconhece ou não quer responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não quer responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você não quer responder, provavelmente porque essa você reconheceu.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Número 8, fotos nº 9, foto nº 10, foto nº 11.

Foto nº 12: Limeira, São Paulo, portão principal e porta de acesso a galpão da rua Duque de Caxias, 38, esquina com a rua Capitão Bernardes Silva. Está aqui a foto 12, a foto 13, a foto 14 e a foto 15, que mostram o mesmo endereço.

O senhor reconhece esse galpão, o senhor reconhece esse depósito? (Pausa.)

Não quer responder?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não quer responder? É isso, então diz que não quer responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foto 16, São Pedro, São Paulo, Caminhão Baú, Placas BXZ 4535, São Paulo, que pertenceria a Tiezinho. Foto 17, São Pedro, estabelecimento comercial com a designação Machado Vendas, tendo à frente de veículo placa BXZ 4535. O senhor conhece?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor já ouviu falar desse??

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ainda há a foto 18: São Pedro, residência e terreno à rua 23, bairro Nova São Pedro, loteamento Colinas de São Pedro. O senhor reconhece?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Continuo do mesmo jeito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não quer responder.

Foto 19: Piracicaba, São Paulo, fazenda situada na estrada Rio das Pedras, em Piracicaba, altura do km 42, vendo-se o portão principal à esquerda e ainda vista da sede da fazenda localizada na estrada Rio das Pedras, Piracicaba, altura do km 42, o senhor reconhece? (Pausa) Não quer responder.

A mesma coisa com as fotos nº 21 e nº 22. Faço questão, Sr. Presidente, de mostrar essas fotos exata-

mente porque foram os depósitos localizados pelo Jorge Méres onde ele entregava as cargas roubadas a mando do Sr. William Walder Sozza.

Quero seguir, Sr. Presidente, na mesma linha. William Walder Sozza negou ser empresário, afirmou que não é empresário, mas é bom descrevermos claramente que William Walder Sozza é um empresário, dono da Dog Center e dono da Distribuidora Bacana. Então, naturalmente, é um comerciante, além de ter sua atividade de comércio de veículos, que ele até já havia abandonado. Ele diz, no depoimento que deu no Maranhão, que não conhece policiais de São Paulo, não tem nada a ver com nenhum policial de Campinas, mas, na quebra de sigilo bancário e telefônico, há verificações, há documentos que provem, não mostraremos um a um, porque depois remeteremos, por meio do relatório, ao Ministério Público e, consequentemente à Justiça, várias ligações com os policiais Régis Xavier de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunte se ele conhece os policiais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor conhece os policiais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale ao microfone que não quer responder.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele respondeu no Maranhão na frente do juiz.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que ele conheceu?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que ele não conhece. Mas ele recebeu vários telefonemas. Há movimentação financeira entre a conta de um e de outro e, inclusive, com o policial Roberto de Arruda Penteado, já falecido, que recebia bastante dinheiro do William por meio da empresa Velo Som, que era de propriedade do Roberto Penteado. A mesma coisa ele diz com relação a Artur Eugênio, que é seu amigo, que é seu advogado, mas que com ele não tem negócio. O Artur Eugênio e ele, com alguns policiais, montaram todo o esquema do roubo de carga, da quadrilha do narcotráfico, enfim, da estrutura do crime organizado em Campinas e junto com eles estão Carlos Eduardo Valdir, Antonio Carlos Viotti, José Valdir Júnior, Marco Aurélio Souza, Geraldo da Silva Bordini, Anselmo Lopes Mirabaia, todos eles andam juntos, sendo, inclusive, o Geraldo testa-de-ferro, "laranja" do William, assim como do Antonio Carlos Viotti, mas especialmente o Geraldo da Silva Bordini, que, aliás, é bom que se

diga, não compreendibem o Deputado Robson Tuma. V. Ex^a pediu a convocação do Geraldo para a CPI?

O SR. ROBSON TUMA – De várias pessoas que estão apresentando requerimento. Do Geraldo...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quero reforçar para fazermos a convocação do Geraldo da Silva Bordini, que deu um depoimento primoroso na CPI do Narcotráfico, já dispomos desse depoimento e parte dele já foi lido. É importante dizer que o Geraldo não é só o Jorge Méres que acusa o Sr. William Sozza. O Geraldo da Silva Bordini dá riqueza de detalhes de como ele foi usado e da riqueza que transitou em seu nome tudo sendo administrado e gerido, comprado e vendido pelo Sr. William Sozza.

Num determinado período em que foi quebrado o sigilo bancário do Sr. Geraldo – um período curto –, ele, que nunca declarou renda, até porque não tem renda alguma para declarar, transitou na sua conta, em pagamento R\$618.000,00 e de recebimento, R\$825.000,00. Então, é um laranja admitido, que ele mesmo confessa e se mostrou indignado, especialmente no que diz respeito à questão da bacana e especialmente na questão do carro Mercedes-Benz, o MB 108, placas BMT 7484, pelos quais passou a responder um processo. Mas o que ele menos sabe é sobre seus bens e sua conta, pois nenhum dos dois é dele. A conta dele quem movimenta é William Sozza, os bens são verdadeiramente de William Sozza. Esse carro, que já foi esclarecido, onde transitou? O carro Mercedes-Benz, placa DMB 0003, que passou pelo William, que esteve no nome do Geraldo Bordini, que foi para o pai do Artur Eugênio Mathias, que foi para o Regis que pertencia ao Dagberto Bueno de Miranda. Enfim que acabou nas mãos da esposa do Regis. Mostra, então, muito claramente como eles atuavam em conjunto, estavam mancomunados exatamente para perpetrar o crime.

Sr. Presidente, estou falando para que fique gravado e esta Ata da CPI vá o Ministério Público. Quero requerer – e então vamos precisar votar – que a assessoria jurídica da CPI, se for o caso, possa dar um parecer, mas que pudéssemos receber da CPI do Narcotráfico os documentos da quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Sr. William Sozza e de toda a quadrilha que está envolvida mas me parece, Relator da CPI do Narcotráfico, sempre Relator, que tem que haver uma formalização disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A transferência do sigilo vamos solicitar por escrito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O sigilo bancário não se transfere simplesmente. Tem que haver uma formalização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tenha dúvida, isso será feito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Segundo, quero que o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos Srs. William Sozza, Artur Eugênio, Regis Xavier de Souza, Antonio Carlos Viotti, especialmente desses...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São todos de Campinas?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim. Veja bem o requerimento que estou fazendo, que eles fizessem parte da documentação a ser enviada ao Ministério Público. Para tanto, a CPI tem que formalizar o requerimento e votar pela sua maioria porque estamos liberando a quebra do sigilo, porque a quebra do sigilo é de responsabilidade, primeiro, da CPI do Narcotráfico; segundo, se passada para nós, passa a ser de responsabilidade da CPI do Roubo de Cargas; terceiro, só por uma decisão nossa, podemos franquear a quem entendendo de direito, no caso o Ministério Público, para que possamos agilizar. Porque, senão, Sr. Presidente, corremos o risco de ficar aqui no diz-que-diz-que-não-disse-que-disseram-que-talvez-fosse-o-que-não-era. Precisamos das coisas claras, e elas estão muito claras, mas elas são extremamente abrangentes. Aí, na medida em que são abrangentes, elas são claras mas complexas, de difícil compreensão. Então, precisamos examiná-las parte a parte. Qual o comportamento do Sr. William Sozza com o Sr. Artur Eugênio? Do Sr. William Sozza com o Geraldo Bordini? Com o Eduardo Sozza? Com o Marco Aurélio Sozza? Com os policiais? O Régis?

Inclusive, Sr. Presidente, para demonstrar quão complexa é a questão, temos aqui e quero apresentar ao Sr. William Walder Sozza a movimentação financeira da sua conta corrente. Ele declarou para a Receita Federal, num momento, receber 12 mil num ano; num outro momento, receber vinte e poucos mil num ano.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No mesmo ano?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, no outro ano.

Enfim, é uma declaração de renda que, no período, não chega a 200 mil. E nós tomamos alguns cheques movimentados pelo Sr. William Walder Sozza, a começar pelo ano de 1996. Vou dar alguns valores, os maiores, Sr. Presidente. Em março de 1996, foram 8.000, 11.000, 5.000, 3.000, 4.590; vão passando os meses: 5.590, 1.500, 1.200, 1.200, 1.800,

2.500, 4.500, 1.100, 1.100, 1.900, 7.000, 5.500, 1.000, 1.700, 2.000, 1.600, um rosário de 1.000, 10.000 – tudo isso em 1996 -, 6.000, 2.500, 2.000, 1.000, 3.500 e mais uma série de cheques acima de 1.000, 2.500, 10.929, 2.000, 5.000, 2.300, 10.000, 2.000 – não estou nem falando dos cheques de 1.000, por que é um rosário –, 11.000, 5.000, 5.800...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pagou CPMF ou não? Cobraram CPMF disso? Então, diz “sim”. Eu quero ouvir um “sim” seu.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Cobraram, lógico.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

Respondeu “sim”, está vendo?

Sobre os fatos descritos pelo ilustre Deputado – com todo esse relacionamento, vamos fazer um organograma dessas interligações de pessoas citadas. O senhor confirma esses fatos ou não?

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode dizer que não quer responder, mas responda. Não vai me fazer de trouxa, aqui, de cara fechada.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não quero responder, então.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, diz que, de acordo com a orientação do seu advogado, não vai responder.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas não fica olhando como se fôssemos uns idiotas aqui, porque não somos.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A materialidade está aí. Ou você ajuda ou vai ficar caracterizado, dentro das provas materiais apresentadas, todo o seu envolvimento no fato. Você não se defende, não busca pelo menos dizer que é mentira. Qualquer um de nós, pela indignidade que sentimos quando somos acusados injustamente, reagimos. Se você não reage, é porque a verdade é clara e insofismável, diante de tudo que os Deputados estão apresentando.

Prossiga, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu vou citar só os acima de 5.000, já no ano de 1997: 5.800, 39.520, 18.000...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dá a soma, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – 6 mil, dá quase dois milhões. Mas quero citar, porque quero mostrar a ele, Presidente, depois, os nomes. Mas só para mostrar como ele movimentava mês a mês, ano a ano, e, na declaração de renda, absolutamente nada. 6 mil, 6 mil, 8 mil, 12 mil, 18, 23 mil, 13 mil, 5 mil, 23 mil de novo. E quero-me permitir, Sr. Presidente, mostrar a ele o nome das empresas, se ele reconhece as empresas para quem ele passou os cheques.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sei que faz tempo. Então, vou pedir só os cheques acima de dez mil, para ver se o senhor lembra. Vou começar do mais longe para mais perto.

Este cheque de 11 mil, 760 reais, o senhor lembra para quem o senhor deu, no ano de 96?

O senhor não quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor quer ao portador, Deputado?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É isso o que quero esclarecer, Presidente. O cheque é para ele mesmo. Ou seja, ele foi ao banco e sacou o cheque no minimal para ele. Sacou em cash. Cheque de 7 mil reais para Amaury Santana. O senhor não quer falar?

Cheque de 10 mil reais para o senhor mesmo. Sacou em cash.

Cheque de 6 mil reais para Eduardo José Sozza, seu irmão.

Cheque de 10 mil reais, João Breno.

Cheque de 10 mil reais não identificado. O senhor sacou em cash.

Cheque de 11 mil, 748 reais para Eduardo José Sozza. Pagava bem ao seu irmão.

Outro de 5 mil reais, aqui, já que está junto. Também para Eduardo José Sozza.

12 de maio de 1995. 16 de maio de 1995. Em quatro dias, ele sacou em cash, o senhor passou para ele em cheque 15 mil reais. Para Artur Eugênio, 5 mil reais. É aqui o seu irmão várias vezes.

Split – Corretora de Mercadorias LTDA, 39 mil, 520 reais. O senhor lembra dessa operação?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa Split da onde que é, hein?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Da onde que é essa Split?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você lembra. Outro cheque, 18 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essa Split apareceu muito na CPI dos Precatórios. Então, pode ser até operação de dólar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Provavelmente.

Outro cheque, 18 mil reais não identificado. Ou seja, sacou para ele mesmo. E aparece várias vezes João Bueno.

João Aparecido, 6 mil, 540 reais.

Creio que esses nomes, inclusive, são nomes de laranja que ele usava para sacar os cheques, com base nos documentos falsos de que ele dispunha. E fazia documento de qualquer pessoa que a Polícia Federal apreendeu na casa dele. Então, colocava: cheque para João Bueno. E, então, um coitado com o nome de João Bueno sacava o cheque.

Goraíbe Veículos. Dois cheques, de 8 mil reais e de 6 mil, 540 reais.

Outro de 12 mil reais, não identificado. Cheque grande sacado.

Outro de 18 mil reais, não identificado. Para a Goraíbe Veículos, 23 mil reais de novo.

Aliás, aqui é bom dizer. Fevereiro de 1997, 6 mil reais. Março de 1997, 8 mil reais. E, janeiro de 1997, mais 23 mil reais. Só para Goraíbe. Recebeu quase 50 mil reais.

Lindomar Péres Teixeira, 13 mil reais.

Aymoré Luiz Cabral Guichem, 23 mil reais.

Então, vou pegar mais recente. Quem sabe o senhor se lembre dos mais recentes.

Banco ABN, 21. Mil, 702 reais e 73 centavos. O senhor lembra dessa operação?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não lembra?

Marcos Jar, 30 mil reais.

Banco ABN, 20 mil, 994 reais. Não identificado. Sacou em cash, 10 mil reais. E aqui em cash, só para se ter uma idéia dos saques em cash em 1997: R\$5.000,00, R\$10.000,00, R\$6.000,00, R\$7.000,00, R\$5.000,00, R\$5.000,00, R\$8.000,00, R\$4.000,00, R\$8.000,00, R\$5.000,00, R\$9.000,00, de novembro de noventa e sete a dezembro de 1998. O senhor lembra essa operação: R\$ 25.000,00 Banco ABN. Só em três operações o senhor pagou R\$50.000,00 para o Banco ABN. R\$16.000,00, Luiz Henrique Lemos Campos; R\$ 15.000,00, Teresa R. da Silva; e R\$15.000 cash.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando: mais R\$20.000,00 para o Banco ABN; mais R\$3.000,00 para o Banco ABN; Alocar Veículos Ltda., R\$60.000,00 – um cheque em 1998; dois saques, um

não identificado de R\$21.000,00 e outro para Anibal Matias. Quem é Anibal Matias? Deve ser o pai do Artur Eugênio. O senhor passou um cheque para ele de R\$21.000,00. Mais saque em cash; cheque de R\$13.000,00; cheque de R\$48.000,00 em fevereiro de 1998.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual o destinatário?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Foi em cash, ele mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sacou direto?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sacou direto para ele mesmo, em dinheiro na boca do caixa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Uma pergunta que não te implica: quando você sacou esse valor de R\$ 48.000,00, no banco não lhe pediram para preencher nenhum formulário, nada?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não me lembro da época.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não te implica em nada. Só quero saber se a operação foi.... Qual era agência do Banco?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Unibanco, da Paula Bueno.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lá em Campinas?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não me lembro de ter preenchido papel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não pediram nada, o destino, porque quando saca valor alto normalmente...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não me lembro da época. Foi em 1998, eu não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual foi o destino do dinheiro? Pagar alguma conta, alguma despesa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não me lembro também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Salta aos olhos, Presidente. Por exemplo, a Guaraíbe Veículos está recheada e o Anibal Matias também e ... não identificado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor conhece a Guaraíbe Veículos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que ela opera?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – É uma loja de carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ... de carros, em Campinas?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu com prava carros dela e vendia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carros ou caminhões?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Lá é só carros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você comprava e revendia os carros?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha comércio de carros também?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu era autônomo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor tinha loja?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, eu não tinha. Eu comprava o carro, usava e depois eu o vendia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha algum registro para pagar imposto sobre os lucros?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, porque eu comprava os carros, ia usando e vendendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Para finalizar em cash: 11 mil, 15 mil, 12 mil, 10 mil, 33 mil, 10 mil, 24 mil, 10 mil, 11 mil, 15 mil, 10 mil, 12 mil, 15 mil e 10 mil. Ele movimentou em um período mais de R\$2 milhões. De onde vem esse dinheiro, se não é empresário....?

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. OSCAR ANDRADE – É bom lembrar que o Sr. Jorge Meres, no seu depoimento falou que muitas vezes vinha buscar dinheiro vivo, sem cheque. Ele falou que pegava quantias vultosas. Lembra que ele falou que às vezes pegava até R\$500 mil e botava esse dinheiro vivo na mala do carro, sem cheque. O que é transação em banco está registrado, mas o que é feito por fora – e ele recebeu dinheiro – isso não consta. Ele falou que havia uma movimentação de dinheiro e que pegava dinheiro vivo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dirija a pergunta para ele?

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não quero responder.

O SR. ROBSON TUMA – A resposta pode incriminar e então ele não quer responder. Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos deixar registrado sua lembrança, que é importante, por que R\$500 mil não é uma importância que se acha na primeira esquina.

O SR. OSCAR ANDRADE – No depoimento do Sr. Jorge Meres está escrito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É importante dizer, Sr. Presidente, que isso tudo vai se somando aos indícios, às provas, aos elementos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou pedir para suspender por cinco minutos a reunião para que ele possa sair. Por favor, poderia acompanhá-lo ao banheiro?

(Suspende-se a reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Reabro a reunião. V. Ex^a. pode continuar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, até para propiciarmos que outros colegas possam também fazer questionamentos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Deputado Moroni Torgan queria fazer uns questionamentos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não encerro a minha participação, mas suspendo a minha participação e dou-me por satisfeito quanto a essa primeira parte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque amanhã, provavelmente, repetiremos. Vamos dar um descanso a ele e amanhã vamos convocá-lo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu já me inscrevo para amanhã e volto para fazer o questionamento, até para permitir que o nosso Relator da CPI do Narcotráfico, que trabalhou tanto nessa questão, juntamente conosco, e nos deu a incumbência de sermos o seu sub-Relator para Campinas nessa conexão e nesse caso, que possa agora, aqui, ocupar a palavra e fazer os questionamentos também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sua presença e seus questionamentos são importantíssimos para a CPI pelos conhecimentos que V. Ex^a. tem a respeito de nosso convidado aqui, William Sozza.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muito obrigado.

O SR. ROBSON TUMA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, pela ordem.

O SR. ROBSON TUMA – Vários documentos da CPI do Narcotráfico já vieram para cá. Acredito que deva ser feita uma listagem com os nomes referidos a roubo de carga, para que nós, hoje ou amanhã, pela manhã, possamos aprová-los para serem transferidos para cá. No entanto, é muito importante que não fiquemos em relação aos documentos que já se encontram na CPI do Narcotráfico... Por exemplo, em relação a William Sozza, para cerca de 70% dos cheques das suas transações financeiras, o xerox, não existia a possibilidade de reconhecimento para quem foi emitido os cheques. Então, é muito importante que se encaminhe novamente aos bancos essas cópias, a fim de que tirem novas cópias xerox para que possamos usá-las.

É importante também pedir, definitivamente, aos policiais, aos membros do Banco Central, enfim, aqueles que lá estiveram na CPI do Narcotráfico para que fiquem à disposição desta CPI, já que obviamente trataram e conhecem o assunto e lidaram com todos esses documentos e têm muito mais facilidade para continuar nos ajudando nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço a V. Ex^a. que formalize o pedido, por meio da Secretaria.

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

A Deputada Telma está presente e é membro efetivo desta CPI. Também agradeço a sua presença.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, para mim é uma honra estar aqui na presença de V. Ex^a., que admiro há muitos anos e sempre o tive como meu chefe, que sempre me ensinou muito do que sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Obrigada.

O SR. MORONI TORGAN – Estamos bem representados, também, pelo Deputado Robson Tuma e Pompeu de Matos, dois sub-Relatores da CPI do Narcotráfico, onde fizeram um belo trabalho.

Estive ouvindo até agora e fico me perguntando por que alguém com uma oportunidade dessas de poder se defender não o quer fazer. Talvez, tenha duas explicações: ou não tem consciência da gravidade dos delitos que lhe são imputados, ou tem muito medo de alguma coisa. Não consigo perceber outras coisas.

Quanto à gravidade dos delitos, podemos falar alguma coisa disso e dizer que o Sr. William Sozza, hoje, vai responder por sonegação fiscal – vamos começar pelos menores -, uso de documento falso, inclusive foi pego com documentos de outra pessoa. Faltar com a verdade à CPMI, lavagem de dinheiro,

formação de quadrilha, roubo de cargas, tráfico de drogas, cúmplice em homicídio e receptação.

Fiz um cálculo pela média e isso dá em torno de 60 anos de reclusão, o que quer dizer que, dificilmente, o Sr. William Sozza vá sair um dia da cadeia. Então, se alguém tem a oportunidade de fazer um acordo para reduzir tudo em até dois terços, de acordo com a Lei do Réu Colaborador, da Lei de Proteção de Testemunhas, deveria aproveitar. A redução da pena poderia chegar a dois terços e, depois, com a progressão do regime, poderia ser a pena bastante abrandada. Pergunto-me por que não quer utilizar essa possibilidade? Enquanto estiver no foco – e esse foco perdurará por muito tempo porque a esperança é de que o País continue a luta contra o crime organizado pelos próximos 10 ou 15 anos – não há qualquer expectativa de o senhor sair da cadeia. Se alguém lhe passou uma expectativa, passou uma expectativa falsa. Mesmo que prazo de um processo seja vencido, haverá outro processo que vai segurá-lo na cadeia por um bom tempo.

Como sei que o senhor tem um bom conhecimento e é esclarecido, descarto a possibilidade de que o senhor não tenha conhecimento de todos esses delitos que lhe são imputados. Mesmo que o senhor tenha a esperança de que não será penalizado por todos eles, lembro-lhe de que, do processo iniciado por uso de documentos falsos, não haverá como porque o senhor se livrar porque foi pego com os falsos documentos, os quais disse que encontrou em algum lugar. Com relação ao fato de ter faltado com a verdade à CPMI, está comprovado e também não tem como se livrar. Quanto ao crime de sonegação fiscal, não há a mínima possibilidade. Em relação à lavagem de dinheiro, com tudo o que foi levantado sobre o Sr. Geraldo da Silva Bordini Júnior, não há a mínima possibilidade de o senhor não ser condenado. Formação de quadrilha, a partir do uso do Geraldo, da pessoa que se dizia dono da boate Paradise e dos outros que a freqüentavam, também não tem condições de se livrar. No tocante ao roubo de cargas, são, no mínimo, três depoimentos dados à CPMI que o comprometem, fora o Gilmar, o Jorge Méres e o próprio Geraldo Bordini, cujos depoimentos o vinculam ao roubo de cargas e receptação de carga. Visto que em muitos desses roubos de carga houve homicídio do motorista e o senhor foi cúmplice, crime para o qual não vejo dificuldade de o Ministério Público enquadrá-lo. Quanto ao narcotráfico, a partir dos depoimentos que forem se seguindo, acredito que também irá chegar lá o Ministério Público e o Poder Judiciário.

Portanto, nos próximos 60 anos... O senhor sabe que pode ficar presos nos próximos 60 anos? Diga sim ou não.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – O senhor quer saber se eu posso ficar preso?

O SR. MORONI TORGAN – É.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero. Eu não tenho que poder, só não quero.

O SR. MORONI TORGAN – O senhor não quer.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Lógico que não.

O SR. MORONI TORGAN – Então, acredito que o melhor caminho para o senhor seria justamente fazer um acordo com a CPMI. Por outro lado, acredito que o senhor faça parte de uma cúpula entre o alto comando, mas não é o comandante em chefe. Penso que interessa mais a CPMI o comandante em chefe. Assim, um acordo seria uma possibilidade, a não ser que o senhor não queira fazer o acordo por que é o comandante em chefe. Sendo assim, não tem por que fazer o acordo por que não tem como dizer quem é o comandante em chefe.

Por isso, Sr. Presidente, não descarto a possibilidade de que seja o medo. Até gostaria de solicitar que houvesse uma guarda dos familiares do Sr. William Sozza, para que ele pudesse ter a segurança de nos falar tudo que sabe. Acredito que não haveriam muitos problemas com isso, porque ele deve estar sofrendo ameaças de outras pessoas que têm interesse no seu silêncio. Arquivo vivo não é garantia de silêncio e os outros sabem disso. Por isso, devem estar pressionando o Sr. William de alguma forma.

Informo que, no momento em que transformamos a reunião pública em reservada, na CPI do Narcotráfico, isso foi muito produtivo. Caso o Sr. William tenha algum receio, ele poderá revelá-lo em uma reunião reservada. Ele nunca diria isso publicamente, porque estaria assumindo a pressão imposta por outras pessoas. Não seria o caso de perguntar a ele se deseja ou não a realização de uma reunião reservada? Deveríamos realizar uma reunião reservada onde poderíamos conversar com maior liberdade sobre os diversos assuntos e até, se for o caso, avaliar esses receios, dando garantias ao Sr. William que lhe propiciasse declinar nomes, esquemas e fatos desse tipo.

Submeto essa proposta a V. Ex^a e ao Plenário da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Suspenderei a reunião por cinco minutos e peço que o recinto seja desocupado.

Aceito a proposição do Sr. Deputado, já que outros Srs. Deputados também fizeram a mesma proposta. Estava apenas aguardando a oportunidade para assim deliberar. Pediria que ficassem em plenário apenas os membros da CPI e o advogado do Sr. William para acompanharmos o depoimento. (Pausa.)

Tivemos uma conversa informal, reservada, na presença do advogado do Sr. William, que nos disse que a sua condição física não representa agora estabilidade para discutir qualquer tipo de proposta.

Sendo assim, suspenderemos a reunião e vamos dispensar a presença do Sr. William. Amanhã voltaremos a conversar, dando andamento a reunião, para que o Sr. William possa realmente ser conduzido à sede da Polícia Federal – o que considero correto – e lá raciocinar sobre a proposta feita de como poderemos garantir a sua segurança e a estabilidade de sua família.

Concedo a palavra à Deputada Telma de Souza.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, em virtude dos trabalhos do Congresso, para que possamos ter uma certa ação terminativa amanhã, até pelo horário, porque haverá sessão na Câmara e também no Senado às 10 horas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Marcaremos uma reunião para amanhã de manhã, às 8:30 horas.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. ROBSON TUMA – Pediria que a taquigrafia fizesse o mais rápido possível as transcrições taquigráficas, a fim de poder encaminhá-las à autoridade judicial do Maranhão, assim como fizeram em relação aos depoimentos prestados pelo Sr. William Sozza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. Isso será providenciado.

O Sr. Relator tem mais alguma ponderação a fazer?

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, apenas agradeço a presença de todos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou encerrar a reunião, confirmando a próxima para amanhã, às 8:30 horas.

Sr. William Sozza, V. S^a está dispensado. O senhor tem alguma colocação?

O SR. – Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, marcaremos a reunião para às 9 horas.

Pediria que providenciassem uma escolta para que o Sr. William pudesse... Agradeço a presença dos policiais que o acompanham.

Há ainda um requerimento do Deputado Robson Tuma, convidando algumas testemunhas. Pediria aos Srs. Deputados que aguardassem um segundo para ouvirem a leitura do rol de testemunhas.

O SR. – Intervenção fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Anselmo Lopes Miyabara, Antonio Carlos Viotti, Geraldo Bordini, Artur Eugênio Mathias, Eduardo José Sozza, Marcos Sozza, Luís Henrique Lemos de Campos, Anelise Margareth Kleine e Régis Xavier de Sousa são os nomes citados também pelo Deputado Pompeo de Mattos.

Aqui estão os nomes das testemunhas convidadas, e a Secretaria poderá subscrevê-los.

Em votação. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Convoco uma outra reunião para amanhã, às 9 horas.

Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h01min.)

Ata da 21ª Reunião realizada em 14/12/2000.

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano dois mil, às nove horas e cinquenta minutos, na Sala no 02 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Romeu Tuma, e ainda, com as presenças dos Senhores Senadores Maguito Vilela, Wellington Roberto, Ricardo Santos, Geraldo Cândido, Romero Jucá e dos Senhores Deputados Jaime Martins, Oscar Andrade, Nelson Pellegrini, Pompeo de Mattos, Robson Tuma e Telma de Souza membros da Comissão, e ainda a presença do Deputado Moroni Torgan, não membro da Comissão, reúne-se a "Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do requerimento nº 23, de 2000-CN, com a finalidade de apurar, em todo o país, o elevado crescimento de roubo de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário, bem como proceder investigações no que concerne a lavagem de dinheiro e desmanche de caminhões por pessoas envolvidas com as quadrilhas do roubo de cargas. Aberto os trabalhos o Senhor Presidente informou que a presente reunião destinava-se a dar continuidade ao depoimento do senhor William Walder Sozza, que foi ouvido no dia anterior, o Presidente informa ao Plenário sobre o procedimento da solicitação ao PROVITA sobre a segurança da família de Sálvio Borbosa Vilar, e soli-

cita comunicar ao interessado, o Presidente esclarece ao depoente William Walder Sozza, sobre a possibilidade de integrá-lo ao Programa de Proteção a Testemunha, caso queira colaborar com a CPMI, o depoente não aceita tal proteção, o Presidente passa a palavra ao Senhor Relator para fazer seus questionamentos ao depoente, sendo que o mesmo esclarece que manterá na conduta de não responder nada. Em razão de tal procedimento a Presidência convoca o senhor Jorge Meres para proceder a acariação entre o depoente e o mesmo, Jorge Meres sendo que o senhor Meres confirmou suas respostas prestadas em audiências anteriores. Em continuidade os acariados foram questionados pelos Parlamentares, Robson Tuma, Pompeo de Mattos, Oscar Andrade, e Nelson Pellegrini, durante a reunião a mesma foi presidida pelo Senador Geraldo Cândido e o Deputado Nelson Pellegrini, o Relator requereu cópia do inquérito policial que trata da morte do policial Labaque, também foi requerido pelo Deputado Robson Tuma, que sejam encaminhadas com urgência ao Secretário de Segurança Pública do Maranhão as Notas Taquigráficas e Atas das reuniões do dia 13 e 14/12/00, para que sejam entregues ao Juiz daquele Estado, para eventual prorrogação da prisão preventiva do depoente, na presente reunião foram votados e aprovados dois requerimentos de autoria do Deputado Robson Tuma, sendo de nº 40 que seja pedida a CPI do Narcotráfico na Câmara dos Deputados a transferências dos documentos e sigilos referentes aos estados do Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e cidade de Campinas, bem como documentos sobre lavagem de dinheiro; o de nº 41, seja pedido ao banco Central a transferência das informações das operações das contas CC-5, dos últimos cinco anos até a presente data. Não havendo nada mais a tratar eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e irá a publicação, juntamente com acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da mesma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 23, de 2000, do Congresso Nacional, com a finalidade de apurar em todo o País o elevado crescimento de roubos de cargas transportadas pelas empresas de transportes rodoviários, ferroviários e aquaviários, bem como proceder investigações, no que concerne à lavagem de dinheiro e des-

manche de caminhões por pessoas envolvidas com quadrilhas do roubo de cargas.

Esta Presidência esclarece que a presente reunião destina-se à continuação do depoimento do Sr. William Walder Sozza, iniciado na tarde de ontem.

Solicito à Secretaria que faça adentrar ao recinto o Sr. William Walder de Sozza. (Pausa)

Bom-dia. Tudo bem? Descansou um pouco?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Descansei bem. Já dormi um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Conseguiu dormir?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Consegui dormir.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde está o seu advogado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Está ali.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Bom-dia, doutor. Só estava querendo saber se o senhor já estava por aqui. Caso contrário, aguardaria um pouco.

William, você recebeu ontem a lei de proteção à testemunha e o regulamento?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Recebi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vou lhe dar oficialmente aqui, publicamente, a cópia dos dois para que qualquer dúvida você pode nos perguntar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Antes de dar início, até para mostrar, recebemos ontem do Ministério da Justiça e assinado pelo Secretário-Adjunto da Secretaria de Estados de Direitos Humanos, o atendimento de um pedido que fizemos com respeito à família de um preso, o Sávio.

Então, já passaram à proteção do Provita – Programa de Assistência às Vítimas e Testemunhas do Estado de São Paulo, que ficou responsável também pela hospedagem provisória das referidas senhoras, com as normas de segurança do programa. Então imediatamente mandamos, o Ministro mandou processar dia 7 de dezembro e dia 13 já estavam sob proteção, legalmente. Quero fazer esse comunicado aos Srs. membros da CPI de forma que se mande comunicar ao preso que está colaborando com essa Comissão, das providências que foram tomadas para a proteção de sua família e dele também.

Como lhe disse ontem, também fica aqui claro que, se o senhor deseja colaborar com a Comissão, sua família... imediatamente comunicaremos ao Ministério da Justiça e te n h o c e r t e z a d e q u e , e m 24h ou 48h, estará tudo providenciado, inclusive um local es-

pecial para que o senhor também fique sob a proteção dessa lei de proteção à testemunha e aqueles que desejam colaborar.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Compreendo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero fazer bem claro porque às vezes se confunde que colaborar é “dedar” companheiro. Não é verdade! Aquele que colabora está buscando alguma coisa sadia para a sociedade. O senhor tem filhos. Tenho netos e filhos já formados, como a grande maioria daqui tem filhos. Eles é que vão pagar o preço amanhã se essa quadrilha continuar agindo livremente, roubando, assassinando, prostituindo, traficando drogas, roubando cargas, porque tudo está dentro de um contexto só. E nós sabemos que esta CPI nasceu em decorrência da CPI do Narcotráfico, onde se usa carga roubada e os caminhões roubados para colaborar com o tráfico de drogas, além de outros depoimentos, que a própria devastação da Amazônia está sendo servida pelos caminhões roubados que vão para aquela região e, sem controle nenhum, passam a circular carregando a madeira furtada na nossa floresta. Eu não sei se tem conhecimento disso. Ponho à disposição todos os documentos e continuo apelando: se puder, aceite a proposta de colaborar. Transformaremos a reunião em reunião fechada e, assim, o senhor estará livre de qualquer tipo de conhecimento daqueles que têm interesse no seu silêncio.

Testemunha viva é pior do que testemunha morta se não tiver proteção. Tivemos aqui o depoimento do Ananias e eu não me conformo com a versão de que ele foi morto dentro do presídio por adversários do tráfico de drogas. Nós o alertamos de que ele corria risco. Quarenta e oito horas depois de depor foi morto e houve até a queima do seu corpo. Então, não é ameaça, não é nada. Creio que são fatos que eu tenho a obrigação de levar ao seu conhecimento, porque sei que você tem família, tem filho e tem uma preocupação interna, e eu acredito, de que eles sejam realmente protegidos.

De forma que a decisão é sua, é individual. Nem o seu advogado pode interferir na sua decisão...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não. Ele nem interferiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – ...nem eu quero interferir na sua decisão. Estou só apelando porque eu vi que você tem uma visão de comportamento familiar. Ontem, na nossa conversa, eu senti isto. Por isso, eu tomei a liberdade de voltar ao assunto que você ficou de dormir, pensar um pouco. Gosta-

ria de saber se você tem alguma resposta e se deseja que a continuação do seu depoimento seja em reunião secreta.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Devido eu ter essa visão familiar é que não me sinto ameaçado? E creio que não me serviria o Serviço de Proteção às Testemunhas, porque eu não me sinto ameaçado. Eu não acho que minha família também esteja ameaçada, hoje, no percurso do que está acontecendo.

Então acho que não serviria eu trocar a minha e a vida deles por outra vida sem estar nesse risco de vida. Não acredito que eu tenha. Sabe, Senador? Eu não acredito que eu tenha.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

Então, eu perguntaria a você: se julga um soldado da estrutura do crime organizado, roubo de carga, tráfico ou se acha que é um comandante de área, por isso que você não se sente ameaçado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não. É porque não tenho ligação para ter esse risco. Porque acho que dentro do crime se alguém tem, está dentro do crime ele tem risco. Ainda mais na posição que estou hoje, aqui, agora. Eu não tenho esse risco. Tanto é que a minha família, ela não... Ela está em casa de parentes, mas não está tendo proteção nenhuma, não está tendo nenhum tipo de resguardo pela integridade deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sociedade é testemunha que você dispensa qualquer preocupação das autoridades com a sua vida, com a vida de seus familiares.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente. Porque eu acredito que não tem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Na minha visão, isso lhe dá segurança porque a sua participação é mais ativa do que aquela que nós poderíamos imaginar. É uma visão minha.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não. Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não é uma acusação. Não é acusação.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – O senhor está tendo uma visão exatamente ao contrário do que estou dizendo. Pela minha não participação que eu não tenho receio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua inteligência eu tenho que analisar também.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu sei que você é uma pessoa inteligente e tem um compor-

tamento perante a esta CPI que não condiz com a sua necessidade de fuga e troca de documentos para viver na clandestinidade.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Isso foi...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não foi nada. Isto é uma atitude de quem tem um compromisso com uma estrutura criminosa.

Tenho quarenta anos de experiência e sinto o cheiro.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – É, mas não foi, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perdoe-me, não estou lhe acusando. Tenho que provar inclusive. Nós vamos provar. Há uma série de documentos que os Deputados da CPI do Narcotráfico apanharam durante todo esse período das investigações e entendo que essas provas quem tem que demonstrar agora é o senhor. Não somos mais nós que temos que construir a prova. De forma que, diante da sua negativa, passo a palavra ao Relator para dar continuidade.

O senhor vai continuar na linha de não responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Vou continuar, Senador. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não responder nenhuma pergunta.

O SR. WILLIAM SOZZA – Perfeitamente. É o meu direito constitucional e vou exigir isso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Sr. Presidente, eu diria então que é desnecessário fazer as outras perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O direito constitucional dele não condiz com o direito da sociedade em saber a verdade e punir os responsáveis por esses crimes que aumentam dia-a-dia.

Eu disse ontem aqui que havia uma passeata de caminhoneiros que se sentem ameaçados com as quadrilhas que roubam cargas. Fizeram uma grande passeata em protesto em São Paulo, a televisão fez a cobertura e nós, como autoridades, temos a responsabilidade de dar mais tranquilidade a esses trabalhadores que produzem para o País e me nos tranquilidade para os bandidos que estão agindo livremente.

Pode continuar.

O SR. ROBSON TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente. Para corrigir, o depoente diz que tem o direito constitucional de permanecer calado, o que não é verdadeiro. O seu advogado não deve tê-lo instruído ou ele não deve ter entendido que perante a CPI ele

não pode se calar. Pode, sim, não responder e negar-se a responder sempre que entender que aquilo possa incriminá-lo, o que é diferente de ficar calado diante de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele tem ficado calado. Ele tem respondido que se recusa...

O SR. ROBSON TUMA – Ele disse que vai ficar calado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não, eu é que fiz a pergunta a ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, vou fazer uma proposta a você na linha de raciocínio do Deputado Robson Tuma: quanto houver uma pergunta que te incomode, isso é uma questão de cooperação sem absolutamente que rer forçar você, mas até por respeito à CPI, você evoca o direito. Por exemplo, vou te perguntar: desde quando você é comerciante? No que isso pode te incriminar e qual o problema que poderia te trazer?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu entendi.

O SR. OSCAR ANDRADE – Absolutamente nenhum. Eu acho que tudo o que conversamos ontem, o que o Presidente ponderou, nós com seus advogados e com você. Até por uma questão de respeito e relacionamento é preciso que você entenda dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Relator, quero ler para ele a Lei 1.579, de 18 de maio de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.

O art. 4º, Sr. advogado, diz:

“Art. 4º. Constituir crime impedir ou tentar impedir mediante violência, ameaça ou acoadas, o regular funcionamento das comissões parlamentares de inquérito ou o livre exercício das atribuições de qualquer de seus membros.

Pena. A do art. 329 do Código Penal”.

Peço o Código Penal, por favor.

“II – fazer afirmações falsas ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a comissão parlamentar de inquérito”.

Portanto, o senhor pode se negar a responder.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas eu pretendo manter a minha conduta de não responder nada porque eu, como o senhor disse, estou aqui de testemunha e, embora vocês afirmem que sou testemunha, considero-me acusado como fui indiciado na CPI do narcotráfico dentro do roubo de cargas como esta CPI me está...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aqui você ainda não é indiciado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aqui não tem indiciamento.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei, mas me sinto acusado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está se sentindo réu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Completamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você está aqui como testemunha. Ninguém te acusou de nada.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei, mas estou me sentindo acusado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esse é o preço da justiça.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Relator, V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quero ressaltar uma coisa.

Nem o juiz tira do cidadão a coisa mais sagrada que é a sua liberdade. Dois juízes tiraram a sua liberdade. Se temporária, em uma prisão preventiva, mas tiraram porque há fortes indícios de crime, e o senhor foi autuado em flagrante por crime, por uso de documento falso, por falsa identidade. O senhor não é santo. Não quero que a coroa de espinhos lhe seja colocada, mas não vamos lhe dar uma asa de anjinho. Assim sendo, o seu comportamento tem que ser realmente coerente com a exigência que a CPI faz. Se o senhor cometer alguma coisa que desafie, que traga desrespeito à CPI, vou determinar a sua prisão e serei o terceiro. Não estou fazendo ameaça e, sim, uma advertência o que é a minha obrigação.

Com a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, Sr. Relator, ontem ficamos aqui por várias horas com o mesmo assunto. É um direito que ele tem, é uma chance que ele tem de responder contra tantos outros documentos, além dos que apresentei ontem. Temos aqui provas de que ele faz parte de um esquema criminoso, violento, não só em São Paulo, mas em todo o País. Mas não podemos ficar aqui por mais uma, duas, três horas tentando convencê-lo de responder “sim” ou “não”. Creio que, então, poderíamos passar para uma nova etapa do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, eu queria esclarecer que, quanto às ponderações feitas com base em documentos ou provas, ele pode dizer que desconhece o assunto, que não quer responder, mas isso fica consignado nas atas.

O SR. ROBSON TUMA – Sim. Ele não quer usar a chance para dizer isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Todos nós temos obrigação de continuar, porque estamos aqui fazendo o papel de juiz. Não somos simples Parlamentares. Estamos imbuídos dessa figura que a CPI e a Constituição nos dão de poder investigatório do próprio Judiciário. E o Judiciário sempre dará todas as oportunidades para aqueles que realmente tenham arrependimento e pretendam sair do crime.

Compreendo suas aflições, porque já deve ter passado pela CPI do Narcotráfico várias vezes. Então, passaremos para uma acusação como o Jorge Méres, que é o principal elemento acusatório da sua participação na estrutura do crime.

Dessa forma, eu pediria a presença do Sr. Jorge Méres.

O art. 329 do Código Penal: “Opor-se à execução de ato legal mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-la ou a quem lhe esteja prestando auxílio.” Desobediência: “Desobedecer a ordem legal de funcionário público. Detenção de 15 dias.” Desacato – esse é o principal fato que pode caracterizar o seu comportamento, caso tente qualquer desafio à CPI: “Desacatar funcionário público, no exercício da função ou em razão dela. Pena: detenção, de seis meses a dois anos.” E aí vai esse capítulo do Código Penal, que é a prática de Crime contra a Administração em Geral.

Doutor, o senhor quer uma cópia do ofício de apresentação dele? Precisa?

O SR. – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu gostaria de dar uma explicação: às vezes causa estranheza alguém se apresentar encapuzado perante uma CPI; isso foi pedido pelo depoente, em virtude de estar sob a proteção do Programa de Testemunhas e ter mudado um pouco as suas características físicas. Dessa forma, ele não deseja se expor e, em respeito a isso, ele veio encapuzado. Não há outra razão nenhuma, a não ser essas características. Esse pedido também foi feito pelas autoridades que estão garantindo a sua vida em razão de ter entrado no Programa de Proteção a Testemunhas.

Então, passo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. OSCAR ANDRADE – Diga o seu nome, por favor.

O SR. JORGE MÉRES – Jorge Méres Alves de Almeida.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor conhece aquela pessoa ali, que está à sua frente?

O SR. JORGE MÉRES – Conheço sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual é o nome dele?

O SR. JORGE MÉRES – William Walder Sozza.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor confirma o que disse nos depoimentos prestados à CPI do Narcotráfico, bem como a esta Comissão, sobre os fatos que presenciou quando era empregado dele?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vou pedir, daqui a pouco, o auxílio do Deputado Robson Tuma, que acompanhou a CPI do Narcotráfico. O senhor, em algumas perguntas do Deputado, por favor confirme se é verdade.

É verdade que o senhor viajou para diversos Estados do Brasil para realizar a entrega de cargas roubadas, a mando do Sr. William Sozza?

O SR. JORGE MÉRES – Do Sozza e do José Vicente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Do Sozza e do José Vicente?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. OSCAR ANDRADE – O senhor pode narrar algumas para nós? Dê alguns exemplos.

O SR. JORGE MÉRES – Em vários Estados: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul...

O SR. OSCAR ANDRADE – Qual o tipo de carga que era preferencialmente?

O SR. JORGE MÉRES – No início, cereais e, ao final, cigarros.

O SR. OSCAR ANDRADE – Cigarros? Quais as cidades em que mais atuava?

O SR. JORGE MÉRES – Mais em São Paulo, cigarros que eram do William; e nos interiores de Mato Grosso, no interior de São Paulo, com cereais, Rio...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como você conheceu William Sozza?

O SR. JORGE MÉRES – Eu conheci ele em 1992.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como foi?

O SR. JORGE MÉRES – No escritório dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – No escritório?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você foi chamado no escritório dele?

O SR. JORGE MÉRES – Eu já trabalhava para o José Vicente, que tinha negócios com ele. E fui trabalhar em Campinas, para abrir uma empresa para mandar mercadoria para o restante dos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Fale bem pertinho.

O SR. JORGE MÉRES – Eu trabalhava com um caminhão e fazia entrega de cereais para umas empresas, a Paraguás, a Elite, a Jacaré, a Sumaré, que eram empresas que eram usadas para “esquentar” a mercadoria, “lavar”, transportar mercadorias que eram compradas e desviadas, não pagas, em que eram colocadas caras roubadas no meio.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O que ele tinha a ver com isso?

O SR. JORGE MÉRES – No início, ele “esquentava” as mercadorias que eram levadas para o José Vicente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Com notas fiscais?

O SR. JORGE MÉRES – Com notas fiscais. Eu ia no escritório dele buscar as notas fiscais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era levado para onde?

O SR. JORGE MÉRES – Distribuía para todos os locais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas ele esquentava onde? Ele tinha ou não tinha depósito?

O SR. JORGE MÉRES – Ele tinha várias empresas, mas era só escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais a parte de documentos?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, documentos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O escritório era onde?

O SR. JORGE MÉRES – Em Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que local? Você reconhece alguma dessas fotografias como sendo do escritório dele?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, essa era a chácara onde era o cassino do Moacir Sasse, que trabalhava junto....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, trabalhavam juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele diz que não conhecia.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não conheço mesmo.

O SR. JORGE MÉRES – É a mesma chácara, só que aqui está de frente. São duas fotografias da chácara.

Aqui é a residência que ele tem em Mogi-Mirim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem o quê?

O SR. JORGE MÉRES – Uma residência que morava uma das pessoas que trabalhava no mesmo quadro, com o pessoal do Sozza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – Conhece.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que não conhece.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não conheço.

O SR. JORGE MÉRES – É a mesma casa, só que tirada por trás.

O SR. OSCAR ANDRADE – O Sr. Jorge Méres você conhece, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Também não. Não conhece o Jorge Méres?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca teve contato com ele?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não entendi. A casa?

O SR. OSCAR ANDRADE – Não, o Jorge Méres. Você o conhece?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Trabalhou com você?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Trabalhou para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por quanto tempo?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Seis meses.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que situação ele trabalhou para você?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Trabalhava para minha empresa distribuidora de produtos para animais, em 1997.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Dog Center?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – A Dog Center.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele trabalhou como caminhoneiro?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não havia caminhão na empresa. Ele fazia a entrega de carro pequeno mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deve ículo que você comprava e vendia?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, a mercadoria, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os carros que você comercializava?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu comercializava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você mesmo fazia a entrega, a compra?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas você não conhece os locais que estão na foto?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não conheço. Eu não quero estar falando muito aqui. Quero ficar calado mesmo, Senador. Eu gostaria muito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você vai responder “não quero falar”, mas vai responder. E não vai ficar calado porque você não é mudo nem está hipnotizado. Você diz “não quero responder”. Você tem que confirmar que não quer fazê-lo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso não lhe prejudicará em nada. No entanto, se você mentir, tem de saber que estará sujeito às penas da lei. Já falei dez vezes que não o estou ameaçando, mas não vamos descurar e apuraremos a verdade.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Estou consciente disso.

O SR. OSCAR ANDRADE – Deputado Robson Tuma, por favor.

O SR. ROBSON TUMA – (Intervenção fora do microfone)

O SR. OSCAR ANDRADE – Mostre sem que ele possa ler.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a entrar na casa?

O SR. ROBSON TUMA – Onde fica isso aqui?

O SR. JORGE MÉRES – Esse era um depósito onde era guardada a mercadoria.

O SR. ROBSON TUMA – Queria apenas que a TV Senado filmasse que estou escondendo a nomenclatura do que está em baixo para mostrar que se trata exatamente de um galpão de depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você conhece esse galpão? Quer ver a foto?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Já falei ontem sobre essas fotos, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou pedindo isso, porque estamos fazendo uma acarea-

ção. Posso repetir dez vezes, mas você não pode repetir nenhuma?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não conhece.

Você poderia fazer uma referência sobre o que aconteceu com a sua esposa nessa casa?

O SR. JORGE MÉRES – Nessa casa morou um rapaz que trabalhou com o William. De vez em quando a gente se encontrava nessa casa. E ele estava morando lá até pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como ele se chama?

O SR. JORGE MÉRES – José Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esta foto é da chácara?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Essa é outra casa. Eu morei nessa chácara. Era do Moacir, foi cedida por mim através do Sozza. O Moacir cedeu a casa para morarmos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O Sozza procurou o Moacir que é proprietário da chácara...

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, pedido de um para o outro. Um pedia para um, aí pedia para o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas eles eram interligados?

O SR. JORGE MÉRES – Eram sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em quê?

O SR. JORGE MÉRES – Em todos os negócios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Negócios escusos?

O SR. JORGE MÉRES – O Moacir Sasse deu até um tombo no William em uma carga de pilha que estava escondida embaixo do porão de uma dessas casas, da qual os senhores têm uma fotografia.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você se lembra disso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hein?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – De jeito nenhum. Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não se lembra?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não existiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, você desmente o depoente?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Completamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você contradiz a afirmação. Então, já está respondendo, obrigado.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. OSCAR ANDRADE – É melhor assim.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você tem de ter a dignidade de não aceitar o que pensa não ser verdade.

Foi na casa ou na chácara que teria acontecido algum fato com a sua senhora que lhe amargurou muito?

O SR. JORGE MÉRES – Quando ela sumiu, estávamos morando na chácara.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aí tem a foto da chácara?

O SR. JORGE MÉRES – Tem sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você poderia identificá-la para nós, por favor? Poderia fazer uma descrição da chácara?

O SR. JORGE MÉRES – Na época, Doutor, a casa não tinha o muro, porque foi reformada agora esse ano, e outra pessoa foi morar lá. Mas o muro dela era de cerca viva. O portão era estreito. Fui eu que estiquei o portão para poder entrar o caminhão. E foi colocado um telhadinho em cima dela. Só o que mudou na casa foi a cor, porque ela era branca, e foi tirada a separação de cerca viva e colocado um muro de tijolo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tinha vizinhança lá?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode-se identificá-la?

O SR. JORGE MÉRES – Pode sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode-se saber quem era o proprietário?

O SR. JORGE MÉRES – Pode, porque os vizinhos descarregavam o caminhão lá na casa para mim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Colaboravam com você?

O SR. JORGE MÉRES – Eles trabalhavam, porque a chácara fica a 17 quilômetros da cidade. Então, para levar descarregador lá ficava difícil, e eu pegava do local mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode citar algumas dessas testemunhas?

O SR. JORGE MÉRES – Ex^a, a gente passou para lá para localizar alguns deles, só localizando lá. Os meninos todos são moradores de lá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você morava lá com a sua família?

O SR. JORGE MÉRES – Morava.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E os seus filhos e a sua mulher?

O SR. JORGE MÉRES – Também moravam comigo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sua mulher foi retirada de lá?

O SR. JORGE MÉRES – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você poderia explicar para ele, olhando para ele, o que aconteceu, por favor?

O SR. JORGE MÉRES – O pessoal perdeu uma mercadoria em São Paulo, grande, de valor alto. Acharam que, porque ela andava comigo, de vez em quando, no caminhão, ela tinha dito onde era o depósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em que sentido? Foi apreendida?

O SR. JORGE MÉRES – Foi, foi.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem ocorrência policial dessa apreensão?

O SR. JORGE MÉRES – Tem, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Lembra onde foi registrada?

O SR. JORGE MÉRES – Na época, foi registrada no primeiro distrito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De Campinas?

O SR. JORGE MÉRES – De Campinas. Até foram ouvidos os meninos na CPI do Narcotráfico em Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E foi levantado isso, Deputado Robson Tuma, o registro, tudo direitinho?

O SR. ROBSON TUMA – Inclusive, os depósitos que ele citava, nós o púnhamos no carro e pedíamos para que ele levasse. E todos eles ... Ele nos levou perfeitamente onde eram os depósitos e, mais do que isso, se não em todos, em quase todos existiam ainda vestígios de cargas roubadas, inclusive de medicamentos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Continue aí a história para nós. Aí a carga ...

O SR. JORGE MÉRES – Aí a carga foi presa e ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carga de quê, você lembra?

O SR. JORGE MÉRES – Havia tudo: lâmpadas, cereais, leite condensado, sardinha. Era atacadista.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era grande?

O SR. JORGE MÉRES – Era grande.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A carga era roubada, desviada ou era golpe de seguro?

O SR. JORGE MÉRES – Não, a carga tinha sido comprada pela Sumaré – Comércio e Exportação de Corumbá – e carregava em São Paulo e descarregava em Campinas. O delegado fazia ocorrência de que a carga tinha sido roubada, dava a documentação toda de que tinha sido roubada a carga.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era golpe contra o seguro?

O SR. JORGE MÉRES – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – Daí foi descoberto; entenderam que essa mulher tinha dado ...

O SR. JORGE MÉRES – É porque ela foi comigo ao galpão. Ninguém sabia que eu não ia falar nada, mas ela foi uma vez comigo lá, e não falou nada. Depois ela sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca mais você soube dela?

O SR. JORGE MÉRES – Não, eu fiz a ocorrência. O delegado que tratou do caso só disse que ela tinha desaparecido e que não sei o quê, mas ela nunca saiu de casa sem avisar, sem falar nada, e não ia deixar as filhas pequenas em casa.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você nunca mais esteve com ela?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem teve notícias dela?

O SR. JORGE MÉRES – Nada. Fiquei sabendo depois que ela tinha sido assassinada. Mas quem...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que você soube?

O SR. JORGE MÉRES – Quem disse que ela tinha sido assassinada foi assassinado seis meses depois e ele era o único que sabia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E você tem alguma idéia do porquê desse crime e de quem poderia ter sido o mandante dele ou a própria interessada teria cometido esse homicídio?

O SR. JORGE MÉRES – Senador, o que aconteceu, o que foi cogitado na época, de acordo com o que me disseram, foi que tinham desconfiado que ela

havia falado, e a organização não permitia que ninguém delatasse.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ela sabia o que você fazia?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deixe-me concluir o meu raciocínio. Ela recebeu alguma ameaça anterior ao fato do desaparecimento dela? Você foi advertido por alguém?

O SR. JORGE MÉRES – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Abertamente, pessoalmente ou de forma indireta?

O SR. JORGE MÉRES – Uns meses depois que ela desapareceu, eu continuava trabalhando com caminhão e fui mandado para o interior do Maranhão e lá tentaram me matar. O cara que fez o serviço foi preso pouco tempo depois e disse que quem tinha mandado matar a mim e a minha mulher tinha sido o pessoal da empresa. A empresa para que eu trabalhava era para o Zé Vicente e para Sozza. Não trabalhava para mais ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele pode ser uns dos responsáveis pela eliminação de sua esposa?

O SR. JORGE MÉRES – Excelência, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os indicativos que você recebeu do que tentou matá-lo. Ele está preso ainda?

O SR. JORGE MÉRES – Está morto.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é que é organização.

O SR. JORGE MÉRES – Mataram nove pessoas depois disso já.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nove homicídios.

O SR. JORGE MÉRES – Todos os que falam morrem. Então, não adianta.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – De jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não confirma?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Lógico que não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem medo de morrer?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não tenho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. WILLIAM SOZZA – Nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem coragem de matar?

O SR. WILLIAM SOZZA – Muito menos. Prefiro morrer do que matar, do que tirar a vida de alguém.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode continuar.

O SR. ROBSON TUMA – Você conhece isto aqui?

O SR. JORGE MERES – Lembro. É um depósito de cereais na estrada que vai para Piracicaba, antes de chegar em Piracicaba um pouquinho, e esse caminhãozinho que está na frente é um caminhãozinho que eu fiz entrega de cigarro para o William umas três vezes, é do Tiêzinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nessa diligência que o senhor fez, esse caminhão estava lá? Nessa recente diligência? Na recente diligência, o caminhão continuava lá?

O SR. JORGE MERES – Estava lá, ele estava lá descarregando mercadoria.

O SR. ROBSON TUMA – Está aqui, essa foto que foi tirada pela Polícia Federal, estou mostrando só para a TV Senado porque é testemunha de que não mostrei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A legenda, a legenda.

O SR. ROBSON TUMA – Mais embaixo está aqui: eu não tinha sequer mostrado o caminhão, tinha só a casa com o caminhão na frente...

O SR. OSCAR ANDRADE – Mostra ao William lá para ver se ele reconhece o caminhão.

O SR. ROBSON TUMA – Eles reconheceram os dois, e tem aqui o endereço: depósito na Estrada de São Pedro...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agora, a propriedade do caminhão foi levantada?

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse caminhão você reconhece, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não reconheço, já vi todas essas fotos ontem, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele não se recusou a responder. Disse que não reconhece nenhuma das fotos como as indicadas pelo Méres e pela diligência que foi feita por autoridade da Polícia Federal e membros da Comissão que o acompanharam nessa diligência.

O SR. JORGE MERES – Excelência, ele não quer reconhecer só por não querer, pois o caminhãozinho parava na frente da Dog Center, na frente do escritório dele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas era dele?

O SR. JORGE MERES – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – O caminhão era de quem?

O SR. JORGE MERES – Do Tiêzinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – É do Tiêzinho?

O SR. JORGE MERES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Como é que chama?

O SR. JORGE MERES – Tiêzinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você disse ontem que não conhece o Tiêzinho, né?

O SR. JORGE MERES – O Tiêzinho tem esse caminhão e tinha mais duas carretas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E trabalhava para ele?

O SR. JORGE MERES – Sim. A gente recolhia mercadoria dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vocês por acaso tinham o registro, quando trabalhavam para ele, em carteira, pagavam Previdência, alguma coisa assim?

O SR. JORGE MERES – Não, não, não, nunca registrou ninguém não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nem o Tiêzinho também não tem...

O SR. JORGE MERES – Não, o Tiêzinho era freteiro, fazia frete para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, você admitiu que ele trabalhou para você seis meses. Foi nessas condições, sem legalizar?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Foi, sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Foi?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Foi.

O SR. ROBSON TUMA – Só seis meses?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Seis meses só.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não fez registro, não recolheu Previdência, nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quanto ele ganhava, você lembra, não?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não tomou nenhuma providência de ordem legal para o registro dele?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. OSCAR ANDRADE – Trabalhou clandestino, de bico.

Quanto que ele ganhava?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Setecentos reais.

O SR. OSCAR ANDRADE – Setecentos?

O SR. JORGE MÉRES – Eu nunca trabalhei para a Dog Center. Eu trabalhei particular para ele e meu salário era mil reais por semana.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mil reais por semana?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É setecentos por mês ou mil?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Setecentos por mês, Se na dor. Ele está mentindo, mas eu não vou falar mais, isso é brincadeira.

O SR. OSCAR ANDRADE – Está bom, sim, William.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não.

O SR. JORGE MÉRES – Eu tenho provas, né?

O SR. OSCAR ANDRADE – É melhor para você assim, para evitar contradição, o contradito é importante.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas é absurdo, Deputado, é absurdo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Porque o que ele falar e você se mantiver calado passa a ser verdade para você. Eu acho que é importante, sim.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deixa, depois ele vai ter que provar isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas se é absurdo você pode...

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Porque não vai, não tem jeito, é absurdo, Senador, isso que ele está dizendo é um absurdo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Você tem documento?

O SR. JORGE MÉRES – Documentos não, mas tenho testemunhas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Tem testemunhas?

O SR. JORGE MÉRES – Tenho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Absurdo é o que aconteceu, agora, responda e reaja, dizendo que é mentira.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Por favor, continue.

O SR. JORGE MÉRES – Porque o William sempre negou que eu trabalhasse... ele sempre diz que sempre trabalhei para a Dog Center. Eu ia na Dog Center somente para buscar alguma nota ou endereço para ir descarregar o cigarro. Ou então trocar de carro, porque seriam duas Vans e o caminhãozinho, não sei... um 709. Então, eu ia lá somente para isso, eu ficava no depósito, eu não ficava lá no escritório dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Aonde você levava as notas, a documentação, você tem lembrança das entregas?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, a maioria deles a gente tinha combinado para ir para fazer o roteiro, mas não deu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mais Maranhão...

O SR. JORGE MÉRES – São Paulo. São Paulo capital, São José dos Campos, Campinas, Sumaré, todinho o interior.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos nos ater aqui à questão do cigarro, Sr. Presidente, só para a gente entender todo o processo. Roubava uma carreta de cigarro, por exemplo, estocava?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Aí faziam as entregas explicadas, aí já calçado com nota?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. OSCAR ANDRADE – Ali já estava esquentado, era outra mercadoria...

O SR. JORGE MÉRES – Não, era o cigarro mesmo, ele tirava a nota de cigarro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Pois é, tirava a nota de cigarro, mas não era aquela...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Usava a mesma nota ou era trocada por uma nota falsa.

O SR. JORGE MÉRES – Não, senhor. O caminhão, quando roubado, era dividido em duas carretas para não aparecer o volume. A gente erguia o eixo e vinha embora para o depósito sem nota, sem nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para aquele depósito da foto?

O SR. JORGE MÉRES – É. Há uns depósitos grandes aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando passava nos postos...

O SR. JORGE MÉRES – Não. Porque...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Porque quando vocês passavam nos postos de... Vocês usavam estradas secundárias?

O SR. JORGE MÉRES – Não, passa normal porque a carreta é para vinte e sete toneladas e a gente passava com cinco e o eixo erguido. Está vazio e ninguém pára caminhão vazio.

O SR. OSCAR ANDRADE – Como se estivesse vazio.

O SR. JORGE MÉRES – Mas ela não estava. Ela estava com 750 caixas de cigarro em cima, seiscentas. A gente dividia, às vezes, de um caminhão de mil para duas carretas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso quer dizer que se você põe uma carga bem menor, o caminhão dá impressão externa de que está vazio?

O SR. JORGE MÉRES – De que está vazio, sim senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não passa nem pela balança?

O SR. JORGE MÉRES – Não, eles só põem em balança quando desconfiam que está muito pesado, mas se está com o eixo erguido não preciso passar em balança.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O eixo do meio?

O SR. JORGE MÉRES – É o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É aquele que é para dar mais sustentação...

O SR. JORGE MÉRES – E a gente sempre usa o eixo erguido que é para justamente não precisar ir para a balança.

O SR. OSCAR ANDRADE – E já saía do galpão a mercadoria?

O SR. JORGE MÉRES – Ela chegava no galpão.

O SR. OSCAR ANDRADE – Já picado, com nota, tudo bonitinho?

O SR. JORGE MÉRES – Chegava, conferia, passava a relação para ele do que tinha chegado e ele já tinha as vendas prontas.

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse contato seu era direto com ele mesmo? Ele que organizava?

O SR. JORGE MÉRES – Não, quem fazia isso era o Vioti.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era o Vioti?

O SR. JORGE MÉRES – O Vioti, o Valdir, o Toninho, o Carlinhos. Eles faziam. A minha parte era pegar do depósito e levar para os mercados, para as panificadoras e para quem havia comprado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra desses fatos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou mais responder, Senador. Tenho todo o direito...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou perguntando se você lembra dos fatos.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder. Eu prefiro... Estou no meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então você se lembra dos fatos e se recusa a responder. Vai ficar consignado. Prossiga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jorge, a LM Eventos Produtos e Comércio Ltda, nome fantasia Boite Paradise?

O SR. JORGE MÉRES – É do Sozza e quem cuidava de lá era o Geraldinho.

O SR. OSCAR ANDRADE – Geraldinho era quem cuidava de lá. Era uma boate?

O SR. JORGE MÉRES – Boate.

O SR. OSCAR ANDRADE – E era só boate ou o que mais acontecia lá?

O SR. JORGE MÉRES – Era boate e ele tinha uma sala em que se encontrava com o pessoal para negociar, para acertar os negócios. Era feito na boate para não ir gente estranha no escritório da Dog Center.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você lembra dessa boate?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Volto a repetir que, de acordo com o que acredito que seja o meu direito constitucional, não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Essa boate, ontem, provamos que era dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se recusa a responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E sobre essas pessoas que ele disse que se encontravam com você lá?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Da mesma maneira eu me recuso a responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A sala que ele disse que você tinha lá?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Recusa a responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não diz nem que é mentira?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu me recuso a responder de acordo...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Então, está entre a verdade e a mentira. Mais para a verdade, porque quem se recusa, quem sabe que é mentira... Tu tem a perder dizendo que é mentira, mas se você se recusa é uma proteção para não se auto-incriminar.

Prossiga.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem é André Luiz Laurindo?

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro de momento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Anselmo Lopes Miyabara?

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Antonio Carlos Vioti?

O SR. JORGE MÉRES – Em primeiro lugar, Excelência, a maioria do povo que trabalhava tanto como qualquer um dos donos das empresas usam nomes falsos; nunca dão os nomes verdadeiros. Então, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra desses fatos que ele está...

O SR. JORGE MÉRES – O chefe também está usando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor lembra desses fatos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Recuso-me a responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Robson Tuma.

O SR. ROBSON TUMA – Gostaria, Jorge, de tentar ler, ao menos, parte do seu depoimento e que você fosse confirmando ou não confirmando os fatos e, obviamente, William Sozza confirmando ou não confirmando os fatos.

No depoimento você explicou que tinha vindo através do Dr. Cutrin, que confiou na justiça, que estava entrando no Programa de Proteção à Testemunha, enfim....

Você está falando aqui de William Sozza. Foi-lhe perguntado quem eram os cabeças da quadrilha. Você disse: um advogado, empresário de São Paulo, que tem quase 40% do efetivo da Polícia obedecendo a ele, o Sr. Dr. William Marques. Você confirma isso?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, Ex^a.

O SR. ROBSON TUMA – William, o que você tem a dizer disso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder também.

O SR. JORGE MÉRES – É que o William era conhecido como advogado, e como William Marques por causa da empresa. O nome da empresa, no final, tem Marques.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você assistiu a algum encontro deles?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quando e onde?

O SR. JORGE MÉRES – Fomos para São Paulo, porque o José Geraldo entrou na Justiça dizendo que nunca esteve no hotel. Inclusive, foi até o hotel...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi com ele?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o gerente não estava lá. O gerente me conhece e podia reconhecer...

O SR. ROBSON TUMA – Não foi essa a pergunta. Perguntou se foi com...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O fato de ter ido com ele ou assistido a algum encontro dele com esse advogado a que você se referiu.

O SR. JORGE MÉRES – Como advogado, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nunca viu os dois...

O SR. JORGE MÉRES – O advogado que encontrava com ele era o Dr. Eugênio.

O SR. ROBSON TUMA – Quem foi na reunião?

O SR. JORGE MÉRES – Na reunião era o José Geraldo, Hildebrando, Augusto...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hildebrando é o ex-Deputado?

O SR. JORGE MÉRES – Hildebrando Pascoal.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Hildebrando Pascoal? Participou das reuniões... E ele tinha conhecimento do Hildebrando?

O SR. JORGE MÉRES – Tem, o William tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pode prosseguir.

O SR. ROBSON TUMA – Aí você vai para frente e fala assim: "... que eu era de confiança, que nunca falei nada, e eles depositavam confiança em mim. Então, eu participava, eu ficava junto das salas quan-

do eles comentavam os assuntos e decidiam o que iriam fazer”.

O SR. JORGE MÉRES – To dos os anos em que eu trabalhei para as empresas que eram deles, em entrega e recebimento de dinheiro, nunca faltou nem mercadoria nem dinheiro. Então, eu era de confiança da organização.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você pode descrever essa sala e onde você ficava?

O SR. JORGE MÉRES – Em qualquer lugar em que se encontrasse, em restaurante...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas como era o prédio, a situação física...?

O SR. JORGE MÉRES – Em qualquer lugar, escritórios, restaurante...

O SR. ROBSON TUMA – Ele sempre estava com ele.

O SR. JORGE MÉRES – Todos os lugares.

O SR. ROBSON TUMA – Você diz: “Eu trabalhei com o William, e ele depositou uma confiança em mim. Então, eu acompanhava ele em todo o trajeto dele, como motorista e sempre acompanhando ele”. Esse fato você afirma, ou não?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, eu sempre estava com ele.

O SR. ROBSON TUMA – William, ele sempre estava com você? Ele era seu motorista?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Mas você respondeu isso há dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Que trabalhou seis meses com você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas não quero responder mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então repete que não vai responder.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – De acordo com o direito constitucional que acho que tenho...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa repetir mais o seu direito.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Tudo bem. Não quero responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso continua a deixar a forte suspeita, aumentando, de que ele está falando a verdade.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ele está mentindo em tudo. Mas isso, na hora certa, Se na dor...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se recusa a responder...

O SR. ROBSON TUMA – Qual a hora que você acha certa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Na hora certa, na hora em que aparecer que tudo é mentira.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo. Pode continuar.

O SR. ROBSON TUMA – Aí foi-lhe perguntado se você era motorista e segurança, e você disse que sim. Você continua afirmando, então...

O SR. JORGE MÉRES – Fui motorista dele, sim.

O SR. ROBSON TUMA – Aí você coloca a reunião, onde existia a reunião com aquelas pessoas. Você disse: “No Village Palace Hotel”. Depois você deu o endereço e, para abrir um parêntese, você contou onde era o hotel e, na diligência da CPI, viu-se que não era Village, que o hotel realmente existia, mas que era o hotel que havia na frente do aeroporto de Guarulhos, do qual não me lembro o nome agora.

O SR. JORGE MÉRES – Foi fotografado o hotel.

O SR. ROBSON TUMA – E em São Paulo e no escritório de William Marques, você afirma que também tinham reuniões no escritório de William Marques.

O SR. JORGE MÉRES – No escritório da Ponto Zero.

O SR. ROBSON TUMA – No escritório da Ponto Zero. Você afirma isso, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, ele poderia repetir os nomes por inteiro, do Hildebrando e de outras pessoas a que se referiu. Dá para repetir os nomes que você lembra por inteiro?

O SR. JORGE MÉRES – José Geraldo de Abreu, Hildebrando Pascoal e Augusto Farias.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E essas reuniões se repetiram?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Só teve essa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Só teve essa onde?

O SR. JORGE MÉRES – Só essas duas. No hotel e no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – No hotel...

O SR. JORGE MÉRES – No hotel e no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Qual hotel?

O SR. JORGE MÉRES – Eu não lembro o nome. Tenho que olhar nos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Onde era?

O SR. JORGE MÉRES – Em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Em São Paulo? E...

O SR. JORGE MÉRES – Era um hotel... Agora não é mais hotel. É flat. Mas ele tem a frente toda de madeira e vidro, tem uma entrada em madeira colonial e vidro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você poderia acompanhar...

O SR. – (Fora do microfone.) ...dez anos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não. Não.

O SR. JORGE MÉRES – Mas o Dr. Lacierre conseguiu um cartão onde tinha o modelo antigo do hotel, que foi mudado. Mas não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Confirma isso? Essas pessoas?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. ROBSON TUMA – Wiliam disse que você trabalhou para ele por cerca de seis meses. Você dizia no seu depoimento passado: “Eu trabalhei num período longo com ele, desde 94, 95, 96”.

O SR. JORGE MÉRES – Em 88. Eu comecei a trabalhar com o Zé Vicente, que era tudo a mesma coisa.

O SR. ROBSON TUMA – Não. Como é que é?

O SR. JORGE MÉRES – Em 88 eu comecei a trabalhar com o Zé Vicente, que era tudo uma coisa só. Que era uma empresa...

O SR. ROBSON TUMA – Noventa e oito?

O SR. JORGE MÉRES – Oitenta e oito.

O SR. ROBSON TUMA – Oitenta e oito. Não, tudo bem. Mas direto com o Wiliam?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Desde 93.

O SR. ROBSON TUMA – Noventa e três?

O SR. JORGE MÉRES – Isso.

O SR. ROBSON TUMA – Porque lá no depoimento você disse: “de 94 para cá”.

O SR. JORGE MÉRES – É que em 93 foi aberta uma empresa em meu nome em Campinas. A Distribuidora Camp. Então, eu fui para lá e fiquei mais direito lá.

O SR. ROBSON TUMA – Essa empresa você abriu a pedido do Wiliam ou foi a pedido do Zé Vicente?

O SR. JORGE MÉRES – Do Zé Vicente com o Wiliam. Os dois que abriram.

O SR. ROBSON TUMA – E você fala que tem conhecimento de uma carreta que foi para a Bolívia: “Não era uma carreta. Foi mandada uma carreta, enviada do Maranhão, com uma carta do fiel depositário, assinada pelo juiz. E trabalhava na exportação Paia Águas.

O SR. JORGE MÉRES – Paiaguás.

O SR. ROBSON TUMA – Paiaguás. Comércio e Exportação Paiaguás. E foi designada que a Paiaguás transportasse essa carreta até a fronteira da Bolívia. Lá foi entregue a um dos chefões que hoje comanda praticamente a metade da Bolívia.

O SR. JORGE MÉRES – Chichito.

O SR. ROBSON TUMA – Que se chama Chichito. Que foi entregue a ele essa carreta e o pagamento foi feito em armas, que foram destinadas da Bolívia para o Aeroporto Internacional de Corumbá e de lá destinadas a São Luiz do Maranhão, aos cuidados do Deputado José Geraldo.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Esse fato continua sendo verdadeiro?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. E o Sargento Lisboa, tempos depois, limpou essas armas que estavam na fazenda do José Geraldo, guardadas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – (Fora do microfone.) Limpou como?

O SR. JORGE MÉRES – Porque elas estavam guardadas...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas fez limpeza física ou trocou os números?

O SR. JORGE MÉRES – Não, limpeza, manutenção.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Só para esclarecer, o Sargento Lisboa é o policial do Maranhão?

O SR. JORGE MÉRES – Do Maranhão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Policial do Maranhão que... Qual é a cidade dele?

O SR. JORGE MÉRES – Nova Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – De Nova Olinda, que também estava no esqueleto de madeira de cargas, lá em Nova Olinda...

O SR. JORGE MÉRES – Sim, ele era delegado lá em Nova Olinda. Porque, no Maranhão, quem era sargento nas cidadezinhas pequenas assumia como delegado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Assumia como delegado.

O SR. JORGE MÉRES – Então, ele controlava a polícia, para os caminhões passarem.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É bom esclarecer, então, que o Sargento Lisboa era delegado em Nova Olinda e atuava junto com o Zé Gerardo e junto com o prefeito.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, com ele e com o William, prefeito de Nova Olinda.

O SR. POMPEO DE MATTOS – William, prefeito de Nova Olinda. Atuavam juntos e roubavam cargalá.

O SR. JORGE MÉRES – Juntos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunta se ele confirma.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor confirma isso? O senhor conhece o Sargento Lisboa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não vai responder. Mas é bom deixar bem clara essa história, sobre quem é o sargento Lisboa nessa história toda.

O SR. JORGE MÉRES – O Sargento Lisboa também trabalhava junto com o que foi candidato a Deputado lá em Nova Olinda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – Não me lembro o nome dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Também sei o nome dele, mas não me lembro. Mas tudo isso já foi esclarecido, Presidente, na CPI do Narcotráfico. Inclusive o Sargento Lisboa foi ouvido na CPI e admitiu tudo isso, confessou tudo isso e colaborou com a CPI. Aliás, quero pedir aqui, formular um requerimento – se o Dr. Naurides puder formalizar esse requerimento – para convocarmos, quando formos ao Maranhão, o Sargento Lisboa, para que ele possa depor. Porque ele deu contribuições importantes à CPI do Narcotráfico e tem condições de ampliar essas contribuições, na medida em que tenhamos informações e podemos questioná-lo sobre coisas que ainda não foram esclarecidas nessa conexão lá no Maranhão.

O SR. ROBSON TUMA – Durante os anos de 1994, 1995 e 1996, foram 46 carretas Volvo e 04 carretas Scannia, seis mandadas para São Paulo e todo o restante do Estado do Maranhão. Todas elas com documentação que acompanha assinada por juiz do Maranhão, dando a oportunidade de elas serem transportadas até lá e passar para o outro lado, para a Bolívia.

Você continua afirmando isso?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Dois juízes que davam as cartas para a carreta trafegar no Estado.

O SR. ROBSON TUMA – William, você confirma isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – O William participava desse esquema dessas carretas?

O SR. JORGE MÉRES – Das carretas que saíram de São Paulo sim, porque eram tomadas pelo Tíezinho, pelo gauchinho, que trabalhavam para ele.

O SR. ROBSON TUMA – William, você confirma esse fato?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Ia alguém junto na fronteira, para entregar as carretas, pegar o pagamento?

O SR. JORGE MÉRES – Não, chegava lá, entregava para o Zé Vicente, o Zé Vicente tinha contato direto com o Chichito, ele vinha, olhava o valor e...

O SR. ROBSON TUMA – Como era pago isso?

O SR. JORGE MÉRES – Geralmente era em dinheiro, mas, quando eles estavam precisando de armas ou de alguma outra coisa, eles trocavam por arma ou droga, ou...

O SR. ROBSON TUMA – Arma, droga.

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – E como o William recebia a parte dele?

O SR. JORGE MÉRES – Aí quem era o responsável por isso aí era o Arizoli Trindade.

O SR. ROBSON TUMA – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – Arizoli Trindade.

O SR. ROBSON TUMA – O Arizoli.

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – Que também está lá na Federal, sob proteção.

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – É isso?

O SR. JORGE MÉRES – Porque o Arizoli cuidava da parte das drogas, o Zé Gerardo cuidava da parte de arma.

O SR. ROBSON TUMA – O William nunca foi para lá? Ou você nunca viu, nunca soube? Ou já foi?

O SR. JORGE MÉRES – Na época em que eu estava lá, não senhor.

O SR. ROBSON TUMA – Não?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

(Pausa)

O SR. ROBSON TUMA – Você estava falando agora, aqui, da morte de Stênio Mendonça. Vou falar um pouco da morte do...

O SR. JORGE MÉRES – Stênio Mendonça estava investigando o José Geraldo há uns dez anos sobre tráfico de drogas, negócio de armas e pistolagem no Maranhão. Aí foi carregada uma carreta, em São Paulo, de fogões, foi feito o seguro e foi mandado para lá e vendido para o Prefeito de Vitorino Freire. Foi dada a queixa, o delegado fez uma ocorrência falsa e esconderam a carreta dentro da casa da filha do Chico Caíca, que era deputado de lá.

O SR. ROBSON TUMA – E foi cassado.

O SR. JORGE MÉRES – O Stênio Mendonça descobriu que tinham feito essa aí para ele, botaram lá a carreta para ele achar a carreta, para ajeitar e tirar ele de circulação.

O SR. ROBSON TUMA – O William sabia disso?

O SR. JORGE MÉRES – Sabia.

O SR. ROBSON TUMA – Estava envolvido com isso?

O SR. JORGE MÉRES – Rapaz, cada um cuidava de um Estado: o William cuidava de São Paulo e falou que o José Geraldo se virasse com o Estado do Maranhão, e o José Geraldo se virou; tirou o Stênio da frente, porque o Stênio estava atrapalhando toda a organização, não tinha mais como ir carga nem caminhão para lá.

O SR. OSCAR ANDRADE – Quem era o Stênio?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Stênio era o delegado lá do Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Era o delegado que fez o registro falso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não, não, era o delegado que foi morto, que seguia...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele está sendo responsabilizado como co-autor?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Exatamente, como co-autor.

O delegado, ele é alguém que estava no pé de toda a quadrilha. Ele tinha todo o esquema na mão, já tinha descoberto tudo, só faltava, digamos assim, revelar. E quando estava para revelar eles, não tendo mais o que fazer, não tendo como esconder, acabaram fazendo o quê? Mataram o delegado. Armaram um esquema com o bando do Bel para matar o delegado. Coincidentemente o lado do bom da polícia se indignou e foi, sabia quem estavam agindo, que era o Lauristo e todo o time, mataram; daí foram lá e prenderam o bando do Bel.

Aí um juiz bandido, que era ligado com pessoas do esquema, que morava, que tinha uma comarca a

300, 400 quilômetros dali, onde alguém do bando do Bel respondia a um processo há anos, que estava lá parado, a pedido de um outro delegado bandido chamou o bando do Bel para ir dar de poimento lá na cidade, no caminho passaram, resgataram e mataram todo o bando do Bel. O bando do Bel, que matou o delegado, foi morto pelo bando do José Geraldo, vamos dizer assim, “queimaram o arquivo” de quem tinha “queimado o arquivo”. E aí sobrou só um.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Nas apurações que o senhor fez, o que chega a ele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Acontece que ele não estava lá, mas ele sabia do outro. Tanto o pessoal do Maranhão como o de São Paulo um sabia do outro, então como os caminhões iam de São Paulo para o Maranhão, quer dizer, lá no Maranhão o Stênio era um espinho no pé deles, conseqüentemente ele estava estragando o negócio dele que não podia mandar caminhões de carga roubada para o Maranhão, em função do Stênio.

O SR. ROBSON TUMA – E trocar informações com a polícia daqui.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então o que eles resolveram?

O SR. JORGE MÉRES – Ele não podia nem mandar nem receber. Portanto, a seguradora fez o seguro dessa carga, para armarem para o delegado achar a carga. O seguro foi feito por um funcionário dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí o que aconteceu? Mandaram matar o Stênio, e mandaram matar quem matou o Stênio e desses, do bando do Bel, só sobrou um, o Jota. E – pasmem! – o Jota ficou preso e foi lá para a polícia militar. Aí um desembargador chamou o Jota na casa dele. O Jota saiu do presídio, com escolta, foi a casa do desembargador, e lá perguntou ao Jota se ele queria sair e se ele quisesse sair da cadeia era só contratar fulano, deu o nome de um bom advogado, que era só pedir para aquele advogado que ele soltava ele. O Jota disse ao desembargador: pelo amor de Deus, não me solte. Porque ele viu no jornal todos os companheiros dele mortos, só não morreu ele porque não estava junto. Ele sabia que se fosse solto, morreria. Tudo indica que o Desembargador queria soltá-lo para acabar com uma das provas remanescentes, que alguém pudesse abrir o bico. É mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você confirma essa história William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você chegou a ouvir ou fechou os ouvidos também?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ouvi, estou ouvindo tudo, pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não te causa nenhuma indignação isso, nenhuma revolta?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – De maneira nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você está tranquilo?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Indignação é lógico que dá, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você confirma ou não? Isso não vai prejudicar você, ele nem está depondo contra você.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Só fiquei sabendo que existia um delegado chamado Stênio Mendonça quando recebi o mandado de prisão por ser o mandante da morte dele. Só isso. Eu nem sabia o ano em que tinha morrido, não sabia nada. Só fiquei sabendo quando recebi o mandado de prisão por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E as pessoas referidas, que são do Maranhão, nunca lhe disseram nada?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não conheço ninguém, nunca estive no Maranhão, nunca estive no Acre, como nunca estive no Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – E contato com essas pessoas?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Nada.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, mas se você fica revoltado com toda essa injustiça que está acontecendo, não é a hora de mostrar isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Deputado, não é a hora, certo? Vou mostrar tudo. Por isso mesmo quero me manter em silêncio. Eu sei...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não, Deputado. De vez em quando, tiramos uma pílula de você.

O SR. ROBSON TUMA – Você está falando da empresa que foi montada, a Distribuidora Campi em seu nome. Você falou que o José Vicente Soares mais o William usavam também para fazer lavagem de dinheiro e pagamento de duplicatas por meio dela. Você reafirma isso?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. O William fazia as duplicatas, mandava para a Distribuidora Campi, que fazia a duplicata e mandava para o William. Uma em-

presa pagava a de outra para sumir a quantidade de dinheiro do banco.

O SR. ROBSON TUMA – Você confirma isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Mas achou engraçado. Você sabia que ele tinha uma empresa?

O SR. JORGE MÉRES – Sabia porque ele que fazia as notas para esquentar a mercadoria que era comprada para minha empresa. Eu ia pegar na mão dele, no escritório dele. Quem preenchia as notas era o Marcos, que é irmão dele. Nós compramos uma mercadoria de São Paulo, aquelas bombinhas de passar veneno, que são muito vendidas na Bolívia, o William tinha uma empresa em Campina Grande, na Paraíba. Peguei as notas lá com o carimbo e tudo da fiscalização das mãos dele.

O SR. ROBSON TUMA – E aí, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Por que você está achando graça?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Porque é absurdo, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – É engraçado dizer que se é bandido, ladrão, sem-vergonha, freqüenta quadrilha de roubo de carga, é traficante, lavador de dinheiro? É engraçado isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, de maneira nenhuma.

O SR. ROBSON TUMA – Se alguém fizesse isso, a última coisa que eu faria seria dar risada. Do que você está dando risada?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Porque é um absurdo grande demais, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Se é um absurdo, porque você não se defende em vez de dar risada?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Porque vou me defender na hora certa.

O SR. ROBSON TUMA – Qual é a hora certa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Isso eu que vou definir.

O SR. ROBSON TUMA – Como é?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Isso sou eu que vou definir.

O SR. ROBSON TUMA – Não senhor, não é o senhor, não.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Então, se o senhor me pergunta a hora certa, não sei. O senhor sabe?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei. A hora é agora. O senhor está perdendo a oportunidade de publicamente fazer essa defesa. Na outra vez que viemos à CPI, o senhor ria também. Eu até estava olhando uma fotografia ontem à noite, o senhor estava sentado...

O SR. ROBSON TUMA – Isso é o sorriso do jacaré?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do crocodilo.

O SR. ROBSON TUMA – Seu sorriso é do crocodilo, que quando vê a presa sorri de prazer?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, ele chora, quando morde chora.

O SR. ROBSON TUMA – Porque ele chora?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Porque ele aperta as mandíbulas.

O SR. ROBSON TUMA – Era isso que eu queria, que você explicasse bastante para nós, sabe por quê? Porque foi exatamente a atitude que teve seu companheiro Artur Eugênio na CPI.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na outra vez, o senhor veio aqui e ria também da CPI e dizia que achava graça disso, não era verdade, tudo era mentira. Agora é mentira que ele era seu “laranja”? Ele mesmo está admitindo que era seu “laranja”, como também aquele outro menino lá da boate. Como é o nome dele, Deputado Robson Tuma?

O SR. ROBSON TUMA – Geraldo Bordini.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, Geraldo Bordini, outro “laranja”. Ele veio à CPI e chorava de desgraçadizando assim: “Todos os bens que eu tinha não era meu, era dele. Minha conta corrente no banco era ele que movimentava, os documentos era ele quem tinha.”

Os documentos que acharam na sua casa, vários documentos de pessoas mortas, de pessoas vivas, documentos que não tinham nome de pessoas, porque eram só espelhos em branco, para que servia tudo isso? Vai rir disso também? Ou isso não é verdade?

O SR. NELSON PELLEGRINO – Por que o senhor fugiu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder mais nada, tá? Por favor, prefiro não responder mais.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Por que o senhor fugiu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Prefiro não responder, Deputado.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Se o senhor é inocente, não tinha nenhum motivo para ficar todo esse tempo foragido. O senhor se considera inocente?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, tenho certeza que sou inocente.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Não, né? Não se considera.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Lógico. Tenho certeza que sou inocente.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Por que o senhor ficou todo esse período longe, desaparecido, fugindo da justiça, quando a atitude normal de quem é inocente é se apresentar, fazer a sua defesa e, até conforme a lei estabelece, não havendo algo concreto, pedir o relaxamento da prisão? Como o senhor ficou todo esse período foragido? Por que ficou todo esse período foragido? A que o senhor atribui isso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – A medo, Deputado. Medo das mentiras que foram impostas, medo de cadeia, medo de tudo.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Medo de quê, se o senhor é inocente? Quem é inocente não tem medo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Isso. Se sou inocente, porque eu ia para a cadeia, Deputado?

O SR. NELSON PELLEGRINO – Sim, então o senhor deveria se apresentar e fazer a sua defesa, dizendo: “Sou inocente”. E apresentaria as provas: “Não há nada contra mim.”

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas ia assim mesmo.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Medo do quê? Quem é inocente não tem medo de ir para a cadeia. Acho que não há por que ter medo. Acho que o senhor tem que revelar qual é o medo do senhor. Qual é o medo? O senhor tem medo por que é um arqui vivo, tem medo de sofrer represália em função disso?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não sou arquivo de nada.

O SR. ROBSON TUMA – Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Vou entrar um pouquinho no assunto dos irmãos do William. Qual era o papel deles na organização?

O SR. JORGE MÉRES – Nenhuma.

O SR. ROBSON TUMA – Nenhuma como? Eles não trabalhavam lá na...

O SR. JORGE MÉRES – Não, eles trabalhavam para a Dog Center. Eles não sabiam o que o William fazia. Tinham conta em nome do Eduardo e do Mar-

cos, que o William movimentava, mas acho que era só da Dog Center...

O SR. ROBSON TUMA – Ah, eles tinham conta em nome do Eduardo e do Marcos que o William movimentava?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, mas acho que essa aí era só da Dog Center, não era de fora. Pelo menos o que eu sei, Doutor, é que os irmãos deles não sabiam do que ele fazia.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você acha que eles podiam ser, involuntariamente, “laranjas” do William? Eles tinham conta e o William movimentava a conta deles?

O SR. JORGE MÉRES – Sempre. O William tinha controle de tudo, de documentos, tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Nós achamos muito dinheiro indo para a conta dos irmãos, e você tinha dito que os irmãos não eram envolvidos. Por isso estou repetindo.

O SR. JORGE MÉRES – Eu nunca soube de envolvimento.

O SR. ROBSON TUMA – O William podia usá-los como “laranja”.

O SR. JORGE MÉRES – Podia, mas eu nunca soube de envolvimento deles.

O SR. ROBSON TUMA – William, você usava seus irmãos como seus “laranjas”? Por isso havia muita transações financeiras entre vocês e seus irmãos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Eu ontem fiz algumas perguntas para o William. Obviamente ele não as quis responder, porque podia se incriminar. Eu queria repeti-las para você. Só para terminar o caso do Delegado Stênio: quer dizer que o William participou da reunião em que o José Geraldo falou e o grupo falou que tinha que matar o Stênio. É isso?

O SR. JORGE MÉRES – Participou.

O SR. ROBSON TUMA – Então, ele sabia previamente da morte do José Stênio?

O SR. JORGE MÉRES – Sabia, sim.

O SR. ROBSON TUMA – É Stênio, não é Zé Stênio, não é?

O SR. JORGE MÉRES – É Stênio Mendonça.

O SR. ROBSON TUMA – Então, pode-se dizer que ele é co-autor da morte do delegado, já que ele participou da reunião e concordou que o delegado deveria ser morto.

O SR. JORGE MÉRES – Ele concordou que o delegado estava atrapalhando o José Geraldo no

Estado. Como era do Maranhão, o responsável era o Zé Geraldo.

O SR. ROBSON TUMA – O Zé Geraldo não iria lá para matar, mas concordou que esse era um jeito de tirar o...

O SR. JORGE MÉRES – Era para frear o Stênio.

O SR. ROBSON TUMA – Então, vamos lá. Você se lembra do Antonio Carlos Vioti?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era ele?

O SR. JORGE MÉRES – O Toninho estava sempre junto comigo. Ele era meu batedor e era testa-de-ferro do William.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o William o conhece?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, trabalha para o William há muitos anos.

O SR. ROBSON TUMA – Por isso que tinha bastante cheques do William para o Vioti?

O SR. JORGE MÉRES – O Vioti era responsável de receber mercadorias, quando era entregue. Ele também recebia nas contas dele. Assim também, quando era pagamento em carro, eu ia buscar junto com ele.

O SR. ROBSON TUMA – William, você ontem não quis responder para não se incriminar. E, hoje, você quer esclarecer o caso do Vioti?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Já que você ontem confirmou que ele trabalhou para você?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Fale-me agora da relação do William com o Dr. Artur Eugênio.

O SR. JORGE MÉRES – O Dr. Artur Eugênio é advogado e amigo pessoal dele.

O SR. ROBSON TUMA – Só isso?

O SR. JORGE MÉRES – Bom, eles tinham negócios juntos. Não sei o que eles faziam.

O SR. ROBSON TUMA – Mas o Artur Eugênio participava da quadrilha ou advogava para a quadrilha?

O SR. JORGE MÉRES – Sempre que tinha algum problema com qualquer um que tivesse trabalhando para o William, o Artur Eugênio era o primeiro advogado a chegar e fazer acerto...

O SR. ROBSON TUMA – Então, ele fazia parte da quadrilha?

O SR. JORGE MÉRES – ...fazer acerto com a Polícia e soltar todo mundo.

O SR. ROBSON TUMA – Você confirma que Artur Eugênio fazia parte da quadrilha?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. JORGE MÉRES – Fomos presos eu e Antoninho Vioti em São Paulo, na 37ª DP, às oito horas da noite, com 148 caixas de cigarro que o William tinha mandado entregar. Era para receber uma parte em dinheiro e um carro. Eu fui com um caminhãozinho. Aí, o cara que tinha comprado do Sozza tinha vendido para um policial, sem saber que o cara era policial. Armaram um esquema e nos prenderam. Antes mesmo de conversarmos alguma coisa com o delegado, o Artur Eugênio chegou lá para nos soltar.

O SR. ROBSON TUMA – O caso da BMW. O William tinha uma BMW?

O SR. JORGE MÉRES – Tinha.

O SR. ROBSON TUMA – Você sabe que ele foi preso com a BMW?

O SR. JORGE MÉRES – Ele foi preso com uma BMW preta. Ele tinha uma branca esporte.

O SR. ROBSON TUMA – Mas ele foi preso com uma BMW?

O SR. JORGE MÉRES – Foi.

O SR. ROBSON TUMA – Você sabe o motivo?

O SR. JORGE MÉRES – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Você confirma, William, que foi preso com uma BMW?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Por quê? Se já está no inquérito da Polícia, por que não quer responder?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. ROBSON TUMA – Por que isso o incrimina? (Pausa.)

O SR. MORONI TORGAN – Permite-me um parte?

O SR. ROBSON TUMA – Um aparte ao Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Jorge, há um detalhe que me chamou atenção no primeiro depoimento do William: ele tinha muito medo do Artur Eugênio. Inclusive, quando ele estava a ponto de fazer um acordo conosco, o Artur Eugênio chegou perto, ele olhou para o Artur Eugênio e praticamente embranqueceu. Eu queria entender um pouco por que o William tinha receio do Artur Eugênio.

O SR. JORGE MÉRES – Talvez ele não tenha receio, porque o William não é de ter medo de ninguém, mas acho que o Artur deve estar ligado com

outra pessoa maior e, então, eles não querem se envolver. O William obedeceu a tudo que o Artur Eugênio falava.

O SR. MORONI TORGAN – O William obedecia a tudo que o Artur Eugênio falava.

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. MORONI TORGAN – Agora, você sabe quem é Moacir Sasse, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor. Morei na casa dele. Eu ia no caso dele quase todos os dias.

O SR. MORONI TORGAN – Ele tinha cassino onde?

O SR. JORGE MÉRES – Lá em Campinas. Ele tinha dois cassinos e também jogo de bicho.

O SR. MORONI TORGAN – Jogo do Bicho.

O SR. JORGE MÉRES – Sim. E era envolvido com tráfico.

O SR. MORONI TORGAN – E o William disse que era envolvido com tráfico também?

O SR. JORGE MÉRES – Era e foi morto no Mato Grosso por causa disso. Ele não pagou ao boliviano.

O SR. MORONI TORGAN – E quem levou o Moacir Sasse para conhecer o William foi o Artur Eugênio?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. MORONI TORGAN – Isso não é novidade, pois está expresso nos depoimentos do William.

O SR. JORGE MÉRES – E quem nos levou para conhecer o Moacir foi o William através do Dr. Artur.

O SR. MORONI TORGAN – O Artur levou vocês para conhecer o Moacir?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. MORONI TORGAN – Quero mostra essa conexão que considero importante.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E hoje o Moacir está morto.

O SR. MORONI TORGAN – O Moacir está morto por causa de acertos, segundo o Jorge. Nos depoimentos do William, ele afirma que quem levou o Moacir Sasse para conhecê-lo foi o Artur Eugênio.

O SR. ROBSON TUMA – Inclusive no último dia, antes de ontem, no Maranhão.

O SR. MORONI TORGAN – Exato, confirmando isso. Por que o Artur Eugênio tinha tanta ingerência sobre a sua pessoa, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder, Deputado.

O SR. OSCAR ANDRADE – Mas o Artur Eugênio era seu advogado.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Advogado e amigo. Era mais amigo do que advogado.

O SR. MORONI TORGAN – Então, por que você pagava cheques para o pai dele?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. MORONI TORGAN – Sua amizade era tão grande a ponto de ser mais generoso com o pai do que com ele? Digo isso por que temos informações de que foi muito mais difícil para o pai do que para ele.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Você sabe quem é Carlos Eduardo Valdir?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é?

O SR. JORGE MÉRES – É o Carlinhos, irmão do Valdir.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é Carlos Eduardo Valdir? O que ele fazia?

O SR. JORGE MÉRES – Eles alugavam depósitos para o William guardar mercadoria e também entregavam e vendiam.

O SR. ROBSON TUMA – O William os conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – Claro. Estavam direto no escritório dele. Compravam carro do William e tudo.

O SR. ROBSON TUMA – É? E o William conhecia o esquema do roubo de cargas?

O SR. JORGE MÉRES – Conhece. Eles foram presos em Campinas e ficaram três meses na prisão. Quem pagou advogado foi o Sozza.

O SR. ROBSON TUMA – O William Sozza?

O SR. JORGE MÉRES – Foi. Ele soltou eles.

O SR. ROBSON TUMA – E quem foi o advogado?

O SR. JORGE MÉRES – O Artur Eugênio trabalhou.

O SR. ROBSON TUMA – O Artur Eugênio.

Você afirma isso, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. JORGE MÉRES – Eles foram presos em um depósito que está nessas fotografias.

O SR. ROBSON TUMA – Já disse isso ontem e vou repetir agora: ele realmente tinha contato com o Carlos Eduardo Valdir porque os relatórios de ligações telefônicas provam esse contato. Estou só repetindo as perguntas para que ele também conte a sua história, mostrando que realmente não pode responder para não se auto-incriminar. Além das ligações te-

lefônicas, há o testemunho do Jorge Méres, deixando isso claro e confirmando esses contados.

O SR. JORGE MÉRES – Inclusive, quando dei os números dos meus telefones para a CPI do Narcotráfico, aparecem todos os telefones deles.

O SR. ROBSON TUMA – Aparecem?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Já falou sobre o Dog Center. Você se lembra de Edson Pereira Coutinho?

O SR. JORGE MÉRES – Não me lembro de quem é.

O SR. ROBSON TUMA – Fábio Peixoto de Melo? Se você não se lembra dele, não faz mal. Basta dizer que não se lembra dele e tudo bem.

O SR. JORGE MÉRES – Não me lembro dele porque era muita gente.

O SR. ROBSON TUMA – Geraldo da Silva Bordini Júnior?

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Ele trabalhava com a gente.

O SR. ROBSON TUMA – Onde?

O SR. JORGE MÉRES – Ele cuidava mais de negociar banco para o William e cuidava da boate. Quando tinha muita entrega para fazer, ele me ajudava a fazer as entregas.

O SR. ROBSON TUMA – Então, ele era um laranja?

O SR. JORGE MÉRES – Era.

O SR. OSCAR ANDRADE – William, você se lembra do Bordini?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – O Bordini, no seu depoimento, afirmou que era laranja do William Sozza e foi usado por ele para cometer vários crimes.

Você conhece aquela história da Mercedes?

O SR. JORGE MÉRES – Da Mercedes do policial?

O SR. ROBSON TUMA – Isso mesmo.

O SR. JORGE MÉRES – Lembro-me dessa história.

O SR. ROBSON TUMA – Por que deram a Mercedes para o policial?

O SR. JORGE MÉRES – Ele era funcionário do Sozza. Quarenta por cento da polícia de lá estava na folha de pagamento da empresa dele.

O SR. ROBSON TUMA – Eles iam muito àquela boate, não é mesmo?

O SR. JORGE MÉRES – Iam. Lá era ponto de encontro.

O SR. ROBSON TUMA – Ponto de encontro dos policiais que eram do esquema.

O SR. JORGE MÉRES – É. Para acertar pagamento.

O SR. OSCAR ANDRADE – Era lá que eles recebiam?

O SR. JORGE MÉRES – É. Lá, às vezes, o William parava a BMW no meio da rua e pagava também. Não tinha muita...

O SR. OSCAR ANDRADE – Era bem tranquilo.

O SR. JORGE MÉRES – O William é muito conhecido lá, é muito respeitado lá. Então, não tem problema.

O SR. ROBSON TUMA – William, você confirmou esse fato?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Podia dizer que não. Mas pode se incriminar.

O SR. JORGE MÉRES – Esse policial, na CPI do Narcotráfico, não quis falar e jogou a culpa na namorada, só que ele tem uma casa ali em Taparau, dizia que pagava aluguel, a casa está no nome da namorada dele. O carro que ele pegou no acordo está no nome da namorada dele. Um cabra ganhando R\$500,00 por mês não podia ter uma casa daquele valor.

O SR. NELSON PELLEGRINO – Esse é aquele sem dedo?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Sem dedo é o que fazia assalto.

O SR. ROBSON TUMA – O Régis não é o sem dedo?

O SR. JORGE MÉRES – Não. O Régis tem é o dedo. O sem dedo é o que foi assaltar o caminhão e deu um tiro no dedo.

O SR. ROBSON TUMA – Quem que é esse?

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro o nome dele, não. Porque é o Régis, o Jean e ...

O SR. MORONI TORGAN – O cômico do sem dedo é que não se lembrava de como tinha perdido o dedo.

O SR. ROBSON TUMA – Mas é o Régis, não é isso?

O SR. POMPEO DE MATTOS – É o Régis.

O SR. JORGE MÉRES – Porque tem o Jean...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Então, conta para nós...

O SR. ROBSON TUMA – É o próprio Régis.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele mesmo deu um tiro no dedo dele mesmo?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, ele mesmo.

O SR. ROBSON TUMA – Você, quando foi dar a Mercedes para ele, você viu que ele já estava sem dedo, ou não, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos continuar aqui. Todo mundo trabalhava para ele, por que nesse fato ele ganhou uma Mercedes?

O SR. JORGE MÉRES – Porque ele segurava as delegacias, não é, e os acertos.

O SR. ROBSON TUMA – Tinha direito a receber um pouco mais? É isso?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – Na casa do William, foram apreendidos, no apartamento, alguns documentos de identidade, alguns preenchidos, inclusive com pessoas já mortas e outros em branco, carteira de identidade de São Paulo, do Rio, parece que há uma de Minas, vários documentos de identidade em branco, várias carteiras de habilitação em branco e vários CICs em branco. Você tem conhecimento disso?

O SR. JORGE MÉRES – Isso é para fazer documento para nós, para abrir conta em banco, para abrir empresa, para comprar, para poder andar no Brasil inteiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Para nós quem?

O SR. JORGE MÉRES – Todos os que trabalhavam para ele.

O SR. OSCAR ANDRADE – Todos os laranjas.

O SR. JORGE MÉRES – Se precisasse de documento, se precisasse abrir uma conta no banco...

O SR. ROBSON TUMA – E você recebeu algum deles?

O SR. JORGE MÉRES – Recebi, peguei, usei três nomes. Inclusive está aí nos autos.

O SR. ROBSON TUMA – E quem deu isso a você?

O SR. JORGE MÉRES – Na época, quem me deu foi o Zé Vicente, depois o Carlinhos, que é esse irmão do Valdir, já agora por último, e o outro foi o Joaquim Lauristo Deribel.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Deputado, só para esclarecer. Esses documentos foram falsificados com a sua fotografia, ou já eram documentos furtados anteriormente para se passar por outra pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Ele vem em branco, eles acham um nome, um nome limpo, para abrir conta. Daí coloca a fotografia da gente...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Os documentos eram reais da polícia?

O SR. JORGE MÉRES – É. São comprados de dentro de departamentos.

O SR. ROBSON TUMA – Não é só da polícia?

O SR. JORGE MÉRES – Detran, tudo eles compram.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Carteira de motorista, tudo.

O SR. ROBSON TUMA – Carteira de motorista e CICs em branco. E, na época, pedimos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você se lembra desse fato aí? Foram encontrados na sua casa esses documentos?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Foi registrada essa apreensão lá?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder. Não quero responder mais, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas você lembra que foram apreendidos esses documentos na sua casa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está certo.

O SR. ROBSON TUMA – E pior ainda, quando pedimos que mandasse para o Instituto de Identificação, para a Receita Federal e para o Ciretran, para saber quem eram os responsáveis por esses documentos, mas até hoje não tivemos uma resposta. O que é mais grave, existe hoje, com certeza absoluta, provado através desses documentos no Brasil, um verdadeiro esquema de formação de fantasmas, com documentos verdadeiros, com nomes frios.

O SR. OSCAR ANDRADE – V. S^a lembra de algum policial, de alguma autoridade, que passou isso para ele ou não?

O SR. JORGE MÉRES – No Detran de Recife, a Chefe de lá – ela se chama Lourdes – já estava sendo investigada pela Polícia Federal. É R\$600,00 para pegar um documento em branco ou então preenchido no nome que quiser dentro do Detran.

O SR. OSCAR ANDRADE – Lá no Recife?

O SR. JORGE MÉRES – Qualquer veículo com recibo, com tudo, pronto para ser vendido para outra pessoa. E, em Teresina, tem um menino que trabalha

no Detran que consegue identidade, CIC e carteira de motorista também no mesmo esquema. E, em São Paulo também tinha um advogado aposentado que fazia o mesmo trabalho. Em Itaquá tem o Jean que faz todo esse tipo de documentação, R\$100,00 para setirar uma identidade com o nome que o senhor quiser, CIC, para abrir conta em banco, nome limpo.

O SR. OSCAR ANDRADE – Jean?

O SR. JORGE MÉRES – Jean.

O SR. OSCAR ANDRADE – Em Itaquacetuba?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aliás, quem inaugurou esse esquema de “laranja” e de fantasma foi exatamente o esquema do PC Farias do Collor, que, aliás, a CPI do Impeachment do Collor revelou. Eles movimentavam dezenas de contas de fantasmas, ou seja, pessoas que morreram e eles recuperavam os documentos...

O SR. ROBSON TUMA – Morreram ou nunca existiram...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ou nunca existiram, mas muitas delas morreram. No caso do William Sozza, muitas pessoas foram pegadas com os documentos de pessoas que tinham morrido. E outras não tinham morrido; estavam vivas ainda. Ele foi preso com documento de uma pessoa que tinha perdido o documento – passou a se chamar com o nome daquela pessoa – e outros que usavam o documento em branco, não sei se esperando que alguém morresse para botar o nome, ou para inventar um nome “laranja” e fantasma, mas tudo para movimentar conta.

O SR. ROBSON TUMA – Deputado, no caso do William Sozza é diferente, por quê? Quando se monta um indivíduo é para montar uma empresa, contas, enfim, para criar um indivíduo para poder ter uma vida econômica, uma vida para aquele indivíduo para esconder atos de sua autoria. No caso do William, ele se preocupou em pegar alguém vivo, por isso foi furtado o documento desse indivíduo, para que ele pudesse confundir a polícia. No momento em que descobrisse o nome que usava fosse atrás de cartões de crédito, cheques passados, iam ver esses documentos – cheques, cartões de crédito – emitidos em um outro lugar, longe de onde ele estava. Por isso há essa diferença no caso dele. Como foragido, preocupou-se em pegar alguém vivo para que ele não fosse rastreado. E no caso de uso para empresas, para lavagem de dinheiro, enfim para criação de indivíduos que trabalhavam para ele ou pessoas que nunca existiram, ou pessoas que tinham falecido.

O SR. JORGE MÉRES – É por que no caso de empresa, conta em banco, se usar o nome de uma

pessoa sem saber quem é, e o verdadeiro descobrir que tem toda aquela fortuna rouba eles, então o morto nunca vai vir roubar.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é o Luís Henrique Lemos?

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro no momento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Sr. Deputado, as perguntas são sobre fatos relacionados com William Sozza.

O SR. ROBSON TUMA – Exatamente. Estou agora fazendo as perguntas que fiz a William Sozza, e ele não quis responder, para que Jorge Méres, se souber quem é e do que se trata poder ajudar, além dos documentos que a CPI do Narcotráfico encaminha também para o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Estou tomando uma decisão agora, Srs. Membros da CPI, visto que ele já se encontra preso por duas autoridades judiciais, desnecessário se torna que eu determine a prisão por ele estar infringindo o inciso II do art. 4º da Lei 1.579. De forma que, ao término desta reunião, enviarei, Sr. Advogado a ata dela mais as notas taquigráficas, comunicando ao Ministério Público que ele, como testemunha, está se negando e cala a verdade perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, crime previsto no art. 342 do Código Penal.

Essa comunicação será feita imediatamente ao Ministério Público para que sejam tomadas as providências necessárias, haja vista a insistência do depoente em calar a verdade, obstruindo a apuração da verdade pela CPI. Então, faço essa comunicação, deixando ao Ministério Público a denúncia ou não desse fato. Entretanto, serão enviadas as notas taquigráficas e a ata desta reunião.

O SR. ROBSON TUMA – Sugiro que se peça à assessoria, de urgência, que entre em contato com o Secretário de Segurança Pública de São Luís e encaminhe as notas taquigráficas da reunião de hoje e da de ontem para que sejam encaminhadas à autoridade judicial daquele Estado para eventual prorrogação da prisão preventiva, já que o depoente se encontra à disposição desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Está com prisão temporária e pode ser decretada a prisão preventiva. Provavelmente, ele está sob flagrante na cidade de Porto Ferreira, em São Paulo.

O SR. ROBSON TUMA – Solicitamos isso para que, obviamente, após o recesso, possamos continuar fazendo acareações ou colher outros depoimentos do Sr. William Sozza.

O Sr. Geraldo Bordini era uma pessoa forte do esquema?

O SR. JORGE MÉRES – O Bordini só era laranja do Sozza. Ele só cuidava dos negócios dele.

O SR. ROBSON TUMA – Quem era o Branco? V. Sª se lembra dele?

O SR. JORGE MÉRES – Lembro da pessoa, mas não estou lembrando do que ele fazia.

O SR. ROBSON TUMA – Qual a relação que o Sr. William tinha com o Sr. Beto Zini?

O SR. JORGE MÉRES – Eles mexeram com política juntos e o Beto Zini comprava mercadoria roubada, do Sozza.

O SR. ROBSON TUMA – V. Sª confirma esse fato?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Então, o Beto Zini comprava mercadoria roubada, do Sr. William Sozza.

O SR. JORGE MÉRES – Comprava.

O SR. ROBSON TUMA – E ele sabia que era roubada?

O SR. JORGE MÉRES – Sabia. A mercadoria era sem nota.

O SR. ROBSON TUMA – E o Artur Eugênio também tinha alguma coisa com eles, ou não?

O SR. JORGE MÉRES – Com o Zini, não sei.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, podemos notar que, em muitos momentos em que ele pode incriminar mais o Sr. William Sozza, ele tem dito que não sabe, que não se lembra, o que dá demonstração de boa-fé nas atitudes que tem tomado aqui.

O SR. JORGE MÉRES – Nunca tive interesse de incriminar ninguém que não fosse culpado, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Quero fazer-lhe mais uma pergunta no final, mas, antes, quero saber quem era o Sr. Reginaldo Gonçalves da Silva.

O SR. JORGE MÉRES – É o Régis.

O SR. ROBSON TUMA – Quem?

O SR. JORGE MÉRES – É o Régis.

O SR. ROBSON TUMA – O policial?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – Adilson Frederico Dias Luz.

O SR. JORGE MÉRES – Não lembro quem é, doutor.

O SR. ROBSON TUMA – Anselmo Lopes Miyra-baia.

O SR. JORGE MÉRES – Sei quem é a pessoa, mas não lembro...

O SR. ROBSON TUMA – Posso tentar contar um fato para ver se você se lembra?

O SR. JORGE MÉRES – Pode.

O SR. ROBSON TUMA – Sócio do Geraldo Bordini Júnior na boate Paradise. Tinham notas promissórias, inclusive, em seu nome no escritório do advogado Artur Eugênio. A boate Paradise atualmente está registrada com a razão social ALME Eventos, Produtos e Comércio LTDA.

O SR. JORGE MÉRES – Mas a boate nunca foi desse menino. A boate, toda a vida, foi do William. Nunca foi dele.

O SR. ROBSON TUMA – Sim, mas podia estar no nome dele. V. S^a sabe quem é Labaque?

O SR. JORGE MÉRES – Sim; é policial.

O SR. ROBSON TUMA – E aí?

O SR. JORGE MÉRES – Morto.

O SR. ROBSON TUMA – Onde?

O SR. JORGE MÉRES – Em São Paulo. Campinas.

O SR. ROBSON TUMA – Campinas?

O SR. POMPEO DE MATTOS – V. S^a sabe como ocorreu a morte do Labaque, porque cada um conta uma história diferente. Ele foi morto relativamente à questão da quadrilha, ou foi um fato isolado da quadrilha?

O SR. JORGE MÉRES – Não; o problema foi que depois que ele foi ouvido, ele tinha um forte indício de denunciar bastante gente, né? Aí parece que ele se suicidou com dois tiros na cabeça. Não sei como é que pode...

O SR. OSCAR ANDRADE – Dois tiros?

O SR. ROBSON TUMA – Dois tiros, um de cada lado.

O SR. JORGE MÉRES – Um cara se suicidar com dois tiros é meio ruim, mas ...

O SR. ROBSON TUMA – E o laudo da Polícia de Campinas disse que foi suicídio. Ele deu um tiro de um lado e deu um tiro de outro lado. Acho que foi "suicídio".

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Tem o outro também, aquele que se suicidou no banheiro da Polícia. Ele também sabia demais. E ia ser chamado para ser ouvido e...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Labaque foi ouvido na CPI, né?

O SR. JORGE MÉRES – Foi e se matou depois. E o outro...

O SR. POMPEO DE MATTOS – O outro foi convocado para ser ouvido, mas se matou antes.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Vamos requerer cópia do inquérito desse caso.

O SR. ROBSON TUMA – Não sei se é citado no laudo, mas, na época, houve informação de que policiais teriam saído do prédio onde morava ele no dia do seu suicídio. Mas como não se chegou a essa informação de maneira oficial, nós não...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É importante trazer esse inquérito para a CPI para que a gente possa avaliar.

O SR. ROBSON TUMA – V. S^a conhecia o Labaque?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. ROBSON TUMA – Quem é o José Valdir Júnior?

O SR. JORGE MÉRES – É o Juninho, sobrinho do Valdir.

O SR. ROBSON TUMA – Sobrinho do Carlos Eduardo?

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. ROBSON TUMA – Qual é o...

O SR. JORGE MÉRES – Ele foi levado por um tempo para trabalhar junto lá...

O SR. ROBSON TUMA – Dog Center?

O SR. JORGE MÉRES – Empresa do William.

O SR. ROBSON TUMA – Ele mexia com produtos corretamente ou produtos roubados?

O SR. JORGE MÉRES – Não; corretamente. A Dog Center trabalhava com alimentos para cães. Era correta.

O SR. ROBSON TUMA – Tem alguma coisa a dizer disso, William?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Não é nem verdade, nem mentira? Não quer nem dizer que a tua empresa trabalhava corretamente? Não.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. ROBSON TUMA – Então, quer dizer que você pode se incriminar, porque, se você disser que trabalhava, sim, corretamente, você pode estar mentindo, porque a gente pode descobrir que não e aí você vai se incriminar. É isso que posso entender disso, desse seu silêncio?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu só não quero falar, Deputado.

O SR. ROBSON TUMA – Então, é isso que vou entender desse silêncio. Então, acho que você está

enganado, Jorge, porque ele não quer confirmar que trabalhava corretamente, é exatamente porque pode se incriminar. Mentir à CPI é um crime.

Distribuidora Campi Ltda?

O SR. JORGE MÉRES – Era minha.

O SR. ROBSON TUMA – Sete Distribuidora de Cigarros Ltda?

O SR. JORGE MÉRES – Era do Sozza.

O SR. ROBSON TUMA – E aí?

O SR. OSCAR ANDRADE – Era no nome dele?

O SR. JORGE MÉRES – Essa era para cobrir; era para tirar as notas.

O SR. ROBSON TUMA – Era no nome de Antônio Roberto Rodrigues, Sidney Nicolas Lacelva. V. S^a conhece algum deles?

O SR. JORGE MÉRES – Não; só de nome.

O SR. ROBSON TUMA – Sidney Nicolas Lacelva Júnior, Antonio Roberto Rodrigue e Alexandre Lacelva Neto.

A Jotec?

O SR. JORGE MÉRES – Compradora.

O SR. ROBSON TUMA – Compradora?...

O SR. JORGE MÉRES – De produto.

O SR. ROBSON TUMA – Roubado?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. ROBSON TUMA – Mas sabia do esquema?

O SR. JORGE MÉRES – Sabe.

O SR. ROBSON TUMA – Deve saber mesmo, porque os sócios são praticamente os mesmos sócios da Sete. Tem alguns que são diferentes.

A Bacana?

O SR. JORGE MÉRES – Compradora.

O SR. ROBSON TUMA – Só compradora, ou ela era uma empresa do Wiliam, do esquema?

O SR. JORGE MÉRES – Pelo que eu saiba, ela comprava. Pode ser que usava para transferência, mas pelo que eu saiba, ela comprava.

O SR. ROBSON TUMA – Também são vários sócios aqui...

O SR. JORGE MÉRES – Da mesma pessoa.

O SR. ROBSON TUMA – São das outras empresas. Alguns diferentes. E a Bacana tem uma profunda transação econômica com todos os nomes citados, como William Sozza, Artur Eugênio, Carlos Viotti, Bordini, Carlos Eduardo Valdir, entre outros tantos nomes.

Norte Center.

O SR. JORGE MÉRES – Compradora.

O SR. ROBSON TUMA – Também vários nomes estão na composição de todas as outras empresas.

Vou encerrar por que es tou há mais de uma hora aqui, fazendo uma pergunta de curiosidade. Jorge, gostaria que você olhasse bem nos olhos da que le homem.

O SR. JORGE MÉRES – Conheço muito bem os olhos dele e olhei muitos anos já.

O SR. ROBSON TUMA – Gostaria que você falasse, depois de todo esse tempo, de tudo o que você passou, de todo o problema que teve com a sua ex-mulher, das angústias que você contava para gente na CPI do Narcotráfico, das vezes em que teve incerteza da sua vida, dos momentos difíceis que você passou. Após tanto tempo, queria que você olhasse nos olhos de William Sozza e respondesse aquilo que você, que agora está com os olhos cheios de lágrimas, falasse qual é o sentimento neste momento.

O SR. JORGE MÉRES – Sempre disse e uma vez me perguntaram que não tenho nada e nunca tive nada direto com a pessoa do William e achavam que eu era inimigo dele e nunca fui. No tempo que trabalhei para ele, ele foi um excelente patrão e não denunciei ele pessoalmente e sim a organização enquanto ele faz parte, é chefe, comanda e tem gente grande por cima dele. Onde matam, roubam e fazem de tudo e continuam sempre com a mesma cara, fria que nem uma geladeira, e acho difícil que este País está de morando para fazer alguma coisa. Perdi família, estou afastado de minhas filhas há mais de dois anos, não posso sair para a rua e nem mostrar o meu rosto.

A minha segunda esposa nem junto comigo não pode ficar, tudo por causa de gente que nem esse senhor que está na minha frente, para quem trabalhei, não tem coragem de dizer o que fez, que era dono, que mandou fazer tanta coisa neste País, inclusive eu fiz obedecendo a ele. Nunca neguei um favor, um pedido que ele tenha feito a mim. Dirigi 30 a 40 horas sem parar para trazer mercadorias para os depósitos dele e quando faltava uma caixa de cigarro ele falava que a gente tinha roubado ele. Nunca peguei uma moeda dele.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Essas colocações, essa ação sua em apoio à CPI do Narcotráfico e à CPI do Roubo de Cargas agora, o Sr. faz com tranquilidade de consciência, não é por fato de revolta ou qualquer coisa que pudesse induzi-lo à essa colaboração.

O SR. JORGE MÉRES – Não senhor. Não tenho revolta com ninguém, ninguém me pediu para fazer isso. Fiz porque estava sentindo o que estava aconte-

cendo, famílias estavam sendo destruídas e as pessoas não estavam sendo punidas. Fiz por vontade própria e ninguém me pediu, ninguém me forçou e me coloquei à disposição da CPI do Narcotráfico, da Polícia Federal para viajar pelo País inteiro para mostrar os locais onde eram guardadas e roubadas as cargas, as pessoas enquanto estiver vivo, se demorar mais alguns dias, vou continuar trabalhando e apoiando o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senho chegou à consciência de que mesmo os que trabalham e colaboram na estrutura deste crime organizado são prisioneiros da vontade das chefias e qualquer falha, são condenados à morte?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – São condenados ao sofrimento pela família?

O SR. JORGE MÉRES – Tanto pela família como pela própria polícia como pela própria justiça. O órgão só funciona para quem não tem dinheiro para se defender, para quem é pobre. Para quem tem dinheiro, que nem esse homem, não existe justiça, ela não funciona; hoje ele é preso e amanhã é solto e vai rir de todo mundo, numa boa e vai continuar.

Muita gente diz que eu menti, mas 80% do roubo de caminhão, depois que denunciei o Sozza e o José Geraldo, parou, sumiu. Se eles não estão envolvidos, como diminuiu em 80% os roubos de caminhão nos dois Estados?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Você acha que eles podem se rearticular?

O SR. JORGE MÉRES – Acho que o William é muito inteligente, e ele não vai parar por aí.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tem alguma colocação a fazer?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, Senador.

O SR. ROBSON TUMA – Jorge, eu queria que você me dissesse qual é o seu sentimento como pessoa, afastado da sua família em relação a William Sozza e a toda quadrilha, por favor.

O SR. JORGE MÉRES – Doutor, tudo que já passei nesses anos desde que saí dele, desde que dentro da boate dele, ameaçado pelo “gauchinho”, capanga dele, que disse que se eu falasse alguma coisa ia me matar, ele falou que não era para fazer lá dentro para não sujar o tapete da boate. Daí para cá a minha vida acabou, só quem paga por isso é a gente, eles não estão pagando nada. O “gauchinho” nunca foi procurado, o pessoal nunca nem está por aí. Só quem paga é a gente, nós, os pequeninhos. Fico muito revoltado e sentido com isso, magoado.

Uma vez, ele disse numa entrevista que eu estava revoltado com ele, porque não estava mais trabalhando para ele, porque ele parou de me ajudar. Não, nunca, nunca fiquei revoltado com ninguém. Fiz isso para ver se ajudava este país que está nesse caos total.

O SR. ROBSON TUMA – Sr. Presidente, essa pergunta foi importante para demonstrar que mesmo depois de anos sofrendo, afastado da família, sem identidade própria, sem poder ter vida normal porque, na verdade, é um solto preso. Jorge Méres, hoje, na verdade, é um solto preso, ele não tem raiva, ele não tem ódio do William Sozza e de ninguém da quadrilha. Como eu o forcei aqui duas vezes para que respondesse isso, ele disse tranqüilo, que não, que não tem raiva. Que, ao contrário, que William Sozza foi um bom patrão enquanto trabalhou com ele. O que demonstra que não existe nenhuma intenção pessoal de destruir William Sozza, mas, sim, de contar fatos verdadeiros para que suas filhas possam viver em um país melhor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, vou começar ...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não sei se as suas perguntas serão longas, porque eu tenho que sair, pois há votação nominal no Senado. Vou pedir para que um dos Srs. Deputados presida.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Jorge Méres, quero começar por onde tu paraste. Tu tens dito, faz horas, nos diferentes depoimentos que tem prestado no Maranhão, em São Paulo, na Polícia Federal, para a CPI do Narcotráfico, aqui, no Maranhão, em Campinas. Tu tens citado, às vezes, e se queixado de nomes que são nominados, mas que não são encontrados, como o caso do Gauchinho, até porque nós da CPI não temos o nome do Gauchinho também. Não sabe o nome do gauchinho também?

O SR. JORGE MÉRES – O William tem o nome dele completo. E o gauchinho trabalhava para ele fazia... O gauchinho era o dono das carretas que ele puxava cigarro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sim, mas é que William é um túmulo.

O SR. JORGE MÉRES – Ele não fala.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você é alguém que está em liberdade, mas preso. É ele é alguém que está vivo, mas morto, porque não fala. Simplesmente é um morto que não fala nada. Ele não fala nada.

O SR. JORGE MÉRES – Porque se falar morre também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Bom, não tem como nós acharmos o gauchinho, até para ele não

passar, assim, a impressão que nós estamos passando batido. Por que daqui a pouco a CPI não foi atrás do gauchinho. Por que a CPI não foi atrás do gauchinho? Não há aonde nós irmos. Gauchinho, se procurarmos no Rio Grande, tem bastante.

O SR. JORGE MÉRES – Mas nas contas telefônicas há o telefone dele. Eu dei o número da placa do carro, o número da placa do caminhão, o endereço das transportadoras dele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não localizamos. Nós tentamos...

O SR. JORGE MÉRES – Mas passamos em frente...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Eu sei, mas todo o mundo nega e ninguém dá o nome do tal do gauchinho. Aliás, nós temos cobrado isso da Polícia Federal, para que a Polícia Federal, que tem se esmerado tanto, que tanto ajudou a CPI do Narcotráfico, que disse que a Polícia Federal foi nota 10 para nós, na CPI do Narcotráfico, que continua nos ajudando e que nós não vamos avante, sem que a Polícia Federal nos ajude. Há até um comissário novo o Dr. Para que a gente possa checar, mas a verdade é quando tu não tens o nome só tem o apelido. Não é fácil.

Assim como, tu citaste várias pessoas por apelido. Tu citaste Chichito, que é lá da Bolívia.

O SR. JORGE MÉRES – Mas o Chichito já foi confirmado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Se foi confirmado, não tem como nós pegarmos porque...

O SR. JORGE MÉRES – Chichito pega...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está em outra ponta.

O SR. JORGE MÉRES – Mas há o Jair, de Corumbá, que é o doleiro; Kaled, é tudo... Eu ouvi o pessoal que chega a eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – É tudo por apelido mesmo.

Mas dentre muitos que tu tens falado há um – tu tens falado, mas não tens dito nenhum apelido – e quem sabe tu me dissesse o apelido, nós pudéssemos começar por baixo aí. Tu tens dito, assim, que William ele é grande na história e que faz tudo que o Arthur Eugênio quer. Mas certamente, há alguém que está acima – e, hoje, tu repetiste isso – do William. Há alguém que está além do William, que é maior do que o William, e tu tens dito isto, mas não tens nos dado nome, não nos tens dado apelido, não tens nos dado nada. Isto é o sentimento teu por participar da organização e vê como é que as coisas funcionavam? Ou tu tens conhecimento de alguém que efetivamente está

acima dele, e que tu sabes o nome, sabes apelido e pudeste nos citar.

O SR. JORGE MÉRES – Dr., eu não sei o nome dele, eu não sei quem é a pessoa. Eu só sei que há uma pessoa forte, que tem um conceito muito grande aqui dentro do País. Não sei quem é a pessoa. Mas se o William resolvesse colaborar com a Justiça, ele iria falar assim: "Ele vai falar".

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado Pompeo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Jorge eu fiquei interessado com essa pergunta do Deputado Pompeo, porque, no curso dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, ficou essa impressão de que acima do William Sozza existe realmente alguém, inclusive, como você falou, que tem prestígio aqui. Aqui seria onde?

O SR. JORGE MÉRES – No nosso País. No País ele tem um grande conceito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Mas o que levaria ao senhor supor que há alguém maior? Por que se comentava no grupo? Fazia-se referência?

O SR. JORGE MÉRES – Comentário, a quantidade de dinheiro, a facilidade para se fazer as coisas dentro do País, tinha que haver uma pessoa muito importante, porque o Sozza sozinho não conseguiria. O volume é muito grande. V. Ex^a vê que mil caixas de cigarro hoje é muito dinheiro. E o William conseguia juntar seis mil caixas numa semana dentro de um depósito; e nós espalhávamos toda ela em poucas horas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Mas isso aí é uma dedução sua ou existia no grupo um comentário de que havia... às vezes se comenta o chefe, aquele grande chefe, se faz referência...

O SR. JORGE MÉRES – Sim, sem prementar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Mas qual era o tipo de comentário que era feito?

O SR. JORGE MÉRES – Que havia alguém muito grande por trás. Porque com uma simples ligação, um simples telefonema se conseguia atravessar o País com a carga roubada. Não existe isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – William fez alguma referência, às vezes, a essa pessoa?

O SR. JORGE MÉRES – Não, sinto muito. Quem falou uma vez que tinha um grande chefe, que disse que o William era o chefe geral, mas que tinha outra pessoa mais alta, um está morto e o outro está foragido. Se conseguir localizar o José Vicente ...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Ele falou para você ou declarou?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, eu trabalhava com ele. Ele falou assim: “olha, fique tranqüilo, vamos abrir a empresa, porque agora nós estamos escorados, estamos com o maior poder de autoridade em questão de dinheiro...”, não autoridade, não é? “...em dinheiro para nos locomovermos e mexermos com qualquer tipo de empresa dentro do País.

A facilidade de abrir uma empresa era grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quem disse isso para ti?

O SR. JORGE MÉRES – O José Vicente e o Moacir, um dia lá na chácara.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O José Vicente e o Moacir, que morreu.

O SR. JORGE MÉRES – Estávamos esperando o Artur para acertarmos o negócio da carreta e aí ele estava comentando.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Moacir Sasse foi o que morreu?

O SR. JORGE MÉRES – É, mas o José Vicente está vivo e o Artur também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o José Vicente está foragido?

O SR. JORGE MÉRES – Está, porque ele deu um golpe de um milhão e meio, lá em Corumbá, ...

O SR. POMPEO DE MATTOS – La drão que roubou o ladrão tem cem anos de perdão!

O SR. JORGE MÉRES – Então, ele está escondido.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado Moroni.

O SR. MORONI TORGAN – Acho importante nisso, enquanto o Deputado Pompeo está falando. William, acho que teve um detalhe favorável a ti naquela vez em que tu depusestes na CPI do Narcotráfico. Tu estavas preocupado com a tua esposa e com a tua filha.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Continuo assim, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN – Em razão disso, falastes várias coisas para nós, tu te lembras, não vou me reportar, porque foi falado reservadamente.

Estranhou-me o fato de que hoje tu não quiseses falar reservada e abertamente conosco, porque seria uma forma de podermos te ajudar.

Quer dizer, ontem te vi com uma decisão de querer sair desse buraco. Hoje, tu voltastes à mesma decisão anterior de querer continuar.

Por que esse sentimento teu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei, Deputado. Quanto à família, continuo com saudades, com esperanças de poder vê-los logo. Mas quanto à decisão, não sei como explicar.

O SR. MORONI TORGAN – Fico pensando no fato de a tua filha – e hoje acho que está passando ao vivo pela TV Senado – e talvez toda a Campinas esteja vendo. São acusações graves, feitas com muita segurança à tua pessoa. E me espanta o fato de que simplesmente tu te negas a se defender. Quer dizer, é uma oportunidade única, porque, nesse meio tempo, acho que a CPI não vai mais se preocupar em te ouvir, e tu vais perder a oportunidade que tu estás tendo, nesse momento, de poder se defender. A oportunidade que a CPI está dando é uma oportunidade de ouro, para tu poderes expressar o teu sentimento, para se defender. E pensando principalmente nisso, acho que naquele dia eu vi uma ponta de humanidade em ti. Hoje, essa ponta deixei de ver. Quer dizer, estou vendo um bloco de gelo aí, que vem justamente ao encontro do que as denúncias estão dizendo. Quer dizer, um homem frio, calculista, que não se preocupa com nada. E não foi esse o homem que eu vi naquele dia.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas eu me preocupo sim, Deputado. Preocupo-me com a minha família, com meus irmãos, com os meus pais, que estão sofrendo, com a minha mulher e com a minha filha principalmente, que está sofrendo muito. Preocupo-me sim, preocupo-me bastante.

O SR. MORONI TORGAN – Pois ao se preocupar com isso, acho que não adianta você pensar que, ficando quieto os bandidos vão ficar tranqüilos e não farão nada contigo e com a tua família. Esse inferno tu vais viver por muito tempo. A opção que tu tens é ter um acordo, é ter uma proteção, é ter uma colocação em sua família, justamente para poder ter a segurança institucional garantindo a tua família.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas eu não tenho quem possa me que rer mal ou que rer me matar ou à minha família.

O SR. MORONI TORGAN – Tem muita gente, você sabe disso. Não diz isso porque é bobagem. Você sabe que tem muita gente querendo. O esquema que você estava era um esquema muito violento. É um esquema que, segundo o Jorge Méres, e eu acredito, é um esquema que não deixa por menos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Por que o Larmarc se matou, se é que se matou? O Larmarc deu um depoimento à CPI e se matou. O outro policial que ia ser chamado pela CPI se matou. Quer dizer, várias pessoas à sua volta ou se mataram, ou foram mortas,

ou sumiram, estão foragidas, como você se foragiu também. Você acha que isso não é nada?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não sei, Deputado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Isso é coisa fácil? Quando você estava foragido, você se encontrava com sua família?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Não se encontrava com a sua esposa?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, só falava raramente pelo telefone.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Você nunca a encontrava pessoalmente depois que foragiu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – No meio do tempo eu encontrei de passagem, só rapidamente.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não é o que o seu irmão disse.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não com meu irmão.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O seu irmão disse que você teve contato com a sua esposa.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Passei e vi elas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Quantas vezes?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Duas vezes só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Antes não era nenhuma, agora é uma de passagem, agora são duas vezes.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Me lembrei de outra vez.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Pois é, para você ver. Você estava com ela normalmente. A CPI estava sabendo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, não estava.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Convivia com ela com quase normalidade, e eles sabiam tudo, contactavam todos os dias com você. Tanto que o dia em que o Artur Eugênio queria negociar com a CPI a rendição dele – e lamento até hoje não termos feito uma negociação, embora o Deputado Moroni Torgan diz que não quis a negociação na época porque era negociarmos com bandido nas condições do bandido. Ele não aceitou. Eu até queria e fui voto vencido e me rendo, porque acho que o Deputado Moroni Torgan tinha razão, mas é que ele podia nos contar tanta coisa, e ele tinha contato com você, com o seu irmão, seu irmão com você, tanto que eles fizeram contato com você naquele dia.

O SR. MORONI TORGAN – Acredito que a grande chance da sua vida é essa aqui, William. Depois dessa aqui, não vai ter mais chance nenhuma.

O Jorge sempre tocou nesse ponto e tem sido de uma colaboração incrível desde a CPI do Narcotráfico. Temos um reconhecimento e uma gratidão muito grande à disposição do Jorge, que até pode ter cometido falhas no passado, mas, no presente, ele tem colaborado muito com a Nação, que tem uma dívida de gratidão para com ele.

O que quero lhe dizer, William, é que, mais dia, menos dia, se você está na expectativa de que vão lhe tirar da cadeia – é aqui lo que lhe falei ontem –: não existe essa expectativa de poderem lhe tirar da cadeia; não existe porque você responde a, pelo menos, uns nove ou dez delitos. Se conseguirem um, o outro vai lhe pegar, não tem para onde correr. E veja: aqui tem uma testemunha de lavagem viva. O Geraldo é outra testemunha de lavagem viva, quer dizer, contando tudo, dizendo como acontecia. Facilmente comprovado, sem muita opção para você. A decisão sua é, apesar de tudo, continuar o resto da vida na cadeia? É essa a sua decisão?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Ninguém quer isso, Deputado. Ninguém quer passar um dia lá.

O SR. MORONI TORGAN – Sim, mas você está tendo essa decisão, porque está tendo a chance aqui de conseguir fazer um acordo para falar. Quero lhe mostrar só um raciocínio interessante: se você não tivesse nada para falar, vocêalaria tudo. Compreendeu? Se você não tivesse nada para esconder, vocêalaria tudo. Qual é o problema de falar? Se não tenho nada para esconder, se não sei de nada, posso falar tudo que não vai ter problema nenhuma. Você só se recusa a falar, porque você tem muita coisa a falar e tem medo que, durante a sua fala tu acabes soltando essas muitas coisas que tu tens para falar. Esse é um raciocínio lógico, William. Se tu não tivesses nada para esconder, tu estarias falando abertamente conosco sobre tudo, porque tu não tens nada a esconder. Agora, como tu tens muita coisa a esconder, não queres falar nada sob o risco de, durante estarmos conversando aqui, tu ires largando as coisas que tu sabes. Então, isso o país inteiro vai ver, porque se tu não tivesses coisa nenhuma, tu estarias aqui conversando. “Pois não, pode perguntar. Diz aí que vou respondendo, não tem problema nenhum.” Não concorda comigo no raciocínio?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Compreendo o seu ponto de vista, Deputado. É que assumi uma outra conduta, só isso.

O SR. MORONI TORGAN – Mas é isso que eu digo, estou aqui explicando a sua conduta.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – O senhor está dizendo que se as coisas que se dizem lá, as coisas se explicaria normalmente, mas uma mentira, você vira e fala: é mentira. Só? Outro explica com detalhes, tudo, fora a mentira, fica vago para mim. E eu falo a verdade.

O SR. MORONI TORGAN – Olha, William, muitas vezes, a gente, num tipo de ação como essa, é acusado de um monte de coisas. Mas é fácil. Traz o cara aqui e vamos resolver. Eu mostro aqui que não tem nada disso. Eu não digo: ele me acusou, então eu fico quieto. Porque tu acabas mostrando o contrário para todo o mundo.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Mas, da outra vez, fiz diferente e fui execrado, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN – Não, tu não foste execrado daquela vez e tu podes ver que o que conversamos no reservado até hoje está reservado. Tu sabes bem o que conversamos e não vou declinar em respeito ao caráter reservado. Esse respeito tu tens. Se tu quisesse conversas em reservado conosco para que a gente pudesse direcionar uma investigação da melhor maneira possível, que é o que o Sr. Relator quer...

O SR. OSCAR ANDRADE – E dessa forma foi sugerido várias vezes pelo Sr. Presidente.

O SR. MORONI TORGAN – Acho que era a grande saída para ti, porque essa tua demonstração está gerando efeito justamente contrário, está dando a convicção a todo mundo, e aqui tem um monte de gente da imprensa, um monte de gente do povo, vindo pela TV Senado, o Brasil todo, está dando a convicção de que tu tens muita coisa a esconder. É uma convicção que está dando. Não tem um deputado aqui que não tenha a convicção de que tu tens muita coisa a esconder. Veja o Jorge, por exemplo. Pergunta, ele responde, não tem mistério para responder. Se teve culpa, não tem medo de dizer: não só aqui tive culpa mesmo, mas agora quero arrumar, quero consertar. E se tem alguém que merece todo o respeito e todo o empenho nosso para ter uma nova vida é uma pessoa assim. Esse seria o teu caso, também.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado Moroni, permite-me?

O SR. MORONI TORGAN – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – William, eu pergunto: depois dessas ponderações todas do Deputado Moroni Torgan, você gostaria que inter-

rompêssemos os trabalhos para que você pudesse ter uma conversa com a Comissão?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não tem essa necessidade, Deputado.

O SR. MORONI TORGAN – Acho que aquele William que conhecemos na primeira vez talvez fosse só uma ficção e talvez o verdadeiro William seja esse. Eu não queria acreditar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – O que você acha que está ganhando com essa atitude?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei. Não pare para analisar, Deputado. Ainda estou muito sem saber.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Você gostaria de voltar novamente à CPI, pudéssemos marcar uma outra oportunidade para que você, com calma, pensasse e a gente pudesse estabelecer uma outra linha?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Também não sei se seria bom. Nem sobre isso sei dizer.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, deixe-me lembrá-lo de que ele esteve dando depoimento no Maranhão esta semana, anteontem. O senhor falou lá que conheceu a boate Galo de Ouro. O senhor conheceu?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não me lembro.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor não se lembra? Mas, foi anteontem que o senhor falou lá.

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Tudo bem, conheço de nome, disse que conhecia de nome.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Disse que conhecia de nome? E onde é a boate Galo de Ouro?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Na cidade.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Onde?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Em Campinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E o que acontecia na boate?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não sei responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que acontecia lá, Jorge?

O SR. JORGE MÉRES – A boate era na Itatinga, na zona, em Campinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E onde faziam os acertos?

O SR. JORGE MÉRES – Foi, foi feito alguns acertos lá, o dono de lá era envolvido com a Isoli Trindade, tráfico de drogas, foi assassinado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse lá no Maranhão, o senhor não disse para nós aqui, que o senhor acha que o Jorge Méres é mentalmente limitado para ter criado toda essa malhada de acusação. O senhor disse que não acredita que ele tenha a capacidade mental de criar tudo isso. Eu lhe pergunto, como é que ele diz tudo isso se ele é mentalmente limitado? Como é que ele disse tudo isso, é porque ele é limitado mentalmente?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Eu não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, me responda, o senhor disse isso lá no Maranhão? De que o senhor tem a visão de que ele é mentalmente limitado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O senhor disse mais lá, que o Jorge Méres estaria usando um ponto eletrônico no vidro. Estaria usando um ponto eletrônico, o senhor não diz porque, mas eu estou de duvidando, possivelmente para que alguém de longe ficasse soprando para o Jorge Méres o que ele tem que dizer?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Como?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não quero falar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então por que esse ponto eletrônico que o senhor fala aqui? Assim, “Ouvi dizer que Jorge Méres, em seu depoimento, perante a CPI do Narcotráfico estaria usando um ponto eletrônico no ouvido, entretanto não pode afirmar como verdadeira tal ligação e nem elencar no mesmo que lhe disseram acerca do ponto eletrônico.”

Eu faço questão de fazer essa leitura, exatamente, Jorge, para mostrar quando tu falas a verdade não precisa montar a história, e não tem como se contradizer, porque é a história, o senhor não fala para não se contradizer porque a história que o senhor vai contar, sob qualquer aspecto que for questionado não é verdadeiro, o senhor vai ter que inventar e a raposa tanto vai no ninho que um dia deixa o focinho. Quer dizer, vai se enrolando, se enrolando, porque ele sabe que o senhor sabe, e ele sabe que o senhor está sabendo e a gente sabe, porque essa é a expressão da verdade. E agora o senhor começa a inventar dizendo que o Jorge Méres não tem tanta capacidade, eu também acho que ele não tem tanta capacidade, eu penso como o senhor, eu acho que ele não tem tanta capacidade, eu penso como o senhor. Ele não tem tanta capacidade de inventar toda essa história e ele não

precisa dessa capacidade porque ele não é um ator. Ele é um cidadão, não é um ator, ele é um cidadão que passou por tudo isso e ele está passando o filme da vida dele, contando o que viu e não o que contam para ele, é o que ele viu, o que ele participou, o que ele viveu. Por isso ele está contando com tranquilidade e dizendo sem se contradizer e repetindo. Eu acho que já viu ele repetir 10, 20 vezes a mesma coisa, o mesmo aspecto até às vezes falando com palavras diferentes a mesma coisa. Para não dizer que ele é um robô, uma máquina que está repetindo. Não, ele conta o mesmo fato sempre, até com nuances, com detalhes, às vezes com mais detalhes, mas sempre o fato o mesmo, os mesmos no mesmo, o local o mesmo, a data a mesma, os envolvidos são os mesmos, donde vêm, para onde vão e onde estão. Muito claramente.

O SR. ROBSON TUMA – Os documentos comprovam sempre os mesmos nomes.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O que ele disse, por exemplo, em relação ao José Geraldo, eu quando vi pela primeira vez eu pensei esse baixinho está mentindo. Olhei para ele, com esse tamanho, está mentindo, não é verdade, o José Geraldo fazer....

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – V. Ex^a me permite? Uma solicitação do William Sozzano sentido de que fizéssemos um pequeno intervalo para que ele pudesse ir ao banheiro. A Presidência vai deferir a solicitação dele, V. Ex^a, logo após o retorno poderá continuar. Suspendo por cinco minutos a reunião.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Vamos reiniciar? V. Ex^a tem a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, só para retomar, quando o Jorge Méres disse na CPI do Narcotráfico tudo que disse do José Gerardo, confesso, em sua consciência, não acreditei, mas foi tim tim por tim tim e re tim tim... as coisas certas, na medida em que foram andando, andando, andando... tudo que eu disse do William Sozza, nós ouvimos o William Sozza, e até nem acreditávamos, e depois, quando o ouvimos, ele negou tudo. Fomos ver, cada uma das pessoas envolvidas, tudo era verdade. Fomos fazer a quebra do sigilo bancário – e apresentei ontem -, em três anos, ele mostrou dois milhões e declarou cento e poucos mil no Imposto de Renda. Dois milhões e meio de reais, em duas contas só. Não sei quantas contas ele tem, mas só peguei duas contas de um banco e, com certeza, ele tem mais contas em outros bancos; eu só peguei duas. Isso tudo mos-

tra como as coisas estão acontecendo. E o que o Jorge Méres está dizendo tem fundamento, é a expressão da realidade e é a expressão da verdade.

Eu queria, Jorge, para encerrarmos, até porque não vou ficar aqui apoiando vaca morta, não adianta querer tirar apoio de vaca morta, porque não sai leite nunca, e acho que desse mato não sai coelho. Ou ele não quer abrir o jogo, não quer dizer o que sabe, não quer contar; ele está esperando chegar a hora, eu diria assim, como Geraldo Vandré: "quem sabe faz a hora". O senhor está esperando acontecer a hora, talvez o senhor perca tempo, nós já demos tempo ao tempo para que com o tempo tivesse tempo, mas já estamos perdendo tempo agora, quem sabe o seu tempo está passando também, vamos ver se tu ficares aí um mês, dois meses, um ano, dois anos, aí talvez tu queiras abrir e talvez se jatar de mais, porque já não vai adiantar, quem sabe esses bandidos já cáíram noutra malha e já revelaram coisas que o tu podias ter revelado e se valido das informações que tu tens para receber o benefício que talvez tu até possas merecer. Porque quero dizer aqui que, em consciência, vendo tudo o que vi na CPI do Narcotráfico, acompanhando agora, acho que o senhor é um ponto-chave, mas não é o mais importante no esquema lá. Não acredito, até mesmo olhando a sua ficha financeira, o senhor não é um milionário, até acho que o senhor estava começando, estava começando a pegar jeito e foi pego de jeito. Então, quer dizer, se tivesse seguido naquele caminho, ia ficar milionário, estava bem alinhado, tinha semeado um laranja, semeado com fantasmas, semeado nas drogas, semeado no roubo de cargas, se coligado com o Maranhão, se coligado com o Acre, se coligado com Alagoas, São Paulo, que é um centro importante, o senhor estava no meio da coisa, mas não tinha ainda tido os lucros, estava na área de investimento, tinha investido bastante. O Artur Eugênio estava bem situado, era um dos cabeças também, bem situado dentro do esquema, é uma das cabeças pensantes do crime organizado, em que o senhor atua lá em Campinas.

Enfim, se o senhor der os nomes, se o senhor informar, se o senhor revelar o quadro ainda tem tempo de se beneficiar de muita coisa. Agora, depois que passar o tempo, e as coisas começarem a ocorrer naturalmente, forem se revelando naturalmente, aí não vai adiantar o senhor contar o que já estamos fazendo, porque a informação vale ouro, mas quando a informação não foi revelada ainda. Na medida em que o senhor der uma informação que já estamos sabendo não é nem uma novidade, não é nenhum fato novo

então aquela informação não vai valer nada. Eu quero, Jorge, que tu repitas assim quem era o grupo, faz um repeteco para nós de quem era que atuava junto com o William, os nomes, o pessoal que se reunia lá, para ficar bem gravado. Era o William e quem mais?

O SR. JORGE MÉRES – Desde que comecei a trabalhar com o Zé Vicente, era o Zé Vicente, Moacir Sarse, Arthur, William, e depois da empresa, entrou... o Bel nunca fui para lá, mas o Bel era um dos chefes no Maranhão; Zé Geraldo, Joaquim Lauristo, Hildebrando, Augusto, todo mundo era de uma coisa só.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Augusto? Quem é Augusto?

O SR. JORGE MÉRES – Augusto Farias, Hildebrando Paschoal, Zé Geraldo de Abreu...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Que é o Deputado...

O SR. JORGE MÉRES – É.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então era uma coisa só. E o Chico Caica? Tutinha tem conhecimento do Chico Caica?

O SR. JORGE MÉRES – O Chico Caica era o braço direito do Zé Geraldo. Ele e o Joaquim Lauristo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Joaquim Lauristo. Como era o apelido do Joaquim Lauristo? Ele tinha apelido?

O SR. JORGE MÉRES – Era Lauristo só. Todo mundo só o chama de Lauristo. Não é pelo nome completo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ele está foragido ainda?

O SR. JORGE MÉRES – Não. Foi preso, agora, esses dias. Ficou três anos foragido.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Ficou três anos e é um grande empresário lá do Maranhão?

O SR. JORGE MÉRES – É. Não quer falar nada também.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Em boca fechada não entra mosca.

Então esse era o time que atuava?

O SR. JORGE MÉRES – É. Tem muita gente por trás. Tem Cláudio Jignis, ainda tem... tem bastante gente. Mas o problema é que ninguém fala, não consegue chegar a ninguém. Está todo o mundo fugido. Não sei onde é que eles estão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado, pergunto a Jorge, com todos esses você teve contato?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Com todos esses participou de reuniões?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Nessas reuniões, onde eram discutidas as ações do grupo. Todos esses que você aí colocou, você participou, teve contato pessoal, e, com eles, teve tratamento de ações do bando?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, agora, minha última pergunta. Você atuava na quadrilha. Chegou a ser “laranja” dele, então?

O SR. JORGE MÉRES – Foi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Na...como é essa empresa que era tua, ...?

O SR. JORGE MÉRES – A Distribuidora Campi.

O SR. POMPEO DE MATTOS – A Campi? A Campi, então, é um “laranja”.

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Porque estava no teu nome, mas não era tua.

O SR. JORGE MÉRES – Sim. Eles disseram que era uma firma legal, que não ia acontecer nada com o meu nome, porque, até aí, meu nome era limpo. Disse que não ia acontecer nada com o meu nome, porque era para eu emprestar o nome. E, no final do ano, eles faziam o balanço e me dariam 10% do movimento da empresa. Só que a empresa durou três meses, porque eles a estouraram com R\$3 milhões, logo no início, e não me deram um centavo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Botaram dinheiro demais. Assim como o rapaz da boate lá, ...

O SR. JORGE MÉRES – É a mesma coisa. Todos eles.

O SR. POMPEO DE MATTOS – ...Como é o nome dele?

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Bordini. O Geraldo Bordini.

Então, tu sabes, lá em São Paulo, lá em Campinas, onde eram colocadas as cargas roubadas, onde eles armazenavam, os depósitos que usavam.

O SR. JORGE MÉRES – Está tudo fotografado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Era isso que queria que tu...Vou citar, aqui, o ...

O SR. JORGE MÉRES – Faltam, doutor, faltam bastantes locais em Campinas, porque não dão tempo para fazer. E também falta na Capital, em São Paulo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Depósitos?

O SR. JORGE MÉRES – É. Depósitos e empresas aonde foram entregues mercadorias, que eram usadas para guardar a mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Tenho aqui. Em Campinas, o Solar das Andorinhas. É uma chácara.

O SR. JORGE MÉRES – Sim. É a chácara. Essa chácara é do Moacir, já foi do Artur, passou para o Moacir de novo. Depois, foi para o Márcio, aí voltou para o Artur. Agora, não sei quem é o dono.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Então, é Campinas, Mogi-Mirim, duas em Mogi-Mirim.

O SR. JORGE MÉRES – Mogi-Mirim é propriedade do William.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Do William mesmo.

O SR. JORGE MÉRES – É dele mesmo.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Limeira?

O SR. JORGE MÉRES – Em Limeira, é alugado.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Alugado o galpão, e havia um supermercado lá também?

O SR. JORGE MÉRES – Sim.

O SR. POMPEO DE MATTOS – São Paulo.

O SR. JORGE MÉRES – O mercado comprava mercadoria.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E São Pedro, São Paulo?

O SR. JORGE MÉRES – São Pedro era uma empresa.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Piracicaba?

O SR. JORGE MÉRES – Em Piracicaba era uma chácara e um depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Uma chácara e um depósito?

O SR. JORGE MÉRES – E, em Águas de São Pedro, mais para frente um pouquinho, é o depósito.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E Sumaré?

O SR. JORGE MÉRES – Em Sumaré é um supermercado grande.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Good Bom?

O SR. JORGE MÉRES – É. O Good Bom.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aqui, temos as fotografias e os endereços de quem fornecia as fotografias e os endereços, não é? Você forneceu os endereços para tirar as fotografias.

O SR. JORGE MÉRES – É. Fui fazer reconhecimento.

O SR. POMPEO DE MATTOS – E ainda faltam mais alguns lugares em Campinas.

O SR. JORGE MÉRES – Falta Campinas, porque não deu tempo para a gente fazer.

O SR. OSCAR ANDRADE – Vamos lá buscar tudo.

O SR. JORGE MÉRES – Faltam, em Campinas, alguns locais.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Está bom.

O SR. ROBSON TUMA – Vamos ter que ir a Campinas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Aí, vão localizar em Campinas os depósitos e localizar em São Paulo. Está bom, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Ok.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Quería apenas, de forma breve, Jorge, você lembra, estivemos lá em Salvador...

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Você deu também uma contribuição importante para os trabalhos da Comissão lá, embora tenhamos chegado à Bahia, no último prazo, portanto em cima, e não tivemos condições de fazer as diligências necessárias. Quería que V. S^a revelasse à CPI do Roubo de Cargas o que sabe sobre o roubo de carga na Bahia e à atuação da quadrilha na Bahia.

O SR. JORGE MÉRES – Lá, na Bahia, tem o Vander Dornelles e o cunhado dele. O Vander Dornelles foi preso e o cunhado está foragido. Eles é que fazem a parte da Bahia. Roubavam lá e mandavam para esse cidadão aí. E, como foi no último dia que a gente esteve lá, não deu para fazer nada, mas estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – E V. S^a sabe como é o nome do cunhado do Vander Dornelles?

O SR. JORGE MÉRES – Doutor, não de poimento lá tem. Não estou lembrando agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Seria o Nivaldo?

O SR. JORGE MÉRES – É o Nivaldo. Isso. É o Nivaldo, que trabalhava com o Carioca, que fugiu do Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – E o William os conhecia?

O SR. JORGE MÉRES – Não, o William fez o negócio com eles por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Com o Nivaldo?

O SR. JORGE MÉRES – Com o Nivaldo e com o Dornelles.

O SR. ROBSON TUMA – Você confirma isso, William?

O SR. WILLIAM WANDER SOZZA – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Estava desatento. V. S^a conhece um cidadão de prenome Nivaldo?

O SR. WILLIAM WANDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Conhece, ou não conhece?

O SR. WILLIAM WANDER SOZZA – Não vou responder. Prefiro não responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Ele não pode responder porque se responder se incrimina, porque, se o rapaz está foragido por roubo de carga e ele disser que o conhece, vai confirmar as acusações contra ele.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Satisfaz uma curiosidade...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Sr. William, a sua empresa tinha negócios na Bahia, tinha contatos na Bahia?

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – V. S^a é empresário...

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Não vejo nenhum problema V. S^a responder. Se atuava no ramo, podia ter clientes, podia ter fornecedores, podia ter ramificação no Estado da Bahia.

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Prefiro não responder.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Há uma coisa curiosa, Sr. Presidente: estamos aqui fazendo a reunião da CPI, perguntando ao Jorge, nos cansando, questionando, e acho que ele está dormindo.

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Não, não, doutor.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Perguntamos, e V. S^a indaga: “O quê?, O quê?, Não sei.”. V. S^a estava cochilando.

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Não. Estava falando com o Deputado...

O SR. POMPEO DE MATTOS – É muita tranquilidade.

O SR. WILLIAM VANDER SOZZA – Não, eu estava falando com o Deputado e não escutei a pergunta. V. Ex^a me desculpe. Foi...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas aqui havia a conversa, e V. S^a estava ressonando, estava cochilando. Quer dizer, alguém está sendo acusado de tanta coisa, sendo acareado, e consegue dormir, consegue cochilar, consegue “viajar”... Não consigo entender isso. Parece que nós somos uns bobos, estamos passando por bobos.

O SR. OSCAR ANDRADE – Realmente não levou em consideração todos os nossos apelos feitos desde ontem. Penso que é momento...

O SR. POMPEO DE MATTOS – Estamos perdendo tempo aqui.

O SR. ROBSON TUMA – É muito importante, Sr. Presidente, antes que V. Ex^a encerre a reunião, que mandemos à autoridade judicial que pediu a prisão provisória os depoimentos aqui tomados ontem e também o resultado da acareação, mesmo que não tenham respostas em relação ao Sr. William Sozza, para que possamos informar à autoridade judicial, pelo documento oficial desta Casa, que são as notas taquigráficas, o que já existe hoje contra o Sr. William Walder Sozza, a fim de que a autoridade judicial possa prorrogar a prisão e pedir a prisão preventiva do Sr. William Sozza, para que ele continue preso, para que não se dê a ele nova oportunidade de fugir. Mais do que isso, para que, em não sendo renovada a prisão, não se dê a ele oportunidade de ir embora do país. Portanto, é extremamente importante que ainda hoje mandemos à autoridade judicial – quero repetir isso –, a informação, porque o juiz vai ler as nossas declarações e, assim, saberá quais foram as intenções reais de encaminharmos a ele as notas taquigráficas desse depoimento.

O SR. OSCAR ANDRADE – A Secretaria já está providenciando. Já determinei dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Tudo bem. Eu me reservo um segundo momento, Jorge... Vou solicitar à Comissão que V. S^a retorne, em outro momento, à Comissão para que possamos, com mais calma, conversar sobre a Bahia...

O SR. OSCAR ANDRADE – Como vamos ter tempo também, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Vamos à Bahia novamente, já está agendado.

O SR. JORGE MÉRES – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – V. S^a ficou de levantar aqueles nomes, aqueles endereços.

Eu gostaria que, quando retornasse, V. S^a providenciasse isso, para que pudéssemos com mais calma...

Pergunto se há algum Deputado ou Senador que gostaria de fazer pergunta. (Pausa)

A Deputada Telma gostaria de usar da palavra? (Pausa)

Com a palavra o Relator.

O SR. OSCAR DE ANDRADE – Quero apenas corroborar com V. Ex^a na questão do tempo da CPI. Por ser uma CPMI, temos um tempo muito mais elástico. Podemos ir prorrogando até o final da nossa Legislatura, e já está providenciada a prorrogação para no ano que vem inteiro. Quer dizer, não vai ter que fazer os trabalhos corridos. Vamos ter tempo para ir a São Paulo, Campinas, Maranhão, Bahia, em todos os locais, e fazer realmente o trabalho com devido tempo e com condições de chegarmos a bom termo para a finalização dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Pois não.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputada Telma.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Só para perguntar se há a intenção da comissão de fazer pauta no recesso, caso a Casa trabalhe.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – A comissão não deverá funcionar no recesso, embora o Congresso esteja convocado de 16 a 29, mas para efeito da votação do orçamento.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Não, digo em janeiro, em função das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Não, a comissão não deverá funcionar no recesso. Ela deve retomar os seus trabalhos no reinício dos trabalhos do Congresso, em fevereiro, após, inclusive, a votação do requerimento de prorrogação.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mesmo que haja convocação do Congresso, as comissões não funcionam.

O SR. OSCAR ANDRADE – Não são convocadas.

A SR^a TELMA DE SOUZA – A não ser que elas estejam pautadas.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Mas não é o caso.

O SR. ROBSON TUMA – Só um minuto. As Comissões Parlamentares de Inquérito funcionam regimentalmente de forma diferente das comissões permanentes. Estas realmente não são convocadas, a

não ser que pautadas, aquelas podem voltar a funcionar a qual quer momento, desde que os membros ou o Presidente marquem uma reunião. Porém, se existir essa reunião, automaticamente passa a contar o prazo todo o recesso. Portanto, se se puder evitar que esse fato ocorra, para que não percamos esse prazo do recesso, tudo bem. Se houver a necessidade, o Presidente poderá marcar uma reunião, porém o prazo será contado.

O SR. OSCAR ANDRADE – O que não tem muito problema, Deputado Robson, porque a CPMI pode ser renovada até o final da legislatura. Então, não há muito problema. Acontece que esse prazo de recesso se faz necessário também para o trabalho da Secretaria Interna, onde vou acompanhar. Vamos estar, cada vez mais, em condição de poder voltar. Agora, se necessário for antes, o Senador Romeu Tuma vai tomar essa decisão.

O SR. ROBSON TUMA – Só importante, Sr. Presidente, para que pudéssemos realmente usar esse recesso com bastante habilidade, que pedíssemos para a CPI do Narcotráfico mandar para esta comissão as pastas dos sigilos que foram quebrados lá, em relação a São Paulo, em relação a Campinas, em relação a Espírito Santo, agora, com essa prisão desses indivíduos. Em relação a outros estados que poderíamos, aqui, citar.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Muita coisa já veio, inclusive.

O SR. ROBSON TUMA – Algumas já vieram, porém tem que ser transferido para cá. E mais do que isso. Estamos pedindo as operações CC5, que foram usadas na CPI do Judiciário. Só que as operações CC5 usadas no Judiciário foram até o momento em que foram requeridas do Judiciário. Portanto, elas vão nos faltar muito, porque a CPI do Judiciário requereu essa CC5 há mais de um ano, se não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado Robson Tuma, a informação é de que o Presidente do Senado já autorizou a utilização desses dados.

O SR. ROBSON TUMA – Mas é exatamente isso o que estou dizendo. Não adianta para nós a CC5 das que já existem no Senado Federal. Porquê? Porque elas foram requeridas na Comissão do Judiciário. Esta requereu até a data daquele requerimento, que foi de um ano atrás. Vamos ficar sem as operações CC5 deste último ano, por exemplo. Então, é extremamente importante que pedíssemos para o Banco Central o acréscimo dessas operações até os dias de hoje.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Poderia completar a minha fala, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Um momento, por favor. Deputada Telma, vou dar a palavra a V. Ex^a novamente.

Apenas gostaria de dizer que você poderia fazer um requerimento à Presidência, para que pudéssemos colocar em apreciação da comissão, e aí, posteriormente, encaminhar.

Deputada Telma, por favor.

A SR^a TELMA DE SOUZA – Não só pelas explicações que o Deputado Oscar Andrade e o Deputado Robson Tuma nos deram, mas até porque venho de uma região onde a proximidade do Carnaval tem uma incidência – embora não tenhamos estatística científica alguma – sempre faz com que o roubo de contêineres, no Porto de Santos, seja mais constante. Faz menos de um mês que sumiram 100 contêineres e simplesmente não se tomou providência alguma de ordem maior. 100 contêineres não é pouca coisa.

Então, em função da época, gostaria de ter a possibilidade de que pudéssemos atuar, e creio que os dois deputados já me responderam.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Se V. Ex^a achar importante alguma ação da comissão neste período, V. Ex^a poderia encaminhar um requerimento ao Presidente da comissão, o Senador Romeu Tuma, que avaliará os argumentos de V. Ex^a. E, se achar que há justificativa, certamente tomará as providências, inclusive de determinar alguma diligência. Vou apenas aguardar um pouco, para que o Deputado Robson Tuma possa apresentar seu requerimento à Mesa.

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Quero perguntar ao William, pela última vez. De pois, não sei quando pode surgir nova chance. O senhor quer ter uma reunião com os Deputados, em reservado?

O SR. WILLIAM WALDER SOZZA – Não, Deputado, não vejo necessidade agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Vou colocar em discussão e votação o requerimento do Deputado Robson Tuma, que requer a esta Comissão, regimentalmente, que seja pedido ao Banco Central a transferência das informações das operações CC-5 dos últimos cinco anos até a presente data e seja encaminhada a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Aqui foi informado que o Presidente do Senado já autorizou a disponibilidade das informações que

estão disponibilizadas para a Comissão. O Deputado apenas quer uma atualização.

Em discussão o requerimento do Deputado Robson Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Membros que estiverem de acordo queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a palavra o Deputado Moroni Torgan.

O SR. MORONI TORGAN – Jorge, eu queria fazer umas perguntas. Sei que tu só eras motorista. Mas, dentro da quadrilha, muitas vezes, por ordem dessas pessoas, matavam o caminhoneiro para tomar o caminhão ou coisa assim?

O SR. JORGE MÉRES – Que eu saiba, não, Excelência, porque a maioria dos motoristas e caminhoneiros roubados já eram de comum acordo. Eles faziam, primeiro, um acordo com os seguranças, com os próprios motoristas—motorista ganhava pouco—, nunca vai descoberto, e o motorista acabava aceitando.

O SR. MORONI TORGAN – Então, as mortes ocorridas foram mais por queima de arquivo?

O SR. JORGE MÉRES – Sim, por assalto, não. Mas, para calar a boca depois, morreram, sim, alguns motoristas, porque ficaram com medo e ficaram com vontade de falar. Mas...

O SR. MORONI TORGAN – Mas no próprio já era mais ou menos acordado...

O SR. JORGE MÉRES – Já.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – O Deputado Robson Tuma encaminha à Mesa novo requerimento, na forma regimental, que pede que a CPI do Narcotráfico da Câmara dos Deputados transfira uma cópia dos documentos e sigilos referentes aos Estados do Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e da cidade de Campinas, e também a lavagem de dinheiro.

O SR. OSCAR ANDRADE – Chegou uma informação interessante aqui, Sr. Presidente, porque agente vê a CPI já produzindo resultados interessantes. No Brasil, já há uma sensível diminuição de roubo de carga, em função dos trabalhos. Acho até que porque a imprensa divulga, e as quadrilhas começam a ficar mais espertas. Mas chega aqui uma informação que nos agrada. O Sr. Ronaldo Arrivabene, de São Paulo, que foi ouvido por nós na sexta-feira, na CPI, ligou agradecendo a intercessão da CPI junto à Polícia, porque uma empilhadeira dele que foi roubada e estava

retida há vários meses, foi entregue 24 horas depois que o Senador Tuma fez um ofício para lá. Era isso.

O SR. MORONI TORGAN – Permite-me, Sr. Presidente? Na questão do tráfico, lembro-me de que também tinha o esquema do William no tráfico de drogas.

O SR. JORGE MÉRES – O Arisolin Trindade e o Artur. Eram eles que negociavam com...

O SR. MORONI TORGAN – O Arisolin é que fazia isso, não é?

O SR. JORGE MÉRES – Era a parte deles. Isso era...

O SR. MORONI TORGAN – Quando vinha da Bolívia, do Chichito, a droga...

O SR. JORGE MÉRES – O Arisolin é de Corumbá, ele fazia a distribuição. O Arisolin e o Osmarzinho Laranja.

O SR. MORONI TORGAN – Isso passava pela supervisão do William?

O SR. JORGE MÉRES – O Osmarzinho Laranja trabalhava para ele. O Arisolin se encontrou várias vezes com ele, fazendo negócios.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Arisolin denunciou ele, ele e o Artur. É a quarta testemunha. Vejam quantas testemunhas foram se agregando a isso.

O SR. POMPEO DE MATTOS – O Jorge Méres, o Artur Eugênio...

O SR. MORONI TORGAN – E eu acho que o acordo do William fica cada vez pior, porque o acordo depois da primeira condenação já é ruim de ser feito. Antes da primeira condenação, pode ser feito o acordo. E esse tráfico de drogas, geralmente, era para abastecer ali a região e São Paulo. É isso?

O SR. JORGE MÉRES – Dr. Moroni, essa parte aí quem fazia era o...

O SR. MORONI TORGAN – Tu não tinha conhecimento... O Arisolin é que...

O SR. JORGE MÉRES – É. A minha parte era dirigir os caminhãozinho e os carro de cigarro (sic).

O SR. MORONI TORGAN – Obrigada.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Deputado, eu queria apenas colocar em votação o requerimento do Deputado Robson Tuma. Logo após, dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Nós subscrevemos juntos. Ontem, inclusive, estávamos pedindo a...

O SR. OSCAR ANDRADE – Esse é outro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – São dois novos requerimentos. O primeiro é em relação às

contas do CC-5, e esse, hoje, em relação à transferência dos dados que estão na CPI do Narcotráfico para a Comissão Mista aqui, referente a sigilos que foram quebrados nos Estados do Espírito Santo, Maranhão, São Paulo... Não só em São Paulo, como também, no caso de São Paulo, também Campinas, em relação à lavagem de dinheiro.

Em discussão o requerimento do Deputado Robson Tuma. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os integrantes da Comissão que concordam permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, tínhamos uma prática na CPI do Narcotráfico que rendeu muito bons dividendos. E quando ouvi o Deputado Oscar Andrade trazendo e noticiando aqui uma notícia alvissareira, positiva – que já é uma espécie de resultado prático da CPMI do Roubo de Cargas –, quando estivemos em São Paulo, e que havia reclamação dos empresários que foram roubados e que partiu o equipamento roubado e tinha sido recuperado, mas que estava lá emperrado na polícia, que estava querendo entrar para devolver. Com a intercessão da CPMI, acabou esse equipamento sendo liberado em 24 horas. Aliás, já devia ter sido liberado antes; não sei por que isso acontece. Às vezes, ficamos até com o pé atrás.

Isso mostra, muito claramente, que a população está atenta, no sentido de reclamar o que precisa e de reconhecer o que recebe. E precisamos mais, porque, na CPI do Narcotráfico, sentimos uma coisa, Sr. Presidente: que os olhos do povo tudo vêem e quase tudo sabem, mas o povo tem medo de dizer e tem medo de contar o que sabe. Mas, na CPI do Narcotráfico, ele passou a ter confiança, à medida que começou a ir gente grande para a cadeia, que começou a dar resultado. Então, o povo acabou perdendo o medo e começou a contar o que sabia. Tanto que recebemos, neste período de pouco mais de um ano, mais de 40 milhões de ligações para a CPI do Narcotráfico. E foi uma prática importante que anunciávamos, em cada sessão, o telefone da CPI, que aliás se popularizou e as pessoas ligando... Até vinham denúncias sem fundamento – reconheço –, mas grande parte delas vinham com fundamento, e tínhamos o cuidado de checar cada uma delas antes de levar a público essas informações.

Então, diante do sucesso daquela ação desenvolvida, creio ser importante, a cada reunião, divulgarmos o número, que é o 0800612211. As pessoas podem ligar de todo o Brasil, a ligação é grátis, ninguém paga nada nem é identificado. As pessoas têm o sigilo garantido. E as informações serão checadas. É bom avisar isso, porque, daqui a pouco, alguém pode ter uma vingança, uma desavença e dizer: “Vou ligar para a CPI do Roubo de Cargas, vou botar você lá na CPI.” Não é assim. Pode ligar, vamos receber as informações, as ligações serão bem-vindas. Não precisamos da identificação de ninguém, mas checaremos as informações e, se os fatos tiverem fundamento... Mais importante do que quem denuncia – pode ser anônimo –, mais importante do que quem é o denunciado é o fato. Ver se o fato tem fundamento, se as coisas casam: o dia, a hora, o local, os envolvidos, enfim, os detalhes é que farão com que aprofundemos as investigações. E isso vai servir de colaboração importante para desvendarmos as ações das quadrilhas que estão neste País, andando leves, livres e soltas até então.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Não havendo mais nada a tratar...

A SR^a TELMA DE SOUZA – Sr. Presidente, um momentinho, só para um esclarecimento. Numa de nossas reuniões em São Paulo, tivemos o depoimento de um gerente da companhia de seguros Hannover, e ele se comprometeu a nos enviar um estudo – fiquei fascinada pelo impacto – de seis ou sete maneiras de se deslacrar o contêiner sem haver nenhum tipo de pista. E como ele faz parte de uma companhia de seguros, ele se comprometeu – já faz praticamente três semanas – e eu gostaria de saber se a Comissão já recebeu essa informação. Eu queria reiterar, porque realmente é importante saber essa “mágica”.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Pellegrino) – Peço à assessoria da Comissão para reiterarmos o pedido do estudo e que não seja franqueado apenas à Deputada Telma mas, também, aos demais membros da Comissão que tenham interesse.

Não havendo mais nada a tratar, eu gostaria de agradecer a presença dos presentes.

Dou por encerrada a presente reunião.

Eu gostaria que a segurança tomasse as providências no sentido de recambiar os presos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 12h45min.)

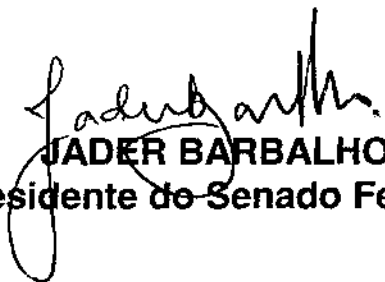
ATO DO PRESIDENTE
Nº 033, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

dispensar, a pedido, a servidora **REGINA CÉLIA PERES BORGES** da função comissionada de Diretora-Executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 19 de março de 2001.


JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

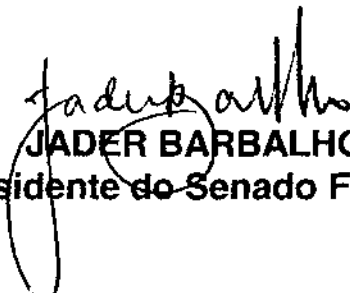
ATO DO PRESIDENTE
Nº 034, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

designar o servidor **KLEBER GOMES FERREIRA LIMA** para exercer a função comissionada de Diretor-Executivo do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, a partir desta data.

Senado Federal, 1º de março de 2001

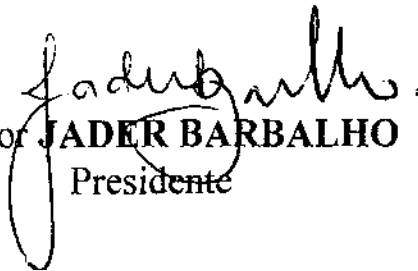

JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
N.º 035, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002529/01-7,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA DE FATIMA MELO PEREIRA**, matrícula 2860, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 1º de março de 2001.

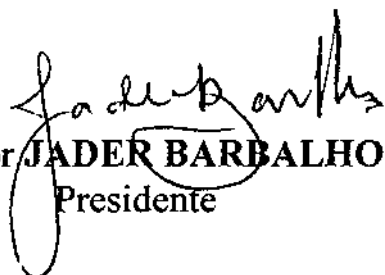

Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
N.º 036, DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002563/01-0

RESOLVE designar o servidor SHEL NOGUEIRA DA GAMA, matrícula 2069, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Terceira Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.


Senador **JADER BARBALHO**
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 037 , DE 2001

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regimentais e regulamentares que lhe foram atribuídas,

RESOLVE:

manter **PAULO AFONSO LUSTOSA DE OLIVEIRA** no exercício da função comissionada de Diretor da Secretaria de Informação e Documentação, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, 1º de março de 2001.

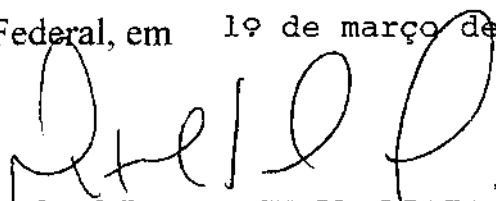

JADER BARBALHO
Presidente do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 251 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002887/01-0,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUIZ ROBERTO DA FONSECA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Secretaria.

Senado Federal, em 1º de março de 2001.

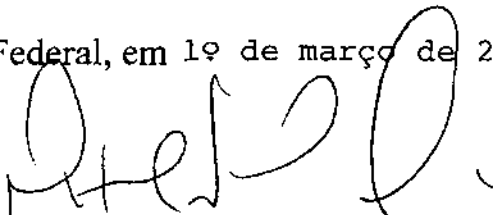

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 252 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002888/01-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSANA ALLI ABUCARMA SALES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antero Paes de Barros.

Senado Federal, em 1º de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 253

de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0213/01-2, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, WALMIR CORDEIRO MARTINS DA SILVA, matrícula 2445, Analista Legislativo, Nível III, Classe Especial, Padrão V/S30, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 8º, incisos I e II, e parágrafo 1º, inciso I, alíneas "a" e "b", e inciso II, da Emenda Constitucional nº 20 de 1998, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 254

de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 0212/01-6, resolve APOSENTAR, voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, VERA LÚCIA MARTINS DA SILVA, matrícula 2935, Técnico Legislativo, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma assegurada pelo art. 3º da Emenda Constitucional nº 20, de 1998, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, em 1º de março de 2001.



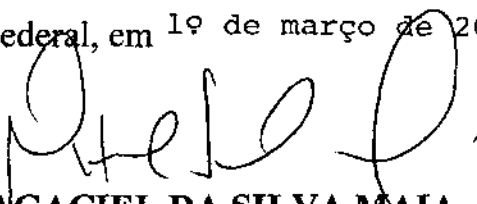
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 255 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002791/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO CZEPAK**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mauro Miranda.

Senado Federal, em 1º de março de 2001.



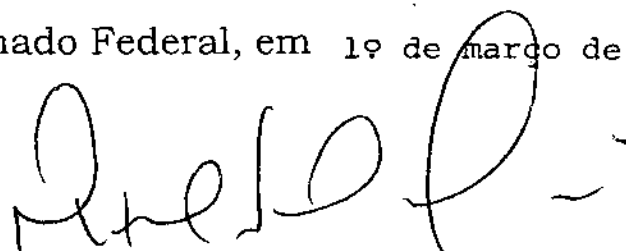
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 256 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 000.843/01-6

RESOLVE aposentar, por *invalidez*, com proventos *integrais*, o servidor **RUI MARIANO**, *Técnico Legislativo*, Área 6, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, *com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98*, com as vantagens previstas na *Resolução SF nº 74, de 1994*, observado o disposto no *artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal*.

Senado Federal, em 1º de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 257, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002781/01-8,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LIANA MARIA FRANÇA SILVA ALAGEMOVITS**, matrícula n.º 31518, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Nabor Júnior, a partir de 01 março de 2001.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.

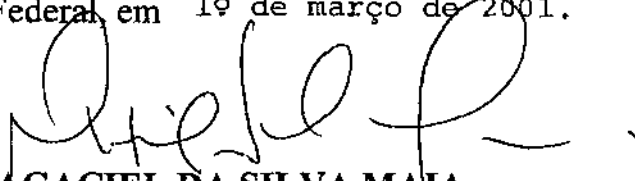

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 258 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002780/01-1,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ANDRÉ DUARTE PEREIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Nabor Júnior.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 259, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002525/01-1,

RESOLVE dispensar a servidora LUCIA MARLI DE OLIVEIRA SOUSA CORREA, matrícula 4835, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Nabor Junior, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 12º março de 2001.



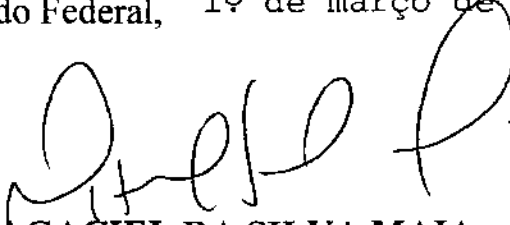
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 260 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002529/01-7,

RESOLVE designar a servidora **MARIA DE FÁTIMA MELO PEREIRA**, matrícula 2860, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Nabor Junior, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.

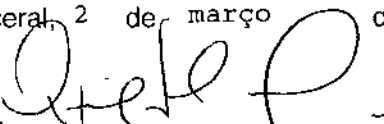

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 261 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **PEDRO AMÉRICO PINHEIRO CÂMARA**, matrícula **3999**, da Função Comissionada de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, Símbolo **FC-5**, do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE TÉCNICO**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Produção Industrial Gráfica, da Subsecretaria Industrial, responsável pelo primeiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 02 de março de 2001.

Senado Federal, 2 de março de 2001.

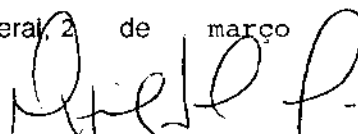

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 262 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Designar o servidor **ANTÔNIO OINEGUE GOMES PEREIRA FILHO**, matrícula **3640**, para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, Símbolo **FC-5**, do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, responsável pelo segundo turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 02 de março de 2001.

Senado Federal, 2 de março de 2001.

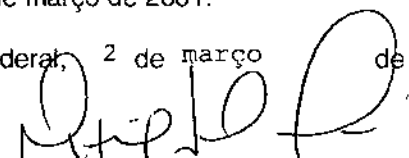

AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 263 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, **RESOLVE**:

Dispensar a servidora **MÁRCIA FERNANDES DA CRUZ MACHADO**, matrícula **3905**, da Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE INFORMAÇÃO**, Símbolo **FC-4**, do Serviço de Apoio Administrativo e Registros Funcionais, da Subsecretaria de Administração, Suprimento de Matérias-Primas e Desenvolvimento Tecnológico, e designá-la para exercer a Função Comissionada de **ASSISTENTE DE CONTROLE DE PRODUÇÃO**, Símbolo **FC-5**, do Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, responsável pelo primeiro turno de trabalho, com efeitos financeiros a partir de 02 de março de 2001.

Senado Federal, 2 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 264, de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares e de acordo com o Art. 19, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 1997, **R E S O L V E** :

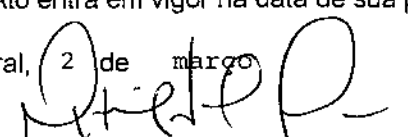
Art. 1º - Designar os gestores do contrato, titular e substituto, celebrado entre a **SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES** e a empresa abaixo relacionada:

Estanca Impermeabilizações Ltda - Contrato para prestação de serviço de impermeabilização em uma das calhas de captação de águas pluviais no Bloco 07 da SEEP (Processo nº 1874/00-4) - Titular: **LÊNIA NOGUEIRA DE AZEVEDO MAIA PACHECO**, matrícula **3212**; Substituto: **ANDRÉ FERREIRA DA SILVA**, matrícula **1372**.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 2 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 265, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002939/01-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **LUIS FERNANDO ALVES DA SILVA**, matrícula n.º 31496, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Mauro Miranda, a partir de 28/02/2001.

Senado Federal, em 02 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 266 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002526/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **ELIZABETH CHRISTINA DE ALENCAR LINO**, matrícula 3657, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Terceira Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Nabor Junior, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 267, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002524/01-5,

RESOLVE dispensar o servidor **LUCIO JOSÉ DA SILVA**, matrícula 1591, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Nabor Junior, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



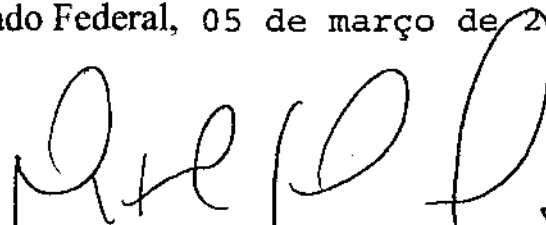
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 268 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002805/01-4,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ VANDER ARAÚJO DE MARIA**, matrícula 2453, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Edison Lobão, com efeitos financeiros a partir de 21 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.

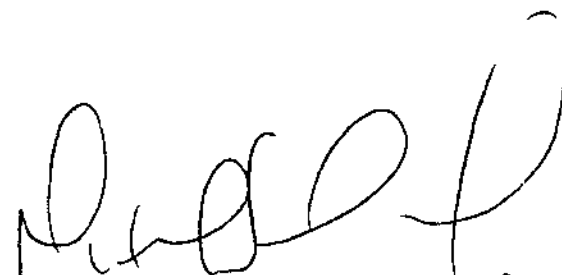

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 269 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002522/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula 2098, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Nabor Junior, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



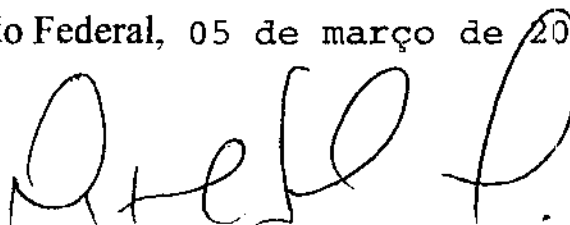
AGACIEL DA SILVA MAIÁ
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 270 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002360/01-2,

RESOLVE designar o servidor **FRANCISCO OLIVEIRA DA CRUZ**, matrícula 2098, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Secretaria Administrativa, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



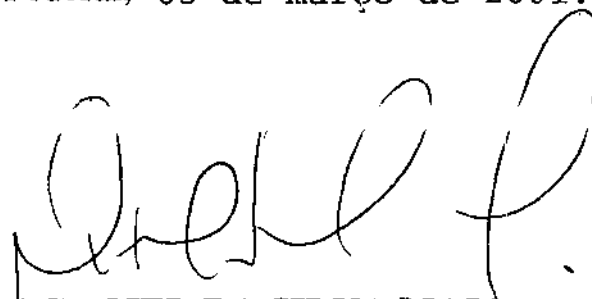
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 271, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002688/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **RAIMUNDA OLIVEIRA**, matrícula 2313, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Luiz Pontes, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Maguito Vilela, com efeitos financeiros a partir de 20 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 272 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002464/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO BANDEIRA DE MELO FILHO, matrícula 2688, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Anais, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 16 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



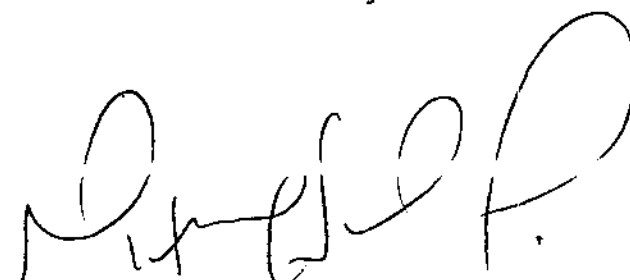
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 273 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002523/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ DA SILVA, matrícula 3107, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-5, do Gabinete da Terceira Secretaria, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Nabor Junior, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 274, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002875/01-2,

RESOLVE dispensar a servidora **CECI ABRAHIM SANTORO CARMONA**, matrícula 3688, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Ronaldo Cunha Lima, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, com efeitos financeiros a partir de 22 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 275 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 002497/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor **WILSON ALVES PEREIRA**, matrícula 4942, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Primeira Vice Presidência, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Lúcio Alcântara, com efeitos financeiros a partir de 16 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 05 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral